

MARIA FERNANDA ROLLO
ANA PAULA PIRES

ORDEM *dos*
ENGENHEIROS

75 ANOS
de HISTÓRIA

*Inovação e desenvolvimento
em Portugal: o lugar
dos engenheiros*



1936 2011
/5/OE/ ORDEM
DOS ENGENHEIROS

ORDEM *dos*
ENGENHEIROS

75 ANOS
de HISTÓRIA

MARIA FERNANDA ROLLO
ANA PAULA PIRES

ORDEM *dos*
ENGENHEIROS

75 ANOS
de HISTÓRIA

*Inovação e desenvolvimento
em Portugal: o lugar
dos engenheiros*

Iconografia por
PAULA MEIRELES



1936 2011
75/OE / ORDEM
DOS ENGENHEIROS

Título	<i>Ordem dos Engenheiros – 75 Anos de História Inovação e desenvolvimento em Portugal: O lugar dos engenheiros</i>
Edição	Ingenium Edições, Lda.
Autores	Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires
Iconografia	Paula Meireles
Design	Guidesign
Impressão e Acabamento	Guide – Artes Gráficas, Lda.
Coordenação de Edição	Gabinete de Comunicação da Ordem dos Engenheiros
Tiragem	2.500 exemplares
Registo ISBN	978-989-8149-07-7
Depósito Legal	344 509/12
Separadores	Pormenores do Edifício Ventura Terra, Sede Nacional da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa.
Separador pág. 528	Pormenor do Novo Edifício da Ordem dos Engenheiros (Serviços do Conselho Directivo Nacional e Sede da Região Sul).

Ordem dos Engenheiros

Av. António Augusto de Aguiar, 3 D,
1069-030 Lisboa
www.ordemengenheiros.pt

Lisboa, Junho de 2012

Nota do Editor

Esta obra foi redigida ao abrigo
da anterior norma ortográfica.

Índice

9	Prefácio
11	Introdução
17	1. Prelúdio
19	Antecedentes: o trabalho fundador da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses
25	I República: a reforma do ensino superior de engenharia e os novos engenheiros
34	Engenheiros, espaço e acção nos caminhos do desenvolvimento
37	Ditadura e Estado Novo: os engenheiros perante a nova ordem corporativa
41	A questão da função social do engenheiro
47	O I Congresso da Engenharia Portuguesa
49	Um novo desafio: o mercado do emprego
51	Finalmente a Ordem dos Engenheiros
56	Os primeiros Estatutos
61	Notas
67	2. Afirmação
71	O primeiro presidente, António de Vasconcelos Correia
87	A viragem da guerra
105	Associativismo a norte: a Delegação do Porto
112	Porque acuso?
115	Entre o conformismo e a incerteza
131	Notas

139	3. Maturidade
152	Crise e reorganização
177	Congresso a norte
181	Por que estão eles insatisfeitos?
222	A reforma do ensino superior de Engenharia
236	A Delegação do Porto
238	Impasse
243	Notas
255	4. Interregno
257	Tempo de crise
262	O Estatuto da discórdia
268	Tempo de contestação
283	Notas
285	5. Recomeço
301	Retoma: do Boletim e das outras actividades
311	“Ordem” em Lisboa
316	Secção Regional do Porto
320	Secção Regional de Coimbra
322	Equilíbrio e Diplomacia. <i>Render da guarda</i>
357	As Secções Regionais
372	Casa arrumada
395	Entre Secções
413	Notas
425	6. Revolução
435	Abril na Ordem dos Engenheiros
451	As novas regras do associativismo
455	Por que lei nos regemos? Os Estatutos de 1976 e a Associação Portuguesa de Engenheiros
459	Notas
467	7. Estratégia
469	Uma instituição com espírito renovado
473	Formação constante, educação permanente
476	O mercado de emprego e a valorização profissional: os engenheiros e a função pública

479	O Congresso 77 e a actividade cultural da Ordem dos Engenheiros
484	A grandeza da Ordem e as limitações do Estatuto...
491	A Ordem manda... referendar
500	O Estatuto de Dezembro de 1981 e as novas linhas de acção da Ordem
519	Notas
525	8. Mudança
527	O futuro passa por aqui: a Ordem e a Europa
538	A Ordem somos todos nós: as Delegações Regionais
542	Novamente o Estatuto...
552	Os alicerces da mudança
559	Novos espaços para a engenharia
567	Cooperação e descentralização
575	Competitividade e inovação
595	Notas
599	Cronologia
617	Presidentes e Bastonários da Ordem dos Engenheiros (1936-2011)
621	Fontes e Bibliografia
645	Anexo Documental
647	Decreto-Lei n.º 27 288. Estatuto da Ordem dos Engenheiros, 1936
657	Anexo Estatístico
659	Membros inscritos e na actividade – 1936-2010
661	Distribuição dos membros inscritos pelas Secções – 1936-1956
662	Distribuição dos membros na actividade pelas Secções – 1938-1956
663	Membros efectivos na actividade por especialidade – 1938-2010
664	Membros efectivos na actividade por especialidade – 1938-2010 – em percentagem
666	Licenciados em engenharia em Portugal pelo ensino universitário público
669	Índice Institucional
681	Índice Onomástico

Prefácio

Successora de uma das mais antigas associações europeias de engenharia – a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, fundada em 1869 –, a Ordem dos Engenheiros, nascida em 24 de Novembro de 1936, constitui, pela sua história, um património e uma memória colectiva que temos obrigação de preservar e transmitir às gerações vindouras.

A assunção desta responsabilidade conduziu à preparação deste livro, da autoria das Professoras Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, como garantia de que essa memória e essa história não se perdem no tempo, mas também com a perspectiva de que lançar o olhar para estes 75 anos contribuirá para melhor pensar o futuro.

A Ordem dos Engenheiros teve um nascimento difícil, porque a ambição, o arrojo e o pioneirismo dos seus fundadores eram grandes; teve, igualmente, uma infância atormentada, numa envolvente hostil ao associativismo livre, e uma juventude plena de dificuldades de diversa índole, mas com grande dinamismo. Apesar destes contextos, foi criando o seu espaço, na defesa de uma engenharia de qualidade ao serviço do País.

Como todas as instituições, a Ordem tem, por tudo isto, as suas memórias, distantes e próximas, marcadas por ciclos de progresso e estagnação, por protagonismos, por dinâmicas, positivas e negativas. Ao longo da sua história, modernizou-se, cresceu, valorizou-se e procurou estar sempre à altura das suas responsabilidades, na defesa do verdadeiro valor do conhecimento e da sua aplicação, com a certeza de que é pela diferenciação positiva que se motiva o desenvolvimento das sociedades em cada época.

Esta certeza resulta da convicção de que, sem uma engenharia qualificada como elemento diferenciador do nosso País na sociedade do conhecimento, a nossa economia será sempre débil e dependente.

Para a satisfação deste pressuposto pugnou por disposições legislativas que, ao definirem competências para o exercício da profissão, não potenciem o facilitismo e a desregulação.

A independência da Ordem, a sua ligação à sociedade, a luta por um ensino de engenharia de qualidade e por um exercício profissional competente e respeitador dos princípios da ética e deontologia, são factores que fazem parte do seu código genético. Em relação às preocupações sobre a qualidade do ensino, saliento, pelo seu pioneirismo e relevância, a acreditação dos cursos de engenharia.

A herança recebida só se torna viva se lhe juntarmos o empenho dos que, como em provas de estafeta, têm tido a seu cargo garantir a continuidade do testemunho, sem o deixar “cair”, numa lógica de estímulo do impulso prospectivo de um futuro de progresso.

Tem sido esse o objectivo de todos os que, de uma forma ou de outra, têm tido a responsabilidade de ter a seu cargo os destinos da Ordem, transmitindo um sentimento geracional. Foram eles que tornaram possível o grande prestígio desta Associação.

Mas esse prestígio não pode ser tomado por adquirido. Tem de ser permanentemente confirmado e reinventado, com exigência e rigor, por todos os que cá trabalham e por todos os que determinam o percurso da instituição.

E porque a Ordem somos todos e não apenas os que têm a responsabilidade de, em cada momento, conduzir esse destino, a força desta Associação Profissional depende do envolvimento de todos os seus membros.

Sublinho que este livro é a concretização de uma iniciativa do Eng. Fernando Santo, anterior Bastonário, que em boa hora promoveu uma investigação sobre a história da Ordem, história essa que, de forma resumida, trazemos a público através deste documento.

Por último, como expressão de reconhecimento, uma palavra de gratidão a todos os que contribuíram para a concretização desta obra, em especial às suas autoras e à Dra. Marta Parrado, que coordenou a sua edição, na certeza de que, com esta publicação, estamos não só a promover o valiosíssimo património documental da Ordem dos Engenheiros, mas também a preservar a memória dos que, de forma empenhada e por vezes com sacrifício da família e da sua actividade profissional, têm contribuído para a sua construção.

Carlos Matias Ramos · Bastonário

Introdução

Os engenheiros, tal como alguns outros grupos sociais, constituíram-se num dos protagonistas das grandes alterações económicas e sociais que ocorreram na Europa e na América do Norte a partir dos finais do século XVIII. A partir da chamada I Revolução Industrial, o seu prestígio não parou de crescer: a era da produção e das comunicações que então se abria tornou-os imprescindíveis.

O engenheiro, mesmo quando sem grande formação académica, simples autodidacta, detentor de um saber de experiência feito, passou assim a desempenhar um papel fundamental na sociedade, no progresso económico, no desenvolvimento tecnológico. O engenheiro tornou-se, por excelência, um empreendedor, um agente da produção, do progresso encarado em termos de mudança e medido em termos de inovação. Algumas das máquinas e equipamentos que utilizamos e muitas das indústrias que ainda pontificam no tecido económico contemporâneo, muitos meios de transporte e muitas formas de comunicação que ao longo de diferentes conjunturas se foram transformando, aperfeiçoando, dando lugar a outras mais perfeitas e adequadas aos tempos, também sempre em evolução, nasceram da sua persistência e da sua habilidade. A verdade é que também se soube adaptar aos tempos e aquela meia dúzia de especializações existente no início do século XX foi-se transformando num alargado e complexo conjunto de actividades onde se cruzam as mais diferentes ciências e tecnologias.

Ao escrever a *História da Ordem dos Engenheiros*, na passagem do seu 75.º aniversário, é justo começar por sistematicamente assinalar a importância crescente que os profissionais de engenharia têm vindo a assumir nestes dois últimos séculos e que, como quase tudo, sofreu nos últimos anos uma brusca aceleração que, entre outros fenómenos, rompeu fronteiras profissionais, alargou horizontes, globalizou-se.

Fazer esta história, sendo um desafio difícil, constitui simultaneamente uma oportunidade de aprendizagem e de reflexão sobre nós, sobre o País, sobre um percurso feito de avanços e recuos, hesitações e ausências; um percurso que tem sido, apesar de tudo, o traçado de um rumo de crescimento, entendido num sentido pleno, repercutindo-se em desenvolvimento económico e social e em qualidade de vida. Importante, nesse sentido, estudar, procurar entender e avaliar em que medida as sucessivas conjunturas históricas que marcaram a contemporaneidade portuguesa, tendo em conta os seus principais contornos políticos e os seus enunciados e opções essenciais de desenvolvimento económico, determinaram – inibindo ou estimulando – ou foram determinadas pelo percurso da engenharia em Portugal, em termos gerais e, particularmente, através do papel desempenhado pelos engenheiros.

Em suma, compreende-se a História da Ordem dos Engenheiros, tendo em consideração a sua importância institucional específica e a dos engenheiros – individual e colectivamente – e da engenharia que souberam e fizeram. Nesse sentido, salvaguardados os indispensáveis distanciamentos, a história da Ordem espelha, repercute e também influencia o que tem sido a história do País que hoje somos. É importante perceber a sua origem, a sua organização, o seu percurso, as suas idiossincrasias, as conquistas que tem vindo a fazer como associação profissional desde meados do século XIX. Afinal, como tem representado e defendido os engenheiros; como tem, ela própria como instituição, ultrapassado muitas conjunturas históricas de natureza variada, feitas de contingências por vezes difíceis de superar, que a têm posto à prova no que se refere à sua natureza e até em termos da sua própria sobrevivência.

Naturalmente, em relação ao que tem sido a história da engenharia em Portugal, não parece haver dúvidas acerca da importância de que se reveste conhecer o que se fez no nosso país, envolvendo projectos e obras notáveis, com expressão e reconhecimento domésticos e internacionais, tal como parece da mais elementar evidência ser necessário compreender porque é que em muitos casos não foi possível ir mais longe, e qual foi o papel da Ordem e dos engenheiros nesses contextos.

Por tudo isto, é de louvar a iniciativa da Ordem dos Engenheiros, na medida em que reflecte uma atitude e um empenho que nem sempre estão

presentes no quadro das preocupações de muitas instituições – públicas e privadas – que, com passados mais ou menos longos e ricos, são herdeiras e proprietárias de espólios relevantes para o seu conhecimento. Indo mais longe, quando se está perante uma instituição tão relevante e simbólica, no quadro do conhecimento e da compreensão da realidade económica, social e técnica que ajudou a tecer e compõe iniludivelmente a contemporaneidade portuguesa, preservar e divulgar a sua História, que afinal nos pertence a todos, é uma obrigação e uma responsabilidade que deve ser assumida com consciência e empenho. É também por isso que respondemos empenhadamente ao honroso desafio que a Ordem nos lançou para escrever a sua história.

Ainda no que respeita à iniciativa em si mesma, da sua relevância num quadro mais global, uma palavra para referir a questão do valioso património histórico que lhe está associado. Património aqui tomado em todos os sentidos e acepções: documental, científico, tecnológico, iconográfico, bibliográfico. Espólio, que embora “truncado”, “incompleto”, é ainda de grande relevância, até porque inclui o património herdado da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, criada em 1869, que a Ordem, sua sucessora moral e material, tem guardado e conservado ao longo dos tempos.

A verdade é que não sendo possível fazer história sem fontes, não podemos salvaguardar o nosso passado e defender o futuro ignorando, “desprezando”, destruindo o seu passado físico. Por isso, aqui fica o apelo: que esta História da Ordem dos Engenheiros seja também o prosseguimento da salvaguarda e da preservação do património de que a Ordem tem vindo a ser depositária ao longo de muitas gerações de engenheiros.

Escrever esta História não teria sido possível sem o entusiasmo e o empenho da equipa que colaborou no trabalho de investigação histórica desenvolvido e em que participaram os investigadores Paula Meireles, Ana Filipa Silva, Ângela Salgueiro, Belandina Nicolau e Pedro Castelo.

Foi a Dr.^a Paula Meireles que, com a competência e o zelo que sempre a caracterizam, assegurou boa parte das funções de organização que um projecto desta natureza envolve e que, além disso, teve inteiramente

a seu cargo a investigação e a selecção dos elementos iconográficos que integram este texto.

Refira-se que, para além do estudo do espólio histórico existente na Ordem dos Engenheiros, o trabalho de investigação foi desenvolvido junto de um conjunto de outras instituições, bibliotecas e arquivos, onde pudemos encontrar preciosos apoios: Dr. Paulo Tremoceiro do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Dr.^a Isabel Carneiro do Arquivo Histórico das Obras Públicas, Dr.^a Ângela Alves e Dr.^a Teresa Maciel do Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, e Dr. José Maria Correia, do Centro de Documentação da Direcção-Geral de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.

Em termos de balanço pode afirmar-se que foram recolhidos e estudados mais de dez mil documentos, incluindo documentação de arquivo, bibliografia, legislação, registo de debates parlamentares, recortes de imprensa...

Por fim, uma palavra de apreço e agradecimento a todos os que no quadro da Ordem dos Engenheiros tornaram possível desenvolver este projecto. O engenheiro João Vaz Lopes, a Dr.^a Marta Parrado e a Dr.^a Dolores Pereira, o Dr. Vítor Rosa, o engenheiro João Cansado Tavares, as senhoras Rolanda Correia, Hortense Menino, Paula Folgado. É claro que esta história é tributária do envolvimento, da dedicação e da generosidade dos “guardiões da memória da António Augusto Aguiar”: Dr. Fernando Duarte, Manuel Cabral, Joaquim Freire, Miguel Freitas e Joaquim Amaral, o seu interesse pelo passado desta instituição levou-os a recolher e preservar inestimáveis memórias e fontes históricas.

A todos o nosso reconhecimento. Oxalá esta *História da Ordem dos Engenheiros* não desmereça completamente tão preciosos apoios que em nada têm a ver com os erros e as omissões que este trabalho possa conter e que só a nós podem ser imputados.

Maria Fernanda Rollo / Ana Paula Pires

Abreviaturas

AECP	Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses
AEIST	Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico
AG	Assembleia Geral
AN	Assembleia Nacional
AOENG	Arquivo da Ordem dos Engenheiros
ASGMTSS	Arquivo da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
<i>BINOE</i>	<i>Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros</i>
<i>BISRLOE</i>	<i>Boletim Informativo da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros</i>
<i>BOE</i>	<i>Boletim da Ordem dos Engenheiros</i>
CC	Câmara Corporativa
CD	Conselho Directivo
CDN	Conselho Directivo Nacional
CDRC	Conselho Directivo da Região Centro
CDRN	Conselho Directivo da Região Norte
CDRS	Conselho Directivo da Região Sul
CG	Conselho Geral
CPLP	Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
CRL	Conselho Regional de Lisboa
CRP	Conselho Regional do Porto
<i>DAR</i>	<i>Diário da Assembleia da República</i>
<i>DG</i>	<i>Diário do Governo</i>
DGTT	Direcção-Geral dos Transportes Terrestres
DGSHE	Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos
<i>DHEN</i>	<i>Dicionário de História do Estado Novo</i>

DN	<i>Diário de Notícias</i>
DR	<i>Diário da República</i>
FEANI	Federação Europeia das Associações de Engenheiros
FMOI	Federação Mundial das Organizações de Engenheiros
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
ISE	Instituto Superior de Engenharia
IST	Instituto Superior Técnico
LAAG	<i>Livro de Actas da Assembleia Geral</i>
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MFA	Movimento das Forças Armadas
MOP	Ministério das Obras Públicas
OE	Ordem dos Engenheiros
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RAECP	<i>Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses</i>
RBCE	<i>Relatório, Balanço e Contas do Exercício</i>
RCCDRN	<i>Relatório e Contas do Conselho Directivo da Região Norte</i>
RCCDRSOE	<i>Relatório e Contas do Conselho Directivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros</i>
RCDOE	<i>Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros</i>
RCDRCOE	<i>Relatório do Conselho Directivo da Região Centro da Ordem dos Engenheiros</i>
RCGOE	<i>Relatório do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros</i>
RCCDRN	<i>Relatório e Contas do Conselho Directivo da Região Norte</i>
RCOE	<i>Relatório e Contas da Ordem dos Engenheiros</i>
RCR	<i>Relatório do Conselho Regional</i>
RCSR	<i>Relatório e Contas da Secção Regional da Madeira</i>
RDPOE	<i>Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros</i>
ROE	<i>Revista da Ordem dos Engenheiros</i>
SNEATEC	Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores
SRC	Secção Regional de Coimbra
SRL	Secção Regional de Lisboa
SRP	Secção Regional do Porto

1. Prelúdio





*Artigo único. É constituído, com a denominação de Ordem dos Engenheiros, o Sindicato Nacional dos Engenheiros, que se regulará pelos estatutos anexos a este decreto, do qual fazem parte integrante*¹.

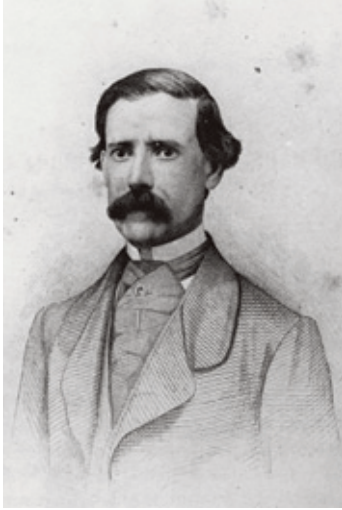
Com esta fórmula, reduzida a um simples artigo único posto em letra de lei de 24 de Novembro de 1936, já sob a ordem corporativa imposta pelo Estado Novo, culminava uma luta e alcançava-se uma velha aspiração.

A criação da Ordem dos Engenheiros vinha, entre outros argumentos, confirmar o reconhecimento da engenharia como uma actividade essencial ao progresso do País e a consagração do estatuto social dos engenheiros como profissionais altamente qualificados no contexto económico, social e político da época.

A questão da constituição da Ordem resultava da importância crescente que os engenheiros vinham assumindo e da sua vontade de afirmação como classe; inscrevia-se também na problemática da defesa e definição do título de engenheiro, na procura de uma identidade e na salvaguarda de um espaço de intervenção. Conjunta ou separadamente, todos estes argumentos se foram adaptando ao evoluir dos tempos, marcando o papel do engenheiro na sociedade e defendendo uma identidade profissional específica.

Antecedentes: o trabalho fundador da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses

A aspiração de criar uma Ordem profissional remonta ao período do pós I Grande Guerra e foi sendo desenvolvida no âmbito da acção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (criada em 1869).



António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887).

Fonte: Políticos, Diplomatas, Militares
PT/TT/SNI/ARQF/DO-002-005/34033
"Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado

Decorria esta aspiração de um conjunto de circunstâncias que obrigam a um recuo no tempo, no sentido de contextualizar historicamente os acontecimentos, identificando um conjunto de temáticas cuja evolução é forçoso acompanhar, entre as quais se destacam:

- › a lenta ascensão social dos engenheiros e o conseqüente reforço do seu papel na sociedade;
- › a sua cada vez maior inserção num conjunto alargado de actividades;
- › a imprescindibilidade da sua actuação no conjunto dos sectores produtivos, em particular no sector industrial cujo crescimento pretendiam activa e audivelmente incrementar;
- › o próprio ensino da engenharia visto no quadro de um processo de desenvolvimento;
- › a participação em todas as esferas de decisão incluindo a definição e a concretização das políticas económicas;
- › a definição de uma estratégia de integração social e de afirmação pública como classe profissional organizada.

Os primeiros movimentos a este propósito remetem para o século XIX, para o tempo da Regeneração e da acção de Fontes Pereira de Melo e para a dinâmica registada em termos de desenvolvimento de infra-estruturas e em que se inscreve a própria criação, em 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOP) e do corpo de engenharia, em que participavam engenheiros civis e militares. Tempo de prosperidade, breve, é certo, mas em que o País registou um crescimento razoável e durante o qual ganhou dimensão o protagonismo que os engenheiros vinham crescentemente assumindo em diversas áreas da realidade portuguesa e que se traduzia numa presença cada vez mais intensa quer em termos de intervenção política, quer em termos da definição e condução das estratégias de desenvolvimento do País. Mas não só, tal como por outras terras, também se lhes reconhecia importância como agentes portadores de inovação científica e tecnológica. Recorde-se que, por essa época, a maioria dos engenheiros portugueses eram militares e boa parte dos engenheiros não militares fizera a sua formação no estrangeiro, em escolas superiores francesas e alemãs, designadamente nas especialidades de engenharia civil e de minas, agronomia e florestas.

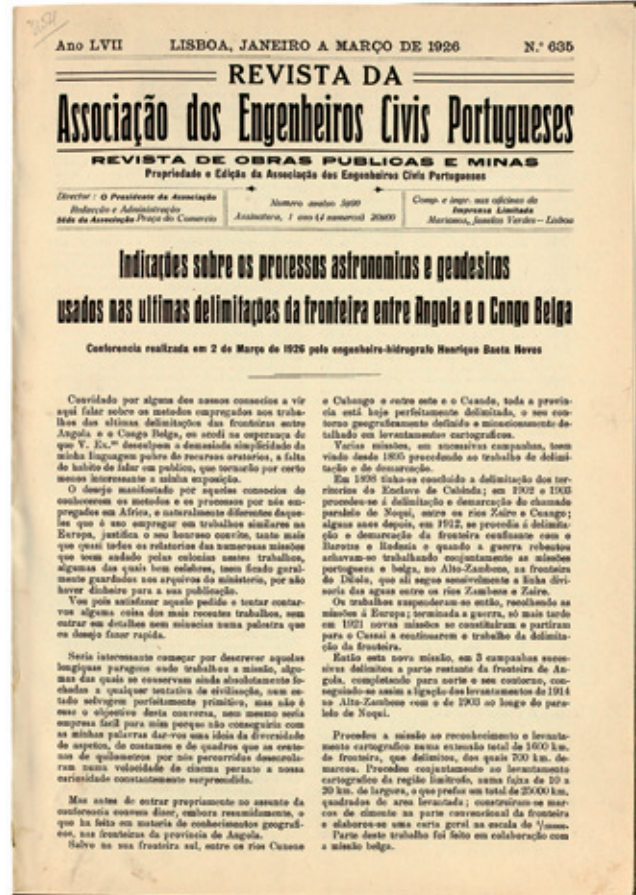
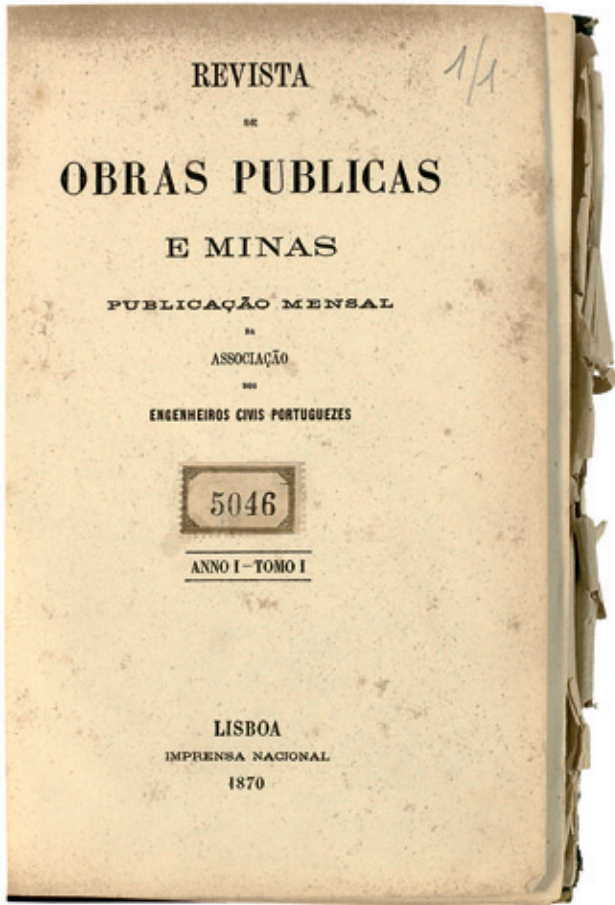
Foi nesse contexto que foi constituído, em 1864, no âmbito do plano de organização dos serviços técnicos dependentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria proposto pelo ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa², o Corpo de Engenharia Civil e dos seus Auxiliares³. O corpo de engenharia civil do MOP, então composto por 115 engenheiros (muitos de origem militar), 18 arquitectos e 175 condutores, tinha como chefe o ministro e secretário de Estado e subchefe o director-geral das obras públicas e minas e dividia os serviços técnicos do ministério em cinco secções: 1.^a obras públicas, 2.^a minas, 3.^a águas e florestas, 4.^a trabalhos geográficos e estatísticos, pesos e medidas e 5.^a telégrafos. O mesmo diploma criava os seguintes corpos auxiliares do corpo da engenharia civil: 1.^o Corpo de arquitectos, 2.^o Corpo de condutores e 3.^o Corpo de telegrafistas. O significado da criação do Corpo de Engenharia Civil do Ministério das Obras Públicas era evidente no que respeitava à autonomização da carreira dos engenheiros civis relativamente aos militares, que, claramente maioritários, vinham beneficiando da possibilidade de acesso aos quadros de obras públicas em regime de acumulação. Não é portanto de estranhar que o disposto pelo decreto de Outubro de 1864 em breve se tenha repercutido, acentuando o mal-estar já instalado entre engenheiros militares e engenheiros civis, agravado pela recente determinação, de Junho de 1864, que impedia a acumulação de funções aos engenheiros militares. O desfecho do conflito, ao encontro dos interesses dos engenheiros militares e entre os protestos dos engenheiros civis, aconteceria com a publicação do diploma, já em 1868, que, declarando sem efeito o diploma de 30 de Outubro de 1864, veio determinar que as funções de engenharia civil passavam a ser desempenhadas pelo corpo de engenheiros conforme o disposto no regulamento do real corpo de engenheiros de 12 de Fevereiro de 1812⁴, ano em que tinha sido criado o Corpo de Engenharia Militar no Ministério da Guerra.

No rescaldo dos acontecimentos, reagindo à extinção do Corpo de Engenheiros Civis do MOP⁵, os engenheiros mobilizaram-se na criação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (AECV), a primeira verdadeira associação profissional de engenheiros criada em Portugal⁶ e cuja actividade se prolongaria até 1936. De destacar o facto de esta Associação, que terá como herdeira a Ordem dos Engenheiros (OE), ter constituído um



João Crisóstomo de Abreu e Sousa, sócio fundador e primeiro presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



Primeiro número da *Revista de Obras Públicas e Minas* (1870).

Fonte: *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 1, 1870.

Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, sucessora da *Revista de Obras Públicas e Minas* (1926).

Fonte: *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, n.º 1, 1926.

importante espaço de divulgação e uma plataforma de formação técnica. Através da constituição de uma rede de contactos internacionais, manteve um elevado nível de actualização propiciado pela importação de conhecimentos do exterior. Claro que a estas circunstâncias não é estranho o facto, já referido, de uma parte significativa dos engenheiros portugueses ter obtido a sua formação em escolas estrangeiras. A tudo, deve ainda acrescentar-se a visibilidade que, durante décadas, a Associação outorgou à classe através da publicação regular da *Revista de Obras Públicas e Minas* (1870-1926) e da sua sucessora *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* (1927-1936).

A sua importância e o seu dinamismo são atestados pela evolução registada nos valores dos sócios inscritos na Associação durante o período em que esteve activa e que constam do quadro que a seguir se insere:

Sócios inscritos na Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses (1869-1936)

ANO	SÓCIOS	ANO	SÓCIOS	ANO	SÓCIOS	ANO	SÓCIOS	ANO	SÓCIOS
1869	102	1883	270	1897	290	1911	424	1925	698
1870	177	1884	272	1898	297	1912		1926	-
1871	189	1885	274	1899	311	1913	447	1927	-
1872	199	1886	280	1900	317	1914	482	1928	782
1873		1887	290	1901	351	1915	489	1929	819
1874	196	1888	297	1902	349	1916	507	1930	845
1875	200	1889	311	1903	360	1917	392	1931	868
1876	204	1890	317	1904	367	1918	431	1932	928
1877	222	1891	241	1905	387	1919	504	1933	1006
1878	230	1892	254	1906	395	1920	563	1934	1052
1879	239	1893	270	1907	401	1921	584	1935	1067
1880	239	1894	272	1908		1922	617	1936	1097
1881	241	1895	274	1909	423	1923	647		
1882	254	1896	280	1910	425	1924	649		

Fonte: *Revista de Obras Públicas e Minas e Relatórios da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* relativos às gerências de 1928 a 1936.

Foi neste âmbito que se assistiu à prossecução de realizações diversas em que a vontade de modernizar o País passava por um apelo ao contributo dos engenheiros: é o caso dos sectores da construção civil e obras públicas e da edificação e desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e comunicações (pontes, estradas, caminhos de ferro, portos, ...), dos estudos de reconhecimento do território, designadamente das potencialidades do subsolo do País e, obviamente, da sua integração, apesar de tudo lenta, na gestão das indústrias.

Refira-se, em abono da verdade, que os engenheiros se empenharam em corresponder a esses apelos promovendo e assinando projectos e reclamando para si iniciativas estratégicas de desenvolvimento do País. Muitas dessas diligências, demasiado ousadas, acabaram por não ter concretização, ou porque, muitas vezes, o optimismo e voluntarismo se sobrepunha a um indispensável realismo ou porque os vários governos desta fase final da Monarquia, a braços com sucessivas crises políticas e financeiras, estavam praticamente paralisados: não tinham condições, nem meios, para definir uma estratégia de desenvolvimento económico nacional, nem conseguiam reunir, por isso, as condições necessárias à sua materialização.

Como circunstância agravante, o facto de se ter vindo a ampliar um debate que se traduzia, em termos de ideias, em duas concepções contraditórias sobre como devia orientar-se a longo prazo o desenvolvimento económico e social do País, ou seja, qual seria a melhor estratégia para o nosso desenvolvimento. De um lado, uma concepção cuja matriz, em síntese, derivava das formulações de Oliveira Martins, fundadas em torno da Lei do Fomento Rural (1887) que, no quadro das ideias da época defendia, como prioridade, a especialização do País na produção agrícola; por outro, um conjunto de propostas de inspiração externa, ainda pouco consistentes, onde genericamente se defendia o apoio a uma industrialização sempre adiada, uma “revolução industrial” nunca iniciada, uma “idade do ferro” que impotências e interesses inconfessáveis sempre iam fazendo abortar.

De qualquer forma, ainda no século XIX, com o beneplácito dos poderes públicos, surgiram em Portugal experiências inovadoras em diversos campos, designadamente ao nível da promoção do ensino técnico e do ensino da engenharia em particular⁷. Refira-se o papel fundamental da criação da Academia Politécnica do Porto⁸ e da Escola do Exército⁹ em 1837 e do Instituto Industrial de Lisboa e da Escola Industrial do Porto em 1852 na introdução e desenvolvimento do moderno ensino da engenharia em Portugal. A tudo não foi obviamente estranho o clima inspirador suscitado pelos países mais desenvolvidos e a existência de um ambiente internacional de prosperidade económica e de evidente dinamismo tecnológico – tão visível nas célebres exposições internacionais que, a partir do último quartel do século XIX, marcaram o calendário “das realizações”. Como referido, aconteceu sobretudo ao nível das “grandes realizações infra-estruturais”, estimulando a acção dos engenheiros, oferecendo-se assim terreno às expressões reais da engenharia civil.

O final do século XIX traria, porém, constrangimentos e inibições à prossecução desses trabalhos. Os tempos eram de acentuada agitação política e de hesitação em relação ao curso que se haveria de imprimir ao País. As tentativas frustradas de regeneração do regime monárquico, as humilhações externas e, sobretudo, a bancarrota do Estado constituíam o prenúncio da queda inexorável do regime que acabou por ser precipitada pelo regicídio. D. Manuel II sucedeu a D. Carlos, mas a Monarquia, afundada em dívidas e sem apoio popular, morreu às mãos dos revoltosos da República.



Proclamação da República Portuguesa.

I República: a reforma do ensino superior de engenharia e os novos engenheiros

No que se refere à história da engenharia e dos engenheiros em Portugal, o período da I República ficou marcado pelas iniciativas relativas ao ensino, reflectindo o reconhecimento da indispensabilidade de modernizar o ensino da engenharia, de o adaptar ao curso dos tempos e às novas exigências sociais, económicas e até políticas. Neste campo, participando, reflectindo e acelerando o processo de profissionalização dos engenheiros e uma aproximação mais íntima entre a engenharia e a actividade económica, estava na primeira linha o sector industrial.

Na verdade, passados os tempos agitados que se seguiram à implantação da Revolução republicana, era a altura de cumprir e pôr em prática os ideais e as propostas que o republicanismo vinha proclamando. E mesmo que não tenha conseguido concretizar senão uma pequena parte de tudo o que ambicionou, em termos de educação e ensino, a I República conseguiu, logo no ano seguinte ao da sua proclamação, levar a cabo uma



O Instituto Superior Técnico, inaugurado em 1936, no alto da Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa.

Fonte: Divisão de Documentação Fotográfica/IPM.

das mais importantes realizações para o desenvolvimento da engenharia e do seu ensino em Portugal.

Manuel de Brito Camacho¹⁰, ministro do Fomento do Governo Provisório, promulgou em 23 de Maio de 1911 o decreto que criou, sob sua tutela, o Instituto Superior Técnico (IST)¹¹. A partir de então, os percursos entre a engenharia civil e militar¹² foram formalmente cortados e do recém-criado IST surgiria uma engenharia moderna aberta a novos processos e técnicas. Para seu director, Brito Camacho convidou o professor Alfredo Bensaúde, mineralogista e engenheiro, tendo feito boa parte da sua formação na Alemanha, que anos antes publicara um “Projecto de Reforma do Ensino Technologico para o Instituto Industrial e Comercial”¹³. Bensaúde assumiu a direcção do recém-criado instituto aplicando algumas ideias que há muito vinha defendendo, procurando inserir na escola a concepção da indispensabilidade do desenvolvimento da investigação, do experimentalismo praticado em laboratórios e oficinas convenientemente apetrechados e da necessidade de estreitar a colaboração com o sector industrial. Foi nesse ambiente, pouco habitual nas escolas superiores da época, que se formaram os primeiros engenheiros no Técnico, muitos dos quais, para além de surgirem como grandes protagonistas desta história, tão relevantes serviços prestaram ao País.



Busto de Alfredo Bensaúde, primeiro director do Instituto Superior Técnico.

Fonte: Empresa Pública Jornal "O Século" PT/TT/EPJS/SF/001-001/0100/0149Z "Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado.

Eram então cinco os cursos superiores de engenharia ministrados no IST: minas, civil, mecânica, electrotécnica e químico-industrial¹⁴. Além da criação do IST, que se manteve, ao longo de décadas, como a nossa escola de engenharia mais importante, deve ainda assinalar-se a iniciativa, ocorrida no mesmo ano, da reforma do Instituto de Agronomia e Veterinária (assim chamado desde 1886), que passou a denominar-se Instituto Superior de Agronomia e a formar engenheiros agrónomos e silvicultores¹⁵. Pouco tempo passado, em 1915, a Academia Politécnica do Porto também foi transformada: primeiro na Faculdade Técnica¹⁶, mais tarde, em 1926, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)¹⁷.

Vale a pena determo-nos, um pouco mais, nesta questão da reforma do ensino das engenharias quer pela importância que teve para o País como um todo, quer pela forma como acabou por moldar as modalidades de associativismo que os engenheiros portugueses, mais ou menos voluntariamente, vieram a adoptar.

O IST foi criado a partir do Instituto Industrial de Lisboa (onde até então se ministravam cursos industriais e comerciais). A parte do Instituto Industrial de Lisboa que ficou de fora deu origem, em 1914, à Escola de Construções, Indústria e Comércio¹⁸ (que a partir de 1918 voltaria à designação primitiva) – para a formação de técnicos industriais e comerciais,

auxiliares de engenheiros e chefes industriais. O Instituto Industrial do Porto conheceu uma evolução semelhante.

Note-se que estas reestruturações confirmavam a existência de um projecto que se traduzia num claro separar de águas entre o ensino técnico superior e o ensino técnico médio, procedendo à consequente hierarquização entre os respectivos diplomados: esta era uma situação que decorria do confronto, instalado há vários anos, entre os engenheiros e os condutores em torno da utilização do título de engenheiro, questão que era, na altura, particularmente relevante no concorrencial mercado de emprego da Administração Pública: era inequívoco que o número de engenheiros estava a crescer e o mercado, com uma indústria transformadora praticamente inexistente, não dava mostras de ter capacidade para absorver as poucas dezenas de diplomados que regularmente saíam das escolas superiores¹⁹. Note-se que no espaço de 25 anos, entre 1911, ano da fundação do IST, e 1936, da constituição da Ordem, o número de inscritos na AECOP, mais que duplicou, passando de 424 para 1097. Mas não só: o que começou por ser um debate e uma competição em torno de um título profissional passou, pouco depois, a ser também uma disputa entre a supremacia da formação dos engenheiros no quadro de instituições do ensino superior, onde era devidamente ponderado o ensino abstracto, designadamente, das matemáticas.²⁰ No fundo, os condutores, técnicos formados pelos institutos industriais, queriam ser designados por engenheiros, no que eram veementemente contestados pelos recém-diplomados, sobretudo os oriundos do IST, que numa inequívoca afirmação de superioridade intelectual e científica, pretendiam que o título de engenheiro lhes fosse atribuído em exclusividade. O conflito, marcado por alguns episódios mais crispados, ficou resolvido através da consagração de superioridade dos engenheiros formados no quadro do ensino universitário. A designação de condutor foi provisoriamente substituída pela de engenheiro auxiliar, embora tenha vindo a ser retomada a partir de 1931²¹.

Em 1924, a lei n.º 1 638, de 23 de Julho²², veio conferir o título de engenheiro auxiliar aos diplomados pelos institutos industriais incluindo, nessa designação, os condutores. A reacção daqueles que achavam ser os únicos legítimos detentores da designação de engenheiro não se fez esperar. Os alunos do IST mobilizaram-se, cerraram fileiras, procurando

posição nesse autêntico conflito académico. Lançaram-se numa autêntica campanha em defesa do título de engenheiro, em boa parte veiculada através da sua revista *Técnica. Revista de cultura técnica e económica*²³ e chegaram mesmo a recorrer à greve académica²⁴.

As palavras escritas, em editorial da *Técnica*, pelo jovem Bandeira Vaz ilustram bem o espírito que empenhava a participação dos alunos de engenharia no conflito académico:²⁵

[...] *Não nos move pois ao querermos monopolizar o título de engenheiro – aceitamos o termo – uma vaidade mesquinha e imbecil.*

Ser-nos-ia então mais fácil ter aceitado o título de doutor, que nos foi oferecido e recusámos.

Queremos apenas que a palavra engenheiro continue a ter «em Portugal» a significação que até hoje tem tido.

Título académico? Profissão?

Uma e outra coisa.

[...]

E se vamos tirar em Portugal toda a significação à palavra engenheiro, que lucrava com isso a indústria portuguesa ou a desgraçada democracia.

Demolir! Demolir para nivelar todo o edifício social, pelo mesquinho padrão da mediocridade.

É isso que se pretende, para que depois quando já não houver distinções, quando se tiver reduzido a sociedade a um verdadeiro protozoário sem células diferenciadas, todos possam ser agrónomos, médico, advogados e engenheiros... auxiliares.

Os alunos do IST levantando-se em massa, sem uma discrepância, para defender o título que lhes há-de pertencer, lançam-se num movimento retintamente patriótico e construtivo.

Deram o primeiro passo no sentido de prestigiar uma classe a que ainda não pertencem mas a que em breve contam pertencer; uma classe de que depende em grande parte a resolução do problema industrial e do desenvolvimento das colónias.

Isto tudo, para que amanhã, quando estiver regulamentada a «profissão de engenheiro», os «engenheiros» possam sem entraves cumprir a missão a que são chamados: Fazer que Portugal ocupe o seu verdadeiro lugar entre as Nações.

Os efeitos da greve académica, prolongando-se para lá do golpe militar de 28 de Maio de 1926, conduziram à efectiva protecção legal do título de engenheiro²⁶ em exclusivo para os diplomados pelas escolas de ensino superior e conferindo o título de agente técnico de engenharia aos antigos condutores e aos diplomados pelos institutos industriais.

Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho de 1926

Tendo em vista o parecer da comissão incumbida de estudar as reclamações académicas:

Em nome da Nação, o Governo da República decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A designação de «engenheiro», pertence aos diplomados com qualquer dos cursos nacionais a seguir indicados, por ordem de antiguidade

- a) Curso de engenharia militar e de engenharia civil e de minas da antiga Escola do Exército;*
- b) Antigo curso de engenheiro construtor naval da Escola Naval de Lisboa;*
- c) Curso de engenheiro hidrógrafo da Escola Naval de Lisboa;*
- d) Cursos de engenharia da antiga Academia Politécnica do Porto;*
- e) Curso de engenharia industrial dos antigos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto;*
- f) Cursos de engenharia do Instituto Superior Técnico;*
- g) Cursos de engenheiro agrónomo e de engenheiro silvicultor do Instituto Superior de Agronomia ou aos Institutos que o precederam;*
- h) Cursos de engenharia militar da antiga Escola de Guerra;*
- i) Cursos de Engenharia da antiga escola de engenharia anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;*
- j) Cursos de engenharia da Faculdade Técnica da Universidade do Porto;*
- k) Cursos de engenharia militar da Escola Militar;*
- l) Curso de engenheiro geógrafo das Faculdades de Ciências;*
- m) Cursos de artilharia da antiga Escola do Exército e de artilharia a pé da antiga Escola de Guerra e da actual Escola Militar.*

§ único. No uso de um título de engenheiro é obrigatório mencionar a qualificação do diploma que o confere.

Art. 2.º É mantida a designação de engenheiro maquinista naval aos actuais oficiais maquinistas da armada.

Art. 3.º Para a admissão na Escola Naval de Lisboa dos candidatos a aspirantes a engenheiros maquinistas navais será exigido de futuro, como habilitação científica e técnica, o primeiro ano de engenharia mecânica do Instituto Superior Técnico ou da Faculdade Técnica da Universidade do Porto.

§ 1.º Os alunos aspirantes a engenheiros maquinistas navais simultaneamente com um curso especial de dois anos na Escola Naval, frequentarão, no Instituto Superior Técnico, as cadeiras de máquinas de vapor, de máquinas térmicas (excluindo as de vapor) e de turbinas.

§ 2.º Depois de obtido o diploma de engenheiro maquinista naval, poderão os referidos engenheiros completar, no Instituto Superior Técnico ou na Faculdade Técnica da Universidade do Porto, os cursos de engenharia electrotécnica ou de

engenharia mecânica destas escolas, contando-se-lhes as cadeiras que tenham correspondentes no seu curso especial.

Art. 4.º Aos diplomados com qualquer curso de ensino técnico industrial médio é conferida a designação de «agente técnico de engenharia».

§ único (transitório). É mantida a designação de «engenheiro auxiliar» aos diplomados pelos actuais Institutos Industriais, a quem, até decorridos trinta dias sobre a publicação do presente decreto, tiverem sido conferidos os respectivos diplomas, à face da legislação vigente.

Art. 5.º Aos diplomados com os cursos médios de indústria dos antigos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e aos antigos condutores, com mais de dez anos de serviço da sua profissão, é garantido o direito de receberem o diploma de engenheiro pelo Instituto Superior Técnico ou pela Faculdade Técnica da Universidade do Porto se os respectivos conselhos escolares reconhecerem o valor dos seus trabalhos.

Art. 6.º Para os efeitos da admissão à primeira matrícula no Instituto Superior Técnico é equiparado o curso geral dos Institutos Industriais ao curso complementar de ciências dos liceus.

Art. 7.º Os conselhos escolares do Instituto Superior Técnico e da Faculdade Técnica da Universidade do Porto ficam autorizados a organizar cursos complementares de quatro anos, destinados a receber os diplomados dos actuais Institutos Industriais que, por indicação dos respectivos conselhos escolares, sejam merecedores de prosseguir os seus estudos, a fim de obterem um diploma de engenheiro.

Art. 8.º Aos diplomados pela Escola Nacional de Agricultura de Coimbra é conferida a designação de «agricultores diplomados».

Art. 9.º Aos diplomados pela Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém é conferida a designação de «regentes agrícolas».

Art. 10.º É revogado o art. 1.º do decreto com força de lei n.º 4014, de 28 de Março de 1918, na parte em que confere aos diplomados pelo Instituto Superior de Agronomia o título de doutor.

Art. 11.º (transitório). A designação actual de «engenheiros industriais», conferida aos oficiais de artilharia da antiga Escola do Exército e aos oficiais de artilharia a pé da antiga Escola de Guerra e da actual Escola Militar é substituída pela de «engenheiros fabris do Exército».

Art. 12.º De harmonia com a base XX do decreto com força de lei n.º 11 856, de 3 de Julho de 1926, os futuros oficiais da arma de artilharia que se habilitem, no Instituto Superior Técnico ou na Faculdade Técnica da Universidade do Porto, com cursos especiais, que os preparem a fazer serviço nas fábricas que hoje dependem do Arsenal do Exército, serão denominados «engenheiros fabris do exército».

Art. 13.º Os engenheiros diplomados por escolas de engenharia estrangeiras, de categoria equivalente às escolas superiores de engenharia portuguesas: Instituto

Superior Técnico e Faculdade Técnica da Universidade do Porto, são obrigados a registar os seus diplomas na Secretaria Geral do Ministério do Comércio e Comunicações.

§ 1.º O registo dos diplomas é gratuito.

§ 2.º Os actuais diplomados devem registar os seus diplomas no prazo de seis meses, a contar da publicação deste decreto.

Art. 14.º Os diplomados com um curso de engenharia por escolas estrangeiras só poderão exercer a profissão de engenheiro em Portugal quando tenham feito o registo a que se refere o artigo 13.º.

Art. 15.º A equivalência das escolas de engenharia estrangeiras às escolas superiores de engenharia portuguesas será fixada pelo Governo, em diploma especial, sob parecer fundamentado das escolas superiores de engenharia: Instituto Superior Técnico e Faculdade Técnica da Universidade do Porto.

§ 1.º Quando não for reconhecida essa equivalência poderão os interessados requerer lhes seja permitida a apresentação e defesa, perante o Instituto Superior Técnico ou Faculdade Técnica da Universidade do Porto, de um projecto de engenharia da sua livre escolha. A aprovação deste projecto dá-lhes direito ao registo de que trata o artigo 13.º.

§ 2.º (transitório). Ficam dispensados da apresentação e defesa dum projecto de engenharia, como acto preparatório do registo de que trata o parágrafo anterior do presente decreto os actuais diplomados com cursos de engenharia estrangeiros, formados por escolas de engenharia que conferem diplomas de engenheiro habilitando ao exercício legal da profissão de engenheiro nos respectivos países.

Art. 16.º A nomenclatura fixada neste decreto será adoptada nas respectivas organizações de serviços,

Art. 17.º Ficam incursos nas disposições do § 2.º do artigo 236.º do Código Penal os indivíduos que infringirem o disposto no presente decreto na parte relativa ao uso de títulos.

Art. 18.º Este decreto entra imediatamente em vigor, ficando revogada a legislação em contrário, e em especial a lei n.º 1638, de 23 de Julho de 1924, a lei n.º 1664, de 6 de Setembro de 1924, e anulada a lei n.º 1698, de 17 de Dezembro de 1924, na parte em que confere aos oficiais de artilharia o título de engenheiro industrial.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 29 de Julho de 1926. António Óscar de Fragoso Carmona – José Ribeiro Castanho Manuel Rodrigues Júnior, João José Sinel de Cordes, Jaime Afreixo António Maria de Bettencourt Rodrigues, Abílio Augusto Vaidéz de Passos e Sousa, João Belo, Artur Ricardo Jorge, Felisberto Alves Pedrosa.

Esta legislação, que protegia o título de engenheiro, voltou a ser revista logo em 1930, acentuando a superioridade reconhecida aos diplomados pelo IST e pela FEUP e alargando a defesa do título às colónias²⁷. Apesar da ocorrência de reacções dispersas por parte dos diplomados pelas outras escolas²⁸, no contexto do novo enquadramento proteccionista que o Estado Novo assegurava, o conflito foi de certa forma neutralizado, embora se tenha mantido latente ao longo das décadas seguintes; a tudo isto deve acrescentar-se a publicação de uma relativamente abundante legislação restritiva em relação à actividade de engenheiros estrangeiros ou mesmo de portugueses formados em escolas estrangeiras²⁹.

Legislação relativa ao Título de Engenheiro (1926-1936)

Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho de 1926, declara que a designação de engenheiro pertence aos diplomados com qualquer dos cursos nacionais indicados neste decreto (DG, I Série, de 29 de Julho de 1926).

Portaria de 18 de Dezembro de 1926, aprovando a lista das escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas e determinando que a referida lista seja considerada provisória até 29 de Janeiro de 1927 (DG, II Série, n.º 300, de 23 de Dezembro de 1926).

Decreto n.º 13 043, de 19 de Janeiro de 1927, regula a concessão do título de engenheiro, regulamentando o artigo 5.º do decreto n.º 11 988 (DG, I Série, n.º 15, de 19 de Janeiro de 1927)

Decreto n.º 13 080, de 24 de Janeiro de 1927, estabelece disposições transitórias para o registo do diploma de engenheiro passado por escolas superiores estrangeiras (DG, I Série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1927).

Portaria de 14 de Maio de 1927, aprovando a lista definitiva, apresentada pelo Instituto Superior Técnico, das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores portuguesas de engenharia, Instituto Superior Técnico e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (DG, II Série, n.º 106, de 18 de Maio de 1927).

Portaria n.º 4891, de 30 de Maio de 1927, prorroga o prazo para o registo do diploma de engenheiro passado por escolas superiores estrangeiras (DG, I Série, n.º 112, de 1 de Junho de 1927).

Lista dos engenheiros diplomados por escolas estrangeiras cujos diplomas foram registados nos termos do § 2.º do artigo 13.º do decreto n.º 11 988 e provisoriamente nos termos do § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 13 080 (DG, II Série, n.º 156, de 18 de Julho de 1927).

Decreto n.º 15 089, de 11 de Fevereiro de 1928, autoriza os engenheiros diplomados por escolas superiores de engenharia estrangeiras equivalentes às portuguesas a poderem efectuar o registo dos respectivos diplomas em qualquer época (DG, I Série, n.º 48, de 29 de Fevereiro de 1928).

Decreto n.º 15 819, de 30 de Julho de 1928, permite aos indivíduos que à data do decreto com força de lei n.º 11 988 possuissem certificados de cursos completos por escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a apresentação e defesa perante o Instituto Superior Técnico ou Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto de um projecto de engenharia da sua livre escolha (DG, I Série, n.º 178, de 6 de Agosto de 1928).

Decreto n.º 16 171, de 27 de Novembro de 1928, regula a execução do decreto n.º 15 819 (DG, I Série, n.º 276, de 29 de Novembro de 1928).

Decreto n.º 16 946, de 11 de Junho de 1929, esclarece que o artigo 1.º (transitório) do decreto n.º 13 080 não abrange os diplomados que dentro do prazo legal haviam entregue os seus diplomas para efeitos de registo. Determina que não sejam permitidos novos registos de diplomas de cursos estrangeiros passados por escolas que não tenham a categoria universitária a que faz referência o artigo 2.º do decreto n.º 13 080 (DG, I Série, n.º 130, de 11 de Junho de 1929).

Decreto n.º 19 161, de 23 de Dezembro de 1930, declara em vigor em todas as colónias, com várias alterações, o decreto n.º 11 988, relativo a engenheiros diplomados por escolas de engenharia estrangeiras de categoria equivalente às escolas superiores de engenharia portuguesas (DG, I Série, n.º 298, de 23 de Dezembro de 1930).

Engenheiros, espaço e acção nos caminhos do desenvolvimento

No que se refere à questão do papel dos engenheiros no quadro do desenvolvimento económico do País, é sabido que nem a Monarquia Constitucional, no seu ocaso, nem a I República lograrão alcançar quaisquer limiares de estabilidade política e financeira. De resto, nesse aspecto, as coisas pouco se alterariam com a mudança de regime: às impotências monárquicas seguiu-se a quase completa incapacidade da República para articular o que quer que se aproximasse de uma estratégia de longo prazo. De facto, em matéria económica a I República nunca conseguiu enunciar, propriamente, um programa de desenvolvimento. Tardava um projecto de industrialização, área que, pela sua natureza, poderia produzir dinâmicas e sinergias no campo da engenharia.

Os caminhos que se indicavam para o País não colocavam tão-pouco a industrialização na ordem do dia além de que, os efeitos das inconstâncias políticas e das fragilidades das finanças públicas se repercutiam negativamente na igualmente frágil iniciativa privada, já de si pouco disponível em concorrer com os seus capitais para a promoção industrial do País. Eram escassos os interesses da elite económica em apostar nesse sector – a agricultura e o comércio continuavam a representar as suas preferências enquanto os seus capitais eram, em montantes cada vez mais elevados, colocados especulativamente no exterior. A indústria, também pelas razões que se prendiam com as polémicas a que acima se fez referência, continuava a ocupar uma posição de segundo plano em relação à agricultura, e assim se manteve por largos anos. Sector maioritariamente explorado de forma artesanal, dominado pelas indústrias mais tradicionais, sobretudo a têxtil e a alimentar (conservas de peixe e moagem), e alguma química (resinosos e adubos), a indústria pesada primava pela ausência. Por esta época, poucas eram as unidades industriais inovadoras e as que havia mantinham fortes ligações ao sector agrícola e encontravam-se muito concentradas em torno de Lisboa, a norte e a sul do Tejo.

Embora poucos, os desenvolvimentos ocorridos não eram estranhos à acção e à estratégia dos engenheiros que procuravam, de forma cada vez mais aberta, e também num contexto de criação e alargamento do mercado de emprego, participar na definição das iniciativas conducentes à modernização do aparelho produtivo português e, simultaneamente, afirmar a indispensabilidade do seu desempenho numa relação cada vez mais estreita com a actividade produtiva e, em particular, com as indústrias transformadoras.

Pois bem, parece ser também neste ambiente que se enquadra a emergência e estruturação de uma outra dinâmica através da qual se procurava definir um espaço e um caminho, que não deixaria de se alargar e acentuar no futuro, no sentido da organização dos engenheiros como corpo e como classe.

Os engenheiros da AECP, confiantes na sua capacidade técnica e, tendo visto, de certa forma, confirmada a sua indispensabilidade, procuravam reforçar a sua identidade colectiva: quer assumindo-se como classe profissional dotada de uma competência específica e identificável,

quer reivindicando o seu lugar na sociedade. Sintomática a esse respeito a revisão dos estatutos da Associação operada em Dezembro de 1917, que a transforma, pela primeira vez, numa instituição onde se faz sentir uma componente de defesa de interesses de ordem laboral³⁰. Daí resultava bem claro o entendimento que existia quanto à especificidade dos engenheiros: *entende-se por engenheiro civil todo o indivíduo nacional ou estrangeiro, residente em território português, que possua o diploma de engenheiro em qualquer das especialidades em que se agrupam conhecimentos que constituem a arte e a ciência da engenharia*, acrescentando-se que os diplomas de engenheiro respeitavam aos passados por escolas de engenharia nacionais ou por escolas de engenharia estrangeiras acreditadas mundialmente. Como corpo, definem-se os fins da Associação. Entre outros, *defender os interesses profissionais e materiais dos engenheiros portugueses sócios da Associação e que exerçam a sua profissão em território português, prestando-lhes todo o apoio necessário, quando se julgue útil aos interesses gerais da classe*. Ficava assim explicitamente anunciado o caminho que, trilhado, seria aprofundado nos anos seguintes, catapultando a Associação muito para lá da sua natureza e vocação originais, que eram eminentemente científicas.

Verifica-se assim que, gradualmente, durante os anos 20, o objetivo da criação de uma Ordem dos Engenheiros foi ganhando expressão e adquirindo forma. A esta intenção não era naturalmente estranha a questão da defesa do título de engenheiro cuja importância, como se viu, foi ganhando terreno nesta conjuntura. Refira-se, a propósito, a reacção da AECP³¹ à reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações introduzida pelo governo republicano em 1920³² e como, em representação ao Parlamento, os engenheiros da Associação consideraram ter sido ferido o *prestígio da classe*³³.

No essencial, a exposição então elaborada tinha a ver com a redução dos lugares de quadro de engenharia civil no Ministério e com o facto de, na nova organização, ser *dada aos condutores de obras públicas, que não são diplomados, ou que o não são em escolas de engenharia, a designação de engenheiros auxiliares*³⁴. A partir dessa data a questão da defesa do título de engenheiro ganhou contornos de maior agressividade, decorrendo no contexto de um conflito aberto com o Grémio Técnico

Português, o que só veio reforçar a ideia da urgência da criação de uma Ordem profissional.

Sucederam-se as reacções mais ou menos organizadas, os apontamentos, os artigos nas publicações afectas aos engenheiros, as representações aos poderes públicos, explicitamente divulgadas através do órgão da AECP, denunciando *a invasão dos lugares de engenheiros por pseudo-engenheiros*³⁵ acusando as circunstâncias em que *se pode ser engenheiro auxiliar sem se ser engenheiro e que este substantivo junto à palavra auxiliar não corresponde a qualquer habilitação especial, mas somente a uma pura e simples benesse*³⁶. O desfecho da contestação, indo ao encontro das reivindicações da AECP, que chegou a recorrer à convocação de uma greve em 1924, como já foi referido, aconteceu finalmente em 1926, com a publicação do decreto n.º 11 988: aqui se consagrava a exclusividade da atribuição do título de engenheiro a uma formação académica superior, atribuindo aos diplomados com cursos médios a designação de “agente técnico de engenharia”.

Ditadura e Estado Novo: os engenheiros perante a nova ordem corporativa

Entretanto fechara-se um ciclo político. O golpe de 28 de Maio dava início a um período de Ditadura Militar que havia de culminar, em 1933, com a institucionalização do Estado Novo, de matriz corporativa.

Com a saída da cena política dos dois mais expostos chefes da revolta militar, Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, emergiu a figura do general Óscar Carmona, entretanto eleito Presidente da República em 25 de Março de 1928. Foi já neste quadro político que Oliveira Salazar regressou ao Ministério das Finanças (27 de Abril), agora integrado num governo liderado pelo general José Vicente de Freitas. Os resultados alcançados no âmbito da Ditadura Financeira, o êxito conseguido pelo novo ministro das Finanças, designadamente em termos do reequilíbrio orçamental, e a habilidade com que foi manobrando no sentido de ir sucessivamente afastando a maioria dos seus principais adversários políticos, permitiram a ascensão de O. Salazar (em Julho de 1932) à Presidência do Ministério. A ambiguidade dos primórdios da Ditadura



Golpe militar comandado por Gomes da Costa. A I República é derrubada e é instaurada a Ditadura Militar.

foi-se gradualmente diluindo: o novo regime, que operaria uma profunda ruptura com o republicanismo, seria conservador e antiparlamentar. O já histórico dirigente do sector católico conservador, em estreita aliança com o núcleo mais reaccionário e nacionalista dos chefes militares, de que o general Carmona era figura prestigiada, vai moldando e lançando as bases do novo regime que, sob a égide da fórmula corporativa, se vê formalmente legitimado pela nova Constituição Política da República Portuguesa, plebiscitada em 1933, da qual passa a fazer parte integrante o Acto Colonial³⁷, e pelo Estatuto do Trabalho Nacional³⁸.

Para trás foi ficando o *crash* da Bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão que, entre 1929 e 1935, com maior ou menor intensidade, se propagou à escala mundial. É certo que o impacto e as consequências da crise mundial foram tardias e, de certo modo, mitigadas, em Portugal. Desde logo, porque a própria arquitectura financeira e monetária laboriosamente cerzida por Salazar constituiu um amortecedor aos efeitos da crise mas, sobretudo, devido ao fraco grau de monetarização e de internacionalização da economia portuguesa. No entanto, foi o suficiente para que se instalasse um certo mal-estar: o desemprego aumentou, diminuíram

os rendimentos e juros de capitais colocados no estrangeiro, baixaram as cotações dos produtos de exportação e foi registada uma quebra das remessas dos emigrantes. A tudo, deve acrescentar-se a “angustiante” constatação do atraso nacional, sobretudo no terreno industrial.

Foi nesse contexto que, aproveitando a oportunidade que o momento político de certa forma oferecia, ganhou consistência a ideia de uma proposta industrializante para o País, em boa medida protagonizada por engenheiros, na convicção de que era chegado o momento de promover o arranque auto-sustentado da economia portuguesa, viabilizado pelo motor industrial. O novo contexto internacional, de contracção dos mercados e de crescente protecção, conduziu a uma mais intensa exploração dos recursos nacionais. Tudo se conjugava, num quadro de propaganda nacionalista, no sentido de defender a industrialização do País, tal como vinha sendo feito, de maneira cada vez mais audível, em alguns meios industriais desde os finais da década de vinte.

Reivindicando a parcela do poder de que se julgavam credores, engenheiros e industriais, confiantes nas suas virtudes, actuaram em diversas frentes, convictos de que as suas ideias e habilitações bem como as directrizes e projectos que preconizavam poderiam ser aceites e apoiadas na sua realização pelo Governo. Foram eles os responsáveis pelo despertar de uma ideologia que, não deixando de ser nacionalista, era eminentemente produtivista, voluntarista, industrializante, por isso, capaz de gerar um modelo de desenvolvimento económico centrado no crescimento industrial: o seu êxito dependia apenas do apoio governamental, na adequada exploração dos recursos materiais do País e na criação de condições onde se pudessem exprimir as potencialidades empresariais dos homens³⁹.

Engenheiros e industriais procuraram então trazer para a discussão pública a realidade e o futuro da economia nacional, formular as bases de um projecto de política industrial, propondo as medidas conducentes a um verdadeiro processo acelerado de industrialização, definindo quer a sua própria actuação quer o papel que o Estado haveria de desempenhar nesse processo. Tudo isso ficou essencialmente consagrado no I Congresso Nacional de Engenharia (1931)⁴⁰ organizado pela AECP, cujo conteúdo adiante será desenvolvido e, pouco mais tarde, no



1.º Congresso da Indústria Portuguesa.

Fonte: Revista *Indústria Portuguesa*,
Julho de 1933.

I Congresso da Indústria Portuguesa (1933)⁴¹ em que os engenheiros também participaram maciçamente.

Na verdade, reforçando o percurso apontado, pode verificar-se que, nos anos 30, engenheiros e industriais acentuaram interdependências e concertaram esforços em termos de definição e orientação da linha de desenvolvimento económico do País. Consequentemente ambos se empenharam na defesa dos rumos que viabilizariam a reconstrução e o ressurgimento económico de Portugal através do seu desenvolvimento industrial.

Os engenheiros cientes da sua força, da sua capacidade e competência, adoptaram então uma estratégia claramente ofensiva. Em termos gerais, procuraram concretizar as suas ideias, primeiro através de um explícito projecto de profissionalização e pela consolidação da defesa do título de engenheiro em que se enquadrava a criação da Ordem; logo depois, pela assunção de um protagonismo cada vez mais evidente no quadro da definição da política e da estratégia económica

que o País deveria adoptar. As suas intervenções públicas eram cada vez mais visíveis, assumindo papéis na administração e no Governo, publicando artigos e manifestos... nos seus órgãos privilegiados (a *Revista da AECP*, a *Técnica* e a *Revista de Engenharia* da FEUP), ou através da organização de eventos, palestras, ciclos de conferências, mas onde avulta o I Congresso Nacional de Engenharia (1931).

Foi nesse tempo que se fez sentir de forma mais clara a insistência dos engenheiros no sentido da criação da sua Ordem. Aconteceu, assim, que a ideia foi gradualmente ganhando adeptos e forma. Em todo esse processo participaram vários elementos da nova geração de diplomados pelo IST, entre os quais, é de toda a justiça salientar, o nome de um desses jovens engenheiros: José Nascimento Ferreira Dias Júnior⁴².

A questão da função social do engenheiro

O final dos anos 20 e os primeiros anos da década de 30 foram dominados no âmbito da AECOP por três questões essenciais: a regulamentação da actividade do engenheiro e a institucionalização de uma organização profissional, a organização do I Congresso Nacional de Engenharia e a aquisição de uma nova sede para a Associação.

Na verdade, confiantes do seu papel e do seu protagonismo, os engenheiros adoptaram então uma estratégia claramente ofensiva. Em termos gerais, procuraram concretizar as suas ideias, primeiro através de um explícito projecto de profissionalização e pela consolidação da defesa do título de engenheiro em que se enquadrava a criação da Ordem; logo depois, pela assunção de um protagonismo cada vez mais evidente no quadro da definição e concretização da estratégia económica que o País teria de adoptar.

O tom tinha sido lançado no passado e crescia entre circunstâncias que a conjuntura económica e política potenciava; em tempos mais recentes, de crise em crise, na sequência de uma guerra cujos efeitos, maiores e mais duradouros, se repercutiram num tempo para além do qual era difícil fazer previsões. Apesar de tudo havia quem desse o exemplo e tentasse remar contra a maré do conformismo, como exemplarmente atestam os trabalhos do engenheiro Ezequiel de Campos⁴³.

Dessa altura, regista-se um bom exemplo da forma como os engenheiros se viam e do que consideravam ser o seu papel no enquadramento do percurso económico do País no artigo “As funções do engenheiro na indústria moderna” de J. V. Duro Sequeira, engenheiro civil pelo IST, publicado na revista da AECOP: *Nesta cruzada do ressurgimento nacional deve caber à nossa Associação um papel primordial. A sua acção deve ser incessante e aplicar-se a todos os objectos da sua competência. Tudo o que diga respeito aos caminhos de ferro, às estradas, aos portos, às indústrias lhe deve ser submetido para que ela dê o seu parecer*⁴⁴. E terminava, salientando a importância da técnica na *vida económica moderna: É sobre ela que se apoia o sistema social, é por meio dela que a nação progride e se enriquece*. Conclusão esperada: a imperatividade da acção dos engenheiros, principais repositórios e agentes práticos desse saber técnico,

reagindo *contra o sombrio abatimento e contra esta indiferença prostrada em que todo o desejo, toda a esperança, toda a vontade sossobra*⁴⁵.

Não muito mais tarde, em 1927, José Mendes Leal, engenheiro mecânico, também diplomado pelo IST, proferia na AIECP uma conferência dedicada ao tema “A moderna função social do engenheiro” onde começava por fazer um apelo ao ensino experimental e ao seu melhoramento, evocando e elogiando a preparação científica do engenheiro⁴⁶. Depois, procurava recentrar a actividade dos engenheiros no quadro da actividade económica. A definição de identidade e funções que o conceito de “moderno” sugeria e ilustrava, seria reiteradamente retomado no discurso sobre o papel dos engenheiros e propagado nos anos seguintes. Como alguns chegaram a referir, tratava-se de uma verdadeira cruzada pelo reconhecimento da sua indispensabilidade e incontestabilidade em torno da sua intervenção a diversos níveis da actividade económica e também política.

Acrescente-se, por isso, essa outra dimensão da cruzada empreendida, ainda mais ambiciosa: *é a altura de produzirmos uma afirmação que não precisa de justificação porque é axiomática: “os grandes problemas de fomento são sempre obras de engenharia”; o mesmo é afirmar que aos engenheiros está reservado um papel preponderante e da maior responsabilidade nas sociedades modernas*. Ou, dito de outra forma, pertence aos engenheiros a parcela fundamental na definição e estruturação da política económica do País: *Na própria administração do Estado [...] deve o engenheiro por direito próprio assumir postos de direcção mesmo os mais elevados*⁴⁷.

Neste verdadeiro braço de ferro social, José de Araújo Correia⁴⁸, engenheiro de minas, que viria a ser um dos grandes próceres do novo Regime, até ia um pouco mais longe na concepção que defendia sobre a moderna função social do engenheiro: *o avanço material e económico, até certo ponto moral, das sociedades modernas, deriva em primeiro lugar da importância da função social que o engenheiro nelas exerce*. Num outro artigo, publicado poucos meses antes, Araújo Correia fazia um elogio encomiástico do papel dos engenheiros nas sociedades modernas: [de entre] *todos os responsáveis pelos instrumentos de fomento [dos] países, destacam-se os engenheiros. [...] É a engenharia [...] que resolve quase todos os problemas mundiais*. E ainda referindo-se aos engenheiros



José Dias de Araújo Correia, no dia de tomada de posse de Director-Geral do Ensino Técnico.

Fonte: Posse do Director-Geral do Ensino Técnico. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0013/0519D
 "Imagem cedida pelo ANTT"
 Autor: não identificado.

afirma: *Na política e na finança a sua acção começa também a dominar. Mais adiante, fazendo suas as palavras de um político norte-americano, defende: Ao engenheiro compete a missão de transformar o mirrado corpo do facto científico, no corpo vivo da indústria. É a sua inteligência que traz ao mundo o conforto e satisfaz as necessidades da vida quotidiana. Em contrário do médico não é sua missão a luta para salvar os fracos; [...]. Engenharia é a profissão da criação e construção, é a profissão que estimula e avigora o espírito humano*⁴⁹.

No mesmo sentido se pronuncia outro notável, o engenheiro José Queiroz Vaz Guedes, director da *Técnica*, referindo-se à publicação do decreto n.º 11 988, já mencionado. Numa conferência feita no IST, em Fevereiro de 1929, abre assim a sua intervenção: *Esta minha pobre palestra devera eu tê-la realizado há dois anos logo após o triunfo da nossa Classe sobre os seus adversários*⁵⁰.

O desafio, crua e pragmaticamente explicitado, era claro e nele se encontrava incluída a realização de um grande Congresso Nacional de Engenharia que a AECF perspectivava para breve, nesses finais dos anos 20. O Congresso de que se falava em 1927, que já era uma iniciativa adiada de anos passados, concretizar-se-ia, como já foi assinalado,

apenas em 1931; retomá-lo-emos mais adiante neste texto; mas, o espírito e a cruzada mantiveram-se na ordem do dia. Nesse quadro, entretanto, ocorreram outros desenvolvimentos na vida da AECP, em particular, relativos ao percurso que conduziria à criação da Ordem.

Uma vez encontrados o espírito, o tom e a estratégia, justificava-se a persistência em torno da regulamentação da sua actividade e na aspiração de institucionalizar uma organização profissional adequada aos tempos que então se viviam: em boa verdade, ainda se mantinha em aberto não só a questão institucional como a outra, da defesa do título, que o diploma de 1926 viera em parte resolver mas não erradicar.

Tudo isso está, de resto, patente nas múltiplas intervenções públicas que os engenheiros levaram a cabo no sentido da criação da Ordem e que os diversos órgãos de comunicação ligados à engenharia faziam os possíveis por amplificar. Deve assinalar-se a persistência, o ritmo, a sucessão, sem quebras, de artigos que então surgiram dedicados à essência do “ser engenheiro”, à sua função, a quem podia ser outorgado o título e a quem, em caso algum, não devia ser..., na *Revista da AECP*, na *Técnica*, na *Revista da Faculdade de Engenharia do Porto*, tal era a importância do tema.

Veja-se a forma como se manifesta, em 1928, J. E. Dias Costa, engenheiro do IST: [...] *no momento em que a nossa Classe tem novamente de se preparar para a luta contra intrusos que não desistem de se apropriar do nosso título, não é demais a embora obscura afirmação de fé dum camarada firme, em cujo peito a custo se contém o orgulho de pertencer à classe dos Engenheiros*. E mais adiante, como se empenha em provar que: [...] *nada parece mais desprovido de interesse prático do que a demonstração do título de Engenheiro ser bem um título – um título honorífico – e não o nome duma profissão*. Aliás, preconizava Dias Costa, interrogando-se: *Que vem a ser um título? Título é, por definição, uma denominação honorífica. Os títulos eram as qualificações honoríficas dos indivíduos que tinham algumas das honras. Não eram somente os títulos de nobreza territorial, por exemplo, marquês, conde, ou barão*.

Afinal, toda esta indignação surgia a propósito de um episódio banal, onde no quadro da boa tradição republicana, por princípio os títulos tinham sido abolidos (diga-se de passagem que, à época, o princípio já estava um pouco em desuso) e portanto, todos, independentemente da

posição ou classe profissional a que pertenciam, eram simplesmente tratados por senhor. Não entendeu assim Dias Costa que, a propósito do tratamento por *Sr. Pacheco*, então saída no *Diário de Notícias*, referindo-se a Duarte Pacheco, por ocasião de uma sessão solene realizada no IST, pretendeu fazer do facto um caso exemplar. *Aquele periódico*, afirmava, *consagrou duas colunas a essa solenidade e informou os seus leitores de que, às tantas, o senhor Pacheco se levantou para discursar. O Senhor Pacheco! [...] Para o Director do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Engenharia de Lisboa, não há uma deferência condigna da sua posição social. Não há para ele o mafarrico dum título de Engenheiro. É o Senhor Pacheco. Nem mais. Nem menos.*⁵¹ A esta distância o episódio pode parecer anedótico. A verdade é que muitos outros engenheiros que vieram a ocupar alguns dos mais altos cargos no governo e na administração se pronunciaram de forma semelhante. Basta consultar as duas principais revistas de então, a da AECP e a *Técnica* para encontrar dezenas de referências ao problema.

A protecção do título, a regulamentação da profissão, a defesa e consagração da classe que então procurava o seu lugar no quadro mais geral da sociedade, para além da esfera técnica em que já imperava, é parte da estratégia e das prioridades inscritas na agenda da AECP que compõem o caminho da reclamação feita em nome da criação da Ordem dos Engenheiros. Vejam-se os relatórios da Direcção da AECP relativos a esse período, e a nomeação dos problemas vitais da Associação: estão lá todos estes argumentos a que se junta o da necessidade de uma nova sede.

Logo no relatório de 1929 surge, em alínea autónoma, a questão da Ordem, e o registo da entrega, ao ministro do Comércio, *de um projecto, por nós elaborado, da Regulamentação da nossa profissão e da criação da ordem dos Engenheiros. Esperamos que S. Ex.^a concorde com o nosso projecto e se assim for será um passo importante no caminho da resolução dum dos nossos problemas máximos*⁵².

Foram sobretudo os novos engenheiros aqueles que maior dinamismo imprimiram na condução dessas iniciativas; à imagem de Dias Costa, são esses jovens engenheiros, muitos saídos do IST, parte dos que tinham animado a campanha da defesa do título que envolveu a agitação estudantil no IST no ano lectivo de 1924/1925 que agora, no quadro da AECP,

1.º Congresso Nacional de Engenharia⁽¹⁾

B) — Sessões das Classes

I — Sessões da 1.ª Classe (Construções e Obras Públicas)

1.ª SESSÃO

Segunda-feira, 8 de Junho de 1931, às 10 1/2 horas,
na Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses.

PRÉSIDENTE

Eng. António Vicente Ferreira

SECRETÁRIOS

Eng. João Pedro de Melo Quintela Saldanha
Eng. Rodrigo Machado Guimarães

Ao abrir a sessão, o Sr. Presidente saúda a Assembleia.
E' dada a palavra ao Sr. Eng. Cid Perestrelo, que justifica e lê as conclusões da sua tese A «gare» marítima e as «gares» fluviais de Lisboa. Essas conclusões são assim apresentadas:

- 1.ª — E' indispensável e urgente que o pôrto de Lisboa seja dotado com uma «gare» marítima, para serviço da grande navegação, e com «gares» fluviais que assegurem as comunicações entre as duas margens do Tejo.
- 2.ª — A melhor localização para a «gare» marítima é, certamente, o novo cais a construir no local onde se encontra actualmente o Arsenal de Marinha, e que completará a regularização da margem, que se estenderá dentro em breve de Belém ao Poço do Bispo.

(1) Continuação do n.º 673.

tomavam posição, agitavam as hostes, mobilizavam esforços e saíam a terreiro na reivindicação e defesa do lugar do engenheiro na sociedade moderna. Vejam-se os números e a esmagadora proporção dos novos sócios da AECF saídos do IST⁵³ que vão, de resto, renovar a própria direcção da Associação.

A AECF fervilhava de actividade. Em 1930, para além da regulamentação do exercício da profissão e da instalação da sede, inscrevia na agenda de prioridades a realização do reiteradamente evocado Congresso Nacional de Engenharia, projectando-o acompanhado de uma exposição sobre a engenharia que se fazia em Portugal. Animados pelas reacções positivas às iniciativas propostas, a convicção dos responsáveis pela AECF é a de que se está no *início de uma nova era para a nossa classe*⁵⁴.

Optimismo que nem mesmo a ausência de resultados imediatos quanto às questões fulcrais ensombrou ou esbateu. Até porque existia a promessa do *ministro do Comércio de que o assunto, da Ordem, ficaria arrumado antes do nosso Congresso, e é com o maior prazer que vos transmitimos esta promessa*⁵⁵.

A par de tudo isso, e desses assuntos principais, desdobraram-se os engenheiros em *procurar valer os nossos direitos, assegurando a nossa representação em comissões oficiais e defendendo quer os interesses da nossa classe, quer interessando-nos em assuntos de carácter nacional relacionais com a nossa profissão*. Para tanto, foram mais de dez as representações apresentadas ao longo do ano. Destaquem-se as dirigidas ao ministro do Comércio relativamente à regulamentação do exercício da profissão e à rede eléctrica nacional; ao ministro das Colónias, sobre a aplicação às colónias do tratado que regula o uso do título de engenheiro e ao ministro da Instrução, sobre a criação da Universidade Técnica⁵⁶.

Sessão de abertura do I Congresso Nacional de Engenharia.

Fonte: *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, Ano LXII, n.º 674, Agosto de 1931, pp. 293.



O Presidente da República, Óscar Carmona, visita a Exposição do I Congresso de Engenharia.

Fonte: *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, Ano LXII, n.º 674, Agosto de 1931, p. 311.

O I Congresso da Engenharia Portuguesa

Mas enquanto a reacção do Governo tardava no que se referia à almejada criação da Ordem dos Engenheiros, realizou-se o I Congresso Nacional de Engenharia, cumprindo finalmente uma *velha aspiração da nossa classe*⁵⁷. Ideia antiga, com mais de vinte anos, o Congresso tinha sido retomado, em 1930, como a grande prioridade da direcção da AIECP. Absorvendo parte do antigo conceito, projectou-se um congresso ambicioso na forma, no conteúdo e, acima de tudo, nos objectivos. O que aconteceu vem, em parte, na linha do mote lançado anos antes pelo então secretário-geral do Congresso José Vasco de Carvalho, na evocação de um espírito de emulação que derivava do simples e básico pressuposto: *sendo portanto tão vasto e por tal forma importante o campo de acção do engenheiro nas sociedades modernas, é indispensável que entre nós o engenheiro se integre nesta corrente, deixe de exercer uma actividade produtiva na mais apagada obscuridade em que a tem exercido e passe a exercê-la com conhecimento e aplauso geral da nação; é necessário interessar toda a nação nas grandes obras de fomento e de*

*engenharia desviando a sua atenção das prejudiciais preocupações da baixa política para os importantes problemas da produção. Esses problemas, sérios, doravante têm de ser estudados, discutidos e apresentados perante a nação pelos competentes, [...] por engenheiros*⁵⁸. Daí, a realização do Congresso e a ambição que então envolvia o elenco de objectivos há muito apontados:

- › *Melhorar as condições morais e materiais do engenheiro.*
- › *Desenvolver e elevar o culto da profissão.*
- › *Promover o desenvolvimento da ciência e da técnica.*
- › *Estudar a situação económica da Nação e marcar as directrizes da sua rápida evolução e debater os principais problemas de fomento, apontando ao Estado as soluções mais convenientes e interessando a Nação na sua resolução.*
- › *Fornecer aos organismos produtores os ensinamentos adequados para a intensificação da produção.*⁵⁹

O final dos anos 20 parecia, a todos os títulos, ter coincido com um dos momentos em que a campanha em nome da engenharia e dos engenheiros em Portugal assumiu maior intensidade ou, pelo menos, um discurso mais empolgado.

Quando em 1930 a iniciativa do Congresso foi retomada e, desta feita, concretizada, a apresentação e os objectivos apontados assumiam um tom bastante mais moderado: *Destina-se a discutir os problemas de carácter técnico-económico que interessam a Portugal, a mostrar a vitalidade e o trabalho da Engenharia Portuguesa e a desenvolver e elevar o culto da profissão do Engenheiro*⁶⁰.

De qualquer forma, sublinhe-se o significado da iniciativa, que mobilizou praticamente toda a engenharia nacional em torno do objectivo de consagrar em letra de lei a definição de engenheiro diplomado por escolas de ensino superior de engenharia. Organizado pela AECP, o Congresso contava com a colaboração da Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal, do IST, da FEUP e dos Cursos de Engenharia da Escola Militar. Além disso, mantinha-se a “cruzada” fundamental e até a ambição espelhada na magnitude da equipa organizativa do Congresso, que contava, na sua Comissão Executiva, com um outro secretário-geral, o então jovem engenheiro Ferreira Dias.

Apesar de todos os esforços feitos, havia a consciência de que o Congresso que se ia reunir não representava todos os engenheiros; daí o apelo que, sob a forma de editorial, surgiu na Revista da AIEP: *Sob o ponto de vista da forma como encaram o Congresso, os Engenheiros dividem-se em três categorias: os entusiastas, os indiferentes e os cépticos. [...] Os primeiros são os que têm fé; os segundos os que a têm mas não a usam; os terceiros os que a não têm, [...]*⁶¹. E embora, com alguma ironia, se reconheça a liberdade de pensamento, era afirmado que [...] *um engenheiro não tem o direito de não olhar com atenção para o Congresso da Engenharia. [...] [sobre a engenharia e os engenheiros era importante] mostrar que Portugal tem um pensamento seu. O Congresso da Engenharia tem por fim mostrar que os Engenheiros portugueses sabem o que é preciso fazer e como se deve fazer o que está sob a alçada da sua competência*⁶².

Em 7 de Junho de 1931 realizou-se então, na Sociedade de Geografia de Lisboa, a sessão inaugural do I Congresso Nacional de Engenharia. Tratou-se, sem dúvida, de um momento alto da já longa história da nossa engenharia e, adicionalmente, um importante contributo sobre a forma como se devia preparar o arranque para o desenvolvimento da economia portuguesa nestes primeiros tempos do que viria a ser o Estado Novo.

O Congresso constituiu-se num momento de afirmação pública do engenheiro, quer individualmente como protagonista, quer como classe, inegavelmente audível em todos os campos, incluindo o político. Num País parco em recursos e em competências técnicas, os engenheiros reunidos em Congresso compunham uma elite. Procuram a sua legitimidade social e a consagração pública assumindo com clareza um estatuto próprio na sociedade. Elite, mais do que tecnológica, porque precursora do futuro projectado e vislumbrado como o melhor para o País, até porque na obra feita, a engenharia nacional, residia a prova mais evidente e palpável das suas virtudes e capacidades empreendedoras.

Um novo desafio: o mercado do emprego

Por esta altura, a partir do início da década de 30, já os engenheiros se encontravam confrontados com alguns problemas de emprego e procuravam,

através de propostas consistentes de desenvolvimento industrial, encontrar uma saída, um espaço onde pudessem exercer as profissões para que se tinham preparado. Desde logo na função pública, onde o problema, para já, se punha com maior acuidade. Tenham-se em conta as inúmeras cartas que o Presidente da AECOP enviou regularmente, durante os anos de 33 e 34, aos vários ministros, incluindo o ministro das Finanças, Oliveira Salazar. Por todas estas exposições, repare-se num extracto da carta enviada ao ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, Sebastião Ramires⁶³, que constitui um exemplo típico dessa abundante correspondência: *Tem o Governo diligenciado debelar a crise e o desemprego e com este fim tem publicado diplomas fazendo a distribuição de verbas para intensificação de obras públicas, participação em melhoramentos rurais, etc. [...]. Tem esta Associação, actualmente, entre os seus membros, alguns que se encontram na situação de desempregados e para estes muito se empenha em lhes encontrar colocação. Levando este facto ao conhecimento de V. Ex.^a neste sentido se lhe dirige solicitando que nos diferentes organismos desse Ministério sejam feitos os preenchimentos das vagas neles existentes e que para os lugares de engenheiros contratados V. Ex.^a atenda a indicação desta Associação, para o que enviaremos a V. Ex.^a uma relação de engenheiros electrotécnicos, mecânicos, de minas e químicos industriais sem ocupação*⁶⁴. A relação de engenheiros a que a carta anterior se refere surge integrada num ofício remetido pouco mais de uma semana depois e contabiliza 24 associados da AECOP, *sócios desta Associação, sem ocupação*, que se distribuem por todas as especialidades então existentes. Interessante também a resposta do ministro que, através de ofício assinado pelo seu chefe de gabinete, refere explicitamente: *Acusando a recepção do ofício de Vexa [...], encarrega-me Sua Excelência o ministro de comunicar a Vexa que os desejos d'essa ilustre Associação serão tidos na justa e devida consideração*⁶⁵.

Foi também neste contexto que ganhou expressão a polémica gerada em torno da reorganização do então Ministério das Obras Públicas e Comunicações⁶⁶, que acabou por extravasar essa reorganização, aparecendo vozes, no interior e no exterior dos círculos políticos habituais, a exigir tratamento semelhante para os engenheiros contratados pela Juntas Gerais dos distritos autónomos da Madeira e dos Açores⁶⁷. A questão

acabou por resolver-se a contento das partes mas foi significativo o ardor posto na discussão de que foi objecto no seio da Câmara Corporativa e a dimensão que atingiu.

O problema é que esta questão do emprego dos engenheiros, surgia “extemporaneamente”, ao novo regime que, acabado de sair da Ditadura, em fase de consolidação político-ideológica, não tinha ainda ideias claras sobre as questões do desenvolvimento, como aliás tinha ficado patente em 1933, quando Oliveira Salazar, na sessão de encerramento do I Congresso da Indústria Portuguesa, pedia tempo para analisar as *ambiciosas* propostas formuladas e, em suma, as achava prematuras: *seguí com o maior interesse as teses apresentadas [...]. Há, certamente, entre elas algumas que podem chamar-se ambiciosas, programas vastos de mais para um futuro imediato, que passam além das possibilidades do momento [...]*⁶⁸. Pelo contrário, os políticos da situação, como já atrás se enunciou, deixaram-se enredar na velha querela que colocava em alternativa duas opções radicalmente distintas do desenvolvimento e da evolução social: uma mais conservadora que defendia o “ruralismo”, o chamado País rural, com base no qual se daria o *ressurgimento nacional* e outra, mais progressista, onde se enquadrava a esmagadora maioria dos engenheiros, que pugnava, clara e abertamente, pelo desenvolvimento industrial⁶⁹.

Finalmente a Ordem dos Engenheiros

Entretanto, e recuando um pouco, o ano de 1931 chegava ao fim, sem que as outras aspirações fossem concretizadas. Nomeadamente a questão, a mais importante, da *regulamentação da profissão e subsequente criação da Ordem dos Engenheiros*. Nessa matéria os engenheiros viram os seus esforços baldados, *não obstante as promessas do sr. ministro do Comércio...*⁷⁰

O impasse prolongar-se-ia, bastante para além das expectativas. Em 1932, nada de novo do Ministério, apesar dos esforços envidados pela Direcção da AIECP que incluíram até o pedido de audiências ao Presidente da República e ao Presidente do Ministério e repetidas conferências com o ministro do Comércio e Comunicações⁷¹.

As insistências acabaram por suscitar a preparação de uma consulta do Ministério do Comércio e Comunicações dirigida às associações de engenheiros, arquitectos e condutores e, entre outros organismos, também às associações comerciais e industriais e a câmaras municipais, sobre um projecto de regulamentação das profissões de engenheiro, arquitecto e condutor⁷².

O projecto que daí resultou foi apreciado no âmbito da AECF, por uma comissão composta pelos sócios engenheiros Cancela de Abreu, Casiano Maria de Oliveira e José Nascimento Ferreira Dias Júnior. Ao tom discordante da Comissão e, a partir dela da AECF, somou-se em breve a voz da delegação que a Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal entendeu nomear: os engenheiros Flávio Pais, A. Ferreira do Amaral e Ezequiel de Campos. Um admirável conjunto de notáveis!

O parecer, discordante, foi feito e apresentado conjuntamente pelas duas associações; mas, entretanto, o Ministério do Comércio foi desdobrado em dois: no Ministério das Obras Públicas e Comunicações e no do Comércio, Indústria e Agricultura: o regulamento que vinha sendo estudado entrou novamente em situação de impasse.

Porém, dir-se-ia que a paciência, mesmo quando se trata de instituições, tem limites. Em 1934, a AECF, sob a Direcção recentemente eleita e presidida pelo engenheiro António de Almeida de Vasconcelos Correia, aparentemente de forma unilateral e antecipando-se à indispensável acção do Governo, tomou a decisão de criar a Ordem dos Engenheiros, em reunião da Assembleia Geral realizada em 8 e 9 de Maio⁷³. Este é o texto da resolução então aprovada:

- 1.º *A criação da Ordem dos Engenheiros.*
- 2.º *Que as especialidades de Engenharia a incluir na Ordem devem ser somente as que correspondem às professadas no Instituto Superior Técnico, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Escola Militar.*
- 3.º *Que a inscrição da Ordem seja obrigatória, devendo contudo admitir-se a possibilidade da dispensa temporária dos encargos da Ordem, a requerimento do interessado, desde que prove que não exerce a profissão.*
- 4.º *Que o Conselho Directivo da Ordem deve ser constituído por uma parte eleita pela Assembleia Geral (Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário) e um representante de cada especialidade, todos eleitos anualmente.*⁷⁴

Tão interessante como a decisão de criar a Ordem é constatar a forma discreta como o tema foi tratado no próprio seio da Associação. No número seguinte da Revista, referente a Junho de 1934, no capítulo da “Vida Associativa” era feita uma seca referência ao acontecimento: a Direcção, na sua reunião de 6 de Junho, *ocupou-se da “Ordem dos Engenheiros” e resolveu solicitar uma audiência a S. Ex.^a o Sub-Secretário de Estado das Corporações, para esclarecer o assunto*⁷⁵, e na reunião de 20 do mesmo mês *aprovou a redacção definitiva de uma exposição a enviar a S. Ex.^a o Sub-Secretário de Estado das Corporações sobre a criação da “Ordem dos Engenheiros”*⁷⁶.

De resto, a Associação ainda tinha tomado a iniciativa de apresentar um *parecer [...] sobre um projecto do estatuto profissional, que tinha sido remetido ao subsecretário de Estado das Corporações por um grupo de engenheiros, que simultaneamente requeria a constituição de um sindicato nacional sob a designação de “Ordem dos Engenheiros”*⁷⁷.

Manifestada a concordância quanto à constituição de uma Ordem sob a orgânica corporativa do Estado Novo, foi então, sob o mandato da direcção presidida pelo engenheiro Vasconcelos Correia, preparado um projecto de estatuto⁷⁸, ficando entretanto, por exposição dirigida ao subsecretário de Estado das Corporações, desde logo clara a posição da AACP: *que não deverão fazer parte dessa Ordem senão os diplomados das especialidades professadas no Instituto Superior Técnico, na Faculdade Técnica da Universidade do Porto e na Escola Militar*⁷⁹. Ou, por outras palavras, *não há, na separação que se pretende fazer, a mínima intenção desprimorosa para os que possuem legalmente o título de engenheiro de outras especialidades, como por exemplo os engenheiros agrónomos, os engenheiros silvicultores ou outros. Há apenas nesta resolução o desejo de não agrupar, forçosamente, no mesmo labor social, elementos heterogéneos com preparação científica e orientação técnica diferentes*⁸⁰. E com esta fórmula, simples e expedita, se passava ao lado de uma polémica, a da não integração na Ordem de outras especialidades, designadamente dos engenheiros agrónomos e silvicultores, que demorou décadas até ser resolvida em 1956.

Apontado ficou também o entendimento da AACP quanto ao que considerava distinguir a Ordem do Sindicato Nacional no quadro vulgar

da orgânica corporativa: *Enquanto o Sindicato tem por fim essencial a defesa dos interesses materiais dos que voluntariamente se associarem, à Ordem, se for criada, competirá, além disso, desempenhar uma função de natureza disciplinar, velando pela moralidade da profissão e impondo a obrigatoriedade de inscrição dos que estão em condições de ser sócios, apenas com algumas restrições que a já referida Assembleia Geral [da AIECP] indicou. [...] Nessa Ordem, como é lógico e já é obrigatório para os Sindicatos, não deverão associar-se elementos profissionais diferentes.*

A exposição era longa e em pouco tempo depois seria completada, no respeitante à organização e missão da Ordem desejada, pelo *Projecto de Estatuto Profissional dos Engenheiros* proposto pela AIECP. Em tudo ficaria inscrita, sumariamente explicitada e necessariamente justificada, *uma das principais e das mais melindrosas funções atribuídas a uma Ordem – a de velar pelo prestígio da profissão dos seus filiados e pelo seu nível moral – implicando naturalmente uma delicada acção disciplinar...*⁸¹

A resposta do Governo tardou, até porque requeria o parecer do Conselho Corporativo. Por fim, o decreto n.º 24 683, de 27 de Novembro de 1934⁸², regulamentando a Câmara Corporativa, indicava a solução encontrada e previa a representação da “Ordem dos Engenheiros” e dos “Sindicatos dos Engenheiros Agrónomos e Silvicultores”. Ficava assim satisfeita a reivindicação essencial da AIECP: a Ordem que se criasse compreenderia apenas as especialidades de engenharia correspondentes ou equivalentes às professadas nas acima referidas escolas superiores de engenharia.

Começara entretanto o ano de 1935. Logo em Janeiro a AIECP comprava o edifício destinado à instalação da sua nova sede deixando o voto de que *o novo lar da Engenharia Portuguesa constitua o símbolo, por todos respeitado, da mais completa união e da mais perfeita harmonia entre quantos a essa classe pertençam.*⁸³

A transferência da sede da Associação para a avenida António Augusto de Aguiar envolveu importantes obras de adaptação projectadas em boa parte pelo arquitecto Vasco Regaleira. Finalmente, em 29 de Janeiro de 1936 foi oficialmente inaugurada a nova sede, com uma sessão extraordinária da Assembleia-Geral⁸⁴ destinada a apreciar o projecto do Estatuto da Ordem dos Engenheiros que a Direcção preparou.⁸⁵



Caderneta Predial Urbana do prédio da Ordem dos Engenheiros na Av. António Augusto Aguiar, em Lisboa.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

A mesa da primeira Assembleia-geral realizada na nova sede da Ordem dos Engenheiros em 29 de Janeiro de 1936.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

O culminar de todo este processo aconteceria, como se referiu, com a publicação do decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936⁸⁶: nele se postulava que as *profissões livres* se deveriam organizar *num único sindicato nacional que os Sindicatos Nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros possam adoptar a denominação de Ordens*. E no Artigo único do diploma podia ler-se, para que não restassem quaisquer dúvidas: *É constituída, com a denominação de Ordem dos Engenheiros, o Sindicato Nacional dos Engenheiros, que se regulará pelos estatutos anexos a este decreto, do qual fazem parte integrante*⁸⁷. Assim se dava satisfação à velha aspiração dos engenheiros da AECF. Os seus sócios transitariam agora, sem problemas de maior, para o novo organismo.

Finalmente havia Ordem. A conquista, para aqueles que sem descanso, durante mais de 20 anos, lutaram por ela, chegava ao fim com sucesso. O regozijo foi grande no interior da classe, sobretudo pelo respeito que o diploma demonstrava pelo estatuto da profissão de engenheiro. Alguns teriam preferido que o processo não se tivesse arrastado por tanto tempo e que a regra da grande organização dos engenheiros portugueses não tivessem ficado tão estreitamente vinculada à ideologia corporativa nem tão drasticamente submetida à disciplina política imposta pelo Estado Novo. Porém, a verdade é que o diploma que institui a Ordem dos Engenheiros vem ao encontro de maior parte das reivindicações feitas ao longo de todo este complexo processo.

o Jornal do Comércio e das Colónias

Trabalho & Corporações

ORDEN DOS ENGENHEIROS

O decreto da Governação publica um decreto approvando os estatutos da Sociedade Nacional dos Engenheiros, que fica lida e denominada de Ordem dos Engenheiros, a qual tem por fim o ensino e a defesa dos interesses profissionais, mas sem apezar social, económico e social, comprehendido especialmente:

1. Exercer as funções políticas conferidas pela Constituição Política da Republica Portuguesa e as attribuições correspondentes;
2. Ser parecer sobre os assumptos da sua especialidade, sempre que aquelles for consultada pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado, nomeadamente sobre:
 - a) Situação, condições e necessidades da respectiva profissão e modo de promover a sua aperfeiçoamento ou supprir as necessidades;
 - b) Condições económicas e sociais das suas profissões;
 - c) Higiene e segurança dos locais de trabalho;
 - d) Desempenhar as funções que lhe sejam incumbidas pelo Regulamento das Corporações;
 - e) Estatutos e sua contabilidade em conformidade com as normas que pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social, estabelecidas a ter os seus livros e papéis em bom ordem e a ser guardados em dia;
 - f) Promover, por todos os meios ao seu alcance, a manutenção de um alto

nível moral e profissional dos seus membros;

4. Velar pela extensão do titulo e reconhecimento relativos ao titulo e a prevenção de suplenção, promovendo o procedimento judicial contra quem o usar ou abusa ilegítimamente;

3. Elaborar os regulamentos necessários ao seu funcionamento.

A Ordem dos Engenheiros é constituída por todos os individuos habilitados legalmente ao exercício, em Portugal, da profissão de engenheiro de qualquer das seguintes especialidades actualmente professadas nas escolas superiores de engenharia portugueza ou equivalentes nos termos seguintes:

- a) Engenharia civil;
- b) Engenharia electrica e mecânica;
- c) Engenharia mecânica;
- d) Engenharia de minas;
- e) Engenharia quimico-industrial.

Deverá tambem fazer parte da Ordem todos os engenheiros de especialidade actualmente não professadas nas escolas superiores de engenharia portugueza e cujo grau científico seja considerado equivalente aos deitas especialidades no sentido geral da Ordem, sempre que for favorável ao conselho directivo.

For approvado o contrato com o licenciado em ciencias mathematicas, Fernando da Silva de Miranda, para exercer as funções de sub-inspector da Previdência Social.

(Ver continuado na 4.ª pagina)

Menos compreensível foi o facto da criação da Ordem apesar de, seguramente, não ter passado despercebida, ter tido pouco relevo nas notícias veiculadas pela imprensa da época e até nas revistas da especialidade. O evento foi sumariamente noticiado no *Jornal do Comércio*⁸⁸, na rubrica “Trabalho & Corporações”, no *Diário da Manhã*⁸⁹, n’*A Época*, de 26 de Janeiro de 1934. Ainda mais estranho a notícia não ter surgido na *Técnica*, nem ter tido eco que se notasse na *Indústria Portuguesa* ou na *Indústria do Norte*. Claro que, pelo contrário, surgiu na *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, que publicou com destaque o diploma da criação.

Os primeiros Estatutos

Notícia sobre a criação da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*, n.º 24 911, de 28 de Novembro de 1936, p. 1.

Os Estatutos da Ordem dos Engenheiros foram publicados em *Diário do Governo*, imediatamente a seguir ao decreto que a criava.

A Ordem detinha uma abrangência nacional, sendo expressamente reconhecida como uma instituição de utilidade pública, era de filiação obrigatória, vendo consagradas as cinco especialidades por que sempre se batera e só essas, ficava detentora de importantes funções disciplinares e, aos engenheiros, através da sua nova organização, era reconhecido um relevante estatuto social: *outro aspecto especial é o relativo à função disciplinar, considerada necessária em profissões de tão grande importância social*. A Ordem surgia ainda com um estatuto nobilitante no respeitante às suas responsabilidades no domínio da cultura: *a função cultural da Ordem mereceu também interesse particular. No campo espiritual e científico, no domínio das aplicações técnicas, à Ordem dos Engenheiros fica reservada uma função utilíssima, como centro impulsionador dos estudos e dos progressos de engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional dos seus membros*⁹⁰.

Noutro sentido, ficavam explicitados os aspectos essenciais da nova ordem política e social que obrigavam a Ordem, traduzindo-se, por exemplo, num conjunto de imposições transcritas para os Estatutos⁹¹:

- › a proibição de *filiação em quaisquer organismos de carácter internacional ou a representação em congressos ou manifestações internacionais sem autorização do Governo; e não pode também, sem a mesma autorização, contribuir monetariamente para a manutenção de organismos estrangeiros, nem receber deles quaisquer donativos ou empréstimos* (Art.º 1.º);
- › a obrigatoriedade de *cooperação activa com todos os outros factores da actividade nacional e de repúdio pela luta de classes e o predomínio das plutocracias* (Art.º 2.º);
- › a assumpção do compromisso do *estudo e defesa dos interesses profissionais, nos seus aspectos moral, económico e social, competindo-lhe especialmente: exercer as funções políticas conferidas pela Constituição Política da República Portuguesa aos organismos corporativos; dar parecer sobre os assuntos da sua especialidade, acerca dos quais for consultada pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado [...]*. (Art.º 4.º).

O capítulo seguinte dos Estatutos da OE referia-se aos direitos e deveres dos associados. Para além das disposições normais, que sempre surgem neste tipo de instituições – direito a uma carta profissional, obrigatoriedade de pagamento de quotas, disponibilidade para votar e ser votado nas eleições internas,... – inclui-se uma curta nota para assinalar a existência de apenas *duas categorias de inscritos: a de membros efectivos – constituída pelos de nacionalidade portuguesa e a de membros agregados – constituída pelos de nacionalidade estrangeira [...]* (Art.º 8.º), que, aliás, não tinham direito de voto nem podiam ser eleitos para qualquer cargo da Ordem (Art.º 11.º).

Indispensável para esta *História da Ordem dos Engenheiros* uma referência também à forma como ficou internamente organizada: aos seus principais órgãos e às suas mais importantes funções. Para além da Assembleia-Geral, constituída apenas pelos membros efectivos (os de nacionalidade estrangeira viam, desta forma, a sua participação legalmente excluída), surgiam o Conselho Directivo, órgão executivo por



Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo decreto-lei n.º 27 288 de 24 de Novembro de 1936.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

excelência, com funções de representação externa da Ordem e coordenador das suas actividades, a Secretaria-Geral, encarregue do expediente geral da instituição, o Conselho Disciplinar e, a outro nível, as secções de Acção Cultural das diferentes especialidades.

Com este pano de fundo, o então Presidente da Comissão Organizadora⁹² da Ordem informava assim o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Manuel Rebelo de Andrade⁹³, por carta de 7 de Janeiro de 1937⁹⁴:

Para os devidos efeitos, tenho a honra de comunicar que, na primeira Assembleia Geral da Ordem, realizada nos termos do Art.º 52.º do seu Estatuto, foram eleitos para o Conselho Directivo os seguintes membros efectivos:

Presidente: Eng.º António de Almeida Vasconcelos Correia

Vice-Presidente: Eng.º Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio Almeida e Melo

Vogal-Tesoureiro: Eng.º Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos

Vogal-Secretário: Eng.º João Contreiras Queriol.

Poucos dias depois, era o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral que informava o subsecretário de Estado da eleição dos presidentes das Secções⁹⁵:

Para os devidos efeitos, tenho a honra de comunicar que, na Reunião Conjunta das Secções da Ordem, realizada nos termos do Art.º 53.º do seu Estatuto, foram eleitos Presidente das Secções, vogais do Conselho Directivo, respectivamente os seguintes membros efectivos:

Eng.º Augusto Cancela de Abreu – Presidente da Secção de Engenharia Civil⁹⁶

Eng.º João de Korth – Presidente da Secção de Engenharia Electrotécnica

Eng.º Francisco José Nobre Guedes – Presidente da Secção de Engenharia Mecânica

Eng.º Luís de Castro e Sola – Presidente da Secção de Engenharia de Minas

Eng.º Luís José de Seabra Ferreira Roquete – Presidente da Secção de Engenharia Química-Industrial

Em 1936 ficava ainda resolvido outro problema: o da extinção ou eventual continuidade da AECP. A solução encontrada, numa Assembleia-Geral marcada exclusivamente para o efeito, acabou por ser bastante

1937

Auto de posse do Presidente, Vice-Presidente e
Vogel secretario do Conselho Directivo da Ordem dos
Engenheiros.

No dia vinte de Janeiro de mil novecentos e trinta e sete,
às 22 horas, compareceram na sala das reuniões da Direcção
de Associações dos Engenheiros Cívicos Portuguezes, os engenheiros
António de Almeida Vaz, conselheiro Comis, Francisco Augusto
Homen de Oliveira Almeida e Melo e João Condeiros
Azevedo, na qualidade de Presidente e de membros da Co-
missão Organizadora e ainda um de Presidente, Vice-presi-
dente e Vogel secretario do Conselho Directivo, eleitos na As-
sembleia geral de sete de Janeiro de mil novecentos e trinta
e sete, com o conhecimento dos artigos cincoenta e dois
do Estatuto. O sr. Presidente da Comissão Organizadora
comunicou por S. Ex. o Sub-Secretario de Estado das Cor-
porações a Presidencia Civil tendo sancionado a eleição
e por este motivo considerava os presentes capazes
de os seus cargos. Este auto foi escrito por mim, João
Condeiros Azevedo, secretario da Comissão Organizadora, e
foi assinado pelo Presidente, Vice-Presidente e Vogel
secretario do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros e
pelas pessoas que assistiram a este acto.

António de Almeida Vaz
Francisco Augusto
Homen de Oliveira Almeida
João Condeiros Azevedo
António de Almeida Vaz
Francisco Augusto
Homen de Oliveira Almeida
João Condeiros Azevedo
António de Almeida Vaz
Francisco Augusto
Homen de Oliveira Almeida
João Condeiros Azevedo

pacífica: *depois de estudos detalhados pareceu à Direcção que o mais aconselhável seria a suspensão de toda a actividade social, ficando sempre previsto o regresso à actividade normal quando as circunstâncias o aconselharem.*⁹⁷ Isto é, a AECP decidiu apenas suspender as suas actividades, passando a ter como sua grande prioridade a consolidação da Ordem recém-criada. Como se verá adiante, a AECP só foi formalmente extinta em 1956, pelo decreto-lei n.º 40 774⁹⁸, com argumentos que se prendiam com equilíbrios e aperfeiçoamentos que o Governo pretendia introduzir na organização corporativa.

Restava ainda uma peça essencial neste processo mais formal de criação da Ordem e da sua imagem institucional: o emblema que a devia identificar. Nesse sentido, foi aberto *concurso entre engenheiros membros da Ordem e alguns artistas para o desenho do emblema da Ordem dos Engenheiros*. Mas os trabalhos apresentados não satisfizeram o júri do concurso, tendo sido então resol-

*vido convidar um artista de reconhecido mérito para elaborar o desenho do emblema*⁹⁹.

O artista escolhido, um dos maiores do seu tempo, foi Cottinelli Telmo, que em breve criou o desenho do que ainda hoje é o emblema da Ordem dos Engenheiros¹⁰⁰.

**Emblema da Ordem dos Engenheiros,
da autoria de Cottinelli Telmo.**
Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



- 1 Decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, Suplemento ao *Diário do Governo* (doravante *DG*), I Série, n.º 276, 24 de Novembro de 1936; *DG*, I Série, n.º 294, 16 de Dezembro de 1936.
- 2 João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895). Ministro das Obras Públicas no Ministério do Duque de Loulé (1864-1865); desempenhou outros cargos ministeriais e foi chefe do governo extraparlamentar (14 de Outubro de 1890 a 17 de Janeiro de 1892) no quadro de acontecimentos associados à crise desencadeada pelo *Ultimatum* britânico (11 de Janeiro de 1890). Foi fundador e primeiro Presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.
- 3 Diploma de 3 de Outubro de 1864, Plano de Organização do Corpo de Engenharia Civil e dos Seus Auxiliares, *DG*, I Série, n.º 224, de 5 de Outubro de 1864.
- 4 *DG*, n.º 249, de 2 de Novembro de 1868.
- 5 O corpo de engenheiros civis do MOP veio a ser restabelecido mais tarde, em 1886.
- 6 Ver sobre a história da AECP a *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (doravante *RAECP*) os relatórios de gerência e Maria Paula Diogo, *A construção de uma identidade profissional. A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. 1869-1937*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1994, (policopiado).
- 7 Ver, entre outros estudos sobre ensino técnico português no século XIX, Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986 e Maria Paula Diogo, *op. cit.*, p. 81 e seg.
- 8 Fundada em 13 de Janeiro de 1837 em substituição da Academia Real de Marinha e Comércio do Porto. Formava engenheiros civis de todas as classes, oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas, artistas.
- 9 A Escola do Exército foi criada em 12 de Janeiro de 1837, por reforma da *Academia Real de Fortificação e Desenho* criada em 1790. À data da criação eram professados quatro cursos: curso do Estado Maior (2 anos), curso de engenharia militar e artilharia (3 anos), curso de cavalaria e de infantaria (1 ano) e curso de engenharia civil (2 anos). Mais tarde passou a Escola de Guerra e novamente a Escola do Exército.
- 10 Manuel de Brito Camacho (1862-1934). Político e jornalista, fundador e director do diário *A Luta*, chefe da União Republicana, alto comissário em Moçambique (1921-1923).

- Foi ministro do Fomento do Governo Provisório entre 22 de Novembro de 1910 e 3 de Setembro de 1911.
- 11 O decreto determinava a divisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em duas escolas autónomas, o Instituto Superior do Comércio e o Instituto Superior Técnico, e estabelecia as bases da respectiva organização. *DG*, n.º 121, de 25 de Maio de 1911.
- 12 Criada em 1837, na sequência da Revolução Liberal, a Escola do Exército foi reestruturada com o advento da I República traduzindo-se essa reestruturação na supressão do curso de engenharia civil e a redução do curso de engenharia militar para dois anos, passando as cadeiras técnicas que o compunham a ser leccionadas no IST.
- 13 Alfredo Bensaúde, *Projecto de Reforma do Ensino Technologico para o Instituto Industrial e Comercial*, Lisboa, 1892.
- 14 Ver Decreto de 14 de Julho de 1911 estabelecendo as bases reguladoras dos serviços do IST, *DG*, I Série, n.º 163, 15 de Julho de 1911.
- 15 Decreto de 12 de Abril de 1911 que estabeleceu as bases para a organização do ensino superior de agricultura, separando o ensino agrícola do ensino da medicina veterinária e alterando a denominação do antigo Instituto de Agronomia e Veterinária para Instituto Superior de Agronomia e concedendo aos respectivos diplomados os títulos de engenheiro agrónomo e engenheiro silvicultor.
- 16 Ver Decreto n.º 2 103 que aprova o plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Porto, *DG*, I Série, n.º 244, de 27 de Novembro de 1915. O plano estabelece a Faculdade como escola de engenharia civil e industrial onde se professarão cinco cursos superiores e especiais: civil, minas, mecânica, electrotécnica e químico-industrial.
- 17 Na sequência da promulgação do novo Estatuto Universitário (decreto n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918), a Faculdade Técnica foi novamente organizada pelo decreto n.º 5 047 de 30 de Novembro de 1919 sendo definida como escola superior de engenharia onde se continuaram a professar os mesmos cinco cursos. Mais tarde, em 1926, foi promulgado um novo Estatuto da Instrução Universitária, pelo decreto n.º 12 426 de 2 de Outubro. Na sequência do que aí ficou determinado, todas as faculdades foram remodeladas. A Faculdade Técnica passou então a denominar-se Faculdade de Engenharia pelo decreto n.º 12 696 de 17 de Dezembro de 1926, mantendo-se os cursos antigos.
- 18 Regulamento aprovado pelo decreto n.º 1 069, de 19 de Novembro de 1914.
- 19 Ver quadro Licenciados em engenharia em Portugal pelo ensino universitário público em Anexo Estatístico.
- 20 Cf. Maria de Lurdes Rodrigues, *Os Engenheiros em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1999, p. 87 e segs.
- 21 Pelo decreto n.º 20 238, de 21 de Setembro de 1931.
- 22 *DG*, I Série, de 23 de Julho de 1924.
- 23 *Técnica, Revista de cultura técnica e económica*, que publicou o seu primeiro número em 1925, sob a direcção de José Centeno Castanho e José Queiroz Vaz Guedes, edição e propriedade da Associação de Estudantes do IST.
- 24 Ver, entre outros artigos então publicados na *Técnica*, J. Fernando de Sousa, “Marcando um Rumo” in *Técnica*, Número 1, Dezembro de 1925, pp. 8-13; Bandeira Vaz, “O Problema do Ensino Técnico e a questão do Título de Engenheiro” in *Técnica*, Ano I, n.º 3, Série 1, Fevereiro 1926, pp. 3-6, “Ser Engenheiro”, n.º 4, Série 1, Março 1926, pp. 3-6; “A questão académica”, n.º 5, Julho, 1926, pp. 34-39.
- 25 Bandeira Vaz, “Ser Engenheiro” in *Técnica*, Ano I, n.º 4, Série 1, Março 1926, pp. 3-6.
- 26 Decreto n.º 11 988, *DG*, I Série, de 29 de Julho de 1926.
- 27 Decreto n.º 19 161, *DG*, I Série, n.º 298, de 23 de Dezembro de 1930.

- 28 Sobretudo através da acção do Grémio Técnico Português. Ver *Boletim do Grémio Técnico Português*.
- 29 Decretos n.ºs 13 080, 15 089, 15 819, 16 171, 16 946, de 28 de Janeiro de 1927, 29 de Fevereiro, 8 de Agosto e 29 de Novembro de 1928 e 8 de Junho de 1929, respectivamente.
- 30 *Estatutos da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses aprovados nas sessões da Assembleia Geral de 20 de Dezembro de 1917 e 27 de Janeiro de 1937*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1950 e “Estatutos”, in *Revista de Obras Públicas e Minas* (dora-vante ROPM), n.º 571/576, Julho/Dezembro de 1917, p. 123.
- 31 “Representação ao Parlamento acerca da Reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações”, in ROPM, n.ºs 607 a 612, Julho a Dezembro de 1920, pp. 127-137.
- 32 Decretos n.ºs 7 036 e 7 039 de 17 de Outubro de 1920.
- 33 “Representação ao Parlamento acerca da Reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações”, in ROPM, n.ºs 607 a 612, Julho a Dezembro de 1920, p. 127.
- 34 *Idem*, p. 131.
- 35 “Cópia da representação da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses ao Exmo. sr. ministro do Trabalho”, in ROPM, n.º 625, Dezembro de 1923, p. 30.
- 36 *Idem*, p. 29. Ver, a propósito, a “Representação” dirigida ao Senado em 1924, publicada na ROPM, n.º 631, Dezembro de 1924, pp. 172-174.
- 37 O Acto Colonial, cuja autoria material pertencera a Oliveira Salazar, Armindo Monteiro e Quirino de Jesus, foi aprovado pelo decreto n.º 18 570, de 8 de Julho de 1930. Por força do estabelecido no art.º 132 da Constituição, este diploma voltou a ser referendado e publicado como parte integrante da Constituição em 11 de Abril de 1933, agora como decreto-lei n.º 22 465.
- 38 Decreto-lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.
- 39 Ver sobre este tema os trabalhos de J. M. Brandão de Brito, em particular, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo” in A.V., *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, “Universidade Moderna, 84”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 211-234 e *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*. O *Condicionamento Industrial*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.
- 40 *1.º Congresso Nacional de Engenharia, Lisboa 1931. Relatório*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931.
- 41 *I Congresso da Indústria Portuguesa. Indústria Continental*, Lisboa, de 8 a 15 de Outubro de 1933, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1933.
- 42 José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900-1966). Engenheiro electrotécnico e mecânico pelo Instituto Superior Técnico, onde foi professor desde 1928 até 1966. Em 1925 iniciou a sua actividade profissional na CUF. Entre outros cargos, em 1931 foi secretário do I Congresso Nacional de Engenharia; entre 1930 e 1931 foi vogal na direcção da AECF e vice-presidente da Direcção entre 1932 e 1934; em 1936 foi nomeado Presidente da Junta de Electrificação Nacional; foi Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 25 de Abril de 1945 e 20 de Março de 1947; em 1947 foi nomeado Presidente da Companhia Nacional de Electricidade; no ano seguinte assumiu a presidência do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa. Designado Presidente da Câmara Corporativa em 1957. Foi Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria de 1940 até 1944 e ministro da Economia de 1958 até 1962. Autor de uma vasta bibliografia técnica e económica, foi o autor dos projectos da electrificação e da industrialização portuguesas lançados nos pós II Guerra Mundial. Voltaremos várias vezes à sua acção ao longo desta história.

- Ver sobre Ferreira Dias e as suas principais publicações J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos, 1926-1962*, 3 vols., Introdução e Direcção de Edição de J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Banco de Portugal, 1998.
- 43 Ezequiel de Campos (1874-1965). Engenheiro civil e de minas pela Academia Politécnica do Porto. Foi ministro da Agricultura na I República, e colaborador da *Seara Nova*. Aderiu ao novo regime do Estado Novo durante o qual foi engenheiro chefe dos Estudos Hidráulicos do Douro, do Cávado e do Tejo e procurador à Câmara Corporativa de 1935 até 1965. Publicista e pensador, deixou uma vasta bibliografia sobre a situação económica e propostas de solução para o atraso português, boa parte dos quais reeditados em *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial, 1918-1944*, Introdução e Direcção de Edição de Fernando Rosas, Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 19, Banco de Portugal, Lisboa, 1998. Entre todos podem destacar-se *A Conservação da Riqueza Nacional*, Ed. do Autor, Porto, 1913, com Quirino de Jesus, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa Através dos Séculos*, Edição da Revista “Ocidente”, Editorial Império, Lisboa, 1943.
- 44 J. V. Duro Sequeira, “As funções do engenheiro na indústria moderna”, in *ROPM*, n.º 6312, Dezembro de 1924, p. 152.
- 45 *Idem*.
- 46 José Mendes Leal, “A moderna função social do engenheiro (Conferência realizada na Associação dos Engenheiros, em 10 de Janeiro de 1927)”, in *RAECP*, n.º 639, de Janeiro-Fevereiro de 1927, pp. 15-22.
- 47 “Congresso Nacional de Engenharia”, in *RAECP*, n.º 643, de Novembro-Dezembro de 1927, pp. 201-203.
- 48 José Dias de Araújo Correia (1894-1978). Formado em Ciências e em Engenharia de Minas pelo Imperial College of Science and Technology em Londres. Foi ministro do Comércio e Comunicações entre 11 de Junho e 10 de Novembro de 1928 e ministro da Agricultura por três dias, entre 16 e 18 de Julho, também em 1928, no ministério presidido por José Vicente de Freitas. Deputado em todas as legislaturas do Estado Novo. Foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGD) entre 1929 e 1964. Araújo Correia desempenhou um papel importante na defesa e na promoção do desenvolvimento económico do País, expressa numa constante intervenção política, particularmente através do exercício da sua qualidade de deputado e, em especial, de relator das contas públicas – textos em que frequentemente se dedica à análise da conjuntura e da política económica e à formulação e defesa de propostas sobre o desenvolvimento económico do País. Assumiu particular protagonismo e teve uma influência assinalável na definição e na condução da política económica portuguesa no período do pós-Guerra. Foi Araújo Correia que elaborou o programa económico português, apresentado em Novembro de 1948 na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), destinado a sustentar a participação do nosso País no Plano Marshall e foi o primeiro presidente da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) criada para gerir o aproveitamento desse auxílio em Portugal, cargo onde se manteve apenas entre 1 de Setembro de 1948 e 29 de Julho de 1949.
- 49 José de Araújo Correia, “O ensino superior técnico nos países anglo-saxónios – e sua relação com a moderna função social do engenheiro”, in *RAECP*, n.º 640, Março-Julho de 1927, p. 55, e “A função social do engenheiro”, in *Técnica*, Ano II, n.º 6, 15 de Janeiro de 1927, pp. 1-3.
- 50 José Queiroz Vaz Guedes, “A função social do engenheiro”, in *Técnica*, Fevereiro de 1929, n.º 18, p. 33.

- 51 J. E. Dias Costa, “O título de engenheiro. Sua hermenêutica jurídica. Seu significado social”, in *RAECP*, n.º 649, de Novembro-Dezembro de 1928, p. 223. Ver mesmo artigo publicado na *Técnica*, n.º 16, 1928, pp. 238-248.
- 52 “Vida Associativa”, in *RAECP*, n.º 656, Janeiro-Fevereiro de 1930, p. 32.
- 53 Entre 1931 e 1934 mais de 70% dos novos sócios da AECF são diplomados pelo IST; além disso muitos assumiram lugares na direcção da Associação, a começar pelo próprio Ferreira Dias.
- 54 “Vida Associativa”, in *RAECP*, n.º 669, Março de 1931, p. 106.
- 55 *Idem*.
- 56 *Idem*, p. 107.
- 57 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses relativo à Gerência de 1931”, in *RAECP*, n.º 680, Fevereiro de 1932, pp. 60-70.
- 58 “Congresso Nacional de Engenharia”, in *RAECP*, n.º 643, de Novembro-Dezembro de 1927, p. 203.
- 59 *Idem*.
- 60 1.º Congresso Nacional de Engenharia, Lisboa – 1931. Relatório, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931, p. 25.
- 61 “1.º Congresso Nacional de Engenharia. Algumas palavras” in *RAECP*, Ano LXI, n.º 658, de Abril de 1930, p. 82.
- 62 *Idem*.
- 63 Sebastião Garcia Ramires foi ministro do Comércio, Indústria e Agricultura entre 5 de Julho de 1932 e 24 de Julho de 1933.
- 64 Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (doravante IANTT), Ministério do Comércio e Indústria – Gabinete do ministro – Correspondência Organizada tematicamente (1933-1935), carta do Presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ao ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, de 9 de Maio de 1933.
- 65 IANTT, Ministério do Comércio e Indústria – Gabinete do ministro – Correspondência Organizada tematicamente (1933-1935), carta do Chefe de Gabinete do ministro Cancela de Abreu ao Presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, de 19 de Maio de 1933.
- 66 Cf. Intervenção de deputado Alberto Cruz na apresentação de um projecto de lei sob a forma como deveriam ser preenchidas as vagas existentes no quadro de engenheiros dos diversos serviços do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, in *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa* (doravante *Diário das Sessões...*), Sessão n.º 58 de 21 de Dezembro de 1935, pp. 149-150.
- 67 Cf. Intervenção do deputado Juvenal de Araújo, in *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 74 de 7 de Fevereiro de 1936, p. 417.
- 68 Oliveira Salazar, “A acção governativa e a produção industrial”, in *Discursos*, Vol. I 1928-1934, Coimbra Editora, 4.ª ed., 1961, p. 252. Ver sobre esta matéria J. M. Brandão de Brito, *A industrialização... op. cit.*, pp. 153 e 154 e Maria Fernanda Rollo, “Engenharia e História. Percursos Cruzados”, in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, p. 38 e seg.
- 69 Ver Brandão de Brito, *A industrialização... op. cit.*, pp. 147 e segs.
- 70 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses relativo à Gerência de 1931”, in *RAECP*, n.º 680, Fevereiro de 1932, p. 62.
- 71 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, relativo ao ano de 1932”, *RAECP*, n.º 693, Março de 1933, p. 122.
- 72 *Idem*.
- 73 “Vida Associativa”, in *RAECP*, n.º 708, Junho de 1934, p. 243.
- 74 *Idem*.
- 75 “Vida Associativa”, in *RAECP*, n.º 709, Julho de 1934, p. 277.
- 76 *Idem*, p. 278.

- 77 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, relativo ao ano de 1934”, *RAECP*, n.º 717, Março de 1935, pp. 113-131.
- 78 *Projecto de Estatuto Profissional dos Engenheiros. Ordem dos Engenheiros*, Lisboa, 1934.
- 79 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, relativo ao ano de 1934”, *RAECP*, n.º 717, Março de 1935, p. 119.
- 80 *Idem*, p. 120.
- 81 *Idem*, p. 121.
- 82 *DG*, I Série, n.º 279.
- 83 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, relativo ao ano de 1935”, *RAECP*, n.º 729, Março de 1936, p. 130.
- 84 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses relativo ao ano de 1936”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, p. 332.
- 85 *Idem*, pp. 332-341.
- 86 Suplemento ao *DG*, I Série, de 24 de Novembro de 1936.
- 87 *Idem*, p. 602.
- 88 “Trabalho e corporações” in *Jornal do Comércio*, n.º 24 911, de 28 de Novembro de 1936, p. 1.
- 89 *Diário da Manhã*, n.º 2015, de 26 de Novembro de 1936, p. 2.
- 90 Decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, Suplemento ao *DG*, I Série, n.º 276, 24 de Novembro de 1936.
- 91 Vd. *Estatuto da Ordem dos Engenheiros* em Anexo Documental.
- 92 Criada no âmbito do Art.º 49.º dos Estatutos da Ordem.
- 93 Manuel Rebelo de Andrade foi subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social entre 18 de Janeiro de 1936 e 28 de Agosto de 1940.
- 94 Arquivo da Ordem dos Engenheiros (doravante AOENG), Correspondência Expedida Dezembro de 1936 a Julho de 1937, Carta do Presidente da Comissão Organizadora da Ordem dos Engenheiros ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 7 de Janeiro de 1937.
- 95 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1936 a Julho de 1937, Carta do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Engenheiros ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 16 de Janeiro de 1937.
- 96 Ver sobre a eleição de Cancela de Abreu a exposição que apresenta ao Conselho Disciplinar em Acta n.º 2, de 4 de Fevereiro de 1937, Livro de *Actas das Reuniões do Conselho Disciplinar* da Ordem dos Engenheiros. Augusto Cancela de Abreu fora vice-presidente da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses. O Conselho recusou o pedido de renúncia de Cancela de Abreu que vencera com 121 votos Duarte Abecassis (94 votos) nas eleições realizadas na reunião conjunta das secções de 16 de Janeiro de 1937.
- 97 “Relatório da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses relativo ao ano de 1936”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, pp. 332-341.
- 98 Decreto-lei n.º 40 774, do Ministério das Corporações e Previdência Social, in *DG* de 8 de Setembro de 1956. pp. 282 e segs. Por este diploma o Governo procedeu a uma profunda revisão do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.
- 99 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1937*, Papelaria Fernandes, Lisboa, p. 15.
- 100 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, carta da Ordem dos Engenheiros a Cottinelli Telmo de 18 de Agosto de 1937.

2. Afirmação

1936-1945



A Ordem dos Engenheiros entrou em actividade quase imediatamente após a sua criação legal: os corpos gerentes foram eleitos, as secções foram-se organizando, o expediente diário era mantido em dia mas, como por essa altura referia Cancela de Abreu, estava ainda quase tudo por fazer: *a Ordem dos Engenheiros está, de facto, criada, está instituída, mas falta ainda muito para a sua completa organização e completo funcionamento; o trabalho de pormenor que agora se segue é talvez o mais duro e seguramente o menos interessante.*¹

São muitos os exemplos do que era a actividade da Ordem nestes tempos iniciais: antes de mais, encontrar o seu espaço para poder cumprir as obrigações e os deveres que lhe tinham sido cometidos: sensibilizar ministros para a sua existência e importância; promover a profissão das várias especialidades da engenharia, demonstrando a excelência da formação dos seus associados; fomentar a inscrição dos profissionais de engenharia designadamente dos pertencentes à função pública; esclarecer algumas ambiguidades que, apesar de todos os cuidados postos, ainda subsistiam sobre a natureza na profissão.

Já instalada, em sede própria e renovada, 1937 passaria a constituir outro marco nesta história, com o início da publicação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*. Nas palavras do primeiro presidente do Conselho Directivo da Ordem, engenheiro António de Almeida Vasconcelos Correia, *o aparecimento deste Boletim é a primeira manifestação do*

BOLETIM DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

Sucessor da antiga REVISTA DE OBRAS PÚBLICAS E MINAS
FUNDADA EM 1870

ANO I LISBOA — JANEIRO — 1937 N.º 1

ORDEM DOS ENGENHEIROS

Decreto-Lei n.º 27.288

O Estatuto do Trabalho Nacional e o decreto-lei n.º 23.050 estabelecem o princípio e as regras gerais da organização profissional, prevendo este último diploma que as profissões livres se organizem num único Sindacato Nacional e que os Sindicatos Nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros possam adoptar a denominação de Ordens.

Por outro lado, os próprios engenheiros portugueses, revelando grande espírito de coesão e sãvida compreensão da sua função social, manifestaram ao Governo o desejo da constituição do seu Sindacato Nacional.

Dadas as circunstâncias que se verificam em certas profissões livres, o Governo considera justo e conveniente estabelecer normas especiais para a organização e funcionamento de cada um dos respectivos Sindicatos Nacionais, não confundidos no decreto-lei n.º 23.050. Por isso se publica o presente diploma, stando adoptar os estatutos que dele ficam fazendo parte integrante.

A mais importante dessas disposições é a que determina a filiação obrigatória, prevista de resto no artigo 41.º do Estatuto do Trabalho Nacional, por ser manifesto que os principais objectivos da Ordem só podem alcançarse e só se compreendem com a obrigatoriedade da filiação de todos os que exercem a mesma profissão.

Outro aspecto especial é o relativo à função disciplinar, considerada necessária em profissões de tão grande importância social.

O prestígio de que deve ser sempre rodeada uma profissão como a dos engenheiros e o papel de grande responsabilidade que ela desempenha pe-

23 FALSO 5 2012000 1 0000 0000

N.º de matrícula geral	N O M E S	Data de admissão	Estat. admiss. (Art. 1.º)	NÚMERO DE MATRÍCULO EM REGISTRO REGIONAL			OBSERVAÇÕES
				REGIÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
1	Joaquim José de Almeida e Silva Almeida	24.12.1936	1.º				Faltoso
2	Júlio Amaro de Almeida	24.12.1936	1.º				Faltoso
3	António Tavares Ribeiro de Almeida	24.12.1936	1.º				Faltoso
4	Joaquim Francisco Alves	24.12.1936	1.º				Faltoso
5	José Gabriel Rodrigues de Almeida	24.12.1936	1.º				Faltoso
6	Luís de Santa Amélia	24.12.1936	1.º				Faltoso
7	Joaquim Jacinto Antunes	24.12.1936	1.º				Faltoso
8	Paulo Simões de Santa Amélia	24.12.1936	1.º				Faltoso
9	José Baptista de Almeida Aires	24.12.1936	1.º				Faltoso
10	António Pereira de Albuquerque	24.12.1936	1.º				Faltoso
11	Manuel João Reis de Almeida	24.12.1936	1.º				Faltoso
12	Francisco Eduardo Baptista	24.12.1936	1.º				Faltoso
13	José Carlos dos Santos Baptista	24.12.1936	1.º				Faltoso
14	José Rafael Baptista Pereira	24.12.1936	1.º				Faltoso
15	José Marques Pereira Soares	24.12.1936	1.º				Faltoso
16	José Tomazinho de Sousa Bastos	24.12.1936	1.º				Faltoso
17	José Augusto António de Sousa	24.12.1936	1.º				Faltoso
18	José Theodoro Pereira dos Santos	24.12.1936	1.º				Faltoso
19	António de Almeida Gale	24.12.1936	1.º				Faltoso
20	Bernardo Soares Gale	24.12.1936	1.º				Faltoso
21	Manuel de Almeida Gale	24.12.1936	1.º				Faltoso
22	António José Soares Branco	24.12.1936	1.º				Faltoso
23	José Alberto dos Santos Gale	24.12.1936	1.º				Faltoso
24	Francisco Teófilo dos Santos Carrazza	24.12.1936	1.º				Faltoso
25	António Salazar Paulo Soares	24.12.1936	1.º				Faltoso
26	Carlos Augusto de Sá Soares	24.12.1936	1.º				Faltoso
27	Luís de Almeida de Carvalho	24.12.1936	1.º				Faltoso
28	António Carlos Salgado Monteiro de Carvalho	24.12.1936	1.º				Faltoso
29	Luís de Almeida de Carvalho	24.12.1936	1.º				Faltoso
30	Francisco Jacinto Soares de Carvalho	24.12.1936	1.º				Faltoso

Primeiro número do Boletim da Ordem dos Engenheiros (Janeiro de 1937).

Fonte: Boletim da Ordem dos Engenheiros, Ano I, n.º 1, Janeiro de 1937.

Livro de inscrição dos membros efectivos da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

exercício da função cultural que incumbe à Ordem dos Engenheiros, recentemente criada². O Boletim era apresentado ostentando um passado de mais de 65 anos, reivindicando-se herdeiro do legado deixado pela Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses e assumindo o passado prestigioso de uma classe profissional: *Estamos certos de que todos os inscritos na Ordem se compenetrarão da conveniência que haverá, para a manutenção do bom conceito em que é tida a engenharia portuguesa, de que a nova publicação corresponda às honrosas tradições das suas antecessoras e ao alto nível profissional que a todos incumbe zelar.*³

O primeiro presidente, António de Vasconcelos Correia

O engenheiro António de Almeida Vasconcelos Correia foi eleito pelos seus pares o primeiro Presidente da OE. A sua acção, como presidente da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses eleita em 1934, tinha sido decisiva para a criação da Ordem e foi muito por sua influência e espírito de decisão que tinha sido possível preparar o *Projecto e Estatuto Profissional dos Engenheiros*, onde, no fundo, ficou plasmada grande parte das reivindicações que os engenheiros portugueses há anos vinham fazendo e que acabaram por ser transpostas para os Estatutos de 1936.

António de Almeida Vasconcelos Correia conduziu os destinos da Ordem dos Engenheiros entre 20 de Janeiro de 1937 e 29 de Fevereiro de 1940. Este primeiro mandato foi sobretudo ocupado pelos trabalhos de instalação e, como os próprios afirmam no primeiro relatório do Conselho Directivo, *porque se tratava de uma fase inicial*, não foi possível um desempenho tão cabal como se desejava porque *houve que atender a um certo número de factos e circunstâncias que não permitiram que os trabalhos tivessem o desenvolvimento que, porventura, seria de esperar*⁴.

Apesar destes condicionalismos, foi possível cumprir um relativamente vasto programa cultural que integrou conferências e visitas de estudo e, para além de ter sido assegurado o funcionamento corrente da nova associação, pôde ser inaugurada a delegação do Porto, foram lançados os fundamentos de uma biblioteca, foram adquiridos alguns instrumentos técnicos que poderiam ser alugados pelos associados, foi reiteradamente feita a defesa do título e da profissão de engenheiro e foram acautelados, junto de várias instâncias privadas e públicas, os interesses profissionais dos seus membros, foi assegurada a representação da Ordem quer na Câmara Corporativa quer no Conselho de Estética Cidadina de Lisboa e, a partir do segundo ano, passou a ser distribuído com regularidade mensal o *Boletim da Ordem*. Por fim, uma referência ao convite formulado pela Institution of Civil Engineers para que a Ordem indicasse um candidato para receber a medalha *Lord Kelvin* em 1938, tendo a Ordem proposto o “nome do sábio almirante Gago Coutinho”⁵.

A evolução do número de associados da Ordem logo em 1937 mostra o dinamismo e o grande esforço organizativo desenvolvidos pela nova



António de Almeida Vasconcelos Correia (1872-1956).

Formou-se em engenharia civil na Escola do Exército de Lisboa, em 1894.

A sua carreira profissional foi em grande parte desenvolvida na Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, onde chegou a Presidente do Conselho de Administração.

Administrador delegado e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Lusitânia (1911-1928), perito de transportes junto da delegação portuguesa à Conferência Internacional de Génova (1922), director e administrador do Banco Lisboa & Açores (1927-1954), presidente da Assembleia-Geral da Companhia Agrícola Ultramarina (1930) e presidente do Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias. Procurador à Câmara Corporativa desde a primeira legislatura até ao final da quarta (1949), tendo subscrito importantes pareceres.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Direcção, atingindo 1265 membros efectivos e 23 membros agregados, assim distribuídos pelas 5 secções⁶:

	INÍCIO 1937			FINAL 1937		
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	TOTAL	EFFECTIVOS	AGREGADOS	TOTAL
Engenharia civil	680	4	684	853	13	866
Engenharia electrotécnica	231	4	235	266	4	270
Engenharia mecânica	131	4	135	150	4	154
Engenharia de minas	94	3	97	199	3	202
Engenharia químico-industrial	86	1	87	91	2	93
	1222	16	1238	1559	26	1585

Fonte: *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1937*, Papelaria Fernandes, Lisboa, pp. 5 e 6.

Os relatórios de actividades referentes aos anos seguintes dão conta da evolução do número de inscrições na Ordem: o de 1938 registando um ritmo inferior ao de 1937⁷; o de 1939 chamando a atenção para o papel que neste domínio teve o *esforço da Direcção da Delegação do Porto*⁸.

A Delegação do Porto entrou em actividade, como aliás estava previsto, logo após a aprovação do respectivo regulamento, em 31 de Março de 1937, tendo sido nomeados para fazer parte da Comissão Organizadora os membros da Ordem Engs. Flávio Augusto Marinho Pais, Jaime Nogueira de Oliveira e Mário José Filgueiras, o primeiro como presidente⁹.

Foi este grupo que funcionou como verdadeira comissão instaladora da Delegação do Porto, a primeira da Ordem dos Engenheiros no Norte do País, com sede num prédio independente na Rua Álvares Cabral, n.º 44.

Meses mais tarde em 22 de Dezembro foi convocada pela Comissão Organizadora a primeira Assembleia Regional ordinária para eleição dos corpos directivos, que conduziu Carlos Pereira da Cruz à presidência da Delegação.

Constituição da Mesa da Assembleia Regional, da Direcção e da Comissão Revisora de Contas

Mesa da Assembleia Regional

Presidente · Flávio Augusto Marinho Pais

Vice-Presidente · José de Rocha Ferreira

Secretário · João Fernando Machado Gouveia

Secretário · João Pais de Aguiar

Direcção

Presidente · Carlos Pereira da Cruz

Vice-presidente · Domingos José Rosas da Silva

Tesoureiro · José Marcelino de Almeida Pinto e Penha

Secretário · Francisco Jacinto Sarmento Correia de Araújo

VOGAIS PRESIDENTES DOS NÚCLEOS REGIONAIS DAS SECÇÕES:

Engenharia Civil · Álvaro Vieira Soares David

Engenharia Electrotécnica · Rodrigo Sarmento de Beires

Engenharia Mecânica · António Gomes de Amorim Vasconcelos Porto

Engenharia de Minas · António Bernardo Ferreira

Engenharia Químico-Industrial · Henrique José Serrano

Comissão Revisora de Contas

José Júlio Martins Nogueira Soares

Avelino Joaquim Monteiro de Andrade

Augusto Fernandes

De acordo com os cânones da organização corporativa a eleição destes órgãos regionais teria de ser sancionada pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, só então podendo entrar em regular efectividade de funções; ficava [...] *assim satisfeita uma aspiração dos nossos colegas que exercem a sua profissão no norte do País*¹⁰. No ano seguinte, já em plena actividade, a direcção da Delegação Regional fez uma proposta, que o Conselho Directivo aprovou, no sentido da aquisição de um terreno e da construção de um edifício em local mais central na cidade do Porto¹¹.

Entretanto, sem desfalecimentos, a Ordem continuava a pugnar pelos interesses e pela dignidade profissional e pessoal dos engenheiros por si tutelados. Em cartas e exposições enviadas às mais diversas entidades públicas, do Governo à Administração Central e dos governadores civis às câmaras municipais, a Ordem defendia o que pensava ser mais conveniente para os seus associados.

Um bom exemplo deste tipo de actuação, as duas cartas enviadas pela Ordem dos Engenheiros a António de Oliveira Salazar à data a acumular interinamente a pasta da Guerra¹² com a Presidência do Conselho.

A primeira, emitida em 17 de Março de 1937¹³, alertava o ministro da Guerra para o papel que os engenheiros químico-industriais podiam desempenhar em matérias de defesa, designadamente na produção de máscaras antigás e outro tipo de equipamentos que o País importava por não fazer uso das suas capacidades internas.

A segunda carta, de 6 de Agosto de 1937¹⁴, dirigida ao mesmo António de Oliveira Salazar, mas agora na sua dupla condição de Presidente do Conselho de Ministros e ministro da Guerra, versava assuntos completamente diferentes. Tratava uma matéria que tinha a ver com as ambiguidades propiciadas pelas excepções previstas na legislação que criou a Ordem, precisamente as respeitantes aos oficiais do Exército. A questão tinha duas vertentes essenciais: a que permitia aos oficiais *de artilharia da antiga Escola do Exército e aos oficiais de artilharia a pé da antiga Escola de Guerra e da actual Escola Militar* pudessem usar o título de *engenheiro industrial* por diploma *passado pela Escola Militar a simples requerimento do interessado*, sendo certo que estes diplomados podiam usar o título de engenheiro em qualquer das outras especialidades reconhecidas pela Ordem desde que *obtivessem aprovação em um certo número de cadeiras do Instituto Superior Técnico ou nas equivalentes da Faculdade Técnica do Porto*. Nesta questão o ponto de vista da Ordem é que tendo havido uma falha legislativa na lei n.º 1479¹⁵ que não referia as disciplinas que deviam ser tiradas para o curso de engenharia electrotécnica essa falha só tinha sido reparada pela *Lei n.º 1698, de 17 de Dezembro de 1924, que é precisamente igual à anterior em todo o seu articulado, apenas com a diferença apontada da discriminação das cadeiras a tirar para se obter o diploma em qualquer das cinco especialidades de engenharia*. Mais, esta nova lei vinha evitar outras confusões, na medida em que tinha passado a designar os antigos engenheiros industriais por engenheiros fabris do exército. Estava assim resolvido o primeiro problema.

Mas a mesma carta abordava outro problema de foro legal que podia colidir com o estatuto profissional do engenheiro, tal como tinha ficado consagrado no diploma que criava a Ordem: *mais tarde o Decreto n.º 20 244 de 14 de Agosto de 1931*¹⁶, *veio conceder aos oficiais de artilharia [...] as regalias concedidas aos diplomados em engenharia civil pelas escolas superiores de engenharia nacionais [...]. Talvez fosse dispensável a*

publicação desse Decreto n.º 20 244 [...]. Mas tal não se fez e assim tem de se considerar o Decreto n.º 20 244 tal como ele é, ou está redigido. Há, porém, uma anomalia. E é de que os oficiais de artilharia, que se especializassem em engenharia de minas, mecânica, electrotécnica e química, têm as regalias dos diplomados em engenharia civil, quando, de facto, não tiraram esta especialização, mas sim outra.

Estava afinal e uma vez mais em causa a mesma questão, aquela que agitava paixões e envolvia enormes susceptibilidades, sobre quem podia legal e legitimamente utilizar o título de engenheiro, e, nestas circunstâncias, esclarecer até que ponto os diplomados pela instituição militar poderiam ao abrigo de uma “anomalia” legal utilizar-se desse título sem ter de passar pelo crivo das escolas superiores de engenharia, condição que, apesar de todo o respeito demonstrado, a Ordem, manifestamente, não reconhecia à Escola Militar.

Noutro registo, mas sempre procurando acautelar os seus interesses como instituição, tanto mais que uma grande parte dos engenheiros pertencia na altura à função pública, é ainda de referir o objecto da exposição dirigida ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social em 28 de Julho de 1937¹⁷, colocando a questão do estatuto associativo dos engenheiros funcionários. Feita uma primeira consulta, em 1934, antes da criação da OE, ainda por iniciativa da AECP tinha ficado referido que *a inscrição era obrigatória para todos os indivíduos com carta de curso que exerçam a profissão*. Assim sendo, os funcionários públicos que exercessem a profissão de engenheiro tinham que pertencer à Ordem; mas esse despacho fora interpretado como dizendo respeito só aos funcionários civis. Qual deveria ser a atitude a tomar perante os *oficiais de engenharia diplomados pela antiga Escola do Exército, pela antiga Escola de Guerra e pela actual Escola Militar cujos cursos lhes dão habilitações iguais ou equivalentes às dos engenheiros*

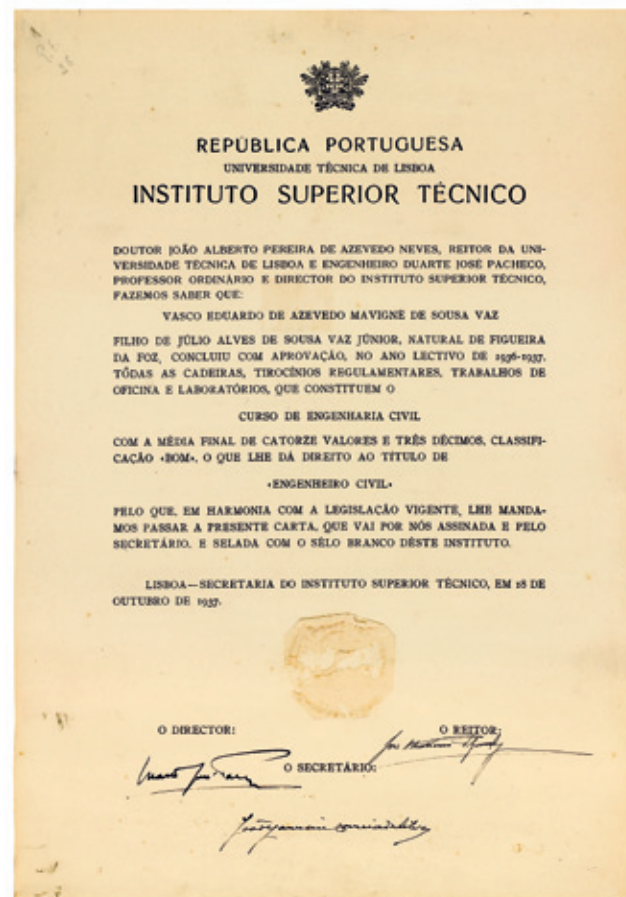


Imagem de Diploma/Título de um Engenheiro.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

diplomados pelas escolas superiores de engenharia portuguesas e para as quais não há nenhuma determinação especial sobre a obrigatoriedade da sua inscrição? A Ordem é, obviamente, de opinião de que ressaltando o facto de *não poder intervir em coisa alguma que se relacione com os seus direitos de militares*, esses oficiais engenheiros *devem ficar sujeitos à disciplina da Ordem [no] que disser respeito aos seus deveres profissionais, nas mesmas condições em que superiormente foi determinado relativamente aos funcionários públicos*. A questão não era nada pacífica pelo que, posteriormente, teve desenvolvimentos que se retomam mais adiante.

Prosseguindo sem pausas, a Ordem detectou a existência de outros problemas que de forma mais ou menos directa tinham a ver quer com a questão do emprego quer com o estatuto profissional dos engenheiros. É assim que pode ser entendida a carta da Ordem dos Engenheiros ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, de 28 de Janeiro de 1938¹⁸: assumindo que o assunto não é formalmente da sua competência o Conselho Directivo da OE não deixa de procurar sensibilizar o Presidente da Câmara Municipal do Porto para que *à semelhança do que aconteceu na Câmara Municipal de Lisboa, não deixasse de ser nomeado director dos serviços de engenharia um engenheiro inscrito nesta Ordem*, assim como, em geral em relação à situação dos engenheiros municipais, não deixava de reclamar a sua equiparação *aos dos quadros do Estado, para efeito de vencimentos, conforme a categoria dos serviços que tenham a seu cargo*¹⁹. Esta temática aliás consta de uma bem fundamentada argumentação enviada em duas exposições ao ministro do Interior, respectivamente em 25 de Março de 1938²⁰ e em 10 de Maio de 1939²¹, onde, em suma, se defendia para os engenheiros, invocando o Código Administrativo, a igualdade de tratamento em relação aos funcionários públicos, em termos de vencimentos, ajudas de custo quando deslocados e, em geral, as mesmas vantagens e regalias que por lei lhes fossem ou viessem a ser atribuídas²². E como o Governo já tinha procedido às alterações reclamadas em relação às câmaras de Lisboa e Porto, tratava-se agora de fazer justiça aos engenheiros que trabalhavam em *câmaras da província* evitando que tivessem de esperar pelo que se previa ser a demorada revisão do Código²³.

Entretanto, era o próprio Presidente da Secção de Engenharia Civil que escrevia ao Presidente do Conselho Directivo da Ordem, em 5 de

Abril de 1938²⁴, salientando que aquela secção continuava a conceder a maior atenção a duas questões fundamentais sobre as quais gostaria de conhecer a posição da Câmara Municipal de Lisboa: sobre *a dignificação e defesa da intervenção dos engenheiros nos Trabalhos Técnicos dependentes da Câmara* e [...] sobre o *Regulamento das Construções Urbanas* que a vereação se preparava para remodelar e sobre o qual a OE pensava que os engenheiros teriam uma palavra decisiva a dizer.

A questão tratada a seguir tem a ver com a actividade dos engenheiros portugueses nas colónias. Quando da sua criação, a Ordem não tinha qualquer jurisdição sobre os territórios ultramarinos. Ela própria reconhecia o facto, que naturalmente lamentava mas em relação ao qual não ficava inactiva: logo no seu Relatório de 1937 se afirmava que *Junto de S. Ex.^a, o ministro das Colónias [se] efectuaram diligências sobre a actividade profissional de engenheiros portugueses nas províncias ultramarinas, se bem que a actividade da Ordem ainda não se tenha tornado extensiva às colónias*. E dois anos mais tarde é possível verificar como a OE se encontrava atenta ao problema. Em carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Colónias, de 25 de Abril de 1939²⁵, era submetido um projecto de decreto tornando-se extensiva às Colónias a jurisdição da Ordem, referindo os termos do artigo 48.º do respectivo Estatuto. E no Relatório desse ano de 39 era expressamente referido que estava em poder do ministro das Colónias o pedido que o Estatuto da Ordem passasse a vigorar em todos os territórios coloniais através da promulgação de um decreto cujo conteúdo tinha sido proposto pelo Conselho Directivo da Ordem, nos seguintes termos: *em cada Colónia de Governo Geral haveria uma delegação da Ordem composta por 3 membros e, nas outras Colónias, um delegado. As delegações e delegados seriam eleitos bienalmente pela Assembleia Colonial da Ordem, composta pelos membros dos seus corpos directivos e por dois delegados a essa Assembleia, eleitos por cada uma das secções da Ordem entre os inscritos que residam ou hajam residido nas Colónias*²⁶. O problema, como se verá mais à frente, não era de fácil resolução e prolongar-se-ia muito para além do que eram as expectativas iniciais.

Durante todos esses anos os engenheiros que trabalhavam em empresas ou para a Administração colonial – por exemplo nas missões geográficas

de Angola, Moçambique ou Timor, no levantamento hidrográfico de Angola e, em geral, nas redes de estradas em construção nas diferentes colónias – não puderam usufruir das vantagens e regalias dos seus colegas que prestavam serviço na Metrópole. Situação anómala para a qual a Ordem chamou muitas vezes a atenção dando mostras de uma indisfarçável incomodidade. Atente-se nos termos em que o Conselho Directivo da Ordem se dirige mais uma vez ao ministro das Colónias, Vieira Machado²⁷, em 31 de Agosto de 1937²⁸: anunciando que a Câmara Municipal de Luanda tinha aberto um concurso para o preenchimento do lugar de condutor de 1.^a classe e que os potenciais interessados deveriam apresentar, entre outros, documentos em que provassem estar habilitados a desempenhar as funções de condutor de 1.^a classe (curso de Engenheiro Civil de escola portuguesa ou estrangeira equivalente, cursos de condutores dos Institutos Industriais de Lisboa e Porto).

Ora, indignava-se a Ordem: *salvo o devido respeito, há uma grande confusão ao considerar-se que para o desempenho das funções de Condutor de 1.^a classe pode servir o curso de Engenheiro Civil, equiparando-o ao curso de Condutores dos Institutos Industriais de Lisboa e Porto [...]. O curso de Engenharia Civil é um curso superior, professado nas Escolas Portuguesas de grau universitário, ao passo que o curso de condutores, professado nos Institutos Industriais de Lisboa e Porto, é um curso médio, de categoria científica muito inferior ao curso superior. Tem-se pretendido estabelecer confusão entre os dois cursos, pois que aos condutores diplomados pelos Institutos Industriais, têm sido dadas diferentes designações para enraizar mais essa confusão, é a conclusão lógica da OE e acrescenta a finalizar, sempre com vista na dignificação da profissão que representa: *embora a Ordem dos Engenheiros não tenha, por enquanto, a sua jurisdição extensiva às Colónias [...], não pode deixar que se pretenda estabelecer uma confusão entre o curso de Engenheiro Civil e um outro de categoria inferior. Venho, por isso, em nome do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros apresentar a V. Ex.^a a presente reclamação contra o facto apontado, solicitando para que se desfça a confusão que se quis estabelecer, e que, de futuro, não se repitam factos desta natureza.**

Uma outra questão fundamental, não só para os engenheiros portugueses ainda em busca de estatuto social e, claramente empenhados

na criação de um mercado de emprego onde fosse possível encontrar trabalho compatível com a sua formação superior, mas também porque se inseria profundamente num dos pilares do Estado Novo, é a da nacionalidade dos profissionais engenheiros que trabalhavam no nosso País. A posição de princípio da Ordem, para que não restasse qualquer dúvida, estava definida, de forma lapidar, no seu relatório de referente ao ano de 1939: *Quando consultada, a Ordem esforçou-se sempre para que não fossem dadas autorizações de trabalho a técnicos estrangeiros, havendo engenheiros nacionais competentes.*

Em 1937, a Ordem foi solicitada, por várias vezes, pelo subsecretariado das Corporações e Previdência Social através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para se pronunciar sobre pedidos de empresas nacionais e estrangeiras, que desejavam admitir ao seu serviço engenheiros e técnicos estrangeiros para trabalhos *de especialidade*²⁹. Segundo se constata no respectivo Relatório, a Ordem respondeu afirmativamente à maioria destes pedidos embora, *de uma maneira geral [tenha sido] indicada a condição de ser limitado a 1 ou 2 anos o tempo de prestação do serviço pelo engenheiro ou técnico estrangeiro, e a de se admitir conjuntamente um engenheiro ou técnico português para substituir o estrangeiro logo que terminasse o prazo a este concedido*³⁰.

Tratamento diferente teve o requerimento da Siemens Companhia de Electricidade que, na segunda metade de 1937, pretendia fazer vir da Alemanha um especialista em montagem de redes telefónicas subterrâneas, chamado Erich Hoppe, e que, segundo a requerente, era *engenheiro e viria ocupar o posto de engenheiro-chefe* de um conjunto de trabalhos a desenvolver em Braga³¹. A resposta da OE, ao despacho do secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, que pedia para ser informado *se há engenheiros portugueses com a especialização necessária para o trabalho que a requerente pretende confiar ao referido estrangeiro*, é absolutamente taxativa: *devo informar V. Ex.^a de que há em Portugal engenheiros electrotécnicos com a especialização necessária para a montagem de redes subterrâneas para telefones* e, em jeito de conclusão, a carta da Ordem vai referindo que, embora existisse um *contrato assinado entre a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones e a Siemens Companhia de Electricidade*, [que] *especifica a percentagem de pessoal*

*estrangeiro especializado que a requerente pode admitir no seu serviço e não lhe esteja cometida competência dar parecer sobre o articulado assinado entre o Estado e uma empresa particular [...] tomo a liberdade de chamar a atenção de V. Ex.^a para a necessidade que há que o engenheiro Erich Hoppe, que vem ocupar aquele lugar, seja diplomado por uma escola superior de engenharia das que são consideradas pela legislação em vigor*³². A situação repetiu-se, exactamente nos mesmos termos, dias mais tarde, com os mesmos protagonistas, só que a rede telefónica era então a de Coimbra; os considerandos eram iguais e a solução parece ter sido a idêntica: verificados os pressupostos da Ordem, a Siemens foi autorizada a trazer da Alemanha desta vez, o cidadão alemão, engenheiro Karl Vogel³³.

Carta do Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros dirigida aos ministros das Obras Públicas e Comunicações e das Colónias, com a data de 18 de Maio de 1938

Como é, por certo, do conhecimento de Vossa Excelência, às empresas estrangeiras autorizadas a trabalhar em Portugal em empreitadas do Estado, de Corpos Administrativos ou de Serviços Autónomos, tem sido permitido terem ao seu serviço técnicos estrangeiros, com o fundamento de uma especialização que sobre esses trabalhos podem não possuir os técnicos portugueses e ainda por se julgar razoável que, ao tomarem conta de empreendimentos de vulto, elas possam ter a colaboração directa de pessoas da sua própria confiança, fundada em larga colaboração anterior.

Em geral, ao ser concedida a autorização pedida, tem-se imposto a condição de serem também admitidos técnicos portugueses como adjuntos dos estrangeiros com o [...] objectivo de lhes facultar a prática conveniente que se alega faltar-lhes, com vista a trabalhos futuros da mesma natureza [...].

Porém, a esta Ordem é dado conhecimento de que algumas ou a quase totalidade das empresas em referência [...] não respeitam devidamente as condições de concessão que usufruem.

Designadamente acontece:

- a) que nem a competência ou especialização dos técnicos estrangeiros é em todos os casos verdadeira;*
- b) que nem sempre se trata de pessoas que tenham conquistado a confiança das empresas por uma larga colaboração anterior;*

- c) que os técnicos portugueses admitidos nessas empresas por força das disposições contratuais são em número muito reduzido comparado com o dos estrangeiros, e mal remunerados;*
- d) que mesmo esses poucos são relegados geralmente para funções secundárias, por vezes desligados do próprio objecto da concessão, evidenciando-se uma resistência, embora passiva, a familiarizá-los com os trabalhos cuja prática devem adquirir.*

Nestas circunstâncias, o Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros roga a V. Ex.^a que, de futuro, em todos os trabalhos dependentes desse Ministério, se exija rigorosamente o seguinte:

- 1.º que a competência ou a especialização dos técnicos estrangeiros a admitir seja devidamente provada ou documentada;*
- 2.º que seja também devidamente provada [...], a circunstâncias desses técnicos estrangeiros serem de especial confiança das empresas;*
- 3.º que por cada técnico estrangeiro a admitir seja sempre imposta a admissão simultânea de um técnico português da categoria correspondente, com um vencimento mínimo proporcionado a essa categoria;*
- 4.º que esses técnicos portugueses sejam considerados adjuntos dos estrangeiros, trabalhando [...] com estes nas mesmas funções activas ou nos mesmos sectores dos trabalhos que constituem a empreitada em concessão.*

Também rogamos a V. Ex.^a que fique sempre expressa a disposição legal [...] que obriga os engenheiros estrangeiros que trabalhem em Portugal a inscrever-se nesta Ordem como membros agregados, durante todo o tempo em que exerçam a sua actividade no País.

Fonte: AOENG, Correspondência Expedida Abril a Julho de 1938, Cartas do Presidente do CD da OE dirigidas aos ministros das Obras Públicas e Comunicações e das Colónias, com a data de 18 de Maio de 1938.

Gradualmente, passo a passo, ia-se construindo doutrina; questão que não parecia muito difícil de conseguir, porque a posição da OE, também por razões económicas a que acima se fizeram referência, estava cada vez mais próxima dos princípios nacionalistas e convergia para os vários tipos de protecção explicitamente defendidos pela doutrina corporativa portuguesa consagrada na Constituição Política e no Estatuto do Trabalho Nacional, ambos de 1933.

E, embora a Ordem não tivesse legalmente qualquer jurisdição sobre as colónias a verdade é que, também neste domínio, as questões se iam avolumando, até em Macau – que devido aos graves acontecimentos que ocorriam no Extremo Oriente, estava a ser literalmente invadida por engenheiros de várias nacionalidades que ali encontravam refúgio concorrendo e *tirando* trabalho aos portugueses³⁴. Note-se que, em termos

gerais, e dado o período de grande instabilidade que se vivia nestes tempos de antes da guerra, em muitos territórios, sobretudo nas colónias inglesas e francesas de África e da Ásia, o problema punha-se um pouco por todo o Império português.

Em suma, a Ordem foi por diversas vezes consultada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência sobre requerimentos feitos por empresas nacionais e estrangeiras que queriam contratar técnicos estrangeiros. Nestes casos, a Ordem reafirmava o princípio atrás referido: *Só em casos em que os serviços alegados exigiam uma preparação muito especial, foi dado parecer favorável, mas sempre condicionando-o à admissão simultânea de um engenheiro português para na altura conveniente substituir o estrangeiro*³⁵. E acrescentava um conjunto de condições que deviam ser verificadas, conjuntamente e em simultâneo, para que em seu entender as situações criadas por esses pedidos pudessem ser consideradas regulares face à legislação portuguesa.

Uma derradeira nota, sobre este tema, para dar o relevo que é devido a duas intervenções registadas no hemiciclo da Assembleia Nacional.

A primeira foi feita pelo deputado Francisco de Paula Leite Pinto³⁶. Partindo do facto de o extraordinário desenvolvimento das obras públicas ter determinado a fixação no País de dezenas de empresas estrangeiras, já porque os empreiteiros nacionais *não estavam apetrechados com a maquinaria especial necessária, já por deficiência de organização e de capitais*, Leite Pinto apontava a vantagem dos engenheiros estrangeiros em Portugal, quer para a técnica nacional quer pela habilitação dos nossos operários mas, sobretudo, *pelos ensinamentos que os engenheiros portugueses deveriam poder tirar do contacto com engenheiros estrangeiros especializados*. Mas, prosseguia, lavrando um veemente protesto: o problema é que *muitas obras em construção estão sendo dirigidas por estrangeiros, com grave prejuízo futuro para a técnica nacional e desprestígio do engenheiro junto do operário, do português junto do português*. No fundo, rematava o deputado, *a mesma mentalidade se encontra também em firmas estrangeiras que estão estabelecidas entre nós com permanência quer como proprietárias de fábricas e minas quer como exploradoras de serviços de interesse público*³⁷.

Logo no dia seguinte, Cancela de Abreu abordou também a situação dos engenheiros portugueses que trabalhavam em empresas não nacionais

ou sob comando de engenheiros estrangeiros, e, depois de se congratular com as palavras do seu correligionário Leite Pinto, manifestou igualmente a sua indignação por muitas situações criadas. Assim, e como membro dos *corpos directivos* da Ordem, aproveitou aquela tribuna para explicar o trabalho persistente com que a OE tinha, sem descanso, abordado o tema e denunciado todos os abusos de que fora tendo conhecimento; em resumo: *como do assunto se não manteve alheia, como é natural, a Ordem dos Engenheiros Portugueses*³⁸.

Uma outra frente que a Ordem manteve sempre aberta é a que se pode designar por defesa do título e da profissão de engenheiro: no fundo estava sempre presente e era, recorrentemente colocada, a questão do direito ao título de engenheiro. Todos os pretextos eram bons e todos os argumentos foram judiciosamente utilizados: em 1938, uma exposição entregue ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, *pelo Grémio Técnico Português, organismo não corporativo [...] solicitando a efectivação do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares* constituiu mais um elemento de protesto por parte da atenta e bem informada Ordem: *Porque esta designação de engenheiro auxiliar só serviu e tem servido para estabelecer confusão com o título de engenheiro concedido pelas escolas superiores de engenharia portuguesas, não pode esta Ordem deixar de expor a V. Ex.^a algumas considerações sobre aquele pedido [...]; por informações fornecidas, pelos Institutos Industriais, parece que os indivíduos nas condições [legalmente fixadas] eram em número de 58, número este que não pode aumentar, mas, pelo contrário, só tende a diminuir [...] ora não se compreende a criação de um organismo corporativo (sindicato) em que a admissão dos seus membros ficasse fechada logo no início, pois não pode haver mais engenheiros auxiliares [...]*³⁹.

A desbordante actividade da Ordem na defesa da dignidade da profissão dos seus associados, mesmo que em detrimento de alguns direitos anteriormente adquiridos por outros profissionais que a lei ou não protegia ou tinha ignorado – em muitos casos pela irrelevância dos números em presença – fica bem patente nas cartas dirigidas aos ministros das Finanças e da Justiça, respectivamente em 26 de Março e em 5 de Abril de 1938, que pelo valor simbólico do que foi essa luta da OE nos seus primeiros tempos, se reproduzem.

Carta da Ordem dos Engenheiros ao ministro das Finanças, de 26 de Março de 1938

No cumprimento das disposições do n.º 6 do art.º 4.º do Estatuto desta Ordem, aprovado pelo decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, verificou o Conselho Directivo que nas repartições de finanças estavam inscritos, para efeitos de pagamento de imposto profissional, como engenheiros civis, com exercício, alguns indivíduos que não estão nas condições legais para exercer esta profissão; verificou-se mais que entre estes indivíduos figuram alguns agentes técnicos de engenharia e engenheiros-auxiliares (hoje condutores pelo Decreto-lei n.º 20 328, de 21 de Setembro de 1931), isto é, indivíduos com os cursos médios técnicos dos institutos industriais, inscritos pelas repartições de finanças como engenheiros por falta de rubrica especial, aplicável da tabela das profissões a que se refere o n.º 2.º do art.º 61.º do Decreto n.º 16 731.

“Não deseja esta Ordem perseguir agora estes indivíduos, visto tratar-se de insuficiência da lei, nem tão pouco impedir-lhes, no futuro, o exercício da sua profissão, mas para isso torna-se necessário que as repartições de finanças não os inscrevam como engenheiros.

“Nestes termos, o Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros tem a honra de solicitar de V. Ex.ª o aditamento duma rubrica na tabela das profissões que abranja os condutores, diplomados pelos institutos industriais, e os diplomados com os cursos anteriores equivalentes.

Fonte: AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao ministro das Finanças, de 26 de Março de 1938.

Carta da Ordem dos Engenheiros ao ministro da Justiça, de 5 de Abril de 1938

Para coibir abusos que se tinham verificado no averbamento do título de engenheiro em bilhetes de identidade passados pelos arquivos de identificação, publicou o Ministério de V. Ex.ª, no Diário do Governo, I série, de 20 de Julho de 1928, a portaria n.º 5467 determinando que, para os efeitos da passagem de bilhetes de identidade, a profissão de engenheiro fosse comprovada pela apresentação do respectivo diploma ou pela confirmação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ou da Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal.

Porque aquela Associação suspendeu toda a sua actividade e esta se dissolveu por, sendo associação de classe, ter sido abrangida pelas disposições do art.º 24.º do decreto-lei n.º 23 050 e, competindo actualmente a esta Ordem “o velar pela execução das leis e regulamentos relativos ao título e à profissão de engenheiro”, solicito a V. Ex.ª que os Arquivos de Identificação só averbem a profissão de engenheiro, de qualquer das especialidades mencionadas no art.º 6.º do Esta-

Fonte: AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao ministro da Justiça, de 5 de Abril de 1938.

tuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, aos solicitantes de bilhete de identidade que apresentem a carta de exercício profissional a que se refere o art.º 9.º do mesmo Estatuto.

Apesar de todos os cuidados ainda havia quem escapasse ao crivo e a este jogo de enganos provocado pelo facto de existirem inúmeros títulos de engenheiro que não caíam dentro dos estreitos limites que a lei consagrara: era a já referida circunstância dos engenheiros agrónomos e dos silvicultores, a que se acrescentava agora o dos engenheiros geógrafos primeiro formados na Faculdade de Ciências de Lisboa, a partir de Fevereiro de 1921⁴⁰ e, alguns meses depois, nas Faculdades de Ciências de Coimbra e do Porto⁴¹. Também neste caso a Ordem, fiel aos seus princípios, de estrénuo defensora do título e da profissão de engenheiro, não deixou de actuar, deixando claro que a esses designados engenheiros geógrafos poderia *ser-lhes conferido o título de licenciados em ciências matemáticas e geográficas, ou outro análogo, mas não o de engenheiro*⁴². Foi ainda como o mesmo propósito que a OE obteve do ministro da Justiça a directiva dirigida aos tribunais para que estes, tendo que *nomear peritos engenheiros o fizessem de entre os inscritos na Ordem*⁴³. Sucederam-se outros factos e outras ocorrências, perante os quais a Ordem repetiu os mesmos argumentos e, geralmente, fez ganho de causa nessas matérias.

Nos anos de 1938 e 1939 surgiram dois outros problemas que o Conselho Directivo da Ordem teve de resolver com alguma agilidade: o primeiro era o da Carta de exercício profissional, tal como era definida no artigo 9.º do Estatuto da Ordem. O Conselho Directivo mandou fazer as cartas, estabeleceu que *para melhor fiscalização [...] fossem revalidadas de cinco em cinco anos*⁴⁴, e *por sugestão do INTP como estas cartas devem constituir documento suficiente para comprovar a identidade do engenheiro, foi tornada obrigatória a aposição da fotografia* nas referidas cartas⁴⁵.

Já quanto à forma como os engenheiros eram colectados em sede de imposto profissional, o problema resolveu-se, embora tendo ultrapassado o prazo do mandato desta primeira direcção da Ordem.

Desta descrição quase exaustiva do que foi o intenso trabalho dos primeiros corpos sociais da Ordem dos Engenheiros falta referir os vários níveis a que se processavam as exigentes funções de representação que

lhes estavam cometidas, quer por força da sua integração na organização corporativa quer, designadamente em associações congéneres de pendor técnico ou profissional, nacionais ou estrangeiras.

A Ordem dos Engenheiros estava representada num conjunto alargado de secções da Câmara Corporativa pelo engenheiro presidente do Conselho Directivo, António de Almeida Vasconcelos Correia, da mesma forma que a sua representação no Conselho de Estética Cidadina de Lisboa era assegurada pelos engenheiros Abel de Noronha e Andrade e Manuel Gonçalves de Silveira Azevedo e Castro.⁴⁶ A OE passaria a estar também representada nos conselhos municipais, como foi sugerido pelo ministro do Interior, quando estivessem reunidas as condições necessárias para que tal pudesse acontecer. Ainda neste quadro de convergência com a orgânica corporativa e da interajuda que esta propugnava, a Ordem empenhou-se no processo de criação do Sindicato Nacional dos Electricistas e do Sindicato Nacional dos Técnicos diplomados pelos Institutos Industriais. Por outro lado, numa manifestação de apaziguamento e boa-vontade para com a então Agremiação Técnica Portuguesa, sucessora do antigo Grémio Técnico e por solicitação daquela associação, aceitou colaborar na revisão da situação dos seus associados como funcionários das administrações Central ou Local, e em face do regulamento do betão armado⁴⁷.

No que concerne às relações com outras associações nacionais e estrangeiras, que naturalmente, no futuro, à medida que se progredia no sentido da internacionalização da economia portuguesa, tiveram um enorme desenvolvimento, é expressamente referido no Relatório de 1938 que a deslocação ao estrangeiro de membros da Ordem para participar em alguns eventos internacionais deu azo a que fosse possível estabelecer relações com algumas dessas instituições estrangeiras, designadamente, solicitando vários tipos de apoio técnico e científico; houve, assim, oportunidade para restabelecer contactos com algumas agremiações que já mantinham relações com a AECP e com outras que agora surgiam pela primeira vez. Refiram-se, a título de exemplo, a Société des Ingénieurs Civils de France, de Paris; Verein Deutscher Ingenieur, de Berlim; Fédération des Associations Belges d'Ingénieurs, de Bruxelas; Ordine degli Ingegneri, de Roma; Societatea Politecnica din Romania, de Bucareste; Clube de Engenharia, do Rio de Janeiro, e Instituto de Engenharia, de S. Paulo⁴⁸.

Quanto a outros aspectos e actividades de foro associativo, foi nesta fase de constituição que se começaram a consolidar alguns aspectos que, ao longo dos tempos, e até dos regimes, têm vindo a constituir elementos de uma tradição de que os engenheiros e a sua Ordem se podem, muito justamente, orgulhar.

Numa primeira linha de prioridades encontram-se as actividades culturais e de convívio que foram incluindo, ao longo dos anos, conferências⁴⁹, visitas de estudo, a publicação mais ou menos regular do *Boletim* cuja distribuição se mantinha gratuita, sessões de cinema⁵⁰ e até, procurando fomentar a convivência dos associados e das famílias, *foi resolvido organizar mensalmente, um baile dedicado a seus filhos nas tardes do primeiro domingo de cada mês; o primeiro realizou-se em 9 de Abril, a frequência média tem sido superior a 150 pessoas. Ainda com o mesmo fim, inaugurou-se uma mesa de ping-pong [...]*⁵¹.

Dois elementos mais para completar esta análise da actuação da Ordem nestes primeiros anos de vida: a Biblioteca que, para além do propósito de a ir enriquecendo através da compra sistemática de livros e revistas, nasceu com uma dimensão considerável porque, no fundo, podia dispor das obras que constituíam a valiosa biblioteca da AECP⁵² e o designado material técnico: fazendo jus a uma tradição que já vinha da AECP, a Ordem não só contratou com a Associação a possibilidade de poder continuar a alugar aos seus sócios alguns instrumentos técnicos propriedade daquela, como no quadro de algumas restrições orçamentais prosseguiu com a compra de novos equipamentos *para serviço de aluguer aos membros*⁵³.

A viragem da guerra

A II Guerra Mundial constituiu um marco indelével na história portuguesa do século XX como, de resto, nos demais países directa ou indirectamente afectados pelo conflito, e em geral na própria ordem internacional. No caso português a conjuntura da guerra⁵⁴ determinou a manifestação de uma *primeira crise séria do Regime*⁵⁵, e, alterando o registo em que se ia processando a actividade económica nacional, provocou uma interrupção das políticas programadas sobretudo tendo em consideração o programa

de realizações em curso, o cenário de estabilidade financeira e monetária e impôs uma reorientação no rumo e no ritmo que orientavam a condução económica do País⁵⁶.

A influência do contexto e do cenário internacionais, durante a guerra e no pós-guerra, tiveram um impacto e uma influência muito superiores ao que as autoridades políticas desejavam e presumiam, sobretudo considerando as ideias e as posições de autarcia e independência que o Estado Novo prosseguia.

Desde logo, a neutralidade portuguesa não constituíra escudo nem conferira imunidade aos efeitos das transformações que perpassavam a esfera internacional e que, transpondo fronteiras, surpreenderam e penetraram a realidade nacional. Por outro lado, durante o conflito, revelara-se impossível, mesmo para um país neutral, escapar à necessidade de impor um estreito controlo da actividade económica, procurando salvaguardar as suas necessidades essenciais e minorar os efeitos mais nefastos da guerra total na vida económica e financeira do País. No caso português aquela impossibilidade inviabilizou claramente a intenção de manter *a normalidade existente*⁵⁷ que o Presidente do Conselho apontara como estratégia no início das hostilidades, tornando imperativa a organização de uma verdadeira “economia de guerra”, como então lhe chamou Lumbrals⁵⁸ e, com ela, o reforço da intervenção do Estado na esfera económica.

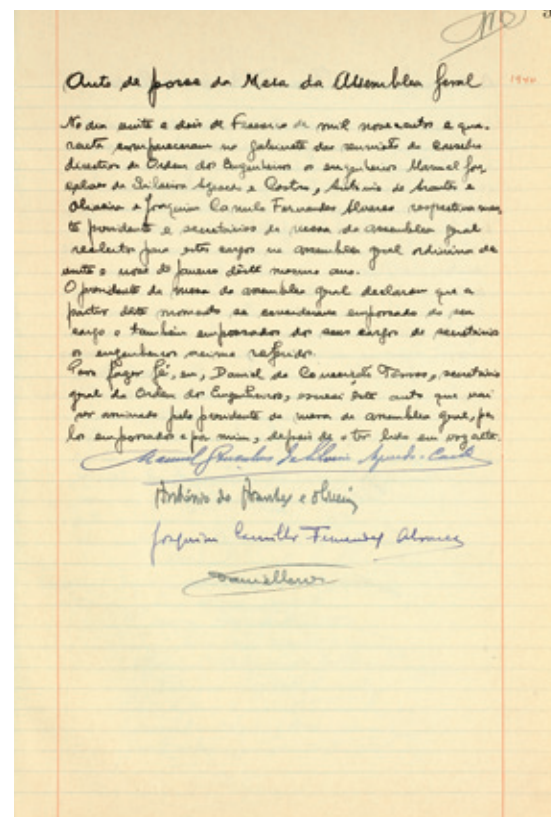
A guerra, e os anos do pós-guerra, confrontaram o País e as autoridades portuguesas do Estado Novo com a natureza da sua própria estrutura económica – denunciando as suas vulnerabilidades, mostrando que esta não conseguia manter-se incólume à conjuntura económica internacional e que os desígnios da produção e do comércio internacionais, mobilizados em função do esforço de guerra e, depois, da reconstrução, não se compadeciam com as necessidades nem podiam ser supridas contando apenas com as existências nacionais em ouro e divisas.

Durante a guerra, as dificuldades de importação junto dos parceiros tradicionais tenderam a acentuar a necessidade de encontrar mercados alternativos em matéria de fornecimentos, quadro em que sobressai o acréscimo das trocas com a área do dólar e com as colónias portuguesas. O aproveitamento das circunstâncias, propiciando que produtos de exportação de interesse relativo fossem avaliados excepcionalmente

pela sua contribuição para o esforço de guerra, conduziu a uma melhoria temporária nos termos de troca do comércio externo português. A balança comercial reflectiu estas mutações: Portugal exibiu três anos de saldos positivos durante a guerra – situação inédita, essencialmente explicada pelo aumento dos valores da tonelada exportada, sobretudo de volfrâmio. Refira-se todavia o carácter temporário e excepcional de boa parte das alterações verificadas no quadro do comércio externo português durante a guerra. No final, o modelo retornou à postura pré-bélica, significando, entre outras coisas, que a circunstância não foi potenciada em termos de conquista de novos mercados.

Os anos da guerra registaram em Portugal uma acumulação excepcional de ouro e de divisas no Banco de Portugal, de consideráveis disponibilidades na conta do Tesouro e de aumentos substanciais nos depósitos bancários, que andaram a par com um fraco nível de investimento interno, permitindo que, terminado o conflito, o País gozasse de uma situação financeira confortável que contrastava fortemente com o estado em que se encontrava a maior parte dos países europeus envolvidos no conflito⁵⁹. Situação que se fez reflectir num extraordinário desenvolvimento da circulação fiduciária e que resultava da combinação de vários factores, em particular, a entrada de capitais (novos, retornados ou transportados pelos refugiados), o afluxo de divisas, propiciando uma importante acumulação de reservas cambiais (em especial por conta de compras e de investimentos dos beligerantes) e o aumento dos rendimentos invisíveis. Acrescia que, para além de outros rendimentos arrecadados e dos saldos resultantes da sua situação financeira passada, Portugal dispunha de um crédito sobre Inglaterra avaliado no final da guerra em cerca 80 milhões de libras. Esses factores somavam-se no sistema bancário aos saldos positivos dos negócios de guerra, os rendimentos do contrabando e os réditos dos circuitos “ilegais” como o mercado negro.

Em geral, a evolução foi no sentido do aumento regular do total dos meios de pagamento ao longo do período, sendo assinalável a proporção



Auto de posse da Mesa da Assembleia-Geral eleita em 1940.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

retida pelo sistema bancário, sempre apoiado pelo Governo que, assim, procurava minorar os efeitos da inflação monetária crescente. Abundância de dinheiro nas instituições do Estado, no sistema bancário e nas poupanças privadas constituíam um significativo espólio de Guerra; aconteceu porém que, não reprodutivamente aplicadas, como por exemplo em investimentos produtivos, acabaram por se revelar insuficientes, esgotando-se num curto espaço de tempo.

Na realidade, o enriquecimento circunstancial ocasionado pela guerra não foi acompanhado por um processo de modernização nos sectores de actividade, o que naturalmente vulnerabilizou a economia portuguesa do pós-guerra. Conferindo os dados, a verdade é que o País enriqueceu muito mas cresceu pouco.

Em suma, por circunstâncias e razões que tiveram a ver com a combinação da conjuntura bélica com a forma como então se estruturava a economia portuguesa, verifica-se que a produção nacional cresceu muito pouco durante os anos de guerra e contrastando com o que ocorreu em países que, tal como Portugal, mantiveram uma posição de neutralidade durante a guerra, que o *PIB per capita não estava, em 1946, muito acima do de 1939*⁶⁰.

De qualquer forma, a eclosão da II Guerra Mundial veio alterar a situação em que se ia processando “o rumo e o ritmo” da política económica do Estado Novo; o rumo não era ainda certo, detectavam-se hesitações e incertezas, mas a guerra foi a grande responsável pelas inovações introduzidas, pela conquista do mercado interno por alguns sectores industriais como a alimentação, os têxteis, os minerais não metálicos, a metalurgia e a metalomecânica e, posteriormente, pelo arranque formal de um processo de industrialização em grande parte devido à doutrinação e ao trabalho legislativo do engenheiro Ferreira Dias (a quem se ficaram a dever as Leis n.º 2002 e 2005, respectivamente, da Electrificação do País e do Fomento e Reorganização Industrial, aprovadas em 1944 e 1945, como adiante se verá mais detalhadamente). Nesse sentido, *a guerra constituiu a razão maior e propiciou a oportunidade para se procurar [...] obviar as fragilidades reveladas pela economia portuguesa, nomeadamente no que se refere ao seu aparelho produtivo industrial*⁶¹.

* * *

Os engenheiros e a sua Ordem não podiam ficar indiferentes a esta enxurrada de acontecimentos e situações que, constantemente, iam produzindo alterações profundas, duradouras, estruturais na economia e na sociedade portuguesas. Aliás, como se acabou de analisar, os primeiros órgãos dirigentes da Ordem não só ainda apanharam alguns efeitos do início da guerra como procuraram minimizar os seus resultados. Mas quem sofreu, verdadeiramente, as consequências do conflito que se fizeram sentir globalmente na nossa sociedade, foi a direcção seguinte.

Em 29 de Fevereiro de 1940, o engenheiro Francisco Ramos Coelho de Sá foi eleito presidente do Conselho Directivo da Ordem, sucedendo a António de Almeida Vasconcelos Correia que, como se viu, esteve à frente dos destinos da Ordem, procedendo, para todos os efeitos, à sua instalação: resolvendo os mais variados, e algumas vezes complexos, tipos de problemas, criando rotinas de serviço, consolidando o seu espaço de actuação, impondo a nova instituição aos engenheiros, assegurando interna e externamente a representação da classe, impondo-se no seio da própria organização corporativa, ao abrigo da qual acabou por ser criada. Com a eleição de Fevereiro de 1940 começou um novo ciclo da vida da OE.



Francisco Augusto Ramos Coelho de Sá (1865-1952).

Formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica e na Escola do Exército. Trabalhou como engenheiro no porto de Lisboa, cuja direcção veio a assumir, e em vários projectos coloniais significativos. Reformou-se do MOP tendo então prosseguido carreira na Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, onde se manteve até Janeiro de 1940, quando completou 75 anos de idade. Foi, por duas vezes, vice-presidente da AEEP (em 1915 e 1923) e presidente do Conselho Directivo da OE entre 1940 e 1942.

Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Corpos directivos da Ordem dos Engenheiros eleitos em Fevereiro de 1940

Mesa da Assembleia

Presidente	Manuel Gonçalves da Silveira de Azevedo e Castro
Vice-Presidente	Flávio Augusto Marinho Pais
Secretário	António de Arantes e Oliveira Joaquim Camilo Fernandes Álvares Edgar de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	Francisco Augusto Ramos Coelho de Sá
Vice-Presidente	Duarte Abecassis Gonçalo de Vasconcelos Pereira Cabral (a partir de 19-8-1942)
Vogal-Tesoureiro	José Caetano Vaz Pacheco do Canto e Castro Constantino Schröeter Batalha de Carvalho (a partir de 6-3-1942)

Vogal-Secretário	Casimiro António Chambica da Fonseca (a partir de 19-8-1942) José Mercier Marques Francisco Xavier Lobo de Almeida de Melo e Castro (a partir de 27-8-1942)
VOGAIS-PRESIDENTES DAS SECÇÕES DE	
Engenharia Civil	Abel Mário de Noronha Oliveira e Andrade Teófilo de Sousa Leal de Faria (a partir de 19-8-1942)
Engenharia Electrotécnica	Vasco Barreto de Carvalho Paulo Teixeira de Queirós Barros (a partir de 6-3-1942)
Engenharia Mecânica	Rogério Vasco Ramalho Augusto José de Araújo Rebelo de Andrade (a partir de 20-2-1941) Vasco de Magalhães Gomes Viana (a partir de 19-8-1942)
Engenharia de Minas	José Caetano Maziotti Salema Garção José de Jesus Pires (a partir de 20-2-1941) António de Castelo Branco (a partir de 19-8-1942)
Engenharia Químico-Industrial	Eduardo Madail José Eduardo Dias Costa (a partir de 6-3-1942) Francisco Magalhães Ilharco (a partir de 19-8-1942)
Engenharia Naval	Vasco José Taborda Ferreira
Comissão Revisora de Contas	
Fernando Galvão Jácome de Castro João de Korth (a partir de 20-2-1941) João Alberto Barbosa Carmona José Caetano Maziotti Salema Garção (a partir de 20.2.1941) João de Penha Garcia	
Conselho Disciplinar	
Engenharia Civil	João Severo Cunha Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio de Almeida e Melo
Engenharia Electrotécnica	Cassiano Maria de Oliveira Pedro Filipe Adeodat de Brion

Engenharia Mecânica	Manuel Pinto Rodrigues da Costa de Barros Rogério Vasco Ramalho
Engenharia de Minas	António Bernardo Ferreira António do Carmo da Guerra Quaresma Viana
Engenharia Químico-Industrial	Carlos Cardoso Lapa Salema José Caetano Vaz Pacheco do Canto e Castro
Engenharia Naval	António de Atouguia Silvério Cunha de Sousa Mendes

Quanto ao novo Presidente da Ordem, volta a não ser um dos grandes notáveis da classe: embora não fosse propriamente um desconhecido do meio, já tinha exercido por duas vezes a vice-presidência da AECP, em 1915 e em 1923; o seu primeiro cargo verdadeiramente importante foi precisamente aquele para que foi sucessivamente eleito, em 1940 e 1942, de presidente da Ordem dos Engenheiros.

O ano de 1940 havia de ficar marcado por aquela que foi, porventura, a maior e a mais espectacular realização popular do Estado Novo: a Exposição do Mundo Português. A Exposição, comemorativa do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade, inaugurada, com grande fausto, em Lisboa a 2 de Junho, era, no fundo, a grande



O Presidente da República, Óscar Carmona e o ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco visitam a Exposição do Mundo Português.

Fonte: Empresa Pública Jornal "O Século"
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0066/2468N
"Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado

A Exposição do Mundo Português

Eng. Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo ^(*)

(F. C. U. P.)

A Exposição do Mundo Português foi realizada dentro de objectivos definidos pelo Governo, traduzindo o elevado e vasto pensamento do Sr. Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar.

Desde a formação da nacionalidade até às lições da nossa grandeza moral presente e da nossa ânsia de trabalhar e progredir, tudo na Exposição se evoca e patenteou aos olhos de nacionais e estrangeiros. Do nosso magnífico passado até ao período de ressurgimento que atravessamos, toda a série de maravilhosos lances, de gestos de heroísmo, de manifestações de amor ao trabalho e de valorizações da riqueza do Império, tudo demonstrou quanto a Civilização deve e continua a dever a Portugal. Na Exposição do Mundo Português fez-se a evocação de quanto de portentoso operámos nas cinco partes do Mundo.

A Exposição foi ainda, e é este um ponto que não encontraria melhor ocasião para ser focado, um padrão das qualidades de trabalho dos portugueses, do seu espírito de colaboração, de iniciativa, de improviso e de amor à profissão.

Por isso a Exposição foi, não só a concretização do pensamento do Governo, mas também a evidência admirável do génio eterno de Portugal.

O Comissariado, constituído pelo comissário geral, sr. Dr. Augusto de Castro, arquitecto-chefe, Cottinelli Telmo, e por mim, comissário adjunto, tomou posse no dia 4 de Janeiro de 1939, ficando a meu cargo a direcção das construções e os serviços dos diferentes ramos de engenharia.

Os trabalhos de terraplenagem e urbanização iniciaram-se a 15 de Fevereiro e os de construção a 20 de Abril.

O terreno escolhido para se erguer a Exposição era áspero e ingrato, mas não era possível encontrar local mais apropriado. Só técnicos podem avaliar as dificuldades de adaptação dos terrenos, das demolições, remoção de terras, fundações, etc.

Como não havia de trazer atrás de si um longo cortejo de dificuldades e contrariedades o curto prazo de 494 dias que foi aquele em que se pôs em pé uma exposição cheia de grandeza e para cuja realização foram necessários tantos estudos, projectos, cálculos de estabilidade, execução de construções, por vezes fora dos moldes vulgares, distribuição equitativa das dotações pelos diferentes trabalhos e obras, etc.?

(*) Comissário adjunto da Exposição do Mundo Português.

Boletim da Ordem dos Engenheiros
dedicado à Exposição do Mundo
Português.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*,
Ano IV, n.º 48, Dezembro, 1940.

celebração do Regime. A OE aderiu com prazer ao acontecimento tendo a sua presença constituído, também, um momento alto da sua actividade nesse ano: dedicou-lhe a publicação de um número especial do *Boletim*⁶² e mandou executar uma bandeira que, em tempo oportuno, foi enviada ao Secretariado da Propaganda Nacional e figurou ao lado das de outros organismos corporativos na sala «Portugal 1940»⁶³.

Ainda neste âmbito comemorativo, assinale-se a realização que teve lugar em 16 de Dezembro, na sede da Ordem, de uma Sessão Solene de homenagem aos aviadores portugueses que empregaram processos científicos de navegação e à qual se dignou presidir S. Ex.^a o Presidente da República e assistir S. Ex.^a o ministro das Obras Públicas e Comunicações. Nela foi lida, pelo membro efectivo da Ordem, Sr. Eng. Joaquim José Salgado, uma conferência intitulada “Por ares nunca dantes navegados”⁶⁴.

Quanto a tudo o resto, tudo o que aliás fazia o pleno da actividade da Ordem, as questões iam surgindo, os problemas equacionados, quando possível eram resolvidos, apesar do quadro delicado da conjuntura que se atravessava.

A guerra reflectia-se em múltiplos aspectos – no desemprego de engenheiros, em dificuldades do exercício da profissão, pelas enormes carências de toda a espécie que sistematicamente se iam fazendo sentir, pelas crescentes dificuldades na aquisição de equipamentos técnicos relacionados com as diversas especialidades, até *por terem deixado de entrar na biblioteca muitas revistas [técnicas] cuja publicação está suspensa por causa da guerra*⁶⁵.

Mas, apesar das dificuldades, existia uma série de rotinas que, salvo casos excepcionais, permitiam à Ordem alguns automatismos de funcionamento. As prioridades, as apreensões e, as prevenções mantiveram-se apesar dos novos condicionalismos: as preocupações com a actividade

cultural da Ordem, a defesa do título e da profissão dos engenheiros, os regulamentos disciplinares e as questões deontológicas, a atenção devida aos interesses humanos e profissionais dos seus membros, o regime a que estavam sujeitos os engenheiros nas colónias, a forma de lidar com a contratação de engenheiros de outras nacionalidades, a magna questão da Delegação do Porto, as dificuldades em manter actualizada a biblioteca, a carta de exercício profissional, a representação da OE...

Há, no entanto, um aspecto que, pela insistência com que foi sendo mencionado, merece uma referência: trata-se da forma e da intensidade com que os engenheiros participavam na vida associativa. Era como se tivessem esgotado as energias e o fôlego associativista na criação da sua Ordem; uma vez esta criada, nas duas cidades onde existiam instalações propícias ao fomento do companheirismo e do relacionamento mútuo, Lisboa e Porto, o fenómeno repetia-se e dele davam conta quase todos os relatórios de actividades, quer o nacional, da responsabilidade do Conselho Directivo, quer o produzido pela Delegação do Norte, aludindo a *ínfima a frequência de membros na sede da Ordem*, dando conta da suspensão de iniciativas e actividades, nomeadamente sociais, como a concessão de pensões, e culturais, incluindo as tardes dançantes de sábado⁶⁶.

Todavia, mantinha-se o interesse pelas actividades culturais, embora alguma penúria de meios⁶⁷, sendo de assinalar a realização de conferências e de visitas de estudo e o prosseguimento da projecção e exibição de *fitas cinematográficas*⁶⁸ que, em 1941, precisamente a 11 de Junho, tiveram como atracção adicional as *fitas cinematográficas a cores, tiradas pelo Eng. Ernesto Santos Bastos na Exposição do Mundo Português e durante várias excursões no País*⁶⁹.

No que se refere ao *Boletim*, embora a Direcção continuasse a desenvolver os seus melhores esforços no sentido de assegurar a regularidade de publicação, começaram a notar-se atrasos na respectiva distribuição logo nos finais de 1940 (em 39 já se tinham ouvido as primeiras queixas),

Ano I	1943	N.º 1
JANEIRO / FEVEREIRO		
SUMÁRIO		
EDITORIAL		3
A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NA INDÚSTRIA DAS CONSERVAS DE PEIXE pelo Eng. Charles Lepierre		6
CANAL DO ALVIELA — PROJECTO DO CANAL VENTURI E DE DESCARREGADORES A INSTALAR NOS OLHOS DE AGUA pelo Eng. Alberto Abecassis Manzaneres		14
ASPECTOS DA ELECTRIFICAÇÃO RURAL — RESULTADOS DE UMA EXPERIÊNCIA PARCIAL pelo Eng. Paulo de Barros		25
O ÚLTIMO LANÇAMENTO AO MAR NO ARSENAL DA MARINHA pelo Eng. Fernando de Araújo		41
VIDA ASSOCIATIVA		45
DOCUMENTAÇÃO		49
BIBLIOGRAFIA		51
REVISTA DAS REVISTAS		58

Primeiro número da *Revista da Ordem dos Engenheiros*.

Fonte: *Revista da Ordem dos Engenheiros* — Ano I, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1943.

que o Conselho Directivo lamentava mas em relação aos quais, salientava, não lhe poderem ser assacadas responsabilidades. O *Boletim* era distribuído gratuitamente aos membros da Ordem e aos subscritores-estudantes e permutado com publicações científicas e de interesse profissional portuguesas e estrangeiras, representando uma despesa significativa para a Ordem. Apesar das dificuldades, o Conselho Directivo assinalava a intenção de introduzir melhorias substanciais no seu órgão oficial: *quer quanto à sua apresentação e aspecto gráfico, quer quanto ao interesse e variedade da matéria publicada*⁷⁰ e, no prosseguimento de trabalhos entretanto encetados, o mesmo Conselho *resolveu [...] iniciar, a partir de Janeiro de 1943, uma nova série da sua publicação periódica – que passará a chamar-se «Revista da Ordem dos Engenheiros» e terá apresentação diferente e, assim o esperamos, melhor, do que a do actual «Boletim»*⁷¹.

Foi o que, de facto, veio a acontecer; na transição entre a Direcção de Coelho de Sá e a de Pereira Cabral, o *Boletim da Ordem dos Engenheiros* suspendeu a sua publicação com um número quádruplo, 69/72, Setembro/Dezembro de 1942. Em sua substituição começou a ser publicada, até 1951, a *Revista da Ordem dos Engenheiros* (em 1952 regressou-se ao formato e à versão *Boletim da Ordem dos Engenheiros*)⁷².

Viviam-se dias difíceis, problemas reais que todos sentiam. Procuravam-se soluções de equilíbrio, e em alguns casos de curto prazo, em termos de um futuro próximo, na expectativa, porventura optimista, de que os tempos de crise seriam rapidamente superados e se poderia, finalmente, regressar à *normalidade existente*.

Apesar das dificuldades, concretizaram-se algumas iniciativas e conseguiram-se alguns melhoramentos, até por circunstâncias ocasionais. Foi o que aconteceu com a modernização das instalações da Biblioteca levada a cabo em 1941, graças à acção benemerente do engenheiro José Caetano Maziotti Salema Garção, que se ofereceu para custear toda a operação.⁷³ Em breve ficavam catalogados, à disposição dos associados, mais de 10 000 artigos de revistas.⁷⁴ Entretanto, e por deliberação da Assembleia Geral, reunida a 27 de Janeiro de 1942, seria dado à biblioteca o nome de «Sala Engenheiro Salema Garção», *em testemunho de apreço e reconhecimento pelo valioso donativo deste nosso ilustre colega, que pessoalmente custeou todas as elevadas despesas da nova instalação da biblioteca*⁷⁵.



Sala Engenheiro Salema Garçon.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Numa outra dimensão, colocava-se a defesa do interesse profissional dos membros da Ordem, que o Conselho Directivo mantinha como tarefa prioritária e à qual tinha dedicado a melhor atenção. Era uma função estatutária, de nem sempre fácil execução que, pelo menos nestes primeiros anos, cobria duas áreas bem distintas.

Uma, tinha a ver com a resolução de conflitos entre engenheiros e entidades públicas ou privadas para as quais tinham executado qualquer espécie de trabalho. Neste domínio, a Ordem tentava *resolver amigavelmente pleitos ocorridos entre membros da Ordem e entidades devedoras de importâncias várias por trabalhos executados ou serviços prestados [...]*⁷⁶. Mas o próprio Conselho mostra como a [sua] *acção [era] notavelmente dificultada pela circunstância de, na grande maioria dos casos, os engenheiros se encarregarem de trabalhos e serviços sem previamente estabelecer, por escrito e de modo claro e inofismável, as condições de execução de trabalhos ou prestação de serviços e bem assim os da sua remuneração. É esta uma das razões pelas quais o Conselho Directivo resolveu proceder ao estudo de contratos colectivos e individuais de trabalho [...]*⁷⁷.

A segunda, tinha características bem diferentes e dizia respeito a engenheiros desempregados ou vivendo em circunstâncias economicamente

difíceis e que apelavam para a Ordem. A estes, a Direcção procurava apoiar, pedindo colocação ou auxílio, intervindo em várias instâncias, nomeadamente junto dos ministros das Obras Públicas e Comunicações e das Colónias.⁷⁸ Refiram-se, a propósito, algumas considerações, tecidas pelo próprio Conselho Directivo, relevantes para a compreensão de muitos episódios que giravam em torno da função social dos engenheiros num País atrasado como era então o nosso, da sua importância num processo de industrialização que tardava, no reconhecimento das suas competências específicas, no seu domínio da técnica... *Por circunstâncias várias, afirmava então o Conselho Directivo, a que não é estranho o deficiente nível de cultura que se observa, de um modo geral, no nosso meio industrial, é a nossa profissão aquela que mais dificuldade tem em obter uma justa remuneração e, daí, as divergências a que pode dar lugar a «conta» apresentada depois de prestado o serviço; por esta e outras razões, mais uma vez [se] chama a atenção de todos os membros da Ordem para tão importante assunto. Embora este deva vir a ser abrangido pelo estudo, em curso, da regulamentação da profissão, não quer o Conselho Directivo deixar de aconselhar prudência até que novas circunstâncias venham pôr os engenheiros nestas condições ao abrigo de semelhantes discórdias e dificuldades*⁷⁹.

O caso não se circunscrevia à questão do *nível cultural do nosso meio industrial*; a maioria das vezes envolvia as relações dos engenheiros com as câmaras e só podia ter sido definitivamente resolvido no recém-aprovado Código Administrativo, cuja redacção final não levou em conta as propostas feitas pelos peritos da Ordem sobre a organização dos serviços técnicos das câmaras⁸⁰. No fundo, o problema resumia-se ao facto de, qualquer que fosse a actividade desenvolvida pelos engenheiros, a sua remuneração só excepcional e devidamente autorizada *superiormente* poderia ser superior à auferida pelos chefes de secretaria das autarquias.⁸¹ O Conselho, com persistência, ia recorrendo a todos os meios disponíveis, fazendo repetidos e incessantes esforços junto dos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações para que fossem *convenientemente organizados e regulamentados os serviços técnicos municipais no País e condignamente remunerados os engenheiros empregados pelas câmaras municipais*⁸² ou solicitando ao ministro da Educação Nacional que

considerasse a *posição desfavorável dos engenheiros nos concursos para professores provisórios das escolas industriais*.⁸³

Em suma, o que todos estes episódios mostravam era que o mercado de trabalho dos engenheiros não estava fácil, que as administrações central e autárquica continuavam a ser os grandes empregadores nacionais e que, numa conjuntura de guerra e sem indústria, não havia, de facto, grande alternativa de emprego para os engenheiros que, gradualmente, se iam formando nas escolas superiores.

Outra via de saída, para o que vinha sendo a angustiante situação laboral de muitos engenheiros portugueses, podia residir nas colónias; mas aí, por enquanto, a Ordem nada podia fazer por não ter jurisdição sobre esses territórios; ou melhor, podia fazer exposições, reclamar direitos que considerava serem-lhe devidos, e insistir junto do ministro das Colónias no sentido da *publicação de um decreto tornando extensiva às Colónias a jurisdição da Ordem*⁸⁴.

A defesa do interesse dos engenheiros que, como se viu, o Conselho considerava um dever primordial, passava também pela formação; daí a atenção que dedicou à *proposta apresentada em Assembleia Geral ordinária de 27 de Janeiro de 1942, relativa à vantagem da especialização, no estrangeiro, de engenheiros portugueses*. Aliás, posteriormente, embora reconhecesse que a situação mundial não era de molde a facilitar os desejos então expressos, o *Conselho Directivo apreciando o assunto e reconhecendo os bons serviços neste campo já prestados pelo Instituto para a Alta Cultura, resolveu apoiar ao máximo, dentro dos limites das suas possibilidades, a acção desenvolvida por aquele Instituto e aproveitar todas as facilidades por ele concedidas*⁸⁵.

Quanto aos aspectos mais defensivos e protectores em relação aos engenheiros portugueses, a Direcção da Ordem mostrava-se absolutamente implacável: *fazendo as diligências necessárias para obrigar aqueles que ilegalmente usavam o título a deixar de o fazer [...]*⁸⁶; mobilizando os membros para a denúncia das ilegalidades de que tivessem conhecimento: *pedindo, mais uma vez, a todos os membros da Ordem, que não deixem de assinalar ao Conselho os casos de que tenham conhecimento atentatórios dos interesses da nossa profissão e do direito do uso do referido título. Para obrigar aqueles que ilegalmente usavam o título de*

*engenheiro a deixarem de o fazer, foram feitas, pelo Conselho Directivo, as necessárias diligências, inclusivamente de notificação judicial*⁸⁷, ou não reconhecendo os diplomas passados por universidades estrangeiras dos países em guerra onde, por essa razão, os cursos tinham sido encurtados sem que os interessados apresentassem um certificado demonstrativo da frequência de um curso normal quer quanto à duração quer quanto à composição, ou, mais uma vez, solicitando *superiormente a publicação de um diploma legal proibindo às firmas comerciais o uso da designação de «Engenheiro», «Engenheiros» ou de «Engenharia» nas suas firmas, anúncios, tabuletas, impressos e relações com terceiros*⁸⁸, ou ainda, insistindo *junto de quem de direito no sentido de uma publicação denominada «Revista de Engenharia» deixar de se intitular assim visto não ser publicada nem redigida por engenheiros*⁸⁹.

O espírito e a persistência que neste campo têm vindo a ser assinalados ficam bem identificados num documento que, de certa forma, sintetiza toda a questão. Trata-se de uma carta do presidente do Conselho Directivo ao Secretário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, na qual começa por se congratular com o facto de a Ordem ter sido *informada de que por despacho de V. Ex.^a datado de 12 do corrente, [ter sido] entendido não poderem os engenheiros auxiliares, os agentes técnicos de engenharia e os condutores ser inscritos na Ordem dos Engenheiros*⁹⁰. Porém, a Direcção da Ordem já não estava de acordo com o teor de um segundo despacho, exarado no mesmo dia, que previa a possibilidade de aqueles profissionais poderem inscrever-se no “*Sindicato Nacional dos Engenheiros auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*”, *cujas constituição foi autorizada [...]*⁹¹. A razão da discordância é fácil de adivinhar e, para que não restassem dúvidas, era deixada bem expressa na carta: *Num ponto, porém, a deliberação agora tomada não correspondeu às observações apresentadas por esta Ordem [...]. Com efeito [...] esta Ordem manifestava a opinião de que, na designação do sindicato a criar, não deveriam figurar as palavras “engenheiro” ou “engenharia”, pois qualquer delas – usadas, como o têm sido, nas expressões “engenheiros auxiliares” e “agentes técnicos de engenharia” – só têm servido para estabelecer confusão com o título de engenheiro concedido pelas escolas superiores de engenharia portuguesas, título esse que, pelo seu Estatuto, aprovado pelo decreto-lei n.º 27 288 de 24 de*

Novembro de 1936, a esta Ordem compete defender nos termos do n.º 6 do seu art.º 4º⁹². Com alguma magnanimidade a Direcção da Ordem aceitava a constituição dum sindicato, mas que tivesse um nome anódino e que não envolvesse nenhum termo que se referisse à engenharia; em conformidade propõe: *seja antes dada a designação do “Sindicato Nacional dos diplomados com os cursos médios dos Institutos Industriais”, ou outra equivalente mas em que não figurem as palavras “engenheiro” ou “engenharia”*⁹³.

Este problema acabou por ter uma solução formal que contrariava a doutrina expandida, desde sempre, pelos responsáveis da Ordem. Apesar disso, acharam por bem louvar-se no modelo encontrado, afirmando mesmo que patrocinaram a criação do novo sindicato: *Por alvará de 12 de Janeiro de 1942, foi criado o «Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores». A Ordem, tendo patrocinado, junto do Subsecretariado das Corporações, a organização deste Sindicato, regozija-se naturalmente com a sua realização. Mas, tendo sempre discordado com o título do nosso Sindicato, por nele se empregarem as designações «engenheiros» e «engenharia», resolveu apresentar superiormente as suas observações sobre o assunto, mas o título, como consta do alvará mencionado, foi mantido por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social*⁹⁴.

Do mesmo modo, o Conselho Directivo presidido por Coelho de Sá era absolutamente intransigente no que se referia às denominações das empresas, tendo mesmo solicitado superiormente a publicação de um diploma legal proibindo às firmas comerciais o uso da designação de «Engenheiro», «Engenheiros» ou de «Engenharia» nas suas firmas, anúncios, tabuletas, impressos e relações com terceiros⁹⁵.

Desta feita o assunto ficou resolvido a contento e nos termos em que a Ordem pretendia, através da publicação de um decreto-lei, n.º 32 204, *proibindo o uso de títulos designativos de profissões em nomes de firmas comerciais*⁹⁶.

Curiosamente, a Ordem queixava-se da falta de apoio dos engenheiros nesta sua cruzada, como aliás testemunha a carta enviada ao ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, a 13 de Março de 1940, onde era solicitado *que não fosse promulgada qualquer reforma do ensino técnico sem que a Ordem fosse previamente ouvida [...]*⁹⁷. Tendo o ministro

pedido que fossem esclarecidos os seus pontos de vista sobre a reforma em causa⁹⁸, o Conselho solicitou às *Secções que dessem o seu parecer sobre a matéria. Consultados os membros agrupados nas diferentes Secções, foi tão reduzido o número de respostas recebidas, em algumas, que a opinião do Conselho ainda não pode ser manifestada*⁹⁹.

Apesar de todos os argumentos proferidos a favor da defesa da dignidade da profissão e da honra do título, o problema era, pelo menos conjunturalmente, bastante mais grave, como já foi várias vezes referido. Para além da retórica utilizada, a realidade era bastante mais prosaica e resumia-se numa palavra: desemprego, ou se se preferir, numa versão mais longa, protecção do emprego existente para os engenheiros nacionais.

Dadas as dificuldades de colocação de engenheiros portugueses, o Conselho Directivo vinha empenhando todos os esforços no sentido de *evitar por todas as formas que funções podendo ser desempenhadas por engenheiros portugueses, o sejam por estrangeiros*, acabando por obter do Subsecretário de Estado das Corporações *que nenhuma autorização de trabalho a favor de engenheiros estrangeiros fosse concedida pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência sem prévia consulta à Ordem dos Engenheiros*¹⁰⁰. Vingava assim a posição da Ordem, e a perspectiva de que só esta tinha *competência para julgar da conveniência da admissão de determinado engenheiro estrangeiro, ou mesmo, em muitos casos, de determinado técnico estrangeiro, na indústria portuguesa*¹⁰¹.

Este era um assunto que envolvia sempre algum melindre, mesmo em situação de guerra e tendo em conta a ideologia nacionalista mais marcante nestes primeiros tempos do Estado Novo, que, no fundo, dizia respeito ao reconhecimento de habilitações e à contratação de engenheiros e técnicos estrangeiros. Como se deixou expresso atrás, o princípio adoptado pela Ordem nesta matéria era o de, mantendo permanentemente a pressão sobre o INTP¹⁰², não autorizar nem propor a contratação de engenheiros estrangeiros desde que existissem nacionais com iguais aptidões¹⁰³. Embora, claramente contrariado, o Presidente da Ordem fosse forçado a autorizar contratações de engenheiros estrangeiros em situações que reconhecia serem excepcionais – como no caso da SAPEC, que pedia a contratação de um engenheiro electrotécnico para a montagem de uma unidade produtora de sulfato de amónia¹⁰⁴, e da Fábrica de Produtos Químicos de Gaia, que

também queria admitir um técnico estrangeiro altamente especializado¹⁰⁵ – a norma era ou a imposição da contratação simultânea de um engenheiro português que, mais tarde, pudesse vir a substituir o estrangeiro, ou a exclusão, pura e simples, desde que ocorresse a existência *de engenheiros portugueses com a necessária competência*¹⁰⁶.

Entretanto, numa evidente afirmação de poder e para confirmar a razoabilidade do comportamento da Ordem e de lhe dar cobertura legal, indo muito para além do que estava inscrito no Estatuto de 1936, deu entrada na Assembleia Nacional, a 27 de Janeiro de 1941¹⁰⁷, um projecto de lei apresentado pelos deputados Augusto Cancela de Abreu e Francisco de Paula Leite Pinto, sobre o condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal cujo teor era o seguinte:

Projecto de lei sobre o condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal.

Artigo 1.º

A profissão de engenheiro só pode ser exercida em Portugal por engenheiros de nacionalidade portuguesa.

§1.º Mantêm o direito ao exercício da profissão as engenheiras, que sendo portuguesas de origem, perderam a nacionalidade pelo casamento.

§2.º Os portugueses naturalizados habilitados para o exercício da profissão de engenheiro só poderão exercê-la decorridos dez anos sobre a naturalização.

Art.º 2.º

Os engenheiros estrangeiros, podem, porém, ser admitidos a prestar serviços da sua profissão em Portugal nos casos seguintes:

1.º Necessidades de investigação científica.

2.º Conveniências de ensino.

3.º Falta, devidamente comprovada, de engenheiros portugueses especializados em determinado ramo técnico.

4.º Prestação de serviços a empresas ou sociedades estrangeiras exercendo temporariamente a sua actividade em Portugal.

O projecto de lei dos dois engenheiros, que recebeu o n.º 133/41, foi seguindo o normal processo legislativo da altura e acabou por ser aprovado na Assembleia Nacional com grandes alterações, umas a reforçar as ideias dos promotores, outras de carácter meramente formal. Publicada como a lei n.º 1991¹⁰⁸, *que insere várias disposições relativas ao*

condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal, entrou em vigor a 19 de Março de 1942.

Aproveitando o ambiente favorável, o Conselho Directivo, *tendo em consideração as dificuldades de comunicações, provocadas pelo estado de guerra, [...] elaborou e pôs em vigor disposições regulando a forma de registo, na Ordem dos Engenheiros, de diplomas de engenheiros estrangeiros*¹⁰⁹, e escreveu uma carta ao ministro das Colónias pedindo-lhe a adopção de medidas de protecção semelhantes em relação à concorrência dos estrangeiros aos engenheiros portugueses nas colónias – ou seja, solicitando que *se empreenda desde já o necessário estudo para que, no mais breve prazo possível, sejam promulgadas para as Colónias disposições legais com fins idênticos aos que, na Metrópole, foram atingidos pela promulgação da lei n.º 1991*¹¹⁰.

Um instrumento importantíssimo, agora ao alcance dos engenheiros, era a carta profissional que o Estatuto afirmava, no seu art.º 9.º, *constituir documento de apresentação obrigatória em todos os actos profissionais, sempre que for exigida por quem de direito*¹¹¹. A Ordem teve desde sempre uma leitura mais abrangente e procurou transformar a carta num instrumento do seu próprio poder integrando-a no processo mais lato da defesa do título e da dignidade da profissão de engenheiro. Afinal, era a Ordem a única entidade que tinha capacidade suficiente para a outorgar, e, como referia o seu Presidente, a carta de exercício profissional constituía *o instrumento indispensável para o regular exercício desta atribuição* [da Ordem]¹¹².

Em várias etapas, também aqui, a Ordem foi fazendo valer os seus pontos de vista. Num primeiro momento e como consequência de um pedido apresentado pelo Conselho Directivo, conseguiu que por despacho do subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, por sugestão da Ordem, a carta passasse a ser *o documento bastante para comprovação da identidade dos engenheiros responsáveis por instalações eléctricas perante a Direcção Geral da Indústria*¹¹³, depois, de proposta em proposta e de exposição em exposição, alcançou o que pretendia: que a carta profissional, na esmagadora maioria das circunstâncias, constituísse documento bastante para a comprovação da actividade de engenheiro e que ficasse perfeitamente definido quem era *o quem de direito* que a podia exigir¹¹⁴.

Entretanto, caminhavam de feição alguns outros assuntos essenciais à consolidação da actividade da Ordem. Em 1940 entrou em funcionamento o sistema de previdência, caminhando-se no sentido *da legalização da Caixa de Previdência*¹¹⁵ e avançou-se significativamente no sentido da preparação do *projecto do Regulamento Disciplinar*¹¹⁶.

E como apesar da conjuntura adversa a vida continuava e evoluía, seis anos após a aprovação dos primeiros estatutos que fixavam em cinco as especialidades que podiam ter a cobertura jurídica e profissional da Ordem, eis que *em Assembleia Geral extraordinária, realizada em 29 de Janeiro de 1941, apresentou ao Conselho Directivo uma proposta, que justificou, sobre a admissão da especialidade de engenharia naval na Ordem dos Engenheiros e a consequente criação, nos termos do art.º 37.º do Estatuto, da Secção de Engenharia Naval, proposta que foi aprovada.*¹¹⁷ A nova Secção elegeu para seu presidente o engenheiro Vasco José Tabora Ferreira e, para membros do Conselho Disciplinar, os engenheiros António Jarvis de Atougua e Silvério Coelho de Sousa Mendes.

A Ordem dos Engenheiros passava assim a ser constituída por todos os indivíduos habilitados legalmente ao exercício, em Portugal, da profissão de engenheiro de qualquer das seguintes seis especialidades professadas nas escolas superiores de engenharia portuguesas ou das equivalentes:

- › Engenharia Civil
- › Engenharia Electrotécnica
- › Engenharia Mecânica
- › Engenharia de Minas
- › Engenharia Químico-Industrial
- › Engenharia Naval

Associativismo a norte: a Delegação do Porto

A “magna” questão da Delegação do Porto: porque o Porto era a segunda cidade do País, a segunda também no número de engenheiros, que procurava rivalizar com Lisboa, sobretudo em termos de carácter, talento e qualidade: das suas gentes, da sua cultura, dos seus intelectuais, das suas tertúlias, da sua capacidade de trabalho, do seu ensino de engenharia ou

da arquitectura, da sua rede urbana, da monumentalidade do seu centro histórico... Claro que a questão da Delegação da OE no Porto, pela importância de que se revestia, entroncava nesta saudável, e muitas vezes estimulante, emulação. E de alguma forma, contrastando com a actividade dos seus colegas do Sul, é sintomática a maneira como, logo na abertura do Relatório de 1940, os corpos gerentes da Delegação fizeram uma espécie de ponto da situação que estavam a viver: *não se distinguuiu o ano de 1940 por acontecimentos de especial relevo para a Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros. As características do viver nortenho, familiar e recolhido, [...] tanto como o singular alheamento ou indiferença da enorme maioria dos engenheiros do Norte, fizeram que a vida da Delegação quase não saísse do amodorrado burocrático, de onde não conseguiu tirá-la a boa vontade e o entusiasmo de alguns*¹¹⁸. E dois anos depois, em 1942, o panorama não parece ser muito mais auspicioso: *Infelizmente, escreviam então, o ambiente de preocupações e incertezas, [...], agravou-se, cada vez mais. [...] O mal estar que pesa sobre todos e as dificuldades materiais, resultantes da situação geral, são novamente invocados para justificar a reduzida actividade da Direcção e as poucas manifestações da nossa vida associativa*¹¹⁹.

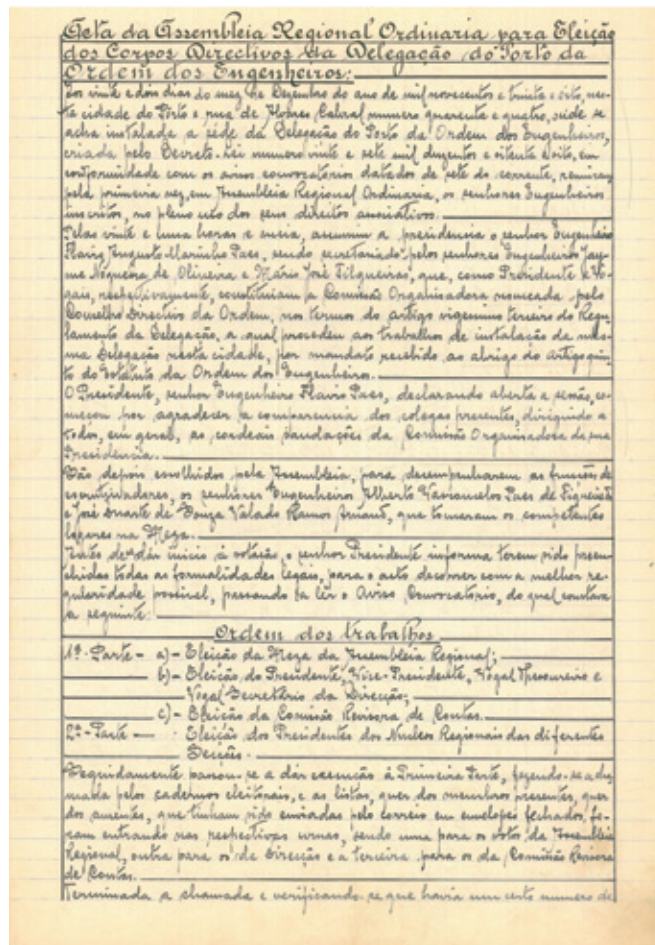
Não foram fáceis os seus primeiros tempos de vida. Apesar da relativa rapidez com que se conseguiu ultrapassar a fase de instalação e da actividade da delegação ter arrancado com normalidade, algo não estava a correr bem. A direcção regional reflectia este estado de espírito, afirmando que tendo feito todos os possíveis e *procedido com zelo e dedicação de forma a defendermos os interesses da classe*, no fim do primeiro ano da gerência, *somos os primeiros a reconhecer que a nossa acção foi bem modesta; contudo temos a convicção de termos procedido com zelo e dedicação de forma a defendermos os interesses da classe*¹²⁰.

Em termos gerais a Direcção Regional da OE debatia-se com dois grandes tipos de dificuldades essenciais e genéricas. A primeira, tinha a ver com algum desinteresse, *o tão exíguo rendimento da vida associativa dos engenheiros do Norte*¹²¹, designadamente na participação da vida associativa por parte dos próprios engenheiros (já que a inscrição, por força da disciplina corporativa, era obrigatória), a que estava associada a questão da localização da sede, que parecia constituir um dos maiores

obstáculos a essa participação; seja como for, em 1940 quando a Ordem ainda ia beneficiando do efeito novidade, os dirigentes da Delegação, entre o desiludido e o conformado registavam e lamentavam a falta de interesse associativo dos seus membros¹²².

A segunda, referia-se ao entendimento que a Delegação fazia do seu papel na defesa dos interesses dos membros, na perspectiva das multiplicidades das suas valências; entra aqui directa e explicitamente a questão da direcção central versus descentralização: *julgamos que uma das funções mais úteis e importantes que a Delegação tem de desempenhar consiste em defender, dentro dos princípios fundamentais corporativos, interesses regionais que uma exagerada centralização pode prejudicar sem que daí resulte qualquer vantagem para a corporação*¹²³.

Outro dos problemas que ocupava a Delegação do Porto, estando na primeira linha das suas preocupações, era o que se convencionou designar por defesa do título e da profissão de engenheiro que, como é sabido, apesar de legalmente regulamentado, exigia *uma fiscalização constante de forma a poder extinguir muitos casos de abuso que se mantêm e evitar que outros se reproduzam*¹²⁴. Aliás, prosseguia o texto: *o assunto, que tem sido superiormente tratado pela Ordem com energia, mas, ao mesmo tempo, com a maior prudência, apresenta aspectos melindrosos que justificam a acção, tanto quanto possível conciliadora, adoptada e aconselhada pelos organismos dirigentes centrais*¹²⁵. A delegação regional não só concordava com estas posições como reiterava o seu cumprimento integral¹²⁶ e mais, este tipo de afirmações e propósitos ia surgindo invariavelmente em todos os relatórios; por isso a Delegação do Porto prosseguia este combate *enviando [...] todos os esforços para evitar que [o título] seja ilegalmente usado por pessoas que a ele não têm direito*¹²⁷.



Acta da Assembleia-Geral para eleição dos Corpos Directivos da Delegação do Porto.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

De alguma maneira relacionada com esta, colocava-se outra questão complexa, a da defesa dos interesses dos membros da Ordem. Antes de mais, essa defesa colocava-se ao nível assistencial e da previdência. A posição da Delegação do Porto sobre estas matérias, designadamente no que se relacionava com a constituição da Caixa de Previdência dos Engenheiros (que entrou em funcionamento em Janeiro de 1940), era bastante clara: se o Conselho Directivo da Ordem, como se referia no Relatório de 1939, estava a estudar a organização de uma instituição de previdência¹²⁸, essa só poderia reunir condições de sucesso *se abrangesse toda a corporação [...]*¹²⁹. E continuava, justificando esta posição, usando prudência nas aspirações. [...] *Não temos elementos, contudo, para prever quais os encargos que resultarão dessa tão necessária iniciativa e receamos, neste momento grave, sobrecarregar os colegas com novos sacrifícios. Isto não quer dizer que tenhamos descurado o assunto e que o consideremos posto de parte*¹³⁰. Refira-se, a propósito da questão da “sobrecarga”, que já em 1939, o Conselho Directivo tinha decidido que em certas circunstâncias haveria lugar ao pagamento de *uma cota adicional de 2.500* constituindo receita da Caixa de Previdência¹³¹.

A questão da sede da Delegação do Norte constituía de facto outra preocupação e consumia energias. Em boa verdade, as primeiras instalações da Delegação do Porto, embora dignas, eram unanimemente consideradas insuficientes: porque, mesmo não ficando muito longe do centro da cidade, ficavam fora dos trajectos mais utilizados pela generalidade dos membros e porque, embora sendo um edifício independente, não tinha dimensão suficiente para se poder perspectivar a evolução e o crescimento que, assim se esperava, viria a ocorrer no futuro. Havia, portanto, um problema: *as actuais instalações da Delegação, que se devem à ilustre Comissão Instaladora, cuja acção nunca é demais exaltar e agradecer, não correspondem às necessidades da corporação*¹³².

Como, aliás, já foi referido, dessa não correspondência às necessidades resultava um fenómeno, talvez mais grave, que era o *abandono quase completo do edifício, que, pode afirmar-se, só é utilizado para as reuniões oficiais*¹³³. A solução, que todos encaravam como a melhor, seria a de construir uma sede de raiz, bem localizada e que pudesse acolher definitivamente a instituição; mas a delegação não tinha meios, nem para

o terreno, nem para a construção; enfim, *não se podia tentar a solução de construir um edifício próprio, em primeiro lugar pela falta de terrenos com a localização desejada e cujo preço não fosse exagerado; em segundo lugar porque dentro das dotações de que a Delegação pode dispor tal solução não era exequível*¹³⁴. Restava a hipótese de os novos planos de urbanização, concebidos pela Câmara para a parte central da cidade, com a abertura de novos arruamentos, virem a criar as condições que até aí faltavam; e assim, ainda no ano de 1939, afirmavam esperançosamente, *antevimos a possibilidade de considerar viável a solução referida da construção de um edifício próprio, se fossemos auxiliados principalmente por parte das entidades oficiais*¹³⁵.

É levando em linha de conta este tipo de questões, que o balanço feito no final do primeiro ano de gestão da Delegação do Porto era atravessado por algum desencanto: *Terminou o primeiro ano de gerência da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros. Somos os primeiros a reconhecer que a nossa acção foi bem modesta; contudo temos a convicção de termos procedido com zelo e dedicação de forma a defendermos os interesses da classe. Se por um lado, como anteriormente dissemos, considerarmos a sindicalização na classe como realização das aspirações desinteressadas que os engenheiros portugueses, sem distinções de qualquer espécie, sempre manifestaram, por outro lado julgamos que uma das funções mais úteis e importantes que a Delegação tem de desempenhar consiste em defender, dentro dos princípios fundamentais corporativos, interesses regionais que uma exagerada centralização pode prejudicar sem que daí resulte qualquer vantagem para a corporação*¹³⁶.

A situação, os lamentos, as esperanças, persistiram nos anos seguintes¹³⁷. Por fim, em 1942 a aspiração, já velha de seis anos, parecia ter sido alcançada: a Câmara Municipal do Porto acabou por ceder à Delegação na cidade da Ordem dos Engenheiros um *terreno municipal para a construção do edifício da sua sede*, sito na Rua Rodrigues Sampaio¹³⁸. Ultrapassados alguns incidentes de percurso, designadamente respeitantes aos termos e às condições do empréstimo a conceder por uma instituição bancária para a construção do novo edifício, a sede seria, por fim, inaugurada em 1958.

Apesar das dificuldades, materiais e outras, a direcção da Delegação não se distraiu da importância, quer profissional quer associativa,

que tinham as actividades culturais. Assim, entre 1939 e 1942, foram organizadas, umas e outras geralmente com poucas presenças, *excursões* quer a sítios históricos e monumentais do Norte do País¹³⁹ quer a obras de engenharia, designadamente *aos trabalhos de sondagem e pesquisa a que o Estado está a proceder na região carbonífera do Douro e às Minas de S. Pedro da Cova*¹⁴⁰ e foram promovidas conferências *culturais*, contando com personalidades de nomeada como o Dr. José Alberto de Faria, director-geral de Saúde ou os engenheiros Tomás Joaquim Dias, Rodrigo Sarmiento de Beires, Carlos Ribeiro, António Vasconcelos Porto, Luís Gama, Correia de Araújo¹⁴¹.

Logicamente relacionados com as actividades culturais estavam os esforços feitos no sentido de dotar a Delegação com uma Biblioteca que pudesse satisfazer as necessidades dos membros e, simultaneamente, na modéstia das suas disponibilidades, adquirir alguns instrumentos de maior utilização que, tal como na sede em Lisboa, eram alugados aos associados abaixo do preço de mercado. As dificuldades financeiras da Delegação, a que se somavam as dificuldades de aquisição e transporte colocadas pela situação de guerra, impunham-lhe limites que procurou superar através do estabelecimento de intercâmbios com a Sede¹⁴² e, no que respeita à compra de equipamentos, limitando-se à aquisição *de um aparelho para medida de resistência de terras* Siemens, cuja entrega estava sujeita às vicissitudes da conjuntura¹⁴³.

A situação financeira da Delegação não era muito folgada, impondo restrições nas despesas e uma gestão rigorosa que foi garantindo saldos positivos, embora modestos, nas contas de gerência¹⁴⁴.

Em termos de gestão financeira e patrimonial, os dirigentes do Porto usavam os paradigmas e as ideias em vigor no País. A palavra de ordem era a da contenção geral e, assim, as ideias de desenvolvimento, mesmo de instituições como a Delegação do Porto da OE, eram, geralmente, pouco ambiciosas, ficando os dirigentes, aparentemente, satisfeitos com a obtenção de pequenos saldos anuais, sobretudo, quando conseguiam *um ligeiro desafogo que nos permita a realização das aspirações mais modestas e urgentes, como sejam a aquisição de livros muito procurados, a assinatura de revistas das diversas especialidades, a compra do mobiliário indispensável para a secretaria, etc.*¹⁴⁵ E foi assim que as coisas se foram passando

nos anos seguintes; com orçamentos reduzidos, a prioridade da despesa foi para a melhoria do funcionamento e para a expansão da biblioteca e para a compra de alguns aparelhos e material técnico que eram, posteriormente, alugados aos associados: um nível topográfico, comprado em segunda mão, em 1939; um taqueómetro, de acentuada utilização, em 1940; o já referido aparelho para medida da resistência de terras, em 1941. O Relatório de 1942 mostrava a importância que estes aparelhos assumiam: como serviço prestado aos engenheiros, que os alugavam por um preço muito abaixo do mercado, como se fazia sempre questão de salientar e pelas receitas geradas para a Delegação.

Embora em 1941, no terceiro ano de gerência da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros, já fosse possível compreender que a realidade não era exactamente o que aparentava ser à superfície, adivinhava-se alguma turbulência, bastando para tanto ler o Relatório dos então corpos directivos do Norte: por aí se percebia que a paciência e o espírito de entrega, também, tinham limites¹⁴⁶. E, subitamente, o que parecia ser uma situação de relativa estagnação e de equilíbrio em baixa, o que era uma posição de paz expectante, à espera que a conjuntura mudasse, sofreu como que um estremeção, provavelmente inconsequente, mas digno de menção pelo simples facto de ter existido, como reacção de incomodidade expressa naquele contexto e naquela conjuntura. Aliás, ao que a seguir se reporta, não serão estranhos os graves acontecimentos ocorridos em Lisboa, na sede da Ordem, e que, como se refere em seguida, conduziram à renúncia e imediato abandono dos lugares por parte da Direcção nacional em exercício.

Foi nesse ano de 1942 que o Relatório da delegação do Norte abriu com um conjunto de denúncias e de insinuações, de permeio com apelos aos engenheiros de boa vontade, o que, na altura, lançou alguma perplexidade. Evoca-se um generalizado *mal estar, que pesa sobre todos e as dificuldades materiais, resultantes da situação geral*, justificando a reduzida actividade da Direcção e a sua *fraqueza perante resistências passivas e a indiferença do meio*. Considera assim a Direcção, ser *tempo [...] de pensarmos seriamente na necessidade de intensificar e desenvolver uma acção colectiva orientada no sentido de valorizar e aproveitar devidamente as qualidades profissionais dos engenheiros portugueses. Abalados*

*os fundamentos de uma sociedade cuja organização se revelou defeituosa e inconsistente, vemos surgir uma nova época da história da humanidade cujos caracteres ninguém pode definir. Mas numa obra de reorganização futura os engenheiros devem desempenhar um papel primordial. Por isso apelamos para todos os colegas de boa vontade, a fim de orientarem e dirigirem as actividades valiosas, mas dispersas, que dentro da classe existem, de forma a constituírem uma força construtiva que se possa opor à acção desorientada de elementos mais arrojados quase sempre destituídos de valor moral e de competência técnica; se, como lealmente confessamos, não temos forças nem as qualidades necessárias para realizar essa obra saberemos disciplinadamente subordinar-nos e colaborar em qualquer iniciativa séria que se estabeleça nesse sentido*¹⁴⁷.

Como remate para a história da forma como este período foi sendo vivido na Ordem dos Engenheiros e como se concretizou a gestão a nível nacional durante este difícil segundo mandato, cuja direcção foi presidida pelo engenheiro Coelho de Sá, a apreciação que ele mesmo faz da sua actuação, em finais de 1941, quase dois anos depois de eleito: *Na realização [dos seus] trabalhos, procurou sempre o Conselho orientar-se pelo que entendeu ser seu dever, isto é, não perdendo nunca de vista que lhe competia procurar alcançar, para a Ordem, todos os possíveis progressos morais e materiais, e, bem assim, esforçar-se por, tanto colectiva como individualmente, aumentar o bom nome e o prestígio da engenharia portuguesa [...]*¹⁴⁸.

Porque acuso?

Entretanto, algo de grave surgira, perturbando a vida da Ordem dos Engenheiros e precipitando a demissão do seu Presidente. Tudo começou com um incidente que, como se verá já a seguir, se desenvolveu a partir de uma carta enviada ao Conselho Directivo pelo engenheiro Hermes Guerreiro Boto em 30 de Julho de 1941¹⁴⁹.

Nessa carta, Hermes Boto, citando o decreto-lei n.º 23 737, de 4 de Abril de 1934¹⁵⁰, apontava a circunstância de aí se admitir *a possibilidade*

(art.ºs 2.º e 3.º) do trabalho de engenheiros ser «fiscalizado, orientado e corrigido» por um agente técnico de engenharia. Ao referi-lo, dizia Hermes Boto ao Presidente da Ordem, *permiteme esperar que a Ordem dos Engenheiros envidará todos os esforços no sentido de ser revogada tão estranha doutrina, de raízes extintas em 1926, mas que pode ressuscitar em 1934, para vigorar ainda em 1941*¹⁵¹.

Recebida a carta, o Conselho Directivo na sua reunião de 17 de Outubro decidiu *pedir informações* à Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos (DGSHE)¹⁵². Na sequência desta deliberação, o presidente do Conselho Directivo, a 20 de Outubro, oficiou a referida direcção-geral solicitando *o obséquio de me dizer o que se lhe oferecer acerca* da questão levantada pelo engenheiro civil Hermes Boto¹⁵³. A DGSHE respondeu ao Conselho Directivo em 9 de Dezembro, informando a Ordem de que tinha mandado instaurar um processo disciplinar ao engenheiro Hermes Boto¹⁵⁴. Face a esta resposta o Conselho Directivo, na reunião de 12 de Dezembro, *tomou conhecimento e resolveu que se arquivasse o processo*¹⁵⁵. Tudo levava a crer que o assunto, devidamente arquivado, cessava por aqui. A verdade é que tal não aconteceu e na Assembleia-Geral ordinária de 27 de Janeiro de 1942, onde se iria discutir e aprovar o relatório e contas do ano transacto e os documentos orientadores do ano seguinte, um dos membros do Conselho Directivo pôs *em dúvida a afirmação da primeira carta do autor [...]*¹⁵⁶. Perante esta dúvida, Hermes Boto decidiu *consultar o eminente professor de Direito Administrativo da Universidade de Lisboa, Exmo. Sr. Doutor Marcello Caetano* [sic], a quem colocava duas perguntas: se, de acordo com o decreto-lei n.º 23 373, um agente técnico de engenharia podia dirigir o trabalho de um engenheiro e se *constitui infracção disciplinar o facto de um engenheiro do Estado, obrigatoriamente inscrito na «Ordem dos Engenheiros», solicitar à Ordem os possíveis esforços para que seja revogada a possibilidade referida [...], caso o decreto-lei n.º 23 737 a admita*¹⁵⁷.

O Professor Marcelo Caetano respondeu afirmativamente à primeira questão, quanto à possibilidade prevista no decreto de um agente técnico, *na qualidade de fiscal das brigadas de estudo* poder «fiscalizar, orientar e corrigir» um engenheiro; quanto à segunda pergunta também foi peremptório: *Desde que a lei permite a um funcionário do Estado ser*

*sócio da Ordem dos Engenheiros, concede-lhe necessariamente todos os direitos sociais. É lícito a qualquer cidadão representar ou pedir perante os órgãos da soberania em defesa dos seus direitos ou do interesse geral (Constituição, art.º 8.º, n.º 28). Pode, pois, o sócio da Ordem dos Engenheiros solicitar que este organismo corporativo exerça em nome da classe o direito de representação ou petição no sentido de ser modificada certa lei. [...] Entendo por isso que na hipótese da consulta o engenheiro não praticou infracção disciplinar*¹⁵⁸.

Entretanto, a questão voltava à Ordem. Primeiro, na reunião do Conselho Directivo, de 27 de Fevereiro de 1942, é deferida a pretensão do engenheiro Hermes Boto de que lhe seja facultada uma cópia do ofício da DGSHE¹⁵⁹; depois na reunião do mesmo Conselho Directivo, de 29 de Maio, o presidente da Secção de Engenharia Electrotécnica propôs que o Conselho se ocupasse *novamente do assunto fazendo as diligências necessárias para que aquele membro da Ordem não venha a ser lesado; o Conselho discutiu o assunto e resolveu continuar na próxima sessão a ocupar-se dele*¹⁶⁰; na reunião seguinte, de 5 de Junho, a questão voltava a ter novos desenvolvimentos; o presidente do Conselho Directivo, retomando o problema, fez uma longa e dramática intervenção: *relembrou como a questão veio ao Conselho, os trâmites por que passou, até que foi resolvido arquivá-la, e referiu-se a três pontos principais da exposição impressa que o Engenheiro Guerreiro Boto distribuiu a alguns membros da Ordem, no terceiro dos quais se refere que na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos foram dois membros do Conselho que deram a informação, sobre o pedido da Ordem, que originou o processo disciplinar. E acrescentava que, no estado actual da questão, o Conselho Directivo deve tomar a iniciativa de pedir a convocação da Assembleia Geral e dar a conhecer a todos os membros da Ordem, leal e concretamente, como tudo se passou e leu ao Conselho a minuta da exposição que deveria ser enviada e, na qual, reserva para si a responsabilidade das resoluções e pede a demissão*¹⁶¹.

Após várias intervenções, o membro do Conselho Directivo engenheiro Paulo Barros interveio, no sentido de rejeitar a sugestão da responsabilidade individual do presidente e propondo a demissão de todo o Conselho. Esta proposta foi finalmente aprovada por unanimidade,

resolvendo o Conselho Directivo *solicitar ao presidente da Assembleia Geral a convocação de uma Assembleia Geral extraordinária para apreciar o pedido de demissão*¹⁶². Na reunião de 9 de Junho, os membros do Conselho aprovaram por unanimidade o teor da exposição a enviar aos membros da Ordem; por fim, na reunião de 26 de Junho, surgia então a seguinte informação: *Ofício do Presidente da Assembleia Geral comunicando as resoluções da Assembleia Geral extraordinária de 19 e 20 do corrente, entre as quais figura a aceitação da demissão do Conselho*¹⁶³ e, em conformidade, o Conselho Directivo *tomou conhecimento e resolveu nos termos do art.º 18 do seu regulamento, solicitar ao Presidente da Assembleia Geral a convocação de uma Assembleia Geral extraordinária e da reunião conjunta das secções, para eleger o novo Conselho [...]*¹⁶⁴.

Sem mais delongas, o mandato do engenheiro Francisco Ramos Coelho de Sá como presidente do Conselho Directivo da OE, terminava, conforme as palavras de balanço inscritas na sua última intervenção, *em virtude do lamentável incidente que todos os colegas bem conhecem [...]; o Conselho sai de cabeça bem levantada e sem ter de se envergonhar de qualquer acto menos digno ou menos correcto que tivesse praticado; como compensação, ficava a satisfação de alguma coisa de útil se ter feito durante os dois anos e cinco meses em que exerci o cargo de presidente do Conselho. Efectivamente, durante esse período conseguiu-se: o restabelecimento da cota de 15\$00, sem a qual seria impossível a vida da Ordem; a melhoria de vencimentos dos empregados; a aprovação do Regulamento Disciplinar; a renovação e modernização da biblioteca; e a promulgação da lei n.º 1991 relativa ao exercício da profissão em Portugal por parte de engenheiros estrangeiros; embora esta lei não fosse na iniciativa do Conselho mas em que ele cooperou*¹⁶⁵.

Entre o conformismo e a incerteza

Em 1942 a guerra e as dificuldades políticas, sociais e económicas prosseguiram. No caso deste sector da sociedade portuguesa, a novidade era a crise em que repentinamente tinha mergulhado a Ordem dos Engenheiros. A sua nova Direcção, eleita nas circunstâncias que acabaram de ser



© PAULO NETO

Gonçalo de Vasconcelos Pereira Cabral (1883-1945).

Engenheiro civil pela Escola do Exército. Em 1908 partiu para a Índia onde, entre outras funções, foi director da fiscalização dos Caminhos-de-Ferro de Mormugão. Em 1915 demitiu-se do exército e dos cargos públicos que até aí ocupara. Regressou a Portugal em 1917 entrando para a Companhia Carris de Ferro de Lisboa e, posteriormente, para a Companhia Geral de Construções de Lisboa onde permaneceu até partir para Angola, para desempenhar as funções de subdirector e director da Companhia de Caminhos-de-Ferro de Benguela. Regressou a Lisboa, para presidir à Comissão Administrativa do novo Aeroporto. Foi presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1942 e 1945.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

expostas, tomou posse a 19 de Agosto, em pleno período de férias¹⁶⁶, sob a presidência de Gonçalo de Vasconcelos Pereira Cabral, que conduziu os destinos a OE desde Agosto de 1942 até Abril de 1945, quando faleceu.

Corpos directivos da Ordem dos Engenheiros eleitos em Agosto de 1942

Mesa da Assembleia

Presidente	António de Almeida Vasconcelos Correia José Marques Pereira Barata (27-1-1944 a 2-2-1951)
Vice-Presidente	Flávio Augusto Marinho Pais
Secretários	António de Arantes e Oliveira Edgar António de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	Gonçalo de Vasconcelos Pereira Cabral
Vice-Presidente	Teófilo de Sousa Leal de Faria Luís da Costa de Sousa de Macedo (22-2-1945)
Vogal-Tesoureiro	Casimiro António Chambica da Fonseca
Vogal-Secretário	Francisco Xavier Lobo de Almeida de Melo e Castro Carlos Manuel Temudo Barata (a partir de 22-2-1945)

VOGAIS-PRESIDENTES DAS SECÇÕES DE

Engenharia Civil	Teófilo de Sousa Leal de Faria Ricardo Teixeira Esquível Teixeira Duarte (a partir de 25-8-1943)
Engenharia Electrotécnica	Paulo Teixeira de Queiroz de Barros Carlos Gomes da Silva Ribeiro (a partir de 1-9-1944)
Engenharia Mecânica	Vasco de Magalhães Gomes Viana Francisco de Assis Nazaré de Almeida Mendia (a partir de 2-3-1945)
Engenharia de Minas	Luiz de Saldanha Oliveira e Sousa José Caetano Maziotti Salema Garção (a partir de 2-3-1945)
Engenharia Químico-Industrial	Francisco Magalhães Ilharco João Osório da Rocha e Melo (a partir de 11-6-1943)

Engenharia Naval	Manuel Henriques Veres (a partir de 3-3-1944) Eduardo Madail (a partir de 2-3-1945) Fernando Guilherme Campos de Araújo António de Lemos Viana (a partir de 2-3-1945)
Comissão Revisora de Contas	
João de Korth João de Penha Garcia José Caetano Maziotti Salema Garção	
Conselho Disciplinar	
PELA SECÇÃO DE	
Engenharia Civil	João Teodoro Ferreira Pinto Basto (Presidente) Henrique Jacinto Ferreira de Carvalho
Engenharia Electrotécnica	Eduardo Moreira da Costa Simas Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira
Engenharia Mecânica	Luís Ferreira Pinto Basto Manuel Joaquim de Melo Machado Campelo
Engenharia de Minas	Alberto Carlos de Lima e Sousa Rego Casimiro Artur da Costa Santos
Engenharia Químico-Industrial	Adriano Pio Soares Leite José Eduardo Dias Costa
Engenharia Naval	Alfredo Silveira Ávila de Melo Vasco José Taborda Ferreira

Em termos práticos a Direcção da Ordem esteve paralisada, absorvida pelo caso Hermes Boto, limitando-se a despachar o expediente mais urgente, quase oito meses, desde a realização da Assembleia-Geral ordinária de 27 de Janeiro quando a questão surgiu em toda a sua crueza e com o efeito devastador que veio inesperadamente a ter. Acresce que a nova direcção, não só foi encontrar a instituição traumatizada por todos aqueles episódios, como veio substituir com uma equipa directiva incompleta já que o Conselho Directivo há muito estava *privado* [...] *da sua cabeça, – visto ter sido aceite, nos termos do Estatuto, a escusa apresentada pelo presidente eleito, – e ainda do concurso de dois vogais,*

*presidentes de secções que, por circunstâncias especiais e atendíveis, não puderam comparecer às reuniões ordinárias realizadas nos últimos três meses; funcionou este Conselho Directivo em circunstâncias que, apesar de todos os nossos esforços, ocasionaram atrasos no estudo e resolução de alguns assuntos pendentes e poderão, assim o esperamos, explicar as deficiências que certamente apresentará este nosso trabalho*¹⁶⁷.

De resto, este ano, que iria ficar na história da Ordem dos Engenheiros por nele ter ocorrido a sua primeira grande crise institucional, já tem pouco para contar, entre a frustração suscitada pela *ínfima frequência de membros*¹⁶⁸, não obstante os esforços empreendidos para fomentar o espírito associativo e aperfeiçoar o nível técnico e cultural dos engenheiros, e as contrariedades que impediam o regular funcionamento da *Revista*, nomeadamente a escassez de originais submetidos a publicação e as dificuldades em *encontrar no mercado os papéis e cartolinas*, acabando por determinar que a sua periodicidade passasse a bimestral¹⁶⁹.

Sob o signo das várias crises – a guerra, as dificuldades nacionais e, por fim, as da própria Ordem – o dia-a-dia da OE ia sendo pautado por rotinas e alguma monotonia. O período percorrido por este novo mandato, designadamente os anos de 1944 e 1945 são bem exemplo do que se acaba de escrever.

Em termos gerais, a Direcção de Gonçalo Cabral começou por enunciar os princípios habituais que contêm o sentido de *melhor servir os superiores interesses da Ordem e promover, para os seus membros as possíveis vantagens morais e materiais* [...], para logo a seguir exibir a sua mágoa por não terem conseguido ter o êxito almejado: [...] *reconhece-se que muito há por fazer, ainda, para valorizar a Ordem, por forma a que ela possa completamente corresponder ao elevado objectivo que determinou a sua constituição e desempenhar a missão utilíssima de «... centro impulsionador dos estudos e dos programas da engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional, dos seus membros»* como sustenta o diploma fundador da instituição¹⁷⁰, a questão crucial reside, também na opinião deste Conselho Directivo, no facto de *a finalidade da Ordem não poder ser atingida na sua plenitude, apenas pela actuação do limitado número dos membros que constituem os seus corpos dirigentes. Para que a Ordem dos Engenheiros possa cabalmente satisfazer a sua nobre missão*

*e atingir o brilho e prestígio a que tem direito e que todos lhe desejamos, é necessário o concurso de todos, ou, pelo menos, de uma grande maioria*¹⁷¹.

Em 1944, a situação parece ter-se agravado. Não só se manteve a apatia associativa, fonte permanente de queixas, manifestações de mágoa e de sentidos apelos ao reforço da participação como agora era o Conselho Directivo que padecia de males que não conseguia superar.

Apesar deste cepticismo, o Relatório de 1943 dava conta de que se tinham inscrito na Ordem 108 novos membros (99 efectivos e 9 agregados), embora a chamada de engenheiros para a prestação de serviço militar tenha acentuado os pedidos de dispensa de encargos.

No total, entre efectivos e agregados inscritos e na actividade, a OE chegaria ao final do período em análise aos 2261 membros, mais de metade, como se pode ver nos quadros que a seguir se apresentam, pertencendo à especialidade de engenharia civil.

Membros inscritos e na actividade – 1936-1945

	MEMBROS INSCRITOS		TOTAL
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	
1936	1127	13	1140
1937	1333	23	1356
1938	1471	30	1501
1939	1568	30	1598
1940	1655	30	1685
1941	1743	31	1774
1942	1844	42	1886
1943	1930	51	1981
1944	2049	51	2100
1945	2216	45	2261

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1936-1945.*

Distribuição dos membros inscritos pelas Secções – 1936-1945

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO-INDUSTRIAL		NAVAL	
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS
1936	680	4	231	4	131	4	94	3	86	1		
1937	853	13	266	4	150	4	199	3	91	2		
1938	902	17	287	7	174	5	205	3	102	2		
1939	970	16	316	6	191	5	206	4	103	3		
1940	1028	17	336	8	198	4	209	4	110	3		
1941	1065	14	375	9	211	4	225	4	123	4	13	
1942	1115	14	393	13	224	5	226	7	119	7	17	
1943	1162	15	436	17	227	5	227	9	125	9	17	
1944	1223	15	473	17	232	5	234	9	133	9	17	
1945	1323	14	500	15	252	5	249	8	140	7	17	

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1936-1945.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1936-1945

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO-INDUSTRIAL		NAVAL		TOTALS	
		%		%		%		%		%		%		%
1938	831	52,7	282	17,9	167	10,6	197	12,5	99	6,3			1576	100,0
1939	882	52,8	310	18,6	183	11,0	196	11,7	100	6,0			1671	100,0
1940	921	52,9	328	18,8	187	10,7	198	11,4	107	6,1			1741	100,0
1941	922	50,8	360	19,8	195	10,7	208	11,5	118	6,5	11	0,6	1814	100,0
1942	938	50,6	370	20,0	208	11,2	207	11,2	116	6,3	15	0,8	1854	100,0
1943	958	50,2	406	21,3	205	10,7	205	10,7	120	6,3	14	0,7	1908	100,0
1944	1058	51,0	442	21,3	212	10,2	218	10,5	131	6,3	15	0,7	2076	100,0
1945	1135	51,2	479	21,6	232	10,5	221	10,0	133	6,0	15	0,7	2215	100,0

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1936-1945.

A crise da Ordem também se reflectia na sua capacidade organizativa; sem grande apoio por parte dos associados, durante 1943 só foi possível organizar duas conferências na sede nacional¹⁷². Este tipo de actividades, que normalmente constituem um seguro indicador de vitalidade, reacendeu-se porém nos anos seguintes. Quer em qualidade quer em quantidade. Para a época, com todas as dificuldades existentes, designadamente de deslocação de entidades estrangeiras, a acção da OE, nestes

dois anos, é digna de elogios. Algumas secções, devendo destacar-se a iniciativa e a dinâmica da Engenharia Electrotécnica, organizaram ciclos de conferências onde intervieram reputados especialistas nacionais e internacionais, outras propiciaram a produção de palestras eminentemente técnicas pronunciadas sobretudo por engenheiros portugueses¹⁷³. Em 1945 o movimento acentuou-se e a sede da Ordem voltou a ser palco de um conjunto modesto mas significativo de conferências¹⁷⁴.

Quanto à *Revista*, agora o órgão central de comunicação da Ordem, o início de publicação ficou a datar de Janeiro de 1943 embora, [...] *por dificuldades e demoras na execução da capa, sobretudo, o primeiro número da revista, relativamente aos meses de Janeiro e Fevereiro, só [tenha podido] sair em Março*¹⁷⁵.

Dificuldades, de natureza diferente é certo, registadas também no que se reporta ao regulamento disciplinar¹⁷⁶, que ficaria ainda por aprovar até ao final deste mandato, ou, na formulação seca e concisa do Conselho Directivo: *Nenhum novo Regulamento foi aprovado ou posto em execução durante o ano de 1944*¹⁷⁷.

Uma questão que esteve sempre no cerne das preocupações do Conselho Directivo era o que dizia respeito à defesa dos interesses profissionais dos engenheiros e, em particular, dos membros da Ordem. Estes anos de 44 e 45 não constituíram excepção. Aliás, o Conselho Directivo reafirmava, enfaticamente, que o assunto continuava a merecer a sua melhor atenção e que, se em muitas ocasiões não pôde ir mais longe e mais fundo na defesa desses interesses, tal se devia ao facto de a sua acção ser *muitas vezes dificultada pela deficiência de documentos e elementos de informação indispensáveis para justa apreciação e boa condução dos assuntos*¹⁷⁸. Por outro lado, o mesmo Conselho dava exemplos do que foi feito e do que estava ao seu alcance fazer, referindo a propósito dois tipos de actuação exemplar. O primeiro tinha a ver com o pedido feito pelo *Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, para que o Conselho Directivo apreciasse uma sugestão sobre a regulamentação, em conjunto, da actividade dos engenheiros e arquitectos, nos trabalhos de construção civil*¹⁷⁹. O Conselho, considerando interessante a sugestão apresentada, nomeou uma comissão composta por dois dos seus membros para estudar o assunto. *O trabalho apresentado por esta comissão foi depois enviado*

à Secção de Engenharia Civil, para sobre o assunto emitir parecer¹⁸⁰. O segundo refere-se a *uma consulta que lhe foi feita, sobre nomeação, de um perito de desempate num caso de arbitragem*, sobre o qual o Conselho emitiu o parecer de que com muito agrado veria estabelecido o princípio de, nos casos de arbitragem sobre matéria de carácter técnico, sempre que haja lugar para nomeação de um perito de desempate, a escolha deste ser pedida à Ordem. O Conselho reafirmava o princípio de que o prestígio da classe sairia reforçado quando este tipo de comportamento fosse adoptado, sugerindo mesmo que *ele seja defendido por todos os membros da Ordem sempre que tenham ocasião de intervir na elaboração de contratos, prevendo cláusulas de arbitragem*¹⁸¹.

Outro assunto que, neste âmbito, preocupava os responsáveis da OE tinha a ver com o facto de haver cada vez mais engenheiros mobilizados para o serviço militar com natural prejuízo para as suas competências e carreiras profissionais. Sobre o assunto foi feita uma exposição, dirigida ao Presidente do Conselho, de que foi enviada cópia ao subsecretário da Guerra¹⁸². Porventura com menor gravidade, mas afectando grandemente o dia-a-dia dos seus membros, colocavam-se as restrições à circulação causada pelo racionamento de combustíveis. A Ordem, desde a primeira hora, também neste domínio tinha tentado junto de quem de direito defender os interesses dos seus profissionais, pedindo para os engenheiros um regime de excepção que justificava com o argumento de o automóvel já então constituir um importante instrumento de trabalho. Não teve qualquer êxito, diga-se em abono da verdade. Apenas a referência de que, tal como as direcções anteriores, esta, presidida por Pereira Cabral, não deixou cair o tema¹⁸³.

Em 1944 foi o próprio Conselho que fez uma síntese da sua actividade no respeitante à defesa dos interesses dos seus membros: *Sobre a situação dos engenheiros mobilizados para serviço militar, e garantia de colocação para os mesmos engenheiros, quando desmobilizados, foi feita uma exposição a Sua Excelência o Presidente do Conselho e ministro da Guerra*¹⁸⁴. [...] Pela Secção de Engenharia Químico-Industrial fora, em tempo, apresentada ao Conselho uma proposta no sentido de se promover a publicação de um diploma legal, tornando obrigatório para certas indústrias o terem engenheiros responsáveis à frente dos seus serviços

técnicos. Resolveu o Conselho encarregar do estudo do assunto e elaboração de um projecto de diploma, que seria eventualmente submetido à aprovação superior, uma comissão constituída por um representante de cada uma das Secções, a indicar pelos respectivos presidentes¹⁸⁵. A comissão nunca chegou a reunir-se e o Conselho concluía que era por este tipo de situações criadas no interior da Ordem *que possivelmente será necessário introduzir alterações na orgânica da Ordem, ou, pelo menos, em certos «usos e costumes», que já fazem lei, para que determinados assuntos possam ser tratados com a eficiência e brevidade, inseparáveis da verdadeira e oportuna utilidade*¹⁸⁶.

Ainda em 1944, surgiu um outro assunto que se arrastava desde 1939 e estava a agitar o sector da engenharia civil: tratava-se afinal de mais um falso problema suscitado pela interpretação a dar à expressão «*engenharia civil*», empregada no Decreto n.º 20 244. A questão acabou por ter de ser submetida a apreciação superior do INTP que, por simples ofício de 12 de Abril, comunicou que a expressão, naquele contexto, abrangia todos os cursos não exclusivamente militares¹⁸⁷.

O Conselho Directivo também se ocupou de um tema que ainda hoje conserva alguma actualidade, o da acumulação por parte dos engenheiros das câmaras municipais que viessem a reunir funções com as de serviços municipalizados. O Conselho optou por fazer uma circunstanciada exposição sobre o assunto ao ministro do Interior¹⁸⁸. O relatório refere ainda um pedido do Presidente da Comissão Técnica encarregada de proceder a um inquérito sobre as condições de prestação e remuneração de trabalho do pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Depois de ouvidos os interessados, o Conselho apresentou à Comissão Técnica um parecer sobre a situação dos engenheiros ao serviço da referida companhia¹⁸⁹.

Por fim, a Ordem viu satisfeita uma das suas reivindicações: a publicação do decreto-lei n.º 33 231, de 15 de Novembro de 1943, que determinava que os portugueses diplomados por escolas universitárias de engenharia estrangeiras, quando tenham iniciado os seus cursos depois da entrada em vigor deste diploma, só poderiam ser admitidos na Ordem dos Engenheiros após aprovação em exame final, organizado pelas escolas superiores de engenharia portuguesas, ou a título excepcional, se o

ministro da Educação Nacional homologasse um parecer específico da Junta Nacional da Educação junto da qual deveria ser feita prova de que o curso frequentado era equivalente aos nacionais¹⁹⁰. E para que não subsistissem dúvidas sobre a interpretação a dar ao diploma recentemente promulgado, a Direcção da Ordem, que já em 1941 tinha dirigido exposições aos ministérios das Obras Públicas e Comunicações, e da Educação Nacional, viu satisfeitas as suas pretensões pela publicação do decreto-lei n.º 33 231 de 15 de Novembro de 1943, que resolvia definitivamente o assunto¹⁹¹.

Naturalmente ligada a toda esta problemática, da defesa do interesse profissional dos membros da Ordem, estava o da defesa do título da profissão, embora, como o Conselho reconhecia, o tema, que vinha sendo cuidadosamente tratado, começava finalmente a perder alguma da importância que tivera e fora objecto de luta mobilizadora de toda a classe. Ou seja, iam *sendo menos numerosos os casos de uso ilegítimo do título de engenheiro*, embora o Conselho não deixasse *de promover as medidas necessárias para coibir tal abuso, sempre que dele tenha conhecimento*. No fundo, a questão já só se revestia de algum melindre pelo facto de algumas empresas insistirem em utilizar indevidamente, à revelia da lei, o termo engenheiro nas suas designações sociais. Neste âmbito o *Conselho resolveu avisar essas sociedades de que deveriam alterar a sua designação e quaisquer instrumentos de publicidade, dentro do prazo de 30 dias*, sob pena de incorrerem nas sanções previstas na legislação¹⁹². A medida mostrou-se eficaz pois que o Conselho Directivo apontaria, logo em 1945, que já nenhuma empresa utilizava abusivamente o termo engenheiro¹⁹³.

Outro elemento relevante era a forma como se estava a processar a emissão da carta de exercício profissional. Como já foi assinalado, a carta que apenas podia ser outorgada pela Ordem constituía para esta um importante instrumento de poder. Não é de estranhar que, tendo em conta esta realidade, o Conselho tenha insistido junto do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social pela publicação de um diploma definindo os casos em que deve ser obrigatória a apresentação da carta de exercício profissional. O assunto ainda não se achava resolvido mas o Conselho *entendeu dever continuar a insistir para que a carta de exercício profissional pudesse ter o significado e o valor que se pretenderam atingir com a sua instituição*¹⁹⁴.

O processo de constituição de Caixa de Previdência, tendo progredido pouco, mantinha quase todos os problemas em aberto; em 1942, continuava *em estudo*¹⁹⁵, insistindo-se junto do relator do projecto inicial, engenheiro Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, para *promover os actos necessários à fundação da Caixa*, que, em termos de instalações, ficaria alojada no edifício sede da Ordem. Por fim, após diligências várias junto do INTP, os Estatutos da Caixa foram aprovados, oficiosamente ainda, ficando a convicção de que o projecto seria *muito brevemente submetido à apreciação da Assembleia Geral para ser transformado em diploma regulador definitivo*, permitindo que no primeiro semestre do ano de 1945, a Caixa de Previdência da Ordem poderia estar *definitivamente organizada e em funcionamento*¹⁹⁶.

Durante este mandato, a Delegação do Porto, manteve um nível de actividade reduzido, como aliás seria de esperar, dadas as suas condições gerais de funcionamento e, sobretudo, os constrangimentos internos e externos que iam afectando de forma permanente e estrutural essa actividade. As suas preocupações mantinham-se: primeiro com a procura de uma solução para a sede que, como é sabido, só ficou resolvida por metade e teria de esperar mais de uma década até ser definitivamente concluída; depois, um problema atávico que parecia atacar de igual modo quase todos os engenheiros (e todos os portugueses): a sua falta de espírito associativo, as suas reticências em frequentar as instalações ou em fazer da Delegação um local de convívio técnico e humano.

Daí que, os sucessivos relatórios, respeitantes a este mandato de Pereira Cabral, constituam um retrato cinzento, como que à espera de melhores dias, da vida da instituição. São frequentes as expressões desse desencanto dos engenheiros do Norte a quem, para além *das características do viver nortenho, familiar e recolhido*, do facto de a sede estar fora dos *trajectos mais frequentados da cidade*, da existência de um espírito, de certa forma, avesso à sindicalização (obrigatória, apesar de tudo). No fundo, e depois dos entusiasmos iniciais, que endureceram a luta dos engenheiros, à escala nacional, pela constituição do seu órgão representativo da classe, transparece um mal-estar, como se afinal a Ordem não tivesse conseguido corresponder à instituição por que tão entusiasticamente

se bateram, fazendo com *que a vida da Delegação quase não saísse do amodorrado burocrático, de onde não conseguiu tirá-la a boa vontade e o entusiasmo de alguns*, como se podia já ler no Relatório de 1940¹⁹⁷.

A tendência era, como se tem apontado, geral; apesar, como se pode ver nos quadros que se seguem, do aumento do peso numérico dos engenheiros da Ordem que pertenciam à Delegação do Porto e do acréscimo da sua importância relativa no quadro da totalidade dos membros da OE.

Movimento associativo da Delegação do Porto – 1938-1945

	Entradas – Saídas	Membros efectivos na actividade	Membros dispensados de encargos	Membros agregados na actividade	Entradas	Total membros na actividade	Total membros efectivos e agregados residentes na área da delegação
1941		369				369	369
1942	28	397	54	3	5	400	459
1943	9	406	76	8	1	414	491
1944	46	452	75	9		461	536
1945	60	518	67	7		525	592

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros* relativos aos anos de 1937 a 1945.

Movimento associativo dos subscritores estudantes da Delegação do Porto 1938-1945

	Entradas – Saídas	Total membros efectivos e agregados residentes na área da Delegação
1941		50
1942	-38	12
1943	-3	9
1944	-1	8
1945	6	14

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros* relativos aos anos de 1937 a 1945.

Residências, por distritos, dos membros efectivos e agregados na actividade – 1936-1945

	1936		1937		1938		1939		1940		1941		1942		1943		1944		1945	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%
Aveiro			17	1,3	14	1,0	16	1,0	21	1,3	24	1,4	28	1,7	30	1,8	36	2,0	39	2,0
Beja			8	0,6	9	0,6	8	0,5	8	0,5	16	0,9	12	0,7	11	0,7	11	0,6	14	0,7
Braga			12	0,9	16	1,1	16	1,0	15	0,9	19	1,1	16	1,0	14	0,8	14	0,8	18	0,9
Bragança			4	0,3	6	0,4	9	0,6	9	0,6	12	0,7	13	0,8	10	0,6	13	0,7	14	0,7
Castelo Branco			14	1,1	16	1,1	21	1,4	18	1,1	18	1,1	15	0,9	14	0,8	14	0,8	16	0,8
Coimbra			44	3,3	46	3,2	49	3,2	37	2,3	40	2,4	55	3,4	53	3,2	49	2,8	64	3,3
Évora			21	1,6	17	1,2	18	1,2	13	0,8	19	1,1	15	0,9	24	1,4	16	0,9	14	0,7
Faro			8	0,6	8	0,6	8	0,5	8	0,5	12	0,7	9	0,6	10	0,6	16	0,9	16	0,8
Guarda			6	0,5	6	0,4	6	0,4	10	0,6	10	0,6	8	0,5	9	0,5	10	0,6	13	0,7
Leiria			11	0,8	16	1,1	16	1,0	14	0,9	17	1,0	16	1,0	15	0,9	18	1,0	19	1,0
Lisboa	831	81,6	872	66,0	946	65,3	1032	67,0	1110	68,3	1122	66,0	1079	67,2	1120	67,4	1164	65,8	1228	63,7
<i>Na cidade</i>													1030	95,5	1065	95,1	1107	95,1	1181	96,2
<i>No distrito</i>													49	4,5	55	4,9	57	4,9	47	3,8
Portalegre			6	0,5	6	0,4	7	0,5	6	0,4	8	0,5	8	0,5	8	0,5	6	0,3	9	0,5
Porto	75	7,4	209	15,8	249	17,2	260	16,9	288	17,7	305	17,9	256	16,0	273	16,4	311	17,6	347	18,0
<i>Na cidade</i>													209	81,6	213	78,0	265	85,2	294	84,7
<i>No distrito</i>													47	18,4	60	22,0	46	14,8	53	15,3
Santarém			40	3,0	33	2,3	25	1,6	23	1,4	29	1,7	21	1,3	18	1,1	26	1,5	31	1,6
Setúbal			19	1,4	25	1,7	20	1,3	16	1,0	17	1,0	17	1,1	17	1,0	28	1,6	35	1,8
Viana do Castelo			6	0,5	10	0,7	6	0,4	7	0,4	5	0,3	7	0,4	8	0,5	10	0,6	11	0,6
Vila Real			9	0,7	8	0,6	7	0,5	8	0,5	12	0,7	11	0,7	11	0,7	14	0,8	16	0,8
Viseu			16	1,2	18	1,2	17	1,1	13	0,8	15	0,9	19	1,2	16	1,0	14	0,8	25	1,3
Continente	1019	100,0	1322	100,0	1449	100,0	1541	100,0	1624	100,0	1700	100,0	1605	100,0	1661	100,0	1770	100,0	1929	100,0

	1936		1937		1938		1939		1940		1941		1942		1943		1944		1945	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%
Ilhas adjacentes	14		19		25		22		24		29		36		32		30		39	
Total	1033		1341		1474		1563		1648		1729		1641		1693		1800		1968	
Colónias	42		12		21		32		33		41		22		25		26		46	
Estrangeiro	22		3		6		3		4		4		2		2		2		2	
Total geral	1097		1356		1501		1598		1685		1774		1665		1720		1828		2016	

Notas: os anos 1937 a 1941 incluem os membros na situação de dispensados de encargos.

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativos aos anos de 1937 a 1945.

Não há muito mais a reportar, sobre esta época, no quadro deste mandato: a biblioteca, com aquisições muito contidas, foi sendo cada vez menos frequentada, decresceu a receita cobrada com o aluguer do teodolito e respectivos acessórios, a direcção da Delegação fez um esforço financeiro no sentido de comprar outros equipamentos que pudessem também ser alugados pelos associados, enquanto o orçamento, num contexto de penúria generalizada, continuou a sofrer cortes nas rubricas da despesa¹⁹⁸.

Prosseguiram os esforços no sentido da promoção das habituais actividades culturais, cumprindo um programa que, ficando aquém do desejado, garantiu a realização, ao longo do ano, de um conjunto de conferências que se realizaram no Salão Nobre da Faculdade de Engenharia¹⁹⁹ e de algumas visitas de estudo²⁰⁰.

As contas de gerência da Delegação, durante este triénio, fecharam sempre positivas com pequenos saldos que nunca ultrapassaram a dezena de contos, sendo que o orçamento proposto para 1945 atingia o montante de 74 mil escudos²⁰¹.

O fim da guerra estava aí, anunciando novos tempos que a realidade veio a mostrar não iriam ser tão fáceis como os discursos dos vencedores faziam adivinhar e, em Portugal, o regresso à *normalidade* passou igualmente por momentos de grandes dificuldades e de muitas crispações.

Em qualquer caso, apesar de todas as crises, os engenheiros portugueses dispuseram nesta década e meia de um período de afirmação que os enobreceu como profissionais, lhes granjeou prestígio social e os catapultou para os mais altos cargos políticos, académicos, técnicos e empresariais. Daí que, descontados alguns aspectos mais laudatórios, se reconheça a pertinência da citação, com que se encerra esta primeira parte da vida da Ordem e como alguém com especiais responsabilidades encarava a figura do engenheiro moderno. A frase, que constitui uma forma de exaltação triunfante dos engenheiros, é de um, também engenheiro, professor Vicente Ferreira, decano do IST, e foi proferida em 25 de Novembro de 1943: *Tenho insistido – talvez indiscretamente – na origem, formação e funções sociais dos irmãos da minha confraria, ou confrades da minha Ordem. Peço vénia, entretanto, para considerar uma consequência do advento desta era das grandes técnicas e da ascensão do Engenheiro aos*

- 1 Acta n.º 2, de 4 de Fevereiro de 1937, Livro de *Actas das Reuniões do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros*.
- 2 António de Vasconcelos Correia, “Boletim da Ordem dos Engenheiros”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros (BOE)*, Ano I, n.º 1, Janeiro de 1937, p. 1.
- 3 *Idem*, p. 3.
- 4 Cf. *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1937*, Papelaria Fernandes, Lisboa doravante RCDOE, 1937), p. 1.
- 5 *Idem e Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1938*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1939 (doravante RCDOE, 1938).
- 6 A diferença para os totais inscritos nos quadros tem a ver com o facto de um membro poder pertencer a mais de uma secção por estar habilitado com curso de mais de uma especialidade.
- 7 RCDOE, 1938, p. 5.
- 8 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1939*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1940 (doravante RCDOE, 1939), p. 6.
- 9 RCDOE, 1938, p. 7.
- 10 *Idem*, p. 8.
- 11 RCDOE, 1939, pp. 6-7.
- 12 António de Oliveira Salazar assumiu interinamente a pasta da Guerra entre 11 de Maio de 1936 e 6 de Setembro de 1944.
- 13 AOENG, Correspondência Expedida de Dezembro de 1936 a Julho de 1937, Carta do CD da OE ao ministro da Guerra, António de Oliveira Salazar, de 17 de Março de 1937.
- 14 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, Carta do CD da OE ao Presidente do Conselho de Ministros e ministro da Guerra, António de Oliveira Salazar, de 6 de Agosto de 1937.
- 15 Refere-se à lei que conferia o diploma de engenheiro industrial, logo que o requeiram aos oficiais de artilharia dos antigos cursos e aos actuais de artilharia a pé, DG, I Série, n.º 225, de 25 de Outubro de 1924.
- 16 Refere-se ao decreto que veio conceder regalias dos diplomados em Engenharia Civil aos oficiais de artilharia que, ao abrigo da Lei n.º 1 479, de 25 de Outubro de 1923, se especializarem em algum ramo de engenharia, por terem frequentado as respectivas cadeiras, DG, I Série, n.º 195 de 14 de Agosto de 1931.
- 17 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, Carta do CD da OE ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 28 de Julho de 1937.
- 18 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, de 28 de Janeiro de 1938.
- 19 Cf. AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta

- da OE ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, de 19 de Fevereiro de 1938.
- 20 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao ministro do Interior, de 25 de Março de 1938.
- 21 AOENG, Correspondência Expedida Fevereiro – Maio de 1939, Carta ao ministro do Interior, de 10 de Maio de 1939.
- 22 *Idem.*
- 23 *Idem.*
- 24 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta do Presidente da Secção de Engenharia Civil da OE ao Presidente do CD da OE, de 5 de Abril de 1938.
- 25 AOENG, Correspondência Expedida, Fevereiro – Maio de 1939, Carta do Presidente do CD da OE ao ministro das Colónias, de 25 de Abril de 1939.
- 26 RCDOE, 1939, p. 16.
- 27 Francisco José Vieira Machado foi ministro das Colónias entre 18 de Janeiro de 1936 e 6 de Setembro de 1944.
- 28 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, Carta do CD da OE ao ministro das Colónias, de 31 de Agosto de 1937.
- 29 RCDOE, 1937, pp. 13-14.
- 30 *Idem.*
- 31 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, Carta da OE ao Secretário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, de 23 de Novembro de 1937.
- 32 *Idem.*
- 33 AOENG, Correspondência Expedida Julho a Dezembro de 1937, Carta da OE ao Secretário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, de 29 de Novembro de 1937.
- 34 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao ministro das Colónias.
- 35 RCDOE, 1938, p. 16.
- 36 Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000) Licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade de Lisboa e professor de Matemática antes de partir, em 1929, para Paris com uma bolsa de estudo, concedida pela Junta de Educação Nacional, que lhe permitiu especializar-se em Astrofísica e formar-se em Engenharia Civil na École des Ponts et Chaussées. De regresso a Portugal foi secretário-geral, até 1939, e membro da Direcção da Junta de Educação Nacional, função que desempenhou até 1949 quando assumiu a presidência da Comissão de Estudos de Energia Nuclear criada no Instituto de Alta Cultura. Foi vice-presidente e presidente da Junta de Energia Nuclear entre muitos outros cargos e funções que desempenhou. Teve um papel de grande relevo na defesa do desenvolvimento científico e tecnológico do País, em que se enquadra a promoção da criação de laboratórios de investigação científica ficando nomeadamente a dever-se à sua iniciativa a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) em 1967. Foi ministro da Educação Nacional entre Julho de 1955 e Maio de 1961. De realçar, no quadro da reforma do ensino que promoveu (decreto-lei 40378), o alargamento da escolaridade obrigatória e, no âmbito do ensino da engenharia que aqui mais especificamente interessa, a publicação dos “Novos Planos dos Cursos de Engenharia Professados nas Universidades Portuguesas”, procurando a valorização das ciências básicas e as competências de âmbito social. Foi então dada a possibilidade ao IST e à FEUP de conferirem o grau académico de doutor em certas especialidades. Promoveu ainda como ministro da Educação a elaboração do denominado Plano de Fomento Cultural, para concretização do qual Leite Pinto solicitou o apoio e a colaboração da OCDE (1959) em iniciativa de que decorrerá o Projecto Regional do Mediterrâneo. Além de tudo isso, e entre outras funções, foi deputado, procurador à Câmara Corporativa e professor no ISCEF.
- 37 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 24, de 25 de Janeiro de 1939, 1939, p. 176.

- 38 Cf. *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 25, de 26 de Janeiro de 1939, 1939, pp. 188 e 189.
- 39 AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 11 de Março de 1938.
- 40 Cf. Decreto n.º 7 314, de 15 de Fevereiro de 1921, que criou o curso de engenheiros geógrafos na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- 41 Cf. Decreto n.º 8 291, de 27 de Julho de 1921, que criou os cursos de engenheiros geógrafos nas Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra e do Porto.
- 42 Cf. AOENG, Correspondência Expedida Dezembro de 1937 a Abril de 1938, Carta da OE ao ministro da Educação Nacional, de 26 de Abril de 1938. Ver também RCDOE, 1938, pp. 14-15.
- 43 RCDOE, 1939, pp. 13-14.
- 44 RCDOE, 1938, pp. 16-17.
- 45 Cf. RCDOE, 1938, pp. 16-17 e RCDOE, 1939, p. 14.
- 46 RCDOE, 1937, p. 14.
- 47 RCDOE, 1937, p. 17.
- 48 Vd., em relação a estas instituições do Brasil as cartas de apresentação de Cancela de Abreu dirigidas ao Presidente da Direcção do Club de Engenharia e ao Presidente da Direcção do Instituto de Engenharia de S. Paulo em AOENG, Correspondência Expedida Abril a Julho de 1938, 22 e 25 de Julho de 1938 e RCDOE, 1938, p. 18.
- 49 A conferência inaugural foi realizada a 25 de Maio e proferida pelo engenheiro António Trigo de Moraes, presidente da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, e subordinada ao tema: – «A rega e a economia da Nação», in RCDOE, 1937, p. 7 Além das conferências e das visitas de estudo projecções de fitas cinematográficas (1940, p. 6)
- 50 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1940*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1941 (doravante RCDOE, 1940), p. 6.
- 51 RCDOE, 1939, p. 6.
- 52 RCDOE, 1939, p. 8.
- 53 RCDOE, 1939, pp. 10 e 16.
- 54 Sobre a questão da Guerra e o seu impacto na economia portuguesa, v. António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1987 e *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vol., Editorial Vega, Lisboa, 1991 e Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesas (1939-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1990 e Maria Fernanda Rollo, “Heranças da Guerra: o reforço da autarcia e os ‘novos rumos’ da política económica”, in *Ler História*, n.º 50, 2006, pp. 115-153.
- 55 Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, Sétimo Volume, Dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 301-415.
- 56 Sobre o impacto da Guerra na alteração da política económica do Estado Novo e sobre o período do pós-Guerra ver Francisco Pereira de Moura, *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1969, J. M. Brandão de Brito, *A Industrialização... op. cit.* e Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*, Colecção Biblioteca Diplomática, 13, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- 57 António de Oliveira Salazar, “Defesa Económica – Defesa Moral – Defesa Política”, proferido ao microfone da Emissora Nacional em 25 de Junho de 1942, *Discursos e Notas Políticas*, vol. III 1938-1943, Coimbra Editora, 1.ª ed. 1943, 2.ª ed. 1959, p. 322.
- 58 João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), *Economia de Guerra*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1943.
- 59 Sobre a política monetária portuguesa durante a Guerra e a situação no final do conflito ver *O Problema Monetário Português nos seus aspectos interno e externo*, Imprensa

- Nacional, 1947, sobretudo o “Relatório de Sua Excelência o ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite”, pp. 13-77.
- 60 José da Silva Lopes, “A economia portuguesa no século xx”, in Fernando Peres (Coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século xx, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, Edições Afrontamento / Porto 2001 / Fundação Serralves, 2002, p. 311.
- 61 Maria Fernanda Rollo, “A industrialização em Portugal no pós-guerra (1947-1973)”, in J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo “Indústria / Industrialização”, *Dicionário de História do Estado Novo* (doravante *DHEN*), vol. I, Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. Maria Fernanda Rollo, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 466.
- 62 *RCDOE*, 1940, p. 7.
- 63 *Idem*.
- 64 *Idem*, p. 4.
- 65 *Idem*, p. 8.
- 66 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1942*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1943 (doravante *RCDOE*, 1942), p. 13.
- 67 Os relatórios de actividades referentes a estes corpos directivos referem a existência de uma assinalável quebra de receitas de que seria *causa principal (...) a chamada para prestação de serviço militar de apreciável número de membros da Ordem*, que por esse motivo pediam a suspensão dos seus encargos para com a instituição. Vd., por exemplo, o *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1941*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1942 (doravante *RCDOE*, 1941) e o *RCDOE*, 1942.
- 68 *RCDOE*, 1940, p. 6.
- 69 *RCDOE*, 1941, p. 7.
- 70 *Idem*.
- 71 *Idem*.
- 72 *Idem*.
- 73 *RCDOE*, 1941, p. 8.
- 74 *Idem*.
- 75 *RCDOE*, 1942, p. 8.
- 76 *RCDOE*, 1940, p. 11.
- 77 *Idem*.
- 78 *Idem*. As observações transcritas valem para os anos seguintes.
- 79 *RCDOE*, 1941, pp. 9 e 10.
- 80 Ver AOENG, Correspondência Expedida (Outubro de 1940 a Janeiro de 1941), carta do Presidente do CD ao ministro das Obras Públicas e Comunicações de 9 de Novembro de 1940 sugerindo a criação de uma Junta de Obras Municipais sob a dependência do MOP e da qual dependeriam os serviços de engenharia. Essa Junta, funcionando como *órgão central, harmonizaria os processos de trabalho dos diversos serviços técnicos municipais, dar-lhes-ia harmonia e fiscalizá-los-ia*.
- 81 *RCDOE*, 1941, p. 10.
- 82 *RCDOE*, 1940, p. 13, *RCDOE*, 1941, p. 10.
- 83 *Idem*.
- 84 *Idem*.
- 85 *RCDOE*, 1942, p. 9.
- 86 *RCDOE*, 1940, p. 12.
- 87 *Idem*.
- 88 *Idem*.
- 89 *RCDOE*, 1939, pp. 13-14.
- 90 AOENG, Correspondência Expedida de Novembro de 1941 a Fevereiro de 1942, carta do Presidente do CD da OE ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 27 de Janeiro de 1942, p. 1.
- 91 *Idem*.
- 92 *Idem*, p. 2.
- 93 *Idem*, p. 1 e 2.
- 94 *RCDOE*, 1942.
- 95 Ver AOENG, Correspondência Expedida de Novembro de 1941 a Fevereiro de 1942, carta do Presidente do CD ao ministro da Justiça em 10 de Dezembro de 1941.
- 96 *RCDOE*, 1942.
- 97 Ver AOENG, Correspondência Expedida (Fevereiro – Junho de 1940 e Janeiro a Março de 1941, cartas do Presidente do CD ao ministro da Educação Nacional de 13 de Março de 1940 e de 2 de Abril de 1941.
- 98 *Idem*.

- 99 *RCDOE*, 1940, p. 12.
- 100 *RCDOE*, 1941, pp. 11-13.
- 101 *Idem*, p. 12.
- 102 *RCDOE*, 1940, p. 14.
- 103 Ver AOENG, Correspondência Expedida, Outubro de 1940 a Janeiro de 1941, carta do Presidente do CD ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social de 31 de Dezembro de 1940.
- 104 Ver AOENG, Correspondência Expedida de Novembro de 1941 a Fevereiro de 1942, carta do Presidente do CD ao subsecretário do INTP em 27 de Novembro de 1941.
- 105 Ver *idem*, carta do Presidente do CD ao subsecretário do INTP de Dezembro de 1941.
- 106 Ver AOENG, Correspondência Expedida Janeiro a Março de 1941, carta do Presidente do CD ao subsecretário do INTP em 22 de Março de 1941.
- 107 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 97 de 27 de Janeiro de 1941, 1941, pp. 163-164.
- 108 Lei n.º 1991, *DG*, n.º 64, I Série, de 19 de Março de 1942.
- 109 *RCDOE*, 1942, p. 9.
- 110 AOENG, Correspondência Expedida de Fevereiro a Maio de 1942, carta do Presidente o CD ao ministro das Colónias de 7 de Maio de 1942.
- 111 Decreto-lei n.º 27 288, *DG*, Suplemento ao n.º 276, de 24 de Novembro de 1956.
- 112 AOENG, Correspondência Expedida de Novembro de 1941 a Fevereiro de 1942, carta do Presidente do CD da Ordem dos Engenheiros ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 10 de Fevereiro de 1942.
- 113 *RCDOE*, 1941, p. 13.
- 114 AOENG, Correspondência Expedida de Novembro de 1941 a Fevereiro de 1942, carta do Presidente do CD da OE ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 10 de Fevereiro de 1942.
- 115 Ver AOENG, OE – Correspondência Expedida, Fevereiro – Junho de 1940, carta do Presidente do CD ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 13 de Abril de 1940 e *RCDOE*, 1941, pp. 9-10.
- 116 *RCDOE*, 1940, p. 10.
- 117 *RCDOE*, 1941, p. 13-14.
- 118 “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1940 (doravante “RDPOE, 1940”)” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 141.
- 119 “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1942 (doravante “RDPOE, 1942”)” in *Revista da Ordem dos Engenheiros (ROE)*, Ano I, n.º 3, Maio/Junho de 1943, p. 175.
- 120 “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1939” (doravante “RDPOE, 1939”), in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 290.
- 121 “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 141.
- 122 “RDPOE, 1939”, in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 141.
- 123 *Idem*, p. 291.
- 124 *Idem*, p. 293.
- 125 *Idem*.
- 126 “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 143.
- 127 *Idem*, p. 129.
- 128 Vd. Estatuto da Ordem dos Engenheiros, art.º 43.º (ver Anexo Documental).
- 129 “RDPOE, 1939”, in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 294.
- 130 *Idem*.
- 131 Vd. *RCDOE*, 1939, p. 11.
- 132 “RDPOE, 1939”, in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 291.
- 133 *Idem*.
- 134 *Idem*, p. 292.
- 135 *Idem*.
- 136 *Idem*, pp. 290 e 291.
- 137 “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 142; “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1941”

- (doravante “RDPOE, 1941”) in *BOE*, Ano VI, Ano VI, n.º 63, Março 1942, p. 128.
- 138 “RDPOE, 1942”, in *ROE*, Ano I, n.º 3, Maio/Junho de 1943, p. 176 e *RCDOE*, 1942, p. 5.
- 139 “RDPOE, 1940” in *BOE*, n.º 52, Abril de 1941, p. 142.
- 140 “RDPOE, 1939” in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 292.
- 141 *Idem*, p. 293; “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 142; “RDPOE, 1942”, in *ROE*, Ano I, n.º 3, Maio/Junho de 1943, p. 177.
- 142 Vd. “RDPOE, 1939” e “RDPOE, 1940”, in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940 e n.º 52 de Abril de 1941, respectivamente nas p. 294 e p. 143.
- 143 “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 130, 144; “RDPOE, 1942”, in *ROE*, Ano I, n.º 3, Maio/Junho de 1943, p. 177.
- 144 “RDPOE, 1939” in *BOE*, n.º 43 de Julho de 1940, p. 295; “RDPOE, 1940” in *BOE*, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 144; “RDPOE, 1941” in *BOE*, Ano VI, n.º 63, Março 1942, p. 130.
- 145 *Idem*, p. 295.
- 146 “RDPOE, 1941” in *BOE*, Ano VI, n.º 63, Março 1942, p. 128.
- 147 “RDPOE, 1942” in *ROE*, Ano I, n.º 3, Maio/Junho de 1943, p. 175.
- 148 *Idem*, p. 1.
- 149 Hermes Guerreiro Boto, *Porque acuso a Ordem dos Engenheiros*, Papelaria Modelo, Porto, s/d. e Acta da reunião do CD de 9 de Novembro de 1943, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 150 Vd. decreto-lei n.º 23 737, de 4 de Abril de 1941, in *DG*, 1.ª série, n.º 78.
- 151 *Idem*, pp. 2 e 3.
- 152 Acta da Reunião, *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 153 Hermes Guerreiro Boto, *Porque acuso...*, *op. cit.*, p. 3.
- 154 *Idem*, p. 4.
- 155 “Acta da reunião do Conselho Directivo de 12 de Dezembro de 1941”, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 156 Hermes Guerreiro Boto, *Porque acuso...*, *op. cit.*, p. 6.
- 157 *Idem*, p. 6.
- 158 *Idem*, pp. 6 e 7.
- 159 Vd. “Acta da reunião do Conselho Directivo de 27 de Fevereiro de 1942”, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 160 “Acta da reunião do Conselho Directivo de 29 de Maio de 1942”, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 161 “Acta da reunião do Conselho Directivo de 5 de Junho de 1942”, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 162 *Idem*.
- 163 “Acta da reunião do Conselho Directivo de 26 de Junho de 1942”, in *Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*.
- 164 *Idem*.
- 165 *Idem*.
- 166 *RCDOE*, 1942, p. 3.
- 167 *Idem*.
- 168 *RCDOE*, 1942, p. 13.
- 169 Cf. *RCDOE*, 1942, p. 7.
- 170 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1943*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1944 (doravante *RCDOE*, 1943), p. 3.
- 171 *Idem*, pp. 3 e 4.
- 172 A primeira proferida pelo engenheiro José Filipe Rebelo Pinto, em 4 de Junho, versava “Algumas considerações sobre o tema: os rios portugueses ao serviço da Nação”, a segunda pronunciada pelo professor René Neeser, da Universidade de Lausanne, sob o título de “Le développement des installations hydroélectriques en Suisse”, em 15 de Novembro. *Idem*.
- 173 *RCDOE*, 1944.
- 174 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1945*,

- Gráfica Santelmo, Lisboa, 1946 (doravante RCDOE, 1945).
- 175 *Idem.*
- 176 RCDOE, 1943; RCDOE, 1944, p. 9.
- 177 *Idem.*
- 178 RCDOE, 1943.
- 179 *Idem.*
- 180 *Idem.*
- 181 *Idem.*
- 182 *Idem.*
- 183 *Idem.*
- 184 AOENG, Correspondência Expedida de Maio a Agosto de 1944, carta do Presidente do CD ao ministro da Economia, de 3 de Janeiro de 1945.
- 185 RCDOE, 1944, p. 9.
- 186 *Idem.*
- 187 *Idem.*
- 188 *Idem.*
- 189 Cf. *Idem.*, p. 10.
- 190 *Idem.*
- 191 RCDOE, 1943.
- 192 *Idem.*
- 193 RCDOE, 1944, p. 10.
- 194 RCDOE, 1942, p. 11.
- 195 *Idem.*
- 196 RCDOE, 1944, p.
- 197 “RDPOE, 1940”, in BOE, Ano V, n.º 52, Abril de 1941, p. 141. Ver sobre a actividade da Delegação do Porto, “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1943” (doravante “RDPOE, 1943”), in ROE, Ano II, n.º 9, Maio/Junho de 1944 e “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1944” (doravante “RDPOE, 1944”), in ROE, Ano III, n.º 15, Março de 1945.
- 198 “RDPOE, 1943”, in ROE, Ano II, n.º 9, Maio/Junho de 1944, p. 240; “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1945” (doravante “RDPOE, 1945”) in ROE, Ano IV, n.º 27, Março, 1946, p. 202.
- 199 *Idem.*, p. 201.
- 200 *Idem.*, p. 202.
- 201 Cf. “RDPOE, 1943” e “RDPOE, 1944”.
- 202 Vicente Ferreira, “A formação do engenheiro moderno”, in *Técnica*, n.º 143, Janeiro de 1944, p. 614.

3. Maturidade

1945-1956





Os engenheiros não eram, por certo, os homens-máquina tal como os concebia o professor Vicente Ferreira. Nem tão-pouco uma espécie de super-homens capazes de reconstruir o Mundo meio destruído pelo conflito mundial.

A verdade é que a II Guerra Mundial tinha, finalmente, acabado e que os novos tempos que se queriam de Paz exigiam esforços de toda a natureza e de excepcional dimensão. Mesmo o Portugal neutral, não beligerante, tinha à sua frente, neste pós-guerra, de enfrentar enormes desafios: desde logo o de adaptação da sua economia e da sua sociedade à *normalidade* trazida pela paz, depois a reposição das carências, a superação da escassez de todos os tipos de produtos, a recuperação de relacionamentos que a guerra tinha deteriorado, o restabelecimento de equilíbrios precários e, por fim, sobretudo, a imensa necessidade de recuperar o tempo e as oportunidades perdidas em termos de desenvolvimento económico e social.

É neste ponto que, tendo cimentado o seu prestígio, com o seu saber fazer, com a sua capacidade de iniciativa e de realização, com a paciência de quem há muito estava a preparar o terreno, convictos de que a razão estava do seu lado, os engenheiros entraram de rompante na nossa História. Tratava-se tão-só de concretizar a ideia, velha de décadas, de que Portugal precisava de encontrar formas permanentes e vigorosas de criação de riqueza que apenas lhe podiam ser proporcionadas pelo desenvolvimento industrial.



© PAULO NETO

José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900-1966).

Engenheiro electrotécnico e mecânico pelo IST, onde foi professor desde 1928 até 1966. Em 1925 iniciou a sua actividade profissional na CUF. Entre outros cargos, em 1931 foi secretário do I Congresso Nacional de Engenharia; em 1936 foi nomeado Presidente da Junta de Electrificação Nacional; em 1947 foi nomeado Presidente da Companhia Nacional de Electricidade; no ano seguinte assumiu a presidência do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa. Designado Presidente da Câmara Corporativa em 1957. Foi Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria de 1940 até 1944 e ministro da Economia de 1958 até 1962. Vogal e vice-presidente da Direcção da AACP, entre 1930 e 1931 e 1932 e 1934, respectivamente; Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1945 e 1947.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

É por isso que, nesta história da Ordem dos Engenheiros, passam a coexistir dois tipos de protagonistas: a Ordem, enquanto instituição tutelar, de acolhimento e de apoio à iniciativa e à capacidade empreendedora dos engenheiros, artífices decisivos do, segundo protagonista, processo de industrialização, que, apesar do conservadorismo asfixiante que muitas vezes se fez sentir, cheio de incertezas e contradições, mas também de algumas importantes realizações, acabou por sair vitorioso e acabou com o estigma de que Portugal estava eternamente condenado ao atraso económico e social.

O novo ciclo que então se iniciou não podia apanhar-nos desprevenidos: o que aconteceu com a eclosão da guerra, com a falsa ideia de que não entrando nela poderíamos sair incólumes do conflito, não podia repetir-se agora na construção da Paz. E foi o que de certo modo aconteceu: a guerra veio mostrar até que ponto a nossa vida colectiva dependia do exterior e como a nossa economia, no que tinha de mais essencial, era vulnerável a um bloqueio como aquele que aconteceu entre 1939 e 1945.

Para trás, pelo menos em termos de discurso, ficava o conflito que opunha conservadores, neofisiocratas e ruralistas, àqueles que defendiam o desenvolvimento equilibrado e complementar entre os dois grandes sectores produtivos: a agricultura e a indústria transformadora, com clara prevalência desta. Mas a história começou um pouco antes. Como se viu, nos anos 20, pela voz e pelos escritos de pioneiros como Ezequiel de Campos e, um pouco mais tarde, de maneira mais organizada e mais consistente nos primeiros congressos de Engenharia em 1931 e da Indústria Portuguesa em 1933. Depois, num movimento rápido, foi explicitamente traçada, mesmo no quadro autoritário do Estado Novo, uma aliança estratégica entre engenheiros e industriais que culminaria com a subida ao governo, em 1940, como subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, daquele que já era um dos mais dinâmicos engenheiros da sua geração: José Nascimento Ferreira Dias Jr., o presidente que se seguiu na Ordem dos Engenheiros, entre 1945 e 1947, e o autor material das leis fundadoras da industrialização portuguesa, a lei n.º 2002 da Electrificação do País e a n.º 2005 do Fomento e Reorganização Industrial.

Só que o pós-guerra, como atrás se deixou assinalado, não foi um oásis pacífico, nem a paz pôs termo aos problemas. Alguns até possivelmente

recrudesceram, porque os sacrifícios impostos esgotaram a paciência das populações e os ajustamentos à economia de guerra exigiam respostas rápidas que nem sempre puderam ser encontradas. Foi essencialmente um período em que o Governo tentou, sem grande êxito, várias soluções em termos de política económica: na prática o País atrasado, com pouco sentido de risco e ainda sem uma estratégia definida que se arrastou na tentativa frustrada de resolver os problemas da falta de bens de subsistência para consumo imediato, da escassez de matérias-primas, da alta do custo de vida, do desemprego que acabou por resultar numa grave crise financeira e cambial entre 1947 e 1948.

Já se referiu, muito brevemente, em que medida a guerra obrigou a economia portuguesa a encarar sob novos moldes a estratégia que deveria presidir à sua orientação geral e fosse consequente com o enquadramento político estabelecido. Alguns dos aspectos mais determinantes dessa estratégia começaram a tomar forma através da aprovação das leis 2002 e 2005 de que o governante Ferreira Dias foi autor. Na verdade, a guerra, expondo a verdadeira dimensão dos efeitos mais prejudiciais da debilidade estrutural do tecido produtivo nacional e da sua dependência externa, criou a oportunidade e determinou um importante ponto de viragem que afectou alguns pressupostos e impôs alterações nas estratégias de desenvolvimento que vinham orientando a política económica do Estado Novo, concretizando-se fundamentalmente na prioridade conferida à electrificação e no enunciado da industrialização do País¹. No fundo, como sintetizou, mais tarde, Pereira de Moura: *tanto os responsáveis pela política como a opinião pública sentiram o perigo da fraca industrialização do País*².

É também nesse sentido que se deve entender em que medida a guerra significou, simultaneamente, a interrupção do projecto lançado nos anos 30. Não é, portanto, de estranhar a queixa alusiva aos inconvenientes provocados pela conjuntura internacional que Oliveira Salazar deixava cair no meio do encumiástico elogio fúnebre que dedicou a Duarte Pacheco, partícipe e protagonista destacado da transformação projectada: *O sonho que sonhámos da transformação material do País em mais dez ou quinze anos, se a situação internacional não paralisasse os nossos esforços e o trabalho nacional...*³



Com a aprovação da lei n.º 2002, da Electrificação do País, em 1944, ficou criado o quadro legal que viabilizou a construção de “grandes barragens” e a constituição das duas principais empresas destinadas à realização dos grandes empreendimentos produtores de hidroelectricidade: a Companhia Hidroeléctrica do Cávado e a Companhia Hidroeléctrica do Zêzere, ambas em 1945.

Fonte: *O Século Ilustrado*, n.º 659, de 19 de Agosto de 1950. Hemeroteca Municipal.

Mas, a par do inconveniente vem o reconhecimento, ditado pelo pragmatismo, da imprescindibilidade de reorganizar a estratégia e a condução da economia nacional perante as circunstâncias e as dificuldades sentidas. Na ocasião, até o Presidente do Conselho o confessa, forçado a reconhecer, ainda que de forma pouco convicta, as propostas industrialistas que em breve seriam aprovadas: *Devo dizer em abono da verdade que as maiores dificuldades têm provindo da nossa insuficiência industrial e das necessidades de guerra das outras nações – dificuldades materiais em suma*⁴.

À época, quem porventura melhor exprimiu esse efeito da guerra foi o próprio autor dos dois principais projectos, traduzidos em diplomas legislativos que, pelo menos formal e/ou parcialmente, materializaram a mais evidente alteração da política económica que a Guerra originaria: *A guerra, esse monstro de que falava Vieira, tem sido minha aliada nesta campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria, pelas dificuldades que trouxe à vida nacional; porque as dificuldades analisadas à posteriori ganham em evidência, embora a análise perca em oportunidade*⁵.

José Nascimento Ferreira Dias, chamado ao Governo para integrar a equipa que compunha o recém-criado Ministério da Economia entregue a Rafael Duque, foi o artífice das duas leis que marcaram de forma decisiva o percurso da economia portuguesa nos anos seguintes. A primeira a ser aprovada, a lei de Electrificação do País (lei n.º 2002, promulgada em 26 de Dezembro de 1944⁶), foi imediatamente posta em execução, significando que a questão sucessivamente evocada da produção eléctrica



Ferreira Dias numa Reunião do Conselho Superior de Electricidade.

Fonte: reunião do Conselho Superior de Electricidade. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0016/0400E "Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado.

encontrou finalmente um desenlace sustentável. Na proposta de apresentação da lei⁷ estavam bem claros os objectivos que a orientavam. Saliente-se como a electrificação foi apresentada como uma condição fundamental para o processo de modernização/industrialização do País⁸ e como se definiu o conceito de rede eléctrica nacional (tema que, aliás, já fora objectivo da comunicação apresentada por Ferreira Dias ao já evocado I Congresso da Engenharia realizado em 1931). Em tese que fez vencimento, partia-se sempre do princípio de que a produção de electricidade *terá de ser de origem hidráulica devendo as centrais térmicas reservar-se para funções complementares, nomeadamente durante o Verão, para aproveitar os carvões pobres de origem nacional*⁹. Depois de longas dezassete sessões de discussão consecutivas, a lei acabou por ser aprovada e promulgada, estando já Ferreira Dias fora do Governo.

Tratamento idêntico veio a ter a proposta que apontava e defendia um programa de industrialização do País, não obstante a complexa teia de resistências de natureza diversa que de forma mais ou menos evidente foram surgindo. A lei n.º 2005, do Fomento e Reorganização Industrial¹⁰, ficou a constituir a peça mais marcante e emblemática da ofensiva industrialista e o mais consistente projecto de industrialização adoptado pelo Estado Novo. Afinal, de forma mais dramática do que qualquer outra ocasião propiciara, a guerra vinha provar que era tempo de edificar, através de um processo de industrialização, as fontes permanentes de criação de riqueza de que o país carecia.

O conceito de industrialização defendido por Ferreira Dias, e pela maioria dos chamados industrialistas da época, apontava para um processo global de transformação das estruturas produtivas de um país, para o qual, num quadro de progresso material, não existia alternativa, entendendo assim a industrialização como uma etapa por onde teriam de passar as sociedades de todos os países na sua marcha para o desenvolvimento¹¹. É, em síntese, esse postulado que se encontra inscrito na apresentação da proposta que deu origem à lei n.º 2005, perpassando todo o seu articulado. Na aposta do carácter vital da industrialização e da sua imprescindibilidade, denunciava-se a ilegitimidade da especialização do País na produção de um número restrito de produtos e muito menos quando se pretendia confinar essa especialização à agricultura; propunha-se como objectivos fundamentais a absorção de mão-de-obra, a exploração dos recursos naturais, o aproveitamento e alargamento do mercado interno, a promoção do equilíbrio da balança comercial, a criação de um tecido industrial interdependente, a promoção da instalação de um conjunto de novas indústrias-base (metalurgia do ferro, metalurgia do cobre, sulfato de amónio, nitratos e cianamida, celulose e, acrescentada posteriormente, álcool carburante).

O processo estava concebido para ser concretizado no médio e longo prazos, apoiando-se na intervenção directa do Estado (suprindo a timidez da iniciativa privada), apostando numa política de diversificação industrial assente num conjunto de indústrias-base (no qual a siderurgia, referida logo à cabeça, desempenhava um papel de relevo), prefigurando um modelo de substituição de importações.

Mas, mais do que pelo enunciado das indústrias a criar e a confirmação do objectivo autárquico que lhe estava subjacente, a lei 2005 valeu pela síntese e, sobretudo, pelo discurso articulado que passou a envolver, estruturando e dando espessura à proposta e ao caminho da industrialização em ritmo acelerado que outros partilharam e perfilhavam. Bastante mais ousadas, e muito mais controversas, eram todavia as estratégias e as propostas avançadas no sentido de levar a cabo o trabalho de reorganização e concentração do tecido industrial existente, incluindo a eliminação de unidades ineficientes, e a sua combinação com as indústrias-base.

Foi aliás, sobretudo por isso, que, contrariamente ao projecto de electrificação do País, a lei de fomento e reorganização industrial teve um grau de concretização francamente modesto. Todavia, impôs-se como referência e sinal de mudança, simbolizando, mais do que significando de facto, uma viragem operada no quadro da política económica do Estado Novo em favor da industrialização. A sua aprovação revestiu-se de uma enorme carga simbólica, determinante no debate e na definição das estratégias que passaram a presidir aos destinos económicos do País.

Por força dos condicionalismos, internos e externos, por convicção pessoal ou pela combinação de ambos, a verdade é que os sucessores de Ferreira Dias, mesmo partilhando a mesma causa, não deram continuidade ao tom e ao ritmo industrialista que inspirara a lei 2005. As queixas, do lado dos industrialistas, começando pelo próprio Ferreira Dias, tornaram-se recorrentes. A concretização da lei, a industrialização do País sonhada por Ferreira Dias e por muitos outros engenheiros e industriais, ficou por cumprir na sua plenitude¹². A impetuosidade que estivera presente na sua concepção acabaria por se diluir nos atavismos que se sobrepuseram à sua concretização. As realizações foram acontecendo, é certo, mas com ritmos e resultados que ficaram aquém da “miragem do país industrial” projectada no fim da guerra.

Em suma, para além dos efeitos conjunturais registados nos anos do conflito, a II Guerra Mundial provocou alterações e produziu orientações que perduraram muito para além do seu termo, que não se esgotam nas formulações das leis 2002 e 2005, embora estas se imponham como aspectos mais visíveis, que condicionaram a formatação da política económica e o percurso da economia portuguesa nos anos seguintes reflectindo perspectivas, orientações, dinâmicas e realizações em que, dada a sua natureza, veremos persistentemente presentes os engenheiros e, sob múltiplos aspectos, envolvida a sua Ordem.

Uma nota ainda para referir em que medida um dos efeitos mais determinantes da II Guerra Mundial em Portugal se traduziu, transitariamente, no reforço da política de autarcia económica conduzida pelo Estado Novo, agora acrescida de razões e apoiada em instrumentos que os anos do conflito mundial propiciaram e produziram.

De resto, o fim da guerra acrescentou outros sinais no sentido de confirmação e reforço da demanda da máxima autarcia económica, decorrente do pensamento estruturante do Estado Novo em assuntos económicos. Refira-se, neste contexto, em que medida o II Congresso da União Nacional¹³, organizado em 1944, vinha precisamente condensar expectativas e promover o debate em torno das estratégias lançadas para o futuro desenvolvimento económico do País. Discutiram-se os transportes (marinha mercante, portos, linhas aéreas, com prioridade para a linha imperial), as colónias (mercados, industrialização de sectores tradicionais com capitais portugueses, aproveitamento de matérias-primas), a industrialização do País (em que pontuaram as intervenções do engenheiro José Duarte Ferreira¹⁴ e do presidente da Associação Industrial Portuense, Mário Borges¹⁵); vontades e entendimentos acompanhados, como vinha sendo habitual, pelo instante apelo à mão do Estado para a promoção de um desenvolvimento autárquico (que incluísse as colónias), para o qual se pedia protecção externa, criação de infra-estruturas e meios de enquadramento.

Contudo, foi curto o espaço de tempo decorrido para que a internacionalização se tivesse sobreposto e obrigado a ajustamentos, denunciando afinal os limites da autarcia apontada. Mas, no essencial, procurou-se estar tão próximo quanto possível do traçado original, no qual se viriam a inscrever as principais apostas em matéria de investimentos executados com aproveitamento do Plano Marshall e prosseguidos pelo I Plano de Fomento.

Quanto ao Estado, permaneceu na defesa de uma lógica de intervenção na esfera económica muito semelhante à enunciada nos anos 30 – sem esquecer a política monetária e financeira, a criação das infra-estruturas e os enquadramentos fundamentais, deixar a responsabilidade do resto à iniciativa privada. Aí os caminhos da indústria e da agricultura separaram-se de forma evidente. A indústria, em que se depositavam as maiores expectativas, encontrou meios e oportunidades para encetar o crescimento dinâmico que alcançou nos anos seguintes; quanto à agricultura, apesar de todos os esforços, o seu crescimento ficou aquém do esperado e do que seria desejável para evitar que o sector, em boa medida por auto-exclusão, entrasse em perda acentuada como veio a verificar-se mais tarde.

Por fim, os efeitos mais traumatizantes da guerra, evidenciando as dependências externas, conduziram ao reforço e à consolidação da lógica da autarcia económica e à definição da combinação das quatro apostas dos anos 50 – produção de hidroelectricidade, desenvolvimento do sector dos transportes, incremento da produção agrícola e uma certa forma de industrialização – em íntima associação com o reforço da presença do Estado e da organização corporativa. O enunciado contava ainda com a participação das colónias, pelo “alargamento” do conceito de autarcia por forma a englobá-las como partes constitutivas do espaço económico nacional. A verdade é que a II Guerra embora tenha conduzido a uma viragem no sentido da industrialização não alterou o modelo segundo o qual se vinha processando o desenvolvimento económico sob o Estado Novo.

De resto, o País mantinha a sua feição essencialmente agrícola. As actividades primárias ocupavam cerca de 50% da população activa, contribuindo com aproximadamente 30% para o PIB (percentagens que nos países europeus mais evoluídos rondavam, respectivamente, 15% e 30%), exibindo níveis muito baixos de produtividade de trabalho e confrontando-se com a política de controlo dos preços agrícolas imposta pelo Governo no sentido de conter a inflação e evitar pressões sobre os salários, sobretudo os industriais. Não é portanto surpreendente que o rendimento médio por activo agrícola correspondesse, em 1950, a pouco mais de 40% do conjunto dos demais sectores produtivos¹⁶ que, por sua vez, apresentavam também níveis muito modestos em termos de produtividade.

Na generalidade, os níveis de vida e de rendimento da população portuguesa estavam muito aquém dos verificados na maioria dos países europeus; acrescendo os efeitos negativos da insistente pressão demográfica de uma população em crescimento.

Era, contudo, evidente a situação confortável em que o País se encontrava nesse fim de guerra, somando vantagens, sobretudo se comparado com a maior parte dos seus parceiros continentais. Portugal não tinha sofrido os efeitos das perdas humanas e das destruições materiais da guerra e não tinha, portanto, nada a reconstruir; além disso, tinha arrecadado uma riqueza assinalável. No entanto, o rescaldo da guerra seria difícil por razões de natureza diversa: as de ordem política interna mas, também, as que respeitavam ao contexto internacional.

Tudo somado, existiam algumas razões que suscitavam sentimentos contraditórios e justificavam as preocupações das autoridades portuguesas. Preocupação expressa na leitura que Salazar faz da paz quando acaba a guerra, em Maio de 1945: *A paz é, como a ordem nas sociedades, sobretudo uma criação do espírito: ou se vive ou de facto não existe*¹⁷.

O Regime tinha agora que preparar-se para o embate da paz. É nesse sentido, de resto, que o Presidente do Conselho, ciente das circunstâncias, procurará actuar, contrariando os ventos das mudanças pelos quais internamente alguns se batiam e fazendo face às tendências que a realidade internacional anunciava em termos políticos e económicos e, ainda, em termos de cooperação: o Regime reagiria procurando o seu reforço interno e a sua autonomia externa.

Como é natural nenhum destes aspectos deixou indiferentes os engenheiros e a sua Ordem, sendo eles próprios, como referido, mentores e protagonistas destacados das circunstâncias e estratégias que compunham a realidade existente. Aliás, se os tempos eram ainda de crise e de expectativa sobre o rumo que as coisas tomariam, estava, finalmente, a abrir-se aos engenheiros um vasto campo de actuação: na electrificação, do Continente, mas também dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que significava trabalho na construção das barragens, mas também nas comissões técnicas criadas para gerir aspectos técnicos e económicos conexos; na industrialização, qualquer que fosse o rumo que viesse a ser tomado, mas sempre uma aposta de desenvolvimento onde os engenheiros teriam de desempenhar um importante papel: nos transportes, na construção de infra-estruturas da rede viária e ferroviária, no planeamento económico, nos imensos espaços coloniais. Claro que todas estas actividades implicaram alguma modernização e adaptação das instituições públicas às novas realidades, transformações orgânicas mais ou menos profundas, a criação de um apreciável conjunto de novos organismos, sendo certo que todas estas alterações, onde os engenheiros se tornaram elementos indispensáveis às reformas, estiveram associadas a inevitáveis alargamentos de quadros. Foi, aliás, neste contexto que surgiram de novo, ou profundamente reorganizados, alguns dos mais importantes organismos que vieram a estar implicados no processo de desenvolvimento surgido já em finais dos anos 50: criação do Ministério das Comunicações¹⁸, separando

este sector do das Obras Públicas; reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas¹⁹ e da Comissão de Coordenação das Telecomunicações²⁰, da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos²¹, e da Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidroeléctricos²²; ainda no domínio das infra-estruturas foram igualmente criados o Conselho Superior de Transportes Terrestres²³ e a DGTT – Direcção-Geral dos Transportes Terrestres²⁴ – e procedeu-se à profunda reorganização da JAE – Junta Autónoma das Estradas²⁵ na qual fica integrado o Gabinete da Ponte sobre o Tejo²⁶; mais tarde foi criado o GEPTT – Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres²⁷. Igualmente significativa, toda a reorganização que foi sendo operada ao nível dos portos e, em geral, das estruturas portuárias, da mesma forma que a emergência da aeronáutica conduziu à criação da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil²⁸ e à construção de inúmeros aeródromos²⁹ e modernização dos organismos afectos à industrialização: criação da Direcção-Geral dos Serviços Industriais³⁰, remodelação do Conselho Superior da Indústria³¹ e, bastante mais tarde, a criação do INII – Instituto Nacional de Investigação Industrial³². Intimamente relacionada com a problemática industrial, e tanto mais instante quanto a indústria se ia desenvolvendo³³, estava a questão dos combustíveis e todo o sector da energia; também neste campo se operaram alterações profundas: com a fundação da JEN – Junta de Energia Nuclear³⁴ – e a extinção do Instituto Português de Combustíveis, passando as suas funções para a nova Direcção-Geral dos Combustíveis (1956).

Entretanto, o desenvolvimento previsível de muitas autarquias tornou imprescindível a criação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização³⁵, designadamente, para fazer face às preocupações crescentes em termos de planeamento urbano³⁶.

Uma palavra muito especial para a criação, em 1946, do LEC / LNEC³⁷ – Laboratório Nacional de Engenharia Civil –, ao qual ficaram indelevelmente ligados os nomes do seu primeiro director, engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, e do seu sucessor, Manuel Rocha, um dos nomes maiores da engenharia portuguesa do século XX. É pertinente alongar apenas um pouco o tratamento a dar ao desempenho e o protagonismo que o engenheiro Manuel Rocha assumiu neste contexto. Engenheiro civil pelo IST, do qual foi professor catedrático, a ele se ficou a dever a

fundação do Centro de Estudos de Engenharia Civil do Técnico, que veio a ser integrado, como seu elemento fulcral, no LNEC, do qual veio a ser director entre 1954 e 1974. Retomaremos Manuel Rocha mais adiante nesta história da Ordem dos Engenheiros de que veio a ser Bastonário entre 1976 e 1979. Refira-se porém, a propósito deste contexto, como a sua obra e a daqueles que o foram acompanhando ao longo dos anos é tanto mais de exaltar quanto, no quadro das instituições criadas durante o Estado Novo, se veio a revelar uma das de maior credibilidade e prestígio nacional e internacional.

Outro sector caro aos engenheiros, o das minas³⁸, foi por esta altura profundamente remodelado, nomeadamente no que respeita à composição e atribuições do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos.

Estava a iniciar-se uma época na qual se antevia a possibilidade de um crescimento extraordinário do mercado de emprego dos engenheiros.

Crise e reorganização

É precisamente neste ambiente do final da guerra que, em 15 de Março de 1945, ocorre a morte do engenheiro Gonçalo Pereira Cabral, precipitando a queda da Direcção a que presidia. Em boa verdade, uma parte do CD, na sua reunião de 23 de Março, tenta superar a crise directiva da Ordem procedendo à solução estatutária, da substituição do presidente através de uma eleição intercalar³⁹. Nesse caso, seria candidato à vaga aberta o vice-presidente engenheiro Luís Sousa de Macedo. Mas o Conselho, no seu conjunto e por consenso, decidiu não apresentar nenhum candidato remetendo a solução para eleições ordinárias⁴⁰. Nestas condições era necessário accionar o processo que havia de conduzir à eleição de uma nova Direcção, reunindo uma Assembleia Geral extraordinária.⁴¹

O eleito foi o engenheiro José Nascimento Ferreira Dias Jr. que inaugurou um período que, embora termine na maior crise, orgânica e de identidade, que a Ordem viveu durante o Estado Novo, fica marcado pela presidência de alguns dos mais notáveis engenheiros portugueses da época e pelo crescimento acentuado da Ordem, integrando o desempenho das suas secções que ganham dinâmicas próprias.

Corpos directivos da Ordem dos Engenheiros eleitos em Abril de 1945

Mesa da Assembleia

Presidente	José Marques Pereira Barata
Vice-Presidente	Flávio Augusto Marinho Pais
Secretários	António de Arantes e Oliveira Edgar de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	José Nascimento Ferreira Dias Júnior
Vice-Presidente	Luís da Costa de Sousa de Macedo Carlos Pereira da Cruz (25-2-1946 a 5-3-1948)
Vogal Tesoureiro	Casimiro António Chambica da Fonseca
Vogal Secretário	Carlos Manuel Temudo Barata

PRESIDENTES DAS SECÇÕES

Engenharia Civil	Ricardo Esquível Teixeira Duarte
Engenharia Electrotécnica	Carlos Gomes da Silva Ribeiro
Engenharia Mecânica	Francisco Assis Nazaré de Almeida de Mendia
Engenharia de Minas	José Caetano Maziotti Salema Garção
Engenharia Químico-Industrial	Eduardo Madaíl
Engenharia Naval	António de Lemos Viana

Comissão Revisora de Contas

Gastão Benjamim Pinto
João de Korth
João de Penha Garcia

Conselho Disciplinar

PELA SECÇÃO DE

Engenharia Civil	João Teodoro Ferreira Pinto Basto (Presidente) Henrique Jacinto Ferreira de Carvalho – Presidente (a partir de 13-2-1946) Henrique Jacinto Ferreira de Carvalho Fernando Galvão Jácome de Castro (a partir de 13-2-1946)
Engenharia Electrotécnica	Eduardo Moreira da Costa Simas João Alberto Carlos Coelho da Fonseca (a partir de 13-2-1946) Sílvio Duarte de Belfort Cerqueira

Engenharia Mecânica	Joaquim Álvaro da Cunha Ferraz (a partir de 13-2-1946) Luís Ferreira Pinto Basto António Figueiredo Gomes (a partir de 13-2-1946)
Engenharia de Minas	Manuel Joaquim de Melo Machado Campelo Rogério Vargas Moniz (a partir de 13-2-1946) Alberto Carlos de Lima e Sousa Rego Fernando de Lima Alves da Silva (a partir de 13-2-1946)
Engenharia de Minas	Casimiro Artur da Costa Santos Manuel Rodrigues Gomes (a partir de 13-2-1946)
Engenharia Químico-Industrial	Adriano Pio Soares Leite Jacinto Firmino Pereira Santos (a partir de 13-2-1946) José Eduardo Dias Costa João Osório da Rocha e Melo (a partir de 13-2-1946)
Engenharia Naval	Alfredo Silveira Ávila de Melo Félix José Hopffer Romero (a partir de 13-2-1946) Vasco José Taborda Ferreira Júlio David Ferreira (a partir de 13-2-1946)

A direcção de Ferreira Dias fica marcada por duas originalidades: a feitura de um programa de actividades para 1946 e um aumento do valor das cotas.

Gradualmente, apesar dos contratempos a que esteve com frequência sujeita, a Ordem ia estabilizando do ponto de vista institucional: o reforço da organização interna em torno da secretaria-geral; algumas questões foram perdendo a importância inicial, por exemplo a utilização abusiva do título de engenheiro que as primeiras direcções, através de uma actuação firme, conseguiram resolver, transformando um problema de transcendente gravidade em situações episódicas dispersas e sem relevância; a aparente integração progressiva da Ordem na organização corporativa, designadamente, uma clara normalização das suas relações com o INTP;

a capacidade de resposta às inúmeras solicitações individuais que diariamente surgiam da parte de membros, mas também do exterior, colocando os mais diversos tipos de questões, etc.

Neste primeiro ano de mandato não se verificaram por isso grandes quebras nas práticas, nem grandes alterações ao que vinha sendo o dia-a-dia da Ordem em anos anteriores, embora, logo na sua primeira reunião, o CD tenha sido surpreendido com a demissão do vice-presidente engenheiro Luís da Costa de Sousa de Macedo, que se consumaria em 25 de Fevereiro de 1946⁴².

Na primeira linha de preocupações da Direcção, mantinha-se a defesa dos interesses dos membros da Ordem, envolvendo três questões relevantes: as dificuldades de *colocação de engenheiros desempregados*⁴³, a *valorização da carta de exercício profissional*, no sentido de a tornar o documento bastante para atestar a qualidade de engenheiro e da respectiva especialidade, no quadro de um esforço que já tinha precedentes⁴⁴; e, finalmente, o terceiro aspecto reportava-se às *facilidades a conceder àqueles que pertençam ou pretendam pertencer a quadros do Estado ou corpos administrativos e tenham estado afastados da vida civil por motivo da incorporação nas forças armadas*, sendo de realçar o empenhamento que o CD dedicou a esta questão, nomeadamente através de sucessivas exposições ao ministro da Guerra⁴⁵ e de *empresas ou serviços públicos que pretendem engenheiros*⁴⁶. Quanto aos outros dois problemas, o da valorização da carteira profissional e o regresso à vida civil dos engenheiros desmobilizados, o Conselho reconheceria que apesar de todos os esforços feitos ainda nada de *positivo se obteve...*⁴⁷ Mas, no ano de 1946 surgiu outra dificuldade: a tomada de consciência da *exiguidade dos vencimentos dos engenheiros que trabalham no Estado ou nos corpos administrativos*⁴⁸. Novas exposições ao Governo, mais pressões, mais empenhos, mais conversas pessoais: nestas matérias sensíveis a energia da Ordem parecia inesgotável embora, na maioria das vezes, os resultados se fossem revelando decepcionantes.

A um outro nível, mas ainda no quadro da defesa dos interesses dos membros da Ordem, esta foi confrontada com outra tentativa de criação, agora, de uma Ordem de Engenheiros Geógrafos. Ferreira Dias reagiu veementemente à consulta do subsecretário de Estado das Corporações e

Previdência Social, expondo seu parecer negativo, provando circunstanciadamente como a *criação de uma Ordem de Engenheiros Geógrafos parece pouco defensável*⁴⁹.

Ainda neste contexto, da defesa dos interesses dos engenheiros, ressurgiu no pós-guerra, mais uma vez e com alguma acuidade, a questão dos vários níveis a que se colocava o ensino técnico, da engenharia e das disciplinas afins ministradas nas escolas universitárias e, em geral, a reforma do ensino superior. De recordar que a Ordem foi vencida mas não convencida na controversa questão da criação do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores.

Em 22 de Janeiro de 1947 a Ordem dos Engenheiros dirigiu-se à Assembleia Nacional referindo-se a uma exposição enviada pelo Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores que, por sua vez, remetia para uma proposta de lei da reforma do ensino técnico. Tratou-se de uma circunstanciada exposição elaborada pela Ordem dos Engenheiros defendendo uma série de pontos referentes ao ensino da engenharia⁵⁰. Aliás, mais do que uma exposição, tratava-se, acima de tudo, de um protesto; uma reclamação feita em termos que não eram muito usuais à época, pelo menos neste tipo de documentos. Que expunha afinal a Ordem?

Que tivera conhecimento pelo *Diário das Sessões*, de 11 de Janeiro, de que o Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores tinha dirigido ao Presidente da Assembleia uma exposição referente à proposta de lei da reforma do ensino técnico, onde, em resumo e no respeitante a ensino, defendia:

- 1.º *Que os cursos médios industriais têm nível desnecessariamente elevado.*
- 2.º *Que a designação profissional dos diplomados pelos institutos industriais passe a ser a de engenheiros industriais.*
- 3.º *Que aos alunos ou diplomados destes institutos sejam dadas facilidades de acesso às escolas superiores.*

Claro que a Ordem discordava absolutamente dos três pontos equacionados, considerando, liminarmente, que as pretensões do sindicato não eram aceitáveis⁵¹.

A polémica prosseguiu no quadro da Assembleia Nacional, com o Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, a manter tudo o que afirmara quando da sua primeira proposta⁵² e um grupo de alunos de uma escola industrial protestando contra a representação do conselho directivo da Ordem dos Engenheiros, na parte em que impugnava as aspirações dos alunos e diplomados pelos institutos industriais⁵³.

A última peça deste episódio é uma carta de Ferreira Dias, ao director do Instituto Industrial de Lisboa, enviada em 12 de Fevereiro de 1947⁵⁴. Nessa carta, como não podia deixar de acontecer, o presidente do Conselho Directivo defendia as posições que prevaleciam na Ordem, sem concessões mas com grande sentido pedagógico; a carta aliás é longa e em síntese defendia três ideias centrais:

- › que os programas dos cursos ministrados nos institutos industriais eram sensivelmente semelhantes aos dados nas escolas universitárias que formam engenheiros, sendo sabido que cadeiras com nomes iguais podiam ter tratamentos pedagógicos radicalmente distintos;
- › que não era correcto inculcar nos estudantes daqueles institutos industriais a ideia de que estavam a ser injustamente discriminados e socialmente excluídos;
- › finalmente, que tendo conhecimento de que alguns professores, esses sim engenheiros, eram os principais responsáveis por este tipo de opiniões que apenas lançavam confusão e discórdia – *se é mau que os cursos médios sejam uma imitação dos cursos superiores, muito pior é ainda que tal se confesse aos alunos, num propósito de valorização mal compreendido [...]. As afirmações desses professores andam frequentemente (e é naturalíssimo que andem) na boca dos alunos que as ouvirem, a provocar [...] irritação.*

E Ferreira Dias concluía, num tom apaziguador e contido: *Estes são os factos que toda a gente conhece e repete. Eles justificam o parecer deste Conselho; e o expô-lo à Assembleia Nacional, em documento público relativo ao ensino técnico, não parece poder tomar-se, ao contrário do que V. Ex.^a afirma, como interferência na autonomia pedagógica dos Institutos Industriais, é apenas o livre apresentar de uma opinião que os*

*factos confirmam. E a circunstância de serem os professores dos Institutos Industriais membros desta Ordem não pode, evidentemente, levar este Conselho Directivo a calar os seus pontos de vista sobre a organização do ensino técnico*⁵⁵.

Noutro campo de actividade, e ao contrário do que o fim da Guerra podia fazer pensar e do que o elenco da nova Direcção podia sugerir, não se verificou um aumento muito significativo das actividades culturais da Ordem.

Apesar disso, o CD fez questão de melhorar qualitativa e quantitativamente a Revista, considerando-a uma das suas actividades prioritárias, conseguindo retomar uma periodicidade mensal⁵⁶, mas sem superar a dificuldade de assegurar uma distribuição regular⁵⁷.

Outras actividades neste âmbito reduziram-se a visitas de estudo, a algumas palestras na sede da Ordem e à participação, em Setembro de 1946, no 1.º Congresso Técnico Internacional, realizado em Paris⁵⁸. Na ocasião *foi estudada a criação de um órgão permanente destinado a assegurar a repetição periódica do congresso e a estabelecer ligação entre as diversas associações de engenheiros de todo o Mundo*.

Nos fins de 1946, a Ordem dos Engenheiros foi convidada para fazer parte de tal organismo – Conférence Technique Mondiale (CTM), e a constituir uma Comissão Nacional⁵⁹. Nos termos dos seus Estatutos, a Ordem tinha de *pedir autorização ao Governo para tal fim, devendo a Assembleia deliberar oportunamente sobre se aceita ou recusa o ingresso naquela Conferência*⁶⁰. Anote-se que a CTM constituía uma federação de associações de engenheiros, e tinha como objectivo preparar a repetição periódica de Congressos e o estabelecimento de contactos com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dando-se então início à preparação do 2.º Congresso Técnico Internacional, a ter lugar no Cairo – o primeiro organizado pela própria CTM. Essa adesão significava a integração da OE numa organização internacional multilateral, implicando o pagamento duma cotização anual, a obrigação de suportar as despesas de deslocação de delegados às reuniões do Conselho da CTM e todos os custos referentes à preparação, impressão e remessa das teses apresentadas por congressistas

portugueses àqueles congressos. A Ordem deu conhecimento de todas estas ocorrências ao subsecretário de Estado das Corporações e ao ministro das Obras Públicas em 31 de Julho⁶¹. Do ministro recebeu, em 14 de Dezembro, a comunicação de que *conforme indicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não havia qualquer conveniência sob o ponto de vista internacional na representação portuguesa na Conférence Technique Mondiale*⁶².

De facto, o Estado Novo ainda não estava preparado para estes progressos ocorridos no quadro de um multilateralismo nascente: temia-o enquanto criador de instituições de um novo tipo surgidas no pós-guerra, considerava-as inadequadas para a consecução dos objectivos que afirmavam prosseguir e, sobretudo, sentia que iria perder poder, que a sua posição nunca poderia ser determinante para a vida dessas instituições. Como a história veio a demonstrar, mesmo a contragosto, por cálculo e pragmatismo, acabou por ter de as aceitar e de as integrar.

Como já se deixou assinalado, o primeiro ano do mandato de Ferreira Dias ficou marcado por duas originalidades: a produção de um Programa de Trabalhos para 1946 e uma proposta de aumento das cotas.

Quanto ao programa, que inegavelmente contém a “impressão digital” da forma de trabalhar de Ferreira Dias, o novo CD encarava-o como um instrumento imprescindível em qualquer organização e, neste caso concreto, como um elemento de dinamização da actividade associativa da Ordem, procurando responder directamente aos que a acusavam de passividade. O Conselho Directivo não só está convencido de que é seu *dever intensificar a vida interna da Ordem* como está disposto a tomar a iniciativa sacudindo a modorra e algumas rotinas que se tinham apoderado da forma de trabalhar da Ordem: *mas – e lembra-se isto, antes de mais nada, aos que têm acusado a Ordem de pouca actividade – a vida deste organismo e, portanto, a sua força efectiva, não é o Conselho Directivo que lha pode dar mas sim o esforço e a dedicação dos seus membros, o seu interesse pelo que represente valorização profissional. Que os críticos – e os não críticos – metam a mão na consciência. Ao Conselho Directivo cabe ensaiar algumas directivas, no propósito de coordenar e pôr à prova o interesse dos associados; é isso que vai procurar fazer-se no*

*novo ano e de que se escreve esta súmula para conhecimento e apreciação da Assembleia Geral*⁶³.

O Programa continha uma forte componente técnico-cultural, incluindo sessões de estudo, visitas e excursões, educação física e prémios, procurando seguir o exemplo de associações congéneres estrangeiras⁶⁴. Embora o esforço e, especialmente, a perspectiva inovadora, na forma e no conteúdo, que a iniciativa reflectia, o programa acabou por ser suspenso, como se verá adiante, por falta de meios e de empenho dos associados.

No mais, havia que decidir sobre a sugestão da Delegação do Norte para a realização de um II Congresso Nacional de Engenharia que, quando do realizado em 1931, tinha ficado aprovado se realizasse no Porto⁶⁵. O primeiro tinha sido um êxito: pelo conteúdo das teses apresentadas, pelo impacto que essas tiveram, colocando os engenheiros como vanguarda defensora da industrialização modernizadora das estruturas produtivas débeis e ancilosadas e, por fim, pela forma como tinha ajudado a projectar socialmente os engenheiros e como tinha mostrado ao País que dispunha de uma nova e bem apetrechada classe de técnicos capazes de empreender o relançamento económico português no quadro de uma aliança explícita com o Estado e os industriais. Quinze anos depois, a proposta dos engenheiros do Norte, feita também num momento de transição, mereceria uma reflexão séria.

Ferreira Dias, na sua qualidade de presidente, e considerando a opinião do CD⁶⁶, não se mostrava particularmente entusiasmado com a ideia. Embora manifestando a sua concordância de princípio, conforme comunicado ao Vice-Presidente da Direcção da Delegação do Porto por carta datada de 8 de Agosto de 1946, coloca um conjunto de reservas difíceis de superar⁶⁷. Todavia, apesar das dificuldades e da falta de entusiasmo, o II Congresso veio a realizar-se em Junho de 1948, distribuído pelas duas cidades de Lisboa e Porto.

Quanto à questão do aumento das cotas, Ferreira Dias, para além de pensador, ideólogo da industrialização, era um empreendedor e um homem de acção; a sua biografia mostra como se deixava apaixonar por causas e pelos grandes gestos; o estrangulamento financeiro, os apertos orçamentais da Ordem, não o podiam deixar indiferente e sem posição. É assim natural que a sua direcção, logo em 1945, no primeiro orçamento

de gestão, tenha proposto um significativo aumento das cotas dos membros da Ordem. Explicadas as razões e definidos os objectivos, o Conselho propôs um aumento mensal de 5\$00 das cotas dos membros da Ordem que completassem até ao fim do ano de 1946 o período de 12 anos de formatura, isto é, compreendendo todos aqueles cujo ano de conclusão do curso fosse igual ou anterior a 1934⁶⁸.

Mas a Assembleia Geral ordinária, reunida em Janeiro de 1946, não aprovou o aumento das cotas⁶⁹. No final do ano seguinte a situação repetiu-se.

Essa rejeição, a que acresciam as dificuldades financeiras por que a Ordem estava a passar, tiveram, como era de prever, como desfecho a suspensão do programa por parte do Conselho Directivo⁷⁰.

Mesmo assim, levando em linha de conta todos esses aspectos, o CD reincidiu na proposta de aumento de cotas que o constante aumento dos encargos justificava e tornava imprescindível. A situação era tão grave que, em 1946, não tinha sido sequer possível *aumentar os vencimentos do pessoal de secretaria para acompanhar a marcha dos vencimentos pagos pelo Estado, que devemos considerar um mínimo abaixo do qual não é justo descer*⁷¹. Aliás, o saldo de 46, reduzido a menos de seis contos, apesar de todos os cortes e restrições efectuados, dava uma boa imagem da situação difícil em que a Ordem se encontrava⁷².

Para o Conselho, no ano em que se entrava, 1947, a situação estava a tornar-se *insustentável*⁷³ empenhando-se num veemente apelo para *que a Assembleia Geral pondere devidamente a sua decisão*⁷⁴; mas a AG voltou a negar a autorização do aumento da cotas embora tenha aprovado tudo o resto.

Entretanto, seguiu o seu curso a questão da organização de um sistema de previdência dos engenheiros. A queda inesperada da Direcção anterior tinha feito gorar a hipótese *de que a Caixa de Previdência ficaria em funcionamento dentro do 1.º semestre de 1945*⁷⁵. Só em Novembro é que o assunto foi retomado, no quadro de uma reunião com a Comissão Organizadora da Caixa de Previdência em que Ferreira Dias tomou conhecimento do projecto de estatutos elaborado pelo engenheiro Sande Lemos. Dessa reunião resultou também a ideia de que o assunto não estava suficientemente esclarecido em várias das suas implicações⁷⁶.

Face ao imbróglgio instalado, a Comissão Organizadora resolveu fazer um inquérito entre os membros da Ordem por forma a esclarecer as dúvidas persistentes. Só então se avançaria com o processo de constituição da Caixa⁷⁷. Porém, apesar da aparente urgência posta na elaboração do inquérito, não se avançou apreciavelmente na situação da projectada Caixa de Previdência. Porque, não só o inquérito arrancou tarde como o número de respostas obtidas não foi além dos 10% das circulares emitidas e mais de metade das respostas recebidas mostravam desinteresse pela criação de uma Caixa de previdência privativa dos engenheiros⁷⁸.

Avanços significativos registaram-se no respeitante à elaboração de regulamentos necessários ao funcionamento da Ordem em diversos domínios⁷⁹. Antes do final de 1946 o Conselho aprovou um conjunto de novos regulamentos, nomeadamente os que se referiam à biblioteca, à compra de equipamentos técnicos e à fixação das respectivas taxas de aluguer, substituindo os que estavam em vigor (que eram ainda os da Associação dos Engenheiros)⁸⁰, ultimou os regulamentos dos prémios cuja criação tinha sido aprovada em Assembleia Geral e informou que ia iniciar brevemente a discussão do regulamento da profissão, cujo projecto seria elaborado pelo engenheiro Eduardo Madaíl⁸¹.

O ano de 1945 estava a acabar quando a Ordem foi surpreendida, tal como todos os outros organismos corporativos, com a publicação do decreto-lei n.º 35 404, de 28 de Dezembro de 1945, que alargava para três anos o tempo de duração dos mandatos dos membros das direcções e das mesas das assembleias gerais dos organismos corporativos. Para a Ordem, esta nova directiva trazia como consequência o facto de já não se poderem efectuar, na próxima assembleia ordinária as eleições do presidente e vogal-tesoureiro do Conselho Directivo e de todos os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Quanto à Delegação do Porto, com alguns ajustamentos, mantinha-se basicamente na mesma situação já relatada em anos anteriores. Existiam, como grandes constrangimentos, dois problemas fundamentais: o da nova sede, envolvendo complexas negociações com a Câmara Municipal, e a operação financeira que seria necessário montar tendo em vista a respectiva construção.

A vida associativa manteve-se pouco activa, a sede continuava a ser pouco frequentada, em suma repetia-se o diagnóstico e os lamentos feitos em anos anteriores. Apesar de tudo, a direcção da Delegação, tentando manter a chama acesa até conseguir resolver os problemas de fundo acima referenciados, procurou organizar vários eventos, ao nível da acção cultural, com sucesso variável, nomeadamente uma excursão à Galiza, nos dias 16, 17 e 18 de Novembro, com visitas em Vigo às obras do porto, às fábricas Massó e Alvarez, Factoria Barreros e La Artística, às cidades de Santiago de Compostela e Pontevedra e à Escola Naval em Marín⁸², e promoveu, ao longo de todo o ano de 1946, um ciclo de conferências que tiveram lugar na Faculdade Técnica do Porto⁸³.

Por fim, o orçamento, que dava uma ideia da dimensão da crise endémica em que a Delegação vivia praticamente desde o início, constitui verdadeira imagem da sua “pobreza” e de uma certa resignação: *as contas de gerência fecharam com o saldo de 4 139\$29 e o orçamento ordinário para o próximo ano atinge o montante de 76 500\$00; organizou-se um orçamento suplementar com os saldos dos anos anteriores no total de 15 543\$72, que permitirá a aquisição de um taqueómetro*⁸⁴.

Com a aproximação do final do mandato, prestes portanto a sair esta Direcção Nacional presidida por Ferreira Dias, o Conselho propôs à Assembleia Geral um conjunto de membros para as vagas nos corpos directivos, indicando o engenheiro José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca para Presidente⁸⁵.

A Assembleia Geral ordinária, reunida em 29 de Janeiro de 1947, elegeu o engenheiro Belard da Fonseca como próximo presidente da Ordem dos Engenheiros, cargo que exerceu entre Março de 1947 e Fevereiro de 1950.

Ficou atrás referido em que medida a II Guerra Mundial criou o ambiente que proporcionou um importante ponto de viragem, viabilizando uma alteração nas estratégias de desenvolvimento que vinham orientando a política económica portuguesa. Para além da já observada influência positiva da guerra no lançamento de um programa de modernização económica, fundamentalmente decorrente das leis 2002 e 2005, foram sendo identificados vários aspectos que sustentam a ideia desse impacto positivo e da prosperidade que se pode associar à conjuntura da



José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca (1899-1969).

Licenciou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico em 1921. Iniciou a sua carreira académica, ainda como aluno, no IST, de que veio a ser professor catedrático e director entre 1942 e 1958, ano em que ascendeu a vice-reitor da UTL. Foi também assistente do Instituto Industrial de Lisboa (1923-1924). Projectou as estruturas de inúmeras construções, entre as quais o Instituto Nacional de Estatística, a nova Igreja de S. Julião e o Palácio Ford, todas em Lisboa. Exerceu numerosos cargos de natureza diversa, entre os quais: a presidência do Conselho de Administração da Secil, o de vice-presidente da Associação Internacional de Pontes e Estruturas (1954) e presidente da respectiva comissão portuguesa. Procurador da Câmara Corporativa. Foi vogal e vice-presidente da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses (1926-1929 e 1929-1932) e Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1947 e 1950.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

guerra em Portugal. De entre os quais sobressaíram o aumento, de forma até então desconhecida, do saldo da sua balança comercial, um esforço de industrialização de determinadas actividades que procuravam, por um lado, colmatar as necessidades habitualmente supridas pela importação e, por outro, aproveitar as condições extremamente favoráveis que a guerra propiciara a algumas exportações e a criação de uma reserva excepcional de ouro e divisas no Banco de Portugal, de consideráveis disponibilidades na conta do Tesouro e aumentos substanciais nos depósitos bancários⁸⁶.

A prazo, constatou-se porém que as expectativas positivas que a guerra gerou não se concretizaram plenamente, tornando-se evidente que o esforço conjuntural, desenvolvido no sentido de aproveitar as vantagens adquiridas, integrar novos “rumos” tendentes a suprir as vulnerabilidades do tecido produtivo nacional e a contrariar os reflexos negativos que se foram fazendo sentir durante e depois do conflito mundial, não poderia ter efeitos imediatos, sendo difícil contrariar tendências há muito instaladas. Situação a que acrescia o quadro de condicionalismos impostos pelas autoridades portuguesas, nomeadamente no que se referia à manutenção dos equilíbrios políticos e sociais internos, ao espartilho da organização corporativa e ao rigoroso cumprimento dos princípios dogmáticos da política financeira tradicional, que enquadravam, definiam limites e, na prática, se sobrepunham à prossecução de qualquer outra estratégia.

Exactamente porque existiam essas hesitações e dificuldades em desenvolver e impor a estratégia de modernização, a riqueza arrecadada acabaria por se esgotar rapidamente porque não foi aplicada em benefício de um investimento de efeito duradouro e verdadeiramente potenciador para a economia nacional, situação em que influíram questões internas, públicas e privadas, mas também condicionalismos externos.

O problema dos abastecimentos, associado a um clima de crescente insatisfação e instabilidade social, foi potenciado à luz da conjuntura internacional e tendeu a agravar-se no quadro das debilidades do aparelho produtivo português, manifestamente incapaz de satisfazer as necessidades essenciais, agora somadas às requeridas pelo programa económico que se pretendia executar. Questão, com óbvios reflexos em termos de condução política, que se sobrepôs e impôs soluções urgentes. Por outro lado, o esforço anunciado de atacar o problema da estrutura produtiva, abrindo

o caminho para uma rápida industrialização nem foi aceite plenamente nem poderia traduzir-se em resultados imediatos. Além disso, as medidas adoptadas no sentido de contrariar uma tendência que se pressentia poder evoluir de forma negativa na esfera do comércio externo, foram ineficazes ou claramente insuficientes para terem resultados positivos em tempo útil.

O problema da escassez de géneros transcendia a realidade nacional, colocando-se com grande acuidade em quase todos os países europeus, dando razão à angústia e à ideia de que o final da guerra estava longe de significar um retorno à normalidade dos mercados e ao final das restrições em consumos essenciais. Em Portugal, a questão das subsistências assumiu proporções mais alarmantes ao longo de 1946, com reflexos directos numa crescente agitação social. A situação era grave, e as medidas accionadas no sentido de a contrariar resultavam infrutíferas. Em breve as acusações “subiriam de tom”, designadamente as dirigidas ao sector da Economia e ao ministro Supício Pinto – *contra a política de limitação de preços em que se tem empenhado o Governo [...] está praticamente toda a gente* – diria Marcelo Caetano⁸⁷. Acusações surgidas de dentro do próprio Regime, que entretanto atravessava uma crise política interna e no seio do qual crescia a definição e o confronto entre duas facções políticas protagonizadas respectivamente por Santos Costa e pelo próprio Marcelo Caetano. Nem uma nem outra facção poupavam críticas ao Governo e ao ministro da Economia, que chegou a solicitar a demissão ao Presidente do Conselho⁸⁸.

Na vertente externa, o Estado Novo experimentava também o desconforto e o embaraço causados pela rejeição da admissão de Portugal na ONU, em Setembro de 1946, na sequência do veto soviético. Oliveira Salazar desvalorizou o acontecimento, afirmando que foi empurrado pelos ingleses e pelos americanos e terá dito com sarcasmo *não há que afligir-nos por isso: os excluídos somos nós, mas os batidos são outros*⁸⁹. Por essa altura, estava já ultrapassada, pelo menos numa primeira fase, a questão, que vinha incomodando o Presidente do Conselho, da devolução das bases militares dos Açores que tinham sido cedidas aos britânicos e aos americanos durante a guerra: a 30 de Maio tinha sido possível concluir o acordo pelo qual ingleses e americanos devolveriam as bases de Santa Maria e das Lajes à administração portuguesa. Entretanto os

americanos conseguiram do Governo português a prorrogação das facilidades de trânsito para aviões ingleses e americanos ao serviço das forças de ocupação na Alemanha e no Japão até 2 de Dezembro de 1947. Por outro lado, a situação política interna agravara-se, perturbada pela revolta da Mealhada (tentativa, falhada, de insurreição militar levada a cabo em 10 de Outubro de 1946).

Em Fevereiro de 1947, o Presidente do Conselho procedeu a modificações no elenco governativo e na chefia da União Nacional, procurando deixar claro que estava ultrapassada a crise política que vinha afectando a posição do Governo. De assinalar, porém, a gestão cuidadosa e complicada que houve que empreender no sentido de concertar interesses divergentes, que se digladiavam de forma cada vez mais desabrida. Nesse sentido, a remodelação governamental de 4 de Fevereiro de 1947 traduzia o equilíbrio necessário entre as duas principais famílias políticas do regime, a ala «conservadora» afecta a Santos Costa e a ala «reformista» conotada com Marcelo Caetano. Quanto à pasta da Economia, foi entregue a Daniel Barbosa, a quem foi cometida a tarefa fundamental de solucionar a candente «questão dos abastecimentos» e o combate à inflação.

Daniel Barbosa excederia em muito a natureza pragmática e conjuntural do desígnio político imediatamente proposto. Embora a sua acção se tenha concretizado de forma mais visível na resolução da questão do abastecimento público, ficando aquém desse grau de concretização noutras áreas, deve assinalar-se a importância de que se revestiu a sua presença na pasta da Economia: colhendo e prolongando heranças, personificando, estruturando e desenvolvendo um pensamento económico de natureza reformadora, que transcendia o enquadramento que tradicionalmente pautava a condução dos negócios económicos. Engenheiro, industrialista convicto (partilhava com Ferreira Dias muitas das suas ideias sobre o rumo e o ritmo que havia de ser imprimido ao processo português de industrialização), portador de ideias e princípios e defensor de práticas e estratégias que se estruturariam no quadro de um pensamento económico que ganharia forma e espessura durante e para além do seu mandato como ministro da Economia, defendendo posições que irão entrar em contradição com a ortodoxia com que eram tratadas as questões económicas e financeiras. Retomaremos a sua biografia mais

adiante, no quadro da sua acção como Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1953 e 1956.

Mudara-se uma página na história do Estado Novo, aparentemente recomposto, uma vez ultrapassada a crise política que se vinha prolongando desde o final da guerra.

Em termos políticos as coisas acabariam por “estabilizar”. A breve trecho, seria possível ultrapassar a fase mais aguda da questão dos abastecimentos que se tornou a grande prioridade para as autoridades portuguesas. Essa tarefa, de natureza eminentemente política, constituiria também a prioridade do novo ministro da Economia, Daniel Barbosa, a quem foram dados os meios julgados necessários para o efeito; na prática, operou-se uma inversão na política de abastecimentos que se traduziu na permissão para utilizar avultados recursos financeiros na importação de muitos bens essenciais. Foi, efectivamente, a política de estabilização da oferta protagonizada por Daniel Barbosa, assente na compra maciça de bens no exterior, que veio resolver os problemas de abastecimento público mais prementes, atenuando a crescente instabilidade social verificada e pondo termo ao cenário de economia de guerra que se arrastava mesmo depois do fim do conflito.

Entretanto, ocorria a fase mais crítica da conjuntura económica internacional do pós-guerra, traduzida numa crise de pagamentos, em boa medida suscitada pela escassez generalizada de dólares; foi esta crise internacional a que se foi juntando o clima de Guerra Fria que, afectando a maior parte dos países europeus, conduziu precisamente ao lançamento do programa americano de auxílio, que passou à história sob a designação de Plano Marshall. O Plano teve a sua origem no discurso pronunciado por George Marshall, secretário de Estado dos EUA, em 5 de Junho de 1947 na Universidade de Harvard. A proposta contida no discurso, de apoiar os países europeus depauperados pela II Guerra Mundial, acabou por só ser aceite pelos países da Europa Ocidental que reconheceram nela a via preferível para a sua “recuperação” económica. Deu-se corpo



Visita de senadores e deputados americanos a Portugal no âmbito do Plano Marshall.

Fonte: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0097/1511V

“Imagem cedida pelo ANTT”.

Autor: não identificado.

à realização de um vasto e complexo programa que, com uma duração prevista de quatro anos, viria a estimular os países participantes a romper o impasse económico em que se encontravam e a auxiliar o processo de reconstrução e de recuperação das suas economias. Simultaneamente, e como consequência de uma condição previamente imposta pelos norte-americanos, os países europeus teriam de aceitar gerir o programa de ajuda, solidariamente entre si e em conjunto com os EUA.

Em Portugal, a política de Barbosa, para além do cumprimento da meta determinada pela conjuntura, de resolução da questão dos abastecimentos, valendo-lhe a notoriedade e o epíteto de “Daniel das Farturas”, prosseguia objectivos de desenvolvimento económico dificilmente conciliáveis com os interesses em presença. Os efeitos contraditórios que provocou no tecido produtivo nacional suscitaram mais adversários e críticos do que adeptos e beneficiários⁹⁰. De pouco lhe valia a popularidade que a política de abastecimentos lhe granjeara e que por diversas vezes foi publicamente manifestada. Na verdade, fora da esfera mais “popular”, o coro de protestos à actuação de Barbosa foi alastrando e subindo progressivamente de tom, tornando a sua posição insustentável. Para além das divergências que o seu pensamento suscitava, a súbita e drástica diminuição das reservas acumuladas durante a guerra, os saldos crescentemente negativos da balança comercial que comprometiam os saldos da balança de pagamentos, deram azo a críticas frequentes em que participavam alguns dos mais reputados nomes ligados à economia do País. O desfecho culminaria com a saída de Barbosa da pasta da Economia e o regresso à via mais “conservadora” na condução dos destinos económicos de Portugal que se prolongaria pelos anos seguintes.

Por razões de ordem interna e por efeitos suscitados pela conjuntura internacional – não esquecendo os efeitos perversos que o próprio programa de recuperação das economias europeias teve na economia portuguesa –, caminhou-se para uma acentuada derrapagem da situação financeira e cambial, não obstante os esforços desenvolvidos pelas autoridades portuguesas no sentido de a controlar e contrariar. O intrincado e extenso cenário de adversidades que suscitou a política de Daniel Barbosa, desafiando interesses, combinando crescentes resistências e críticas, os efeitos da política deflacionista prosseguida, o agravamento das contas

do comércio externo a par com o escoamento das reservas em ouro e divisas, acabaram por conduzir à instalação de uma crise financeira inédita no quadro do Estado Novo e ao abandono do projecto de modernização industrial rápida. Com Castro Fernandes⁹¹, sucessor na pasta da Economia, todo o processo sofreria novos ajustamentos, reflectindo outras prioridades e imprimindo outras velocidades.

Na realidade, o “súbito”, e só em parte inesperado, agravamento da situação financeira do País ditou reajustamentos decisivos de diversa natureza. A crise financeira, não só por si mas também pela resposta que lhe foi dada, teve impactos imediatos. No retorno a uma atitude mais conservadora, fez refrear qualquer ímpeto industrializante que existisse e provocou o reforço da política autárquica conducente à confirmação da lógica da substituição de importações e, claro, precipitou a alteração da posição que o Governo tinha resolvido assumir um ano antes, em relação ao auxílio americano. Atrás desse auxílio e da cooperação económica em que agora por maioria de razão se teve de integrar, viriam muitos mais efeitos.

No seu conjunto a participação de Portugal no Plano Marshall propiciou-lhe uma assistência financeira que rondou os 90 milhões de dólares (mais de dois milhões e meio de contos⁹²), interessando uma parte significativa dos agentes económicos do País, incluindo o próprio Estado. A verba não é significativa, especialmente se comparada com a atribuída a outros países beneficiários. Todavia, foi conjunturalmente importante para a contenção da crise multifacetada que na altura afectava a economia e a sociedade portuguesas, e para debelar o défice da nossa balança de pagamentos. Além disso, contribuiu para o investimento em actividades económicas em parte integradas no programa de industrialização e para o prosseguimento da construção de algumas infra-estruturas, nomeadamente barragens produtoras de energia eléctrica.

Mas, talvez o seu maior efeito positivo não tenha expressão numérica. O envolvimento de Portugal no Plano Marshall constituiu um dos primeiros passos no sentido da sua abertura ao exterior e, mais do que isso, da internacionalização da sua economia, permitindo desenvolver em muitos casos novas formas de encarar a política económica através da política de planeamento posteriormente materializada em sucessivos planos de fomento. O facto de se ver integrado nas novas instituições internacionais

a que o Plano Marshall deu origem (além da OECE, a União Europeia de Pagamentos), trouxe-lhe vantagens de diversa ordem e grandeza. Permitiu deslocar Portugal para a área das grandes discussões internacionais do pós-Guerra, porventura compensando a desilusão provocada pela recusa à entrada de Portugal para a ONU em Setembro de 1946. Propiciou a formação de uma elite técnica, um melhor conhecimento dos meandros da economia internacional e a aprendizagem para lidar com os novos instrumentos do sistema monetário e financeiro internacional desenhado pouco antes do fim da guerra.

De resto, a participação de Portugal no Plano Marshall, e a utilização do auxílio concedido ao País, produziu uma influência transversal na nossa sociedade, atingido âmbitos que estão para lá da esfera meramente económica, afectando a generalidade das instâncias públicas e mais significativas que integravam a realidade política e económica portuguesas, incluindo a própria Ordem dos Engenheiros como adiante se fará referência.

Ao contrário do que se passara no anterior, o mandato deste novo Conselho Directivo iniciou-se sem que tenha ocorrido qualquer tipo de incidente pessoal ou processual. E se o ambiente externo, do pós-guerra, ainda era de grande críspação, os engenheiros, no interior da sua Ordem, conseguiram que a turbulência exterior não afectasse demasiado o seu trabalho.

Claro que os problemas se acumulavam: o desemprego dos engenheiros que se foi tornando mais grave ao longo do período; a industrialização prometida mas que, afinal, não arrancava porque interesses políticos e condicionamentos económicos impediam o cumprimento da lei 2005; a promessa de um regresso à “normalidade”, finalmente viabilizada pelo fim de guerra, que tardava em se concretizar; bem pelo contrário, nalguns casos, os problemas agravavam-se agora já sem a expectativa de que o fim daquela ajudaria a compor as coisas. Até o incremento em termos de internacionalização marcou passo: as dificuldades surgidas, não obstante os contactos existentes através da troca de publicações e das habituais presenças de conferencistas estrangeiros mais ou menos ilustres persistiam teimosamente em se interpor entre o que seria o desejo, da Ordem, de intensificar as relações internacionais e as desconfianças autárquicas que se mantinham; a todos estes constrangimentos somavam-se outros não

menos pesados, nomeadamente, de natureza financeira que impediam a presença de representações de membros da Ordem em acontecimentos estrangeiros importantes como testemunha, a título de exemplo, o desabafo feito ao Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas: *esta Ordem tem muito interesse pelo I.º Congresso Internacional de Engenharia Civil, a realizar-se no México de 30 de Abril a 7 de Maio, próximos, mas não pode fazer-se representar nem ter qualquer participação nele por não ter verba para custear as respectivas despesas*⁹³.

Em boa verdade, o mandato desta Direcção, presidida pelo engenheiro Belard da Fonseca entre 20 de Março de 1947 e 28 de Fevereiro de 1950, ficou assinalado pelas dificuldades financeiras da Ordem e por um acontecimento da maior relevância para a Ordem, para os engenheiros e para o País: a realização do II Congresso Nacional de Engenharia em Junho de 1948.

Corpos gerentes eleitos em Janeiro de 1947

Mesa da Assembleia

Presidente	José Marques Pereira Barata (27-1-1944 a 2-2-1951)
Vice-Presidente	Flávio Augusto Marinho Pais Teófilo de Sousa Leal de Faria (5-3-1948 a 2-2-1951)
Secretários	António de Arantes e Oliveira Jorge Augusto de Martins Carqueja Gonçalves (a partir de 5-3-1948) Edgar de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca
Vice-Presidente	Carlos Pereira da Cruz (25-2-1946 a 5-3-1948) Ricardo Esquível Teixeira Duarte (a partir de 5-3-1948)
Vogal Tesoureiro	Mário Dias Trigo
Vogal Secretário	Carlos Manuel Temudo Barata Domingos Cabral de Melo (a partir de 5-3-1948)

PRESIDENTES DAS SECÇÕES	
Engenharia Civil	Ricardo Esquível Teixeira Duarte Viriato Canas (a partir de 5-3-1948)
Engenharia Electrotécnica	Carlos Gomes da Silva Ribeiro Óscar Saturnino da Cruz Monteiro (a partir de 5-3-1948)
Engenharia Mecânica	Francisco Assis Nazaré de Almeida de Menda António Alves Gomes Leal (a partir de 5-3-1948) Frederico Jorge Oom (a partir de 6-12-1949)
Engenharia de Minas	José Caetano Maziotti Salema Garção
Engenharia Químico-Industrial	Eduardo Madaíl Carlos Cardoso Lapa Salema (a partir de 5-3-1948)
Engenharia Naval	António de Lemos Viana
Comissão Revisora de Contas	
Gastão Benjamim Pinto João de Korth João de Penha Garcia	
Conselho Disciplinar	
PELA SECÇÃO DE	
Engenharia Civil	Henrique Jacinto Ferreira de Carvalho – Presidente Carlos Pereira da Cruz – Presidente (a partir de 17-3-1949) Fernando Galvão Jácome de Castro Eduardo Evangelista do Carvalhal (a partir de 17-3-1949)
Engenharia Electrotécnica	João Alberto Carlos Coelho da Fonseca Joaquim Álvaro da Cunha Ferraz
Engenharia Mecânica	António Figueiredo Gomes Rogério Vargas Moniz
Engenharia de Minas	Fernando de Lima Alves da Silva Manuel Rodrigues Gomes
Engenharia Químico-Industrial	Jacinto Firmino Pereira Santos João Osório da Rocha e Melo
Engenharia Naval	Félix José Hopffer Romero Júlio David Ferreira

Curiosamente, apesar de a transição ter sido pacífica, como já se deixou assinalado, o novo Conselho Directivo foi forçado a reunir-se no próprio dia e logo a seguir ao momento em que tomou posse: *o presidente justificou esta reunião com a necessidade urgente do Conselho tomar conhecimento dos telegramas que alguns membros da Ordem enviaram acerca das acusações que o deputado Botelho Moniz fez na Assembleia Nacional, contra o engenheiro Amaro Vieira, na sessão de 13 do corrente e de uma carta deste engenheiro sobre o incidente [...]*⁹⁴.

O facto é que Botelho Moniz, no período de antes da ordem do dia, da sessão plenária da Assembleia Nacional de 14 de Março de 1947, tinha desferido um violento ataque contra o engenheiro Amaro Vieira, então director dos Serviços Radioeléctricos da Administração-Geral dos Correios Telégrafos e Telefones, a propósito de um alegado ataque às emissoras particulares de onda curta; segundo o deputado, os serviços oficiais ameaçavam, com a cessação da emissão, todos os proprietários que não garantissem capacidade para elevar a sua potência a 10 kW até 1 de Fevereiro de 1948: *como tal elevação é impossível nestas condições, torna-se evidente que se pretende encerrar as emissoras*⁹⁵. E prosseguia, martelando a sua indignação: *[...] estou farto, completamente farto, de protestar contra a tirania burocrática de incompetentes técnicos e de inimigos da situação que, à sombra dela cevam os seus ódios. Acuso de incompetência técnica o engenheiro Amaro Vieira, director dos serviços [...] que determinou tal absurdo. Sem poupar palavras, entusiasmado pelos “apoiados” e “muito bem” que ia ouvindo, Botelho Moniz continuava num tom cada vez mais agressivo: [...] Como se exige a pobres estações particulares aquilo que o Estado não consegue? [...] Em vez de ukases imperiais, ditados pelo ódio e espírito de perseguição, deveria existir, por parte daqueles serviços a noção verdadeira de que os burocratas são servidores e não patrões dos contribuintes [...]. Apelo ao ministro das Comunicações, que não foi visto nem achado neste problema [...] que mande inquirir o que se tem passado e está passando na Direcção dos Serviços Radioeléctricos da Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones, quer sob o aspecto da veracidade de informações oficialmente produzidas [...], quer quanto ao espírito de colaboração com o público, quer no que toca à proficiência técnica no desempenho das funções [...].*

Desde medições de comprimentos de onda realizadas a martelo, até negociações internacionais, para fixação de frequências, conduzidas com desconhecimento completo dos problemas... e dos interessados – tudo ali anda fora dos eixos. Dentro de tais serviços mantém-se próspero e impera o micróbio da animosidade mesquinha contra os percursores da rádio, que não gastam dinheiro ao Estado, e do ódio político contra emissoras que, nas horas graves, têm sabido desempenhar a sua missão patriótica e social⁹⁶.

Depois de tomar conhecimento das circunstâncias e dos factos, o CD entendeu *limitar a sua acção* a solicitar ao ministro das Comunicações a realização do inquérito pedido pelo deputado Botelho Moniz *de modo a esclarecer-se, quanto antes, a situação criada ao Eng. Amaro Vieira*, dando conhecimento dessa resolução ao Presidente da Assembleia Nacional⁹⁷.

Sob o signo das dificuldades financeiras internas, a Direcção da OE tentava manter a actividade ao nível da regularidade possível, embora os reflexos dessas carências se fizessem sentir em todos os sectores, condicionando toda a acção da instituição.

A situação financeira da Ordem era, como se sabia, muito precária. Perante a gravidade da situação o novo CD propõe o mesmo expediente sugerido no mandato anterior, assumindo um tom porventura mais activo e determinante, deixando bem claro que, caso não fosse possível alterar os quantitativos das cotas só haveria que tomar a solução: suspender a publicação da *Revista* que conseguiu manter alguma regularidade em termos de publicação sobretudo graças à diminuição de páginas⁹⁸.

Desta vez, a Assembleia Geral foi mais sensível aos argumentos da Direcção e aprovou os aumentos propostos, o que permitiu algum desafogo, embora muito modesto⁹⁹.

No quadro das actividades culturais, que este CD desde a primeira hora se empenhou em dinamizar, deve ser salientado o esforço feito quer em termos de conferências¹⁰⁰ quer no que se refere à organização de programas de visitas de estudo que, era sempre afirmado, não só proporcionava novos conhecimentos e mostravam aos engenheiros uma parte significativa da indústria que então se fazia no País, como cimentava relações de convívio e camaradagem. Assim, *em 1947, foi possível realizar*



Vista parcial do Porto de Lisboa.

Fonte: PT/TT/SNI/ARQF/DO-014-
-005B/73141. "Imagem cedida pelo ANTT".
Autor: A. Santos de Almeida.

*um programa de visitas de estudo, o que há anos se não fazia*¹⁰¹. De entre essas destacam-se as seguintes: às fábricas da Companhia União Fabril, no Barreiro; às oficinas da Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses, no Barreiro; à fábrica de cimento SECIL, no Outão; às obras do porto de Lisboa; à fábrica de lâmpadas eléctricas da Philips Portuguesa, em Lisboa; às instalações da SACOR, em Cabo Ruivo; às barragens de Vale do Gaio e Pego do Altar, no Vale do Sado. Os programas dos anos de 49 e 50 foram bem mais modestos, mas mesmo assim ainda se realizaram visitas aos Estaleiros Navais da AGPL, ao Arsenal do Alfeite e à fábrica da Standard Eléctrica (1948); à fábrica de fibrocimento da Cimianto, em Alhandra e às obras de construção da barragem de Castelo de Bode¹⁰². Globalmente os resultados eram bastante positivos, reflectindo de alguma forma o clima de descompressão do pós-guerra, sobretudo na intensificação do ritmo do programa de conferências contando com a participação de um significativo número de conferencistas estrangeiros¹⁰³.

Questão que nenhuma Direcção podia descurar, até porque se tratava de uma competência que lhe era expressamente cometida pelo Estatuto, era o que tem vindo a ser designada por assegurar os interesses dos membros da Ordem.

Neste período de transição e crise, mas de alguma expectativa em relação ao futuro dos portugueses, e em particular dos engenheiros, fruto da aprovação das duas leis, 2002 e 2005 – que aparentemente criavam no País, como um todo, as condições para a modernização das suas estruturas produtivas e, conseqüentemente preparavam o arranque para o desenvolvimento urbano e industrial. É sabido que, por razões estruturais e outras de conjuntura interna e externa, essas expectativas tardavam em concretizar-se: que a economia portuguesa mesmo acabada a guerra vivia momentos de crise e que o desemprego teimava em crescer.

Foi neste contexto que aquela protecção dos interesses dos membros da Ordem foi mudando acentuadamente de sentido. A grande preocupação, por estes anos finais da década de 40, era a de conseguir encontrar emprego para os engenheiros portugueses, quer os que vinham sendo desmobilizados das forças armadas quer das centenas que anualmente, com o seu diploma de licenciatura, se apresentavam no mercado de trabalho. De certa forma, a Ordem, compreendendo a gravidade da situação, empenhava-se na tentativa de colocação desses seus associados¹⁰⁴. A situação do desemprego dos engenheiros atingiria, especialmente em 1949, um limiar crítico que levou a Direcção da Ordem a adoptar medidas extremas junto de várias instâncias do governo embora de pequeno impacto e de resultados práticos pouco visíveis¹⁰⁵.

A outro nível, menos angustiante que este surpreendente surto de desemprego, que teria apanhado o País e a Ordem desprevenidos, o CD manteve-se empenhado em diversas frentes, designadamente: na defesa do título de engenheiro, no alargamento da jurisdição da Ordem às colónias, nas questões relativas a honorários, na elaboração de contratos-tipo, no apoio jurídico aos membros que recorriam à Ordem solicitando-lhe que se constituísse como parte assistente em processos em que estavam envolvidos, na organização dos serviços técnicos das autarquias, na inscrição dos engenheiros nas câmaras municipais, no desenvolvimento da regulamentação do exercício da profissão¹⁰⁶ – em preparação desde 1936... e cujas bases acabariam por ser apresentado no Congresso do Porto¹⁰⁷.

Mas a questão do *regulamento do exercício da profissão* ainda não seria resolvida neste mandato. A verdade é que o *Código Deontológico*,

uma pedra angular do Regulamento do Exercício da Profissão, só seria aprovado na Assembleia Geral de 12 de Dezembro de 1972.¹⁰⁸

Um outro assunto que também vinha passando de direcção para direcção era o da criação da Caixa de Previdência dos engenheiros. A razão dos sucessivos adiamentos tinha a ver com o pequeno interesse que a generalidade dos membros da Ordem desde sempre tinha manifestado em relação a este sistema autónomo de previdência. Finalmente, em 1948, conseguiram reunir-se as condições para levar por diante o projecto e foi formalmente criada a *Caixa de Previdência dos Engenheiros*¹⁰⁹.

Uma referência também à questão da jurisdição da OE nas colónias. O art.º 48.º do Estatuto previa-o expressamente: *Por diploma especial será determinada a extensão da jurisdição da Ordem dos Engenheiros às colónias*. Todos estes anos passados, essa prometida extensão ainda não tivera concretização, apesar dos esforços feitos por todos os conselhos directivos desde a fundação. Nas colónias de maior dimensão, como Angola e Moçambique, já existiam núcleos de engenheiros que justificavam a abertura de novas delegações, em particular no caso de Moçambique, onde um conjunto de engenheiros solicitava a criação de uma delegação na colónia que não foi atendido¹¹⁰.

Congresso a norte

A Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros como que renasceu durante este mandato, muito por virtude do esforço organizativo de que resultou a realização do II Congresso Nacional de Engenharia que, após vicissitudes várias, acabou por se realizar na cidade do Porto em Junho de 1948. Apesar da modéstia dos programas de conferências e visitas de estudo¹¹¹, foi intensa a sua actividade, permitindo esquecer por alguns momentos agruras e problemas até então sem solução, mantendo-se embora as usuais dificuldades financeiras, que apesar de tudo permitiram adquirir alguns equipamentos¹¹².

O grande momento foi então a realização do II Congresso Nacional de Engenharia reunido no Porto, nas instalações da Faculdade de Engenharia, entre 14 e 19 de Junho de 1948. Previamente, tinha ocorrido em

Lisboa, a 28 de Maio, uma sessão solene de abertura, no salão nobre do Instituto Superior Técnico, no decurso da qual o Presidente da República, Marechal Óscar Carmona, agraciou a Ordem dos Engenheiros com a Comenda da Ordem Militar de S. Tiago da Espada. O Congresso teve verdadeiramente início na noite do dia 14, com uma conferência inaugural proferida pelo engenheiro Ezequiel de Campos, patriarca dos engenheiros portugueses, no salão nobre da Faculdade de Engenharia, sob o tema “A colaboração da engenharia na solução dos problemas primários de carácter técnico-económico”¹¹³.

Realizado três lustros e meio após o primeiro, este II Congresso é também o reflexo do pós-guerra tal como estava a ser vivido em Portugal: um País de contradições, espartilhado entre o mais extremo conservadorismo e o desenvolvimento industrial, *como necessidade da Nação que é forçoso satisfazer em nome do legítimo direito de viver*¹¹⁴.

Reunindo cerca de meio milhar de congressistas, foi possível discutir, em sete classes separadas, previamente organizadas, 79 comunicações e teses envolvendo 67 participantes.

Diferentemente do primeiro, ainda organizado pela AECP, onde os engenheiros, preocupados em ganhar o seu próprio espaço como grupo social emergente, discutiram, naturalmente, questões técnicas e relacionadas com a sua profissão mas, sobretudo, interessaram-se pela vida económica nacional fazendo propostas e assumindo no contexto nacional uma posição fortemente industrialista, este II Congresso¹¹⁵, conquistadas posições e assegurado o reconhecimento da sua importância social, foi um conclave acentuadamente virado para dentro, que sublinhou a vertente técnica do evento e se preocupou, acima de tudo, com dois temas maiores:

- › Primeiro, aquele cuja discussão se polarizou nas classes de engenharia civil e de electricidade, ou seja, no essencial em tudo o que dizia respeito à hidroelectricidade e à concretização do programa de electrificação do País inscrito na lei 2002¹¹⁶.
- › Segundo, o que, de certa forma atravessava transversalmente todo o Congresso, reportava-se à dignificação e regulamentação da profissão de engenheiro, aos aspectos da orientação do ensino da engenharia e ao relacionamento com outras especialidades profissionais, designadamente, com a arquitectura e a economia¹¹⁷.



Para além das sessões de trabalho, a Comissão Executiva, o secretário-geral do Congresso, engenheiro Armando de Araújo Martins Campos e Matos, e a Comissão de Excursões e Festas, organizaram um programa de visitas e de eventos sociais que culminou com um concerto que contou com a participação, entre outros nomes consagrados, da grande violoncelista Guilhermina Suggia.

Com a presença de vários membros do governo, e de outros dirigentes nacionais e locais, a sessão de encerramento do II Congresso Nacional de Engenharia, presidida pelo ministro das Obras Públicas, engenheiro José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, teve lugar no final da tarde de 19 de Junho, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto¹¹⁸.

José Frederico Ulrich, ministro das Obras Públicas, agradece as felicitações que os engenheiros dos Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações lhe dirigiram pelo êxito das suas iniciativas: Exposição de Obras Públicas e Congresso de Engenharia e Arquitectura.

Fonte: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0099/1042X
"Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado.

"Segundo Congresso Nacional de Engenharia (Porto, Junho de 1948). Votos do Congresso", in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VII, n.º 69, Setembro de 1949, pp. 483-499.

Votos Finais

1. O 2.º Congresso Nacional de Engenharia, reunido no Porto, considerando a grande afluência à Faculdade de Engenharia, e a necessidade de facilitar à juventude académica o ingresso em outras carreiras, chama a atenção do



© PAULO NETO

Ricardo Esquível Teixeira Duarte (1886-1959).

Engenheiro civil, licenciado pelo Instituto Superior Técnico. Em 1921 fundou uma empresa de fundações e sondagens que tinha o seu nome. Foi vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e presidiu à Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros. Foi procurador à Câmara Corporativa na IV e V legislaturas primeiro como representante das empresas de construção civil, entre 1945 e 1949 e, em seguida, representando a OE. Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1950 e 1952.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Governo para a necessidade de ser completada a Universidade do Porto com as Faculdades de Letras, de Direito e de Ciências Económicas.

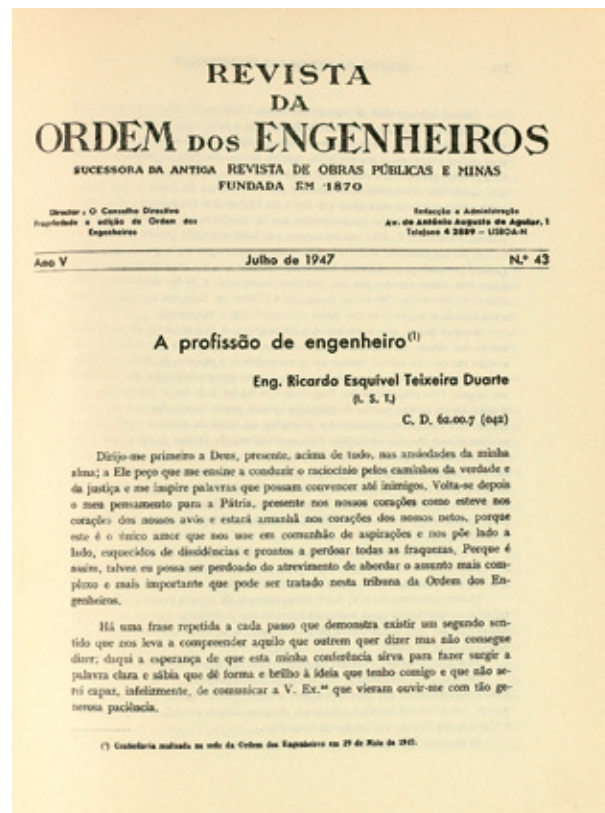
2. *O Congresso de Engenharia emite voto para que se estude desde já o aproveitamento, no País, da energia do vento, isto é, o aproveitamento da hulha azul, como valorização da economia nacional. Essa energia pode ser lançada na rede eléctrica, contribuindo para aliviar as centrais térmicas e hidráulicas.*
3. *O 2.º Congresso Nacional de Engenharia, ao aprovar as bases para a regulamentação da profissão do engenheiro, emite o voto de que o Conselho Directivo da Ordem deverá promover junto do Governo as diligências necessárias para que igualmente se proceda à regulamentação das profissões de outras classes que são afins à engenharia, definindo tanto quanto possível os trabalhos que devem ser realizados de colaboração.*
4. *O 2.º Congresso Nacional de Engenharia emite voto para que, na elaboração do Regulamento da Profissão de Engenheiro, o Conselho Directivo da Ordem considere a posição dos directores-técnicos da empresa, engenheiros, quando sócios (e o capital prefere em geral que sejam sócios para que se liguem mais à vida da empresa, dado que os sócios capitalistas poderão sempre em assembleia geral da empresa alterar as condições de remuneração do seu sócio director-técnico, fazendo pesar os seus capitais na contagem dos votos), de forma a garantir-lhes a posição.*
5. *O Congresso emite o voto da criação da cadeira de Urbanização (ou Urbanologia) no Instituto Superior Técnico à semelhança do curso facultativo existente na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.*
6. *O 2.º Congresso Nacional de Engenharia emite voto para que os Poderes Públicos intensifiquem e apressem a resolução do problema da habitação, concedendo ainda maiores facilidades de ordem financeira do que as já concedidas.*
7. *A assembleia, informada pelo Eng.º João Roma de que está concluído desde Agosto de 1947 o projecto de Regulamento de Instalações Eléctricas em Estabelecimentos Industriais, elaborado pela comissão eleita em reunião da secção de Engenharia Eléctrica da Ordem dos Engenheiros, regulamento cuja necessidade é pela assembleia reconhecida, emite o voto de a Ordem dos Engenheiros dar imediato andamento ao assunto, como demonstração da colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e justificação da necessidade da respectiva classe.*
8. *Dado o interesse manifestado pelos engenheiros quanto às questões económicas tratadas no 2.º Congresso Nacional de Engenharia, o Congresso emite voto para a criação, na Ordem dos Engenheiros, de uma subsecção de Economia, com representação na Delegação do Porto.*

Por que estão eles insatisfeitos?

A Assembleia Geral ordinária reunida a 27 de Janeiro de 1950 elegeu como presidente do CD, para o biénio seguinte, o engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte.

Teixeira Duarte era um engenheiro com convicções técnicas, políticas e sociais. Em trabalhos que publicou em 1947 e 1949 na *Revista da Ordem* essas convicções surgem com clareza meridiana. Estrénuo defensor da OE, mostrava um discreto distanciamento profissional, de uma eventual excessiva integração na disciplina da organização corporativa, conforme de resto deixa explícito no texto “A profissão de engenheiro” que publicou na *Revista da Ordem*¹¹⁹. Reflexão em que, num registo de eloquência, surge nitidamente o seu conceito de engenheiro, por onde perpassa uma concepção instintiva e “megalómana” de um certo irracionalismo, na qual se inscreve o mito do super-homem e onde a razão não é necessariamente o fundamento do conhecimento. Atente-se nestas expressões com que reforça os seus argumentos: *Assim a engenharia é, na sua origem, a faculdade de satisfazer a necessidade instintiva e insaciável do mais fácil e mais rápido, a faculdade de utilizar por mil formas diversas as forças da natureza e de criar novas combinações ou novos aspectos da matéria para nosso serviço e prazer. Temos, pois, que devem concorrer no engenheiro: o conhecimento das condições de trabalho físico do homem; um engenho natural bem desenvolvido; a ciência necessária no campo da actividade que escolher; e a técnica apurada das realizações que essa actividade tem por fim*¹²⁰.

Mais adiante, define o engenheiro como homem de acção, como construtor, alguém que concebe e comanda a realização física de coisas úteis mas, sobretudo, em fusão perfeita com a Ordem: *procuremos a definição clara e insofismável de Engenharia – da alta engenharia de que se orgulham os povos de todas as nações civilizadas [...] e entreguemos à Ordem*



Palestra proferida pelo novo Presidente do Conselho Directivo na Ordem dos Engenheiros.

Fonte: “A profissão de engenheiro”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano V, n.º 43, Julho, 1947, pp. 309-323.

*dos Engenheiros a guarda do prestígio e honra dessa profissão*¹²¹. Pois, acrescentava: *Falta dizer que ter um curso de engenheiro não implica sê-lo de facto; engenheiro é quem exerce a profissão. Muitos diplomados com o curso de engenheiro são lavradores ou burocratas, ou fazem apenas vida de cientistas nos gabinetes ou nos laboratórios. O próprio engenheiro que exerce efectivamente a sua profissão nas duas modalidades que a caracterizam – a concepção e o comando da realização – necessita de estudar e investigar constantemente. E quando faz isto não faz propriamente engenharia – prepara-se para a fazer*¹²².

Foi este homem, “visionário”, mas simultaneamente engenheiro civil, especialista em sondagens e fundações, que, detentor deste conjunto de ideias, assumiu em Fevereiro de 1950 a direcção da Ordem dos Engenheiros.

Composição dos corpos directivos eleitos em Janeiro de 1950

Mesa da Assembleia

Presidente	José Marques Pereira Barata Henrique Gomes da Silva (a partir de 2-2-1951)
Vice-Presidente	Teófilo de Sousa Leal de Faria António Eduardo Botelho de Morais Sarmiento (a partir de 2-2-1951)
Secretário	Jorge Augusto de Martins Carqueja Gonçalves
Secretário	Edgar de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	Ricardo Esquível Teixeira Duarte
Vice-Presidente	Viriato Canas (a partir de 2-5-1950)
Vogal Tesoureiro	Manuel Alves Bastos Botelho da Costa
Vogal Secretário	Domingos Cabral de Melo António Alfredo Sanches de Castro da Costa Macedo (a partir de 3-4-1951)

PRESIDENTES DAS SECÇÕES

Engenharia Civil	Viriato Canas Eduardo de Arantes e Oliveira (a partir de 4-7-1950)
Engenharia Electrotécnica	Óscar Saturnino da Cruz Monteiro

Engenharia Mecânica	Joaquim Camilo Fernandes Álvares (a partir de 3-4-1951) António Alves Gomes Leal Frederico Jorge Oom (a partir de 6-12-1949)
Engenharia de Minas	José Caetano Maziotti Salema Garção
Engenharia Químico-Industrial	Carlos Cardoso Lapa Salema
Engenharia Naval	António de Lemos Viana

Comissão Revisora de Contas

Gastão Benjamim Pinto · João de Korth · João de Penha Garcia · Cassiano Maria de Oliveira (a partir de 14-2-1951) · Daniel Emílio da Silva Carvalho (a partir de 14-2-1951) · Eduardo Madaíl (a partir de 14-2-1951)

Conselho Disciplinar

PELA SECÇÃO DE

Engenharia Civil	Carlos Pereira da Cruz – Presidente (a partir de 17-3-1949) Raul da Costa Couvreur (a partir de 15-2-1952) Eduardo Evangelista do Carvalhal
Engenharia Electrotécnica	João Alberto Carlos Coelho da Fonseca António Temudo de Castro (a partir de 5-7-1951) Joaquim Álvaro da Cunha Ferraz Vasco Barreto de Carvalho (a partir de 15-2-1952)
Engenharia Mecânica	António Figueiredo Gomes Mário José de Abreu de Silva (a partir de 15-2-1952) Rogério Vargas Moniz Vasco de Magalhães Gomes Viana (a partir de 5-7-1951)
Engenharia de Minas	Fernando de Lima Alves da Silva Manuel Rodrigues Gomes Eduardo Alexandre Barbosa Braga (a partir 15-2-1952)
Engenharia Químico-Industrial	Jacinto Firmino Pereira Santos Fernando Maria de Oliveira Bandeira de Melo (a partir de 15-2-1952)

Engenharia Naval	João Osório da Rocha e Melo
	Pedro Vass Álvares Pereira da Cunha Belém (a partir de 15-2-1952)
	Félix José Hopffer Romero – Secretário
	Raul Soares da Costa (a partir de 15-2-1952)
	Júlio Ferreira David
	Acúrcio Campos de Araújo (a partir de 14-3-1952)

Permaneciam, entretanto, os impasses na economia portuguesa. Os avanços no sentido da criação de novas indústrias, da reorganização das existentes, da concentração urbana e industrial que se tinham anunciado nos finais da guerra haviam-se esfumado no quadro de um jogo de grandes interesses nem sempre muito claros. E, se bem que o arranque para o desenvolvimento económico se tenha começado a notar na segunda metade dos anos 40¹²³, nasceu com demasiada lentidão. Uma parte significativa da historiografia contemporânea considera mesmo que a concepção corporativa de organização do Estado actuava mais como travão do que incentivo a uma iniciativa privada que, fora algumas conjunturas especialmente favoráveis, nunca ao longo da história se tinha mostrado particularmente empreendedora. Tudo isto ia criando desajustamentos e carências, designadamente nos mercados da produção e do emprego.

Daí que o grande problema com que esta nova direcção se teve de debater, praticamente desde a primeira hora, tenha sido o do desemprego dos engenheiros; para além do aparecimento à luz do dia, pela primeira vez, de alguns sintomas de divisão na aparente unanimidade entre engenheiros, consolidada quando da realização do II Congresso.

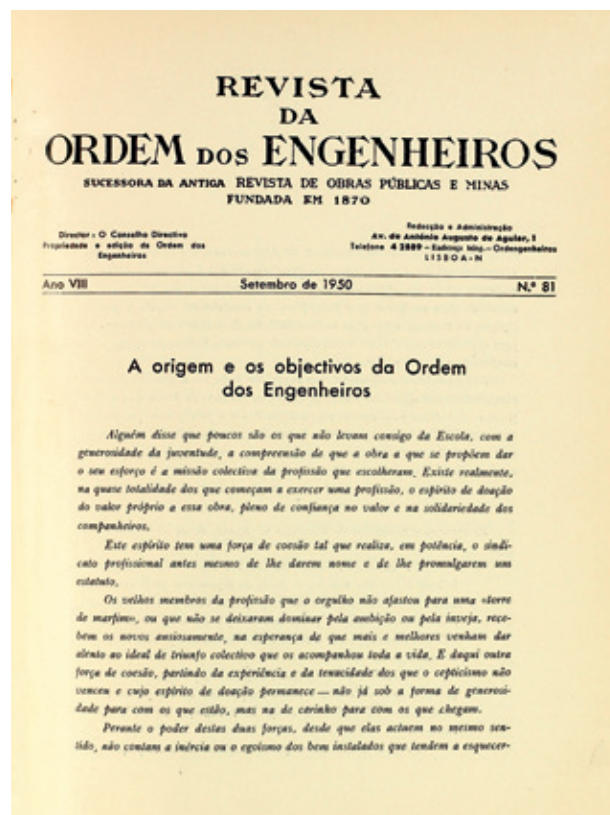
Numa apreciação geral, deve assinalar-se que a Direcção presidida por Teixeira Duarte, pelo menos nos primeiros dois terços do seu mandato, conseguiu imprimir uma boa dose de dinamismo à sua actuação tendo por base a capacidade de iniciativa das secções, destacando-se em todas as circunstâncias a da Engenharia Civil¹²⁴. Foi nesse quadro que a comissão de urbanismo entrou em franca actividade preocupando-se em assegurar a sua participação nos assuntos nacionais e a par dos grandes acontecimentos internacionais em que procurou garantir a sua presença, nomeadamente no Congresso Internacional de Urbanismo e Habitação¹²⁵, bem como nalguns

organismos internacionais em que promoveu a inscrição da Ordem dos Engenheiros – por exemplo a *Fédération Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme*¹²⁶. Em 1952 foi a vez da comissão de Mecânica dos Solos também estar bastante activa precisamente com a organização do primeiro ciclo de lições de um curso de Mecânica dos Solos¹²⁷.

Entretanto, o velho desejo da Ordem de estender a sua jurisdição aos territórios coloniais não se concretizava. Não era apenas a *dignidade* e a *honorabilidade* da Ordem que estavam em jogo; o problema principal residia no facto de se acentuar o desemprego dos engenheiros, e de as colónias serem um mercado naturalmente em expansão. Nesse sentido, na sua reunião de 18 de Abril, o CD aprovou a minuta do texto, escrito por Teixeira Duarte, de uma exposição, mais uma, a enviar ao ministro das Colónias, acerca da colocação de engenheiros no Império Colonial¹²⁸. Dias depois o ministro informava o CD de que *as numerosas vagas existentes nos quadros têm estado a ser preenchidas [...]*, de acordo com instruções que contemplavam as propostas da Ordem¹²⁹.

Tornava-se cada vez mais evidente que a questão do alargamento da jurisdição da Ordem às colónias e outros aspectos que o tempo tornara obsoletos passavam por uma alteração do Estatuto; nesse sentido, em 1951 foi aprovado na sessão do Conselho Directivo de 4 de Dezembro dar seguimento às sugestões apresentadas pelo respectivo presidente na sessão de 13 de Março, ficando este encarregado do estudo das alterações a propor ao documento fundador, servindo-se da colaboração do vice-presidente, do vogal-secretário e do presidente da direcção da Delegação do Porto¹³⁰.

Ao contrário do que ocorrera em outras ocasiões, esta Direcção resolveu celebrar o aniversário da constituição da Ordem. Discretamente, num artigo inserto na *Revista*, assinalava-se a próxima passagem do seu 14.º aniversário¹³¹. Ali se fazia o elogio da Ordem, se historiava sinteticamente o seu percurso e se lamentava que continuassem a ser tão poucos os que



Artigo publicado por ocasião do 14.º aniversário da Ordem.

Fonte: "A Origem e os objectivos da Ordem dos Engenheiros", in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VIII, n.º 81, Setembro de 1950, pp. 399-403.

contribuíam para o seu engrandecimento e reconhecimento público: *A respeitabilidade do organismo e a sua força estão em viver de sacrifícios individuais para obter apenas benefícios e glória para a comunidade. A Ordem dos Engenheiros pouco será se for esquecido este ideal de dignidade e de valor colectivos que constitui a sua alma e a sua razão de ser*¹³².

Da mesma forma, lamentava-se o facto de, apesar de à OE ter sido reservada a função de *centro impulsionador dos estudos e dos progressos da engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional dos seus membros*, a sua acção se limitar a dar parecer sobre as matérias acerca das quais era consultada *pelos organismos corporativos de grau superior (as corporações) e pelo Estado*¹³³. O que, em termos práticos, significava que *sempre que os poderes públicos se esquecessem de ouvir o seu parecer, ou deixassem de lhe dar a devida consideração, a acção da Ordem perdia-se no desconhecido*¹³⁴.

E, a terminar, uma exortação e uma advertência: *Se aos engenheiros compete não esquecer o ideal que os levou a desejar a criação da Ordem dos Engenheiros, aos poderes públicos compete ter presentes as razões que levaram o Governo a confiar aos engenheiros a missão de orientarem a formação e a actividade da engenharia portuguesa*¹³⁵.

A actividade da Ordem continuava refém dos dois já velhos condicionalismos: a falta de espírito associativo dos engenheiros e o défice de participação dos associados e as, cada vez mais constrangedoras, dificuldades financeiras¹³⁶. A partir desta realidade, todas as iniciativas da Ordem estavam a ficar, a cada dia que passava, mais fortemente condicionadas, contendo despesas de representação, publicações, visitas, sessões de estudo, convites a individualidades estrangeiras; tudo o que seria a actividade social e cultural da Ordem, compreendendo a publicação da revista, se tornara inacessível ao Conselho Directivo¹³⁷.

Financeiramente a Ordem estava de facto exausta; a ajuizar pelos testemunhos, só um golpe de asa e *uma fé inquebrantável no futuro* a conseguia fazer prosseguir com dignidade. Apesar de tudo, o CD entendia que não devia renovar o pedido, já em tempos feito à Assembleia Geral, para que fosse autorizado o aumento de algumas cotas, designadamente as daqueles engenheiros que em princípio poderiam suportar

esse aumento, sem grande sacrifício. Mais, o Conselho, disposto a tentar solucionar o gravíssimo problema por outras vias, recusava-se a adoptar como solução deixar de fazer a distribuição gratuita da *Revista*, o que equivaleria a um aumento de cota e, ainda menos, à recorrer à sua supressão temporária¹³⁸.

Não é de estranhar que tudo isso se repercutisse na actividade cultural da Ordem que se manteve muito reduzida. Em 1950 apenas se concretizou uma visita de estudo¹³⁹ e só se realizaram três conferências de estrangeiros¹⁴⁰. Foram poucas, também, as sessões de estudo levadas a cabo pelas secções¹⁴¹.

Em 1951 os problemas financeiros avolumaram-se¹⁴². A situação tornou-se tão precária que o CD tomou a iniciativa de promover um *largo inquérito* esperando que dos engenheiros membros da Ordem surgisse a solução redentora¹⁴³. Mas as medidas tomadas, meros paliativos que apenas adiavam o que há muito se anunciava, falharam... havendo que recorrer ao que mais se procurava evitar: a *Revista da Ordem dos Engenheiros* foi suspensa após a publicação do número referente a Dezembro de 1951¹⁴⁴, procurando superar o vazio com o lançamento de um *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, de natureza essencialmente informativa¹⁴⁵. O CD, através de uma Comissão das Publicações, fixou então uma nova política em relação às publicações da Ordem definindo *duas espécies de publicações: uma destinada ao noticiário associativo; outra destinada à publicação de originais interessando a actividade cultural. A distribuição das publicações será feita a todos os membros, e será gratuita durante um período experimental, que decidirá sobre a necessidade de revisão do aspecto financeiro*¹⁴⁶. A este tipo de publicações juntar-se-ia uma outra de tipo “*Memórias*” reunindo trabalhos de todas as especialidades.

Foi então publicado o n.º 1 do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, cujo editorial, intitulado “A abrir”, assinado pelo Conselho Directivo,



Primeiro número do renovado Boletim da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Vol. 1, n.º 1, Janeiro 1952.

explicitava a nova política editorial¹⁴⁷. Por sua vez, os restantes aspectos da vida cultural da Ordem mantiveram níveis muito baixos de actividade¹⁴⁸.

Como vinha sendo habitual, uma das questões mais controvertidas continuava a referir-se aos regulamentos do exercício da profissão de engenheiro. Este mandato não constituiu excepção. Repare-se que 14 anos após a constituição da Ordem ainda não se tinha chegado a conclusões satisfatórias para a classe: de comissão em comissão, todas com o mandato expresso de encontrar uma solução, de fazer uma síntese, o desfecho do problema ia sendo sucessivamente adiado. Em 1950, falava-se, uma vez mais, *na velha aspiração dos engenheiros e do voto do 2.º Congresso sobre [...], o estudo da regulamentação do exercício da profissão* e justificava-se o atraso com argumentos do tipo: *esse, estudo complexo e melindroso foi confiado às Secções*¹⁴⁹. Mas, os engenheiros, integrados nas suas secções, não conseguiam entender-se sobre este tema que todos pensavam ser da máxima importância para a classe, chegando-se à situação extrema de a secção de Engenharia Civil ter apresentado *um verdadeiro contra-projecto*¹⁵⁰, a que acrescia o facto de alguns dos outros pareceres conterem *matéria muito dispar*¹⁵¹. No ano seguinte foi nomeada nova comissão *de representantes das diferentes Secções, incluindo um representante da Direcção da Delegação do Porto*¹⁵². A saga prosseguiu, inconsequente¹⁵³, só tendo resultados na vigência do Conselho Directivo seguinte, já presidido pelo engenheiro Raul da Costa Couvreur.

Tema que também ia fazendo lentamente o seu percurso era o da Caixa de Previdência dos Engenheiros. Recordemos que, depois de longos e atribulados preparativos, o projecto tinha sido suspenso por falta de adesão dos próprios engenheiros. A suspensão levantava, no entanto, o problema da necessidade de manter o sistema de assistência a alguns engenheiros mais carenciados ou às suas famílias, o que já tinha sido resolvido com a passagem da administração do Fundo de Beneficência para a sua Comissão Organizadora: o Conselho confirmava o acerto desta medida e esperava que a dita comissão organizadora produzisse rapidamente o regulamento necessário para pôr em funcionamento a Caixa¹⁵⁴.

Para além da grande questão que começa a tornar-se obsessiva no final do mandato de Teixeira Duarte – o desemprego dos engenheiros e o sempre presente problema dos engenheiros estrangeiros – há que referir o agravamento das dificuldades financeiras, a situação da Delegação do Porto e o tema, quase marginal, das representações da OE.

Quanto à primeira, dificuldades financeiras, a situação era de tal forma que não restava à Direcção outra alternativa que não fosse um novo aumento de cotas, inalteradas havia quatro anos¹⁵⁵. O Conselho apresentou um novo plano de quotizações que obedecia a dois princípios fundamentais: o primeiro, consagrando uma espécie de discriminação positiva entre os membros da Ordem residentes nos distritos da Sede e Delegações e os que residiam fora dessas áreas; o segundo, postulando uma contribuição mais baixa para aqueles que estavam a iniciar a sua vida profissional.

Foi longa e agitada a Assembleia Geral que acabou por aprovar o aumento de quotas proposta pelo Conselho Directivo.

No que se refere ao Porto, começavam a notar-se algumas movimentações relativamente à revisão dos estatutos de que tanto se havia de falar na Assembleia Geral ordinária de 1952.

Mas, um dos temas mais importantes que continuava a concentrar as atenções da Delegação do Porto era o da construção da nova sede, para a qual continuava a não se conseguir encontrar o financiamento necessário¹⁵⁶.

As actividades culturais da Delegação resumiam-se às habituais visitas de estudo – às obras da Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, em conjunto com os colegas do Sul; a várias obras em curso, nesta cidade, como: mercado de Matosinhos, mercado do Bom Sucesso, Pavilhão dos Desportos e às instalações da Empresa Carbonífera do Douro – e à organização de algumas conferências, todas na Faculdade de Engenharia, sendo o tema dominante o das barragens e da produção e transporte de electricidade¹⁵⁷.

Entretanto, o ano de 1952 abria com uma inesperada crise directiva que se arrastaria até à tomada de posse da nova equipa dirigente em Julho desse ano.

Na reunião do CD de 15 de Janeiro, o vice-presidente leu uma carta que lhe tinha sido enviada pelo presidente, engenheiro Teixeira Duarte,

onde este lhe comunicava *encontrar-se perante a impossibilidade de continuar a desempenhar as suas funções para que tinha sido eleito em Janeiro de 1950 e pedindo-lhe que transmitisse esta comunicação ao Conselho [...]*¹⁵⁸. A notícia lançou a maior perplexidade nos presentes que, logo ali, solicitaram ao vice-presidente que envidasse todos os esforços no sentido de demover o engenheiro Teixeira Duarte dessa sua tão drástica decisão.

As diligências foram feitas, mas sem sucesso. Na reunião seguinte o engenheiro Viriato Canas informou que apesar de todos os seus esforços não tinha conseguido que Teixeira Duarte mudasse de posição¹⁵⁹.

A Assembleia Geral prolongou-se por várias sessões e só em 19 de Fevereiro o CD foi informado, por ofício do Presidente da Mesa, que tinham sido eleitos para o Conselho Disciplinar os membros propostos pelo Conselho Directivo¹⁶⁰. Estavam criadas as condições para se poder tratar da demissão do engenheiro Teixeira Duarte e, dessa forma, regularizar a estrutura directiva da Ordem¹⁶¹.

Entretanto, numa Assembleia Geral extraordinária, realizada a 4 de Junho de 1952, perante as duas candidaturas apresentadas, dos engenheiros Francisco Pinto da Cunha Leal e Raul da Costa Couvreur, foi eleito Presidente do Conselho Directivo, o candidato do Conselho Directivo, Costa Couvreur¹⁶².

Vale a pena detalhar, não esta, mas a Assembleia Geral ordinária realizada a 30 de Janeiro, que, apesar de ter sido convocada para tratar dos habituais assuntos de rotina, acabou por se transformar num grande acontecimento da Ordem: quer pela sua extensão, uma vez que se prolongou por seis sessões que se arrastaram até 4 de Março, quer pelo número de presenças (chegando a ultrapassar 500 presenças nalgumas sessões) e, sobretudo, pelo teor de muitas intervenções. Afinal o que parecia ser marasmo e apatia mostrou-se ser um sentimento mais ou menos generalizado de insatisfação sobre a forma como a OE tinha vindo a ser governada, dando origem, nalguns casos, a uma acesa oratória de protesto. Afinal, os engenheiros, reunidos na sua Ordem, estavam mais divididos em questões estratégicas essenciais do que transparecia na superfície da sua actividade diária.

A Assembleia foi convocada com uma ordem de trabalhos costumeira e anódina, aparentemente inofensiva, composta pela discussão e votação

do relatório de 1951 e dos orçamentos para 1952; eleição da Comissão Revisora de Contas; fixação da quota mensal a pagar pelos inscritos¹⁶³.

Rapidamente, porém, se transformou num vulcão de palavras inflamadas, de acusação e defesa das estratégias e acção dos Conselhos Directivos que vinham conduzindo a OE. A Assembleia, reunindo engenheiros de nomeada, como Guerreiro Boto, José Rosário, Arriaga Ferreira, Almeida Garrett, Casimiro da Costa, Sá Cardoso, Cunha Leal, Ferreira Nascimento, Constantino da Silva, Brazão Farinha, Alberto Abecassis Manzanares ou Sebastião Ramirez, prolongou-se por quatro meses!¹⁶⁴

Entre as principais acusações, na base, aliás, da apresentação de várias moções de censura, estavam as eternas questões que as sucessivas direcções não conseguiam resolver, destacando-se a elaboração do Regulamento do exercício da profissão e a constituição da Caixa de Previdência, a alteração dos Estatutos, o problema do desemprego dos engenheiros a que se acrescentavam questões sobre a posição e actuação da Ordem em matérias que tinham a ver com a realidade económica do País, evocando directamente a sua intervenção em assuntos como o *condicionamento industrial*, *os impostos*, *a revisão dos vencimentos dos engenheiros funcionários públicos*.

Uma das intervenções mais duras ficou a pertencer a Cunha Leal, interrogando directamente a Assembleia: *porque é que eles estão insatisfeitos? [...] por julgarem que os Corpos Directivos não atingiram, por comodismo ou por inércia, as finalidades da Ordem; [...] o engenheiro, no delineamento dos grandes planos económicos tem colaboração colectiva,*

SECRETARIA-GERAL

INQUÉRITO SOBRE O DESEMPREGO

Em seguimento dos inquéritos feitos sobre o desemprego, roga-se aos membros da Ordem que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) desempregado, apesar de pretender emprego dentro da profissão;
- b) não desempregado, mas deslocado da sua profissão por não encontrar nela colocação;
- c) ainda não empregado, mas ocupado, em prazo mais ou menos longo, em trabalhos dentro da profissão;

o favor de informar por qual delas estão abrangidos, com referência a 15 de Abril.

A resposta, que deverá dar entrada na Secretaria-Geral até 30 do corrente, indicará:

- no caso da alínea a), desde quando;
- no caso da alínea b), qual a função desempenhada;
- no caso da alínea c), desde quando e até quando tem assegurada a sua actividade.

A falta de resposta será considerada, em princípio, como significando que quem a não enviou está empregado ou não pretende emprego dentro da profissão.

Lisboa, 15 de Abril de 1953.

O Secretário-Geral
a) *Daniel Torres*

Inquérito geral sobre o desemprego dos engenheiros.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 8, 15 de Abril de 1953, p. 260.

segundo o artigo primeiro do Estatuto, mas este não saiu da teoria. Os governos não os consultam. Por comodismo a Direcção não tem feito nada. [...] Queremos que a Ordem não seja um galho seco da árvore viridente do Corporativismo. Queremos ser úteis e pôr-nos com toda a nossa capacidade à disposição do Conselho Directivo. Se assim é, por que não marchar com ele? Mas se, como no ano passado fizeram um apelo em vão então que se aprovelem todas as moções de desconfiança; eles que deixem o lugar a outros¹⁶⁵. Assim falou Cunha Leal, obrigando Teixeira Duarte, que antes do fim da Assembleia já se encontraria em posição de demissionário, a fazer a sua própria defesa; fê-lo, lendo algumas passagens de textos onde se mostrava um inquebrantável defensor da Ordem e da profissão, e recordando que fora eleito vice-presidente por mais de setecentos votos e, três anos depois, presidente, sem que tivesse tido oposição à sua candidatura.

A acta da Assembleia Geral, embora dê nota de que o relatório do CD acabou por ser aprovado, é omissa no que se refere ao destino que tiveram as moções apresentadas; de qualquer forma a equipa directiva estava para mudar.

No decurso da Assembleia Geral, enquanto ela se ia arrastando pelas diversas sessões, surgiu mais um acontecimento inesperado. Na reunião do CD de 18 de Março de 1952, em plena crise directiva, o engenheiro Arantes e Oliveira apresentou um plano de actividades, que, em seu entender, devia ocupar o Conselho em 1952:

- › *estatuto profissional;*
- › *revisão do Estatuto da Ordem dos Engenheiros;*
- › *Caixa de Previdência;*
- › *problema do desemprego;*
- › *novas instalações;*
- › *extensão da jurisdição da Ordem dos Engenheiros ao Ultramar;*
- › *novas categorias de subscritores;*
- › *revisão da administração da Ordem;*
- › *funcionamento das Secções;*
- › *colaboração da Ordem na elaboração do Plano de Fomento Nacional;*
- › *reforma da Revista da Ordem dos Engenheiros;*

- › *aperfeiçoamento dos serviços de documentação (Biblioteca, etc.);*
- › *publicação do anuário da Ordem dos Engenheiros;*
- › *actividades sociais;*
- › *inscrição automática dos novos engenheiros;*
- › *distribuição do contingente do imposto profissional;*
- › *situação dos engenheiros nas câmaras municipais;*
- › *categoria mínima dos técnicos intervenientes nas obras dos municípios (RGCU);*
- › *funcionamento do Conselho Directivo.*

Sobre os pontos deste plano, o engenheiro Arantes e Oliveira fez várias considerações que o justificavam. Sobre a generalidade do plano pronunciaram-se todos os membros do Conselho que o aprovaram. E, para dar início à apreciação do plano na especialidade, o Conselho resolveu reunir extraordinariamente no próximo dia 22¹⁶⁶.

Entretanto, vinha ganhando cada vez mais expressão o *angustioso* problema do desemprego dos engenheiros. Já em Agosto de 1951, o Presidente do CD auscultava o Presidente da Junta de Emigração sobre a possibilidade de, perante *uma pequena crise de desemprego, sobretudo nas especialidades de engenharia civil e engenharia electrotécnica*, alguns engenheiros portugueses poderem encontrar colocação no estrangeiro, designadamente no Brasil¹⁶⁷. Ainda nesse ano de 1951, a Ordem promoveu um inquérito que, referido a Abril, acusava os seguintes valores¹⁶⁸:

Inquérito realizado em 20 de Abril de 1951

SECÇÕES DE ENGENHARIA	DESEMPREGADOS (A)	DESLOCADOS DA PROFISSÃO (B)	TOTAIS
Civil	113	40	153
Electrotécnica	52	34	86
Mecânica	10	5	15
Minas	1	3	4
Químico-Industrial	7	8	15
Totais	183	90	273

Nota: Considerando que o número de inscritos na Ordem em 31-3-1951 era de 2930, a percentagem de engenheiros sem trabalho era nessa data de 6,25% e a de deslocados da profissão 3,08%. A percentagem total era de 9,3%.

A situação real era, contudo, ainda mais grave, pois os números referidos não reflectiam, evidentemente, os engenheiros desempregados ou deslocados da profissão que ainda não eram membros da Ordem¹⁶⁹.

Em 1952, a Ordem voltou a tentar recensear os engenheiros desempregados ou os que designava por deslocados da profissão e a conclusão a tirar da situação não se tinha alterado significativamente quer em Abril quer em Setembro, embora em 1952 e 1953 se começasse a notar uma tendência decrescente do desemprego¹⁷⁰.

Já em pleno mandato do engenheiro Raul Couvreur foi por ele subscrito, em Dezembro de 1952, um interessante documento sintetizando a essência do problema em todas as suas dimensões. Nesse documento, muito adequadamente chamado “*Estudo das Providências a adoptar para atenuar a situação de desemprego ou de insuficiente colocação na classe*”, Couvreur fazia um historial da questão do desemprego dos engenheiros: a comissão especializada que tinha sido criada, o diagnóstico realizado, as inúmeras discussões havidas sobre o tema, as medidas propostas, os alertas lançados junto das autoridades, a concorrência dos engenheiros estrangeiros, a eventual inadequação da formação praticada nas escolas superiores, o relacionamento, nem sempre bem resolvido, com as administrações central e local, a necessidade de tornar obrigatória a existência de engenheiros em algumas empresas de acordo com a sua importância e com critérios prefixados...¹⁷¹

Note-se que, para além destes inquéritos, desencadeados a nível do Conselho, que ajudavam a ter uma ideia quantificada da dimensão das dificuldades, o tema começava por ser colocado, uma vez mais, através da insinuação de que havia engenheiros estrangeiros a mais no País¹⁷².

A Ordem manteve-se fiel à doutrina que vinha professando, e que, ao longo de todo este mandato, defendeu acerrimamente¹⁷³, e por isso, para que fosse posto um travão aos supostos abusos que diariamente iam sendo cometidos, o Conselho entendeu que o estudo do problema devia ser confiado a uma Comissão, para a qual escolheu os engenheiros António Casimiro da Costa, Constantino Augusto da Silva e Francisco Jacques Santa Clara da Cunha¹⁷⁴, comissão cujo objectivo era o de *defender e dignificar o trabalho dos técnicos nacionais em presença da concorrência que lhe fazem os técnicos estrangeiros que trabalham*

*em Portugal*¹⁷⁵. A Comissão deveria estar constituída até 15 de Abril e apresentar um relatório circunstanciado até 30 de Outubro que, por sua vez, seria apresentado ao Governo até 31 de Dezembro. Entretanto, o Conselho *procederia a diligências imediatas para obtenção da relação dos técnicos estrangeiros em funções no País, e para revisão, com audiência da Ordem dos Engenheiros nos termos legais, de todas as autorizações concedidas, ainda em vigor [...]*¹⁷⁶.

Mas não ficou por aqui o Conselho. Nessa mesma reunião de 22 de Março de 1952, e ainda no quadro da discussão na especialidade do programa proposto por Arantes e Oliveira, o tema do desemprego foi também dos primeiros a ser abordado e, a exemplo do que acontecera com os engenheiros estrangeiros e com o papel que a Ordem devia efectivamente desempenhar naquela matéria, também agora, *apreciadas as considerações gerais do problema, e as medidas possíveis de efeito imediato*, o Conselho entendeu que o estudo do problema do desemprego deveria ser confiado a uma comissão¹⁷⁷. A comissão, que devia apresentar um primeiro relatório num prazo de sessenta dias¹⁷⁸, ficou com a seguinte composição: engenheiros José Marques Pereira Barata (presidente); João Pedro da Costa (do Ministério do Ultramar), o qual por se encontrar em Angola foi substituído por Rogério Augusto Cavaca¹⁷⁹; José Pacheco de Canto e Castro (do Ministério da Economia); Afonso de Almeida Fernandes e Francisco Bettencourt (das actividades camarárias); José Canto Moniz e Augusto Celestino da Costa (do Ministério das Obras Públicas); Afonso de Almeida Fernandes (do Ministério do Exército); José de Queiroz Vaz Guedes (representante dos empreiteiros); Adolfo Gil Ejarque e Eduardo da Costa Simas (representantes das empresas privadas). A esta devia juntar-se uma subcomissão a constituir no Norte e que seria sugerida à Delegação do Porto¹⁸⁰.

Logo a 5 de Abril, o secretário-geral da Ordem, engenheiro Daniel Torres, enviava a todos os membros uma carta onde se procedia a um verdadeiro inquérito sobre a situação dos engenheiros face às suas ocupações: por se tornar absolutamente necessário à Comissão encarregada do estudo do *problema do desemprego, rogo aos membros da Ordem que se encontrem em qualquer das seguintes situações: a) desempregado, apesar de pretender emprego dentro da profissão; b) não desempregado,*

mas deslocado da sua profissão por não encontrar nela colocação; c) ainda não empregado, mas ocupado, em prazo mais ou menos longo, em trabalhos dentro da profissão, o favor de informar por qual delas estão abrangidos, com referência à data desta circular.

Seguiram-se duas cartas dirigidas pelo presidente da Comissão do desemprego aos directores da Faculdade de Engenharia do Porto e do IST, onde eram solicitados elementos informativos necessários aos trabalhos da Comissão, nomeadamente o número de alunos, por especialidades, que concluíram o curso, no ano de 1951 e as previsões para 1952¹⁸¹.

Pouco depois, foi o próprio Conselho que se dirigiu ao ministros das Corporações e Previdência Social, das Obras Públicas e das Finanças, salientando as preocupações que existiam em torno do problema do desemprego dos engenheiros. Avançando valores, referia-se que se encontram sem trabalho assegurado na profissão 271 engenheiros, ou seja, cerca de 9% dos diplomados existentes inscritos na Ordem e, apresentando as conclusões do relatório da Comissão, sugeria um vasto conjunto de medidas no sentido de fazer face a essa situação¹⁸².

Um apontamento mais para dar conta de uma carta do Presidente da Comissão de Desemprego ao Vice-Presidente do Conselho Directivo, com data de Junho de 1952, e, com este apontamento, mostrar até que ponto o desemprego na classe podia conduzir à procura de soluções mais ou menos desesperadas. Pedia-se, então, que fosse dado conhecimento aos eventuais interessados da *possibilidade de colocação de engenheiros portugueses no Canadá*¹⁸³. O CD, receptivo à ideia, promoveu-a pelos meios ao seu alcance; mas, em Maio de 1953, foi forçado a fazer acto de contrição: [...] *ao tomar, porém, conhecimento das condições postas aos interessados pelos representantes oficiais canadianos*¹⁸⁴.

Enquanto se verificavam todas estas movimentações por parte da Ordem, ocorreu em 18 de Janeiro de 1951, na Assembleia Nacional, uma sessão dedicada a um Aviso Prévio sobre o desemprego dos intelectuais, iniciativa do deputado Jacinto Ferreira. A par de uma oratória generalista, onde incluía os malefícios do trabalho feminino, as acumulações de cargos, algum nepotismo existente nas nossas administrações, etc., falou também do desemprego dos engenheiros. Juntamente com alguns ataques à Ordem, que, por razões incompreensíveis, excluía engenheiros formados

por escolas superiores portuguesas, designadamente os agrónomos e os geógrafos – *pelo menos o Estado confere-lhes tal título, e onde o Estado confere nenhuma entidade deve poder negar, sejam quais forem os argumentos aduzidos e as razões invocadas* –, acusava-a também de não ter sabido defender convenientemente os interesses dos seus membros e de, desde a sua constituição, ter tido um comportamento elitista desfasado da realidade nacional. Na sua longa intervenção, o orador pretendeu mostrar os prejuízos que advinham para o País, para as famílias, para os próprios em situação de desemprego e, em suma, como tudo se podia resolver no quadro da disciplina corporativa e do desenvolvimento económico e social que dessa disciplina poderia resultar¹⁸⁵.

Como já foi referido, a 4 de Junho de 1952, desencadeada pela crise directiva provocada pela súbita demissão do engenheiro Teixeira Duarte, teve de realizar-se uma Assembleia Geral extraordinária para eleição do presidente do Conselho Directivo. Com uma assistência de perto de 100 pessoas e sob a presidência do engenheiro Henrique Gomes da Silva, secretariado pelos engenheiros Edgar Cardoso e Carqueja Gonçalves, surgiram duas candidaturas que conduziram aos seguintes resultados:

	ELEITORES INSCRITOS	F. CUNHA LEAL	R. COUVREUR
1.ª Mesa (Membros n.º 3 a 794)	582	41	227
2.ª Mesa (Membros n.º 795 a 1568)	586	45	162
3.ª Mesa (Membros n.º 1569 a 2334)	675	96	97
4.ª Mesa (Membros n.º 2335 a 3026)	639	89	73
5.ª Mesa (Membros n.º 3027 a 3717)	650	98	66
	3132	369	625

A percentagem de votantes foi de cerca de 32% e, nos termos legais, a eleição do engenheiro Raul da Costa Couvreur foi submetida a homologação governamental. O novo presidente do Conselho Directivo cumpriu um dos mais curtos mandatos da história da Ordem, já que a sua presidência terminou, poucos meses depois, com a eleição e posse do presidente eleito na Assembleia Geral ordinária seguinte realizada em Janeiro de 1953¹⁸⁶.



Raul da Costa Couvreur (1879-1959). Engenheiro civil e de minas, formado pela Escola do Exército em 1902. Professor do Instituto Industrial de Lisboa. Trabalhou nos Caminhos-de-Ferro do Estado e na Administração dos Correios e Telégrafos. Foi secretário-geral do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e, a partir de 1942, presidente da 1.ª subsecção da 4.ª secção do Conselho Superior de Obras Públicas, vogal da 3.ª secção, e vogal do Conselho Superior de Caminhos-de-Ferro. Durante a sua permanência na Direcção-Geral dos Caminhos-de-Ferro do Estado foi responsável pela construção da linha férrea de Tavira a Vila Real de Santo António e do Pinhal Novo ao Montijo, e da estação das linhas de Sul e Sudoeste no Terreiro do Paço. Foi presidente de honra da secção portuguesa da Société des Ingénieurs Civils de France. Foi delegado de Portugal em vários organismos internacionais. Foi vice-presidente da AECP, em 1929, e do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1952 e 1953. Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Corpos Directivos eleitos em Junho de 1952**Mesa da Assembleia**

Presidente	Henrique Gomes da Silva
Vice-Presidente	António Eduardo Botelho de Moraes Sarmiento
Secretário	Jorge Augusto de Martins Carqueja Gonçalves
Secretário	Edgar de Mesquita Cardoso

Conselho Directivo

Presidente	Raul da Costa Couvreur
Vice-Presidente	Viriato Canas
Vogal Tesoureiro	Manuel Alves Bastos Botelho da Costa
Vogal Secretário	António Alfredo Sanches de Castro da Costa Macedo

PRESIDENTES DAS SECÇÕES

Engenharia Civil	Eduardo de Arantes e Oliveira José de Queiroz Vaz Guedes (a partir de 12-2-1953)
Engenharia Electrotécnica	Joaquim Camilo Fernandes Álvares
Engenharia Mecânica	Frederico Jorge Oom
Engenharia de Minas	José Caetano Maziotti Salema Garção Guilherme de Castro Leandro (a partir de 14-8-1952)
Engenharia Químico-Industrial	Carlos Cardoso Lapa Salema
Engenharia Naval	António de Lemos Viana

Comissão Revisora de Contas

Cassiano Maria de Oliveira · Daniel Emílio da Silva Carvalho · Eduardo Madaíl

Conselho Disciplinar

Eleitos para triénio 1952-1954 em reunião conjunta das Secções de 7 de Fevereiro de 1952

PELA SECÇÃO DE

Engenharia Civil	Eduardo Evangelista do Carvalhal Raul da Costa Couvreur (Presidente)
Engenharia Electrotécnica	António Temudo de Castro Vasco Barreto de Carvalho
Engenharia Mecânica	Mário José de Abreu e Silva Vasco de Magalhães Gomes Viana

Engenharia de Minas	Fernando de Lima Alves da Silva Eduardo Alexandre Barbosa Braga
Engenharia Químico-Industrial	Fernando Maria de Oliveira Bandeira de Melo Pedro Voss Álvares Pereira da Cunha Belém
Engenharia Naval	Acúrsio Campos de Araújo Raul Soares da Costa

A gestão de Costa Couvreur, apesar de à partida se saber de curta duração, procurou prosseguir um programa, precisamente aquele que como já foi referido tinha sido proposto em plena crise directiva pelo engenheiro Arantes e Oliveira na sessão do Conselho Directivo de 18 de Março de 1952¹⁸⁷.

Foi neste quadro que o novo Conselho Directivo, tendo em conta recomendações e protestos provenientes da Assembleia-Geral ordinária levou a efeito mais uma tentativa para solucionar algumas questões que se arrastavam, há anos, sem solução. Com as tropas deficientemente organizadas e os protestos em crescendo, afinal a AG mostrara, até à exaustão, como os engenheiros estavam desencantados e tinham opiniões diversas sobre as questões que os afectavam.

O Conselho, seguindo uma velha prática, decidiu então constituir um conjunto de comissões encarregadas de estudar os diferentes assuntos e propor soluções. Foi assim que surgiram as seguintes comissões especiais: a do Imposto Profissional constituída pelos engenheiros Afonso de Magalhães de Almeida Fernandes, António Inácio Dias Duarte, José Manuel Gonçalves Figueira, J. M. Camolino F. de Matos e Silva e Horta e Costa Henriques¹⁸⁸; a do Regulamento do Exercício da Profissão de Engenheiro formada pelos engenheiros Eduardo Madaíl (presidente), A. Bonneville Franco, Costa Gomes, Castro Leandro, O. Saturnino da Cruz Monteiro, V. J. Taborda Ferreira e pelos delegados do Porto R. S. E. Deleme e A. C. de Figueiredo¹⁸⁹, se reforçou, prolongando-lhe o mandato, a Comissão do Desemprego¹⁹⁰, e se constituiu a dos Engenheiros estrangeiros constituída pelos engenheiros A. Casimiro da Costa, C. Augusto da Silva e F. J. Santa Clara da Cunha¹⁹¹.

Em termos de funcionamento, as diversas secções da Ordem realizaram as suas reuniões na medida do possível, destacando-se, como vinha

sendo costume, a de Engenharia Civil exibindo uma apreciável actividade, em que se distinguiram o Núcleo Regional do Norte e as diversas Comissões constituídas para estudarem em pormenor assuntos de interesse para a especialidade¹⁹². Intimamente relacionado com o trabalho desenvolvido nas secções estava, também, a colaboração da Ordem na elaboração e na concretização do Plano de Fomento que, de acordo com a posição defendida pelo Conselho Directivo, devia ter lugar no seio de comissões especializadas que levariam a efeito e promoveriam os estudos julgados adequados às competências e à vocação da OE¹⁹³.

No contexto das secções, a direcção de Raul Couvreur sofreu, no entanto, um assinalável desaire: o engenheiro Arantes e Oliveira, que tinha sido o grande impulsionador da dinâmica existente na secção de Engenharia Civil, por todos indicada como modelo a seguir, renunciou ao cargo. As razões desta tomada de posição nunca chegaram a ser bem conhecidas, embora Arantes e Oliveira tenha invocado motivos de saúde¹⁹⁴. Como o CD comunicou *ter julgado atendível o impedimento apresentado*¹⁹⁵ o Conselho Directivo decidiu solicitar do presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação da Secção de Engenharia Civil para proceder à eleição suplementar do seu presidente, tendo *proposto para o cargo o nome do Eng.º José Queirós Vaz Guedes*¹⁹⁶.

Pouco depois, foi a vez do engenheiro Carlos Lapa Salema pedir a demissão de presidente da Secção de Engenharia Químico-Industrial, pelos mesmos *ponderosos motivos de saúde*¹⁹⁷.

Do ponto de vista directivo e organizacional, esta Direcção pouco mais fez do que propor para substituição dos dois membros do Conselho Directivo e dos da Comissão Revisora de Contas, cujos mandatos terminavam no fim do ano de 1952, os nomes dos membros efectivos: Daniel Maria Vieira Barbosa, para presidente do Conselho Directivo, Pedro Bandeira, para vogal-tesoureiro, e Cassiano Maria de Oliveira, Daniel Emílio da Silva Carvalho e Eduardo Madaíl, para a Comissão Revisora de Contas¹⁹⁸, o que veio efectivamente a acontecer na Assembleia Geral ordinária de 30 de Janeiro de 1953¹⁹⁹.

A actividade da Ordem continuaria, neste mandato, empenhada em, por todos os meios, fazer face ao grande problema do desemprego, que afectava a classe neste início da década de 50²⁰⁰.

Outro ponto que fazia parte do programa de actividades do Conselho era o que se relacionava com a situação dos engenheiros que trabalhavam nas câmaras municipais: aqui a questão prendia-se com o respectivo estatuto profissional e os ordenados auferidos. Considerava o Conselho que alcançar uma solução satisfatória envolvia a necessidade de alteração de disposições fundamentais da legislação que regula os níveis dos vencimentos do funcionalismo do Estado e dos Corpos Administrativos²⁰¹.

Quanto ao estatuto dos engenheiros que exerciam funções nas câmaras, a Ordem esperava que a publicação do Regulamento Geral das Construções Urbanas, aprovado pelo decreto-lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, podia proporcionar uma oportunidade para a resolução do problema do regulamento do exercício da profissão. Neste sentido, o CD disponibilizou os seus préstimos junto do ministro das Obras Públicas para proceder à uniformização dos critérios presentes nos regulamentos privativos que as autarquias deviam produzir a partir daquele Regulamento Geral no que respeitava à categoria dos técnicos intervenientes na elaboração dos projectos e direcção de obras e quanto ao âmbito da sua competência e reforçou o seu empenho na elaboração de um estudo sobre um projecto do regulamento do exercício da profissão há tanto tempo e tão ansiosamente esperado.

Ainda na vertente sindical, prosseguia a luta contra a alegada presença de engenheiros estrangeiros que ocupariam lugares que poderiam ser preenchidos por nacionais. Em qualquer caso, a lei n.º 1991, de 19 de Março de 1942, não só estabelecia os casos em que os engenheiros estrangeiros podiam exercer a profissão em Portugal, como determinava que a Ordem fosse ouvida para que a licença de trabalho pudesse ser emitida.

Neste mandato de Raul Couvreur a questão não podia ficar esquecida, e, após a resolução de uma questão surgida com a CCFL, ainda no decurso da presidência de Teixeira Duarte, o CD nomeou uma comissão para auxiliar no estudo do problema que para a Ordem vinha tomando, sobretudo nos últimos tempos, proporções alarmantes, conforme, aliás, confirmavam os números apurados até 1952.

Ofícios do INTP sobre pedidos de autorização de trabalho de estrangeiros entrados na Ordem, durante os anos de 1942 a 1952²⁰²

1942	29	1946	1	1950	7
1943	32	1947	40	1951	4
1944	10	1948	141	1952	270
1945	1	1949	63		

Perante estes valores era grande a tentação de comparar os 270 pedidos de autorização de trabalho de estrangeiros com o valor, por coincidência igual, dos engenheiros portugueses desempregados. Além do mais, a Ordem chamava a atenção para o facto de muitos desses pedidos relativos a técnicos estrangeiros serem primeiramente apresentados como especialistas e, quando rejeitados, por emissão de parecer contrário, logo surgiam como vindo para Portugal para exercer *apenas funções administrativas ao abrigo de disposições do pacto social e portanto fora do âmbito de acção da Lei n.º 1991*, não sendo *fácil a esta Ordem verificar se os indivíduos em questão deixam realmente de ter acção técnica ou se se trata de iludir a lei não só com prejuízo de interesses de nacionais, mas com escárnio da própria Lei*²⁰³.

Sobre esta matéria, sucederam-se exposições e protestos, a maioria dos quais remetidos ao Ministério das Corporações e Previdência Social e, frequentemente, ao próprio ministro: o grande “cavalo de batalha” era o cumprimento da lei n.º 1991 que, com alguma frequência, organismos menos zelosos se esqueciam de aplicar²⁰⁴.

Noutra vertente, uma das áreas em que esta Direcção demonstrou maior dinamismo foi na das edições: não só publicou 14 números do *Boletim*, um fascículo das *Memórias* e as comunicações do Simpósio de Betões em Grandes Massas, como a Comissão de Publicações fez inserir no *Boletim* n.º 21 um desenvolvido relatório no qual historiava as actividades desenvolvidas, o que programara para os tempos mais próximos e apresentava um projecto global de publicações para a Ordem²⁰⁵, incluindo o propósito de divulgação de notícias e realizações no quadro da engenharia nacional, cuja informação procurava obter junto de vários serviços do Ministério das Obras Públicas²⁰⁶ e de diversas entidades relacionadas com o campo dos estudos e desenvolvimento na área da engenharia²⁰⁷.

Quanto à questão sensível da Caixa de Previdência, depois de tudo o que se passara e fora dito, e, em particular face ao clamor de protestos que se tinham feito ouvir na AG, apesar de reiteradamente afirmar que se tratava de uma instituição independente da Ordem, o CD procurou intervir junto do Presidente na Comissão Organizadora da Caixa de Previdência para que se pusesse termo à situação de não funcionamento integral daquela instituição e para que fossem prestados esclarecimentos a perguntas formuladas nas assembleias²⁰⁸. A Comissão Organizadora, para além das explicações relativas à forma como vinha evoluindo o processo, prestaria um detalhado conjunto de esclarecimentos, de que se salientam os seguintes: os objectivos da Caixa eram os de propiciar aos engenheiros a reforma aos 65 anos ou por invalidez, proporcionar um subsídio por morte e prestar vários tipos de assistência chamando *a atenção para o art.º 75.º do Regulamento que permite a inscrição de esposas e filhos de engenheiros, regalia esta que equivale, em numerosos casos, a deixar por morte uma pensão à família*²⁰⁹; a necessidade de *haver um número mínimo de sócios para que a Caixa possa funcionar* e [alguns contratemplos burocráticos] *têm sido as razões de tanta demora apesar das diligências efectuadas*²¹⁰.

Há muito que se arrastava um problema para o qual os vários conselhos directivos não conseguiam encontrar uma solução satisfatória: tratava-se das relações que a lei impunha, no contexto da organização corporativa, entre a FNAT e os organismos corporativos de segunda linha como era, manifestamente, o caso da Ordem dos Engenheiros. Em 1952 a questão voltou a ser abordada e desta vez resolvida, através de uma solução salomónica, a contento da OE. Em resumo: a Ordem estava a contribuir, mensalmente, para a FNAT com 5% da receita das quotas, porque, apesar dos seus protestos, tinha sido superiormente considerado que, como organismo corporativo, era devida a sua contribuição para aquele organismo. Esta posição não parecia justa e a Ordem, ainda no tempo da presidência de Teixeira Duarte, enviou mais uma exposição ao ministro das Corporações e Previdência Social, procurando fazer valer as suas razões²¹¹. A OE e as suas várias direcções consideravam que, *sendo a FNAT uma organização de trabalhadores e para trabalhadores [...], a sua*

índole e fins são inteiramente diversos dos da OE, agremiação oficial de engenheiros que exercem livremente a sua profissão e não dependem da Ordem a não ser no que se refere à sua inscrição, disciplina e atribuições associativas. Acrescia que, como era apontado, *a função cultural da FNAT se desenvolvia num plano de cultura necessariamente inferior à dos engenheiros*, não podendo, portanto, interessar a estes. Assim, a OE pensava que não se devia contar entre as entidades abrangidas pelo disposto no n.º 1.º do artigo 32.º, como até então tinha sido entendido. *Além disso a Ordem tinha uma função cultural própria*, e só não desenvolvia mais essa sua função porque lhe escasseavam verbas para o fazer. Era aliás sabido com que dificuldades conseguia publicar regularmente uma revista, essa sim de interesse generalizado para os seus membros, que distribuía gratuitamente; possuía uma biblioteca de carácter técnico com mais de 9000 volumes e recebia, por assinatura anual e permuta, 194 revistas técnicas, nacionais e estrangeiras. Em todos estes itens estava impossibilitada de melhorar o respectivo serviço, ou de promover a compra de todos os livros que o progresso da técnica exigia, ou assinar um maior número de revistas. E todavia 5% das receitas da OE, que em 1952 representavam cerca de 37 000\$00, eram entregues à FNAT para uma função cultural que não era sua, que não interessava – que não podia interessar – aos engenheiros...

Juntando todos estes argumentos, e outros anteriormente invocados, o CD solicitava mais uma vez ao ministro que esclarecesse se a Ordem tinha de estar incluída no número dos organismos que, obrigatoriamente, deviam contribuir para as receitas da FNAT, sabendo-se que a função por si desempenhada não importava aos engenheiros²¹².

Ou porque finalmente o ministro das Corporações, Soares da Fonseca, se convenceu com os argumentos aduzidos pela Ordem ou por exaustão, a verdade é que o Conselho Corporativo resolveu, atendendo ao que lhe foi exposto, que a contribuição da OE para a FNAT fosse reduzida a 1%²¹³.

Uma referência breve ao trabalho desenvolvido pela Delegação do Porto, durante este mandato de Raul Couvreur, para dar conta do acréscimo da actividade prosseguida pelos engenheiros do Norte, da relevância das suas intervenções na Assembleia Geral ordinária e da forma como auxiliaram no estudo de informações solicitadas pelo Ministério das Corporações²¹⁴.

Por fim, uma nota relativa à representação da Ordem no quadro internacional. Como se pode concluir de uma carta do presidente do Conselho Directivo ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Novembro de 1952, a Ordem dos Engenheiros fez-se representar nas comemorações do 1.º Centenário da American Society of Civil Engineers, que se realizaram em Setembro desse ano, por uma Comissão de 7 dos seus membros²¹⁵.

Não teve espaço nem tempo para fazer muito mais coisas, esta direcção intercalar de Raul Couvreur que, apesar de ter solicitado a prorrogação do mandato, não foi bem sucedida. A verdade é que o CD estava empenhado na revisão do Estatuto da Ordem e encontrava-se a meio dessa função; por isso, em carta ao ministro das Corporações e Previdência Social o presidente do CD sugeriu que *o seu mandato fosse prorrogado até fins de Março*²¹⁶. Mas o pedido não foi deferido e a excepção solicitada não foi concedida.

As atribuições mais instantes do pós-guerra pareciam definitivamente ultrapassadas; decorria a execução do Plano de Fomento, cujas prioridades, em termos públicos, iam para a construção de infra-estruturas, electricidade, transportes e comunicações; o País tinha reencontrado o seu ritmo. A lei n.º 2052, de Março de 1952, que revia e actualizava o regime de condicionamento industrial, abria novos caminhos à industrialização e, sobretudo, marcava simbolicamente o fim da resistência da ala conservadora do Regime contra o desenvolvimento industrial²¹⁷.

Aparentemente estavam criadas condições para ultrapassar o momento menos bom, vivido nos últimos anos pelos engenheiros portugueses. O problema do desemprego, a crise de identidade, mas também de equilíbrio interno, em que a Ordem se vinha consumindo, pareciam estar a ser vencidos e os engenheiros conseguiam começar a ver reunidas as condições para por fim poderem desempenhar cabalmente as funções que há décadas vinham reclamando. Ainda que de uma forma basculante, pode afirmar-se que muitos deles souberam aproveitar a oportunidade e que as duas décadas de 50 e 60, apesar de alguns importantes percalços entretanto ocorridos, corresponderam a um dos períodos em que os engenheiros, como classe, gozaram de maior prestígio na sociedade portuguesa.



© PAULO NETO

Daniel Maria Vieira Barbosa (1909-1986).

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1935. Bolseiro do Instituto de Alta Cultura, tendo estudado em várias universidades estrangeiras, designadamente na Alemanha, na Suíça e em França. Engenheiro-adjunto da Direcção Técnica da Administração dos Portos do Douro e Leixões, assistente e professor na Faculdade de Engenharia do Porto. Em 1952 foi contratado como professor catedrático do IST. Politicamente alinhado com a chamada ala “reformista” conotada em Marcelo Caetano, em Março de 1945 foi nomeado Governador do Distrito Autónomo do Funchal, onde se manteve até 1947, quando foi chamado ao Governo como ministro da Economia. Entre 1949 e 1957 foi deputado à Assembleia Nacional e governador do Banco de Fomento Nacional entre 1965 e 1974, quando aceitou o cargo de ministro da Indústria e Energia na última remodelação ministerial do Estado Novo. Foi Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros entre 1953 e 1956.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Foi neste ambiente geral que a OE elegeu um dos seus mais proeminentes membros para presidente do Conselho Directivo, o engenheiro Daniel Maria Vieira Barbosa, ex-ministro da Economia e professor da FEUP e do IST. Para Daniel Barbosa, esta eleição podia ser vista como um regresso à ribalta depois de um período em que, após a saída do Governo, se deixou refugiar no ensino e como deputado à Assembleia Nacional; para a Ordem representou seguramente a conquista para a posição mais alta da sua Direcção de um dos grandes nomes da engenharia e da política portuguesas.

Corpos Directivos eleitos em 1953

Mesa da Assembleia

Presidente	José Lourenço Vasco de Carvalho (a partir de 28-4-1953) António Casimiro da Costa (a partir de 8-3-1954)
Vice-Presidente	Manuel Xavier Ramalho Rosa
Secretário	José Maria Seguro (a partir de 28-4-1953) Alfredo Sobrinho da Rocha (a partir de 8-3-1954) Rodrigo José dos Santos Sousa Félix (a partir de 8-3-1954)

Conselho Directivo

Presidente	Daniel Maria Vieira Barbosa
Vice-Presidente	José de Queirós Vaz Guedes
Vogal Tesoureiro	Pedro Bandeira
Vogal Secretário	José Maria Seguro
PRESIDENTES DAS SECÇÕES	
Engenharia Civil	José de Queiroz Vaz Guedes António de Carvalho Xerez (a partir de 14-10-1954)
Engenharia Electrotécnica	Joaquim Camilo Fernandes Álvares
Engenharia Mecânica	Frederico Jorge Oom
Engenharia de Minas	Guilherme de Castro Leandro
Engenharia Químico-Industrial	Carlos Cardoso Lapa Salema José Mercier Marques (a partir de 8-5-1953)



Daniel Barbosa, no acto de tomada de posse como Governador do Banco de Fomento Nacional.

Fonte: Presidentes da República PT/TT/SNI/ARQF/RP-001-6510/66338 "Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: C.N.E.

Engenharia Naval

António de Lemos Viana
João Farrajota Rocheta
(a partir de 14-10-1954)

Comissão Revisora de Contas

Cassiano Maria de Oliveira
Daniel Emílio da Silva Carvalho
Eduardo Madaíl

Conselho Disciplinar

PELA SECÇÃO DE

Engenharia Civil

Fernando César dos Santos Silva
José Osório da Rocha e Melo

Engenharia Electrotécnica

Elisiário Luís Faria Monteiro
Paulo Teixeira de Queirós de Barros

Engenharia Mecânica

António Lourenço da Silveira de Sousa Bual
Sebastião José de Oliveira

Engenharia de Minas

Manuel António Soares Zilhão
Rogério Augusto Cavaca

Engenharia Químico-Industrial

Adolfo Gil Ejarque

Engenharia Naval

Manuel Gaspar de Barros
Manuel António Perestrelo
Vasco José Taborda Ferreira

Comissão de Publicações (extinta em 1 de Agosto de 1955)

José Maria Seguro · Henrique Novais Ferreira · José Maria Dias Simões Coelho · João Cansado Tavares · João Francisco Lobo Fialho · Maria Luísa Jalhay · Afonso Morgenstern · Sidónio Martins Geda · Manuel Simões Anjos · Fernando Manuel da Costa · Peres Rodrigues · João de Arga e Lima · Manuel Joaquim Frias dos Santos Rézio · Carlos Alberto Guimarães de Oliveira · Manuel Camacho Simões.

Em Junho de 1955:

José Maria Seguro · João Francisco Lobo Fialho · Maria Luísa Jalhay · Afonso Morgenstern · Sidónio Martins Geda · Manuel Simões Anjos · Fernando Manuel da Costa Peres Rodrigues · Carlos Alberto Guimarães de Oliveira.

Como vinha sendo hábito a direcção que agora entrava não possuía um programa global de gestão da Ordem. A única tentativa feita nesse sentido, até então, tinha sido protagonizada por Arantes e Oliveira, presidente da Secção de Engenharia Civil, que na reunião do Conselho Directivo realizada a 18 de Março de 1952, no mandato de Teixeira Duarte, já com este demissionário e enquanto decorria a Assembleia Geral ordinária que se prolongou por vários meses, *apresentou um plano de actividades, que em seu entender devia ocupar o Conselho em 1952 [...]*²¹⁸. Como também é sabido, o presidente seguinte, Raul Couvreur, presidente de uma Direcção intercalar, tentou sem êxito retomar o dito programa.

A novidade surgida com esta nova equipa directiva prendia-se com o facto de, a exemplo do que fizera a Secção de Engenharia Civil, todas as outras secções lhe terem seguido o exemplo: gradualmente foram ganhando vida e dinâmicas próprias na presunção de que era nessas “células de base” que a Ordem melhor podia cumprir as funções que estatutariamente lhe tinham sido cometidas e melhor conseguiria zelar pela defesa dos interesses científicos, técnicos, sociais, sindicais... dos seus membros.

No meio de algumas tendências contraditórias, esta forma de re-dinamização da Ordem permitia encetar a resolução de alguns problemas, designadamente o da sua organização interna, justamente acusada de ser completamente centralizada e *não se adaptar já bem, [...] à importância do núcleo de engenheiros com base no Porto*²¹⁹. Aliás, desde 1950 que a Delegação do Porto se queixava da pouca relevância das atribuições que lhe eram permitidas e apontava a necessidade de revisão do estatuto.

Ora, foi precisamente através das várias secções que, em 1953, o Conselho Directivo promoveu e foi acompanhando com a maior atenção tudo o que se relacionava com a projectada reforma do ensino técnico superior, tendo resolvido que todas as secções procedessem à nomeação de comissões que habilitassem o Conselho, em cada uma das especialidades, a poder traduzir em tão delicado problema uma opinião fundamentada²²⁰. Além disso, aprofundou-se o estudo da organização da Caixa de Previdência dos engenheiros e prosseguiram muitos dos estudos que dispersamente a Ordem ia elaborando.

O Relatório de 1953, o primeiro deste novo ciclo, ilustra como, em termos genéricos, as coisas se processariam. Começando por fazer um apelo à união da classe, de forma a que no consenso de todos, e não unicamente em puro formalismo estatutário, o CD constituísse o efectivo órgão executor das finalidades da Ordem. O Conselho chamava a atenção de todos os seus membros para a importância crescente que a classe vinha representando para o desenvolvimento do País e até que ponto podia compor uma base sólida de progresso e bem-estar²²¹. Assinalava igualmente o alargamento da representação da Ordem, passando a ter, por direito nato, representação no Conselho Superior da Indústria; ficando-lhe assegurada, também, a participação no Conselho de Normalização através de quatro representantes. A sua representação na Câmara Corporativa foi, por sua vez, alargada de um para quatro membros²²².

Além destas representações internas, que acresciam a sua visibilidade e importância, foi também neste ano de 1953 que a OE conseguiu assegurar a sua primeira representação numa organização internacional, passando a filiada na *Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Ingénieurs*, aguardando a autorização indispensável para a filiação na *Fédération Européenne du Génie Chimique*. Acrescia que, por despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, a Ordem passou a poder contar, em caso de reconhecido interesse e sempre que possível, com os meios financeiros indispensáveis para se fazer representar em cerimónias ou Congressos realizados fora do País²²³.

Congratulava-se ainda o CD com a suspensão das disposições restritivas quanto à nomeação e promoção dos engenheiros dos quadros do Estado, bem como com a resolução tomada pelo Conselho Económico,

relativa à preferência a dar à produção e trabalho nacionais, considerando que assim se começava a dar satisfação aos desejos da Classe, tal como manifestados nas últimas assembleias gerais.²²⁴

Noutras áreas, o CD prosseguiu os seus esforços no sentido de minorar o problema do desemprego dos engenheiros, actuando designadamente junto de diversas empresas particulares no sentido da colocação de engenheiros, da melhoria dos seus vencimentos e duma redução cada vez maior do número de engenheiros estrangeiros²²⁵.

Uma questão ensombrou a actividade da Ordem durante os anos de 1953 e 1954: tratava-se da situação irregular em que se encontrava o Estatuto Disciplinar ao qual faltava a indispensável aprovação governamental exigida pelo Estatuto. Esta situação teve consequências pesadas para a actividade da Ordem, porque não só obrigava à suspensão da actividade do Conselho Disciplinar como, para todos os efeitos, e de acordo com o despacho do ministro das Corporações de 27 de Novembro de 1953, invalidava as penas até aí aplicadas visto os processos organizados e julgados de acordo com aquele projecto de regulamento carecerem de validade jurídica²²⁶.

Como consequência, o Conselho Disciplinar, que se encontrava em exercício no início de 1954, depois de uma áspera troca de argumentos com o Conselho Directivo, pediu a demissão, basicamente por discordar que o CD tivesse avocado, por usurpação, as funções cometidas ao Conselho Disciplinar enquanto não existisse um Regulamento Disciplinar da Ordem devidamente homologado pela tutela, decisão que considerava arbitrária e ilegal²²⁷; a demissão foi aceite e o novo Conselho só foi eleito em reunião conjunta das secções em 31 de Maio de 1954²²⁸. A teia jurídico-formal estava a ficar de tal forma imbricada que o próprio presidente do CD escreveu uma carta ao ministro colocando-lhe uma série de questões, cujas interpretações internas divergentes estavam a envenenar as relações entre os diversos órgãos da Ordem. Eram estas, basicamente, as perguntas feitas ao ministro: 1) *Pode, ou não, o Conselho Disciplinar da Ordem suspender voluntariamente a sua actividade pela falta dum regulamento disciplinar devidamente homologado? Caso afirmativo, quem o substitui durante o impedimento?* 2) *Pode, ou não, o Conselho Disciplinar da Ordem demitir-se das suas funções?* 3) *Pode,*

ou não, o Conselho Disciplinar da Ordem ser demitido por decisão duma Assembleia Geral? Caso afirmativo, em que circunstâncias e de que forma? [...] dado o interesse que este assunto está despertando entre os engenheiros, muito grato ficava que V. Ex.^a se dignasse satisfazer o pedido acima formulado²²⁹.

Também esta questão ficou sem solução: o novo Conselho Disciplinar punha a hipótese de a normalização do regulamento disciplinar passar pela revisão do Estatuto da Ordem o que, como se verá, precipitará a instituição numa crise sem precedentes.

O Conselho decidiu ainda criar uma comissão, constituída pelos engenheiros Alberto Dias Ferreira do Nascimento, Eduardo da Conceição Amorim Júnior, José Estêvão Abranches Couceiro do Canto Moniz, Pedro Bandeira, à qual presidia o próprio presidente do Conselho Directivo, para apreciar a situação do pessoal ao serviço da Ordem, no que respeitava ao estudo do respectivo quadro, regulamento da sua admissão e presença, e melhor utilização do edifício da Sede²³⁰.

Uma referência para a vontade manifestada por ambas as partes, Ordem e Associação dos Estudantes do IST, para estreitarem relações – esperando que num futuro próximo tal cooperação pudesse abranger as organizações estudantis da Faculdade de Engenharia do Porto. Neste quadro o Conselho empenhar-se-ia em *conseguir a realização de estágios de aperfeiçoamento dos cursos de engenharia e da preparação post-escolar, remunerados, dando assim cumprimento a um desejo manifestado, há muito, dentro da classe, bem como em obter prémios destinados a uma retribuição de trabalhos de engenheiros recém-formados ou de finalistas de cursos*²³¹.



Fachada principal do edifício sede da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Além destes estímulos, o CD, sensível à necessidade de aprofundar as relações com os futuros engenheiros, propôs ao presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico que esta se fizesse representar no próprio CD ainda que apenas a título oficioso até que posteriores disposições estatutárias, já em estudo, deixassem *de impedir essa representação tão legítima quanto necessária*²³².

Atento à realidade circundante, procurando estimular o conhecimento e a participação activa da Ordem nos destinos da economia portuguesa, garantindo que a classe de engenharia deixasse claramente marcado o seu ponto de vista, o CD promoveu, em Fevereiro de 1953, uma série de conferências acerca do planeamento económico português, abordando os seguintes temas de grande actualidade e pertinência²³³:

- a. Rendimento nacional
- b. Produção e distribuição de energia
- c. Transportes
- d. Fomento industrial
- e. Fomento agrícola
- f. Siderurgia
- g. Integração económica do conjunto Metrópole e Ultramar
- h. Política financeira como meio de política económica.

Por memória, registam-se alguns outros projectos que, não sendo absolutamente inadiáveis, constituíam preocupações do Conselho; estavam neste caso os esforços para conseguir constituir uma comissão para o estudo da previdência dos engenheiros; a apreciação da reforma do estatuto da Ordem e a necessidade de nomear uma comissão para proceder ao estudo da reorganização da Biblioteca²³⁴.

As apreciações que o CD apresentou como balanço das suas actividades referentes a 1954 e a 1955, em termos gerais, não trazem grandes novidades em relação aos precedentes, apesar de, para a Ordem, estes anos terem sido pródigos em acontecimentos.

Feito o habitual apelo à classe, reiterando a evidência persistente de que não dependia unicamente da vontade dos Corpos Directivos, a quem a Ordem confiava os seus interesses, a plena satisfação das suas ansiedades, considerava o CD ter-se chegado a um ponto em que se

tornava indispensável entrar em franca actuação construtiva com vista às almejadas soluções; mais do que nunca, portanto, se impunha uma união estreita da classe, a fim de que todas as diligências que se devessem efectuar tivessem a vitalidade não do ânimo de quem as ia levando a cabo, mas sim da força que não deixaria de emanar dum conjunto interessado de quatro milhares de engenheiros, aglutinados pelo desejo da maior projecção e do maior prestígio para a honrosíssima profissão da engenharia²³⁵.

Em termos de apreciação do trabalho realizado, destaca-se a referência à intensidade da actividade cultural, combinando conferências, sessões de cinema e visitas de estudo, promovidas quer pelo Conselho quer pelas diferentes secções e a contribuição da Ordem, na sequência da honrosa consulta feita pelo Ministério das Obras Públicas, de que o CD se congratulava, no sentido de prestar a necessária contribuição no problema da precedência a estabelecer na execução dos novos grandes aproveitamentos hidroeléctricos com vista especialmente às realizações a incluir no próximo Plano de Fomento²³⁶.

A partir da Assembleia Geral ordinária de Janeiro de 1952, quando as ordens de trabalho envolviam temas de interesse geral, algumas AG transformaram-se em verdadeiros momentos de encontro de centenas de engenheiros, sintomáticos das dinâmicas, das movimentações, das projecções para o futuro, em suma, das decisões da Ordem e dos seus órgãos de direcção. Assim foi com a Assembleia Geral ordinária de 30 de Janeiro de 1953, onde, entre vários assuntos de rotina, foi informado que tinham sido recentemente colocados 72 engenheiros nas províncias ultramarinas, se pediram esclarecimentos à Comissão Administrativa da Caixa de Previdência, e se propôs *o estudo da viabilidade da fusão da Caixa no Cofre de Previdência do Ministério das Finanças* e muitos engenheiros se interrogaram sobre a eventualidade de *o Regulamento do Condicionamento das Indústrias ser publicado sem a Ordem ser ouvida [...]*²³⁷.

Bastante mais recheada de temas e interessante foi a Assembleia Geral extraordinária de 24 de Abril desse ano. Aí, o Presidente do Conselho Directivo, Daniel Barbosa, dissertou sobre o problema do desemprego, lembrando que já tinha sido feita a publicação integral do Relatório da

Comissão e noticiou a próxima realização duma assembleia para tratar do assunto, orientação que seria também seguida em relação à Regulamentação do Exercício da profissão, e que, quanto à reforma do Estatuto da Ordem, o Conselho iria retomar o assunto já anteriormente estudado²³⁸. Posteriormente, o Presidente do Conselho Directivo fez uma larga apreciação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros* como meio adequado para garantia dum *estreito contacto entre os membros da Ordem e entre estes e o Conselho*, e valorizou a *actividade cultural verificada ultimamente com grande desenvolvimento, e apontou a necessidade de por este meio os engenheiros marcarem uma posição perante os grandes problemas económico-sociais do País. Anunciou o propósito do Conselho Directivo de promover os estudos, conferências e publicações relativas àqueles problemas*²³⁹.

A promessa de Daniel Barbosa de que sobre a questão do desemprego seria, em breve, convocada uma Assembleia Geral extraordinária para discutir o assunto, foi concretizada a 29 de Maio. Nessa sessão foi apresentada uma proposta que, pela sua importância e impacto, se transcreve integralmente:

Proposta

A Assembleia Geral da Ordem dos Engenheiros, convocada para apreciação do Relatório da Comissão do Desemprego, publicado no Boletim n.º 8, de 15 de Abril de 1953, comete ao Conselho Directivo o encargo, de junto de quem de direito, pugnar pelas seguintes medidas:

- 1. suspensão das disposições restritivas quanto à nomeação e promoção de engenheiros dos quadros do Estado;*
- 2. intervenção dos Ministérios competentes para que, nas obras de importância subsidiadas ou inteiramente executadas à custa do Estado ou Empresas Concessionárias, haja sempre engenheiros responsáveis por parte dos concessionários ou adjudicatários;*
- 3. actualização dos quadros técnicos da Metrópole e do Ultramar, com vista à intensificação dos trabalhos de fomento encarados pelo Governo e do preparo indispensável dos técnicos especializados que se hão-de necessitar em futuro muito próximo;*
- 4. imposição de condições nos alvarás de concessão que levem a restringir ao mínimo justificável, nos estudos e na realização das grandes obras em curso, ou nas que o Plano de Fomento prevê, o número de técnicos estrangeiros,*

imposições que se deverão, em certos casos, estender às próprias casas representantes de firmas estrangeiras e às quais, quando entregue o direito de fornecimento de equipamentos valiosos, seria também obrigatório especializar técnicos nacionais na montagem desse mesmo equipamento;

5. *actualização das disposições legais que condicionam a actividade dos engenheiros estrangeiros em Portugal, de forma a não perder a vantagem da presença daqueles que possam contribuir para elevar o nível da engenharia portuguesa sem sujeição, contudo, à presença de muitos outros cujo nível, igual ou inferior ao nosso, não pode justificar um regime de excepção;*
6. *regulamentação conducente à defesa da qualidade de produção e obtenção do máximo rendimento;*
7. *representação da Ordem dos Engenheiros no Conselho Superior da Indústria e no Conselho Superior de Normalização;*
8. *reforma do ensino técnico superior, visando a sua adaptação às necessidades do país e com possibilidades duma escolha cuidada dos futuros alunos de engenharia, e duma preparação pós escolar com vista à valorização da sua capacidade profissional;*
9. *representação da Ordem dos Engenheiros junto dos Conselhos Escolares, aos quais deve ser conferido grande grau de autonomia para efeito de adaptação constante do ensino da engenharia às novas modalidades da técnica e das suas aplicações;*
10. *alargamento dos quadros do ensino técnico profissional com vista ao preenchimento das vagas respectivas, e substituição, tão larga quanto possível, do professorado eventual por professorado efectivo.*

É igualmente cometido ao Conselho Directivo:

- a) *Nomear imediatamente a “Comissão permanente” a que se alude na 2.ª conclusão do Relatório;*
- b) *Actuar junto das entidades oficiais e das empresas com vista à colocação de engenheiros e à possibilidade de estágios remunerados;*
- c) *Tratar desde já junto do Ministério das Corporações e Previdência Social, de criar ambiente de bom acolhimento para a aprovação do Regulamento do Exercício da Profissão, que se virá a discutir numa das próximas Assembleias Gerais.*

Fonte: “Mesa da Assembleia Geral”,
in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 12 de 15 de Junho de 1953,
p. 387.

A apresentação desta proposta, que esgotou o tempo previsto para a sessão, conduziu à marcação de outra que se realizou em 3 de Junho. Nesta segunda sessão usaram da palavra os engenheiros Cunha Serra, Caldeira Rodrigues, Vargas, Rosário e Cunha Leal, tendo prestado esclarecimentos pela Direcção os engenheiros Daniel Barbosa, Canto Moniz

e Vaz Guedes. Foi uma discussão rica em conteúdo onde se trocaram importantes pontos de vista tendo como objectivo encontrar uma solução definitiva para o problema. Note-se que uma das hipóteses se afastava significativamente dos ideais corporativos. Em síntese defendeu-se o seguinte:

- › *a existência de certas causas gerais de desemprego como a falta de um planeamento da actividade económica do país, e de uma investigação científico-industrial com vista a um melhor aproveitamento das nossas riquezas; necessidade de aumento do rendimento técnico das nossas actividades. O desemprego dos engenheiros como causa indirecta do desemprego geral;*
- › *o problema do ensino e a selecção dos mais aptos. Uma solução de duas possíveis: ou forte condicionamento à entrada na Escola e durante o curso, com garantia de emprego mais ou menos assegurada para todos, ou deixar à selecção natural a eliminação pós escolar dos menos bem dotados. No último caso – solução liberal pura – não há que discutir problemas de desemprego, e deverá deixar-se aos próprios candidatos que resolvam o problema, desinteressando-se do curso²⁴⁰.*

Porque, porventura, como argumentava o engenheiro Brazão Farinha em Setembro de 1953, o facto de as assembleias gerais serem convocadas apenas para aprovar rotinas, tendo o efeito perverso de afastar os associados²⁴¹, o CD passou a promover a discussão em assembleias gerais de alguns temas, como a proposta da Secção de Engenharia Electrotécnica para a criação dum Museu das Ciências e das Indústrias, sabendo-se que a Associação Industrial Portuguesa patrocinava a ideia²⁴², a representação da Ordem na Feira das Indústrias Britânicas²⁴³ ou discussão do relatório sobre o desemprego elaborado pela respectiva Comissão²⁴⁴.

Esta questão do desemprego parecia não ter solução no quadro vigente em Portugal nos anos 50: um ensino superior universitário que produzia mais engenheiros do que o mercado conseguia absorver; uma industrialização que não arrancava com a intensidade necessária para poder ser o catalisador do desenvolvimento; o círculo que se fechava com o tradicional défice de iniciativa empreendedora exibido pelos nossos empresários (“faltam-nos capitães de indústria” – como já proclamara

Albano de Sousa, em 1933, no I Congresso da Indústria), a que se juntava esse verdadeiro prodígio do corporativismo português que era o condicionamento industrial. Desemprego portanto, desemprego aparentemente estrutural de engenheiros de todas as especialidades. Como sindicato que era, a Ordem tinha de se preocupar e lutar contra a calamidade, mas, como sindicato de uma elite, não só sentia o fenómeno de maneira diferente como sabia resolvê-lo. Por isso, esta Direcção de Daniel Barbosa mostrava, para além dos habituais sintomas de insatisfação, uma grande impaciência perante a passividade dos poderes públicos: achava que tendo feito dezenas de exposições, de requerimentos, de sugestões era altura de agir. De resto, estava escudada na decisão da Assembleia Geral de 15 de Abril de 1953 que na prática cometia ao Conselho a resolução do problema. A carta ao ministro da Presidência, Costa Leite (Lumbrales), referia que o desemprego dos engenheiros constituía uma das maiores preocupações da Ordem e que era com grande ansiedade que se aguardavam as providências pedidas oportunamente ao Governo. Perante a inexistência dessas providências, prosseguia a carta, *O actual Conselho Directivo resolveu, [...], tomar aberta e claramente uma posição no assunto, procurando, através de propostas suas, manter unidos, à sua volta, os membros inscritos na Ordem; e teve a satisfação do seu desejo, vendo-as aprovadas, por unanimidade, na última Assembleia Geral extraordinária em que se apreciou e discutiu, tão melindroso problema. Cometido assim a este Conselho Directivo, a que presido, o encargo de, junto de quem de direito, pugnar por certas soluções, vê-se ele na obrigação de cumprir tal mandato e o qual, inegavelmente, traduz uma afirmação de confiança da classe. E resolveu para tanto, na sua última reunião, transmitir à Presidência do Conselho, na pessoa de V. Ex.^a, uma exposição contendo as propostas aprovadas, e a sua justificação; dadas porém a importância e a acuidade do assunto, o Conselho Directivo da Ordem pretendia a honra de ser por V. Ex.^a recebido a fim de poder entregar, em mão, a exposição a que acima aludo*²⁴⁵.

A audiência com o ministro da Presidência, que ainda foi precedida de outra com o ministro das Corporações, *visto ser considerada como a melhor forma de se poder partir para um trabalho de coordenação*²⁴⁶, teve lugar a 7 de Agosto e o seu saldo, pelo menos na opinião da Ordem, foi

positivo: O Conselho Directivo congratula-se em informar a Classe que, em consequência, a Ordem dos Engenheiros passará a ter representação no Conselho Superior da Indústria e no Conselho Superior de Normalização, conforme se conclui do despacho transcrito num ofício recebido do Secretário-Geral do Fundo de Fomento Nacional [...]. Nestas circunstâncias é de prever que os problemas do condicionamento industrial e os da fixação de normas de qualidade, que tanta repercussão poderão ter na colocação dos engenheiros, já não serão discutidos sem a presença e a intervenção dos delegados da Ordem. Independentemente, o Conselho Directivo tem procurado actuar particularmente junto de várias empresas, no sentido de colocar engenheiros; lamenta ter de reconhecer porém, que as diligências efectuadas não têm tido frequentemente, o sucesso desejado²⁴⁷.

Assinale-se que esta presença da Ordem no Conselho Superior de Normalização apenas podia surtir efeitos em 1955 quando tivesse expirado o mandato dos actuais membros; só nessa altura seria possível substituí-los por representantes da Ordem, sendo certo que, entretanto, as secções tinham vindo a proceder à nomeação de comissões para o estabelecimento de princípios basilares que habilitem os representantes da Ordem com os elementos necessários para a sua actuação²⁴⁸.

No que se referia à integração da Ordem no Conselho de Normalização, houve ainda que, chamando a atenção para o facto de a representação da Ordem ter ficado assegurada nos termos do decreto-lei n.º 39 477, de 22 de Dezembro de 1953²⁴⁹ em que só se referiam as especialidades de engenharia civil, electrotécnica, mecânica e químico-industrial, solicitar ao ministro da Economia a inclusão das outras duas especialidades: a de minas e a naval²⁵⁰.

Finalmente, foram designados os primeiros representantes da Ordem no Conselho de Normalização: os engenheiros António Pinheiro de Magalhães Júnior (engenharia civil), Augusto José de Araújo Rebelo de Andrade (engenharia mecânica), António Manuel da Silva Salta (engenharia electrotécnica) e Manuel Barata Chagas Roquete (engenharia químico-industrial)²⁵¹.

A representação da Ordem no Conselho Superior de Indústria não se revestiu de tantas dificuldades, uma vez que o representante era o próprio presidente do CD, que apenas podia ser substituído pelo vice-presidente.

Neste mandato de Daniel Barbosa cresceram imenso as representações da Ordem, sobretudo no quadro interno da organização corporativa, nomeadamente as seguintes: Comissão de Estudo da Regulamentação dos Planos de Urbanização (engenheiro Miguel de Resende); Comissão Electrotécnica Portuguesa (engenheiros Alexandre M. da Conceição Cunha e Paulo Teixeira de Queirós de Barros); Anteprojecto de nova regulamentação das condições de trabalho dos ferroviários (engenheiro Augusto Borges de Almeida Ferreira); Comissão de estudo das normas e demais material de plástico a usar em instalações eléctricas (engenheiro José de Lemos e Matos); Comité de Energia Eléctrica da Comissão Económica para a Europa (engenheiros Eduardo José da Costa Pereira e Ruy Afonso Fialho de Sá Pereira)²⁵².

Regressando à questão do desemprego, refira-se ainda que, prosseguindo a sua saga, agora reforçada por um mandato da AG, o Conselho escreveu também ao ministro da Educação. Desta feita apenas para lhe solicitar que tivesse em conta uma carta de um engenheiro queixando-se de ter sido preterido num concurso para professor-estagiário do ensino técnico-profissional²⁵³.

Percebe-se, todavia, a inversão da tendência. Alguns sinais, como por exemplo a rejeição de estágios remunerados mas sem garantia de emprego, indicavam que a pressão estava a diminuir, para o que devem ter contribuído as oportunidades abertas pelo desenvolvimento das iniciativas resultantes do Plano de Fomento, na Metrópole e no Ultramar. Como o próprio CD reconhecia, considerando a *redução da afluência de candidatos à primeira matrícula nas escolas de engenharia, verificada nos últimos dois anos, é de crer que, salvo os casos especiais resultantes de factores estranhos ao fenómeno económico-social, estejamos a caminho dum equilíbrio desejável dentro da conjuntura actual*²⁵⁴. O próprio presidente do Conselho Directivo tinha abordado o problema na Assembleia Nacional, procurando com essa intervenção criar um ambiente propício às medidas que se impõem, anunciando um aviso prévio quando se tratasse da protecção e fomento da indústria e mão-de-obra nacionais. Enfim, o Conselho Directivo mostrava-se moderadamente optimista, tanto mais que havia a intenção formal, expressa pelas entidades oficiais responsáveis, de promover uma intervenção cada vez mais eficiente da técnica nos diferentes

sectores da actividade nacional, oficial e particular, reafirmando o seu empenho em continuar, por todos os meios ao seu alcance, individual e colectivamente, a pugnar pela resolução do problema na sua generalidade, e também dos casos especiais de que tivesse conhecimento²⁵⁵.

Na realidade, a evolução do País tornava cada vez mais importante ouvir o parecer dos engenheiros sobre diferentes matérias. Assinale-se que, com alguma frequência, eram eles mesmos a tomar a iniciativa.

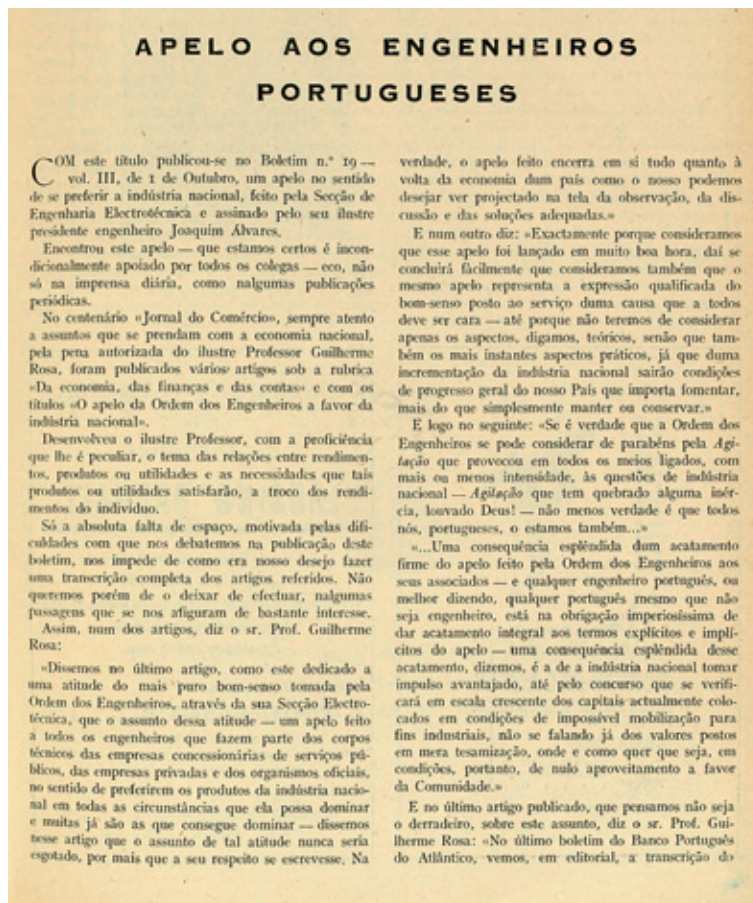
Não é por isso de estranhar que começassem a surgir preocupações concernentes ao papel dos engenheiros no planeamento económico, e fossem crescentes as preocupações com a institucionalização de novas formas de cooperação e intercâmbio internacional. Daí que tenham começado a despontar novas perspectivas de participação e de intervenção dos engenheiros e da Ordem na vida nacional.

Por sua vez, a Ordem procurava inserir-se neste movimento, aceitando-o e pretendendo incentivar a sua dinamização. Entre outros exemplos, convidada pelo subsecretário de Estado do Comércio e Indústria a pronunciar-se sobre o projecto da siderurgia, a Ordem não só respondeu afirmativamente como se propôs organizar, através da sua Secção de Engenharia Químico-Industrial, umas Jornadas Metalúrgicas²⁵⁶ e foi com o mesmo entusiasmo que respondeu ao já referido desafio para que a OE organizasse um debate, no seio das suas comissões técnicas, sobre o problema da precedência a estabelecer na execução dos novos grandes aproveitamentos hidroeléctricos, criando até, no seu seio, um Agrupamento de Aproveitamentos Hidroeléctricos²⁵⁷, coordenado pelos engenheiros Abecasis Manzanares, Elisiário Monteiro, Ivo Gonçalves, Luís de Carvalho e Edgar de Oliveira²⁵⁸.

Outras temáticas, mostrando o crescente empenho da Ordem na vida social e económica, foram surgindo, reflectindo-se aliás em sucessivos editoriais do *Boletim*: o apelo a favor do lançamento de uma campanha que levasse os portugueses a preferir os artigos da indústria nacional, apelo a que por exemplo o *Jornal do Comércio* deu continuidade²⁵⁹; as preocupações com a melhoria da higiene e segurança dos locais de trabalho para o que a Ordem julgava conveniente conseguir o apoio da Ordem dos Médicos²⁶⁰; e, naturalmente, a contribuição que a Ordem

sentia ser seu dever assumir no sentido de melhorar o ensino técnico, o ensino das profissões ligadas directamente às actividades técnicas, ou, nas palavras do Editorial: *Os decisivos passos que ultimamente têm sido dados na evolução industrial do nosso país criam para o futuro responsabilidades que o ensino tecnológico tem de encarar para corresponder às necessidades impostas pela transformação da vida industrial e económica da Nação*²⁶¹. A posição da Ordem nesta questão era particularmente interessante; as suas preocupações extravasavam a questão do ensino para se alargarem a áreas como a da indispensabilidade de *eleva o nível cultural dos operários, para que os progressos que desejamos sejam atingidos*, uma vez que *na grande maioria dos casos o nosso operário mesmo aquele a quem chamamos especializado não tem quaisquer estudos além da instrução primária, por vezes incompleta e muitos são até analfabetos*; no fundo, o texto reconhece que não podemos esquecer *que quando preferimos um produto estrangeiro [...] pela sua melhor qualidade, que ele foi executado por homens, embora, originariamente não mais capazes do que os nossos, de facto habilitados com uma cultura que só em raros casos os nossos operários alcançam*²⁶².

Uma velha aspiração da Ordem, que aliás se encontrava consagrada no seu Estatuto, era a de estender a sua jurisdição às colónias. Situação que também, com o correr dos tempos, se foi transformando em ansiedade e mesmo criando alguns focos de críspação. Apesar de todo o empenho posto, incluindo a reflexão sobre a alteração do Estatuto da Ordem²⁶³ e a preparação de um “Projecto de decreto-lei” sobre o “Regulamento das delegações ultramarinas e delegados ultramarinos”²⁶⁴ ainda seria preciso



Artigo apelando à leitura do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*.

Fonte: Empresa Pública Jornal “O Século”
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0120/0004AH
“Imagem cedida pelo ANTT”.

Autor: não identificado.

esperar cerca de década e meia para que se verificasse a extensão da jurisdição da Ordem às províncias ultramarinas.

A reforma do ensino superior de Engenharia

À medida que, apesar de todas as dificuldades, ia prosseguindo a evolução económica do País no sentido do alargamento do âmbito e do desenvolvimento industrial, passou a existir nos meios políticos, académicos e profissionais a convicção que se tornava premente a revisão do ensino da Engenharia nas nossas escolas universitárias: a reforma do ensino técnico ocorrida em 1948 ficou circunscrita ao nível do secundário, já que as medidas aplicáveis ao ensino técnico médio, aos institutos industriais, só foram aplicadas em 1950. Em termos de ensino superior, para além de pequenos ajustamentos, tudo se mantinha praticamente imutável desde os anos 30²⁶⁵.

A Ordem, ao longo deste mandato, já se tinha manifestado convictamente nesse sentido; por isso, foi com satisfação que encarou a reforma proposta, e iniciada no princípio da década de 50, pelo ministro da Educação, seu filiado, o engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto.

Em 1953 já a Ordem tinha remetido cartas para vários membros do corpo diplomático acreditado em Lisboa solicitando informações sobre a forma como estavam organizados os cursos de engenharia nesses países²⁶⁶. Na realidade, a reforma do ensino superior de Engenharia constituía há muito uma preocupação da Ordem, de maneira a ser possível adaptá-lo *devidamente às exigências da vida nacional, de forma a poder-se tirar o maior proveito de quanto a técnica e a Ciência lhe possam realmente oferecer nesse campo de aplicação tão importante e tão vasto*, constituindo matéria de reflexão ao nível das diversas secções²⁶⁷.

Inicialmente as preocupações da Ordem centravam-se em três domínios:

- › ser útil, até onde fosse possível, na colaboração a prestar ao Governo, no contexto da anunciada reforma;
- › que se pudesse fazer uso da *experiência adquirida no exercício profissional, quer pelo conhecimento vivido do presente, quer pelo sentido que se tem quanto à resolução que se pode prever para o futuro, levava a nossa Classe a defender, como um dos seus mais legítimos*



Francisco de Paula Leite Pinto
(à esquerda) (1902-2000), ministro
da Educação Nacional, com os membros
do Conselho Escolar da Faculdade
de Engenharia.

Fonte: Arquivo de Fotografia de Lisboa
– CPF/MC.

anseios, a certeza de se não ver perdida qualquer colaboração que pudesse contribuir para tudo quanto mais a prestigie e melhor a habilite a cumprir a sua missão actual;

- › *que a reforma viesse a revestir a forma de um simples decreto-lei e dessa sorte, sem que houvesse possibilidade imediata de a Assembleia Nacional se pronunciar acerca dela e, conseqüentemente, sem que sobre ela, também, se elaborasse parecer da Câmara Corporativa, onde a Ordem dos Engenheiros, por aí estar largamente representada, poderia fazer proveitosamente chegar a voz das suas diversas Secções²⁶⁸.*

Ora, para obviar aos prejuízos que em seu entender resultariam deste último facto, e tendo tido conhecimento de que tinha sido criada no Ministério uma comissão à qual teria sido cometida a tarefa de elaborar a dita reforma, a Ordem solicitou ao ministro que lhe fosse dada possibilidade de integrar a Comissão através dum seu representante. O ministro concordou com esta solicitação. O próprio Conselho Directivo constituiu-se então em comissão encarregada, a partir de então, de coordenar todo o trabalho das secções e de o carrear para a comissão ministerial devidamente organizado e sistematizado. O CD empenhava-se na colaboração ao Governo no sentido de reformar o ensino da Engenharia mas tinha

bem consciência de que essa colaboração se limitava aos aspectos profissionais, ditados pela experiência, procurando distinguir o campo de intervenção que se aceita para a Ordem daquele que, por pedagógico, respeitava, como é evidente, aos Conselhos Escolares. Aliás, recorde-se que o presidente do Conselho Directivo da OE era ele mesmo professor catedrático do IST e nessa condição teria de evitar qualquer situação dúbia, geradora de mal-entendidos.

A Ordem elaboraria um longo e fundamentado parecer, significativamente intitulado *Contribuição da Ordem dos Engenheiros à Reforma do Ensino de Engenharia em Portugal*, já com a legislação promulgada, onde deixaria explícita a sua posição e a sua discordância relativamente à reforma projectada, e *porque o referido projecto se afastava fundamentalmente, no que respeita à estruturação dos cursos, do ponto de vista defendido pela Ordem dos Engenheiros, não era possível ao Conselho Directivo proceder ao ajustamento em questão*²⁶⁹. E, continuava o CD, embora reconhecesse que a reforma aprovada pelo Governo se afastava substancialmente da proposta da Ordem, ficava com a consciência tranquila por ter dado ao Ministério da Educação Nacional uma contribuição entusiástica e séria e sempre na expectativa de que um dia a ordem dos Engenheiros *pudesse vir a ser ouvida e ver ponderados os seus pontos de vista*²⁷⁰.

No fundo, apesar de todas as cautelas com que o tema foi tratado pela Ordem, as coisas não correram como a instituição ambicionava. É facto que o ministro aceitou a oferta de colaboração da Ordem e criou os mecanismos necessários para que esta estivesse representada na comissão ministerial encarregada de proceder à reforma do ensino superior de Engenharia, mas também é de meridiana clareza que só aparentemente aceitou as sugestões que a esse respeito a Ordem lhe fez. Ou seja, na prática os pareceres da Ordem foram ignorados e esta, de certa forma, desconsiderada. A Ordem reagiu com *fair play*: no editorial do *Boletim* de 1 de Novembro de 1955, duas semanas antes da publicação do decreto-lei 40 378²⁷¹, que aprovou os novos planos dos cursos de Engenharia das universidades portuguesas, o CD considerava que *Sua Excelência o ministro da Educação Nacional acarinhou especialmente a espontânea iniciativa da Ordem, atitude que nos torna gratos. Não importa conhecer*

*a medida em que o estudo organizado virá a influir na reforma promulgada por Sua Excelência. Independentemente deste aspecto toda a colaboração foi prestada com sincera e decidida vontade de servir*²⁷².

Evocando a experiência profissional acumulada, a Ordem pretendia ressaltar a importância social do engenheiro, na convicção de que *o futuro da Pátria dependerá do que valerem os seus engenheiros*²⁷³, e defendia uma maior especialização, um recentramento sobre as ciências e as técnicas da Engenharia embora concedesse a existência de outras áreas que teriam de integrar os cursos de engenharia, entendendo o engenheiro como [...] *um chefe que concebe e faz executar as operações e os trabalhos que são a base material da vida das sociedades modernas* [...]. No seu entendimento a formação do engenheiro constituía *um todo indivisível conducente à preparação não apenas de um técnico especializado mas de um elemento apetrechado para o exercício de uma profissão que exige não só conhecimentos técnicos, económicos e humanos, mas também um alto nível de cultura geral. Não se deve esquecer que a intervenção dos engenheiros no meio social é cada vez mais larga, em profundidade e extensão, o que leva a encará-los como agentes de importância para dirigir e educar, também; de facto, no desenvolvimento técnico-industrial dos nossos dias, o técnico aparece em toda a parte quase sempre comandando e orientando equipas ou centros de trabalho que dele têm a esperar influência e condução* [...].²⁷⁴

Por sua vez, o Governo, pela mão do ministro, exprimia-se de forma substancialmente diferente: *Todo o movimento actual aconselha, não a reduzir, em homenagem a uma precoce especialização, a cultura geral dos nossos engenheiros, mas, ao contrário, precisamente a aperfeiçoá-la e a completá-la. É no estrito acatamento dessa clara lição que nos novos planos se alarga a representação das disciplinas de matemática e de física, se inscreve pela primeira vez a disciplina de Sociologia Geral [...] e se procura sugerir para a economia [...], um estudo com carácter mais geral*²⁷⁵.

A Ordem contrapunha, sem se opor de uma forma radical à posição expressa pelo ministro, que uma escola de Engenharia tinha de ter *mística própria* [...], *que um Instituto Tecnológico [deve possuir] um programa de ensino completo e que o seu Conselho Escolar [devia ser] o cenáculo em*

*que se debatem os problemas fundamentais da preparação do engenheiro moderno [...], em síntese a Engenharia é essencialmente ciência aplicada por profissionais especificamente educados para esse fim*²⁷⁶.

Uma outra questão que se revestia da maior importância no quadro do funcionamento e das actividades da Ordem, que se arrastava sem que se vislumbrasse uma solução satisfatória, era a do regulamento do exercício da profissão. Os sucessivos conselhos directivos bem se vinham empenhando nesse sentido, sendo que a Direcção anterior, do engenheiro Raul Couvreur, constituíra mesmo uma comissão específica a que competia propor um texto, uma solução, uma saída... mas debalde.

O diagnóstico do malogro estava feito, tal como decorria de um conjunto de intervenções proferidas nas sessões da Assembleia Geral extraordinária de 24 de Julho de 1953, onde pontificou a opinião do presidente Daniel Barbosa²⁷⁷: as dificuldades eram enormes porque o regulamento se prendia com um sem fim de interesses profissionais existentes fora e dentro do contexto da Ordem *tendo sido [por isso] necessário escaloná-las pacientemente e de facto o problema, ou melhor, a solução do problema, não depende infelizmente só de nós, mas sobretudo do Governo, que o tem de ponderar entre muitos outros, semelhantes, resultantes, por exemplo, de diversas profissões com as quais dia a dia contactamos no exercício da nossa actividade de engenheiros*²⁷⁸.

A agravar a situação, o facto de as peculiaridades do sistema corporativo português não permitirem qualquer inspiração vinda de outros países, ou, como referia o CD, *não existir noutros países tradição legal, ou orientação legislativa adaptável ao nosso país, na qual se pudesse tentar um eventual apoio por simples exemplificação que fosse*²⁷⁹.

Em todo o caso, tornando-se absolutamente imprescindível começar a resolver as dificuldades, o CD tinha já identificado três campos para os quais era necessário encontrar soluções: as questões deontológicas, as que se reportavam a honorários e as de regulamentação da profissão propriamente ditas e, já tinha concluído, ao fim de muito debate e muitos estudos, *que se não torna possível a publicação dum decreto-lei capaz de englobar todos os assuntos que estão na base dos diferentes relatórios*, produzidos e publicados no *Boletim* pela Comissão de Estudo do Regulamento para o

Exercício da Profissão de Engenheiro. *Parece que seria trabalhar, portanto, em pura perda de tempo, persistir-se nesse caminho sem saída*²⁸⁰.

A solução proposta era então a de preparar um decreto-lei onde constasse uma série de bases que definiriam *clara e concretamente, os princípios gerais de regulamentação da profissão de engenheiro*. Este decreto-lei, global e abrangente, permitiria que, posteriormente, se fossem produzindo decretos regulamentares que, por sua vez, seriam pormenorizados e estendidos através de portarias e despachos. Neste contexto, o Conselho afirmava-se convicto de que seria *possível conseguir alguma coisa*, desde que se conseguisse convencer da bondade desta solução *quem, ao fim e ao cabo, há-de caber legislar*. *As Bases acima referidas poderão preparar-se desde já com vista à sua apresentação em Assembleia Geral para o que o Conselho Directivo entende que esta deveria designar a necessária Comissão*²⁸¹.

Entretanto o CD encarregou a Comissão de coordenar os elementos para o Regulamento do Exercício da Profissão após os trabalhos efectuados pelas diversas secções, exactamente para que se conseguisse dar-lhes *um espírito de generalidade, aplicável a toda a engenharia*²⁸² e, a partir desse trabalho, produzir uma primeira versão do Regulamento. Tudo isto foi feito; o projecto foi minuciosamente apreciado pelas secções e pela Delegação do Porto, mas, neste mandato, o processo não teve qualquer outra evolução.

Quanto ao mais, a actividade da Ordem dos Engenheiros prosseguia; acompanhando as diversas matérias que compunham o seu dia-a-dia, entre novas questões que surgiam e uns quantos velhos assuntos que persistiam sem solução e que reiteradamente se colocavam aos sucessivos Conselhos Directivos.

Na verdade, há 18 anos, tantos quantos levava a Ordem desde a sua constituição, que todas as direcções, sem excepção, tentavam solucionar a questão do sistema de previdência. Em 1954, depois de muitos estudos feitos e de muitas reuniões inconclusivas, o CD considerando esgotadas as possibilidades de constituir para o efeito uma Comissão composta por membros da Ordem resolveu então solicitar a colaboração de um inspector da Previdência²⁸³.

Outra frente de preocupações, que também integrava desde o primeiro momento a história da Ordem, era a que tinha a ver com a presença de engenheiros estrangeiros a trabalhar no País. Claro que a questão já não assumia a gravidade dos primeiros tempos mas nem por isso era esquecida. O Conselho, tomando em conta este encargo, compreendendo que o problema não estaria tanto na actualização da legislação mas nas divergências de interpretação como devia ser aplicada a lei n.º 1991 entre a Ordem e os serviços do Ministério das Corporações, por onde corriam os processos de autorização, combinou com o ministro a realização desse estudo, a cargo da Comissão dos Engenheiros Estrangeiros, com o propósito de identificar *as medidas a adoptar para tornar fluentes e proveitosas as relações oficiais da Ordem com os seus Serviços*²⁸⁴.

De uma forma ou de outra a actividade da Ordem aumentava em intensidade, procurando reagir aos desafios que lhe vinham sendo colocados em todos os quadrantes, incluindo do exterior.

O final da II Guerra Mundial iniciou uma era de intensos contactos internacionais e a criação de muitos organismos multilaterais nos quais participavam ou os próprios países ou instituições das mais diferentes categorias. Tal como noutros domínios profissionais, também no campo das engenharias se passava algo de semelhante e a Ordem dos Engenheiros era frequentemente convidada a fazer-se representar, muitas vezes em nome do País, em conferências, colóquios, cerimónias evocativas, feiras, etc., que directa ou indirectamente interessavam a profissão.

Em 1954 a Ordem dos Engenheiros encontrava-se filiada, com autorização do Governo, nas seguintes organizações: Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Ingénieurs, como membro nacional; Association Internationale Permanente des Congrès de la Route; Association Internationale des Ponts et Charpentes; Fédération Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme; Association Internationale Permanente des Congrès de Navigation.

No entanto, e para além das dificuldades que por vezes resultavam do facto de as deslocações e as filiações nessas instituições internacionais estarem dependentes de autorização ministerial, havia quase sempre que resolver o problema financeiro das cotas e das simples deslocações, ou seja, com frequência *convidada para se fazer representar no estrangeiro*,



Mercier Marques discursa na reunião da FEANI em Lisboa.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros

*em diversas cerimónias, congressos, etc., a Ordem carecia dos fundos indispensáveis para o poder fazer, mesmo que para tal tivesse obtido indispensável autorização*²⁸⁵.

Aparentemente a questão tinha ficado resolvida com o já referido despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros de 6 de Abril de 1953²⁸⁶, mas, na prática, cada convite para uma deslocação ou o interesse na inscrição numa organização internacional obrigava a Ordem a solicitar caso a caso um subsídio ao Ministério da tutela.

Entre as diversas instituições que suscitavam o interesse da Ordem dos Engenheiros a Fédération International d'Associations Nationales d'Ingénieurs (FIANI) impunha-se, a diversos títulos, como a mais relevante. A Federação foi criada em 7 Setembro de 1951, com a participação de sete países europeus: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Suíça, agrupando com 175 mil membros. Pouco depois os engenheiros europeus quiseram manifestar a vontade de se unirem, ultrapassar os particularismos nacionais e favorecer o progresso da técnica. No decurso dos anos que se seguiram à sua criação, a Federação viu crescer o número dos seus membros: vinte países europeus estavam já representados, agrupando perto de 850 mil pessoas. Em 1956, a palavra “internacional” foi substituída pela palavra “europeia” na denominação

da Federação, que se tornou assim FEANI com o propósito de afirmar a sua vocação europeia. A oportunidade desta alteração de denominação viria a confirmar-se com a criação, em 1968, da Federação Mundial de Organizações de Engenheiros. A importância que a FEANI tinha para a Ordem media-se não só por aqueles números mas, sobretudo, pelos objectivos prosseguidos²⁸⁷ e, claro, pelo que representava em termos de quebra de um certo isolamento a que a organização corporativa portuguesa ainda estava internacionalmente sujeita²⁸⁸.

À medida que o tempo ia passando, a Ordem estabelecia laços cada vez mais densos com outras instituições públicas e privadas; nem sempre pacíficas, dado o seu carácter sindical, e frequentemente em conflito aberto por razões que têm vindo a surgir ao longo desta história. Realidade que, de resto, vinha sendo reconhecida pelos diferentes Conselhos Directivos. Assim aconteceu, em 1954 e 1955, durante este mandato de Daniel Barbosa, sendo *constante o esforço do Conselho Directivo de manter contacto directo e pessoal com os membros do Governo e funcionários superiores dos Departamentos do Estado dos quais dependem resoluções que interessem à Classe*²⁸⁹. Como exemplo, refira-se a posição do então ministro das Obras Públicas, engenheiro Arantes e Oliveira, sobre a situação dos engenheiros no seu Ministério; a disposição do ministro das Corporações e Previdência Social para a rever e aperfeiçoar a legislação referente à actividade dos engenheiros estrangeiros no País; a determinação do subsecretário do Comércio e Indústria à Direcção-Geral dos Serviços Industriais para efeito da revisão dos alvarás concedidos, quanto à necessidade de determinadas indústrias terem ou não engenheiros ao seu serviço, além de que a Ordem tinha conseguido fazer-se representar em várias comissões entre as quais se contavam a que iria proceder ao estudo do regulamento geral sobre urbanização; a que fora nomeada para proceder ao estudo das questões relacionadas com electrificação rural; outra que fixaria as normas a que deviam obedecer os tubos e demais material plástico a usar nas instalações eléctricas; outra ainda que apreciaria os projectos do monumento a construir no Promontório de Sagres...²⁹⁰

Mais difíceis continuavam a ser as relações da Ordem em tudo o que se referia à actividade dos engenheiros no campo municipal, apesar das afirmações proferidas pelo ministro do Interior *na sessão de encerramento*

*do I Curso de Engenharia Sanitária acerca da necessidade de se criar um quadro de engenheiros municipais, garantindo-lhes estabilidade e remuneração equiparadas às dos engenheiros funcionários do Estado*²⁹¹. Uma antiga aspiração da Ordem que parecia finalmente realizada.

No entanto, estava-se ainda longe desse objectivo: grande parte das câmaras quando procediam ao recrutamento não se preocupavam em respeitar aquele princípio. Aliás, esta matéria não era pacífica dentro das estruturas da Ordem onde, com alguma frequência, aconteciam situações de conflito entre a Comissão de Estudo da Actividade dos Engenheiros no Campo Municipal e as secções, sobretudo a de Engenharia Civil que, com a influência que lhe advinha da sua dimensão, actuava aos vários níveis em que se concretizava aquela actividade sem ter em conta a existência da Comissão²⁹². Situações semelhantes aconteciam no que respeitava aos honorários, às ajudas de custo quando das deslocações, ao exercício de profissão liberal, à capacidade e competência para assinatura de projectos ou às relações com as chefias de serviço²⁹³. Tratava-se, em suma, de valorizar a profissão mas também, à medida que as especificidades técnicas eram cada vez mais exigentes, assegurar que os projectos e as indústrias de maior complexidade tinham alguém tecnicamente responsável que, naturalmente, só poderia ser um engenheiro da especialidade.

Noutra vertente, a Biblioteca e os serviços que a Ordem dos Engenheiros prestava iam-se tornando uma ferramenta fundamental para os seus membros. Por esse motivo, a Direcção presidida por Daniel Barbosa, na sequência de preocupações herdadas, completou os estudos de aperfeiçoamento dos serviços e prosseguiu os ensaios da aplicação já anteriormente iniciados. Refira-se que esses estudos levaram à elaboração dum relatório no qual eram descritos os serviços em funcionamento com largo arquivo de índices numéricos indispensáveis a qualquer estudo de reforma. O Relatório, depois de analisar a actividade desenvolvida em 1955, abordava pormenorizadamente as necessidades bibliográficas dos engenheiros e concluía pela necessidade da criação dum Centro de Documentação Técnica, que na dependência do Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura, se constituiria como o centro coordenador da bibliografia técnica.

No final de 1955 existiam na Biblioteca 7413 obras abrangendo 10 773 volumes; foram brochados 959 volumes de revistas, tarefa prévia indispensável à arrumação racional das espécies conservadas e seu eficiente controlo e foi assegurado o serviço de consultas na sede e domiciliárias. Na sede foram consultadas 6088 obras (8390 em 1954) por 4056 leitores (4500 em 1954). Para além destes procedimentos, foi mantido o serviço de documentação das revistas recebidas sendo classificadas 4308 fichas e atingindo-se 35 000 no total (3782 e 31 000 em 1954) e foi desenvolvido o regime de aluguer que também já se encontrava regulamentado. Para 1956, a Direcção previa a possibilidade de, dentro do esquema apresentado, realizar, entre outras, as seguintes tarefas: iniciar as actividades do Centro de Documentação Técnica, encadernar a totalidade dos volumes de revistas de consulta frequente, montar os serviços auxiliares do Centro (traduções, reproduções), organizar o arquivo de catálogos, rever o Regulamento de consultas, aumentar o volume de publicações recebidas desenvolvendo as permutas e o serviço noticioso de pré-publicação, iniciar a remodelação do arquivo geral.

De assinalar também, a actividade que a Direcção de Barbosa pretendia desenvolver no domínio das publicações da Ordem, programando, através da sua Comissão de Publicações, a organização e publicação de um *Anuário dos Engenheiros* e, aproveitando a oportunidade, a elaboração de um questionário referente ao *curriculum vitae* dos engenheiros inscritos na Ordem, com o objectivo de permitir uma actualização dos registos individuais de todos os seus membros²⁹⁴.

Em qualquer caso neste mandato registou-se uma intensa actividade editorial *que conduziu ao maior volume de resultados desde sempre conseguidos*, embora outra característica do período tenha sido a grande irregularidade com que as publicações iam sendo editadas, designadamente por razões orçamentais. De resto, na Assembleia Geral extraordinária, realizada a 11 Janeiro de 1955, acabou por ser suspensa a fórmula das *Memórias da Ordem dos Engenheiros* que economicamente se mostrara inviável nos moldes em que se processava a respectiva edição²⁹⁵. Depois de alguns incidentes processuais, que conduziram à nomeação e posterior demissão de uma Comissão Redactorial, o Conselho Directivo

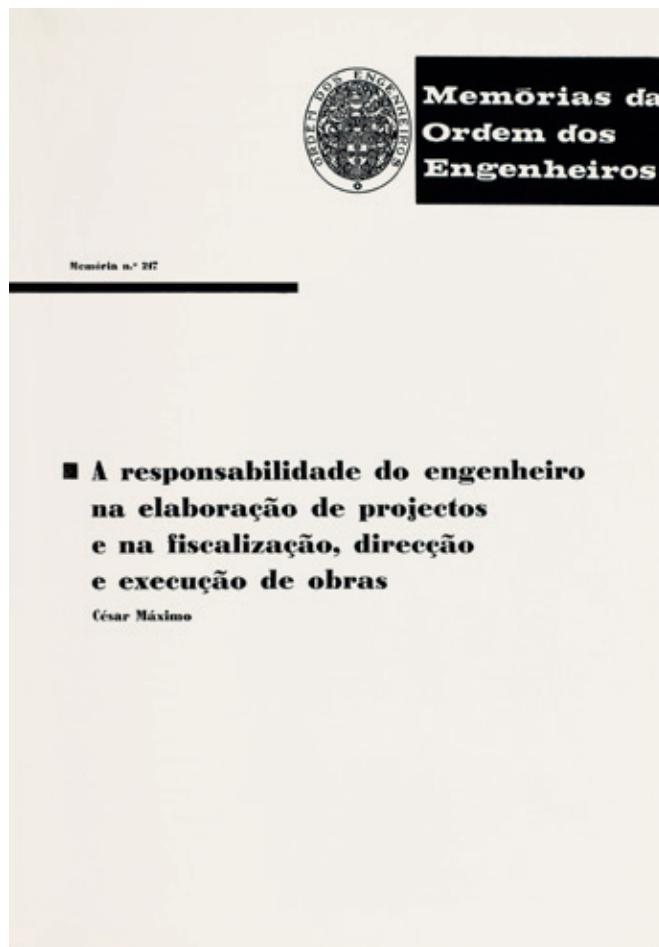
assumiu *directamente o encargo que lhe competia e assim pôde ser mantida sem interrupção a publicação do Boletim.*

Pelo esforço feito e pelos resultados obtidos, o Conselho sentia-se encorajado a prosseguir nesta via de expansão da actividade editorial que, aliás, considerava uma consequência da intensificação da actividade geral da Ordem, embora não deixasse de vincar uma certa insatisfação por lhe parecer difícil ultrapassar os resultados obtidos em virtude dos escassos recursos materiais disponíveis. Se fosse possível intensificar o empenho como até aí se procedera, o Conselho tinha intenção de, uma vez resolvidas as dificuldades, *renovar os seus esforços para a criação duma Comissão Redactorial que realizasse as aspirações gerais*²⁹⁶.

As coisas não se passaram bem assim, e esses bons propósitos do Conselho foram completamente gorados: a Comissão de Publicações, que em Janeiro de 1955 contava com 14 membros²⁹⁷, foi perdendo membros até ser extinta em 1 de Agosto de 1955²⁹⁸ e o *Boletim da Ordem dos Engenheiros* viu, no auge da crise então vivida, a sua publicação ser interrompida a 15 de Maio de 1956²⁹⁹...

Entretanto, apesar de a prática associativa nem sempre corresponder às expectativas que o seu peso suscitava, o número de membros da Ordem dos Engenheiros quase duplicou ao longo do período em análise neste capítulo.

No total, entre efectivos e agregados inscritos e na actividade, a OE chegaria ao final do mandato de Daniel Barbosa aos 4009 membros inscritos, dos quais 3726 na actividade. Metade, como se pode ver nos quadros que a seguir se apresentam, continuavam a pertencer à especialidade de Engenharia Civil.



Memórias da Ordem dos Engenheiros.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros

Membros inscritos e na actividade – 1945-1955

	MEMBROS INSCRITOS			MEMBROS NA ACTIVIDADE		
	EFFECTIVOS	AGREGADOS		EFFECTIVOS	AGREGADOS	
1945	2216	45	2261	1973	43	2016
1946	2315	42	2357	2124	42	2166
1947	2454	40	2494	2271	40	2311
1948	2652	36	2688	2491	36	2527
1949	2870	42	2912	2660	42	2702
1950	3108	42	3150	2886	42	2928
1951	3315	40	3355	3069	40	3109
1952	3487	33	3520	3239	33	3272
1953	3657	35	3692	3394	35	3429
1954	3835	35	3870	3564	35	3599
1955	3973	36	4009	3690	36	3726

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1945-1953, e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1955.

Distribuição dos membros inscritos pelas Secções 1945-1955

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO-INDUSTRIAL		NAVAL	
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS
1945	1323	14	500	15	252	5	249	8	140	7	17	
1946	1372	13	529	15	262	5	249	6	146	7	16	
1947	1442	14	575	15	274	3	251	6	150	6	16	
1948	1537	13	637	15	283	3	259	5	166	4	15	
1949	1639	18	706	16	302	4	261	5	182	4	16	
1950	1756	17	788	15	321	5	263	6	196	4	15	
1951	1840	17	850	15	341	5	261	4	232	4	17	
1952	1913	14	908	14	357	3	257	4	256	3	17	
1953	1973	13	962	15	381	4	254	6	281	2	19	
1954	2057	11	1006	16	401	4	254	6	303	1	20	
1955	2111	11	1044	15	423	3	252	6	323	2	22	1

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1945-1953, e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1955.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1945-1956

	CIVIL		ELECTRO-TÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO-INDUSTRIAL		NAVAL		TOTAIS	
		%		%		%		%		%		%		%
1945	1135	51,2	479	21,6	232	10,5	221	10,0	133	6,0	15	0,7	2215	100,0
1946	1224	51,9	513	21,8	245	10,4	222	9,4	139	5,9	15	0,6	2358	100,0
1947	1308	52,2	558	22,2	258	10,3	226	9,0	143	5,7	15	0,6	2508	100,0
1948	1418	52,2	621	22,9	269	9,9	233	8,6	160	5,9	15	0,6	2716	100,0
1949	1493	52,2	670	23,4	283	9,9	231	8,1	168	5,9	15	0,5	2860	100,0
1950	1614	52,2	741	24,0	304	9,8	234	7,6	184	6,0	15	0,5	3092	100,0
1951	1683	51,5	797	24,4	322	9,9	231	7,1	217	6,6	17	0,5	3267	100,0
1952	1759	51,2	858	25,0	337	9,8	226	6,6	236	6,9	17	0,5	3433	100,0
1953	1812	50,7	905	25,3	358	10,0	221	6,2	257	7,2	19	0,5	3572	100,0
1954	1896	50,8	946	25,4	376	10,1	215	5,8	277	7,4	20	0,5	3730	100,0
1955	1946	49,2	984	24,9	396	10,0	312	7,9	295	7,5	22	0,6	3955	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1945-1953,*
e *Boletim da Ordem dos Engenheiros, 1954-1956.*

Mantiveram-se também as principais características em termos de distribuição geográfica: o peso esmagador de Lisboa, o crescimento de engenheiros na área do Porto e, à imagem do País em tantos outros aspectos, uma distribuição rarefeita pelos outros espaços.

Residências, por distritos, dos membros efectivos e agregados na actividade – 1945-1955

	1945		1946		1947		1948		1949		1950		1951		1952		1953		1954		1955	
		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%
Aveiro	39	2,0	39	1,9	49	2,2	52	2,2	67	2,6	72	2,6	85	3,0	88	2,9	84	2,7	103	3,1	91	2,7
Beja	14	0,7	14	0,7	12	0,5	13	0,5	17	0,7	15	0,6	23	0,8	23	0,8	21	0,7	22	0,7	22	0,7
Braga	18	0,9	21	1,0	21	1,0	28	1,2	23	0,9	30	1,1	35	1,2	47	1,6	59	1,9	61	1,9	60	1,8
Bragança	14	0,7	10	0,5	14	0,6	14	0,6	13	0,5	15	0,6	17	0,6	22	0,7	18	0,6	26	0,8	21	0,6
Castelo Branco	16	0,8	21	1,0	20	0,9	27	1,1	36	1,4	21	0,8	29	1,0	29	1,0	45	1,4	51	1,6	51	1,5
Coimbra	64	3,3	69	3,4	79	3,6	86	3,6	85	3,3	90	3,3	112	3,9	121	4,0	122	3,9	120	3,6	110	3,3
Évora	14	0,7	18	0,9	16	0,7	21	0,9	30	1,2	20	0,7	24	0,8	21	0,7	31	1,0	29	0,9	29	0,9
Faro	16	0,8	22	1,1	21	1,0	18	0,8	31	1,2	36	1,3	40	1,4	40	1,3	41	1,3	42	1,3	34	1,0
Guarda	13	0,7	12	0,6	11	0,5	12	0,5	7	0,3	19	0,7	25	0,9	29	1,0	27	0,9	28	0,9	33	1,0
Leiria	19	1,0	19	0,9	20	0,9	28	1,2	30	1,2	33	1,2	42	1,5	40	1,3	48	1,5	43	1,3	46	1,4

	1945		1946		1947		1948		1949		1950		1951		1952		1953		1954		1955	
	%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		%	
Lisboa	1228	63,7	1310	63,8	1402	63,8	1489	62,4	1562	61,4	1647	60,6	1687	58,8	1739	57,6	1818	57,6	1905	57,9	2001	59,1
<i>Na cidade</i>	1181	96,2	1241	94,7	1318	94,0	1385	93,0	1481	94,8	1552	94,2	1594	94,5	1638	94,2	1713	94,2	1784	93,6	1842	92,1
<i>No distrito</i>	47	3,8	69	5,3	84	6,0	104	7,0	81	5,2	95	5,8	93	5,5	101	5,8	105	5,8	121	6,4	159	7,9
Portalegre	9	0,5	12	0,6	15	0,7	11	0,5	9	0,4	11	0,4	14	0,5	29	1,0	18	0,6	18	0,5	16	0,5
Porto	347	18,0	370	18,0	402	18,3	461	19,3	510	20,0	556	20,4	565	19,7	593	19,7	624	19,8	636	19,3	665	19,7
<i>Na cidade</i>	294	84,7	306	82,7	342	85,1	381	82,6	422	82,7	468	84,2	440	77,9	457	77,1	489	78,4	516	81,1	545	82,0
<i>No distrito</i>	53	15,3	64	17,3	60	14,9	80	17,4	88	17,3	88	15,8	125	22,1	136	22,9	135	21,6	120	18,9	120	18,0
Santarém	31	1,6	31	1,5	37	1,7	27	1,1	38	1,5	48	1,8	35	1,2	70	2,3	46	1,5	58	1,8	46	1,4
Setúbal	35	1,8	34	1,7	30	1,4	34	1,4	33	1,3	35	1,3	41	1,4	32	1,1	51	1,6	49	1,5	59	1,7
Viana do Castelo	11	0,6	13	0,6	14	0,6	14	0,6	12	0,5	17	0,6	18	0,6	18	0,6	22	0,7	22	0,7	21	0,6
Vila Real	16	0,8	15	0,7	14	0,6	19	0,8	16	0,6	22	0,8	35	1,2	32	1,1	39	1,2	35	1,1	32	0,9
Viseu	25	1,3	22	1,1	22	1,0	33	1,4	25	1,0	32	1,2	41	1,4	44	1,5	42	1,3	40	1,2	47	1,4
Continente	1929	100,0	2052	100,0	2199	100,0	2387	100,0	2544	100,0	2719	100,0	2868	100,0	3017	100,0	3156	100,0	3288	100,0	3384	100,0
Ilhas adjacentes	39		41		38		41		47		55		56		62		71		76		78	
Total	1968		2093		2237		2428		2591		2774		2924		3079		3227		3364		3462	
Colónias	46		71		72		97		109		150		182		188		198		229		257	
Estrangeiro	2		2		2		2		2		4		3		5		4		6		7	
Total geral	2016		2166		2311		2527		2702		2928		3109		3272		3429		3599		3726	

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1945-1953, e Boletim da Ordem dos Engenheiros, 1954-1956.

A Delegação do Porto

No quadro de uma autonomia relativa, que foi sendo gradualmente conquistada, a Delegação do Porto prosseguia os seus trabalhos. Sem haver propriamente confronto existia uma sensação de alheamento e de falta de colaboração da sede de Lisboa com a Delegação. As relações entre os dois grandes núcleos de engenheiros portugueses ficavam aquém do expectável e isso mesmo era expresso sempre que a ocasião se propiciava: *Nas várias reuniões da Secção e do Grupo Coordenador tem-se manifestado insistentemente a ideia de que a Secção do Norte não é convenientemente apoiada, nas suas actividades por Lisboa. Essa falta de apoio, por outro lado, tem sido tomada como ausência de espírito de colaboração de parte dos Colegas do Sul*³⁰⁰.

Em qualquer caso, durante este mandato, e enquanto não estalou a crise que havia de suspender quase totalmente a actividade da Ordem, o tema que dominou os esforços e as vontades dos engenheiros do Norte agrupados na Delegação do Porto teve que ver, mais uma vez, com o problema da construção da sua sede e o cortejo de situações mais ou menos irrisórias geradas à sua volta, sobretudo se tivermos em conta que durante a presidência de Teixeira Duarte as coisas pareciam encaminhadas e a solução encontrada. A grande dificuldade, provocando o arrastamento do problema, tinha a ver com os termos, as condições e, em especial a indispensável autorização a dar à Câmara do Porto pelo Ministério das Finanças para outorgar na escritura da hipoteca do terreno cedido pela referida Câmara para a construção do edifício. Só depois de muitos esforços e ao fim de tentativas várias, foi possível finalmente encontrar a fórmula de acordo que permitiu resolver o assunto e marcar a escritura de empréstimo em 1956³⁰¹.

No mais, prosseguiram as actividades que com ligeiras alterações vinham a ser executadas em anos anteriores. Sobretudo em 1953 e 1955, realizaram-se algumas conferências, procedeu-se à exibição de filmes técnicos e organizaram-se excursões e visitas de estudo³⁰².

Uma nota final, para assinalar que também no Porto se fazia sentir com enorme premência a necessidade de actualizar o Estatuto da Ordem e que a Delegação se dedicou empenhadamente nessa função. Mas, também neste ponto, parecia não haver grande entendimento entre a Sede e a Delegação³⁰³.

Movimento associativo da Delegação do Porto – 1945-1955

	Entradas – Saídas	Membros efectivos na actividade	Membros dispensados de encargos	Membros agregados na actividade	Entradas	Total membros na actividade	Total membros efectivos e agregados residentes na área da Delegação
1945	60	518	67	7		525	592
1946	33	551	55	8		559	614
1947	58	609	48	6		615	663
1948	94	703	44	4		707	751
1949	44	747	64	4		751	815
1950	84	831	71	3		834	905
1951	73	904	82	4		908	990

	Entradas – Saídas	Membros efectivos na actividade	Membros dispensados de encargos	Membros agregados na actividade	Entradas	Total membros na actividade	Total membros efectivos e agregados residentes na área da Delegação
1952	58	962	81	3		965	1046
1953	42	1004	96	6		1010	1106
1954		1036	97	7		1043	1140
1955		1054	102	7		1061	1163

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1945-1953 e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1956.

Movimento associativo dos subscritores estudantes da Delegação do Porto – 1945-1955

	Entradas – Saídas	Total membros efectivos e agregados residentes na área da Delegação
1945	6	14
1946	10	24
1947	9	33
1948	78	111
1949	35	146
1950	-22	124
1951	-25	99
1952	-18	81
1953	-22	59
1954		37
1955		57

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1945-1953 e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1956.

Impasse

Por junto, era cada vez maior o número de engenheiros que desesperava com o atraso que se ia verificando na revisão do Estatuto da Ordem. Com as razões, com os pretextos, com todos os motivos não explicitamente invocados para adiar o passo fundamental que essa revisão constituía, tanto mais que, há anos, a Ordem se organizara e mobilizara para que tal acontecesse. A direcção de Raul Couvreur tinha feito dessa revisão a sua bandeira, de tal forma que até pedira ao ministro uma prorrogação

de mandato, aliás rejeitada, para poder entregar à Assembleia Geral um trabalho que já ia a mais de meio. Estava-se então em finais de 1952...

O Conselho, agora presidido por Daniel Barbosa, tentou aproveitar o dinamismo de que algumas secções davam mostras para alargar o movimento de revisão por forma a envolver o máximo de engenheiros. Na AG ordinária realizada em Março de 1954³⁰⁴, o engenheiro Vaz Guedes, concordando com a prática proposta, deixa, de certa forma no ar, a dúvida sobre se o que se ganharia em participação não poderia ser perdido em termos de eficácia: *todos estamos convencidos de que o Estatuto carece de ser reformado [...]*³⁰⁵.

Mais adiante, convocada pelo Conselho Directivo para se ocupar, entre outros assuntos, da apreciação de uma proposta do próprio CD relativa à reforma do Estatuto, reuniu-se a 11 de Janeiro de 1955 uma Assembleia Geral extraordinária³⁰⁶. A Assembleia Geral abriu com a leitura de uma carta da Delegação do Norte, onde esta protestava contra a data de realização da AG, *marcada para tão breve que não permite da nossa parte qualquer actuação*, mas não deixando de reafirmar uma das suas mais prementes posições que era a de vir *mais uma vez insistir pelo ponto de vista que sempre temos defendido, isto é, que esse estatuto deve prever a forma de os engenheiros do Norte poderem intervir nos negócios da Ordem, o que, como se sabe, até agora não sucede*³⁰⁷.

Mas o que marcou verdadeiramente esta Assembleia foi a intervenção do engenheiro Cunha Serra e a proposta que enviou para a mesa e que polarizou o debate. Eis o texto da proposta apresentada:

A Assembleia Geral da Ordem dos Engenheiros, na sua reunião extraordinária de 11 de Janeiro de 1955, tendo apreciado novamente o problema da revisão dos seus Estatutos e a proposta que a esse respeito lhe foi submetida pelo Conselho Directivo,

a) reconhecendo que aquele diploma se encontra efectivamente antiquado e tem entravado a boa resolução de alguns assuntos que interessam à Ordem, mas

b) verificando, por outro lado, que tal revisão será certamente muito demorada para ser suficientemente cuidadosa, o que não se compadece com a urgência da resolução dos problemas de interesse vital que, com a regulamentação do exercício da profissão, a actividade dos engenheiros estrangeiros, o desemprego e a previdência, há muito preocupam a classe e não exigem aquela prévia revisão dos Estatutos, e

c) atendendo a que dentro da orgânica actual é viável facilitar a todos os membros da Ordem a possibilidade de emitirem a sua opinião quanto às resoluções da maior importância e em relação às quais todos têm iguais direitos, resolve que:

- 1. a revisão dos Estatutos seja feita sim, mas sem prioridade sobre o levantamento e resolução dos assuntos citados em b) que devem prosseguir activa e ininterruptamente,*
- 2. este trabalho passe pelas seguintes fases:*
 - elaboração das suas bases por uma Comissão.*
 - inquérito sobre estas dirigido a todos os membros, no Boletim.*
 - debate a seu respeito, no mesmo órgão,*
 - discussão do assunto em todas as Secções e na Delegação do Porto,*
 - refusão das bases elaboradas, pela mesma Comissão, tendo em conta as opiniões colhidas nas fases anteriores e*
 - convocação duma Assembleia Geral Extraordinária para discussão e resolução definitiva do assunto.*
- 3. A Comissão acima referida seja constituída pelos Presidentes da Assembleia Geral e do Conselho Directivo, ou delegados seus, que agregarão a si outros membros por ele escolhidos.*

Seguiu-se uma série de intervenções e, apesar de alguns protestos mais formais do que substanciais do presidente Daniel Barbosa, a proposta do engenheiro Cunha Serra foi aprovada por maioria com duas abstenções³⁰⁸.

Pouco depois, a 1 de Fevereiro, a Comissão designada pela AG, dirigindo-se a todos os membros da Ordem exorta-os a colaborar na revisão do Estatuto, facultando *genericamente a apresentação de quaisquer pontos de vista que possam ser emitidos e virão a ser equacionados nas conclusões a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral*³⁰⁹.

Entretanto, porém, surgia a demissão do Conselho Directivo. Previamente aprovada em reunião, o Conselho apresenta uma declaração à Assembleia Geral de 18 de Abril³¹⁰ onde, dissertando sobre a democracia das instituições, procura argumentar no sentido de defender a sua honra ferida por atitudes não explicitadas que teriam ocorrido em AG e que seriam *atentatórias do seu próprio prestígio e demonstrativas da falta duma confiança que reputa indispensável para exercer, com dignidade, a sua missão*, denuncia o espírito de grupo que se teria episódica e oportunisticamente instalado em certos sectores da Ordem prejudicando o todo,

defende a natureza sindical da Ordem dos Engenheiros, natureza essa que, por definição, deve nortear todas as manifestações da sua actividade no plano profissional, refere incompatibilidades que as circunstâncias tornaram insanáveis, entre o modo como sempre entendeu dever interpretar a missão que lhe foi confiada pela classe, ao elegê-lo, e o modo como a actual orgânica da Ordem permite o seu contacto com a massa associativa, acrescenta incompatibilidades doutrinárias, discorda quanto à maneira como a Assembleia deliberou sobre a revisão do Estatuto que, aliás, considera inadiável.

Indo mais longe, argumenta enfaticamente que nesses termos, julgando mais do que nunca indispensável orientar-se a reforma do Estatuto da Ordem no sentido de dar representação efectiva a todos os seus membros e garantindo simultaneamente aos seus órgãos directivos a independência e a dignidade das suas funções, entende que, em consciência, não poderia servir nesta emergência os interesses da Ordem com a presença efectiva e dinâmica que o momento requeria. Finalizava apresentando o seu pedido de demissão, alegando não o fazer movido por qualquer ressentimento contra pessoas ou atitudes individuais, mas pela impossibilidade de conciliar a sua interpretação do mandato que a classe lhe tinha conferido, com a maneira como se desenvolve a vida da Ordem dentro da sua orgânica actual³¹¹.

A 18 de Abril reuniu a Assembleia Geral extraordinária onde se discutiu o pedido de demissão do Conselho, que, mesmo demissionário, se manteve em funções ainda durante alguns meses. Ainda solicitou a convocatória de outra AG para tomar conhecimento dum comunicação relativa à actuação da Comissão para elaborar as “bases de alteração do Estatuto”³¹² mas, a 29 de Abril o extracto da acta do Conselho informava que, acerca da reforma do Estatuto, se tomara conhecimento dum comunicação do ministro das Corporações e Previdência Social, transmitida ao Conselho pelo presidente, de que a promulgação dos estatutos dos Sindicatos Nacionais obrigatórios, criados por decretos-leis, não poderia ficar dependente de uma deliberação de assembleia geral...³¹³ Pouco mais tarde, a 6 de Maio foi discutida a reestruturação da Secção de Engenharia Civil e o Conselho ainda se ocupou do alargamento da jurisdição da Ordem às províncias ultramarinas, apreciando os projectos de decreto-lei e de

regulamentos propostos quer por delegações ultramarinas quer elaborados pela Ordem, e os pareceres sobre eles emitidos por engenheiros residentes em Angola e em Moçambique, tendo-os aprovado com algumas emendas. A este propósito, e para dar andamento ao assunto, de acordo com uma deliberação da Assembleia Geral ordinária, o CD decidiu submeter o projecto de decreto-lei apenas à consideração do ministro do Ultramar³¹⁴. Já a 1 de Julho de 1955, o presidente comunicou ter sido convidado pelo Instituto de Alta Cultura para presidir à secção portuguesa do Congresso da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências que em Abril de 1956 se reuniria em Coimbra, afirmando *julgar do maior interesse que a Engenharia portuguesa apareça neste Congresso com trabalhos que ponham em relevo o seu papel no desenvolvimento do País*³¹⁵.

Mas o ambiente era de derrocada e de algum desnorte. A crise, tantas vezes disfarçada, de consequências sempre adiadas, instalou-se definitivamente. A queda do Conselho já não podia ser evitada e a Ordem já nem sequer dispunha de meios para o substituir. Perante esta situação, e embora os documentos oficiais refiram que este CD presidido por Daniel Barbosa esteve em funções até Novembro de 1956, pode afirmar-se que simbolicamente esta primeira fase da Ordem dos Engenheiros terminou no dia em que a publicação do *Boletim* foi suspensa, a 15 de Maio de 1956.

Notas

- 1 Maria Fernanda Rollo, “A industrialização em Portugal no pós-guerra (1947-1973)”, art. cit, Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 192 e *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra*, *op. cit.*
- 2 Francisco Pereira de Moura, *Por Onde...*, *cit.*, 1969, p. 19.
- 3 António de Oliveira Salazar, “Na Morte de Duarte Pacheco”, Palavras pronunciadas na sessão da AN em 25 de Novembro de 1943, in *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV. 1943-1950, Coimbra Editora, 1951, p. 24.
- 4 António de Oliveira Salazar, “No 7.º aniversário da posse de ministro da Guerra”, 11 de Maio de 1943, *Discursos...*, vol. IV, *cit.*, p. 6.
- 5 J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945, p. 170.
A impressão era de resto comungada por vários observadores da economia nacional. Veja-se por exemplo a forma como Araújo Correia a retratou: *A segunda grande guerra (...) pode constituir o início de uma era industrial, dentro do País, que auxilie o emprego do excesso da população*. Araújo Correia, “Indústria”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 3, 1946, p. 136.
- 6 Lei n.º 2002, da Electrificação do País, DG, I Série, 26 de Dezembro de 1944.
- 7 “Proposta de lei acerca da electrificação do País”, in *Diário das Sessões...*, n.º 79, de 24 de Outubro de 1944.
- 8 Ficando explícito, na abertura do relatório acima citado, que *A presente proposta de lei contém os princípios que se reputam necessários para levar a seu termo a obra de electrificação do País, base da reorganização e fomento industrial*.
- 9 Ver J. M. Brandão de Brito, “Lei n.º 2002, da Electrificação do País”, in *DHEN*, pp. 515-516.
- 10 Lei n.º 2005, DG, I Série, n.º 54, 14 de Março de 1945. Ver J.M. Brandão de Brito, “Lei n.º 2005, do Fomento e Reorganização Industrial”, in *DHEN*, *cit.* pp. 516-517. Lei *francamente paternalista*, como os diplomatas americanos a caracterizavam. National Archives and Records Administration (NARA), NARA, RG 59, 853 Portugal 1945-1949, Box 6367, 853.032/3-645 “Annual Session of the Portuguese Assembly”, carta da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Secretário de Estado dos EUA, 6 de Março de 1945.
- 11 Cf. J. M. Brandão de Brito, *A Industrialização...*, *op. cit.*, p. 79.
- 12 Ver, a propósito do clima de confiança e expectativa em relação à industrialização

- do País, João Maria Barreto Ferreira do Amaral, *Os Novos Caminhos da Indústria Portuguesa*, Conferência realizada na Câmara Municipal de Setúbal em 29 de Novembro de 1947, sob a presidência de Sua Excelência o ministro da Economia, Ministério da Economia, 1947.
- 13 *II Congresso da União Nacional*, União Nacional, 1944.
- 14 José Duarte Ferreira, *Deficiências e Necessidades da Indústria Nacional e Medidas a Adoptar para a Defender da Concorrência Externa*, Empresa de *O Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 1944. É de destacar o texto de Duarte Ferreira, pela análise e caracterização que faz da indústria portuguesa, pelo entendimento que tem das prioridades e dos rumos que devem ser prosseguidos para a industrialização e o desenvolvimento económico do País, fundamentado num pensamento muito próximo, de resto, de Ferreira Dias.
- 15 Mário de Sousa Drummond Borges, *A Indústria do Norte do País, no Após-Guerra. Medidas de Defesa*, Tese apresentada ao II Congresso da União Nacional em 28 de Maio de 1944, Tipografia Empresa Guedes, Porto, 1944.
- 16 Cf. José da Silva Lopes, “A economia portuguesa no século XX”, *cit.*, p. 284.
- 17 António de Oliveira Salazar, “Portugal, a Guerra e a Paz”, em 18 de Maio de 1945, in *Discursos... vol. IV, cit.*, p. 110.
- 18 Decreto-lei n.º 36 061, de 27 de Dezembro de 1946.
- 19 Decreto-lei n.º 37 015, de 16 de Agosto de 1948.
- 20 Decreto n.º 41 212, de 3 de Agosto de 1957.
- 21 Decreto-lei n.º 33 546, de 23 de Fevereiro de 1944 e decreto-lei n.º 36 315, de 31 de Maio de 1947.
- 22 Decreto n.º 35 684, de 3 de Junho de 1946.
- 23 Decreto-lei n.º 35 196, de 24 de Novembro de 1945.
- 24 Decreto-lei n.º 38 247, de 9 de Maio de 1951.
- 25 Decreto-lei n.º 35 434, de 31 de Dezembro de 1945.
- 26 Decreto-lei n.º 41 900, de 9 de Outubro de 1958.
- 27 Decreto-lei n.º 43 457, de 30 de Dezembro de 1960.
- 28 Decreto n.º 33 967, de 22 de Setembro de 1944; decreto-lei n.º 36 061, de 27 de Dezembro de 1946; decreto-lei n.º 36 319, de 2 de Junho de 1947.
- 29 Decreto-lei n.º 34 475, de 2 de Abril de 1945; decreto-lei n.º 35 424, de 31 de Dezembro de 1945.
- 30 Decreto-lei n.º 36 933, de 24 de Junho de 1948.
- 31 Decreto n.º 38 838, de 21 de Julho de 1952.
- 32 Cf. Lei n.º 2089, *DG*, I Série, de 8 de Junho de 1957, Decreto-lei n.º 42 120, *DG*, I Série, de 23 de Janeiro de 1959, Decreto n.º 42 121, *DG*, I Série, de 23 de Janeiro de 1959.
- 33 Vd. José Maria Brandão de Brito, “Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia”, in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (coordenação), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004, Vol. I, pp. 129 a 154.
- 34 Decreto n.º 40 927, de 22 de Dezembro de 1956.
- 35 Decreto-lei n.º 34 337, de 27 de Dezembro de 1944; decreto-lei n.º 37 009, de 12 de Agosto de 1948.
- 36 Portaria n.º 17 666, de 11 de Abril de 1960.
- 37 Decreto-lei n.º 35 957, de 19 de Novembro de 1946; decreto-lei n.º 38 858, de 11 de Agosto de 1952.
- 38 Decreto-lei n.º 38 756, de 16 de Maio de 1952, nova constituição do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos e regulados o seu funcionamento e competência. Revogados o Decreto n.º 18 768, de 20 de Agosto de 1930 e os Decretos-Leis n.ºs 26 974, de 2 de Setembro de 1936, e 32 411 de 24 de Novembro de 1942.
- 39 § 4.º *As vagas que ocorrerem no conselho directivo serão preenchidas por eleição suplementar, mas o mandato dos novos eleitos*

- terminará no prazo em que devia terminar o mandato dos substituídos. Ver Anexo Documental.
- 40 Vd, “Acta da reunião do Conselho Directivo de 23 de Março de 1945”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 21.
- 41 *Idem*.
- 42 Vd. “Acta do Conselho Directivo de 25 de Abril de 1945”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 21; “Acta do CD de 29 de Dezembro de 1944”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 14. Vd. a propósito o episódio relatado na “Acta do CD de 6 de Julho de 1945”, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, pp. 25-26.
- 43 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1945*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1946 (doravante RCDOE, 1945).
- 44 *Idem*.
- 45 *Idem*.
- 46 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1946*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1947 (doravante RCDOE, 1946).
- 47 *Idem*.
- 48 *Idem*.
- 49 AOENG, Correspondência Expedida de Outubro de 1945 a Janeiro de 1946, carta do Presidente do Conselho Directivo ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 16 de Novembro de 1945.
- 50 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 76 de 22 de Janeiro de 1947, 1947, p. 315.
- 51 *Idem*.
- 52 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 80 de 29 de Janeiro de 1947, 1947, p. 396.
- 53 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 81 de 30 de Janeiro de 1947, 1947, p. 414.
- 54 AOENG, Correspondência Expedida de Janeiro a Abril de 1947, carta do presidente do Conselho Directivo ao eng. Luís Maria Trigo, de 6 de Fevereiro de 1947.
- 55 *Idem*.
- 56 RCDOE, 1945.
- 57 RCDOE, 1946.
- 58 *Idem*.
- 59 AOENG, Correspondência Expedida de Outubro de 1946 a Janeiro de 1947, carta do Presidente do Conselho Directivo ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 20 de Janeiro de 1947.
- 60 RCDOE, 1946.
- 61 AOENG, Correspondência Expedida de Julho a Outubro de 1947, carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Obras Públicas, de 31 de Julho de 1947.
- 62 AOENG, Correspondência Expedida de Julho a Agosto de 1948, carta do Presidente do Conselho Directivo ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 24 de Agosto de 1948.
- 63 *Idem*.
- 64 *Idem*, pp. 14 e 15.
- 65 Acta do CD de 5 de Julho de 1946, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 42 verso.
- 66 Acta do CD de 5 de Agosto de 1946, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 44.
- 67 AOENG, Correspondência Expedida (Julho – Outubro de 1946), Carta do Presidente do CD, Ferreira Dias ao Vice-Presidente da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros de 8 de Agosto de 1946 e RCDOE, 1945.
- 68 *Idem*.
- 69 AOENG, Correspondência Expedida – Janeiro de 1945 a Abril de 1946, carta ao Presidente da Direcção da Delegação do Porto, de 2 de Fevereiro de 1946.
- 70 RCDOE, 1946.
- 71 *Idem*.
- 72 *Idem*.
- 73 *Idem*.
- 74 *Idem*.
- 75 RCDOE, 1945.
- 76 *Idem*.
- 77 *Idem*.
- 78 *Idem*.
- 79 Cf. Acta do CD de 24 de Maio de 1946, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*.

- 80 RCDOE, 1945.
- 81 *Idem*.
- 82 “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1946” (doravante “RDPOE, 1946”), in *ROE*, Ano V, n.º 39, Março, 1947, p. 162.
- 83 *Idem*, pp. 161-162.
- 84 *Idem*, p. 163.
- 85 Vd. “Acta do CD de 9 de Janeiro de 1947”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, p. 48 verso AOENG, Correspondência Expedida de Outubro de 1946 a Janeiro de 1947, carta do Presidente do Conselho Directivo, Ferreira Dias, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral de 9 de Janeiro de 1947.
- 86 Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall...*, cit., pp. 190-191.
- 87 Marcelo Caetano, *O Momento Político e Económico. Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da 1.ª Conferência da União Nacional, na noite de 11 de Novembro no salão do Liceu D. Filipa de Lencastre do Bairro Social do Arco do Cego*, Edição do Jornal do Povo, (1946), p. 2.
- 88 Franco Nogueira, *Salazar. Vol. IV – O Ataque (1945-1958)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 3.ª ed, 1986, p. 55.
- 89 *Idem*, p. 87.
- 90 Ver sobre as reacções à política de Barbosa, “Daniel Barbosa...” in Fernando Rosas, *Salazarismo e Fomento Económico. O Primado Político da História Económica do Estado Novo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, sobretudo pp. 139-141.
- 91 António Júlio de Castro Fernandes (1903-1975). Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, politicamente conotado com a extrema-direita, foi dirigente da Cruzada Nun’Álvares no final da I República e fundador do Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto. Em 1934 aderiu ao Estado Novo. Fez grande parte da sua carreira no interior da organização corporativa. Foi deputado à AN e procurador da CC. Na remodelação governamental de Setembro de 1944 foi nomeado subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, cargo que manteve até ser chamado à pasta da Economia em 16 de Outubro de 1948, ministério que chefiou até 2 de Agosto de 1950. Foi também presidente da Comissão Executiva da UN e administrador do BNU. A obra que deixou publicada, para além de algumas poucas intervenções como ministro da Economia e administrador do BNU, dedica-se sobretudo ao tema do corporativismo português.
- 92 Adoptando a taxa de câmbio – 1 dólar = 28, 75 escudos – então praticada pela administração portuguesa.
- 93 AOENG, Correspondência Expedida de Janeiro a Abril de 1949, carta ao secretário-geral do MOP, de 25 de Fevereiro de 1949.
- 94 Vd. “Acta da reunião do CD de 20 de Março de 1947”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, pp. 53 e 54.
- 95 Vd. *Diário das Sessões...* de 14 de Março de 1947, p. 843.
- 96 *Idem*, pp. 843-844.
- 97 Vd. “Acta da reunião do CD de 26 de Março de 1947”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, pp. 54 e 55.
- 98 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1947*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1948 (doravante RCDOE, 1947).
- 99 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1948*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1949 (doravante RCDOE, 1948) e *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1949*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1950 (doravante RCDOE, 1949).
- 100 RCDOE, 1947.
- 101 RCDOE, 1947.
- 102 RCDOE, 1949.
- 103 RCDOE, 1948.
- 104 RCDOE, 1947, RCDOE, 1948, RCDOE, 1949.
- 105 AOENG, Correspondência Expedida – Agosto a Novembro de 1949, carta do Presidente do CD ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 14 de

- Novembro de 1949, carta do Presidente do CD ao ministro da Educação Nacional, de 18 de Novembro de 1949, Correspondência Expedida (Novembro de 1949 a Janeiro de 1950), carta do Presidente do CD ao chefe da 2.ª Repartição da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, de 14 de Janeiro de 1950.
- 106 RCDOE, 1947.
- 107 RCDOE, 1948.
- 108 *Relatório e Contas do Conselho Geral referente ao ano de 1973 e Orçamento para o ano de 1974*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1974.
- 109 RCDOE, 1948.
- 110 AOENG, Correspondência Expedida de Outubro a Dezembro de 1947, Carta do presidente do Conselho Directivo ao eng. João Cristino Amaral Fernandes, de 20 de Novembro de 1947.
- 111 “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1948” (doravante “RDPEO, 1948”) in *ROE*, Ano VII, n.º 63, Março de 1949, p. 210; “Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1949” (doravante “RDPOE, 1949”) in *ROE*, Ano VIII, n.º 75, Março de 1950, p. 154; “RDPOE, 1949” in *ROE*, Ano VIII, n.º 75, Março de 1950, p. 154.
- 112 *Idem*.
- 113 “O Segundo Congresso Nacional de Engenharia”, in *ROE*, Ano VI, n.º 56, Agosto de 1948, pp. 416-417.
- 114 “Relatório que introduz a proposta de lei do Fomento e Reorganização Industrial”, in *Diário das Sessões...*, n.º 85 de 2 de Novembro de 1944.
- 115 Maria de Lurdes Rodrigues, “Congressos de Engenharia”, in *DHEN*, pp. 186 a 188 e J.M. Brandão de Brito, *A Industrialização...*, *op. cit.*, pp. 147 a 149.
- 116 “O Segundo Congresso Nacional de Engenharia”, in *ROE*, Ano VI, n.º 56, Agosto de 1948, pp. 418.
- 117 *Idem* e “Segundo Congresso Nacional de Engenharia (Porto, Junho de 1948). Votos do Congresso” in *ROE*, Ano VII, n.º 69, Setembro de 1949, pp. 483-499.
- 118 *Idem*, p. 419.
- 119 Ricardo Esquível Teixeira Duarte, “A profissão de engenheiro”, in *ROE*, Ano V, n.º 43, Julho, 1947, p. 310.
- 120 *Idem*.
- 121 *Idem*, p. 321.
- 122 *Idem*, pp. 321 e 322.
- 123 Vd. José Silva Lopes, *A economia Portuguesa no século xx...* pp. 109 e segs.
- 124 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1951*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1952 (doravante RCDOE, 1951), p. 6.
- 125 Carta do vice-presidente da Subcomissão de Urbanismo Habitação à Subcomissão de Urbanismo e Habitação, de 20 de Setembro de 1952.
- 126 AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente ao Sécrétaire Général de la Fédération Internationale de l’Habitat et l’Urbanisme, de 3 de Outubro de 1952 e AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 18 de Abril de 1952.
- 127 AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente do Conselho Directivo a de 24 de Outubro de 1952 e AOENG, Correspondência expedida número 69 (Novembro-Dezembro 1952), Carta da Ordem dos Engenheiros a Vários Órgãos de Comunicação, de 3 de Novembro de 1952.
- 128 *Idem*, p. 160. Acta do CD de 18 de Abril de 1950, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*.
- 129 *Idem*, p. 161. Acta do CD de 2 de Maio de 1950, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*.
- 130 RCDOE, 1951, p. 9.

- 131 Cf. “A Origem e os objectivos da Ordem dos Engenheiros” in *ROE*, Ano VIII, n.º 81, Setembro de 1950, pp. 399-403.
- 132 *Idem*, p. 402.
- 133 *Idem*, p. 404.
- 134 *Idem*.
- 135 *Idem*.
- 136 *RCDOE*, 1950.
- 137 *Idem*.
- 138 *Idem*. *RCDOE*, 1951.
- 139 *RCDOE*, 1950.
- 140 *Idem*.
- 141 *Idem*.
- 142 *RCDOE*, 1951, p. 5.
- 143 Cf. *Idem*.
- 144 “Nova orientação nas publicações da Ordem dos Engenheiros” in *BOE*, Vol. 1, n.º 1-11, 1 Janeiro a 1 Junho 1952, pp. 1-3.
- 145 *Idem*, p. 1.
- 146 *Idem*, p. 2.
- 147 Vd, “A Abrir”, in *BOE*, Vol. 1, n.º 1-11, 1 Janeiro a 1 Junho 1952, pp. 1 e 2.
- 148 AOENG – Correspondência Expedida – Dezembro de 1951 a Janeiro de 1952, Carta do Presidente do CD ao Comissário Geral do Turismo Francês em Portugal, de 23 de Janeiro de 1952; Carta do Presidente do CD ao Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, de 29 de Março de 1952; Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo Nacional ao Chefe de Gabinete do ministro das Obras Públicas, de 05 de Abril de 1952; Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Secretário Geral da Ordem dos Engenheiros ao *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário da Manhã*, *A Voz*, de 05 de Abril de 1952; Carta do Vice Presidente do Conselho Directivo ao Director da Agência Turística Europeia, de 16 de Abril de 1952.
- 149 *RCDOE*, 1950.
- 150 AOENG, Correspondência Expedida – Março a Maio de 1951, Carta do Presidente do CD da OE ao Presidente da Delegação do Porto, de 27 de Abril de 1951.
- 151 *Idem*.
- 152 *RCDOE*, 1951, p. 5; AOENG, Correspondência Expedida – Março a Maio de 1951, Carta do Presidente do CD da OE ao Presidente da Delegação do Porto, de 27 de Abril de 1951.
- 153 AOENG, Correspondência expedida número 66 (Junho – Julho de 1952), Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao Presidente da Comissão do Regulamento do Exercício da Profissão de Engenheiro, de 25 de Junho de 1952.
- 154 *RCDOE*, 1950.
- 155 Cf. *RCDOE*, 1950, p. 11.
- 156 *RCDOE*, 1950; “Delegação do Porto. Relatório da Direcção relativo ao ano de 1952” (doravante “RDPOE, 1952”) in *BOE*, n.º 10, 15 de Maio de 1953, p. 321.
- 157 *Idem*.
- 158 Vd. “Acta do CD de 15 de Janeiro de 1952”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 35.
- 159 Vd. “Acta do CD de 22 de Janeiro de 1952”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, pp. 35, verso e 36.
- 160 Cf. “Acta do CD de 19 de Fevereiro de 1952”, in *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 40, verso.
- 161 Ver AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros a Ricardo Esquível Teixeira Duarte, de 16 de Maio de 1952. Vd. igualmente “Acta do CD de 1 de Maio de 1952”, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 57.
- 162 Cf. AOENG – Correspondência expedida número 66 (Junho – Julho de 1952), Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao Presidente da Comissão Nacional Portuguesa da Comissão Internacional das Grandes Barragens da Conferência Mundial da Energia, de 05 de Junho de 1952 e “Noticiário Associativo. Mesa da Assembleia-

- Geral. Conselho Directivo”, in *BOE*, Vol. I, n.º 1-11, 1 Janeiro a 1 Junho 1952, pp. 13-15.
- 163 “Acta da Assembleia Geral Ordinária de 1952” in *BOE*, Vol. II, II n.º Especial, Novembro de 1953, p. III.
- 164 *Idem*.
- 165 *Idem*, p. VI.
- 166 Acta da reunião do CD de 18 de Março de 1952, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 46 verso e 47.
- 167 AOENG – Correspondência Expedida – Julho a Setembro de 1951, Carta do Presidente do CD ao Sr. Presidente da Junta da Emigração, de 9 de Agosto de 1951.
- 168 *RCDOE*, 1951.
- 169 *Idem*, p. 4.
- 170 “Estudo das Providências a adoptar para atenuar a situação de desemprego ou de insuficiente colocação na classe” in *BOE*, Vol II, n.º 1, 1 de Janeiro de 1953, pp. 4-6. Ver resultados detalhados em “Resultados numéricos do inquérito sobre o desemprego” in *BOE*, n.º 10, 15 de Maio de 1953, p. 321.
- 171 “Estudo das Providências a adoptar para atenuar a situação de desemprego ou de insuficiente colocação na classe” in *BOE*, Vol II, n.º 1, 1 de Janeiro de 1953, pp. 4-6.
- 172 *RCDOE*, 1950.
- 173 Vd. AOENG, Correspondência Expedida – Dezembro de 1950 a Fevereiro de 1951, Carta do Presidente do CD ao ministro da Educação Nacional, em 9 de Fevereiro de 1951; AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo Nacional ao Director-Geral do Trabalho e Previdência, de 05 de Abril de 1952.
- 174 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice Presidente do Conselho Directivo ao engenheiro António Casimiro da Costa; engenheiro Constantino Augusto da Silva; engenheiro Francisco Jacques Santa Clara da Cunha, de 10 de Abril de 1952.
- 175 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice Presidente do Conselho Directivo ao Presidente do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes técnicos de engenharia e condutores, de 24 de Abril de 1952.
- 176 “Acta da reunião do CD de 22 de Março de 1952”, *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 48 e 48 verso.
- 177 *Idem*, p. 47 e 47 verso.
- 178 *Idem*.
- 179 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao engenheiro Rogério Augusto Cavaca, de 3 de Abril de 1952.
- 180 *Idem*, p. 48.
- 181 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Presidente da Comissão de Desemprego ao Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, de 14 de Maio de 1952 e AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Presidente da Comissão de Desemprego ao Director do Instituto Superior Técnico, de 14 de Maio de 1952.
- 182 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 29 de Maio de 1952 e AOENG – Correspondência expedida número 66 (Junho – Julho de 1952), Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Obras Públicas, de 25 de Junho de 1952.
- 183 AOENG – Correspondência expedida número 66 (Junho – Julho de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Desemprego ao Vice-Presidente do Conselho Directivo, Junho de 1952.
- 184 “Conselho Directivo. Possibilidade de Emprego de Engenheiros no Canadá” in *BOE*, n.º 10, 15 de Maio de 1953, p. 320.

- 185 *Diário das Sessões...*, sessão n.º 69, de 18 de Janeiro de 1950.
- 186 “Assembleia Geral”, in *BOE*, Vol. I, n.º 12, 15 de Junho 1952, p. 18.
- 187 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1952*, Suplemento ao *BOE*, Vol. II, N.º 2, 15 de Janeiro de 1953 (doravante *RCDOE*, 1952), p. 36.
- 188 *Idem*, p. 24.
- 189 *Idem*, pp. 24 e 25 e AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta de Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues de 12 de Setembro de 1952.
- 190 *Idem*, p. 25.
- 191 *Idem*.
- 192 *RCDOE*, 1952, p. 41.
- 193 *Idem*, p. 43.
- 194 “Conselho Directivo” in *BOE*, Vol II, n.º 1, 1 de Janeiro de 1953, p. 3.
- 195 *Idem*.
- 196 “Conselho Directivo” in *BOE*, Vol II, n.º 7, 1 de Abril de 1953, p. 223.
- 197 *Idem*.
- 198 *Idem*, p. 224.
- 199 *Idem*.
- 200 Ver AOENG, Correspondência expedida n.º 67, Agosto de 1952, Carta do Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros ao Presidente da Associação Industrial Portuguesa, de 4 de Agosto de 1952 e número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Secretário Geral ao Eng. Henrique Tôrres Machado da Fonseca, de 3 de Setembro de 1952 e *RCDOE*, 1952.
- 201 *RCDOE*, 1952, p. 44.
- 202 *RCDOE*, 1952.
- 203 *Idem*, p. 39.
- 204 Cf. AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 8 de Setembro de 1952.
- 205 *RCDOE*, 1952, p. 43.
- 206 AOENG, Correspondência expedida número 66 (Junho – Julho de 1952), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Obras Públicas, de 24 de Julho de 1952.
- 207 AOENG, Correspondência expedida número 67 (Agosto de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao Presidente da Comissão Organizadora do XXI Congresso Internacional de Habitação e urbanismo, de 16 de Agosto de 1952; AOENG, Correspondência expedida número 67 (Agosto de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao Presidente do Grupo Português da Associação Internacional de Pontes e estruturas, de 16 de Agosto de 1952; AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao engenheiro António Castelo-Branco, de 3 de Setembro de 1952; AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao engenheiro António de Carvalho Xerez, de 15 de Setembro de 1952; AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao Vice-Presidente da Comissão de Estudos de Engenharia Sanitária, de 18 de Outubro de 1952. AOENG, Correspondência expedida número 68 (Setembro – Outubro de 1952), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao Vice-Presidente da Comissão de Pontes e Estruturas da Ordem dos Engenheiros, de 28 de Outubro de 1952.
- 208 *RCDOE*, 1952, pp. 37-38.
- 209 *Idem*.
- 210 *Idem*, p. 37.
- 211 AOENG – Correspondência Expedida n.º 65 – N.º 1028 a 2019 Abril-Maio de 1952, Carta do Vice Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 16 de Abril de 1952.
- 212 *Idem*.
- 213 *RCDOE*, 1952.
- 214 *Idem*.

- 215 AOENG, Correspondência expedida número 69 (Novembro-Dezembro 1952), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Novembro de 1952.
- 216 AOENG, Correspondência expedida número 69 (Novembro-Dezembro 1952), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 29 de Dezembro de 1952.
- 217 Cf. J. M. Brandão de Brito, *A Industrialização... op. cit.*, pp. 128 a 134.
- 218 Vd. *Minutas das Actas do Conselho Directivo*, Livro 4, p. 46 verso.
- 219 Cf. Gonçalo Sarmiento, “Congresso 81. A Ordem dos Engenheiros e o Associativismo em Portugal” in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 48, Janeiro de 1982, p. 20.
- 220 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1953*, Suplemento ao BOE, Vol. III, N.º Especial, Janeiro de 1954 (doravante RCDOE, 1953), p. III.
- 221 *Idem.*
- 222 *Idem.*
- 223 *Idem.*
- 224 *Idem.*
- 225 *Idem.*
- 226 *Idem*, p. IV.
- 227 AOENG, Correspondência expedida número 76 (Janeiro – Fevereiro de 1954), Carta do Presidente do Conselho Disciplinar ao Presidente do Conselho Directivo, de 27 de Janeiro de 1954.
- 228 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1954*, Suplemento ao BOE, Vol. IV, n.º 2, 15 de Janeiro de 1955 (doravante RCDOE, 1954), p. 7.
- 229 AOENG, Correspondência expedida número 76 (Janeiro – Fevereiro de 1954), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 23 de Fevereiro de 1954.
- 230 *Idem.*
- 231 *Idem.*
- 232 AOENG, Correspondência expedida número 72 (Maio a Junho de 1953), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao Presidente da Associação de estudantes do Instituto Superior Técnico, de 8 de Maio de 1953.
- 233 “Assuntos a Tratar em Próximas Assembleias Gerais” in BOE, n.º 18 de 15 de Setembro de 1953, p. 597.
- 234 *Idem*, p. IV.
- 235 RCDOE, 1954, p. 24.
- 236 *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1955*, BOE, Vol. V, Suplemento ao N.º 2, 27 de Janeiro de 1956, (doravante RCDOE, 1955), pp. 3-6.
- 237 “Mesa da Assembleia Geral” in BOE, n.º 14 de 15 de Julho de 1953, p. 454.
- 238 “Mesa da Assembleia Geral” in BOE, n.º 10, 15 de Maio de 1953, p. 319.
- 239 *Idem*, p. 319.
- 240 “Mesa da Assembleia Geral” in BOE, n.º 12 de 15 de Junho de 1953, pp. 387-388.
- 241 J.S. Brazão Farinha, “As Assembleias Gerais da Ordem e a Resolução dos Problemas da Classe” in BOE, n.º 18 de 15 de Setembro de 1953, p. 602.
- 242 “Assuntos a Tratar em Próximas Assembleias Gerais” in BOE, n.º 18 de 15 de Setembro de 1953, p. 595.
- 243 *Idem*, p. 596.
- 244 *Idem.*
- 245 AOENG, Correspondência expedida número 72 (Maio a Junho de 1953), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro da Presidência, de 19 de Junho de 1953.
- 246 “Assembleia Geral Extraordinária de 24-7-53” in BOE, n.º 22 de 15 de Novembro de 1953, p. 738.
- 247 *Idem.*
- 248 Cf. RCDOE, 1954, p. 4 e AOENG, Correspondência expedida número 77 (Março Abril de 1954), Carta do Presidente da Comissão de Publicações, de 5 de Março de 1954.
- 249 DG, I Série, n.º 283, de 22 de Dezembro de 1953, Designa a representação da Ordem dos

- Engenheiros no Conselho Superior da Indústria e no Conselho de Normalização.
- 250 AOENG, Correspondência expedida número 78 (Maio-Junho de 1954), Carta do Vice-Presidente do Conselho Directivo ao ministro da Economia, de 15 de Maio de 1954.
- 251 RCDOE, 1955, p. 9.
- 252 RCDOE, 1955.
- 253 AOENG, Correspondência expedida número 73 (Julho – Agosto de 1953), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao ministro da Educação Nacional, de 10 de Agosto de 1953.
- 254 RCDOE, 1954, pp. 4-5.
- 255 *Idem.*
- 256 AOENG, Correspondência expedida número 81 (Novembro – Dezembro de 1954), Carta da Secção de Engenharia Químico-Industrial ao Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, de 13 de Dezembro de 1954.
- 257 AOENG, Correspondência expedida número 84 (Maio – Junho), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas, de 11 de Maio de 1955; AOENG, Correspondência expedida número 85 (Julho – Agosto de 1955), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas, de 1 de Julho de 1955; AOENG, Carta do Presidente do Agrupamento de Aproveitamentos Hidroeléctricos de 2 de Julho de 1955.
- 258 RCDOE, 1955, p. 17-18.
- 259 “Apelo aos Engenheiros Portugueses”, in *BOE*, Vol. III, n.º 24 de 15 de Dezembro de 1954, pp. 629-630.
- 260 “Editorial” in *BOE*, Vol. IV, n.º 4, 15 de Fevereiro 1955, p. 1; “Editorial” in *BOE*, Vol. IV, n.º 8, 15 de Abril de 1955, p. 135.
- 261 “Editorial” in *BOE*, Vol. IV, n.º 5, 1 de Março 1955, p. 69.
- 262 *Idem.*
- 263 AOENG, Correspondência expedida número 75 (Novembro – Dezembro de 1953), Carta do Presidente do Conselho Directivo a Paulo Cancela de Abreu, de 10 de Dezembro de 1953 e RCDOE, 1954, p. 5.
- 264 AOENG, Correspondência expedida número 83 (Março – Abril de 1955), Carta do Secretário Geral a Vários engenheiros a especificar nas observações, de 26 de Março de 1955.
- 265 Cf. Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 133.
- 266 Ver, como exemplo, AOENG, Correspondência expedida número 79 (Julho-Agosto de 1954), Carta do Presidente do Conselho Directivo ao Embaixador da Inglaterra, de 13 de Agosto de 1953. Foram feitas solicitações de teor semelhante aos embaixadores de França, dos EUA, da Itália, da Suíça e da Alemanha.
- 267 RCDOE, 1954, pp. 3-4.
- 268 *Idem.*
- 269 RCDOE, 1955, p. 3.
- 270 *Idem.*
- 271 DG, I Série, n.º 248, decreto-lei n.º 40 378, Estabelece novos planos dos cursos de Engenharia professados nas Universidades portuguesas.
- 272 “Editorial” in *BOE*, Vol. IV, n.º 21, 1 de Novembro de 1955, p. 409.
- 273 IANTT – AOS, Correspondência Oficial, Educação (1953-1955). Contribuição da Ordem dos Engenheiros para o estudo da reforma do ensino da Engenharia em Portugal (1955), Ordem dos Engenheiros, Junho de 1955.
- 274 *Idem.*
- 275 *Ministério da Educação Nacional, Novos Planos dos Cursos de Engenharia Professados nas Universidades Portuguesas*, INMC, Lisboa, 1955, p. 12.
- 276 IANTT – AOS, Correspondência Oficial, Educação (1953-1955). Contribuição da Ordem dos Engenheiros para o estudo da reforma do ensino da Engenharia em Portugal (1955), Ordem dos Engenheiros, Junho de 1955.
- 277 “Assembleia Geral Extraordinária de 24-7-53” in *BOE*, n.º 22 de 15 de Novembro de 1953, pp. 735-738.
- 278 RCDOE, 1954, p. 6.
- 279 *Idem.*
- 280 *Idem.*

- 281 *Idem*.
- 282 “Projecto de Regulamento do Exercício da Profissão de Engenheiro (Proposto pela Comissão de Estudo)” in *BOE*, n.º especial de Maio de 1953, pp. IV-XIII.
- 283 *RCDOE*, 1954, p. 8.
- 284 *RCDOE*, 1954, p. 5-6.
- 285 “Assembleia Geral Extraordinária de 24-7-53” in *BOE*, n.º 22 de 15 de Novembro de 1953, p. 736.
- 286 *Idem*, p. 739.
- 287 “A Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenheiros (FEANI)” in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 44, Setembro de 1981, p. 1 e p.p. 2-3.
- 288 AOENG, Correspondência expedida número 76 (Janeiro – Fevereiro de 1954), Carta do Presidente da Ordem dos Engenheiros ao Presidente da FIANI, de 23 de Fevereiro de 1954.
- 289 *Idem*, p. 3.
- 290 *RCDOE*, 1955, p. 3. e p. 6.
- 291 *Idem*.
- 292 Cf. AOENG, Correspondência expedida número 77 (Março Abril de 1954), Carta do Presidente da Comissão de estudo da Actividade dos Engenheiros no Campo Municipal ao Presidente da Secção de Engenharia Civil, de 12 de Março de 1954 e AOENG, Correspondência expedida número 78 (Maio Junho de 1954), Carta do Presidente da Comissão de estudo da Actividade dos Engenheiros no Campo Municipal ao Presidente da Secção de Engenharia Civil, Maio de 1954.
- 293 AOENG, Correspondência expedida número 77 (Março Abril de 1954), Carta do Presidente da Comissão de estudo da Actividade dos Engenheiros no Campo Municipal ao Presidente da Secção de Engenharia Civil, de 12 de Março de 1954, AOENG, Correspondência expedida número 78 (Maio Junho de 1954), Carta do Secretário Geral da OE ao engenheiro Henrique Manuel Araújo de Oliveira Sá, de 24 de Junho de 1954, AOENG, Correspondência expedida número 79 (Julho-Agosto de 1954), Carta do Presidente da Comissão da Comissão da actividade dos Engenheiros no Campo Municipal ao Presidente da Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, de 15 de Julho de 1954.
- AOENG, Correspondência expedida número 79 (Julho-Agosto de 1954), Carta do Presidente da Comissão da Comissão da actividade dos Engenheiros no Campo Municipal ao Presidente da Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, de 15 de Julho de 1954.
- 294 AOENG, Correspondência expedida número 72 (Maio a Junho de 1953), Carta do Presidente da Comissão de Publicações ao Vice-Presidente da Comissão de Preparação e Organização Profissionais da Secção de Engenharia Civil, de 5 de Maio de 1953.
- 295 *RCDOE*, 1955, p. 8.
- 296 Cf. *Idem*.
- 297 *BOE*, Vol. IV, n.º 1-24, 1 de Janeiro 1955, p. 1.
- 298 *BOE*, Vol. IV, n.º 24, 15 de Dezembro 1955, p. 559.
- 299 *BOE*, Vol. V, n.º 9, de 1 de Maio de 1956, p. 585.
- 300 AOENG, Correspondência expedida número 71 (Março – Abril de 1953), Carta do Presidente do Grupo Coordenador ao engenheiro Raúl Simão Esmoriz Delerue, de 16 de Abril de 1953.
- 301 “Assembleia Geral Extraordinária de 24-7-53” in *BOE*, n.º 22 de 15 de Novembro de 1953, pp. 736 e seg., “Delegação do Porto. Relatório da Direcção da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1953” (doravante “RDPOE, 1953”) in *BOE*, Vol. III, n.º 5 de 1 de Março de 1954, p. 107; *RCDOE*, 1954, p. 7; “Delegação do Porto. Relatório da Actividade em 1955” (doravante “RDPOE, 1955”) in *BOE*, n.º 4, Vol. V, 15 de Fevereiro de 1956, p. 253.
- 302 “RDPOE, 1953” in *BOE*, Vol. III, n.º 5 de 1 de Março de 1954, p. 107.
- 303 *Idem*, p. 108 e “RDPOE, 1955”, p. 254.

- 304 “Assembleia Geral. Acta da Assembleia Geral Ordinária de 1954” in *BOE*, Vol. III, n.º 6 de 15 de Março de 1954, pp. 131-145.
- 305 *Idem*, p. 143.
- 306 “Noticiário Associativo. Mesa da Assembleia Geral.” in *BOE*, Vol. IV, n.º 19, 1 de Outubro de 1955, pp. 361-369.
- 307 *Idem*, pp. 361 e 362.
- 308 *Idem*, pp. 365 a 369.
- 309 “Editorial” in *BOE*, Vol. IV, n.º 3, 1 de Fevereiro 1955, p. 30.
- 310 “Noticiário Associativo. Conselho Directivo” in *BOE*, Vol. IV, n.º 17, 1 de Setembro de 1955, p. 315.
- 311 *Idem*.
- 312 AOENG, Correspondência expedida número 83 (Março – Abril de 1955), Carta do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de 25 de Março de 1955.
- 313 “Noticiário Associativo. Conselho Directivo” in *BOE*, Vol. IV, n.º 17, 1 de Setembro de 1955, p. 316.
- 314 *Idem*, p. 317.
- 315 *Idem*, p. 319.



4. Interregno

1956-1960



[...] comentários e sugestões [...] quanto à crise da Ordem dos Engenheiros aberta por uma grande percentagem de colegas, alguns dos quais dos mais distintos e afectos à situação.

A atmosfera na classe, é hoje em dia, tão pesada e hostil que colegas há que se afastaram e que até cortaram relações pessoais com aqueles que aceitaram cargos nos actuais corpos gerentes da Ordem.

Também é verdade que por desempenharem funções subalternas, ou dependentes, nas Companhias onde trabalham, alguns engenheiros, por pressão dos seus colegas ou chefes, se têm negado a aceitar funções na Ordem para não correrem risco de perderem as suas posições, ou até mesmo as suas colocações nas empresas que servem.

Como testemunho de harmonia e de entendimento entre a Indústria e o seu principal organismo corporativo, não podemos dizer que seja o melhor nem o mais edificante.

As esquerdas estão, como se sabe, a explorar e a desenvolver em série, o acontecimento, no seu interesse próprio, ou não estivéssemos em vésperas presidenciais.

Carta do coronel Manuel Zilhão ao ministro da Defesa, Santos Costa, de 6 de Maio de 1958.

Fonte: IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no Património da Ordem dos Engenheiros).

Tempo de crise

A crise que a Ordem dos Engenheiros vivia tinha como causa próxima o fracasso da revisão do Estatuto e alguns episódios que, em torno dessa revisão, tinham acontecido em Assembleia Geral. Em termos genéricos, existia um mal-estar que começara com os protestos dos engenheiros da Delegação do Porto contra a centralização da Sede de Lisboa e se

prolongava pelo clima de “democracia participativa” vivido nas assembleias gerais de uma instituição corporativa, onde a regra seria a “democracia orgânica”. Um estado de coisas que, naturalmente, não era tolerável pelas facções mais ortodoxas do Regime, ainda por cima, por estes tempos, à procura de um segundo fôlego para o corporativismo português.

Tudo isto somado a divergências internas processuais e de conteúdo, como já houve oportunidade de expor. A Direcção chefiada por Daniel Barbosa apresentou a sua demissão em Assembleia Geral, aceitou manter-se em funções, demissionária, até que os problemas pudessem ser resolvidos e finalmente, farta de esperar, sem que nada acontecesse, deixou os cargos para que tinha sido eleita mas que já não tinha condições para continuar a exercer.

A situação vivida na Ordem nos meses seguintes parece inconcebível no contexto do Estado Novo: um sindicato nacional, representativo de uma das mais prestigiadas profissões das sociedades modernas, defrontado com a situação, para muitos humilhante, de se encontrar sem direcção durante mais de um ano, quase à margem da lei, limitando a sua actividade às tarefas de expediente inadiável até que o Governo, por portaria do Ministério das Corporações e Previdência Social, de 6 de Novembro de 1956, decidiu intervir nomeando administrativamente uma comissão directiva. Foi seu presidente o engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, mais tarde substituído pelo engenheiro Ricardo Graça, vice-presidente, que esteve nesse cargo até à posse do primeiro bastonário da Ordem, engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento cuja posse teve lugar a 11 de Maio de 1960. Era então ministro das Corporações Henrique Veiga de Macedo, licenciado em Direito, cujo percurso profissional fora feito em grande parte como jurista no INTP.

Assim se desaproveitou uma organização onde pontificavam as actividades culturais, técnicas e científicas, se desbaratou *um centro impulsor dos estudos e dos progressos da engenharia*¹, dotado de uma dinâmica de formação e actualização permanente de conhecimentos dos seus membros e, finalmente, se desperdiçou um conjunto de relações internacionais que não foi fácil retomar.

Ainda uma questão introdutória neste novo capítulo da vida da Ordem dos Engenheiros: como foi possível que, tendo o novo Estatuto

sido publicado em Setembro de 1956, a regularização da actividade da Ordem só se tenha verificado quatro anos depois? E por que razão em Lisboa, onde continuava a situar-se o principal núcleo de engenheiros, para que essa normalização se viesse a concretizar, tenha sido ainda necessário esperar, pelo menos, mais dois anos?

Anote-se, a propósito, que este interregno acabou por privar esta *História da Ordem dos Engenheiros* da sua principal fonte documental já que durante os anos de 1956, 1957, 1958 e 1959 deixaram de ser publicados os relatórios de actividades dos conselhos directivos.

De facto, havia um espírito de revolta e de inconformismo por parte dos engenheiros em relação ao que se estava a passar com o seu organismo mais representativo. Talvez até ao eclodir da crise não lhe tivessem demonstrado grande afecto, talvez não se tenham sempre conformado com o espartilho da organização corporativa e com a ambiguidade que por vezes essa qualidade gerava, talvez não tivessem um acrisolado e veemente sentido associativo que muitas vezes se fez sentir e desanimava quem assumia as principais funções de direcção e gestão do organismo. A verdade é que a crise, e a passividade revelada pelos poderes públicos no sentido de a resolver, fez surgir, porventura pela primeira vez, a sensação de perda e de humilhante abandono a que a classe parecia ter sido votada. De certa forma, tudo isto fez surgir a ideia de que após um período de ascensão, que conduziu os engenheiros a um lugar de grande destaque na sociedade portuguesa, se seguia um tempo de quebra de prestígio e de poder que o tempo perdido tornava dificilmente recuperável.

Num memorando escrito com objectividade e bom conhecimento de causa, feito por autor desconhecido, dirigido ao Presidente do Conselho em 24 de Novembro de 1957², Oliveira Salazar era minuciosamente posto ao corrente da situação que se gerara. No memorando era sinteticamente feito o historial dos tempos difíceis por que passaram, em termos institucionais, os engenheiros portugueses, os diferentes tipos de reacção, as dificuldades profissionais e estatutárias que tiveram que vencer, e como, de certa forma, se conformaram com uma situação para a qual só indirectamente tinham contribuído.

O documento é claro em termos de diagnóstico: *Decorreram quase dois anos sobre a paralisação da vida associativa da Ordem (Janeiro de 1956). Não será possível, na nova orgânica, retomar o ritmo anterior de trabalho e, nesta ocasião, já o prejuízo é avultado e sem remédio. O alheamento da quase totalidade dos engenheiros não pode estranhar-se por isso que, agrupados e isoladamente, têm manifestado o desgosto de não serem atendidas as suas razões. A recusa do pagamento de quotas, de muitos dos antigos inscritos, é sintomática. E prossegue: além de numerosas e variadas manifestações individuais, recebeu a Comissão Directiva da Ordem representações datadas de 22 e de 27 de Novembro de 1956 – a primeira, subscrita por grupo de 138 engenheiros e a segunda por grupo de 130, independentes daqueles. Em 29 de Janeiro do ano corrente a S. Ex.^a o Presidente do Conselho nova representação, subscrita por quatro engenheiros³.*

E para que não restassem dúvidas sobre o carácter repressor das actuações tomadas e pelo espírito com que tinha sido instruída a Comissão Directiva nomeada pelo ministro, o memorando afirmava que sem que se vislumbrasse motivo plausível, *mas por evidente providência repressiva*, a referida Comissão chegou a afixar no interior da Sede a proibição de que os engenheiros aí pudessem realizar reuniões para discutir ou tratar qualquer que fosse o tema.

A situação, tornada insustentável, levou a que, apesar destas medidas repressivas, fosse elaborado novo abaixo-assinado entregue ao Governo a 27 de Maio de 1957, com 1399 assinaturas de engenheiros – cerca de 50% dos inscritos na Ordem à data da suspensão de funções da Direcção de Daniel Barbosa – às quais se juntaram posteriormente mais 300 assinaturas, chegadas fora do prazo fixado para a recolha, incluindo algumas das colónias.

Aliás, no que respeita a estes últimos, o memorando a Oliveira Salazar reporta que, embora a jurisdição da Ordem não tivesse sido alargada às províncias ultramarinas, nenhum conselho directivo tinha feito uma interpretação restritiva do Estatuto, pelo que, mesmo sem poderem fazer uso de nenhuma prerrogativa por estarem inscritos na Ordem os engenheiros residentes no Ultramar continuavam a poder manter o seu vínculo à instituição. Não havia mesmo memória de algum ter sido excluído por ter ido, temporária ou definitivamente, trabalhar para o Ultramar ou o estrangeiro. O novo Estatuto de 1956 também não estendia a jurisdição da Ordem ao Ultramar mas, não deixava de ser estranho, alertava o

documento, que a Comissão Directiva tivesse suspenso as inscrições dos engenheiros do Ultramar e inclusivamente lhes tivesse cassado a carta de exercício profissional: *a arbitrária exclusão causou surpresa e desgosto, revelados em expressivas manifestações dos que desejam a centralização dos nossos interesses, da nossa cultura, da nossa política de unidade nacional. Por outro lado não é de crer que a nova estruturação da Ordem ainda se alargue ao Ultramar. A exclusão, desnecessária e não construtiva, só teve o efeito de isolar e agravar o desgosto de mais alguns portugueses.*

Acrescia a todas estas situações penalizadoras o facto de, com as novas regras inscritas no Estatuto, ter desaparecido, por ter sido integrada na Ordem, a velha Associação dos Engenheiros Civis Portugueses: a classe ficava assim privada de qualquer tipo de organismo característico e portanto inferiorizada em relação à dos médicos, farmacêuticos, arquitectos, etc., e mesmo agrónomos – pois todos possuíam organismos próprios, *pelo que para suprir a lacuna está a ser organizada a Associação Portuguesa de Engenharia – instituição particular, de carácter científico, cultural, e de convívio dos engenheiros portugueses. Tal solução – de recurso – implica a perda de valores materiais e tradicionais acumulados em largos anos.*

Finalmente, o extenso documento referia que o descontentamento era tal que a Comissão Directiva não tinha conseguido constituir os Corpos Sociais da Ordem – por não ter obtido adesões suficientes na Secção Regional de Lisboa. Fê-lo porém no Porto e em Coimbra, mas por forma que revela total desinteresse da classe – para não dizer hostilidade. Em qualquer dos casos as dificuldades só a custo foram superadas e *não se crê que os elementos agregados representem a classe dos engenheiros [...]: a maioria é desconhecida dos elementos representativos. Alguns deles já declararam inconformidade e solicitaram escusa, por não terem sido consultados ou por não terem apreendido o alcance de adesão dada irreflectidamente. Anota-se, no caso de Coimbra, que muitos dos engenheiros residem nos outros Distritos. Tanto no Porto como em Coimbra não houve eleição nem interesse da massa associativa: fez-se a confirmação das relações nominais apresentadas pela Comissão Directiva.*

Este ponto de situação, feito em finais de 1957, propiciando uma panorâmica geral da situação da classe e do estado de espírito prevalente, permite compreender um pouco melhor a história que se segue.

O Estatuto da discórdia

Os novos estatutos da Ordem dos Engenheiros⁴ foram aprovados pelo decreto-lei n.º 40 774⁵ de 8 de Setembro de 1956, pouco mais de quatro meses depois da suspensão de actividades da última Direcção regularmente eleita.

Mais marcadamente corporativos que os primeiros, os estatutos de 1956 constituíam um bom exemplar da legislação produzida durante este período do Estado Novo, designadamente durante o tempo em que o ministro das Corporações e Previdência Social foi Henrique Veiga de Macedo (1955-1961). Mais extensos e prolixos que os anteriores – o Estatuto de 1936 tinha 56 artigos enquanto os actuais se alongavam por 108 – tudo se passava como se o corporativismo português, à procura do acima mencionado segundo fôlego, internacionalmente desacompanhado e internamente cada vez mais ignorado, tentasse superar com retórica o que lhe vinha faltando em capacidade concretizadora. Nesse aspecto, Veiga de Macedo foi, não só o menos doutrinário e o mais burocrata dos responsáveis pela pasta das Corporações, mas também o paradigma, a personagem chave desta última fase do corporativismo em Portugal, já claramente em decadência.

A aprovação e promulgação dos novos estatutos encontra-se amplamente explicada no decreto-lei que lhes serve de preâmbulo: obsolescência generalizada dos anteriores; o reforço do *reconhecimento da aplicabilidade às profissões livres dos princípios corporativos consagrados na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional*; desactualização orgânica da Ordem que *tem trazido, em especial nos últimos anos, certas perturbações ao seu normal funcionamento, tornando-se assim indispensável fazer desaparecer as causas que as provocam*; dar assim, *satisfação aos desejos da Ordem, que de há muito vinha pugnando por essa reforma, e pensa-se que o novo diploma permitirá ao organismo realizar com maior facilidade a sua missão*. Um intuito também expresso era o da descentralização, explicado nos seguintes termos: *o estatuto até agora em vigor previa a existência de uma assembleia geral, [...] de um conselho directivo, [...] de um conselho disciplinar, [...]. Quer dizer, a vida corporativa da Ordem desenvolvia-se sob o signo da centralização em Lisboa das suas actividades, especialmente as directivas e as eleitorais. Daí que os membros domiciliados na província*

MINISTERIO DAS CORPORACOES E PREVIDENCIA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 40 774

1. Criada pelo Decreto-Lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, a Ordem dos Engenheiros tem constituído importante elemento da organização corporativa, quer na defesa dos interesses da profissão que representa, quer no aperfeiçoamento profissional e cultural dos seus membros, quer no estudo de problemas de carácter técnico, realizados, por vezes, a solicitação do Governo, designadamente através do Ministério das Obras Públicas.

Afirmado o acto de justiça para os que, ao longo dos quase vinte annos de existência da Ordem, a orientaram e a prestigiaram e implica também o reconhecimento da applicabilidade das profissões livres dos princípios corporativos consagrados na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional.

2. Isto não impede os reconhecimentos que a organização da Ordem se apresenta desactualizada, o que tem trazido, em especial nos últimos annos, certas perturbações ao seu normal funcionamento, tornando-se assim indispensável fazer desaparecer as causas que as provocaram. Por isso, já no breve relatório do Decreto-Lei n.º 40 510, de 28 de Janeiro de 1956, se escrevia:

Os estatutos da Ordem dos Engenheiros mostram-se desactualizados em vários dos seus preceitos, o que tem dificultado o perfeito funcionamento do organismo e a conveniente intervenção na sua vida associativa dos membros efectivos residentes na provincia. Não em curso os estudos destinados a permitir a revisão dos referidos estatutos . . .

Preceda-se, através do presente decreto-lei, à annunciada revisão do estatuto da Ordem, em obediência àquelle compromisso, que só não foi cumprido tão depressa quanto se separava por motivos ponderosos independentes da vontade do Governo.

Dá-se, assim, satisfação aos desejos da Ordem, que de há muito vinha pugnando por esta reforma, e pensa-se que o novo diploma permitirá ao organismo realizar com maior facilidade a sua missão.

3. O estatuto até agora em vigor previa a existência de uma assembleia geral, constituída pelos membros efectivos no uso dos seus direitos, de um conselho directivo, órgão executor das finalidades da Ordem, seu representante responsável e coordenador das suas actividades, de um conselho disciplinar, com competência para instruir e julgar os processos disciplinares, e de seções culturais por especialidades.

Quer dizer, a vida corporativa da Ordem desenvolvia-se sob o signo da centralização em Lisboa das suas actividades, especialmente as directivas e as culturais. Daí que os membros domiciliados na provincia vissem de há muito a manifestar-se com legitima insatisfação no sentido de se alterarem os estatutos, de modo a poderem intervir normalmente na vida da Ordem, pelo menos em medida idêntica à da participação dos médicos e dos advogados no funcionamento dos seus organismos representativos. Os próprios órgãos dirigentes reconheciam a lamentaram a frequência com que era possível oriar sérias dificuldades ao exercício da função directiva, as quais tantas vezes obstavam a uma serena, continuada e fecunda actuação da Ordem.

4. A eliminação de tais anomalias é objectivo que pretende atingir-se através do estatuto aprovado por este decreto-lei.

Para tanto, subdivide-se territorialmente a Ordem dos Engenheiros em três secções regionais: a de Lisboa, compreendendo as provincias do Ribatejo, Estremadura, Alto e Baixo Alentejo, Algarve e as ilhas adjacentes; a de Coimbra, abrangendo as provincias da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral, e a do Porto, englobando as provincias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Douro Litoral.

Em cada uma destas secções existirá uma assembleia regional, um conselho regional, um conselho disciplinar e conselhos culturais por especialidades.

A assembleia geral da Ordem será constituída por delegados eleitos trienalmente pelas assembleias regionais de entre os membros domiciliados na área de cada secção, sendo vinte e cinco por Lisboa, quinze por Coimbra e vinte pelo Porto, e incombem-lhes a eleição do presidente da Ordem, que passa a ter a designação de bastonário da Ordem, a dois representantes das diversas especialidades no conselho geral e a dois membros da respectiva mesa. Por seu turno, o bastonário presidirá ao conselho geral, formado por um representante de cada conselho regional e por um representante de cada uma das especialidades reunidas na profissão, estabelecendo-se que os membros eleitos devem pertencer às três secções regionais, de modo a conseguirem-se uma representação paritária por secções, cu quanto possível aproximada, se ella não for praticável.

Este esquema da organização, correspondendo, em grande parte, à solução adoptada para a Ordem dos Médicos, através do recente diploma que aprova o seu novo estatuto (Decreto-Lei n.º 40 831, de 21 de Junho de 1956), vem dar mais larga e directa representação aos membros da Ordem dos Engenheiros e maior grau de eficiência aos órgãos directivos desta.

5. Além do conselho superior disciplinar, com sede em Lisboa, são criados conselhos disciplinares regionais, constituídos por cinco membros, eleitos trienalmente pelo conselho regional de entre os engenheiros diplomados há mais de dez annos, que esbellecerão de entre si o respectivo presidente.

Desta forma, torna-se mais pronta a acção disciplinar da Ordem, alivia-se o conselho superior da instrução e julgamento de processos que podem ser instruídos no âmbito regional e converte-se aquelle conselho, sem prejuizo da restante competência que lhe cabe, em instância de recurso das decisões dos conselhos disciplinares regionais.

Mantendo-se o principio de que o julgamento das faltas disciplinares deve competir aos membros da Ordem, atribui-se, no entanto, a presidência do respectivo conselho superior a um magistrado judicial, como forma de oferecer à acção disciplinar todas as garantias de objectividade e de fiel interpretação e execução da lei e do estatuto. Defende-se com esta orientação a Ordem de possíveis acusações injustas e omocorre-se para evitar que a organização corporativa se feche sobre si própria e se sinta inalinda a pôr os interesses do grupo acima das conveniências gerais da comunidade. Tem-se na verdade a consciência de que acurricular a organização dos perigos que podem afectar o seu prestigio e aproveitar a lição da experiencia não é violar os principios, mas salvaguardá-los, através da sua applicação equilibrada, realista e conciliatória dos diversos interesses.

A Ordem dos Médicos propôs idêntica solução ao Governo, encontrando-se esta já legislativamente consagrada no citado Decreto-Lei n.º 40 661. Não se trata, aliás, de novidade, pois outros países, como a França e a Bélgica, perfilharam há muito tal doutrina, pelo menos relativamente à acção disciplinar a exercer pelo organismo representativo da profissão médica.

viesses de há muito a manifestar-se com legítima insistência no sentido de se alterarem os estatutos, de modo a poderem intervir normalmente na vida da Ordem, pelo menos em medida idêntica à da participação dos médicos e dos advogados no funcionamento dos seus organismos representativos.

Posto isto, as alterações:

- › a primeira tinha a ver com a subdivisão territorial da Ordem em três secções regionais: a de Lisboa, compreendendo as províncias do Ribatejo, Estremadura, Alto e Baixo Alentejo, Algarve e as ilhas adjacentes; a de Coimbra, abrangendo as províncias da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral, e a do Porto, englobando as províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Douro Litoral;
- › a segunda com o facto de em cada uma dessas secções passarem a existir *uma assembleia regional, um conselho regional, um conselho disciplinar e conselhos culturais por especialidades;*
- › uma terceira referia-se à composição da assembleia geral que passaria a ser *constituída por delegados eleitos trienalmente pelas assembleias regionais de entre os membros domiciliados na área de cada secção, sendo vinte e cinco por Lisboa, quinze por Coimbra e vinte pelo Porto, e incumbe-lhe a eleição do presidente da Ordem, que passa a ter a designação de bastonário da Ordem, a dos representantes das diversas especialidades ao conselho geral e a dos membros da respectiva mesa;*
- › a quarta prendia-se com a criação do cargo de bastonário, de certa forma em substituição do antigo presidente do conselho directivo, *que presidirá ao conselho geral, formado por um representante de cada conselho regional e por um representante de cada uma das especialidades reconhecidas na profissão, estabelecendo-se que os membros eleitos devem pertencer às três secções regionais, de modo a conseguir-se uma representação paritária por secção, [...].*

E, sobre estas matérias o legislador, evidenciando os aperfeiçoamentos que presumia ter conseguido introduzir, concluía: *este esquema de organização, correspondendo, em grande parte, à solução adoptada para a Ordem dos Médicos, [...] vem dar mais larga e directa representação aos membros da Ordem dos Engenheiros e maior grau de eficiência aos órgãos directivos desta.*

No entanto, a grande inovação contida nestes novos estatutos referia-se ao reconhecimento de um conjunto de especialidades que, como houve oportunidade de relatar, depois de uma luta, que atingiu alguns momentos de grande virulência, tinham ficado excluídas da Ordem em 1936. Tratava-se na altura de apenas admitir na Ordem as especialidades de civil, electrotécnica, mecânica, minas, química a que, mais tarde, em 1941, foi acrescentada a naval, deixando ostensivamente de fora as engenharias geográfica, agronómica e silvícola. Os novos estatutos procediam a essa integração: agrónomos, silvicultores e engenheiros geógrafos passavam agora a fazer parte desta corporativamente renovada Ordem dos Engenheiros.

As justificações dadas para estas alterações também são claras e não deixam margem para dúvidas: face a alguns argumentos invocados, o Governo *considera desaconselhável a constituição de tantos organismos quantas as especialidades de engenharia, [e que] não faria sentido tornar-se apenas obrigatória a inscrição dos engenheiros pertencentes a certas especialidades, excluindo-se deliberadamente do âmbito da Ordem profissionais diplomados com outros cursos superiores por lei qualificados de engenharia. Termina, portanto, a discriminação mantida até ao presente e abre-se a Ordem a todos aqueles que, nos termos legais, exercerem funções ou praticarem actos próprios da profissão de engenheiro, exceptuados, como se compreenderá, os que ocuparem cargos públicos legalmente incompatíveis com o livre exercício da respectiva actividade profissional. Convém ainda acentuar,* continuava o texto governamental, que em tudo o que foi feito houve *a preocupação de garantir aos engenheiros das várias especialidades representação apropriada nos órgãos directivos da Ordem. Desta forma, respeitam-se os interesses de cada especialidade e evita-se ao mesmo tempo uma solução equivalente à da criação dentro da Ordem de várias pequenas ordens, o que não seria consentâneo com a unidade do organismo.* E, apontando claramente ao predomínio exercido pela engenharia civil, desde sempre maioritária e também dando sempre provas de grande dinamismo, o diploma procurava impedir que se viessem a estabelecer *predomínios desaconselháveis de umas especialidades sobre outras [assegurando por isso] o necessário equilíbrio de interesses e de funções.*

Outra questão, que tocava fundo a sensibilidade e bulia com algumas veleidades de autonomia dos engenheiros, era a que respeitava à Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses: também na vertigem/enxurrada dos novos estatutos, esta acabou por ser extinta por integração na Ordem, neste caso incluindo uma explicação longa, procurando salvar a história e a respeitabilidade da instituição.

Uma última referência para chamar a atenção para uma ligeira *nuance*; enquanto no decreto-lei que introduz o Estatuto de 1936, a Ordem, de acordo com o preceituado no Estatuto do Trabalho Nacional, era definida como o sindicato nacional dos engenheiros, no art.º 1.º dos novos estatutos a Ordem dos Engenheiros era definida como *o organismo corporativo representativo dos diplomados em engenharia...*

Secções da Ordem dos Engenheiros – Estatuto de 1956

LISBOA	PORTO	COIMBRA
Ribatejo	Minho	Beira Alta
Estremadura	Trás-os-Montes	Beira Baixa
Alto Alentejo	Alto Douro	Beira Litoral
Baixo Alentejo	Douro Litoral	
Algarve		
Ilhas adjacentes		

EM CADA SECÇÃO:

Assembleia Regional
Conselho Regional
Conselho Disciplinar
Conselhos Culturais Regionais por especialidade

Órgãos da Ordem dos Engenheiros – Estatuto de 1956

ASSEMBLEIAS		
	Geral	60 delegados eleitos trienalmente pelas assembleias regionais (25 por Lisboa, 15 por Coimbra, 20 pelo Porto) Elege: · o presidente da Ordem, designado bastonário · os representantes das diversas especialidades ao conselho geral · a mesa da assembleia geral
	Regionais	membros domiciliados na área de cada secção

CORPOS DIRECTIVOS	Presidente da Ordem	
	Conselho geral	1 representante de cada conselho regional 1 representante de cada especialidade
	Conselhos regionais	1 membro por especialidade eleitos pela assembleia regional elegem entre si 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário e 1 tesoureiro
	Delegações	1 presidente e 2 vogais nomeados pelo conselho geral
CONSELHOS CULTURAIS REGIONAIS		3 ou 5 membros de cada especialidade presidido pelo representante de cada especialidade no conselho regional
CONSELHOS DISCIPLINARES	Conselho Superior Disciplinar	1 magistrado judicial designado pelo Conselho Corporativo – presidente 6 membros eleitos trienalmente pelo conselho geral
	Conselhos Disciplinares Regionais	5 membros eleitos trienalmente pelo conselho regional elegem entre si 1 presidente

A partir da publicação dos estatutos iniciava-se uma nova etapa da vida da Ordem dos Engenheiros. Logo a 14 de Novembro de 1956 o Secretário-Geral da Ordem escrevia uma carta ao engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, comunicando-lhe que, por portaria do ministro das Corporações e Previdência Social, tinha sido nomeado presidente de uma comissão directiva encarregada, conforme o artigo 98.º dos estatutos, de convocar as primeiras assembleias regionais e de dirigir a Ordem até à posse dos primeiros corpos gerentes eleitos. A carta ainda referia os nomes dos outros engenheiros que compunham a dita comissão: Isidoro Augusto de La Higuera Farinas de Almeida, engenheiro de minas; Vasco de Magalhães Gomes Viana, engenheiro de máquinas; Inácio Nunes Ferreira, engenheiro electrotécnico; Ricardo Graça, engenheiro químico-industrial; Luís Cincinato da Costa, engenheiro agrónomo; João Nunes Mexia, engenheiro silvicultor; José António Madeira, engenheiro geógrafo⁶.

Eduardo Rodrigues de Carvalho foi o homem escolhido para assegurar temporariamente a direcção da Ordem neste período de transição.

Tempo de contestação

Os efeitos no tempo da publicação dos estatutos da OE ultrapassavam em muito o simples arranjo estatutário. A reacção ao texto e às justificações avançadas não se fizeram esperar e surpreenderam pela veemência demonstrada por uma classe que já parecia alheada das vicissitudes da Ordem. A forte contestação de boa parte da classe dos engenheiros teve sobretudo a ver com dois pontos: a inclusão das “novas” especialidades e a extinção, por incorporação na Ordem, dos bens da AECF que afinal em tempos por ela se tinha batido, fomentando um movimento nacional que levou o Governo a promulgar aquele primeiro Estatuto.

Quanto à integração das três especialidades inicialmente excluídas, existiam situações distintas: os engenheiros agrónomos e os silvicultores estavam aparentemente conformados; eram poucos e, salvo raras excepções, sem peso político para poderem ambicionar alterar o *stato quo*. Já o que se passava com os engenheiros geógrafos era bem diferente: não só havia inúmeras referências e recomendações inscritas nos relatórios da Inspeção dos Organismos Corporativos, aconselhando, na sequência das inspecções ao Sindicato, a sua inclusão na Ordem dos Engenheiros, como no Ministério das Corporações existia a convicção de que esta parecia ser a melhor solução; textualmente um dos últimos relatórios feitos pela acima referida Inspeção, defendia: *o problema deste Sindicato [...] é muito complexo. A melhor solução parece ser a sua inclusão na Ordem dos Engenheiros. Caso seja impossível, deverá providenciar-se no sentido de se obter uma radical modificação na sua orgânica, acompanhada de medidas de saneamento económico, sem o que o organismo desaparecerá dentro em pouco*⁷.

Em qualquer caso, o primeiro documento que lavra formalmente protestos contra os novos estatutos é uma carta da Comissão Administrativa da AECF ao próprio Presidente do Conselho. Nesta carta se faz a história da instituição que remonta à Monarquia, à fundação em 1869, reclamando que as disposições *carecem simultaneamente de fundamento jurídico e de razão moral* e considerando que o acto *ferindo profundamente o sentir dos engenheiros sócios da Associação e depositários do seu nobilíssimo legado, contraria igualmente o dever que ao Estado incumbe de fomentar e*

proteger o desenvolvimento das artes e das ciências e de promover e favorecer as instituições de solidariedade, previdência e cooperação.

Mais adiante, num crescendo de indignação, consideravam os signatários que *a incorporação dos bens da Associação sem qualquer título jurídico se revestia da figura de usurpação, que constituía para os engenheiros uma providência de excepção, não tomada, em casos análogos, em relação aos médicos, cujo organismo corporativo foi recentemente remodelado, [...]; não sendo justa, não é também decisão equânime.*

Para além destes considerandos de natureza material a ainda intitulada Comissão Administrativa da AECP prosseguia argumentando que se, em 1937, tinha suspenso por tempo indeterminado toda actividade, fora para não colocar nenhum entrave ao nascimento da Ordem, de que aliás, numa manifestação que só podia ser entendida como de apoio à organização corporativa, se tinha constituído como comissão instaladora; que tal facto não significava que a Associação fosse ela mesma um organismo corporativo, mas sim o que sempre foi, uma associação privada de carácter científico e cultural disposta a trabalhar com e ao lado da Ordem dos Engenheiros como *outras instituições científicas funcionavam ao lado dos organismos corporativos afins: a Sociedade de Ciências Médicas e a Sociedade Médica dos Hospitais Civis, com a Ordem dos Médicos; a Sociedade de Ciências Agronómicas com a Ordem dos Engenheiros, que agora passava a abranger os profissionais da agronomia e da silvicultura; a Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária com o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários, etc.*; pela possibilidade prevista nos seus estatutos de poder admitir como associados tanto entidades singulares como colectivas, tanto diplomados em engenharia como cientistas de matérias relacionadas...

Na carta ao Presidente do Conselho não perde a oportunidade para ostentar o seu impressionante *curriculum* nacional e internacional, e apresentar uma lista de centenas de notáveis engenheiros, que tinham sido, ou continuavam a ser, sócios, da Associação, desde primeiros-ministros da Monarquia e da I República até alguns ministros do Estado Novo, passando pelas mais altas patentes militares.

Por fim, dirigindo-se directamente a Oliveira Salazar: *Excelência “Aquele que não defende o seu direito já desistiu dele a favor de quem*

pretende tomar-lho; e no íntimo confessa que duvida da sua legitimidade.” terminando solicitando o restabelecimento da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, na plena posse do seu património [...]”⁸.

Mas os dados estavam definitivamente lançados; num caso e noutra as contestações pouco mais trouxeram que pequenos atrasos na concretização do que o Governo decidira. Uma década depois, Gonçalves Rapazote, então ministro do Interior do último governo de Salazar, proferiu uma expressão que o fez entrar na história, e que de certa forma sintetiza o comportamento do executivo neste caso da Ordem dos Engenheiros: *o Governo, dizia Rapazote, ouve com humildade e decide com autoridade*. Foram dezenas as cartas, os abaixo-assinados, as representações, as exposições mais ou menos fundamentadas, as tentativas de insinuação junto do chefe do Governo, tudo em vão. O Governo ouviu tudo, mas não se afastou da decisão tomada.

Para os engenheiros, para uma grande parte dos engenheiros de todas as especialidades e quadrantes políticos, a aprovação destes estatutos representava uma pesada derrota. Procurando seleccionar alguns documentos mais interessantes do ponto de vista desta história, onde o tema é o protesto pela integração das três novas especialidades, começa-se por uma carta enviada pelo engenheiro José Lourenço Vasco de Carvalho, um antigo presidente da Assembleia Geral da Ordem ao Presidente do Conselho, de 27 de Maio de 1957.

Nesta carta o autor retomando, no essencial, os argumentos utilizados quando da constituição da Ordem mas, dirigindo-se a Salazar, afirma que tem *a honra de depor nas mãos de V. Ex.^a a inclusa representação, apoiada por cerca de 1400 engenheiros*. O teor da carta resume-se na asseveração de não se poderem conciliar *nem interesses profissionais nem preocupações culturais entre pessoas de função e formação diversas*, pedindo ao Presidente do Conselho que, pelo menos, mande rever o conceito de “diplomados em engenharia”. Ele próprio teria tentado fazer um inquérito formal para poder ter uma resposta inequívoca à questão, porém, *dificuldades que nos foram levantadas e que disciplinadamente não quisemos transpor, inibiram-nos de proceder a tal inquérito; mas o apoio de 1400 engenheiros, apenas por contactos pessoais em reduzido lapso de tempo, é comprovativo do pensar geral da classe. Tenho a vaidade de supor que V. Ex.^a se recordará*

*ainda de alguns serviços por mim prestados, sempre com isenção reconhecida por vários ministros e, acima de todos, por V. Ex.^a praza a Deus que com a entrega da representação, e mercê do elevado critério de V. Ex.^a, se consigam evitar os dois escolhos que ameaçam a Ordem, dada a heterogeneidade da sua contribuição: atritos constantes ou marasmo completo, com êxodo de quantos o possam fazer [...]*⁹.

O segundo documento escolhido emana do Ministério da Educação e é constituído por um parecer emitido pela Junta Nacional de Educação sobre um outro parecer elaborado pelo Conselho Permanente da Acção Educativa. Pela sua importância e valor emblemático, transcrevem-se as passagens essenciais:

*Ministério da Educação Nacional*¹⁰

Junta Nacional de Educação

PARECER

- 1. Em exposição enviada ao Sr. Presidente da Comissão Directiva da respectiva Ordem manifestam alguns engenheiros a sua discordância do estatuto aprovado pelo decreto n.º 40 774, de 8 de Setembro último, na parte em que permite a inscrição dos engenheiros agrónomos, dos engenheiros silvicultores e dos engenheiros geógrafos naquele organismo corporativo.*
- 2. Sustenta-se na referida exposição, entre outras coisas, que o Instituto Superior de Agronomia não pode hoje conferir legalmente os títulos de engenheiro agrónomo e de engenheiro silvicultor.*

Dados os termos do despacho de Sua Ex.^a o ministro das Corporações, supõe o Conselho que é para esclarecimento deste ponto que o presente processo vem à Junta Nacional de Educação.

Sobre ele, portanto, se passa a emitir parecer.

- 3. Escreveu-se na exposição:*

O decreto n.º 38 636, de 8 de Fevereiro de 1952, reformando os estudos do Instituto Superior de Agronomia, diz no seu art.º 16.º:

A aprovação em todas as disciplinas dos cursos superiores de Agronomia ou de Silvicultura não confere direito a qualquer grau académico ou título profissional. É apenas requisito para a realização do estágio e, com esta, para a admissão ao acto final do curso.

Naquele decreto e tendo embora em conta o decreto n.º 40 346, de 27 de Outubro de 1955, que modifica o primeiro na organização das cadeiras que constituem os cursos superiores de agronomia e silvicultura, só se encontra, quanto a graus académicos, a disposição contida no art.º 20.º do primeiro daqueles diplomas:

O Instituto confere os graus de doutor em Agronomia e de doutor em Silvicultura.

Aliás, pelos citados decretos, os cursos professados no Instituto Superior de Agronomia têm só as denominações que são empregadas no texto do art.º 19.º: As informações finais dos alunos que concluírem qualquer dos cursos superiores de Agronomia ou de Silvicultura serão votadas pelo conselho escolar e expressas em valores.

Quer dizer; segundo os autores da exposição, aos cursos normais do Instituto Superior de Agronomia em vigor, embora alguns dos seus preceitos tenham sido alterados, consta do decreto n.º 4685, de 13 de Julho de 1918. Ela é ainda, no que respeita ao Instituto, o diploma fundamental.

Ora essa lei orgânica estabelece, no seu art.º 21.º, para os diplomados pelo Instituto os títulos de engenheiro-agrônomo e [p. 1].

Continua numa densa e longa prosa aduzindo argumentos, explicando fundamentos, elencando referências dos diplomas legais relativos à matéria, recorrendo até a comparações internacionais para concluir:

8. Pelo exposto, os membros do Conselho Permanente da Acção Educativa emitem o parecer de que os diplomados com os cursos superiores de agronomia e de silvicultura pelo Instituto Superior de Agronomia têm direito aos títulos de engenheiro-agrônomo e de engenheiro-silvicultor.

Sala das Sessões do Conselho Permanente da Acção Educativa, em 12 de Fevereiro de 1957

O RELATOR

a) João de Almeida

Aprovado em sessão do C.P.A.E. de 12 de Fevereiro de 1957.

O PRESIDENTE

a) Mário de Figueiredo

DESPACHO MINISTERIAL “Homologo. – 1957 – Fevereiro 12.

a) Leite Pinto”.

O terceiro testemunho desta série é também uma carta, igualmente enviada ao Presidente do Conselho, que se reporta a uma exposição há tempos remetida a O. Salazar por quatro engenheiros – todos antigos ministros do Estado Novo. É assinada pelo presidente da Junta de Energia Nuclear, José Frederico Ulrich, ele mesmo ex-MOP, e não tem data.

Trata-se de mais um documento de protesto contra os novos estatutos da Ordem, precisamente no que se referia às novas especialidades recém-admitidas, mas muito especialmente direccionada contra a admissão dos engenheiros agrónomos e dos silvicultores.

Diz assim o documento: *Com data de 29 de Janeiro último, recebeu V. Ex.^a uma exposição assinada pelos Engs. Augusto Cancela Abreu, Roberto Espregueira Mendes e Luis Veiga da Cunha e por mim, acerca da nova orientação dada à Ordem dos Engenheiros [...]. Essa exposição esteve para ser assinada por um grande número de engenheiros, mas pareceu-nos inconveniente dar larga divulgação a um documento dirigido a V. Ex.^a e daí a resolução de só nós o assinarmos [...].* Prosseguia, entrando no tema, chamando a atenção de Salazar para o facto de, em sua opinião, ter sido criado um grave problema, dado que a solução adoptada estava a perturbar e descontentar uma classe que devia *merecer consideração e respeito pela dedicação com que tem servido o país e pela forma como tem sabido elevar o seu nível técnico, à custa de muito trabalho e de uma vontade firme de recuperar o atraso em que vegetava na hora em que V. Ex.^a assumiu a direcção dos nossos destinos.* E num protesto veemente, apelando a antigas solidariedades, ia afirmando que não estava em causa [...] *a categoria e o valor das outras classes de técnicos nacionais que usam também o título de engenheiro-agrónomo, silvicultor ou geógrafo; não se põe em dúvida que essas classes tenham prestado ao país serviços tão valiosos, ou mais ainda, do que aquela; não se discute a categoria dos diferentes cursos nem das pessoas que os tiraram; todas nos merecem a maior consideração e respeito – simplesmente, entendemos que se trata de profissões suficientemente diferenciadas da nossa para justificarem o seu agrupamento num organismo corporativo diferente.* Daí a dimensão do erro cometido e as culpas que atribui à Ordem por não ter reagido atempadamente, mal soube que se estava a preparar o decreto-lei que iria alterar profundamente os seus estatutos; o ministro é um homem honesto, mas provavelmente desconhecedor, insinuava por fim, porque *as coisas são como são: o diploma em causa descontentou profundamente os membros da antiga Ordem dos Engenheiros, e não há, não pode haver, razão para os querer descontentar. A revogação do D. L. 40 774 não ficará mal a ninguém, porque a ninguém fica mal voltar atrás*

quando se deu um passo em falso. Se, simultaneamente, fosse criada a Ordem dos Agrónomos, Silvicultores e Geógrafos, então nem a estes se deixava a menor razão de queixa. Desculpe V. Ex.^a este meu atrevimento que, volto a dizê-lo, é fruto da lealdade e dedicação sem limites com que desde sempre tenho procurado servir V. Ex.^a¹¹.

Não há notícia de o Presidente do Conselho ter dado resposta por escrito a estas exposições, mas tem-se conhecimento de que remeteu a exposição dos ex-ministros ao Ministério das Corporações para informar. O resultado dessa tomada de posição foi o parecer, acima indicado, da Junta Nacional da Educação, homologado pelo respectivo ministro.

O que não há dúvida é que o Presidente do Conselho se foi mantendo informado sobre a evolução dos acontecimentos, como prova, por exemplo, o memorando com que se abre este capítulo. Isto é, por vias informais ou formais, caso das várias cartas endereçadas pelo ministro das Corporações, Salazar ia seguindo atentamente as vicissitudes pelas quais o caso ia passando: foi informado da demissão do engenheiro Rodrigues de Carvalho, presidente da Comissão Directiva da Ordem, meses depois de ter sido empossado, alegadamente por motivos de saúde¹²; recebeu o primeiro relatório de actividades da referida Comissão como anexo a um ofício remetido pelo próprio ministro¹³; esteve sempre ao corrente das dificuldades que surgiram na regularização da vida da Ordem, designadamente, no que se refere às eleições dos órgãos dirigentes: *não é possível ainda saber como decorrerão essas eleições em Lisboa, mas em Coimbra e, principalmente, no Porto, tudo leva a crer que não surgirão grandes dificuldades*¹⁴; e pouco depois foi informado de que *as eleições para a constituição dos órgãos directivos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros decorreram, segundo me informam, com toda a normalidade*¹⁵.

Entretanto, a contestação subia mais um degrau: a indignação dos engenheiros crescia na exacta proporção da falta de reconhecimento das razões por si invocadas para que os novos estatutos fossem revistos. Nestas circunstâncias tentaram um derradeiro golpe de força, mobilizando os seus mais notáveis representantes; por outras palavras, aos quatro antigos ministros veio juntar-se, subscrevendo o seu protesto, um conjunto de engenheiros que pela sua obra ou pelo seu empenhamento político com

o regime, não podiam deixar de causar algum abalo, pensavam eles, na intransigência governamental, da qual a face mais visível continuava a ser Veiga de Macedo. Uma nota para referir que, por um lado, as diversas tomadas de posição de ambos os campos vieram provar uma insuspeitada coesão do Governo que, bem pelo contrário, actuou de forma coerente, e, por outro, que Salazar, estando perfeitamente informado de todo o decurso do processo, não mexeu um dedo para alterar o decreto da discórdia.

A derradeira tomada de posição dos engenheiros está contida numa outra carta dirigida, como já vinha sendo hábito, ao Presidente do Conselho que, nesta emergência, funcionaria como árbitro supremo. As expressões e os argumentos utilizados não primavam pela originalidade: manifestavam o seu descontentamento pelos termos em que estavam redigidos os novos estatutos; insurgiam-se contra o facto da *Comissão Directiva da Ordem, nomeada ao abrigo do diploma de 8 de Setembro de 1956*, [ter distribuído], *ao que se julga, a todos os engenheiros, cópias de parecer emitido pela Junta Nacional de Educação – Conselho Permanente da Acção Educativa –, datado de 12 de Fevereiro de 1957 e homologado por despacho de S. Ex.^a o ministro da Educação Nacional, da mesma data*; reclamam porque o *parecer não afecta, nem aliás encara, as considerações de fundo formuladas na representação*; em consequência do que os signatários, *desejam [...] reafirmar o ponto de vista em que se têm colocado e fazer breve comentário sobre os argumentos e raciocínios deduzidos no dito parecer, para que também se divulguem as razões da sua inconformidade na defesa de princípios que visam o interesse nacional*¹⁶.

Em síntese, o que todos contestam é a legitimidade de agrónomos, silvicultores e geógrafos poderem usar legal e legitimamente o título de engenheiros; omitindo as dezenas de argumentos utilizados, é possível resumir a dezena de páginas que a carta comporta a uma, apesar de tudo, longa citação onde se transcrevem quase na íntegra as conclusões:

- a) *A Legislação em vigor não define a concessão do grau de licenciado aos diplomados com os cursos superiores de Agronomia e de Silvicultura pelo Instituto Superior de Agronomia. Não podem atribuir-se, portanto, os títulos de engenheiro-agrónomo e de engenheiro-silvicultor*

aos diplomados com aqueles cursos, a que não são aplicáveis nem o Decreto n.º 11 988, nem o Decreto n.º 19 488.

- b) Da reforma dos estudos do Instituto Superior de Agronomia promulgada em 1952, deduz-se: 1.º que aos indivíduos habilitados com as disciplinas dos cursos superiores de Agronomia e de Silvicultura e aprovados em acto final devem corresponder os graus de licenciado em Agronomia e licenciado em Silvicultura; 2.º que aos graus académicos de licenciado em Agronomia e licenciado em Silvicultura devem corresponder os títulos profissionais de agrónomo e de silvicultor.*
- c) Ao curso de engenheiro-geógrafo, professado nas Faculdades de Ciências, não corresponde profissão diferenciada, mas diploma académico para distinguir indivíduos aptos a exercer funções que decorrem do núcleo matemático da sua formação: trabalhos geográficos e geodésicos.*
- d) Não sendo a Agronomia, nem a Silvicultura, nem a Geografia (nem a Matemática), ramos especializados ou formas de Engenharia, não podem os respectivos diplomados pertencer ao organismo representativo dos “diplomados em Engenharia”.*

Assim fica esclarecido o aspecto formal que parece ser argumento exclusivo para se agruparem pessoas de função e formação diversas em organismo que deixa por isso de representar a classe que representava e que, pela heterogeneidade, não poderá constituir elemento positivo na cooperação com os demais sindicatos e quaisquer sectores da actividade nacional¹⁷.

Atente-se como neste esforço final, que se veio a revelar tão inútil e inconsequente como os anteriores, os engenheiros fizeram um verdadeiro cerrar de fileiras como atesta a lista de nomes dos subscritores do documento onde, como se afirmou acima, se concentra uma parte muito significativa dos mais notabilizados engenheiros portugueses:

Adelino Paes Clemente / Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento / António de Arantes e Oliveira / António Coelho de Salles Henriues / Augusto Cancellata de Abreu / Augusto Rebelo de Andrade / Duarte Abecassis / Eduardo da Conceição Amorim Júnior / Eduardo Madaíl / Estevão Mendonça Lamas de Oliveira /

Eugénio Sanches da Gama / Fausto Almeida de Alcântara Carreira / Fernando César dos Santos Silva / Flávio José Álvares dos Santos / Francisco de Mello Ferreira de Aguiar / Germano Joaquim Venade Henrique Gomes da Silva / Henrique Schreck / Herculano Amorim Ferreira / João De Korth/P19 José António Gil da Silva / José Bacellar Bebiano / José Caetano Maziotti Salema Garção / José Estevam Abranhes Couceiro do Canto Moniz / José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich / José de Lencastre e Távora / José Lourenço Vasco de Carvalho / José Maria Seguro / Luís da Costa de Sousa Macedo/ Luís José de Avelar Machado Veiga da Cunha / Manuel Agostinho Duarte Gaspar / Manuel Coelho Mendes da Rocha / Manuel Rafael Amaro da Costa / Pedro Croner Celestino da Costa / Pedro Filipe Adeodato de Brion / Ricardo Esquível Teixeira Duarte / Roberto de Espregueira Mendes / Rogério Augusto Cavaca / Salvador de Sá Nogueira / Manuel Ferreira Neto Valente (relator)

No mês seguinte, numa carta da Secção Regional de Lisboa o ministro das Corporações era informado de que os acontecimentos começavam a entrar numa certa normalidade estatutária, dando conta da realização de uma *Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa* em que, não havendo candidatos propostos, a *Comissão Directiva apresentou uma lista sua*¹⁸.

Logo depois, a 27 de Janeiro, surgiam mais protestos, ainda num documento dirigido ao Presidente do Conselho, sob a forma de requerimento subscrito por um grupo de engenheiros, parte dos quais integrava os notáveis que assinaram a carta acima referida¹⁹.

Nele se insurgiam contra a consideração de uma pseudo-Assembleia Geral eleitoral, que nunca se teria concretizado pela inexistência de quórum; que tinham ficado surpreendidos com o comportamento da Comissão Directiva ao comunicar que a mesa da aludida assembleia tinha aprovado a lista única por ela apresentada para efeito de eleição e ao dizer que o presidente proferiu a correlativa proclamação, conforme constava da acta; e afirmavam peremptoriamente que não só não fora aprovada lista nenhuma como não tinha sido feita nenhuma proclamação de que estava eleita a direcção da Secção Regional de Lisboa. A carta terminava com mais um apelo a Salazar: *Embora a comunicação venha a ser anulada, subsistem dela aspectos de grave desdouro para os engenheiros. Esperam os signatários confiadamente que Vossa Excelência mande inquirir*

o estranho caso, para que sobre ele sejam tomadas as providências que o alto critério de Vossa Excelência tiver por convenientes.

Assinaram a carta:

Manuel Ferreira Neto Valente / José Maria Seguro / José Sidónio Brasão Farinha / Eduardo da Conceição Amorim Junior / Adolfo Gil Ejarque / José Lourenço Vasco de Carvalho / Úlpio da Fonseca Nascimento / Joaquim Alcobia da Silva / Manuel Santinho Horta / Fernando José da Mota e Costa / Jacinto Gasparinho Correia / Fimino Puga Gonçalves Costa / Raul Apolónio de Freitas Rodrigues / Germano Joaquim Venade / Viriato de Sousa Campos / Boaventura d'Almeida Bello / Jorge Coutinho Júnior / José Manuel Gonçalves Figueira / Carlos Manuel de Sousa Rego / Rogério Augusto Cavaca / António Pereira Marques / Armando da Palma Carlos / Armando de Almeida Cabral / Manuel Coelho Mendes da Rocha / Carlos Monteiro do Amaral Netto / Francisco de Mello Ferreira d'Aguiar / Aníbal Pires Antunes / António Simões Crespo / João de Saldanha Pimentel Rolim / José Estevam Abranches Couceiro do Canto Moniz / José Bessa Ferreira da Cunha.

O braço de ferro chegava ao fim, tentando meter a Ordem na ordem: em 28 de Janeiro de 1958 a Direcção-Geral do Trabalho e Corporações informava os Serviços de Acção Social²⁰ de que por despacho de 14 do corrente S. Ex.^a o ministro das Corporações e Previdência Social tinha sancionado *a eleição dos corpos gerentes da Ordem dos Engenheiros para o triénio 1958-1960 com a seguinte composição:*

“Mesa da Assembleia Regional Presidente – Eng.º Carlos Alfredo Garcia Alves Secretário – Eng.º Agnelo Galamba de Oliveira Secretário – Eng.º José Manuel Fortuna de Carvalho Antelo Delegados à Assembleia Geral Eng.º Álvaro de Melo Gouveia (Civil) Eng.º António Alfredo Sanches de Castro da Costa (Civil) Eng.º Jacinto dos Reis Bettencourt (Civil) Eng.º Luís da Fonseca (Civil) Eng.º Luís Vitória de França e Sousa (Civil) Eng.º Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo (Civil) Eng.º João Paulo Dupuich Pinto Castelo Branco (Electrotécnico) Eng.º José Máximo de Castro Nery (Electrotécnico) Eng.º Pedro Gomes Alvares (Electrotécnico) Eng.º Sebastião José Horta e Costa Henriques (Electrotécnico) Eng.º Alfredo Borges de Magalhães Ramalho (Mecânico) Eng.º Francisco de Almeida e Castro (Mecânico) Eng.º Luciano Luís de Oliveira Faria (Mecânico) Eng.º Luís de Castro e Solla (de Minas) Eng.º Fernando António de Sousa Coutinho (Químico-Industrial) Eng.º Manuel Barata Chagas Roquette (Químico-Industrial) Eng.º Fernando Guilherme Campos de Araújo (Naval) Eng.º Júlio

Manuel Martins (Geógrafo) Eng.º Orlando Vieira Rodrigues (Geógrafo) Eng.º Vasco Mera Pinto de Magalhães (Agrónomo) Eng.º Camilo António de Almeida Gama Lemos de Mendonça (Agrónomo) Eng.º Francisco Maria Martinho de Almeida Manuel de Vilhena (Agrónomo) Eng.º Ruy Ferro Mayer (Agrónomo)” [...].

e em 25 de Março o Vice-Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros dava conhecimento ao Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros de que tinha sido nomeado, *Secretário-Geral da Ordem*, o Sr. Eng. *Fernando Cardoso da Silva Brillhante Pessoa*, que começou a exercer as suas funções em 1 de Fevereiro [...]²¹.

Quando parecia que a situação se aproximava da normalidade, começaram a surgir as primeiras defecções: os *Engenheiros José Osório da Rocha e Melo e António Franco Wittnich Carrisso* escusaram-se a exercer os cargos de membros do Conselho Regional de Lisboa para que foram aprovados na Assembleia Regional realizada em 17 de Dezembro do ano findo pelo que foi proposta a sua substituição pelos engenheiros *Alfredo de Sousa Ghira e José Coelho da Silva Gil*²². O ministro homologou a substituição²³, e a direcção do Conselho Regional de Lisboa ficou assim organizada:

Presidente – Eng. Manuel António Soares Zilhão (Minas) Vice-presidente – Eng. Manuel Gaspar de Barros (Químico-industrial) Tesoureiro – Eng. Agnelo de Rhodes Sérgio (Geógrafo) Secretário – Eng. Alfredo Carlos Taillet Alves (Mecânico) Vogais – Eng. Alfredo de Sousa Ghira (Civil) Eng. José Coelho da Silva Gil (Electrotécnico) Eng. Acúrcio Campos de Araújo (Naval) Eng. Pedro de varennes Monteiro de Mendonça (Agrónomo) Eng. José Luiz Maria d’Oliveira d’Almeida Calheiros e Meneses (Silvicultor). Aguardando que Vossa Excelência se digne mandar transmitir-nos o que tiver por mais conveniente [...]²⁴.

A última referência deste período vai para a carta que o coronel engenheiro Manuel Zilhão enviou ao seu amigo ministro da Defesa, Santos Costa, a 6 de Maio de 1958, que aliás serviu de epígrafe a este capítulo. Para além dos excertos da abertura e de outros aspectos que passou exaustivamente em revista, esta carta reveste-se de um interesse

especial: foi subscrita por um engenheiro, claramente alinhado com a área mais conservadora do Regime; Manuel Zilhão acabou por ser o primeiro presidente do Conselho regional de Lisboa, e escreve a carta quando já ocupava esta posição; referia que a crise desencadeada em torno da OE foi aberta por uma grande maioria de engenheiros membros da Ordem; salientava que o problema, para além de complexo em termos corporativos, se tinha transformado numa questão de Estado; é desassombradamente crítico em relação ao que se passou com a AECP: *torna-se necessário resolver satisfatoriamente o agravo respeitante à propriedade e fundos da antiga Associação dos Engenheiros Civis, entregues por decerto à Ordem dos Engenheiros. Esta determinação do decreto é taxada de esbulho e ofendeu; defende que urge escolher um bastonário para a Ordem dos Engenheiros; por fim insurge-se com o facto de a Ordem continuar a não ter jurisdição sobre as províncias ultramarinas: é de notar que muitos dos engenheiros que trabalham nas províncias ultramarinas são chamados às sedes das suas Companhias na Metrópole, não para gozo de licença, mas para trabalharem e estudarem problemas postos pelos seus Conselhos de Administração. Em tais circunstâncias, não devem, em rigor, poder cumprir as suas obrigações, porque não estão inscritos na Ordem. A incoerência de uma tal situação parece-nos exagerada, para não dizer anedótica*²⁶.

Membros inscritos e na actividade em 1955 e em 1957

	MEMBROS INSCRITOS			MEMBROS NA ACTIVIDADE		
	EFFECTIVOS	AGREGADOS		EFFECTIVOS	AGREGADOS	
1955*	3973	36	4009	3690	36	3726
1957**				4749		4749

Nota: segundo o Estatuto de 1956 passou a existir apenas uma categoria de membros da Ordem, a de efectivos, e foi suspensa a inscrição dos que residiam nas províncias ultramarinas e no estrangeiro.
Fonte:

* *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1955.

** AOENG, Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida, n.º 1, Janeiro – Outubro de 1958, Carta de Secretário do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros a Chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral do Trabalho e Corporações – Ministério das Corporações e Previdência Social, de 24 de Maio de 1958.

Residências, por distritos, dos membros efectivos na actividade

	1955	1957(1)		1955	1957(1)		1955	1957(1)
Aveiro	91	113	Lisboa	2001	2770	Vila Real	32	61
Beja	22	34	<i>Na cidade</i>	1842		Viseu	47	74
Braga	60	69	<i>No distrito</i>	159		Continente	3384	4617
Bragança	21	44	Portalegre	16	51	Ilhas adjacentes	78	132
Castelo Branco	51	55	Porto	665	809	Total	3462	4749
Coimbra	110	144	<i>Na cidade</i>	545		Colónias	257	
Évora	29	51	<i>No distrito</i>	120		Estrangeiro	7	
Faro	34	49	Santarém	46	85	Total geral	3726	4749
Guarda	33	33	Setúbal	59	88			
Leiria	46	58	Viana do Castelo	21	29			

Número de engenheiras inscritas nas várias especialidades de engenharia
Secção Regional de Lisboa – Abril de 1958

	ENGENHEIRAS		ENGENHEIROS
	POR ESPECIALIDADE	EXERCENDO A PROFISSÃO	
Civil	11	8	1905
Electrotécnica	5	2	990
Mecânica	1	1	358
Químico-Industrial	42	26	305
Geográfica	21	19	202
Agronómica	32	32	674
Silvícola	7	7	152
Total	119	95	4586

Fonte: AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 3, Janeiro-Junho de 1958, Cartas do secretário-geral da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros ao director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de 18 de Abril de 1958 e ao Ministério das Corporações e Previdência Social, de 30 de Abril de 1958.

- 1 Decreto-lei n.º 27 288, *DG*, Suplemento ao n.º 276, de 24 de Novembro de 1956, e rectificações publicadas no *DG*, I série, n.º 294, de 16 de Dezembro de 1936.
- 2 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta ao Presidente do Conselho de Ministros, de 24 de Novembro de 1957.
- 3 *Idem*.
- 4 Ver Anexo documental.
- 5 *DG*, n.º 192, I Série, de 8 de Setembro de 1956.
- 6 AOENG, Correspondência Expedida n.º 91 – N.º 3042 a 4670 Agosto-Dezembro de 1956, Carta do Secretário Geral da Ordem dos Engenheiros a Eduardo Rodrigues de Carvalho, de 14 de Novembro de 1956.
- 7 Centro de Informação e Documentação da Direcção-Geral de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criação, Ordem dos Engenheiros-Inspecções, 1952-1954, Henrique Fernandes Alves Diniz, Subinspector dos Organismos Corporativos ao Inspector-Chefe dos Organismos Corporativos, 14 de Janeiro de 1952, Fl. 15.
- 8 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ao Presidente do Conselho, Janeiro de 1957.
- 9 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta de José L. Vasco de Carvalho ao Presidente do Conselho de Ministros, de 27 de Maio de 1957.
- 10 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 1, Julho-Setembro de 1957, Ministério da Educação Nacional, Junta Nacional de Educação, Parecer, 12 de Fevereiro de 1957.
- 11 Cf. IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta da Presidência do Conselho Junta de Energia Nuclear ao Presidente do Conselho de Ministros de 5 de Junho de 1957.
- 12 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1956-1967) (Eleições para a Constituição da Ordem dos Engenheiros [1957]), Carta do ministro das Corporações e Previdência Social ao Presidente do Conselho de Ministros, de 17 de Junho de 1957.
- 13 *Idem*, Carta do ministro das Corporações e Previdência Social ao Presidente do Conselho

- de Ministros, de 29 de Junho de 1957; cópia em AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 1, Julho-Setembro de 1957.
- 14 *Idem*, Carta do Ministério das Corporações e Previdência Social ao Presidente do Conselho de Ministros, de 2 de Julho de 1957.
- 15 *Idem*, Carta do Ministério das Corporações e Previdência Social ao Presidente do Conselho de Ministros, de 13 de Junho de 1957.
- 16 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Cívicos no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta de Um grupo de engenheiros ao Presidente do Conselho de Ministros, de 22 de Novembro de 1957.
- 17 *Idem*.
- 18 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 3, Janeiro-Junho de 1958, Carta do vice-presidente da Secção Regional da Ordem dos Engenheiros ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 13 de Janeiro de 1958.
- 19 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Cívicos no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta de Conjunto de Engenheiros ao Presidente do Conselho de Ministros, de 27 de Janeiro de 1958.
- 20 Centro de Informação e Documentação da Direcção-Geral de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criação, AMT, Ordem dos Engenheiros – Corpos Gerentes, 1947-1967, Carta do Ministério das Corporações e Previdência Social. Direcção Geral do Trabalho e Corporações a Serviços de Acção Social, de 28 de Janeiro de 1958.
- 21 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 3, Janeiro-Junho de 1958, Carta do Vice-Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros ao Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros, de 25 de Março de 1958.
- 22 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 3, Janeiro-Junho de 1958, Carta do Vice-Presidente da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 17 de Abril de 1958.
- 23 Centro de Informação e Documentação da Direcção-Geral de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criação, Ordem dos Engenheiros – Corpos Gerentes, 1947-1967, Carta do Ministério das Corporações e Previdência Social. Direcção Geral do Trabalho e Corporações a Serviços de Acção Social, de 6 de Junho de 1958.
- 24 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 3, Janeiro-Junho de 1958, Carta do Vice-Presidente da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 17 de Abril de 1958.
- 25 IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Cívicos no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta do coronel Manuel Zilhão ao ministro da Defesa, de 6 de Maio de 1958.
- 26 *Idem*. IANTT – AOS, Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Cívicos no Património da Ordem dos Engenheiros), Carta do coronel Manuel Zilhão ao ministro da Defesa, de 6 de Maio de 1958.

A photograph of a wooden staircase with ornate metal railings and a decorative window. The staircase is made of dark wood and features intricate wrought-iron railings. A decorative window with a circular pattern is visible in the background. The overall aesthetic is classic and elegant.

5. Recomeço

1960-1974



Enquanto se iam desenrolando os episódios que marcaram a crise da Ordem, o País não parou. Bem pelo contrário, a década de 50 veio a revelar-se fundamental para o desenvolvimento do País em grande parte moldado pelas ideias e pelo espírito empreendedor dos engenheiros; o que, de alguma forma, torna ainda mais estranhas as razões invocadas e utilizadas para gerar todo aquele conjunto de litígios que dividiu tão profundamente os engenheiros portugueses. Sobretudo quando se constata que próceres do regime, também indignados com os procedimentos incluídos nos novos estatutos, propunham soluções, aparentemente de bom senso, mesmo que provisórias. Em boa verdade, a década de 50 constituiu simultaneamente um período de efectivo lançamento e desenvolvimento de alguns sectores industriais e da reorganização de outros, mas também e, mais uma vez, tempo de tensões e hesitações sobre o rumo que o processo industrial devia prosseguir.

Por outro lado, o final dos anos 50 e especialmente os inícios dos 60 vieram também colocar novos desafios a Portugal no que dizia respeito ao seu envolvimento nos movimentos de cooperação económica europeia, implicando importantes decisões e a definição de estratégias consequentes.

Com a adesão à EFTA, Portugal evitara ficar, naquela altura, definitivamente arredado dos movimentos de integração europeia; os compromissos que assumira eram de natureza estritamente económica e comercial; não se levantavam (como na CEE) questões de regime ou de sistema político e muito menos problemas derivados da existência das colónias africanas, dada a prevista autonomia aduaneira nas relações



© PAULO NETO

Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento (1869-1970).

Licenciou-se em Engenharia Civil na École Spéciale du Génie et des Arts et Manufactures, Université de Gand, em 1913. De regresso a Portugal foi assistente de Física da Universidade do Porto em 1915, ano em que integrou, como oficial de engenharia, o Corpo Expedicionário Português em França. De novo em Portugal, a sua actividade profissional decorreu entre a direcção das Minas de S. Pedro da Cova, os Caminhos-de-Ferro do Vale do Vouga e a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve. Presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1942 e 1944; subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 1944 e 1946. Presidente da Região Norte da Ordem dos Engenheiros entre 1950 e 1952. Foi eleito primeiro Bastonário da Ordem em 1960, cargo que desempenhou até 1964.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

com terceiros países; o relativo subdesenvolvimento industrial português face às outras potências integrantes foi salvaguardado com a aceitação do «famoso» Anexo G, através do qual se permitia a Portugal um muito mais lento desarmamento pautal (que no nosso caso se podia prolongar por 20 anos – o dobro do que era concedido aos outros membros) e, sobretudo, autorizava expressamente o nosso país a erguer barreiras alfandegárias quando estivesse em causa a protecção de novas indústrias.

Refira-se que se estava no mesmo ano de 1960, durante o qual foi impulsionado o estudo da *unificação do espaço económico português* cuja arquitectura surgiria no ano seguinte com a institucionalização do Espaço Económico Português – havia já começado a guerra colonial em Angola.

Um último apontamento para referir que se, apesar das hesitações, é possível referir a existência de uma estratégia industrializante agressiva e voluntarista durante os anos 50 e até meados dos anos 60, devem assinalar-se os prolongados impasses políticos e económicos em que se caiu a partir do último terço da década de 60 até à ruptura verificada em 1973-1974.

É que, para além das mudanças que se foram operando no poder político, destacando-se a alteração da chefia do Governo (1968), a perspectiva global, ainda nacionalista mas cada vez menos autárcica, tropeçava na asfixia de um mercado interno de dimensões reduzidas e, já então, no que poderia qualificar de falta de competitividade internacional. Poder-se-á afirmar que o período compreendido entre finais da década de 50 e inícios da década de 70, registando-se embora um rápido crescimento do produto não foi satisfatoriamente sucedido em termos de desenvolvimento económico e social. Globalmente o sistema produtivo não conseguiu modernizar-se, especialmente ao nível do sector agrícola, o que, num país com as características do nosso, se veio a constituir num verdadeira travão ao desenvolvimento, acentuando alguns desequilíbrios internos estruturais.

Só em 1960 se voltou a ter uma situação de normalidade na Ordem. Os novos estatutos aprovados quase cinco anos antes, em Setembro de 1956, entraram final e plenamente em vigor com a eleição do novo bastonário, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, e dos restantes membros do Conselho Geral em Assembleia Geral extraordinária realizada em 30 de Março daquele ano.

Auto de posse do Presidente da Ordem

Aos onze dias do mês de Maio de mil novecentos e sessenta, pelas dezanove horas, na sede da Ordem dos Engenheiros e perante a Comissão Directiva nomeada por portaria de seis de Novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, compareceu, para tomar posse do cargo de Presidente da Ordem, o Sr. Engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, cuja candidatura foi aprovada sem dependência de votação pela Mesa da Assembleia Geral extraordinária, realizada em trinta de Março deste ano.

O Sr. Vice-presidente, em exercício, da Comissão Directiva, Engenheiro Ricardo Graça, declara que, desde este momento, considera o Sr. Engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento devidamente empossado do referido cargo e para que conste e faça se fé se lavrou o presente auto que vai ser assinado pelo empossado, pelo Vice-presidente e membros presentes da Comissão Directiva e por mim, Fernando Pessoa, engenheiro, Secretário-Geral da Ordem, depois de o ler em voz alta.

Fonte: Livro de Autos de Posse dos Membros dos Corpos Directivos da Ordem dos Engenheiros, n.º 2.

Nesse mesmo dia tomaram posse os representantes das diversas especialidades que compunham o Conselho Geral, cujas candidaturas foram também aprovadas, sem dependência de votação, pela Mesa da Assembleia Geral extraordinária realizada em 30 de Março de 1960. Era o regresso, mais aparente que real, a uma normalidade que o Governo procurava impor mas que os engenheiros persistiam em recusar, e que durou até 1963, ano em que tudo voltou a ser subvertido, sobretudo em Lisboa, onde, com as relações extremadas, a solução passou pela imposição de uma Comissão Administrativa, como mais à frente se dará conta.

Corpos Directivos eleitos em Março de 1960

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Luís de Castro Sola
Vice-Presidente	António Augusto de Sousa Taveira
Secretário	Júlio Manuel Martins
Secretário	António Alberto Martins da Fonseca

Conselho Geral

Presidente/Bastonário da Ordem	Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento
Vice-Presidente	Vasco José Taborda Ferreira

Secretário	Luís Henrique Gomes Fernandes (1963)
Tesoureiro	Luciano Luís de Oliveira Faria

REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:

Civil	Luís Henriques Gomes Fernandes
Electrotécnica	Júlio de Araújo Vieira
Mecânica	Luciano Luís de Oliveira Faria
Minas	António Gonçalves de Faria
Químico-Industrial	João Luís Leão Cabreira de Oliveira Cabral
Naval	Vasco José Taborda Ferreira
Geográfica	Francisco Alves Ferreira
Agronómica	Domingos Rosado Victória Pires
Silvícola	Mário Salgueiro dos Santos Galo

REPRESENTANTES DOS CONSELHOS REGIONAIS:

Lisboa	António José Martins Galvão José Mercier Marques (1963) Gonçalo Avides Rodrigues Sarmento (1963-Set/Out)
Porto	Edgard Maria da Silva Antunes de Oliveira ¹ Joaquim José Martins da Costa Soares (1962) Fernando Aquiles Lopes Madeira (1963)
Coimbra	Armando Viana da Rocha Basílio Martins da Fonseca (1963)

¹ Nomeado Secretário de Estado da Indústria em Fevereiro de 1962.

Secção Regional de Lisboa – Conselho Regional

Presidente	António José Martins Galvão (Químico-Industrial)
Vice-Presidente	Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça (Agronómica)
Tesoureiro	Agnelo de Rhodes Sérgio (Geográfica)
Secretário	Armando Vieira Mateus Monchiqueiro (Mecânica)
Vogais	Alfredo Sobrinho Barata da Rocha (Civil) João Paulo Dupuich Pinto Castelo Branco (Electrotécnica) Luiz de Saldanha Oliveira e Sousa (Minas) Joaquim Carlos Esteves Cardoso (Naval) (29-6-1960) José Luiz Maria d'Oliveira d'Almeida Calheiros e Meneses (Silvícola)

Secção Regional do Porto – Conselho Regional

Presidente	Edgar Maria da Silva Antunes de Oliveira
------------	--

Vice-Presidente	José Joaquim Martins da Costa Soares (Electrotécnica)
Tesoureiro	Artur Benevides de Melo (Agronómica)
Secretário	Augusto Fernandes (Mecânica)
Vogais	António Bernardo Rodrigues Machado e Moura (Mecânica)
	Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho (Químico-Industrial)
	José Joaquim Ribeiro Moreira da Silva (Silvícola)
Secção Regional de Coimbra – Conselho Regional	
Presidente	Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (Geográfica)
Vice-Presidente	Pedro Núncio de Castro Pinto Bravo (Agronómica)
Tesoureiro	Filipe Teotónio Pereira Xavier de Bastos (Silvicultura)
Secretário	Brasílio Martins da Fonseca (Electrotécnica)
Vogais	Augusto Simões Marta (Civil)
	Paulo José Peixoto Baptista de Lemos (Mecânica)
	Joaquim de Sousa Birne (de Minas)
	José António de Castro (Químico-Industrial)
	Octávio António Viegas de Abreu Proença (1962)

No quadro do que sinteticamente se deixou acima caracterizado, a Ordem dos Engenheiros procurou manter-se actualizada, adaptada aos tempos, capaz de fazer frente aos principais desafios e problemas que o País então vivia e enfrentava e, sobretudo, estar à altura das respostas que o mesmo País lhe exigia.

Depois da casa arrumada, maneira de dizer que, do ponto de vista formal, as coisas estavam finalmente conforme as normas, era necessário que a instituição reconquistasse a confiança e as relações perdidas com os seus membros. A nova direcção apercebeu-se disso rapidamente: as feridas não estavam saradas e a obrigatoriedade de inscrição não significava automaticamente interesse e espírito associativo. Daí ter dado prioridade

ao restabelecimento de contactos que teriam de ser feitos não só em termos pessoais, num trabalho paciente e demorado, mas através de meios mais expeditos como seria a retoma da edição do *Boletim da Ordem dos Engenheiros* depois de uma interrupção de cerca de cinco anos¹.

Um aspecto notório, tinha a ver com o posicionamento do Bastonário, e naturalmente do Conselho Geral, sobre a recuperação da confiança dos engenheiros pela Ordem. A sua actuação durante todo o tempo que ocupou o cargo pode considerar-se incansável: quer no que se referia à actualização do discurso da Ordem – são crescentes as referências às temáticas do desenvolvimento industrial e, sobretudo, às da ciência, da técnica, da produtividade e da organização científica do trabalho² – assim como as intervenções de carácter político-económico que incluíam um claro interesse por temas como o da integração europeia ou da construção do Espaço Económico Português.

É com Rodrigues Sarmiento que surgem argumentos que, por si só, significavam uma abertura de pensamento que nunca tinha estado presente nas diferentes tomadas de posição da Ordem. Trata-se, por exemplo, de juízos sobre a evolução da economia mundial que surgem, designadamente, em ruptura com alguns velhos conceitos de pendor mais nacionalista e autárquico: *O conceito exagerado de autarquia económica está ultrapassado. Não interessa produzir a qualquer preço e sem atender à qualidade, à sombra de barreiras pautais, que poderão ser úteis e necessárias na fase de lançamento de indústrias novas, mas não devem constituir cómodo amparo às indústrias rotineiras e à manutenção de indústrias sem condições reais de vida. É preciso produzir bem e a preço razoável, em condições de suportar a concorrência honesta e de aproveitar as possibilidades de mais vastos espaços económicos. Condição de vida ou de morte não se vê por que não há-de ser possível a muitas indústrias, como já hoje é a algumas, conseguir condições de produção a nível competitivo*³.

É neste ponto que entram os muitos engenheiros portugueses *cujas competência se tem afirmado em muitas circunstâncias [...]. O segredo da vitória está na organização adequada e na formação técnica convenientes, isto é, na realização de condições de elevada produtividade. A Ordem não pode nem deseja alhear-se destes problemas. Segue-o atentamente*

*e está sempre pronta a dar a sua colaboração diligente a tudo o que aos processos da técnica e das suas aplicações possa dizer respeito.*⁴

A Ordem mantinha-se, claro, atenta, à questão da defesa da profissão: para além de demonstrar alguma incompreensão sobre a forma como estavam a ser tratados, neste novo quadro estatutário, os engenheiros estrangeiros⁵, defendia a formação profissional tendo em vista as funções que os engenheiros teriam de desempenhar e, com um desassombro que seria insuspeito antes da crise, propunha mesmo que nas nossas universidades se colmatassem algumas especialidades que os novos tempos tinham feito surgir; que, por exemplo, não parecia admissível que os diplomados dos cursos médios e superiores pudessem exercer a sua profissão sem que, durante um certo número de anos de actividade, não tivessem estado sob as ordens de outros profissionais de reconhecida competência; que deveria competir à Ordem dos Engenheiros a função de reconhecer a qualquer diplomado o direito à «maioridade» no livre exercício da profissão, acabando de vez com as confusões dos níveis de formação pois todos são por igual necessários ao progresso do País e essa querela apenas dispersava forças e enfraquecia o interesse geral.⁶

Também no campo do ensino a Ordem se ia mantendo atenta, tomando as suas próprias iniciativas ou respondendo a questões que lhe eram postas por outras instituições. Foi o que aconteceu com um pedido de esclarecimento, sobre uma possível revisão da estrutura e dos programas de ensino ministrado no Instituto Superior de Agronomia⁷ e noutra caso, relativamente ao projecto de diploma orgânico da Escola Nacional de Saúde Pública⁸.

Parecia que a rotina das coisas simples e óbvias, como agradava ao Regime, se voltava a instalar na Ordem dos Engenheiros, de novo corporativamente integrada.

Eis senão quando estalava a crise académica de 1962: um conjunto de engenheiros reunidos na sede Ordem, a 11 de Maio, enviou ao corpo docente do IST um abaixo-assinado comunicando que, na sua qualidade de engenheiros formados pelo Instituto, não podiam ficar indiferentes aos acontecimentos verificados na Universidade e vinham manifestar a sua preocupação com as situações criadas e solidarizar-se com as reivindicações dos estudantes, designadamente com: *a comemoração do Dia*

*do Estudante; a reabertura da AEIST nos moldes anteriores e recondução dos respectivos Corpos Directivos; a relevação das faltas cometidas durante o luto académico e manutenção das bolsas e isenções de propinas existente; a não existência de estudantes presos em resultado dos acontecimentos que envolveram a presente crise*⁹. No dia seguinte, a 12 de Maio, o mesmo grupo de engenheiros enviou ao Director e corpo docente do IST um telegrama nos seguintes termos: [...] *fortemente preocupados crise universitária esperam vexa e corpo docente envidem urgentes esforços sentido libertação estudantes presos consequência luto académico, reabertura Associação Académica e recondução órgãos directivos; relevação faltas frequência aulas e concorrência exames resultantes luto académico*¹⁰.

Estava de novo instalada a confusão no seio dos engenheiros, com a agravante, para o Estado Novo, de com esta crise ter surgido pela primeira vez nas três academias, Lisboa, Coimbra e Porto, uma aliança explícita, da esquerda comunista com a ala progressista da Juventude Universitária Católica, em defesa da autonomia e das liberdades fundamentais no seio das associações de estudantes, mas também pela paz, contra a guerra colonial e em geral contra o regime repressivo que vigorava desde a entrada em vigor do decreto-lei n.º 40 900 de 1956.

Para esta história fica o registo de estes dois protestos terem nascido de reuniões realizadas nas instalações da Ordem e pelo facto de os desenvolvimentos posteriores terem conduzido à prisão, pela PIDE, a polícia política do Regime, de um número indeterminado de membros da OE. E fica igualmente a reacção do Bastonário em defesa desses engenheiros presos.

Carta do engenheiro Rodrigues Sarmento ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 16 de Outubro de 1963:

Excelência

Em relação aos membros desta Ordem detidos pela pide [...] tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que foi dado ao Secretário-Geral da Ordem visitar, oportunamente, os referidos engenheiros, o que se tornou possível pelo interesse que a Vossa Excelência mereceu o nosso pedido.

Pelos contactos havidos e outras informações, permitimo-nos rogar a Vossa Excelência a continuação dos seus esforços no sentido de que:

- › *seja assegurado aos engenheiros detidos a manutenção de condições salubres e dignas, compatíveis com a sua educação e sensibilidade, não devendo estas ser demasiadamente agravadas durante o período de isolamento;*
- › *que pudessem receber visitas para tratar de assuntos técnicos pendentes, por exemplo no caso do Eng.º José Rodrigues Arandes que necessitava falar com o seu colega Eng.º Camacho Simões e no do Eng.º António Barreto Areosa Feio com o Eng.º Mário Gago;*
- › *que pudessem receber livros técnicos e científicos, nos idiomas que mais lhes interessam;*
- › *que pudessem receber jornais diários e desportivos;*
- › *que pudessem dar passeios ao ar livre;*

Nestas circunstâncias, ousamos solicitar, mais uma vez, os bons ofícios de Vossa Excelência, Senhor ministro, no sentido de serem atendidas estas aspirações, e ainda que:

- › *durante o dia pudessem descansar nas suas camas;*
- › *que as visitas fossem mais frequentes e, em vez de efectuadas no parlatório, com rede, serem, por exemplo, no conjunto de todos os engenheiros e familiares;*
- › *que fosse apressado o andamento do processo, dado o prejuízo ocasionado pela prolongada detenção dos engenheiros que estão fazendo falta nas empresas ou ocupações onde trabalhavam.*

Em relação aos livros técnicos e científicos, sugeria-se, dado que existisse a impossibilidade de os engenheiros os receberem por outras vias, que fosse a Biblioteca da Ordem a fornecê-los, e ainda que ao Secretário-Geral fosse permitido, periodicamente, visitar os detidos.

Fomos ultimamente informados que o Eng.º Fernando Augusto da Silva Blanqui Teixeira foi também detido pela pida e que se encontra nas mesmas condições dos seus colegas, pelo que muito agradeço a Vossa Excelência que a sua situação fosse de igual modo considerada.

[...]

Lisboa, 16 de Outubro de 1963
O Bastonário
Albano do Carmo Rodrigues Sarmento

Fonte: AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 25. N.º 3785 a 4546. Setembro a Outubro de 1963, Carta do Bastonário, Albano do Carmo Rodrigues Sarmento ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 16 de Outubro de 1963.

Uma referência para mencionar a concepção do Bastonário sobre a profissão de engenheiro, que surgia incluída numa palestra feita no Rotary Clube de Lisboa, em 11 de Julho de 1961. Como se está longe da ideia de homem providencial defendida nos anos 20 e até nos primeiros tempos da Ordem ou das concepções messiânicas de, por exemplo,

Ricardo Teixeira Duarte. Neste caso todo o texto está imbuído de ponderação, de bom senso e de algum cepticismo, atento à evolução e às novas soluções e dificuldades que, entretanto, o progresso fez surgir. Rodrigues Sarmiento pronunciava-se contra a especialização prematura porque podia gerar uma visão profissional limitada; considerando *a técnica a base principal da profissão de engenheiro*, recordava a propósito que ela não era um exclusivo dos engenheiros mas, *muito mais geral e aplica-se a todos os ramos da actividade humana e, desta forma, adquiriu uma importância e uma amplitude que ameaça afogar todas as manifestações de originalidade e tudo reduzir a processos e fórmulas. No que se refere à técnica que cai sob a alçada da profissão de engenheiro, há o perigo dum certo gigantismo ou exorbitantismo de que o engenheiro precisa de defender-se, lembrando-se que está ao serviço do homem, não da técnica e que por isso mesmo o engenheiro não se pode alhear do destino e fim da sua actividade. Se é fiel à sua missão, deve convencer-se que a técnica em si nada vale. A sua beleza e a sua grandeza consistem num meio para promover o progresso e o bem-estar, aumentando a qualidade de bens disponíveis, melhorando e ampliando a sua distribuição e influenciando o meio ambiente de modo a que este se torne mais agradável à vida do homem.* E recordando o Instituto dos Engenheiros Civis Ingleses, retomava a sua velha divisa: “*A engenharia é a arte de dirigir as grandes forças da natureza para uso e conveniência do homem.*” Não basta, pois, *dirigir as grandes forças da natureza, canalizá-las, submetê-las, numa palavra. É necessário fazê-lo para uso e conveniência do homem.* A concluir Rodrigues Sarmiento renovou as palavras que já proferira na Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros, noutra palestra ali pronunciada e que achou oportuno repetir: [...] *Queixava-se da dependência da política, da tendência em deixar aos técnicos (e também aos burocratas) decisões que, em boa verdade deviam pertencer aos políticos. Atribuía esta situação em grande parte às difíceis condições de vida criadas aos políticos nos estados modernos, o que afasta desta carreira muitos autênticos valores que nela fazem falta, e acrescentava: ou, então, coisa não menos grave nos seus resultados, a política é exercida por uma espécie de superburocracia ao serviço do partido organizado para se servir da nação e não para servir. [...]. Mas, se os engenheiros se vêem forçados a tomar decisões que*

*deveriam competir aos políticos, torna-se necessário que adquiram disso consciência e reconheçam que a sua escolha não pode ser determinada só por razões técnicas. Não pretendo que os professores ensinem política nas escolas de engenharia, mesmo porque a política só se aprende na escola da vida, o que pretendo é que digam aos seus alunos que se terão de haver com esses e outros problemas*¹¹.

Após um curto período de instalação o novo Bastonário dirigiu-se a todos os membros da Ordem através de uma circular, datada de 21 de Julho de 1960, para participar a todos de que estava *animado do mais intenso desejo de prestigiar a Ordem dos Engenheiros, mas, em tarefa tão importante, pouco poderá fazer se não tiver a ajudá-lo a compreensão e apoio da inteira classe dos Engenheiros*. No fundo, todo o texto desta circular era um apelo, à boa vontade, ao fim das divisões: a Ordem e a dignidade da profissão de engenheiro teriam de estar acima dessas contingências. Assim, o Conselho Geral, animado da vontade de, o mais rapidamente possível, retomar a normalidade perdida e os anos desperdiçados, comprometia-se a restituir à Ordem as suas funções tradicionais, *de três espécies: a [...] científica e que tem por objecto o confronto e discussão de experiências, de modo a fazer progredir a ciência e a arte da engenharia, a função cultural, [...] que apenas visa difundir a cultura, quer entre os seus membros, quer a outros, e finalmente a sindical, que cuida da defesa dos interesses da profissão no quadro geral dos interesses da Nação*. Nesta medida o Conselho Geral fazia um veemente apelo para *que, postas de parte as dissensões de que o prestígio dos engenheiros é a primeira vítima, se reúnam em sua volta, de modo a dar-lhe a convicção de que o seu sacrifício não será inútil*¹².

Diga-se, em abono da verdade, que face à situação criada, às crispções geradas, às divisões políticas insanáveis, compreendia-se que o apelo tinha de ser feito, mas a veemência utilizada sabia mais a ingenuidade que a convicção de sucesso. E de facto foi assim.

Um ano depois, já em finais de 1961, o CG confessava que os resultados obtidos não eram *brilhantes e que se não concretizaram muitas das aspirações*¹³. Não só persistiam as dissensões como prevalecia o desinteresse e a indiferença *da classe pelos assuntos da Ordem*¹⁴. Neste quadro, restava ao Conselho manifestar *algum alívio na situação, bem visível nas*

Secções Regionais do Porto e Coimbra, obscurecido em Lisboa pela infeliz situação quanto aos seus corpos directivos, e lamentar que, apesar de as suas prioridades continuarem a ser dominadas pelo estudo dos problemas que mais interessam a classe se visse travado por uma atitude de não colaboração assumida por alguns [...]¹⁵.

Saliente-se que entre os assuntos adiados estavam ainda os de sempre: a elaboração do regulamento do exercício da profissão, a questão da Previdência, a situação dos engenheiros que prestavam serviço nos Corpos Administrativos a que se juntava uma nova remodelação dos estatutos de forma a esclarecer alguns pontos de duvidosa pertinência. Salvava-se neste desconcerto a aprovação do regulamento disciplinar que, a partir da imersão total da Ordem na organização corporativa, passava a ser mais um, igual ao de tantos outros sindicatos, desde que se salvaguardassem algumas especificidades da profissão¹⁶.

Nesse ano de 1961 também tinha sido criada a primeira Comissão Executiva, como estava previsto nos estatutos, com a seguinte constituição¹⁷:

Presidente: Bastonário da Ordem
 Vice-presidente: Vasco José Taborda Ferreira
 Secretário: Luís Henrique Gomes Fernandes
 Tesoureiro: Luciano Luís de Oliveira Faria
 Vogais: Júlio de Araújo Vieira
 Domingos Victória Pires

Mas o ano de 1961 não constituía, decididamente, um período de acalmia. Pelo contrário, desde o fim da II Guerra Mundial que não se verificavam tantos incidentes que tentavam pôr em cheque o Regime. Numa sequência impressionante sucederam-se os acontecimentos que vulnerabilizaram o Estado Novo, acentuaram o seu declínio e o seu isolamento internacional: o sequestro do navio *Santa Maria*, os ataques do MPLA a quartéis e prisões em Luanda, os impactos provocados pelas várias declarações, a favor da autodeterminação das colónias, proferidas no Brasil, pelo general Humberto Delgado e pelo capitão Henrique Galvão, a reunião do Conselho de Segurança da ONU para discutir os acontecimentos de Luanda e a situação em Angola, a chacina de dezenas

de colonos europeus perpetrada pela UPA, a criação, em Casablanca, da Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas...

A Assembleia Geral ordinária, reunida a 28 de Abril, reflectia este ambiente e num clima de “grande exaltação patriótica” *foi manifestado, vibrantemente, por aclamação, o devotado apoio quanto à firme decisão do Governo de manter unidos todos os territórios que, dispersos pelo Mundo, constituem Portugal desde há séculos, continuando a impulsionar o seu progresso. Foram enviados ofícios, nos quais se focava esta determinação, a Suas Excelências os ministros da Presidência, do Ultramar e das Corporações e Previdência Social. [...].* Em qualquer caso, estava inscrita na ordem de trabalhos da Assembleia Geral *a extensão da acção da Ordem às Províncias Ultramarinas*¹⁸.

No contexto da actividade global da Ordem foram sendo realizadas as assembleias gerais das secções regionais do Porto e de Coimbra e eleitos os respectivos membros directores. A excepção continuava a ser Lisboa, cuja Assembleia Regional ordinária teve lugar nos dias 10 de Fevereiro, 9 e 17 de Março de 1961, tendo sido efectuada no primeiro dia a eleição dos corpos dirigentes para o triénio de 1961/63. No entanto, foi interposta uma acção no Tribunal de Trabalho, *baseada em alegadas ilegalidades cometidas na AG e o ministro das Corporações e Previdência Social entendeu que não deveria ser dada a homologação das listas vencedoras antes de resolvida a acção.* Foi então *solicitada a convocação de uma Assembleia Regional extraordinária, a fim de serem discutidas e apreciadas as consequências resultantes da não homologação da eleição*¹⁹.

Para o Conselho esta situação constituía mais um golpe nos seus esforços para normalizar o funcionamento da Ordem; consciente da morosidade do processo, procuraria *obter uma solução que permita sair-se do ponto morto actual, tão nocivo para o prestígio e acção da Ordem*²⁰.

Mas a questão de Lisboa estava ainda para durar: a 17 de Janeiro de 1962, depois de vários adiamentos, o julgamento acabou por se realizar no Tribunal de Trabalho, tardando porém a divulgação da *sentença*²¹. Todos esses atrasos iam tendo reflexos negativos no dia-a-dia da Ordem: a AG ordinária, que deveria ter-se reunido no primeiro trimestre de 1961 realizou-se apenas no mês de Dezembro, procurando que entretanto se conseguisse regularizar a situação da Secção Regional de Lisboa²², sendo

porém necessário encontrar a fórmula que permitisse anular as eleições anteriores.

A moção apresentada pelo engenheiro Cunha Serra, votada na Assembleia Geral extraordinária de 27 de Dezembro de 1961, *que considerava desobrigados do seu mandato os membros eleitos nesse ano e convidava os que estavam em funções a pedir a sua demissão, excedia sem dúvida a competência da Assembleia, e não tinha portanto efeitos legais, mas era uma indicação do estado de espírito da Secção Regional, que aceitaria a solução da tábua rasa, se fosse possível pô-la em prática.*

Com a intervenção do ministro das Corporações acabou por ser possível aceitar a renúncia, tanto dos eleitos, como dos que estavam em exercício, propondo-se nomear a Comissão Administrativa que lhe fosse indicada pelo Conselho Geral, com a missão de realizar as eleições. Teria então que se encontrar uma personalidade que se impusesse à classe e dar-lhe carta branca para reunir os seus colaboradores; a escolha recaiu sobre engenheiro José Mercier Marques que apesar do seu prestígio e empenho só conseguiu que a Comissão viesse a ser nomeada já em 1963.

A Comissão Administrativa ficou então constituída pelos engenheiros José Mercier Marques, João Avelino da Rocha Cunha Serra e Sidónio Martins Geadá; tomou posse no dia 19 de Março, conseguiu realizar as eleições no dia 3 de Julho, com uma concorrência substancial, e, por fim, os membros eleitos tomaram posse no dia 31 de Julho de 1963²³.

Entretanto, uma breve nota para assinalar duas ocorrências dispersas que, doutra forma, se arriscavam a passar despercebidas na complexidade dos temas tratados:

- › uma para dar conta do ofício que o Bastonário enviou aos membros do Conselho Geral, relativo ao projecto de remodelação dos Estatutos da Ordem, depois de ter tido uma reunião com o Director-Geral do Trabalho em 30 de Março de 1962, sobre a inscrição na Ordem dos engenheiros funcionários públicos²⁴;
- › a segunda para referir a consulta feita pelo ministro das Obras Públicas à Ordem, quando do acidente ocorrido na estação do Cais do Sodré, a respeito da intervenção dos autores dos projectos na execução das obras.

Membros efectivos – 1959-1964

	NA ACTIVIDADE	SUSPENSOS	ISENTOS	TOTAIS
1959	5077	1030	12	6119
1960	5323	1034	14	6371
1961	5579	1024	15	6618
1962	5700	1060	19	6779
1963	-	-	-	-
1964	5914	1130	20	7064

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral*, 1960-1973.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1959-1964

ESPECIALIDADES	1959		1960		1961		1962		1964	
		%		%		%		%		%
Engenharia Civil	2033	40,0	2114	39,7	2182	39,1	2205	38,7	2282	38,6
Engenharia Electrotécnica	1058	20,8	1101	20,7	1127	20,2	1141	20,0	1168	19,7
Engenharia Mecânica	420	8,3	449	8,4	497	8,9	529	9,3	581	9,8
Engenharia de Minas	150	3,0	157	2,9	165	3,0	168	2,9	181	3,1
Engenharia Químico-Industrial	330	6,5	355	6,7	377	6,8	398	7,0	433	7,3
Engenharia Naval	24	0,5	24	0,5	21	0,4	21	0,4	22	0,4
Engenharia Geográfica	204	4,0	212	4,0	217	3,9	215	3,8	202	3,4
Engenharia Agronómica	709	14,0	748	14,1	805	14,4	834	14,6	855	14,5
Engenharia Silvícola	149	2,9	163	3,1	188	3,4	189	3,3	190	3,2
Totais	5077	100,0	5323	100,0	5579	100,0	5700	100,0	5914	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral*, 1960-1973.

Retoma: do *Boletim* e das outras actividades

Como é sabido, logo que tomou posse, o novo Conselho Geral apercebeu-se da necessidade de dispor de um meio de comunicação que promovesse o contacto entre os seus membros e entre estes e a própria Direcção²⁵. O primeiro número desta nova série do *Boletim*, correspondente ao 1.º semestre de 1961, só saiu em Julho, mais de cinco anos depois da suspensão ocorrida em 1956. A partir daí foi possível assegurar uma periodicidade bimestral, graças aos esforços desenvolvidos pelos engenheiros Luciano Luís de Oliveira Faria e Augusto Guilherme Louva de Freitas

Viana, o primeiro como delegado da Secção de Publicações, o segundo na qualidade de redactor-chefe²⁶.

Nesta sua nova vida o *Boletim* mudou de formato e de grafismo, continuando, todavia, a faltar a espessura e a regularidade que uma participação mais activa dos associados lhe poderia proporcionar. A verdade é que de cerca de 6000 engenheiros pouco mais de uma dezena participava na elaboração do *BOE*²⁷.

Embora sem a virulência de outrora, a Ordem continuava a tentar zelar pelo direito à utilização do título de engenheiro. A questão residia agora no facto de os agentes técnicos de engenharia estarem a substituir esta designação pela de diplomados em engenharia. A Ordem insurgia-se, tanto mais que por despacho de 9 de Dezembro de 1960, o ministro da Educação Nacional *esclarecia que o título profissional é o de agente técnico de engenharia e não pode ser omitido nos documentos oficiais. Mas não põe nenhuma limitação ao uso da expressão “diplomados em engenharia”, desde que se indique a escola e o curso. Temos a convicção*, reflectia o Conselho, *de que assim se deixa a porta aberta às confusões que, [...] contribuem para deteriorar as relações entre os engenheiros e os agentes técnicos. Mas a Ordem esgotou todos os meios de acção ao seu dispor e só lhe resta lamentar que este assunto não tenha ficado arrumado com mais clareza*²⁸.

No quadro das comemorações do cinquentenário da fundação do Instituto Superior Técnico, reuniu-se em Lisboa, entre 25 a 30 de Novembro de 1962, o Congresso do Ensino da Engenharia, organizado pela FEUP e pelo IST, patrocinado pelo Ministério da Educação Nacional e subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e por algumas empresas nacionais. Apesar de ter muitos dos seus membros nas comissões organizadora e executiva – alguns até da actual Direcção – e das óbvias relações existentes entre as duas escolas superiores de engenharia, a Ordem dos Engenheiros não foi convidada para a organização.

Recebeu a notícia com mágoa. O Conselho reconhecia que as divisões havidas tinham diminuído a Ordem e a tinham afastado de alguns meios, designadamente, académicos: *uma tal omissão seria incompreensível (e mesmo assim difícil de compreender) sem o clima emocional desfavorável que em volta da Ordem se criou e que é mantido pela hostilidade multiforme de certos grupos de engenheiros, talvez não muito numerosos,*

*mas influentes. Este clima traz à Ordem muitas dificuldades que prejudicam a sua acção e a limitam, e a situação daí resultante por sua vez contribui para agravar essas dificuldades. Assim se constitui um círculo vicioso do qual só se poderá sair ou por iniciativa dos responsáveis pela atitude referida, se, como seria natural, viessem a convencer-se de que os interesses permanentes da profissão estão acima das paixões e até das opiniões pessoais ou, mas muito mais lentamente, por uma acção pertinaz e prolongada daqueles que se encontrarem à frente dos destinos da Ordem*²⁹.

De qualquer forma, demonstrando maleabilidade e compreensão, o Conselho não só fez publicar, no BOE, a composição das comissões de honra, organizadora e executiva, como transcreveu, integralmente, as conclusões do Congresso, antecedidas de um pequeno comentário em que, entre tudo, se salienta a referência ao *dever imperioso de promover urgentemente uma reforma profunda do ensino em todos os escalões*³⁰. A Comissão Redactora destas conclusões era bem o espelho dos equilíbrios possíveis nesta fase pós-crise da engenharia portuguesa. Por memória aqui ficam os seus nomes: António Augusto de Sousa Taveira, António Gouvêa Portela, Augusto Farinas de Almeida, Francisco Sarmento Correia de Araújo, Henrique Ramos Antunes, João Avelino da Rocha Cunha Serra, José Fernando Pinharanda, José Maria Mercier Marques, Júlio Freire de Andrade, Luís de Almeida Alves, Luís Vaz Pinto, Manuel Bravo, Manuel Coelho Mendes da Rocha, Paulo de Barros.

No final, a Ordem teve uma espécie de prémio de consolação: a Secção dos Antigos Alunos da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico dirigiu-lhe convite para se fazer representar na Comissão encarregada de dar continuidade às resoluções do Congresso. A Ordem aceitou gostosamente o convite e designou para a representar o engenheiro Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça³¹.

Desde sempre que o facto de não ter jurisdição sobre os territórios ultramarinos deixara um travo amargo na Ordem dos Engenheiros, sendo muitas as ocasiões em que a questão se colocava, embora de nada tenham valido perguntas, exposições e protestos formais: a resposta, invariavelmente, referia que esse alargamento de jurisdição estava previsto nos estatutos e que tal ocorreria quando, quem de direito, achasse oportuno.



I Congresso do Ensino de Engenharia (1962). Manuel Rocha apresenta uma comunicação intitulada *A Reforma do Ensino da Engenharia*.

Fonte: Fotografia Estúdios Tony, cedida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Grupo de estudantes finalistas de Engenharia Química com Adriano Moreira, ministro do Ultramar.

Fonte: Presidentes da República PT/TT/SNI/ARQF/RP-001-6205/65016

"Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: Não identificado.



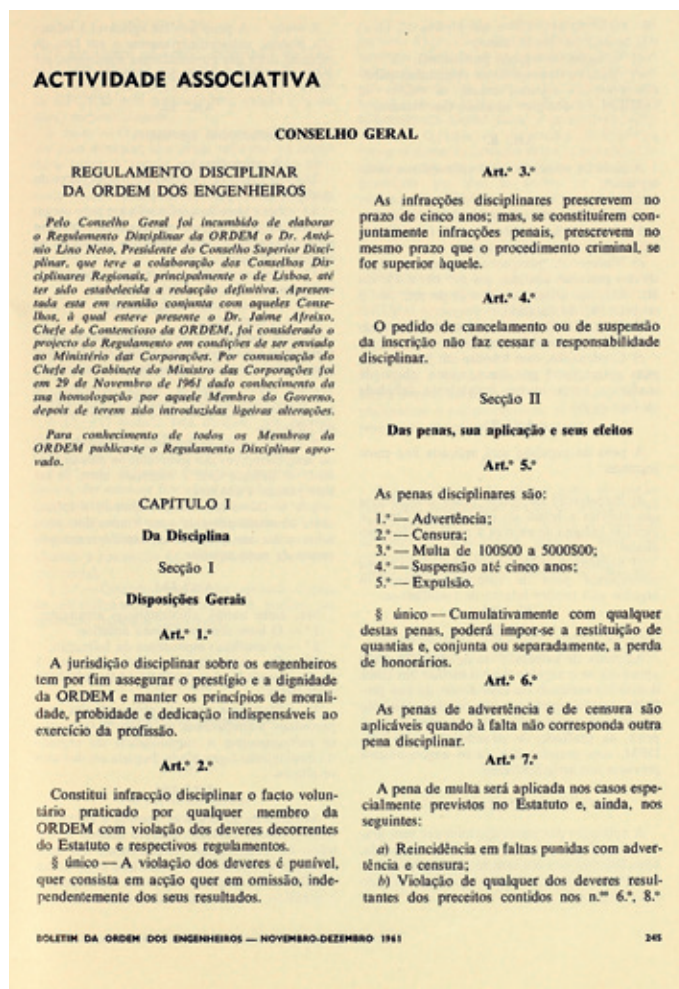
Entre tudo, não se percebia, alegava a Ordem, o sentido que tinha o facto de sempre que um engenheiro passava a trabalhar no Ultramar a sua inscrição ser suspensa, sendo novamente validada, logo que regressava; é que, referia-se *Além do que tem de incómodo, de absurdo e até, permita-se-nos a expressão, um pouco de ridículo esse “vai-vem”, esse “era-não-era”, é difícil de compreender que haja razões reais que impeçam a extensão da Ordem ao Ultramar*³². A posição do novo Conselho era, portanto, continuar os esforços que os seus antecessores tinham levado a cabo, mas, também desta vez, sem sucesso, embora as diligências feitas directamente junto do ministro do Ultramar, Adriano Moreira³³.

Situação semelhante é a que se vai encontrar, após estes anos de paragem, no que respeita à conclusão da arquitectura regulamentar da Ordem, com a agravante de, neste caso, o essencial das coisas depender, sobretudo, da própria iniciativa dos engenheiros. O regulamento do exercício da profissão marcava passo; em 1960, como dez anos antes³⁴.

A outra norma que se ia adiando, de mandato para mandato, era o regulamento disciplinar, matéria que também só dependia da iniciativa interna. No entanto, neste caso, as coisas estavam mais avançadas... só faltava dar-lhes início³⁵. Em 1961, foi possível enviar às secções regionais, para apreciação, uma primeira versão do projectado regulamento e foi

marcada, para a sede em Lisboa uma reunião para 26 de Julho – na qual, por razões justificadas, não puderam estar presentes as secções de Coimbra e Porto: *durante essa reunião foram introduzidas algumas alterações na redacção tendo o Doutor António Maria de Mendonça Lino Neto ficado de preparar a nova redacção do projecto de Regulamento Disciplinar*. Na sequência destes trabalhos, o Conselho Geral a 31 de Outubro de 1961 enviou o projecto de regulamento para ser apreciado pelos serviços do Ministério das Corporações e, se fosse o caso, para ser devidamente homologado. O Ministério das Corporações apreciou o texto proposto e, em 29 de Novembro, remeteu à Ordem as alterações a introduzir no texto, comunicando, em simultâneo, a homologação ministerial. O Regulamento Disciplinar³⁶ foi portanto aprovado e deu entrada em vigor no dia 29 de Novembro de 1961³⁷.

Em tempo de reorganizações e reacer-tos, o sistema fiscal também foi profundamente remodelado – reforma fiscal de 1958-1965. No que aqui importa, tratava-se do imposto profissional e do parecer que a Ordem deveria formular sobre o projecto de reforma do Código do Imposto Profissional³⁸, na sequência da indicação do ministro das Finanças³⁹. No seu parecer, a Ordem mostrava-se crítica em relação ao novo regime e centrava a sua argumentação no facto *de se alterar o sistema seguido até à data, que a todos contentava, e igualmente chamava a atenção para algumas anomalias encontradas na redacção do citado projecto de reforma*⁴⁰. De pouco valeram os esforços feitos porque em 27 de Abril de 1962 foi publicado o novo Código do Imposto Profissional, com uma redacção e um alcance que *alterou radicalmente a forma como,*



Regulamento disciplinar da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Novembro-Dezembro de 1961, pp. 245-258.

*para a profissão de engenheiro, vinha sendo lançado este imposto.*⁴¹ De facto, as observações da OE não foram praticamente tomadas em consideração⁴². Com o correr do tempo, à medida que se aproximava a data da entrada em vigor do Código recém-publicado, verificou-se que o descontentamento era comum às outras ordens que tinham sido confrontadas com situações semelhantes. O Conselho Geral resolveu então solicitar a convocação duma Assembleia Geral extraordinária⁴³, que só pôde reunir-se no dia 4 de Janeiro de 1963. Redobram-se os protestos, nomeou-se uma nova comissão interna para tratar do assunto, chamou-se a atenção, ao legislador, que para além de aspectos positivos o novo código gerava gravosas injustiças, alertou-se a classe através de um esclarecedor editorial do *Boletim*⁴⁴. Nenhuma destas acções surtiu efeito significativo: o novo código tinha sido publicado, estava integralmente em vigor e algumas das pretensões da Ordem só puderam ser contempladas a partir de 1964 quando, nas comissões previstas nos artigos 11.º e 15.º do CIP, os representantes da Ordem viram aceites algumas das suas alegações.

Também em matéria de representações os tempos não corriam integralmente a favor da Ordem. O Bastonário continuava a representá-la na Câmara Corporativa tendo oportunidade de intervir na discussão de alguns dos diplomas ali apresentados mas, em contrapartida logo em 1961, a Ordem foi forçada a emitir um protesto pela não inclusão de um seu representante no Conselho Técnico da Indústria que sucedera ao Conselho Superior da Indústria entretanto extinto.

Como não pareceu razoável que a Ordem dos Engenheiros *tivesse sido esquecida no novo órgão e supondo-se que essa exclusão tivesse sido por lapso*⁴⁵, o Conselho Geral decidiu, em Maio desse ano, pôr por escrito o problema ao chefe do Gabinete do ministro da Economia. A resposta não podia ser mais surpreendente se se recordar que nessa altura o ministro da Economia era um antigo presidente da Ordem, o próprio Ferreira Dias: o chefe do Gabinete do secretário de Estado da Indústria esclareceu que não tinha havido, de facto, qualquer lapso⁴⁶.

Em qualquer caso a Ordem já se fazia representar, através de um significativo número de engenheiros, num amplo conjunto de instituições como o quadro que se segue ilustra:

Representações da Ordem dos Engenheiros – 1960-1962

Câmara Corporativa		Bastonário
Conselho Superior da Indústria	1960	Presidente da Ordem
Comissão de Inscrição e de Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas	1960 1961 1962	Luís Artur Martins de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (efectivo) Alberto Briosa e Gala (substituto) António Augusto de Figueiredo da Silva Martins
Conselho de Normalização	1960 1961 1962	José Horácio de Moura (Civil) Guilherme Martins (Electrotécnico) Luciano Luís de Oliveira Faria (Mecânico) Aureliano Capelo Veloso (Químico-Industrial) Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça (Agrónomo) Fernando Vasco Costa (Civil) Brasílio Martins da Fonseca (Electrotécnico) Luciano Luís de Oliveira Faria (Mecânico) Aureliano Capelo Veloso (Químico-Industrial) Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça (Agrónomo)
Na Comissão encarregada de estudar a resolução de problemas dos efeitos do pó de cortiça sobre as vias respiratórias dos operários sujeitos à sua acção	1960 1961 1962	Cipriano Caleia
Conselho de Estética Citadina (Câmara Municipal de Lisboa)	1960 1961 1962	Mário Rodrigues
Comissão Electrotécnica Portuguesa	1960 1961 1962	Alexandre Manuel de Conceição Cunha Inácio Nunes Ferreira Inácio Nunes Ferreira Manuel Ribeiro da Silva Delgado
Comissão para o Estudo de Regulamentação dos Planos de Urbanização	1960 1961 1962	Miguel de Rezende
Comissão de Vocabulários de Estruturas	1960 1961 1962	Nuno Leitão Abrantes
Na Comissão encarregada de elaborar um relatório em que se formule sugestões e se apresente conclusões quanto aos problemas da indústria de cerâmica referente à qualidade dos seus produtos ligados à construção	1960 1961 1962	Fernando Manuel de Moura Leal

Na Comissão do estudo das normas e de mais material plástico a usar nas instalações eléctricas	1960 1961 1962	Francisco José de Lemos e Matos
Comité de Energia Eléctrica da Comissão Económica para a Europa (Estudo das questões relacionadas com a electrificação rural)	1960 1961	Eduardo José da Costa Pereira Afonso Fialho de Sá Pereira
Comissão Nacional da Distribuição de Águas	1961 1962	Albano do Carmo Rodrigues Sarmento, Bastonário da ordem dos Engenheiros (presidente) Alfredo Augusto Macedo dos Santos, Director dos Serviços de Salubridade Luís José de Avelar Machado Veiga da Cunha, Engenheiro-Chefe da Companhia das Águas de Lisboa Rui Alves da Silva Sanches, Representante da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa Manuel Ferreira Neto Valente, Representante da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar José Sebastião Mendes de Carvalho Guimarães, Representante dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto
Comissão incumbida de proceder à revisão geral da legislação existente sobre Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas	1961 1962	Francisco Xavier Marques Maia
Comissão encarregada do estudo final do projecto de diploma legal instituindo a Comissão de Inscrição e Classificação de Empreiteiros de Obras Públicas e de Industriais de Obras Particulares	1961	Alfredo Sobrinho Barata da Rocha António Augusto de Figueiredo da Silva Martins
Comissão organizadora dos Colóquios sobre Construções Gimnodesportivas	1962	Alfredo Sobrinho Barata da Rocha
Comissão para o estudo da Regulamentação do Trabalho para Técnicos e Operários Metalomecânicos	1962	Vasco de Magalhães Gomes Viana
Comissão organizadora de reuniões de Estudo de Urbanismo, ligado ao Centro de Estudos da Direcção-Geral de Urbanização	1962	Alfredo Sobrinho Barata da Rocha
Comissão para o Estudo e Revisão das Regulamentos das Instalações Eléctricas (CORIEL)	1962	Eduardo José da Costa Pereira

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros* relativos aos anos 1960-1964.

Quanto às representações internacionais, a OE privilegiou o restabelecimento dos contactos com a FEANI, na qual a Ordem ainda se encontrava filiada.

Sobre a chamada questão dos engenheiros estrangeiros, a Ordem tinha agora uma posição bastante mais conciliadora e condizente com os tempos que se viviam: *Desde que desejamos desenvolver a nossa industrialização é condição indispensável apropriarmo-nos das técnicas mais avançadas [...].* No entanto, ainda não se tinha perdido por completo

a velha fórmula discriminatória e proteccionista: *estes [os estrangeiros] devem, contudo, ser acompanhados no seu trabalho de elementos portugueses capazes que os possam gradualmente substituir. Cumpre à Ordem defender os engenheiros nestas condições, impedindo que eles sejam utilizados apenas como cobertura legal dos estrangeiros, mas diminuídos, apoucados e humilhados quer quanto aos proventos quer quanto à situação moral e profissional*⁴⁷.

No entanto, esta posição menos crispada que a tomada nos tempos de afirmação nacionalista do corporativismo e de desemprego dos engenheiros portugueses, não deixava de ser ponderada pelo facto de se continuar a insistir na obrigação que competia à Direcção-Geral do Trabalho, de, no cumprimento da lei n.º 1991, ter de consultar obrigatoriamente a Ordem; verberar com alguma aspereza os sucessivos e reiterados esquecimentos daquela Direcção-Geral nesta matéria; internamente o Conselho Geral ter criado um novo mecanismo de triagem que passava pela criação de mais uma comissão encarregada de se pronunciar sobre os casos mais complexos e, finalmente, o mesmo Conselho ter reconhecido *a flagrante desactualização da Lei n.º 1991*⁴⁸.

Apesar de se manterem cordiais as relações entre a Caixa de Previdência e a Ordem continuava a existir algum mal-estar entre as duas instituições: por um lado, apesar de todos os esforços, a Caixa continuava a ter uma existência pouco efectiva, ainda não estava a funcionar em pleno, *não conseguindo efectivar certas regalias a que muito justamente aspiram os engenheiros, constituindo ao mesmo tempo um instrumento, de solidariedade e união entre os engenheiros*⁴⁹, por outro lado, o Conselho lamentava que a Caixa de Previdência, sem meios, continuasse a utilizar algumas divisões da Sede que, apesar de exíguas, faziam falta para outros fins⁵⁰.

Quanto às actividades culturais, cuja organização constituiu sempre prioridade e preocupação de todas as equipas directivas da Ordem, não se viram muito facilitadas com a aprovação dos novos estatutos. A descentralização acabou por dispersar esforços e enfraquecer as iniciativas. A originalidade também não abundava, e, assim, estas actividades culturais acabavam como sempre por se resumir a umas poucas conferências e a umas denominadas excursões que se pretendiam, simultaneamente,

de estudo e de confraternização entre engenheiros: algumas com sucesso outras com muito fraca participação⁵¹.

O que continuava também a constituir uma importante fonte de preocupação para a Direcção da Ordem, era a sua situação financeira. Por razões conhecidas, nunca essa situação tinha sido de desafogo; bem pelo contrário, são imensas as referências a dificuldades que se traduziram em privações: acções que não se fizeram por falta de fundos, equipamentos de que se prescindiu por não haver dinheiro para os comprar, livros e revistas que não se compraram... as disputas em assembleias gerais para proceder a pequenos aumentos de cotas.

A situação encontrada por este Conselho Geral não escapa à evidência habitual: *como as receitas provinham exclusivamente das quotas dos seus membros, não há outro processo de as aumentar senão aumentando as quotas*⁵², que, aliás, se mantinham inalteradas desde 1948, *salvo um pequeno ajustamento para os engenheiros residentes fora das sedes das Secções Regionais*⁵³.

Com este espírito e esta determinação o Conselho Geral, entidade a quem agora, estatutariamente, competia alterar o valor das cotas, não perdeu tempo, e procedeu a um aumento destas a partir do 2.º semestre de 1962, *para todos os membros com excepção dos formados há menos de 5 anos, que continuariam a pagar as quotas actuais*. A tabela seguinte entrou em vigor no 1 de Julho de 1962, suscitando alguma controvérsia e as críticas e contestações habituais⁵⁴.

MEMBROS EFECTIVOS	
Portugueses	
Jóia	100\$00
Cota (para os que tenham concluído há menos de 5 anos a parte escolar do seu curso)	20\$00
Cota para os restantes	30\$00
Estrangeiros	
Jóia	500\$00
Cota	100\$00
SUBSCRITORES EXTRAORDINÁRIOS	
Jóia	100\$00
Cota	30\$00

SUBSCRITORES ESTUDANTES

Jóia	20\$00
Cota	5\$00

“Ordem” em Lisboa

Retoma-se aqui o tema da regularização da situação estatutária de Lisboa.

Já se referiu como, na sequência de várias iniciativas de alguns engenheiros dentro e fora do estrito contexto das regras estatutárias e de cartas e conversações conduzidas pelo Bastonário junto do ministro das Corporações, este nomeou uma Comissão Administrativa, a fim de regularizar a situação da Secção Regional de Lisboa com a seguinte composição:

Secção Regional de Lisboa – Comissão Administrativa

Nomeada por despacho do ministro das Corporações e Previdência Social, de 18 de Março de 1963

Presidente	José Mercier Marques
Vogais	João Avelino da Rocha Cunha Serra Sidónio Martins Geada

Enquanto a Comissão, lançando de imediato mãos à obra, procurando a compreensão e o bom senso de todos, logo a 6 de Abril enviou uma carta-mensagem aos membros da Secção Regional de Lisboa⁵⁵, o Bastonário escrevia um ofício ao ministro das Corporações onde procurava esclarecer a natureza das causas e as dificuldades que vinham perturbando o regular funcionamento da Ordem, e como *essas dificuldades quaisquer que sejam as suas causas profundas, filiam-se ostensivamente no Estatuto de 1956, na admissão dos engenheiros geógrafos, agrónomos e silvicultores e na questão da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*. Mas, pela primeira vez, pelo menos em documentos oficiais, avançava um novo argumento: reconhecendo que, embora existisse um grande número de engenheiros que, pelo desinteresse demonstrado, pela abstenção sistemática, ou até por declarada oposição, criavam e mantinham um clima de

hostilidade, outros havia que, *pelo contrário, não escondem, ou se lhes conhece, o desejo de subversão da ordem actual.* [...] ⁵⁶.

A Comissão Administrativa, por sua vez, não se poupava a esforços. Num documento impressionante de rigor e equilíbrio, escrevia nova carta aos associados de Lisboa: tentava mobilizar os engenheiros, esclarecê-los historiando-lhes detalhadamente os principais episódios da crise da Ordem, onde nem sequer se omitia a relação dessa crise com outra, a crise académica, e como, de protesto em protesto, tinha sido preso um número indeterminado de engenheiros; como após a aprovação dos novos estatutos a situação se deteriorara e em Lisboa se tinha chegado a um impasse que deveria ter sido dirimido no Tribunal de Trabalho mas que três anos após ainda não havia decisão sobre nenhuma das acções judiciais interpostas; e como, por fim, graças à boa vontade de alguns dirigentes em funções e outros acabados de eleger, em vez de se prolongar o braço de ferro, tinha sido possível nomear aquela Comissão e, porque tudo somado, *considera ser sua missão abrir caminho aos que, dentro da normalidade estatutária, se esforçará por resolver os problemas que afligem a Ordem dos Engenheiros* ⁵⁷.

Finalmente, como acima se deixou apontado, a tão esperada Assembleia Regional extraordinária ⁵⁸ reuniu *no dia 3 de Julho 1963*, e tudo se processou, conforme previsto, com a máxima elevação.

Durante a reunião foram distribuídas a todos os participantes duas circulares. Numa, que juntava cerca de 160 engenheiros, cujo primeiro signatário era Nuno Krus Abecasis (que também encabeçava as assinaturas das listas que saíram vencedoras na Assembleia Regional), fazia-se um apelo no sentido da unidade para que a Ordem pudesse fazer frente aos desafios com que se defrontava procurando que, uma vez passadas as eleições, todos apoiassem os colegas escolhidos ⁵⁹. A outra, assinada por mais 96 engenheiros dos quais o primeiro foi Joaquim Campos dos Santos Vizeu, era também essencialmente um apelo mas feito num estilo mais reivindicativo. Congratulando-se com a acção da Comissão Administrativa e pela isenção demonstrada e fazendo votos para que os dirigentes eleitos da Secção Regional de Lisboa pudessem presidir a uma nova era de renascimento da Ordem dos Engenheiros, partiam da *convicção de que está na promulgação do actual Estatuto a causa fundamental das*

*desinteligências e conseqüente abandono da actividade na Ordem pela maioria dos seus membros, propunha [...] a análise dos problemas que estão na base da oposição ao actual Estatuto e promover-se quanto antes a elaboração do projecto da remodelação do Estatuto à luz das conclusões daquela análise e de acordo com a opinião de todas as especialidades representadas na actual Orgânica da Ordem*⁶⁰.

No final da reunião, que todos unanimemente consideraram um êxito e uma vitória da Ordem, estavam eleitos os corpos directivos para a Secção Regional de Lisboa, que tomaram posse a 31 de Julho, sob a presidência do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, na presença de outros membros do Conselho Geral e de representantes das Secções do Porto e de Coimbra, teve lugar, na sala de sessões da sede da Ordem⁶¹:

Corpos directivos da Secção Regional de Lisboa para o triénio de 1963-65

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Alfredo Nobre da Costa
Vice-Presidente	Eugénio Queiroz de Castro Caldas
Secretário	Henrique Borges de Sousa Duarte Ferreira José Carlos Resina Rodrigues

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	António Lobo Vaz Patto
	João Maria Anjos Pinto Leite
	Joaquim Pereira Coutinho Teixeira Duarte
	Luiz Mário Pacheco Moreira Lobo
	Miguel de Almeida
Engenharia Electrotécnica	Nuno Krus Abecasis
	José Manuel Silveira da Cruz Morais
	Manuel Rodrigues Magos
	Óscar de Oliveira Vaz Osório
	Pedro Pessoa de Carvalho
Engenharia Mecânica	Rogério da Conceição Serafim Martins
	António Maria Caetano Carreira
	António Pacheco Luís Gomes
Engenharia de Minas	Vasco de Magalhães Gomes Viana
	Décio Sequeira Santos Tadeu

Engenharia Químico-Industrial	António Augusto Pessoa Monteiro Manuel Barata Chagas Roquette
Engenharia Naval	Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Álvaro Santos Silva Júlio Manuel Martins
Engenharia Agronómica	Arlindo Cabral Fernando Augusto Santos e Castro Francisco Caldeira Cabral Vasco Armando Canhoto Vidal
Engenharia Silvícola	Segismundo do Carmo da Câmara de Saldanha

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	Gonçalo Avides Rodrigues Sarmiento
Engenharia Electrotécnica	Virgílio Eteine Afonso de Melo Azevedo
Engenharia Mecânica	Artur Augusto de Carvalho Alves
Engenharia de Minas	Jorge Barreto Machado Maciel Alves de Faria
Engenharia Químico-Industrial	Virgílio Rui Teixeira Lopo
Engenharia Naval	Bernardino Faria Rodrigues Cadete
Engenharia Geográfica	Raul Carvalho
Engenharia Agronómica	José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso
Engenharia Silvícola	António Eduardo Carneiro

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	José Cabral Marques de Beja Neves José Manuel de Amorim Ferreira Júlio Ferry do Espírito Santo Borges Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte
Engenharia Electrotécnica	António Manuel da Silva Salta Eduardo Maia Mendes Correia de Matos José Maria de Quadros e Costa Mário dos Santos Mariano
Engenharia Mecânica	Francisco de Almeida e Castro João José Cabral Soares de Albergaria Alfredo Borges de Magalhães Ramalho Pedro Almeida de Santiago Sotto Mayor
Engenharia de Minas	Albertino Adélio Rocha Gomes António da Rocha Leão Martins Alves Francisco José Leal Limpo de Faria João Anacleto Telo

Engenharia Químico-Industrial	António Costa Silva Carvalho Henrique João Luiz Lewin Marques Pereira Joaquim Lapa Martins Barreiros Vitor Luís Martins Coimbra
Engenharia Naval	Joaquim Carlos Esteves Cardoso Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Fernando Franco Viçoso Fernando Álvares da Silva Álvaro Dinis Campos Amores Cristóvão Augusto Romeu Saldanha da Silva Meneses
Engenharia Agronómica	Zózimo João Pimenta de Castro do Rego Armando Óscar Cândido Ferreira Joaquim Pedro Pereira Amaro Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e Silva
Engenharia Silvícola	António Manuel Chambica de Azevedo Gomes D. Arlinda Leal Franco de Oliveira João da Costa Mendonça Manuel Pinheiro Ferreirinha

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

Manuel Vaz Nave Catalão · Engenharia Civil
 António Maria de Oliveira Pinheiro Torres · Engenharia Electrotécnica
 Carlos Alberto Dias Ferreira · Engenharia Mecânica
 Gentil Casimiro Ferreira · Engenharia de Minas
 António Vicente de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa · Engenharia
 Químico-Industrial
 Joaquim Carlos Esteves Cardoso · Engenharia Naval
 Paulo Augusto Ferreira de Lemos · Engenharia Geográfica
 Rafael de Medina Monjardino · Engenharia Agronómica
 Ernesto da Silva Reis Goes · Engenharia Silvícola

A história da Secção Regional de Lisboa para este período, dominada pela crise e finalmente pela preparação das eleições que haviam de permitir escolher os dirigentes regionais para o triénio 1963-1965, está praticamente contada. Restam alguns aspectos que, no contexto geral, se

revelam menores: a criação de delegações da Ordem nas Ilhas Adjacentes⁶²; a sempre presente incorporação dos bens da extinta Associação dos Engenheiros Civis Portugueses⁶³; as poucas e desinteressantes actividades de carácter associativo e cultural que algumas secções, sem meios nem entusiasmo, teimavam em organizar⁶⁴; o tratamento de problemas de defesa de interesses profissionais de engenheiros, que normalmente dava azo a protestos e exposições junto de algumas empresas⁶⁵.

Já mesmo nos meses finais do mandato, merecem referência: a apresentação, em Janeiro de 1964, do pedido de escusa pelo engenheiro Eugénio Castro Caldas, do cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Regional para que fora eleito na Assembleia Regional de Lisboa de 3 de Julho de 1963⁶⁶ e a sua substituição, por proposta do Conselho Regional, pelo engenheiro Luiz Quartin Graça⁶⁷.

Secção Regional do Porto

Na sequência da revisão do Estatuto, a Delegação do Porto passou também a Secção Regional; para muitos engenheiros do Norte essa mudança foi considerado uma pequena mas significativa desconsideração. Apesar disso nada que lançasse a estrutura recém-baptizada numa crise como se viveu em Lisboa. De resto, a ideia da criação das secções regionais já era preconizada antes da revisão estatutária e parecia mais conforme à burocracia corporativista⁶⁸.

As actividades da Secção que, até então, não se tinham distinguido por grandes e rasgadas iniciativas, à excepção, claro está, da grande realização do II Congresso, manteve a discrição que sempre a caracterizou: até porque os problemas e a escassez de meios persistiam.

Mantiveram-se as habituais iniciativas, designadamente culturais e de formação⁶⁹, merecendo ser destacado o facto de terem arrancado os cursos sobre produtividade, realizados na Ordem mas promovidos e ministrados pelos técnicos do Instituto Nacional de Investigação Industrial⁷⁰ e, claro, o esforço no sentido de reforçar os fundos da biblioteca⁷¹.

Entretanto, a nomeação do engenheiro Edgard Maria da Silva Antunes de Oliveira, em Fevereiro de 1962, para secretário de Estado da



Edifício sede da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Indústria, levou à presidência o vice-presidente Joaquim José Martins da Costa Soares⁷².

Por junto, em termos de balanço, não se registou *apreciável melhoria em relação à dos dois anos anteriores*; completo o mandato procedeu-se então à eleição dos órgãos directivos da secção para o triénio 1963-1965⁷³.

Corpos directivos da Secção Regional do Porto para o triénio de 1963-65

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	João Pais de Aguiar
Vice-Presidente	António Jorge de Oliveira Maia
Secretário	Carlos Evaristo de Sousa Baptista Eurico de Campos Gondim

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	António Augusto de Sousa Taveira César Máximo Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento
------------------	--

Engenharia Electrotécnica	Naturcélio Pinto Ribeiro da Costa Alves Silvério Martins da Silva António Monteiro Resende Franklin Guerra Pereira
Engenharia Mecânica	Fritz Heins Gothold Hoesen Alberto José Rodrigues Valente João de Vasconcelos Costa e Melo Mário Borges Guerra
Engenharia de Minas	Augusto Nascimento Nunes da Fonseca Júnior João Lopes Guimarães dos Santos
Engenharia Químico-Industrial	Eurico Silva Teixeira de Melo Raul Adelino Torcato Barroca
Engenharia Agronómica	Amândio Barbêdo Galhano António Pereira de Meireles da Rocha Lacerda
Engenharia Agronómica	Orlando Ferreira Gonçalves
Engenharia Silvícola	Vasco de Albuquerque Quintanilha
Membros do Conselho Regional	
Engenharia Civil	Raul de Lima Aires
Engenharia Electrotécnica	Carlos José Rodrigues Ferreira
Engenharia Mecânica	Fernando Aquiles Lopes Madeira
Engenharia de Minas	Artur Mesquita
Engenharia Químico-Industrial	Aureliano Capelo Veloso
Engenharia Agronómica	Duílio João Coelho Marques
Engenharia Silvícola	Eduardo Alberto de Castro Lencastre
Membros dos Conselhos Culturais	
Engenharia Civil	António Augusto de Sousa Taveira Atanagilde Teixeira Pinto Naturcélio Pinto Ribeiro da Costa Alves Vítor Brandão de Sousa Martins Cardoso de Meneses
Engenharia Electrotécnica	Abeilard Augusto Ferreira de Castro Fernando Lima Vieira Soares David Luís Neves Real Rodrigo Sarmiento de Beires
Engenharia Mecânica	António Costa Lobo Martins de Madureira Jaime Morais Gonçalves Ramos Manuel José Marques de Almeida Miguel Carlos Bandeira Quaresma

Engenharia de Minas	Belarmino Ferreira Fortes Neftali da Costa Fonseca
Engenharia Químico-Industrial	Eurico Silva Teixeira de Melo Luís Jorge Esteves Paz Marcelino José Nunes da Costa Maria Natália de Almeida e Sousa de Queirós
Engenharia Agronómica	Amândio Barbêdo Galhano António Pereira de Meireles da Rocha Lacerda Artur Benevides de Melo Manuel José Romana Colaço
Engenharia Silvícola	Joaquim Abrantes Zenhas José Joaquim Ribeiro Moreira da Silva

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

Basilio Pinto Fernandes Jorge · Engenharia Civil
 Adalberto Magno Mendo · Engenharia Electrotécnica
 Joaquim Viana da Fonseca · Engenharia Mecânica
 Neftali da Costa Fonseca · Engenharia de Minas
 Luís Jorge Esteves Paz · Engenharia Químico-Industrial
 António Queirós de Vasconcelos Lencastre · Engenharia Agronómica
 António Rebelo de Oliveira · Engenharia Silvícola

Conselho Regional

Presidente	Artur Mesquita
Vice-presidente	Raul de Lima Aires
Secretário	Fernando Aquiles Lopes Madeira
Tesoureiro	Duílio João Coelho Marques
Vogais	Carlos José Rodrigues Ferreira Aureliano Capelo Veloso Eduardo Alberto de Castro Lencastre

Conselho Disciplinar Regional

José Sebastião Mendes de Carvalho Guimarães · Raul Simão Esmeriz Delerue
 · Augusto Fernandes · João Lopes Guimarães dos Santos · Álvaro Trigo
 de Abreu

Secção Regional de Coimbra

Embora tenha sido criada em 1957, a Secção Regional de Coimbra só surgiu com um mínimo de organização em 1963. Não é portanto de admirar a modéstia dos seus propósitos, contrapartida da escassez dos meios de que dispunha para actuar. A sede era alugada e não muito desafogada. Por isso, grande parte das suas actividades tinha a ver com o estrito cumprimento dos deveres estatutários: a realização atempada das reuniões das assembleias regionais, as eleições a que estava vinculada, a escolha dos seus representantes para os órgãos nacionais.

No quadro das actividades culturais e de apoio técnico aos membros tinha constituído uma pequena biblioteca e adquirira um conjunto de instrumentos que, aliás, eram “moderadamente” requisitados⁷⁴.

Neste período, o seu maior contributo em termos globais provinha da constituição e trabalhos da Comissão para o Estudo da Regulamentação do Exercício Profissional constituída pelos engenheiros: Rui de Carvalho e Castro Pita; José António Pinto e Carmona; Brasília Martins da Fonseca; Leopoldo de Moraes da Cunha Matos; Felisberto Lopes da Silva Cardoso; Armando Rodrigues de Carvalho; José António de Castro; Francisco Alves Ferreira; Manuel Ferreira da Costa Cerveira e Alcides Lino Pires⁷⁵.

Seguindo o modelo das suas congéneres de Lisboa e Porto, a Secção de Coimbra também se empenhou na organização de um programa cultural, inevitavelmente constituído por visitas de estudo a algumas das mais relevantes instituições nacionais incluindo, em 1962, a Siderurgia Nacional, a CUF, a Sorefame e a Junta de Energia Nuclear⁷⁶.

Em fim de mandato, o Conselho Geral presidido pelo engenheiro Rodrigues Sarmiento produziu um último Editorial do *Boletim*. Num texto que prima pelo equilíbrio, numa fusão quase perfeita de realismo e pragmatismo, o Conselho que governou a Ordem entre Maio de 1960 e Março de 1964 deixava como que um testamento político-sindical que passava em revista os temas e os problemas principais com se debateram os engenheiros e a sua instituição representativa no contexto da organização corporativa portuguesa.

EDITORIAL

É este o último Editorial apresentado pelo actual Conselho-Geral. Nos 16 números do «Boletim» que publicou saiu sempre um Editorial tratando de assuntos de interesse geral dos engenheiros ou da «Ordem». Por sugestão do Bastonário, esses artigos não vinham assinados, mas constituirá talvez um exercício interessante para amadores a prática de um pouco de exegese para a identificação dos seus autores.

Neste último Editorial queremos fazer uma espécie de crítica objectiva do estatuto deduzida da experiência e que possa servir de auxílio para os que vêm; se bem que a experiência só em muito pequena medida aproveita aos que a não viveram.

Alguns princípios fundamentais informam a actual orgânica da «Ordem dos Engenheiros». São eles a inclusão de todos aqueles que legalmente, à data da sua promulgação, usavam o título de engenheiro; a organização regional, a proscricção de qualquer outra forma de representação, a redução da Assembleia Geral a uma assembleia de delegados.

A aplicação destes princípios poderá, e de certo deverá, sofrer modificações, mas não cremos que nenhum deles possa ser definitivamente rejeitado.

O primeiro princípio trouxe à «Ordem dos Engenheiros», em adição às especialidades tradicionais mais as de engenheiro agrónomo, engenheiro silvicultor e engenheiro geógrafo. Não julgamos que se possa voltar atrás e até devemos preparar-nos para outras reivindicações.

A organização regional é outro ponto que poderá sofrer alterações, mas que tem de permanecer. Embora a influência da Capital seja cada vez maior, por motivos que não vem para aqui pormenorizar, e que não são todos lícitos, o certo é que o país não é só Lisboa, nem esta poderia existir e prosperar se assim fosse.

O que parece certo é que as secções de fora não podem ter o mesmo regime que a de Lisboa, para a qual será necessária uma orgânica que evite duplicação com o Conselho-Geral; e se a «Ordem», como é desejo de todos, for estendida ao Ultramar, o regime das secções ultramarinas também tem de ser diferente.

O outro princípio, da proscricção de toda a representação que não seja a da «Ordem», necessita de uma análise especial.

A «Ordem dos Engenheiros» é um organismo corporativo, integrado numa legislação e organização de carácter muito geral, que, sendo fundamental, a ponto de estar incluída na Constituição, expressa e explicitamente é excluída da ordem do Estado.

E, nas complexas funções dos Estados modernos e do nosso em particular, o papel da engenharia é considerável e, portanto, um grande número de engenheiros exerce a sua profissão ao serviço do Estado. Quer ainda a estreiteza da nossa vida que grande parte deles precise do auxílio da actividade privada para equilibrar o seu difícil orçamento. Assim, alguns cultores de direito puro sustentam que, se o engenheiro trabalha exclusivamente para o Estado, não só não é obrigado a inscrever-se no «Ordem», mas nem sequer o pode fazer, pois se trata de um organismo corporativo vedado aos funcionários públicos.

Mas se, simultaneamente, o engenheiro funcionário público exerce actividade privada como engenheiro, então tem de estar inscrito nessa qualidade e sofreria uma espécie de desdobração de personalidade, dentro e fora ao mesmo tempo, o que é com certeza um paradoxo.

Mas os engenheiros não podem contentar-se com a representação corporativa e sindical, o que o próprio Estado reconheceu dando ao seu organismo a designação de «Ordem». Eles constituem uma classe, um grupo de pessoas que, pela sua cultura, pela sua educação, pelas preocupações do serviço nacional e social que esses predicados lhes impõem, exercem na nação um papel muito importante, fazem parte de um escol, onde se recrutam administradores, políticos e toda a espécie de chefes. Têm de se reunir, de permutar informações e experiências, não podem, de forma nenhuma fechar-se num individualismo cego e estéril.

Daqui provém que a organização e representação dos engenheiros não se poderá fazer em moldes estritamente sindicais e terá de os transcender. Nela devem caber todos os que possuem uma formação de engenheiros e a utilizam, quer no serviço do Estado, quer na actividade privada.

O número é um dos elementos que valorizam e impõem os sindicatos, — e os engenheiros não



© PAULO NETO

José Mercier Marques (1899-1981). Licenciado Engenharia Química pela Universidade de Toulouse, em 1921. Director e administrador da fábrica de extractos de tanantes da Companhia Agrícola da Beira, em Moçambique, e director técnico da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, onde se manteve 18 anos e, em regime de acumulação de funções. Vogal do Conselho Directivo, presidente da Secção de Engenharia Química Industrial e Presidente da Comissão Administrativa da Secção Regional de Lisboa. Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 1964 e 1970.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Equilíbrio e Diplomacia. *Render da guarda*

O novo bastonário, José Mercier Marques, foi a figura marcante da Ordem dos Engenheiros na segunda metade da década de 60. Engenheiro de profissão, por vocação e gosto, Mercier Marques, antes de ser o primeiro a cumprir dois mandatos consecutivos como Bastonário, foi o homem a quem se recorreu para presidir à Comissão Administrativa que conseguiu pôr termo à crise por que se arrastava a Ordem em Lisboa e que durou praticamente oito anos, desde o final do mandato de Daniel Barbosa, recrudescendo com a aprovação dos novos estatutos em 1956 e que só terminou, formalmente, com a eleição de uma direcção regular da Ordem na Assembleia Geral extraordinária reunida a 3 de Julho de 1963. De resto, como haverá oportunidade de compreender, era um homem tolerante e paciente, que gostava de mediar conflitos e estabelecer pontes; de certa forma, no contexto da Ordem, um prenúncio da “primavera marcelista” com o que o termo significou de descrispação temporária do Estado Novo.

O seu discurso de posse como Bastonário, pronunciado a 6 de Março de 1964, é simples e incisivo. Referiu o seu passado fazendo um pouco de história, da sua e das instituições profissionais por onde passou e se empenhou, a AECP e a Ordem. Salientou o facto de, pela primeira vez, a Ordem ter escolhido para a dirigir alguém oriundo do sector privado.

Neste *render da guarda*, Mercier Marques marcou, a traço grosso, o seu programa, as suas prioridades e as suas preocupações. Antes de mais era necessário prosseguir um esforço de pacificação que trouxesse de volta os descontentes; depois, recuperar o tempo perdido, deitando mãos à obra para agarrar os problemas que são muitos e de difícil resolução: *os da Caixa de Previdência, da Nova Sede, do Estatuto, dos engenheiros-funcionários públicos, do imposto profissional, da extensão da jurisdição ao Ultramar, de deontologia, de convívio, de intensificação da actividade cultural, dos diplomados pelos institutos industriais, de promoção de missões de estudo, de cursos pós-universitários, dos engenheiros e técnicos estrangeiros, sem falar de outros de importância menor, dão bem a ordem de grandeza do esforço a empreender para levar a cabo uma tarefa em que todos temos de nos empenhar*⁷⁷.

A sua vida foi, em grande parte, imagem de uma personalidade marcada por duas características fortes: a persistência e a tolerância. A sua cultura e a sua vivência fizeram dele um legítimo herdeiro dos seus antecessores, designadamente, Ferreira Dias e Daniel Barbosa.

Os corpos gerentes da Ordem dos Engenheiros, eleitos em Assembleia Geral realizada em 18 de Dezembro de 1963, ficaram com a seguinte constituição:

Conselho Geral eleito para o triénio 1964-1968

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente/Bastonário da Ordem	José Mercier Marques
Vice-Presidente	Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça
Tesoureiro	Bento José Viegas Louro
Secretário	Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:

Civil	Bento José Viegas Louro
Electrotécnica	José Alberto de Paula Saraiva Baeta da Veiga
Mecânica	Alexandre de Faro Barros
Minas	Norberto Afonso Múrias de Queiroz
Químico-Industrial	Octávio António Viegas de Abreu Proença David Morgado Gomes da Costa (1966)
Naval	Rogério Silva d'Oliveira
Geográfica	Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque
Agronómica	Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça
Silvícola	José Joaquim Ribeiro Moreira da Silva

REPRESENTANTES DOS CONSELHOS REGIONAIS

Lisboa	Gonçalo Avides Rodrigues Sarmiento Alfredo Borges de Magalhães Ramalho (1966)
Porto	Fernando Aquiles Lopes Madeira
Coimbra	Brásílio Martins da Fonseca Leopoldo de Faria Gouveia (1964) Armando Rodrigues de Carvalho (1966)

Secção Regional de Lisboa – Conselho Regional

Presidente	Gonçalo Avides Rodrigues Sarmiento Alfredo Borges de Magalhães Ramalho (1966) João Avelino da Rocha Cunha Serra (1969)
Vice-Presidente	Artur Augusto de Carvalho Alves José Duarte Amaral (1966)

Tesoureiro	Ário Lobo Azevedo (1969) José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso Manuel Fonseca Alexandre (1966) Manuel Fonseca Alexandre (1969)
Secretário	Vergílio Rui Teixeira Lopo Carlos Alberto de Lopes Vaz (1966) António Alberto Monteiro Alves (1969)
REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:	
Engenharia Civil	Gonçalo Avides Rodrigues Sarmiento Joaquim Pereira Coutinho Teixeira Duarte (1966) Jaime Pereira Gomes (1969)
Engenharia Electrotécnica	Virgílio Eteine Afonso Melo Azevedo Alberto Teodoro Ferreira Pinto Basto (1966) João Avelino da Rocha Cunha Serra (1969)
Engenharia Mecânica	Artur Augusto de Carvalho Alves Alfredo Borges de Magalhães Ramalho (1966) Oliveiros Domingos (1969)
Engenharia de Minas	Jorge Barreto Machado Maciel Alves de Faria António da Rocha Leão Martins Alves (1966) Nuno Gonçalo Bachá de Almeida Ribeiro (1969)
Engenharia Químico-Industrial	Vergílio Rui Teixeira Lopo Carlos Alberto de Lopes Vaz (1966) Jacques Pessoa Rolão (1969)
Engenharia Naval	Bernardino Faria Rodrigues Cadete Luís Vitorino Pinto Vilela (1966) António Afonso de Sousa Ribeiro Cazaes (1967) António Carlos Gerken Potier Godinho (1969)
Engenharia Geográfica	Raul Carvalho Manuel Fonseca Alexandre (1966) Manuel Fonseca Alexandre (1969)
Engenharia Agronómica	José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso José Duarte Amaral (1966) Ário Lobo Azevedo (1969)
Engenharia Silvícola	António Eduardo Carneiro João Martins de Azevedo e Silva (1966) António Alberto Monteiro Alves (1969)

Secção Regional do Porto – Conselho Regional

Presidente	Artur Mesquita João Baptista Lemos Costa (1967) Franklin Guerra Pereira (1969)
Vice-Presidente	Raul de Lima Aires Raul Adelino Torcato Barroca (1967) Aristides Guedes Coelho (1969)
Tesoureiro	Ducílio João Coelho Marques Bento Maria de Meireles Leite de Castro (1967)
Secretário	Fernando Aquiles Lopes Madeira Fernando Vasconcelos Nascimento da Fonseca (1967) Manuel José Marques de Almeida (1969)
REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:	
Engenharia Civil	Raul de Lima Aires João Baptista Lemos Costa (1967) Aristides Guedes Coelho (1969)
Engenharia Electrotécnica	Carlos José Rodrigues Ferreira Franklin Guerra Pereira (1969)
Engenharia Mecânica	Fernando Aquiles Lopes Madeira Miguel Carlos Bandeira Quaresma (1967) Manuel José Marques de Almeida (1969)
Engenharia de Minas	Artur Mesquita Fernando Vasconcelos Nascimento da Fonseca (1967) Francisco José Limpo de Faria (1969)
Engenharia Químico-Industrial	Aureliano Capelo Veloso Raul Adelino Torcato Barroca (1967) Amílcar Furriel Jerónimo (1969)
Engenharia Agronómica	Ducílio João Coelho Marques Bento Maria de Meireles Leite de Castro (1967)
Engenharia Silvícola	Eduardo Alberto de Castro Lencastre António Ferreira Marbutto Júnior (1969)

Secção Regional de Coimbra – Conselho Regional

Presidente	Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque Leopoldo Faria de Gouveia (1964) Armando Rodrigues de Carvalho (1967)
Vice-Presidente	Pedro Núncio de Castro Pinto Bravo

Tesoureiro	Armando Rodrigues de Carvalho (1964) José de Matos Cardoso (1967) Filipe Teotónio Pereira Xavier de Bastos Leopoldo de Moraes da Cunha Matos (1964)
Secretário	João Ferreira de Araújo (1967) Luís Filipe do Nascimento (1967) Brásílio Martins da Fonseca António de Faria e Silva (1964) João Ferreira de Araújo (1967)
REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:	
Engenharia Civil	Augusto Simões Marta Leopoldo de Faria de Gouveia (1964) José de Matos Cardoso (1967)
Engenharia Electrotécnica	Brásílio Martins da Fonseca Leopoldo de Moraes da Cunha Matos (1964) João Ferreira de Araújo (1967)
Engenharia Mecânica	Paulo José Peixoto Baptista de Lemos Armando Rodrigues de Carvalho (1964)
Engenharia de Minas	Joaquim de Sousa Birne Afonso Manuel Braga da Cruz (1964) Luís Filipe do Nascimento (1967)
Engenharia Químico-Industrial	Octávio António Viegas de Abreu Proença António Alberto Martins da Fonseca (1964) Norberto Martins Figueiredo (1967) Mário Carneiro de Vasconcelos Ferreira da Silva (1967)
Engenharia Geográfica	Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque Ataíde Diniz Neves Lima (1964) Luís Filipe do Nascimento (1967)
Engenharia Agronómica	Pedro Núncio de Castro Pinto Bravo António de Faria e Silva (1964) Manuel Ferreira da Costa Cerveira (1967)
Engenharia Silvícola	Filipe Teotónio Pereira Xavier de Bastos Lino Júlio Teixeira (1964) José Tavares dos Santos (1967) Alberto Duarte de Moraes (1967)

A situação nacional continuava a ser politicamente muito complexa e a contestação ao Regime, provinda dos mais variados quadrantes, não cessava de crescer; daí que um organismo como a Ordem dos Engenheiros tivesse que actuar com grande sentido de equilíbrio. De facto, como acima já se deixou implicitamente mencionado, talvez tenha sido essa a principal marca impressa por Mercier Marques à sua Direcção e que lhe permitiria afirmar que um ano após a tomada de posse lhe era *grato e consolador [...] verificar que efectivamente os engenheiros continuam a manifestar interesse crescente pelos problemas da sua Ordem*⁷⁸.

Mais, o Conselho Geral, neste primeiro ano de mandato, continuou na senda da pacificação, sem poder ignorar as nuvens escuras que se adivinhavam no horizonte. Pouco depois da posse surgia o “dia do estudante”, pretexto para manifestações de protesto cada vez mais politizadas, a que as polícias, a política e as outras, respondiam com violência e com prisões, e as autoridades académicas respondiam com suspensões de que resultavam enormes prejuízos para a vida académica e no fim do percurso, na maioria dos casos, perfilava-se a guerra colonial como castigo máximo aplicado a quem ousava protestar contra a situação. Numa carta enviada ao ministro da Educação Nacional, Mercier Marques colocava exactamente esta questão, intercedendo pelos *dois estudantes do IST suspensos da sua frequência escolar por motivo de factos ocorridos no chamado “dia do estudante” [...] solicitando [...], um gesto de benevolência que resolva a difícil situação dos dois estudantes suspensos*⁷⁹.

Seguiam-se as desculpas da praxe: as atitudes impulsivas da juventude, a sua boa-fé e vulnerabilidade, as más influências de quem manipula, ardilosamente, consciências generosas... e por fim um formal pedido de clemência⁸⁰.

Em 1965, podia afirmar-se que a Ordem dos Engenheiros estava a funcionar *num clima de boa harmonia e de construtiva e devotada colaboração*⁸¹. Mantinham-se, é certo, várias preocupações. Desde logo as actividades culturais que a Ordem teria de cultivar para compensar a *tecnocracia* de que os engenheiros eram acusados⁸². Também não eram gratuitos, nem surgiam por acaso, os elogios feitos à acção cultural das secções regionais: *a notável acção cultural das Secções Regionais, em*

*especial da de Lisboa, ficou bem patente, não só pelo interesse da Classe, mas também pela repercussão externa de algumas das suas iniciativas*⁸³.

Mercier Marques, naturalmente fruto da sua experiência profissional, subscrevia em nome pessoal os editoriais do *Boletim*, fazendo questão de os usar como tribuna para se referir às questões que, tal como a ele, preocupavam muitos outros engenheiros. Questões que transcendiam a realidade da Ordem, porque focavam diversos assuntos de natureza nacional relacionados em particular com as matérias do desenvolvimento económico e social do País. Veja-se, como exemplo, retirado de muitos outros, o texto que publicou no *BOE* da Primavera de 1966 como comentário à divulgação do Parecer sobre as Contas Gerais do Estado redigido, como vinha sendo tradição, pelo deputado-engenheiro Araújo Correia, fazendo sobressair os dados relativos ao produto industrial cuja participação, contas feitas, passara de 41,7% para 50,3% do PIB entre 1954 e 1964.

Era a propósito dessa evolução, desse esforço de industrialização do País, que Mercier Marques chamava a atenção para o *perigo da carência de técnicos de todos os escalões para acompanhar este irresistível surto de industrialização. Dos factores que pouco a pouco vão formando uma mentalidade industrial, indispensável à nossa sobrevivência, não se pode dissociar, de forma alguma, a técnica*. Também fazia alusão ao sistemático défice do comércio externo português, situação crónica e estrutural que nem a nossa integração na EFTA conseguira inverter.

Completamente sintonizado com as conclusões do II Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa de 1957, posteriormente vertidas e ampliadas nos planos de fomento seguintes, o II e o Intercalar, defendia a substituição das importações mas sobretudo uma política activa de substituição de exportações por forma a que o País pudesse aproveitar os mercados europeus através da venda de produtos que contivessem cada vez mais valor acrescentado português e, nesse sentido, fossem mais competitivos; a esse respeito referia com convicção, que era já então a convicção dos engenheiros mais esclarecidos e sintonizados com o seu tempo: *não pode conceber-se que o País continue a exaurir-se indefinidamente para se permitir o luxo de certas importações dispensáveis e que a indústria nacional pode e deve colmatar. [...] Evidentemente, a supressão daqueles «déficits» só pode conseguir-se reduzindo importações,*

*aumentando exportações ou praticando as duas coisas simultaneamente. Num momento de marcada tendência para o estabelecimento de um mercado único europeu, é evidente que o primeiro meio é de difícil praticabilidade e abre as portas a represálias de perigosas consequências. [...] O aumento das exportações, fornecendo uma contrapartida para as exigências da importação é solução satisfatória e fomentadora do desenvolvimento industrial. Ela exige, porém, a cuidadosa prospecção dos mercados externos e um aumento de produtividade que conduza à obtenção de preços de concorrência. Se nos forem criadas condições [...] que nos permitam entrar num mercado externo de muitos milhões de consumidores, não nos será difícil alargar a nossa produção, melhorar a sua qualidade, elevar os salários, promover uma formação humana mais perfeita, subir o nosso nível de vida e, conseqüentemente, aumentar também o nosso mercado interno, base muito importante para se conquistar o externo. A percentagem em que a indústria já intervém na formação do produto bruto nacional mostra-nos que se segue o bom caminho. Que é necessário persistir no esforço de industrialização e ir mais além não oferece qualquer dúvida*⁸⁴.

Esta longa citação serve para introduzir o acontecimento mais marcante organizado pela Ordem naquele ano de 1965. Tratou-se de uma das tais manifestações culturais a que foi dado especial realce e dada a qualidade dos intervenientes teve repercussão nacional: o Seminário sobre Desenvolvimento Económico organizado entre 9 e 13 de Novembro de 1965 pela Secção Regional de Lisboa, sob o patrocínio do Conselho Geral e em que participaram, numa combinação de veteranias e juventude, engenheiros, economistas e um sociólogo:

- › Adérito Sedas Nunes (“Mentalização no sentido da expansão económica. Responsabilidades e deveres nos graus sucessivos do desenvolvimento. Posição portuguesa perante a conjuntura internacional”)⁸⁵,
- › Daniel Maria Vieira Barbosa (“Objectivos e viabilidade da criação de grandes espaços económicos. Implicações sobre os conceitos de soberania, equilíbrio financeiro e equilíbrio económico”)⁸⁶,
- › José R. Whitaker Penteado (“Premência da criação de recursos humanos capacitados para o estudo e execução de empreendimentos produtivos. Contacto Internacional”)⁸⁷,



Sessão de abertura do Seminário sobre Desenvolvimento Económico, promovido pela Secção Regional da OE em 1965.

Fonte: Empresa Pública Jornal “O Século” PT/TT/EPJS/SF/001-001/0168/2946AQ

“Imagem cedida pelo ANTT”.

Autor: não identificado.

TREZENTOS TÉCNICOS E ECONOMISTAS ESTÃO REUNIDOS EM LISBOA NUM SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Quem quiser saber de perto e de perto a importância do Seminário sobre Desenvolvimento Económico, promovido pela Ordem dos Engenheiros, a quem queiram participar cerca de trezentos e cinquenta especialistas portugueses e estrangeiros, ligados a empresas económicas e administrativas, industriais e comerciais, poderão encontrar-se em Lisboa, no Hotel de Inglaterra, a partir de amanhã, 10 de Novembro, para assistir ao Seminário sobre Desenvolvimento Económico, promovido pela Ordem dos Engenheiros, a quem queiram participar cerca de trezentos e cinquenta especialistas portugueses e estrangeiros, ligados a empresas económicas e administrativas, industriais e comerciais, poderão encontrar-se em Lisboa, no Hotel de Inglaterra, a partir de amanhã, 10 de Novembro, para assistir ao Seminário sobre Desenvolvimento Económico...

ENLAGE ESPIANA EM LONDRES E EFERVESCÊNCIA

Uma reunião sobre a industrialização — declaração preliminar — realizada no Ministério do Trabalho, em Lisboa, a 29 de Outubro, sob a presidência de Eng. António de Almeida, depois da reunião de Lisboa do Seminário sobre Desenvolvimento Económico, que durou quatro dias.

Procedido pela Ordem dos Engenheiros, a quem queiram participar cerca de trezentos e cinquenta especialistas portugueses e estrangeiros, ligados a empresas económicas e administrativas, industriais e comerciais, poderão encontrar-se em Lisboa, no Hotel de Inglaterra, a partir de amanhã, 10 de Novembro, para assistir ao Seminário sobre Desenvolvimento Económico...

Procedido pela Ordem dos Engenheiros, a quem queiram participar cerca de trezentos e cinquenta especialistas portugueses e estrangeiros, ligados a empresas económicas e administrativas, industriais e comerciais, poderão encontrar-se em Lisboa, no Hotel de Inglaterra, a partir de amanhã, 10 de Novembro, para assistir ao Seminário sobre Desenvolvimento Económico...

O TERRA NA J A

SINGAPORE, 9 - 10 de Novembro

SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

(Continuação da 1ª página)

Apresentou o relatório do Seminário, de que se aguarda trabalho produtivo para benefício do País.

Fala do Sr. Eng. João Neves

O Sr. Eng. João Neves apresentou, sobre o Seminário, o relatório do processo de desenvolvimento económico. Seu valor e posição na promoção humana portuguesa. Faltam algumas considerações preliminares. O autor viu-se obrigado a fazer uma análise mais necessária que as questões de desenvolvimento económico, de acordo com as condições, cada vez mais, as possibilidades que decorrem da internacionalização.

Estimando o aproveitamento da experiência do Seminário, disse que, se considerarmos de importância básica, na nossa sociedade actual, o problema do desenvolvimento económico, da internacionalização que se desenvolve em parte importante da comunidade portuguesa, importa avaliar essa importância perante o conjunto de esforços que visam a valorização da pessoa humana na sua totalidade, dignidade, espiritual e física.

Abordou, em seguida, alguns aspectos fundamentais da produção humana, referindo-se à expansão, permitindo assim uma interpretação mais ampla do problema final.

Também a posição da identidade e das técnicas perante este objectivo foram motivos de análise, após o que se directos sobre a actualização da base do desenvolvimento económico, analisando o seu aspecto de ambiente, suas características e implicações sobre o processo de desenvolvimento.

Quase a terminar, o autor declarou:

Uma actividade de desenvolvimento económico despartir generalizada e construído interesse, ou estar na moda de se quer. Melhor é que se faça em alguns meses, no sentido promovido pela Organização da Desperação e Desenvolvimento Económico, a um delegado especial...

procedimentos, pelo Sr. Dr. Fernando Muradas, secretário do Banco Mundial, a 14 e 15 de Novembro, em Lisboa, no âmbito do programa nacional e a cooperação internacional. Presidência do Sr. Dr. Joaquim Gutierrez Campa, Director executivo do Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Presidência e actuação assistida pelo Sr. Dr. João de Aguiar Correia.

Delegado do Banco de Desenvolvimento Económico do Rio de Janeiro

O Sr. Dr. João de Aguiar Correia, presidente do Banco de Desenvolvimento Económico do Rio de Janeiro, chegou hoje a Lisboa, por via aérea, a fim de tomar parte no Seminário sobre Desenvolvimento Económico.

Programa do hoje

O programa de hoje é o seguinte: as 10h, apresentação pública, a seguir, almoço, e, posteriormente, às 14h, Sr. Dr. Pedro Paulo Muradas, secretário do Banco Mundial, a 14 e 15 de Novembro, em Lisboa, no âmbito do programa nacional e a cooperação internacional. Presidência do Sr. Dr. Joaquim Gutierrez Campa, Director executivo do Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Presidência e actuação assistida pelo Sr. Dr. João de Aguiar Correia.

Subsecretários de Estado da Juventude e Desportos e da Administração Escolar

Completou-se ontem em 1966 sobre a data em que ficou posse do cargo de subsecretário de Estado da Juventude e Desportos...

Seminário sobre Desenvolvimento Económico.
Fonte: "Trezentos técnicos e economistas estão reunidos em Lisboa num Seminário sobre Desenvolvimento Económico", in *Novidades*, n.º 23 272 de 10 de Novembro de 1965, pp. 1 e 4.

- Manuel Jacinto Nunes ("Recursos internos e externos de capital. Imperativos e condicionamentos. Programas económicos e financeiros. Particularidades da posição portuguesa")⁸⁸,
- José da Silva Lopes ("Factores de êxito da integração económica em nível internacional. Diversidade de posições e sua conjugação")⁸⁹,
- João Maurício Fernandes Salgueiro ("Necessidade, vantagens e bases do planeamento. Factores de êxito")⁹⁰.

O Seminário foi anunciado aos gabinetes dos ministros da Economia, das Obras Públicas, das Comunicações, das Corporações e Previdência Social, da Educação Nacional e do Ultramar e foi precedido por um conjunto de acções preparatórias, integrando um conjunto de exposições que tiveram como objectivo promover *uma reflexão centrada sobre*

a participação dos engenheiros na aceleração do processo de desenvolvimento⁹¹. Neste contexto foram organizadas quatro sessões que decorreram em Junho e cujas exposições iniciais estiveram a cargo de João Cravinho, então assistente da Divisão de Economia Industrial do INII e colaborador do Gabinete Técnico do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria. Ainda sob o signo do Seminário sobre Desenvolvimento Económico refira-se a conferência que o engenheiro agrónomo João Mendes Espada dedicou, em 28 de Junho, ao tema “Problemas específicos do desenvolvimento económico da agricultura”⁹².

Neste ano de 1965 uma referência também para a realização em Lisboa, na sede da Ordem, de uma reunião da FEANI.

Um dos momentos altos do ano 1965 seria também a homenagem prestada ao engenheiro Arantes e Oliveira, membro fundador da Ordem e então ministro das Obras Públicas, elevando-o à categoria de membro honorário, o que acontecia pela primeira vez em toda a história da Instituição⁹³. A sessão solene teve lugar na Sede da Ordem, no dia 5 de Novembro de 1965, estando presentes todos os engenheiros que faziam parte do Governo⁹⁴.

Esta Direcção tinha trazido para a Ordem um conjunto de novas preocupações que tinham de forçosamente interessar aos engenheiros. Daí que se notassem cuidados relativamente às questões do desenvolvimento industrial em moldes modernos ligados às questões da produtividade, do ensino, da formação e da investigação e claro da política industrial. Mas também uma nota relativa à indispensável modernização da agricultura como testemunhavam várias iniciativas, nomeadamente o *Simpósio sobre a Investigação Agrária e o Desenvolvimento Económico-Social do País* e outra sobre a *Mecanização Agrícola* todos em 1966 organizado pelo Conselho Cultural da Especialidade de Engenharia Agronómica da Secção Regional de Lisboa⁹⁵.

Em 1966, todavia, a disposição do Bastonário expressava-se num tom de maior cepticismo. Já no limiar deste terceiro ano de exercício, tendo à vista o termo do mandato, Mercier Marques interrogava-se *se, apesar da boa vontade e esforço mobilizados no período transcorrido, a orientação*



A Ordem dos Engenheiros homenageia o ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira entregando-lhe o diploma de membro honorário.

Fonte: Empresa Pública Jornal “O Século”
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0167/2913AQ
“Imagem cedida pelo ANTT”

Autor: não identificado.

adoptada mereceu a aprovação da Classe. Era incontestável que a vida cultural da Ordem se tinha intensificado enormemente e que por essa via, pelas intervenções feitas, pelas actividades promovidas não só se prestigiaram os engenheiros como a própria instituição. Mas os reparos que se começavam a ouvir demonstravam a existência de preocupações diferentes, que radicavam no carácter sindical da Ordem. Em resumo, estar-se-ia no bom caminho ao promover as actividades culturais ou, *sendo a Ordem um organismo sindical, a sua acção deve ser essencialmente orientada para as questões sindicais, da profissão?* De qualquer maneira, justificava adicionalmente o Bastonário, sem querer menosprezar a vertente sindical da Ordem, *parece-me lícito [...] admitir que, após os tempos difíceis que ainda recentemente atravessou, a primeira acção a desenvolver deveria ser de pacificação e para isso o melhor meio não podia ser outro, a meu ver, que o da expansão da actividade cultural*⁹⁶.

Embora não fossem estas exactamente as razões principais, outras começavam a despontar e a justificar o cepticismo acima detectado. Problemas internos, como os que ocorreram na secretaria da Secção Regional do Porto, obrigaram ao adiamento da Assembleia Geral ordinária⁹⁷. Mas não eram apenas, nem sobretudo, questões internas que estavam na origem destas perturbações: é que, se na aparência e à superfície, tudo parecia normalizado, ainda se registavam sequelas da crise, ainda havia feridas abertas que nunca chegaram a fechar, que deterioraram definitivamente as relações entre a Ordem e os poderes públicos.

Os primeiros episódios destes novos desencontros registaram-se ainda em 1966 e são a causa próxima do atraso na reunião da AG ordinária. O Conselho Geral lamentava-se pelo facto de as homologações das eleições realizadas nas assembleias regionais do Porto e de Lisboa, respectivamente em 28 e 31 de Janeiro de 1966 *só terem vindo e verificar-se em 31 e 28 de Outubro respectivamente*⁹⁸. Em cartas, sucessivamente trocadas entre os presidentes das secções regionais e o Conselho Geral e outras remetidas para o gabinete do ministro das Corporações⁹⁹, chamava-se a atenção para os prejuízos provenientes destes atrasos que se repercutiam em cadeia e punham em risco o próprio funcionamento global da Ordem.

Um Relatório da PIDE, Delegação do Porto, de 10 de Dezembro de 1966¹⁰⁰, permite começar a entender o que se estava a passar: os dirigentes

dos órgãos corporativos não podiam adoptar atitudes subversivas, pertencer a entidades políticas proibidas, manifestar publicamente opiniões contra o Estado Novo ou contra a guerra colonial. Ora, o escrutínio feito pela PIDE, sobre os dirigentes eleitos da Ordem, não sendo favorável, impedia o ministro das homologações requeridas. Evidentemente a PIDE seguia atentamente as actividades que se desenvolviam na Ordem, como bem retrata o relatório que se transcreve¹⁰¹:

Relatório Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Delegação do Porto, de 10 de Dezembro de 1966¹⁰²

Relatório Semanal – relativo ao período entre 4 e 10 de Dezembro de 1966.

I. Na cidade do Porto c) Conferência pelo Dr. Augusto da Costa Dias Teve características idênticas a conferência proferida, no passado dia 7, na Ordem dos Engenheiros do Porto, pelo dr. Augusto da Costa Dias – outro irredutível inimigo das Instituições políticas vigentes – por iniciativa da Cooperativa “UNICEPE”. O conferencista subordinou o seu trabalho ao tema “O Iluminismo romântico” e conseguiu interessar um número relativamente elevado de pessoas – mais de 200 – na sua maioria estudantes, além de alguns conhecidos elementos oposicionistas, como os drs. Óscar Lopes (que abriu a sessão) e Armando Bacelar, o Arq. Arménio Losa e a esposa Ilse Losa, etc. Embora, como na conferência anteriormente relatada, não se tivesse assistido a uma crítica frontal do Regime, a verdade é que essa intenção estava bem patente nos comentários e citações extraídas de obras literárias de vários autores, incluindo Almeida Garrett, que o conferencista afirmou já ter sido apelidado de “Karl Marx português”, por atacar as instituições envelhecidas do seu tempo. Estas alusões de duplice sentido acabam fatalmente por ter a interpretação que, por certo, se pretende, e não deixarão de exercer a sua nefasta influência na formação política de quem assiste a tais conferências, sobretudo tratando-se das camadas jovens, que, além de mais vulneráveis, comparecem sempre em grande número.

Apesar de todos estes percalços, houve ainda tempo para comemorar os 30 anos de existência da Ordem que se perfizeram a 24 de Novembro de 1966. O Conselho Geral assumiu a organização de uma sessão solene, que se realizou em 16 de Dezembro e para a qual foram convidadas algumas altas entidades ligadas à engenharia e à vida da Ordem¹⁰³. A celebração foi presidida pelo Bastonário e estiveram presentes os engenheiros Eduardo de Arantes e Oliveira e Luís Rebelo Pinto e o dr. Rui



José Mercier Marques assina, a 12 de Janeiro de 1968, o auto da sua recondução como bastonário da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0179/0120AT
"Imagem cedida pelo ANTT".

Autor: não identificado.

Patrício, respectivamente ministro das Obras Públicas, subsecretário de Estado das Obras Públicas e subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, entre outras individualidades¹⁰⁴. Na cerimónia usaram da palavra apenas três oradores: o Bastonário, que saudou os presentes e pôs em relevo o significado da comemoração, o prof. engenheiro Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque, secretário do Conselho Geral, que proferiu uma conferência sobre *A Origem da Profissão de Engenheiro em Portugal*, e no encerramento, o ministro das Obras Públicas, que felicitou a Ordem pelas actividades desenvolvidas e formulou os melhores votos pelo seu progresso¹⁰⁵.

Este foi o grande acto com que a Direcção presidida pelo engenheiro José Mercier Marques encerrou o seu primeiro mandato.

Corpos directivos eleitos em Junho de 1967

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Mamede Mendes de Sousa Fialho
Vice-Presidente	Bento José Viegas Louro
Secretário	Adriano Augusto Caulino de Matos
Secretário	José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso

Conselho Geral

Presidente/Bastonário da Ordem José Mercier Marques

REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES NO CONSELHO GERAL:

Civil	Luís Adriano Pinto dos Santos
Electrotécnica	António José Carneiro Quadros Flores
Mecânica	António Landerset Cadima
Mínas	António Cláudio dos Reis
Químico-Industrial	Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho – Vice-presidente
Naval	Vasco Taborda Ferreira (não chega a tomar posse por ter falecido e é substituído por Rogério Silva d'Oliveira)
Geográfica	Álvaro Santos Silva – Tesoureiro
Agronómica	Manuel Pacheco de Azevedo
Silvícola	António Maria Gravato – Secretário

Representantes dos Conselhos Regionais

Lisboa	Alfredo Borges de Magalhães Ramalho João Avelino da Rocha Cunha Serra (1969)
Porto	Franklin Guerra Pereira
Coimbra	Armando Rodrigues de Carvalho

Comissão Executiva do Conselho Geral

Presidente/Bastonário da Ordem	José Mercier Marques
Vice-Presidente	Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho
Tesoureiro	Álvaro Santos Silva
Secretário	António Maria Gravato

REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:

Civil	Luís Adriano Pinto dos Santos
Electrotécnica	António José Carneiro Quadros Flores
Mecânica	António Landerset Cadima
Minas	António Cláudio dos Reis
Químico-Industrial	Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho
Naval	Rogério Silva d'Oliveira
Geográfica	Álvaro Santos Silva
Agronómica	Manuel Pacheco de Azevedo
Silvícola	António Maria Gravato

Os membros eleitos na Assembleia Geral de 30 de Junho de 1967¹⁰⁶ só tomaram posse no dia 12 de Janeiro do ano de 1968, reflectindo a demora verificada na *homologação dos resultados das eleições*, conforme acima explicado¹⁰⁷.

O ano de 1970 voltou a ser um tanto confuso do ponto de vista organizacional. A Assembleia Geral ordinária, electiva, tornou a ser tardia, só se realizando a 30 de Junho, pelo que os novos corpos gerentes da Ordem, presididos pelo engenheiro Pedro Moura Brás Arsénio Nunes, só puderam tomar posse a 16 de Julho. No entanto, deve assinalar-se que, finalmente, ainda no quadro da abertura propiciada por Marcelo Caetano, deixou de ser necessário aguardar a homologação dos eleitos¹⁰⁸.

Entretanto, em Janeiro, a Ordem era sacudida por um acontecimento absolutamente inédito: a entrega ao Presidente da Assembleia Regional de Lisboa de um abaixo-assinado, subscrito por dezenas de engenheiros

membros da Ordem, requerendo a realização de uma Assembleia Geral extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos: pedido de libertação do colega Fernando Augusto Blanqui Teixeira, condenado por motivos políticos, detido há mais de sete anos e meio¹⁰⁹.

A Assembleia Regional, requerida nos termos estatutários, veio a ter lugar a 26 de Fevereiro de 1970, e aprovou por unanimidade uma moção onde se pedia a libertação de Blanqui Teixeira¹¹⁰. Num tom preocupado, o Bastonário Mercier Marques, por ofício de 10 de Março, anunciava ao ministro da Justiça, Mário de Almeida Costa, a realização da reunião e os seus resultados, salientando que nela tinham estado *numerosos engenheiros em ambiente de absoluta serenidade e inspirada por sentimento de solidariedade humana e de Classe perfeitamente respeitáveis e dignos de louvor*, pelo que, prosseguia, *é na plena consciência do cumprimento de um dever que venho muito respeitosamente solicitar a Vossa Excelência se digne dar o seu valioso apoio à concessão de liberdade ao Eng. Fernando Blanqui Teixeira*¹¹¹.

Note-se, a propósito, que Mercier Marques tinha passado a incluir no relatório do Conselho Geral um ponto referente aos *Membros da Ordem atingidos por penas judiciais por motivos políticos*¹¹² e a descrição das *diversas diligências [...]. Por dever de humanidade e de camaradagem se intercedeu não só no sentido de conseguir a libertação de alguns engenheiros que se encontravam detidos a cumprir pena maior, como, ainda no de se modificar a interpretação que é dada ao artigo 8.1 do Estatuto, segundo o qual os engenheiros abrangidos por aquela pena ficam inibidos de se inscrever na Ordem, e se dela já fizeram parte com a inscrição cancelada. Aquelas diligências foram bem compreendidas e acolhidas aguardando-se decisão*¹¹³.

Retomando o caso de Blanqui Teixeira. Seguiram-se vários documentos da PIDE/DGS relatando factos relacionados com as recentemente realizadas eleições da Direcção da AEIST, com a prisão do engenheiro Blanqui Teixeira e com o teor das reuniões realizadas pelo Conselho Geral onde o assunto foi tratado, designadamente uma informação da PIDE-DGS ao Presidente do Conselho com data de 6 de Maio de 1970¹¹⁴, um ofício da mesma polícia política com a data de 31 de Julho, dirigido ao Director Geral de Segurança constando de duas fotocópias da Acta da Reunião do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros, de 30 de Junho último, na qual se referia ao *conhecido dirigente do “partido comunista*

português” actualmente a cumprir pena maior Fernando Blanqui Teixeira. A transcrição da acta assinalava evidentemente as presenças, que incluíam o secretário-geral da Ordem (só não esteve presente, por motivos justificados, um elemento do Conselho Geral). *Embora o Presidente do Conselho tenha manifestado o seu interesse pela situação [...] Considerou-se oportuno ter nova troca de impressões com o Inspector Barbière da DGS para o que os Engs. Cunha Serra e Fernando Pessoa se prontificaram.* Todas estas matérias foram, note-se, relatadas numa nota publicada no *Boletim, dando conhecimento à Classe da diligência feita pelo Bastonário junto do Presidente do Conselho*¹¹⁵. Tal como se deu conta das reuniões que ocorreram com Marcelo Caetano, e as realizadas com os ministros do Interior, António Gonçalves Rapazote, da Justiça, Mário de Almeida Costa e das Corporações, Baltazar Rebelo de Sousa, com os quais se trataram assuntos relacionados com os engenheiros que por razões políticas, muitas vezes pelo chamado delito de opinião, incorreram em pena maior¹¹⁶.

Entretanto, os engenheiros viram resolvida uma velha aspiração: a publicação do decreto-lei n.º 166/70, referente às obras sujeitas a licenciamento municipal, que vinha dar satisfação a pretensões já antigas, da Ordem, de responsabilizar integralmente os autores dos projectos pelos trabalhos apresentados¹¹⁷.

A Ordem crescera de facto sob os mandatos de Mercier Marques, também em associados¹¹⁸, atingindo 6333 membros na actividade em 1970.

Membros da Ordem dos Engenheiros durante o período em que Mercier Marques foi Bastonário

Membros efectivos – 1964-1970

	NA ACTIVIDADE	SUSPENSOS	ISENTOS	TOTAIS
1964	5914	1130	20	7064
1965	5873	1298	24	7195
1966	5999	1309	27	7335
1967	6078	1368	26	7472
1968	6232	1378	25	7635
1969	6185	1527	25	7737
1970	6333	1527	20	7880

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral, 1964-1970.*

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1964-1970

ESPECIALIDADES	1964		1965		1966		1967		1968		1969		1970	
		%		%		%		%		%		%		%
Engenharia Civil	2282	38,6	2240	38,1	2296	38,3	2332	38,4	2411	38,7	2432	39,3	2524	39,9
Engenharia Electrotécnica	1168	19,7	1171	19,9	1182	19,7	1226	20,2	1269	20,4	1274	20,6	1311	20,7
Engenharia Mecânica	581	9,8	593	10,1	617	10,3	623	10,3	646	10,4	668	10,8	705	11,1
Engenharia de Minas	181	3,1	180	3,1	179	3,0	169	2,8	174	2,8	166	2,7	169	2,7
Engenharia Químico-Industrial	433	7,3	453	7,7	473	7,9	494	8,1	507	8,1	502	8,1	510	8,1
Engenharia Naval	22	0,4	21	0,4	21	0,4	22	0,4	21	0,3	20	0,3	19	0,3
Engenharia Geográfica	202	3,4	183	3,1	182	3,0	184	3,0	184	3,0	159	2,6	167	2,6
Engenharia Agronómica	855	14,5	849	14,5	861	14,4	843	13,9	835	13,4	793	12,8	761	12,0
Engenharia Silvícola	190	3,2	183	3,1	188	3,1	185	3,0	185	3,0	171	2,8	167	2,6
Totais	5914	100,0	5873	100,0	5999	100,0	6078	100,0	6232	100,0	6185	100,0	6333	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral*, 1964-1970.

Os mandatos de Mercier Marques mantiveram-se sob o mesmo signo da carência de fundos, questão a que, como não poderia deixar de ser, foi atribuída grande importância e prioridade. Analisada a situação, contadas receitas e responsabilidades, também esta Direcção verificou que a solução era, como sempre, depois de mais ou menos acasas polémicas, aumentar as quotizações. Foi o que aconteceu mais uma vez em 1966¹¹⁹.

A par dessa realidade ganhava crescente importância a quantidade de engenheiros que se encontravam em situação irregular, não pagando cotas. Existiam várias situações distintas: as dos engenheiros inscritos que se recusavam a pagar as cotas, *apesar de, para tal instados por várias formas*¹²⁰, os que afirmavam que não pagavam cotas por uma questão de princípio, sem avançar qualquer outra razão¹²¹ e os que sendo funcionários públicos, e afirmando não exercer profissão liberal, se consideravam *abrangidos pelo artigo 9.º do Estatuto e portanto desobrigados de manter a sua inscrição efectiva*¹²².

Foi então *resolvido aplicar, sob propostas dos Conselhos Regionais, o disposto no artigo 88.º a todos os engenheiros que, decorrido o prazo fixado de 6 meses após as comunicações respectivas enviadas de acordo com a orientação fixada pelo Conselho Geral, não liquidaram os seus débitos*¹²³. Em consequência, até 31 de Dezembro, foram suspensas as inscrições a 103 membros da Secção Regional de Lisboa e a 26 da Secção

Regional de Coimbra; todos estes engenheiros foram prevenidos de que ficavam impedidos de exercer a sua actividade profissional.

Mesmo que só indirectamente relacionada com toda esta questão podia estar uma outra, era essa a convicção do Conselho Geral, como seriam *os fracos vencimentos e remunerações auferidos, incompatíveis com o nível de vida que imperioso se torna que os engenheiros mantenham para prestígio da profissão e da Classe que representam*¹²⁴. A tudo isto se juntava a situação dos que trabalhavam nas câmaras municipais, que seria ainda mais desesperante porque os seus vencimentos eram inferiores aos da função pública. Daí os esforços feitos pelo Bastonário, Mercier Marques, o sentido de instar o Governo a rever *os vencimentos dos engenheiros funcionários públicos e dos corpos administrativos*¹²⁵. O assunto acabou por ser resolvido, embora provisoriamente, através da publicação de vária legislação proveniente da Comissão da Reforma Administrativa, e designadamente do decreto-lei 49 410 de 24 de Novembro 1969¹²⁶, ficando ainda por resolver outras matérias, designadamente a decisão ministerial que pusesse definitivamente termo à questão da obrigatoriedade ou não da inscrição na Ordem dos engenheiros funcionários públicos e dos corpos administrativos. A resolução acabou por chegar sob a forma de despacho ficando então esclarecido que era *condição necessária da inscrição obrigatória na Ordem dos Engenheiros o livre exercício da profissão de engenheiro* e que era *obrigatória a inscrição dos engenheiros providos em funções públicas compatíveis com o livre exercício da profissão, quando a exerçam*¹²⁷.

Uma questão de contornos semelhantes à que se acabou de tratar era a dos engenheiros não inscritos e que se encontravam a exercer efectivamente a profissão. Não se tratava apenas de recém-licenciados a quem o Conselho concedia, a título excepcional, o prazo de um ano para regularizarem a sua situação perante a Ordem. A gravidade deste problema residia no facto de existir um número elevado de engenheiros que se encontravam à margem da lei e assim *se colocavam sob a alçada do Código Penal*¹²⁸.

Acrescia a existência de um outro aspecto delicado, resultante do facto de haver em Portugal um elevado número de indivíduos munidos

de diplomas de cursos tirados em escolas estrangeiras, que conferiam títulos de engenheiro, duas situações podendo então ocorrer: ou a escola era considerada de nível universitário e, de acordo com o decreto n.º 33 231, o possuidor do diploma teria de fazer um exame final para se poder inscrever na Ordem, ou a escola não era de nível superior e então, a quem se encontrasse nestas circunstâncias ficava vedada a inscrição na Ordem, não podendo usar o título de engenheiro e praticar actos profissionais que só estes podiam praticar. Em jeito de conclusão o Conselho considerava que não poderia *deixar de fazer cumprir, ainda neste caso, o disposto na lei, se bem que, para os primeiros, em face do trabalho realizado na FEANI se esteja convencido de que, mercê da adopção do Registo Europeu das Profissões Técnicas Superiores, se virá no futuro a encontrar solução através de modificação do estabelecido na lei actual*¹²⁹.

A questão continuou a ser tratada nos anos seguintes, uma vez que se continuava a verificar um número bastante grande de engenheiros que, embora possuindo a carta de curso, não se inscreviam na Ordem como era exigido pelos estatutos¹³⁰. Só em 1970, avaliando pela apreciação do Conselho, é que se começou a *registar uma sensível melhoria nesse campo*¹³¹.

Outra frente em que a Ordem se encontrava empenhada desde a sua origem era a extensão da sua jurisdição às Colónias e, posteriormente, segundo a nova classificação, ao Ultramar. Invariavelmente todas as direcções faziam os maiores esforços no sentido de conseguir realizar essa aspiração. As fórmulas eram sempre as mesmas representações ao Governo, reuniões com ministros, intensas trocas de correspondência. Mercier Marques, como Bastonário, entrou decidido a também nesta matéria chegar a uma solução que tivesse em conta os vários interesses em presença.

Em 1964, a Ordem, no quadro do Espaço Económico Português, já tinha conseguido resolver uma das dificuldades: *a da transferência das importâncias referentes às quotizações dos membros que [...] desejam permanecer ligados à Ordem para, além do mais, continuarem a receber o Boletim, cientes embora de não poder a Ordem intervir oficialmente em qualquer problema relacionado com a sua actividade profissional*

*nas províncias ultramarinas*¹³². Nesse mesmo ano e no seguinte, Mercier Marques insistiu várias vezes junto do ministro do Ultramar, procurando *uma solução para o assunto*¹³³, salientando que não se tratava apenas de um problema da Ordem mas de *corresponder ao desejo manifestado por muitos engenheiros domiciliados no Ultramar*¹³⁴. Por fim, embora ainda não fosse a esperada decisão, o ministro do Ultramar *mandou elaborar o projecto de diploma* destinado a tornar *extensiva ao Ultramar a Jurisdição da OE*¹³⁵, a que se seguiu, em 1966, a criação no Ministério do Ultramar de *uma comissão formada pelo Bastonário, por um representante desse Ministério e por um do Ministério das Corporações e Previdência Social*¹³⁶.

Realizou-se então uma Assembleia Geral extraordinária, a 2 de Setembro de 1966, expressamente convocada para discutir as *“Alterações a introduzir no Estatuto, com vista à extensão da Ordem ao Ultramar”*¹³⁷.

Com tudo a processar-se com uma enorme lentidão, foi preciso esperar por 1968. Finalmente, o decreto-lei n.º 48 505, de 28 de Junho¹³⁸, tornava extensiva a actividade da Ordem ao Ultramar prevendo-se, desde logo, *a criação das Secções Regionais de Luanda e Lourenço Marques, facto com o qual o Conselho Geral muito se congratulou, pois veio satisfazer uma velha aspiração da Classe*¹³⁹. Para a Ordem era o começo de uma nova aventura que se traduzia num inusitado acréscimo de trabalho. O secretário-geral, engenheiro Fernando Brillhante Pessoa, seguindo instruções do Conselho, começou de imediato a preparar uma deslocação a Luanda e a Lourenço Marques com vista a acelerar a abertura das duas novas delegações regionais, designadamente constituindo as respectivas e imprescindíveis comissões instaladoras¹⁴⁰.

A questão dos engenheiros estrangeiros era agora uma rotina entregue à “Comissão para apreciação de actividades de estrangeiros”. Ao fim de anos de luta que se inscrevera primeiro num quadro de nacionalismo, agora bastante desactualizado, depois num contexto de forte desemprego de engenheiros portugueses, a Ordem parecia conformada com o lugar a que os serviços do Ministério das Corporações a tinham remetido¹⁴¹. Em qualquer caso o Conselho resolveu solicitar à Comissão *o estudo das bases de uma possível modificação da legislação vigente* [a lei n.º 1991,

cujo teor a Ordem sempre contestara] e ainda que se pronunciasse sobre a forma de apreciação dos diversos cursos de engenharia, tendo sempre em vista a obediência ao critério de qualificação seguido na Comissão de Registo da FEANI¹⁴². A Comissão, que foi trabalhando sem grande entusiasmo, acabou por ser remodelada em 1970, tendo-lhe sido encomendado um *Regulamento fixando os direitos e obrigações especiais dos engenheiros estrangeiros, e bem assim das empresas que solicitam as autorizações de trabalho, e que deverão comunicar a aceitação das condições impostas*¹⁴³.

Quando do acidente de 28 de Maio de 1963, em que ocorreu a derrocada da cobertura da estação do Cais do Sodré, o ministro das Obras Públicas fez um pedido de parecer feito à Ordem “sobre intervenção dos autores dos projectos na execução das obras”. Tal pedido acelerou e tornou indispensável constituir o Conselho Superior Disciplinar, o qual, de acordo com o Estatuto, seria formado por um magistrado designado pelo Conselho Corporativo, que presidia, e por seis membros da Ordem¹⁴⁴. Como o presidente já havia tempo tinha sido designado nos termos legais, havia que eleger os membros da Ordem. No final dos procedimentos e em primeira versão o Conselho ficou presidido pelo Dr. António Maria de Mendonça Lino Neto, tendo como vogais os engenheiros Pedro Moura Brás Arsénio Nunes, João Pais de Aguiar, Sidónio Martins Geadá, João Farrajota Rocheta, Joaquim Simões Pereira, Álvaro Baltasar Moreira da Fonseca.

Este processo do acidente do Cais do Sodré, na prática, polarizou a atenção e monopolizou a actuação do Conselho Disciplinar durante os dois mandatos do engenheiro Mercier Marques. Tratava-se de um processo de grande complexidade que envolvia vários engenheiros, um dos quais tinha sido dirigente da Ordem e uma multiplicidade de instituições públicas e privadas.

Entretanto o Conselho Superior Disciplinar, que continuava a proceder à instrução dos processos e a apreciar os recursos apresentados pelos arguidos e pelo próprio Bastonário, sofreu alguns ajustamentos: o presidente Lino Neto nomeado desembargador do Tribunal da Relação



Fachada principal da estação de caminhos-de-ferro do Cais do Sodré.
 Fonte: Posse do Director-geral do Ensino Técnico. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0013/0519D
 "Imagem cedida pelo ANTT".
 Autor: não identificado.

foi substituído pelo juiz Dr. Alberto Leite Ferreira que tomou posse no dia 8 de Agosto de 1967 e, para preencher uma vaga existente por morte de um dos elementos iniciais, foi indicado o engenheiro Mário Amaro Salgueiro dos Santos Gallo¹⁴⁵. Aliás, o Bastonário discordando do acórdão do Conselho Disciplinar Regional de Lisboa proferido em 31 de Outubro de 1966, que envolvia um antigo dirigente da Ordem, resolveu ao abrigo dos direitos consignados nos estatutos, em 1968, recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo¹⁴⁶.

Explicita-se, por fim, que o novo Conselho Superior Disciplinar, presidido pelo Dr. Alberto Leite Ferreira, foi eleito em reunião do Conselho Geral de 3 de Dezembro de 1968¹⁴⁷ e tomou posse em 14 de Janeiro de 1969¹⁴⁸, ficando com a seguinte constituição:

Secção Regional de Lisboa	Jorge da Costa André Júnior (mecânico) Joaquim de Sousa Birne (minas) Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça (agrónomo)
Secção Regional do Porto	Armando de Araújo Martins Campos e Matos (civil) João Manuel da Costa (silvicultor)
Secção Regional de Coimbra	Inácio Nunes Ferreira (electrotécnico)

Outra questão que se arrastava era a do regulamento da profissão de engenheiro: como é sabido e ficou atrás escrito, em 1960, quase quinze

anos após a aprovação dos primeiros estatutos, o Conselho manifestava a intenção de constituir uma comissão que seria encarregada de reunir os elementos existentes, recolher sugestões e preparar, definitivamente, um projecto de regulamento. No mandato da Direcção seguinte, a denominada *Comissão de Estudo do Regulamento da Profissão* acabou por ser proposta, em 1964, pelo Conselho Regional de Lisboa tendo ficado constituída pelos seguintes membros, pertencentes às três Secções Regionais: Fernando Maria Alberto do Perpétuo Socorro Manzanares Abecassis, Francisco Xavier Marques Maia, Luís Manuel Pessanha Pereira da Fonseca, Luís Gonçalves Paulino, António Maria Soares Couto Rosado, Henrique Godinho¹⁴⁹.

Em 1968 chegou a ser apresentada a discussão uma primeira versão do Regulamento¹⁵⁰, mas foi tal a dimensão e a profundidade das críticas, que, passados 33 anos depois de iniciados os trabalhos, a única conclusão lógica possível era a de começar tudo de novo, significando que até ao final do mandato de Mercier Marques já nada mais, a não ser apreciações parcelares, se adiantou nesse domínio¹⁵¹.

No entusiasmo do início do mandato, que, como em relação a outras matérias, se foi esfumando à medida que se tropeçava nas dificuldades reais e virtuais da cada vez mais artificialmente conservada organização corporativa, a direcção de Mercier Marques começou, logo em 1964, a trabalhar na revisão do Estatuto da Ordem. Desta feita, a iniciativa partiu das duas grandes secções regionais, do Porto e a de Lisboa, onde vários engenheiros, insatisfeitos com a solução estatutária encontrada em 1956, estavam a elaborar *as bases de um novo Estatuto. Tinham chegado mesmo a versões provisórias de textos que o Conselho Geral se preparava para divulgar em separata a distribuir aos membros da Ordem, para possibilitar uma auscultação da sua opinião sobre matéria de tão magno interesse*¹⁵².

A divulgação dessas propostas veio a ocorrer em 1965: em Julho, o Conselho Geral apresentou à consideração de todos os membros da Ordem dois trabalhos elaborados pelas Secções Regionais de Lisboa e Porto acerca da revisão do Estatuto. No desejo de reunir todas as colaborações tendentes a permitir a redacção final de uma proposta merecedora de aceitação generalizada da Classe, solicitava-se de todos os Colegas o

exame atento dos referidos documentos e a comunicação ao Conselho Geral das opiniões ou sugestões que entendessem fazer sobre o assunto tendo-se fixado a data de 15 de Outubro próximo para a recepção das mesmas¹⁵³, de forma a habilitar o Conselho Geral a decidir sobre o futuro encaminhamento a dar à questão¹⁵⁴.

Aparentemente, a decisão foi não avançar com nenhuma proposta pois o problema só voltou a ser retomado em 1970, na fase final do mandato do engenheiro Mercier Marques, numa Assembleia Geral realizada a 30 de Junho, onde ficou decidido que o *Conselho Geral devia preparar uma exposição com vista à modificação dos números 1 dos arts.º 7.º e 8.º do Estatuto*. Dado o melindre das questões envolvidas, sobretudo depois do amplo debate que sobre a matéria se desenrolou em reuniões sucessivas, promovidas na sede da Ordem durante o ano de 1970 pela Secção Regional de Lisboa¹⁵⁵ e a que a comunicação social deu bastante relevo¹⁵⁶, o Relatório referia que *seria preferível isolar alguns problemas focados [...] [tendo preparado] para entrega, no início de 1971, a Sua Excelência o ministro das Corporações e Previdência Social, uma proposta formal de alteração dos art.ºs 7.1 e 8.1 do Estatuto no que se refere aos efeitos das condenações por actividades políticas*¹⁵⁷.

Numa outra vertente, a revisão dos estatutos prendia-se com o carácter mais ou menos sindical da Ordem e a estrutura territorial da organização. Sobre estes temas também se desencadearam, neste ano de 1970, os mais acesos debates. Episódio típico de um novo problema que surgia em todo o mundo desenvolvido, o do sindicalismo dos quadros. Tratava-se de discutir um assunto melindroso no contexto português onde as cada vez mais acentuadas crispações do Regime se davam mal com a introdução e a discussão deste tipo de novas problemáticas: quem tinha poderes de intervenção na negociação de contratos colectivos de trabalho que envolvessem engenheiros?¹⁵⁸ Como resolver a questão de engenheiros que eram patrões de outros engenheiros? Criando um grémio patronal para os primeiros e reforçando o carácter sindical da Ordem? Concretamente neste debate, realizado a 8 de Junho de 1970, intervieram os drs. Carlos Fernandes de Almeida (sociólogo), António Galhordas (médico), Andrade Soares e Marcelo Curto (advogado)¹⁵⁹.

* * *

Nos primeiros anos dos mandatos do engenheiro Mercier Marques não se alterou significativamente a situação de quase paralisia em que se encontrava desde o início a Caixa de Previdência dos Engenheiros¹⁶⁰. Em 1965, perante a manutenção do impasse, que a publicação de novos textos legislativos veio agravar, o Conselho Geral resolveu nomear como seu representante junto da Comissão Organizadora da Caixa de Previdência o engenheiro Fernando Aquiles Lopes Madeira, membro daquela Comissão e representante do Conselho Regional do Porto no Conselho Geral, para conseguir uma melhor articulação entre as duas instituições¹⁶¹.

Logo a seguir, assegurada a colaboração dos serviços da Direcção-Geral de Previdência, foi preparado um questionário, remetido a todos os membros da Ordem no princípio do ano de 1967. Os resultados do inquérito só puderam ser apurados em 1968 mas, de qualquer forma, trouxeram informações muito relevantes para o prosseguimento do processo: pelo menos ficaram a conhecer-se a natureza do universo e o que esperavam os engenheiros da sua Caixa de Previdência. Na realidade a resolução da questão só avançou quando por despacho do ministro das Corporações e Previdência Social foi constituída uma Comissão para se ocupar dos problemas relacionados com a conversão da Caixa de Previdência, *para a qual o Conselho Geral indicou o eng. João Cunha Serra, Presidente do Conselho Regional de Lisboa, e seu representante no Conselho Geral*¹⁶². Esta Comissão, denominada de Estudo da Eventual Conversão da Caixa de Previdência dos Engenheiros, ficou constituída por um representante do Ministério das Corporações e Previdência Social, por um representante da Comissão Organizadora da Caixa de Previdência e pelo engenheiro João Avelino da Rocha Cunha Serra, delegado do Conselho Geral, *e foi nomeada por despacho ministerial de 9 de Dezembro de 1969*¹⁶³. Em 1970, dando mostras de maior dinamismo, a Comissão concluiu a primeira redacção completa do estatuto da nova Caixa.¹⁶⁴

Já no início deste texto ficou referido que a presidência do engenheiro Mercier Marques se empenhou fortemente no reforço das actividades culturais da Ordem. Tal facto é desde logo verificável para o ano de 1964: *o ano foi francamente animador nesta matéria, tendo sido realizados numerosos colóquios, conferências, sessões de cinema e visitas de estudo*¹⁶⁵.

De entre todas estas actividades merece uma referência à parte o Ciclo de Conferências organizado pelo Conselho Cultural da Especialidade de Engenharia Agronómica da Secção Regional de Lisboa, sobre o Plano de Rega do Alentejo, que pôde contar como conferencistas com o engenheiro Luís Le Cocq de Albuquerque de Azevedo Coutinho, secretário de Estado da Agricultura, e o engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa, subsecretário de Estado das Obras Públicas¹⁶⁶.

Com algumas oscilações, as actividades culturais da Ordem e das suas secções regionais foram mantendo ao longo dos anos um nível elevado de realização. Aliás, a Ordem, atenta à evolução e às transformações por que estavam a passar as modernas concepções de desenvolvimento económico, estando em plena preparação do III Plano de Fomento, que assumiriam os problemas nacionais da economia e das assimetrias regionais, introduz nos seus programas de trabalho a nova temática do desenvolvimento regional, matéria até então quase exclusivamente estudada pelos economistas¹⁶⁷. E fá-lo de forma consistente. Depois de historiar sinteticamente como internacionalmente a questão vinha a ser tratada em esclarecedora carta circular enviada a todos os membros, a Secção Regional de Lisboa organizou visitas de estudo às tentativas precursoras de desenvolvimento regional feitas em Portugal em torno do Plano de Rega do Alentejo e, em Espanha¹⁶⁸, ao perímetro abrangido pelo Plano de Badajoz, mais ambicioso e que incluía além de barragens, obras de rega e perímetros irrigados, novos aldeamentos e vários aspectos da industrialização regional¹⁶⁹.

Ainda no quadro do interesse demonstrado pelos engenheiros pela preparação do IV Plano de Fomento – unificação do mercado interno e mobilidade de pessoas e mercadorias –, refira-se a organização de um Ciclo de Palestras sobre caminhos-de-ferro, promovido pela CP em colaboração com a Ordem¹⁷⁰, anunciado na circular dirigida pelos presidentes dos conselhos culturais das especialidades de Engenharia Electrotécnica e de Engenharia Mecânica, Alberto Teodoro Ferreira Pinto Basto e Alfredo Borges de Magalhães Ramalho de 13 de Outubro de 1967¹⁷¹. Refira-se



Manuel Rafael Amaro Costa, Subsecretário das Obras Públicas, profere uma conferência na Ordem dos Engenheiros sobre O Plano de Rega do Alentejo. Eduardo Arantes e Oliveira, ministro das Obras Públicas, presidiu à sessão.

Fonte: Empresa Pública Jornal "O Século"
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0155/0418AP

"Imagem cedida pelo ANTT"

Autor: não identificado.

que a iniciativa incluía a exibição de filmes e, como complemento, a visita a algumas instalações ferroviárias. No seu conjunto, os assuntos abordados concentravam-se em torno de três temáticas fundamentais: a situação actual dos caminhos-de-ferro em Portugal, as exigências colocadas aos caminhos-de-ferro pelo desenvolvimento económico nacional e as empresas nacionais ligadas aos caminhos-de-ferro.

As publicações da Ordem constituíram sempre algo de contraditório no seio da associação: consideradas consensualmente imprescindíveis, *uma vez que é nelas que se espelha toda a sua actividade e é através delas que a Ordem é vista e apreciada pelo mundo técnico-científico*¹⁷², nem por isso deixavam de ser fontes de grandes polémicas, nomeadamente no que respeitava aos formatos e conteúdos. Estes mandatos de Mercier Marques tentaram, desde os primeiros meses, retirar o tema do conjunto das polémicas que desgastavam a Ordem. Neste sentido, as primeiras medidas tomadas foram as de, no fim do contrato, rescindir com a empresa que editava o *Boletim*, a partir do n.º 5 de 1964, conseguindo assim *uma certa economia, tornada necessária pelo facto de a despesa com o Boletim estar há muito a exceder consideravelmente as verbas orçamentais*¹⁷³, e, logo a seguir, *dar uma nova estrutura orgânica a toda a Secção de Publicações*, tendo o Conselho Geral solicitado aos Conselhos Regionais a constituição de comissões permanentes, *denominadas Comissões de Publicações, destinadas sobretudo a manter uma crítica vigilante e construtiva sobre o Boletim*¹⁷⁴. Foi também reconhecida a vantagem de modificar o aspecto gráfico da capa do *Boletim* tendo para tal, por edital de 27 de Julho de 1964, sido aberto concurso entre os membros da Ordem. Os 45 trabalhos apresentados estiveram expostos na sede de 2 a 11 de Dezembro, data em que o Conselho escolheu a maquete proposta pelo engenheiro Horácio Fernandes Morgado. A nova capa foi adoptada a partir do n.º 1 do vol. 10 do *Boletim*¹⁷⁵. Para além destas alterações foi ainda decidido, neste ano de 1964, criar o Conselho Consultivo da Secção de Publicações¹⁷⁶.

De todas estas medidas teriam resultado vantagens óbvias: a melhoria generalizada da qualidade dos textos publicados¹⁷⁷, a adopção de uma variante da contabilidade industrial afecta, exclusivamente, à Secção de Publicações; em pouco mais de dois anos foi possível inverter a tendência

**Boletim da
Ordem dos
Engenheiros**

**Número 1
Volume X
Janeiro-Fevereiro 1965
Publicação bimestral**

sumário

- 3 Editorial
5 Compras, abastecimentos, gestão de «stocks», armazenagem, normalização
por *A. M. do Ceu Simões e G. Gourod*
- ACTIVIDADE ASSOCIATIVA
- 10 *Conselho Geral*
10 *Secção Regional de Lisboa*
24 *Secção Regional do Porto*
32 *Secção Regional de Coimbra*
38 *Secretaria-Geral*
41 *Biblioteca*
- NOTICIÁRIO TÉCNICO
- 46 *A construção da Ponte sobre o Tejo e seus acessos*
50 *Arranque do aproveitamento hidroelétrico de Lomaaum*
53 *Congressos, jornadas, conferências e cursos*
54 *Noticidário diverso*
- 56 Normalização
59 Legislação
- MEMÓRIAS
- 61 *Características de mineralização hipogénica estano-volfrâmica portuguesa*
por *Décio Thaden*
- 83 *Alteração deutérica e prospecção dos jazigos estaníferos*
por *L. Aires-Barros*
- 97 *Influência do factor humano no dimensionamento das explorações filonianas*
portuguesas de cassiterite
por *Nuno Gonçalo Bachá de Almeida Ribeiro*
- 107 *A oficina de preparação de minérios das Minas de Monteseinho*
por *Alberto Correia*
- 115 *Notícia sobre os diagramas de tratamento do Laboratório de Preparação de*
Minérios do I. S. T.
por *José Quintino Rogado, Leopoldo Parreira Cortez e José Manuel Torres*
- 131 *Algumas considerações sobre a preparação de minérios de estanho em Portugal*
e sua possível evolução
por *Rolando José Cruz Moreira*
- 155 — *Apontamento sobre as perspectivas da indústria extractiva do estanho*
por *João de Brito*

Direcção, propriedade e edição da ORDEM DOS ENGENHEIROS •
Secção de Publicações: a cargo do Vice-Presidente do Conselho
Geral • Redactora-Chefe: Eng.ª Maria Celeste Santos Cardoso •
Redacção e Administração: Avenida António Augusto de Aguiar, 3-D,
Lisboa 1, telefones: 4 28 89 e 4 92 78 • Composição, impressão e
brochura: Ramos, Afonso & Melita, Lda., Rua de «A Voz do Operário»,
8, 10, 12, 14, 5, 5-A e 7-A, Lisboa 2

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MEMBROS
DA ORDEM DOS ENGENHEIROS**

Salvo menção especial, a reprodução total ou parcial dos artigos
publicados é livre, com a condição de ser citada a sua origem.
Except when otherwise stated, reprints from this periodical may
be made on condition that the full title, name of author, name
of publication and original issue references are duly given.
Os trabalhos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

ASSINATURAS (12 números):
150\$00 para Portugal, 200\$00 para o estrangeiro
PREÇO DE VENDA:
15\$00 para Portugal, 20\$00 para o estrangeiro

em termos de custos, de um saldo negativo de 135 contos verificado no conjunto do volume 9 do *Boletim*, para um superavit de 39 contos apurado para o n.º 4 do vol. 10; melhoria do aspecto gráfico do *Boletim*; maior coordenação das secções regionais que assim se sentiam mais envolvidas e responsabilizadas pela área das publicações¹⁷⁸.

De resto, e sem prejuízo de se continuarem a fornecer gratuitamente 100 separatas aos autores de memórias e de 50 aos de outros artigos, bem como a de lhes facultar a obtenção ao preço de custo das separatas a mais que desejassem¹⁷⁹, o Conselho Geral asseverava que era exequível melhorar o equilíbrio financeiro da Secção de Publicações através de edição em volumes autónomos, e venda no circuito comercial, dos trabalhos produzidos no âmbito dos ciclos de conferências, colóquios e simpósios que a Ordem ia regularmente organizando¹⁸⁰. Nos anos que se seguiram merece uma referência a mudança da periodicidade do *Boletim* que, por proposta do Conselho Consultivo da Secção Publicações e a anuência do Conselho Geral, passou a título experimental a publicar-se mensalmente¹⁸¹.

O CG de Mercier Marques também introduziu alterações no domínio Biblioteca da Sede, que em 1964 passou a ser constituída pelo acervo das bibliotecas do Conselho Geral e da Secção Regional de Lisboa, ficando esta Secção a suportar os encargos e a competir ao Conselho Regional a respectiva gestão¹⁸². Para não deixar completamente de fora as outras secções regionais, foi decidido criar uma Comissão da Biblioteca e do Arquivo Técnico, na qual estivessem representadas não só as diferentes especialidades da Secção Regional de Lisboa, mas também as Secções Regionais do Porto e de Coimbra¹⁸³.

A questão da Sede, e das queixas que a actual levantava, mantinha-se em agenda. Durante os tempos de crise a situação não tinha evoluído, mas, agora que se pretendia regularizar todos os assuntos que pudessem de alguma maneira contribuir para a melhoria das condições da Ordem, voltava a constituir uma preocupação. Entretanto, a situação agravara-se com a aprovação dos novos estatutos, por ter sido necessário acolher no mesmo edifício a Secção Regional de Lisboa. Entre longas e sinuosas conversações entre a Ordem e a CML, o problema não conheceu grandes alterações¹⁸⁴ até que, por sugestão da CML, se retomou a solução que

desde o tempo da AECP parecia a mais viável e que consistia *em erigir nova construção utilizando não só o terreno onde está implantado o edifício actual, mas também o que lhe fica adjacente, sobre a Avenida Dr. Sidónio Pais, o qual se encontra na posse da Câmara Municipal de Lisboa*¹⁸⁵. Na sequência desta proposta foi constituída uma Comissão da Nova Sede que se ocupou eficientemente de todas as questões envolvidas: em 1968 já existia um discutidíssimo anteprojecto que previa *a construção de dois edifícios, um sobre a Avenida António Augusto de Aguiar, ocupando o local onde está, de momento, a Sede da Ordem, e outro sobre a Av. Sidónio Pais em terreno da propriedade da Câmara Municipal de Lisboa*¹⁸⁶. No final do mandato do engenheiro Mercier Marques a questão parecia estar desbloqueada¹⁸⁷.

Noutros âmbitos, a Ordem continuava a preocupar-se com as várias reformas do ensino superior de Engenharia, no caso a que se estava a preparar nas Faculdades de Ciências em relação aos engenheiros geógrafos¹⁸⁸; prosseguia a sua actividade no que respeitava à discussão de temas de engenharia dando pareceres sobre diversos assuntos, em estreita colaboração com entidades oficiais, sobretudo com o LNEC; permanecia atenta às questões da defesa do título de engenheiro, especialmente quando em 1968 surgiram, na imprensa escrita, notícias de que no Ministério da Educação se estava a equacionar a possibilidade de rever o título dos diplomados pelos institutos industriais, modificando a designação de *agente técnico* para a de *engenheiro técnico*¹⁸⁹; assegurava as habituais representações dos engenheiros na orgânica corporativa, nomeadamente nas corporações que foram criadas: *da Indústria, da Pesca e Conservas, da Imprensa e Artes Gráficas, dos Transportes e Turismo*¹⁹⁰, e noutros organismos, como seja a Comissão Nacional de Distribuição de Água¹⁹¹.

Em termos gerais, foi este o panorama das representações da Ordem durante o período dos dois mandatos, exercidos como Bastonário, pelo engenheiro José Mercier Marques.

Representações da Ordem dos Engenheiros – 1964-1970

Câmara Corporativa		Bastonário
Corporação da Indústria	1968	José Mercier Marques
	1969	
	1970	António José Carneiro Quadros Flores
Corporação da Pesca e Conservas	1968	Rogério Silva de Oliveira
	1969	
	1970	
Corporação da Imprensa e Artes Gráficas	1968	Bento Maria de Meireles Leite de Castro
	1969	
	1970	
Corporação dos Transportes e Turismo	1968	Armando Rodrigues de Carvalho
	1969	
	1970	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Comissão Nacional de Distribuição de Água	1964	Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento
	1965	
	1966	
	1967	
Comissão de Inscrição e de Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas	1964	António Augusto de Figueiredo da Silva Martins
	1965	António Augusto de Figueiredo da Silva Martins (efectivo)
	1966	Manuel José de Carvalho Fernandes Vaz (substituto)
	1968	Manuel José de Carvalho Fernandes Vaz (efectivo)
	1969	Álvaro João Duarte Pinto Correia (suplente)
	1971	
Conselho de Normalização	1964	Fernando Vasco Costa (Civil)
		Brasílio Martins da Fonseca (Electrotécnica)
		Luciano Luís de Oliveira Faria (Mecânica)
		Aureliano Capelo Veloso (Químico-Industrial)
		Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça (Agronómica)
	1965	José dos Reis Gonçalves (Civil)
	1966	Franklin Guerra Pereira (Electrotécnica)
		Pedro Manuel da Costa Beça (Mecânica)
	1967	Raul Adelino Torcado Barroca (Químico-Industrial)
		Joaquim Pedro Pereira Amaro (Agronómica)
	1968	António Pais Gromicho (Civil)
	1969	José Manuel Nogueira de Azevedo Duarte (Electrotécnica)
	1970	Manuel José Marques de Almeida (Mecânica)
Marcelino Nunes da Costa (Químico-Industrial)		
	Tomás Tavares de Sousa (Agronómica)	

Comissão encarregada de elaborar um relatório em que se formulem sugestões e se apresentem conclusões quanto aos problemas da indústria de cerâmica referentes à qualidade dos seus produtos ligados à construção	1964 1965	Fernando Manuel de Moura Leal
Comissão <i>ad hoc</i> para funcionar junto do Grupo de Estudo e Avaliação de Projectos do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho	1966 1967 1968 1969 1970	António Manuel C. de Azevedo Gomes
Comissão para o Estudo de Revisão dos Regulamentos das Instalações Eléctricas (CORIEL)	1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970	Eduardo José da Costa Pereira
Comissão incumbida de proceder à revisão geral da legislação existente sobre Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas	1964 1965 1966	Francisco Xavier Marques Maia
Comissão encarregada do estudo final do projecto de diploma legal instituindo a Comissão de Inscrição e Classificação de Empreiteiros de Obras Públicas e de Industriais de Obras Particulares	1964 1965 1966 1967	António Augusto de Figueiredo da Silva Martins
Secção Aquícola do Conselho Técnico da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas	1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970	Francisco José da Silveira Saragoça
Comissão Permanente resultante do Congresso do Ensino de Engenharia	1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970	Efectivo – Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça Suplente – Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa
COPRAI – Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa	1964	Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa

No Grupo de Trabalho da COPRAI	1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970	Artur Augusto de Carvalho Alves Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa
Comissão Nacional ligada com o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOSMOS)	1965 1966 1967 1968 1969 1970	Francisco Caldeira Cabral
Comissão Inter-Ministerial de Planeamento e Integração Económica (grupos são extintos em 1969)		
Grupo n.º 3 (Indústrias Extractivas e Transformadoras)	1965 1966 1967 1968	Carlos Alberto de Lopes Vaz (efectivo) Jerónimo Sócrates Mendes da Costa (substituto) Alfredo Borges Magalhães Ramalho
Grupo n.º 4	1965 1966 1967 1968	Bento José Viegas Louro Gonçalo Rodrigues Sarmento
Comissão da OCDE que se ocupará dos problemas do ensino da Engenharia Química	1965 1966 1967 1968 1969	Luís de Almeida Alves
Convenção da União Sul-Americana das Associações de Engenheiros realizada no Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1964 e no 2.º Congresso de Engenharia Civil da Turquia (Ankara, 28 de Setembro de 1964)	1964	Júlio Ferry do Espírito Santo Borges
Na apreciação dos trabalhos elaborados pela Comissão de Especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sobre os assuntos indicados: Determinação do teor em óxido de magnésio no cimento Portland Câmaras de visita de redes de esgotos Análise química de bronze e latões Análises químicas de aços e ferros fundidos	1964 1965	Telmo Rodrigues Teixeira Alexandre Ribeiro Ferreira Chaves Aureliano Capelo Veloso Conselhos Culturais da Especialidade Eng Químicos-Industrial das Secções Regionais de Lisboa, Porto e Coimbra

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros* relativos aos anos 1964-1970.



Aspecto da reunião da FEANI realizada em Lisboa em 1965.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

No que se referia a representações internacionais, a Ordem mantinha, desde Março de 1954, a sua filiação na FEANI e, a partir de Junho de 1958, na EUSEC – The Conference of Engineering of Western Europe and the United States¹⁹².

Diversa documentação do Conselho, para todos estes anos, refere a forma activa como a Ordem, apesar das restrições político-administrativas existentes no País, foi mantendo uma estreita ligação com a FEANI e participou activamente nas suas reuniões, designadamente, através da produção de relatórios técnicos cuja elaboração lhe era solicitada. Essa presença assídua permitiu-lhe que, em Março de 1964, o Bastonário na sessão da Comissão de Direcção, realizada em Roma, tivesse oportunidade para apresentar o convite para se organizar em Lisboa a reunião de Maio de 1965, o que, veio a ser aceite¹⁹³.

O êxito da reunião de Lisboa¹⁹⁴ foi prolongado pela eleição do engenheiro Fernando Pessoa, secretário-geral da Ordem, para a vice-presidência da FEANI, facto que ocorreu na reunião de Estocolmo desse ano de 1965¹⁹⁵.

Foi também nesse ano que o ministro da Educação nomeou, por sugestão do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, o engenheiro Fernando Pessoa para participar numa reunião na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) relacionada com a migração de cientistas e engenheiros¹⁹⁶.

A Ordem fez-se também representar na Assembleia Constitutiva da FMOI – Federação Mundial de Organizações de Engenheiros, e esteve igualmente presente na sua primeira Assembleia Geral.

Ambas as reuniões se realizaram sob a égide da UNESCO, na sua sede em Paris, de 4 a 7 de Março de 1968, nelas estando presentes, em representação da Ordem, os engenheiros José Mercier Marques e Fernando Pessoa, respectivamente Bastonário e Secretário-Geral. Pretendeu-se com esta Federação criar um Organismo onde estivessem representados os engenheiros de todo o mundo, alargando assim o âmbito da EUSEC que englobava já, praticamente, todos os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América. Fariam parte como órgãos regionais da FMOI, três grandes federações de engenheiros: a FEANI – Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs, a UPADI – Union Panamericana de Asociaciones de Ingenieros e a CEC – The Commonwealth Engineering Conference.

A Ordem foi ainda convidada a participar na Second International Conference of Women Engineers Scientists que se realizou em Cambridge, através de uma sua representante, a engenheira Antera Valeriana de Seabra¹⁹⁷.

Na sequência desse encontro de Cambridge foi criado em Lisboa, por sugestão de um conjunto de engenheiras, um Grupo de Estudos para se ocupar de assuntos inerentes à mulher técnica e cientista. O Grupo foi constituído na sequência da reunião do Conselho Geral de 4 de Março de 1969, ficando a funcionar no âmbito da acção da Secção Regional de Lisboa. Para dar início aos trabalhos foi organizado um pequeno núcleo composto da seguinte forma: Presidente – Antera Valeriana de Seabra (químico-industrial), Maria Amélia Cândia Fragoso (agronómica) e Maria Luísa de Brito Jalhay (químico-industrial).¹⁹⁸

Completando o que acima se referiu sobre a situação das finanças, apesar do último aumento das cotas, o défice mantinha-se, devido

fundamentalmente às dificuldades encontradas em conseguir manter as despesas com o *Boletim* dentro das dotações orçamentais¹⁹⁹. Valeu, na emergência, a comparticipação especial de 250 contos que o ministro das Obras Públicas, engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, concedeu à OE em 1966²⁰⁰ e 1967²⁰¹, e para os anos de 1968 até 1970, os subsídios concedidos pelos ministros que se sucederam na pasta das Obras Públicas, engenheiros Machado Vaz e Rui Sanches²⁰².

As Secções Regionais

Depois da tempestade a bonança. Não de águas completamente calmas mas pelo menos navegáveis sem percalços de maior. O timoneiro e responsável por esta acalmia geral foi e continuava a ser Mercier Marques. A Ordem parecia, de facto, pacificada e num processo contínuo de absorção das regras estatutárias aprovadas em 1956²⁰³.

Prova desta nova realidade, nomeadamente em relação a Lisboa, o *afluxo crescente dos engenheiros da Secção Regional à sede, já para participar em múltiplas manifestações culturais promovidas durante o ano findo, já para efectuar reuniões de carácter profissional, ou até de simples convívio, o que se espera venha ainda a intensificar-se no futuro, dadas as beneficiações que se estão a realizar no edifício*²⁰⁴.

Entretanto, em 1964, depois de se ter conseguido um acerto de posições, foi criada a Delegação dos Açores, com sede em Ponta Delgada e dirigida pelos engenheiros Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa (Presidente), Eduardo Ribeiro Moura e Gregório Nunes de Mascarenhas²⁰⁵.

Em 1966, normalizados os calendários eleitorais, realizaram-se as eleições para os corpos gerentes da Secção de Lisboa e em 1969 foram eleitos para os diversos órgãos estatutários os seguintes engenheiros:²⁰⁶

Lista de candidatos às eleições aprovada na Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa realizada em 31 de Janeiro de 1966 para o triénio 1966-1968

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Alfredo Jorge Nobre da Costa
Vice-Presidente	Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas
Secretários	Henrique Borges de Sousa Duarte Ferreira José Carlos Resina Rodrigues

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	Álvaro João Duarte Pinto Correia Diogo Manuel Pacheco de Amorim Fernando Maria Alberto do Perpétuo Socorro Manzanares Abecasis Gonçalo Avides Rodrigues Sarmiento Nelson de Vasconcelos Montes Pedro Moura Brás Arsénio Nunes
Engenharia Electrotécnica	Manuel Rodrigues Magos Raul da Silva Borges Fontoura Sidónio Freitas Branco Paes Vítor Carlos Clemente Godinho Bueno
Engenharia Mecânica	Alfredo Carlos Taillet Alves António Manuel Correa Botelho Artur Augusto de Carvalho Alves
Engenharia de Minas	João Anacleto Telo
Engenharia Químico-Industrial	Joaquim Lapa Martins Barreiros Vergílio Rui Teixeira Lopo
Engenharia Naval	Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Fernando Álvares da Silva Júlio Manuel Martins
Engenharia Agronómica	Arlindo Cabral Francisco Caldeira Cabral Joaquim Pedro Pereira Amaro Zózimo João Pimenta de Castro do Rego
Engenharia Silvícola	José Carlos Caldeira de Queiroz Freire Temudo Fernando Raposo

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	Joaquim Pereira Coutinho Teixeira Duarte
Engenharia Electrotécnica	Alberto Teodoro Ferreira Pinto Basto
Engenharia Mecânica	Alfredo Borges de Magalhães Ramalho – Presidente
Engenharia de Minas	António da Rocha Leão Martins Alves
Engenharia Químico-Industrial	Carlos Alberto de Lopes Vaz – Secretário
Engenharia Naval	Luís Vitorino Pinto Vilela
Engenharia Geográfica	Manuel Fonseca Alexandre – Tesoureiro
Engenharia Agronómica	José Duarte Amaral – Vice-Presidente
Engenharia Silvícola	João Martins de Azevedo e Silva

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	António Sarmento Lobato de Faria
	José de Brito Folques
	José Ruella de Almeida e Silva
	Luciano Catarino Tavares
Engenharia Electrotécnica	António Joaquim Cruz Alves Braga
	Luís Filipe Lucena Ferreira
	Manuel José Lopes da Silva
	Mário Trigo Monteiro Trindade
Engenharia Mecânica	António Pacheco Luís Gomes
	Carlos Manuel de Gouveia Crispiano
	Correia de Lacerda
	João José Cabral Soares de Albergaria
Engenharia de Minas	José Carlos Gonçalves Viana
	Fernando Afonso Vieira Campos
	João Artur Sales Henriques de Brito
	Manuel António Quadros e Costa
Engenharia Químico-Industrial	Manuel Maria Carvalho Azevedo Mendes
	Alberto António Justiniano
	António José Silva Quintino de Barros
	José Tavares Henrique Domingues
Engenharia Naval	D. Maria Helena Fiúza Veiga
	Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Joaquim Carlos Esteves Cardoso
	Américo Rodrigues Leite
	Armando Eduardo Carvalho Sepúlveda
	Nuno Pedro da Silva
	Pedro Augusto de Mello Bandeira e Cunha

Fonte: AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 21. N.º 1 a 1401. Janeiro a Março de 1966, Carta de Presidente do Conselho Regional de Lisboa, Gonçalo Sarmiento, ao Presidente do CG de 26 de Janeiro de 1966 e AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 39, Janeiro a Março de 1966, Carta de Fernando Pessoa ao director-geral do Trabalho e Corporações, de 14 de Fevereiro de 1966 solicitando a homologação do ministro.

Engenharia Agronómica	Carlos Augusto de Freitas Dantas Teixeira Carlos da Silva João Augusto Simplicio Mendes Espada Miguel Eugénio Galvão de Melo e Mota
Engenharia Silvícola	Albino Alves Pereira de Carvalho António Alberto Monteiro Alves António Manuel da Cunha Lopes João Artur Lince de Oliveira

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

Júlio da Nóbrega Rangel de Lima · Engenharia Civil
António Maria de Oliveira Pinheiro Torres · Engenharia Electrotécnica
José Manuel Fortuna de Carvalho Antelo · Engenharia Mecânica
Gentil Casimiro Ferreira · Engenharia de Minas
António Costa Silva Carvalho · Engenharia Químico-Industrial
Joaquim Carlos Esteves Cardoso · Engenharia Naval
Manuel Maria Corrêa Botelho · Engenharia Geográfica
Rafael de Medina Monjardino · Engenharia Agronómica
Ilídio de Figueiredo Ministro · Engenharia Silvícola

Órgãos da Secção Regional de Lisboa para o triénio 1969-1971 eleitos na Assembleia Regional ordinária realizada em 24 de Março de 1969

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Henrique Teixeira Queiroz de Barros
Vice-Presidente	Manuel Agostinho Duarte Gaspar
Secretários	Renato Ramos Vieira Pousada Renato Jerónimo Morgado Bernardino

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	Aquilino Ribeiro Machado Artur Pinto Martins Artur Pinto Ravara Joaquim Campos dos Santos Vizeu José Jaime Simões de Mendonça José Joaquim Fragoso Manuel Camacho Simões
Engenharia Electrotécnica	Júlio Morais Sarmiento de Barros Júlio Nunes Franco da Silva Rui Manuel da Cunha Alegrim

Engenharia Mecânica	António José de Sousa Catita Afonso Maria de Andrade Carvalho Eduardo da Cruz Gomes Cardoso
Engenharia de Minas	João Pessoa Lobato Cortesão
Engenharia Químico-Industrial	Jorge Martins José Manuel Corrêa Prostes da Fonseca
Engenharia Naval	Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Agnelo de Rhodes Sérgio Raul Carvalho
Engenharia Agronómica	José Teles da Silva Ribeiro José Augusto dos Santos Varela Gonçalo Pereira Ribeiro Teles Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva
Engenharia Silvícola	Fernando Veloso Lopes Gaio José Caetano Velez

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	Jaime Pereira Gomes
Engenharia Electrotécnica	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Engenharia Mecânica	Oliveiros Domingos
Engenharia de Minas	Nuno Gonçalo Bachá de Almeida Ribeiro
Engenharia Químico-Industrial	Jacques Pessoa Rolão
Engenharia Naval	António Carlos Gerken Potier Godinho
Engenharia Geográfica	Manuel Fonseca Alexandre
Engenharia Agronómica	Ário Lobo de Azevedo
Engenharia Silvícola	António Alberto Morais Alves

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	João Manuel Rodrigues de Brito Guterres José de Brito Folques Manuel Bravo Virgílio Lopes Cabrita
Engenharia Electrotécnica	Guilherme Martins Mário Cardoso dos Santos Virgílio Caeiro Chambel António dos Reis Baptista
Engenharia Mecânica	Amiel Cardoso Ferreira e Silva Octávio Luís Carolo Heitor Caeiro dos Santos Vasco Nuno Teixeira Gomes Pearce de Azevedo

Engenharia de Minas	João Artur Sales Henriques de Brito Fernando Ferreira Cortês Lúcio Nactário Ferreira e Silva José Oliveira Marques
Engenharia Químico-Industrial	José Luiz Rebelo Carlos Moura Pulido Carlos Eduardo Borges Florência Jorge Pinto Galvão Videira
Engenharia Naval	António Afonso de Sousa Ribeiro Cazaes António Fernando de Castro Vidal Belo
Engenharia Geográfica	Jorge Maria Alves Calado José Nuno do Vale Monteiro de Sousa Afonso Manuel Maria Corrêa Botelho Nuno Pedro da Silva
Engenharia Agronómica	José Manuel de Sousa Catita José Augusto dos Santos Varela Augusto José de Oliveira Mário Victoria Pais de Ramos
Engenharia Silvícola	António Manuel da Cunha Lopes Francisco Manuel Carril Barbosa Nobre Coutinho Jorge Vieira Alves José Carlos Resina Rodrigues

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

António Manuel Collen Marques da Silva · Engenharia Civil
 Ernesto Gentil dos Santos Cordeiro · Engenharia Electrotécnica
 Guido dos Santos Rodrigues · Engenharia Mecânica
 Alexandre José de Sousa Figueiredo Avelar Barbosa · Engenharia de Minas
 Manuel António Gonçalves Dias Ferreira · Engenharia Químico-Industrial
 António Gentil Quina · Engenharia Naval
 Paulo Augusto Ferreira de Lemos · Engenharia Geográfica
 Emídio Manuel Velez de Matos Branco · Engenharia Agronómica
 António Nunes da Cruz Matias · Engenharia Silvícola

Fonte: AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 34. N.º 1 a 1027. Janeiro a Março de 1969, Carta do Secretário do Conselho Regional aos Órgãos de comunicação social, de 25 de Março de 1969 e Correspondência expedida número 57 (Março – Abril de 1969), Carta do secretário-geral ao director-geral do Trabalho e Corporações, de 1 de Abril de 1969.

Ficava assim composto o Conselho Regional que tomou posse no dia 30 de Setembro de 1969²⁰⁷:

Presidente	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Vice-Presidente	Ário Lobo Azevedo
Tesoureiro	Manuel Fonseca Alexandre
Secretário	António Alberto Monteiro Alves
Representantes das diversas especialidades:	
Engenharia Civil	Jaime Pereira Gomes
Engenharia Electrotécnica	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Engenharia Mecânica	Oliveiros Domingos
Engenharia de Minas	Nuno Gonçalo Bachá de Almeida Ribeiro
Engenharia Químico-Industrial	Jacques Pessoa Rolão
Engenharia Naval	António Carlos Gerken Potier Godinho
Engenharia Geográfica	Manuel Fonseca Alexandre
Engenharia Agronómica	Ário Lobo Azevedo
Engenharia Silvícola	António Alberto Monteiro Alves

Quanto à Secção Regional do Porto, encaminhada que estava a questão da sede, deixou de constituir um problema²⁰⁸. Nestes anos, que Mercier Marques levou de Bastonário da Ordem, prosseguiram as habituais actividades lúdico-culturais: passeios, colóquios, conferências e exposições.

Esta situação de calma apenas foi interrompida em 1966, com os desagradáveis acontecimentos ocorridos na secretaria regional e que o Relatório relata assim: *anormais atrasos de serviço relacionados com a movimentação de fundos pela secretaria da Secção Regional do Porto levaram o respectivo Conselho Regional a suspeitar da possibilidade de se ter dado um desvio, o que veio a ser confirmado pela confissão de um dos funcionários*. O caso teve repercussões graves porque não só *impediu a realização da Assembleia Regional ordinária no começo de 1967* como atrasou todo o processo eleitoral nacional e o fecho das contas desse ano²⁰⁹.

As eleições que tiveram lugar em 19 de Março de 1969 elegeram a nova Direcção Regional cujos membros acabaram por só ser homologados a 16 de Setembro. O Conselho Regional que só veio a tomar posse, na presença do Bastonário, no dia 3 de Outubro de 1969, ficou assim constituído²¹⁰:

Presidente	Manuel José Marques de Almeida
Vice-Presidente	Pedro Fernando Albuquerque Barbosa
Tesoureiro	José Coimbra Magalhães da Cunha
Secretário	Jorge Moreira Maia
Representantes das diversas especialidades:	
Engenharia Civil	Pedro Fernando Albuquerque Barbosa
Engenharia Electrotécnica	Manuel Tavares de Pinho
Engenharia Mecânica	Manuel José Marques de Almeida
Engenharia de Minas	João Manuel Barreiros Leal
Engenharia Químico-Industrial	Jorge Moreira Maia
Engenharia Naval	
Engenharia Geográfica	
Engenharia Agronómica	José Coimbra Magalhães da Cunha
Engenharia Silvícola	António de Araújo Coelho e Castro

Em relação às suas congéneres de Lisboa e Porto a Secção Regional de Coimbra estava, do ponto de vista organizacional, bastante mais atrasada²¹¹. Tudo tinha, basicamente, a ver com a existência de uma sede mal localizada e com instalações deficientes. Como já se referiu a propósito de situações semelhantes, a questão da sede como local de trabalho, de encontro ou mesmo de convívio era fundamental para o bom funcionamento da instituição. Ora, sem que estas condições estivessem reunidas a actividade da Secção resumia-se aos serviços mínimos a que estatutariamente estava obrigada. Daí, os esforços feitos pela Direcção, desde a primeira hora, para encontrar um local central que servisse para sede, o que só veio a acontecer em 1966. A nova sede ficaria *instalada na Avenida Fernão de Magalhães, portanto no centro de Coimbra, em amplo andar de um edifício acabado de construir*²¹², foi formalmente inaugurada no dia 24 de Novembro, *na própria data do 30.º Aniversário da criação da Ordem*²¹³.

Os corpos directivos da Secção Regional de Coimbra eleitos pela Assembleia Regional de 25 de Janeiro de 1964²¹⁴, tomaram posse em 12 de Outubro de 1964.

Órgãos da Secção Regional de Coimbra para o triénio 1964-1966

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Inácio Nunes Ferreira (eletrotécnica) – não chegou a tomar posse
Vice-Presidente	José dos Reis Gonçalves (civil)
Secretário	António João Nobre de Oliveira (agronómica)
Secretário	Júlio Serra e Silva (geográfica)

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	João Baptista Ferreira Soares José António Pinto e Carmona Sílvio Arnaldo Dinis Morão
Engenharia Electrotécnica	António Máximo Gaioso Henriques José Moreira de Vasconcelos Romeu de Almeida Lopes
Engenharia Mecânica	José Alberto Simões de Carvalho Alves Borges Paulo José Peixoto Baptista de Lemos
Engenharia de Minas	Ramiro da Costa Cabral Nunes de Sobral
Engenharia Química	Ernesto de Campos Melo e Castro Maria Helena Marques Esgalhado
Engenharia Geográfica	Joaquim Simões Pereira
Engenharia Agronómica	Arlindo Vilar Rosa da Costa Mário Marques de Almeida
Engenharia Silvícola	José Coelho Jordão

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	Leopoldo de Faria Gouveia
Engenharia Electrotécnica	Leopoldo de Moraes da Cunha Matos
Engenharia Mecânica	Armando Rodrigues de Carvalho
Engenharia de Minas	Afonso Manuel Braga da Cruz
Engenharia Química	António Alberto Martins da Fonseca
Engenharia Geográfica	Ataíde Diniz Neves Lima
Engenharia Agronómica	António de Faria e Silva
Engenharia Silvícola	Lino Júlio Teixeira

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	Augusto Domingues Correia Augusto Simões Marta José Maria de Almeida Ribeiro Saraiva Botto Luís de Abreu Castelo-Branco
Engenharia Electrotécnica	Amândio João Mesquita Gomes Cabral Brasílio Martins da Fonseca Carlos Artur Trindade de Sá Furtado Júlio de Araújo Vieira
Engenharia Mecânica	Carlos dos Santos Júlio Rodrigo Henriques Silveirinha
Engenharia de Minas	Felisberto Lopes da Silva Cardoso José António Freire Leitão
Engenharia Químico-Industrial	António Justino Monteiro Queirós Abreu Casimiro de Almeida Azevedo Barreto Ferreira Sacchetti José Diogo Nazaré Sousa de Almeida Olímpia da Silva Moreira Campos Neves
Engenharia Geográfica	António Joaquim das Neves Eliseu Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque
Engenharia Agronómica	Fernando José Garcia Manuel Ferreira da Costa Cerveira Messias Bernardo do Amaral Fuschini Pedro Nuncio de Castro Pinto Bravo
Engenharia Silvícola	Alcides Lino Pires Filipe Teotónio Pereira Xavier de Basto

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

Vítor Manuel Ferreira · Engenharia Civil
 João José de Oliveira Fernandes Bichão · Engenharia Electrotécnica
 Júlio Augusto Lopes Bernardo Gonçalves · Engenharia Mecânica
 Norberto Martins Figueiredo · Engenharia de Minas
 Armando Viana da Rocha · Engenharia Química
 Francisco Alves Ferreira · Engenharia Geográfica
 António de Oliveira Teles Côrte-Real · Engenharia Agronómica
 Alberto Duarte Morais · Engenharia Silvícola

Conselho Disciplinar Regional

Custódio Gonçalves Palma · Engenharia Civil
 Carlos de Seixas Rocha · Engenharia Electrotécnica
 Mário Henrique de Barros Delgado · Engenharia de Minas
 Eugénio João Lamas da Silva · Engenharia Agronómica
 Filipe Teotónio Pereira Xavier de Basto · Engenharia Silvícola

Fonte: “Secção Regional de Coimbra. Relatório e Contas do Conselho Regional de Coimbra referentes ao ano de 1964 e orçamento para o ano de 1965”, in *BOE*, vol. X, n.º 1, Janeiro-Feveiro de 1965, pp. 32 e seg.

A eleição seguinte realizou-se em Janeiro de 1967, ficando os corpos directores eleitos homologados em Outubro.

Órgãos da Secção Regional de Coimbra para o triénio 1967-1969**Mesa da Assembleia Regional**

Presidente	Alberto Pereira de Lemos
Vice-Presidente	Filipe Teotónio Pereira Xavier de Basto
Secretários	António de Oliveira Teles Côrte-Real Eurico Fernando Mendes da Silva

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	José dos Reis Gonçalves Fernando José de Azevedo Sobral António José Hall Themido
Engenharia Electrotécnica	Joaquim Bernardo de Sousa Jerónimo Abílio Coxito Granado Carlos Artur Trindade de Sá Furtado
Engenharia Mecânica	Carlos dos Santos Júlio Paulo José Peixoto Baptista de Lemos
Engenharia de Minas	José de Lacerda Baptista Pereira e Sousa
Engenharia Químico-Industrial	Duarte Nuno Laboreiro de V. L. Mendes da Costa Durval Serra
Engenharia Geográfica	José Tavares dos Santos
Engenharia Agronómica	António João Nobre de Oliveira Messias Bernardo do Amaral Fischini
Engenharia Silvícola	Lino Júlio Teixeira

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	José de Matos Cardoso
------------------	-----------------------

Engenharia Electrotécnica	João Ferreira de Araújo
Engenharia Mecânica	Armando Rodrigues de Carvalho
Engenharia Químico-Industrial	Mário Carneiro de Vasconcelos Ferreira da Silva
Engenharia de Minas	Luís Filipe do Nascimento
Engenharia Geográfica	
Engenharia Agronómica	Manuel Ferreira da Costa Cerveira
Engenharia Silvícola	Humberto Duarte Morais

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	Augusto Domingos Correia
	Álvaro Machado Brasão
	José Maria de Almeida Ribeiro Saraiva
	Donas Botto
	Luís Filipe de Campos Fidalgo
Engenharia Electrotécnica	Acácio Teixeira da Rocha
	Álvaro Pereira de Albuquerque de Melo e Faro
	Fernando Martins Correia
	Virgílio José de Morais Castro
Engenharia Mecânica	Octávio Augusto Antunes Duarte Graça
	António Manuel Pais de Sousa Pascoal
Engenharia de Minas	Francisco Pereira
	Adalberto de Andrade
	Joaquim Mendes dos Remédios de Sousa Brandão
	Manuel da Costa Folhas
Engenharia Geográfica	
Engenharia Químico-Industrial	António Ferreira de Sousa
	Olímpia da Silva Moreira Campos Neves
	Maria Ângela Duarte Mouzinho de Sousa
	Pessoa de Amorim
Engenharia Agronómica	Durval Serra
	Melchior Barata de Tovar Pereira Coutinho
	F. de Melo
	Norberto Cardoso de Meneses
	Artur Augusto de Silva Poço
Engenharia Silvícola	Álvaro de Andrade Fonseca
	Alcides Lino Pires
	António Maria Gravato

Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional

Rui de Carvalho e Castro Pita · Engenharia Civil
 Amândio João Mesquita Gomes Cabral · Engenharia Electrotécnica
 José Alberto Simões de Carvalho Alves Borges · Engenharia Mecânica
 Acácio Gomes de Oliveira · Engenharia de Minas
 Júlio Manuel Ferreira Lopes · Engenharia Química
 Francisco Alves Ferreira · Engenharia Geográfica
 Alfredo José de Moraes · Engenharia Agronómica
 António Maria Gravato · Engenharia Silvícola

Conselho Disciplinar Regional

Custódio Gonçalves Palma · Engenharia Civil
 Júlio de Araújo Vieira · Engenharia Electrotécnica
 Mário Henrique de Barros Delgado · Engenharia de Minas
 Eugénio João Lamas da Silva · Engenharia Agronómica
 Filipe Teotónio Pereira Xavier de Basto · Engenharia Silvícola

Fonte: “Secção Regional de Coimbra. Relatório e Contas do Conselho Regional de Coimbra referentes ao ano de 1967 e orçamento para o ano de 1968”, in *BOE*, vol. 13, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1968, pp. 26 e seg.

Com um mínimo de condições logísticas e organizativas asseguradas, o Conselho Regional lançou-se na organização de encontros de convívio de engenheiros de toda a região do centro do País. O primeiro teve lugar em Viseu e correu tão bem e despertou tanto interesse que *foi resolvido que reuniões similares deverão efectuar-se em localidades em volta das quais exerça a profissão um número razoável de engenheiros, devendo a próxima concentração fazer-se em Aveiro* (veio a ter lugar em Novembro do ano seguinte)²¹⁵.

A extensão da Ordem dos Engenheiros ao Ultramar, finalmente consagrada no decreto-lei n.º 48 505, de 29 de Julho de 1968, levou o Secretário-Geral, Fernando Pessoa, a empreender uma viagem demorada e trabalhosa, a Luanda e a Lourenço Marques, em Julho e Agosto de 1969, com o intuito de apoiar a implantação da Ordem e de ajudar os engenheiros aí residentes a organizar os serviços necessários ao arranque das actividades²¹⁶. Em qualquer dos territórios o engenheiro Fernando Pessoa pôde deixar o embrião das respectivas secções regionais²¹⁷.

Em Fevereiro de 1970²¹⁸ estavam já constituídas as Comissões Organizadoras das duas novas Secções Regionais.

Secção Regional de Luanda

Presidente	Henrique Novais Ferreira (civil)
Vice-Presidente	Fernando Melo Mendes (minas)
Secretário	Joaquim Xabregas (agrónomo)
Tesoureiro	Pompeu Ferreira Almeida (silvicultor) José Manuel Batalha Cupertino (electrotécnico) Raul Nogueira (mecânico) Alberto Leão Diniz (geógrafo) Alfeu Rodrigues Pereira (químico-industrial)

Secção Regional de Lourenço Marques

Presidente	António Ramalho Correia (geógrafo)
Vice-Presidente	Luís Pinto Coelho (mecânico)
Secretário	José Teles Manso de Carvalho (electrotécnico)
Tesoureiro	Ernesto Loureiro Campos (químico-industrial) Rui Bessa de Almeida Frazão (civil) José dos Reis Fernandes Rebolo (minas) António Gonçalves dos Santos Júnior (agrónomo) José Ferreira de Castro (silvicultor)

Chegava ao fim o “consulado” do engenheiro Mercier Marques como Bastonário da Ordem dos Engenheiros: contando com o tempo em que foi presidente da Comissão Administrativa, foram quase oito anos à frente da instituição num dos mais complexos períodos da sua existência. Mercier Marques despediu-se da Ordem com a dignidade que sempre esteve presente ao longo da sua vida profissional e fê-lo no local mais adequado: escrevendo e assinando o editorial do *Boletim* de Março de 1970²¹⁹.

Em sua opinião o saldo foi positivo *apesar de alguns objectivos propostos não estarem ainda atingidos mas, apenas, em boa via de consecução*. Mercier Marques tinha consciência de que o seu maior contributo, durante todos aqueles anos, tinha sido a capacidade demonstrada para pacificar aquela casa; fazendo da tolerância a sua divisa mostrava-se *convicto de que sem uma total pacificação da Classe, dividida ainda em*



Mercier Marques numa visita da Secção Regional de Lisboa às obras da Ponte sobre o Tejo.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

passado recente por dissensões de vária origem, seria impossível fazer trabalho construtivo, procurei sempre promover e manter aquela boa harmonia que permitisse o diálogo sereno. Para tanto impunha-se, contra a opinião de alguns, tolerância e transigência que o próprio Conselho Geral em boa hora adoptou e cujas decisões sempre tomadas por unanimidade, lhe conferiram, como é óbvio, grande força moral.

Sendo um homem de cultura, cosmopolita e de espírito aberto, passou para segundo plano a linguagem exaltada de alguns dos seu predecesores, em torno da imagem mítica do engenheiro, perspectivado como uma espécie de super-homem, para fazer ressaltar a interdisciplinaridade e a fusão dos saberes. Daí que outro aspecto, de que legitimamente se orgulhava, fosse o papel que desempenhara na elevação do discurso e das práticas culturais da Ordem, organizando incansavelmente *manifestações do mais elevado nível, muitas das quais de notável projecção fora do âmbito da Ordem e em que, por vezes, colaboraram com os engenheiros numerosos especialistas de outras profissões.*



© PAULO NETO

Pedro Moura Brás Arsénio Nunes (1917-2000).

Licenciado em Engenharia Civil, em 1940, no Instituto Superior Técnico. Entre muitos outros cargos e funções, chefiou a Repartição de Projectos da Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos (1941), foi adjunto da Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidráulicos (1946), chefe dos Serviços de Engenharia Civil da Hidroeléctrica do Douro a partir de 1953. Vogal e inspector-geral do Conselho Superior de Obras Públicas, membro da Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens, director-geral e presidente do Porto de Lisboa e presidente do Instituto do Trabalho Portuário. Após 25 de Abril de 1974, integrou o I Governo Provisório liderado por Palma Carlos como Secretário de Estado das Obras Públicas. Foi Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 1970 e 1974.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Enfim, dizia a quem lhe viesse a suceder: *entrego-lhe uma Casa arrumada, com paz nos espíritos, desejosa de progredir.*

Casa arrumada

A 16 de Julho de 1970, na sede da Ordem dos Engenheiros, tomaram posse os novos membros eleitos na Assembleia Geral realizada em 30 de Junho findo, nomeadamente os membros que constituíam a mesa da Assembleia Geral, os representantes das especialidades no Conselho Geral e o novo Bastonário da Ordem, o engenheiro Pedro Moura Brás Arsénio Nunes. A posse foi conferida pelo presidente cessante, engenheiro José Mercier Marques, numa cerimónia a que assistiram também os membros que terminaram o seu mandato²²⁰.

A casa estava arrumada como se podia orgulhar Mercier Marques que no discurso de passagem do testemunho deixava uma expressiva mensagem-advertência ao seu sucessor: *A direcção de um organismo complexo, como é a nossa Ordem, em que se integram cerca de sete mil engenheiros, de formação intelectual idêntica, mas de especializações diferentes, exercendo a sua actividade nas condições mais díspares, oriundos de todos os pontos cardeais, de modos de pensar por vezes opostos, exige antes de mais que se seja sociável, tolerante, compreensivo, justo, humano, numa palavra. Não se dirige uma Casa como esta, dominado por complexos de superioridade porquanto, em face do Estatuto todos são iguais [...]*²²¹.

Arsénio Nunes, acabado de tomar posse, respondia tranquilizador com uma garantia de continuidade e com o enunciado das prioridades da sua presidência, os novos *rumos de acção da Ordem: a revisão do Estatuto [...]* que considerou o processo *que primordialmente deve mobilizar a nossa capacidade de realização; o problema da previdência sobre o qual incidem anseios dos mais antigos, dos mais generalizados e dos mais intensos dos membros da Ordem; a estruturação dos regulamentos de exercício da profissão liberal e de conta de outrem. [...]* Tenho para mim que a classe dos engenheiros [...] tem de dar uma grande atenção à fixação das suas normas de comportamento social, para que esteja

inteiramente à altura das responsabilidades que lhe acarreta a projecção das suas actividades técnicas. E, avançava o novo Bastonário: trabalhar ao mesmo tempo em três empreendimentos de fundo como estes – estatuto, previdência e regulamentos do exercício da profissão – não é pouco, para nenhum homem, para nenhum engenheiro, para nenhuma colectividade. Será de mais para a Ordem dos Engenheiros? Mentiria, se dissesse que estou tranquilamente confiante na nossa capacidade... Pois, [...], mau grado este escrúpulo, este receio mesmo, não calarei o desejo de que um quarto domínio de preocupações seja objecto de acção concreta pela nossa parte: o ensino²²².

Estavam definidos os corpos directivos da Ordem para o mandato de 16 de Julho de 1970 a 1 de Fevereiro de 1974.

Corpos Directivos eleitos em 30 de Junho de 1970

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Óscar Saturnino da Cruz Monteiro (electrotécnico)
Vice-Presidente	António Manuel da Silva Salta (electrotécnico)
Secretários	Jerónimo Ferreira Cruz (civil) Amílcar José Ramos Ambrósio (civil)

Conselho Geral

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente/Bastonário da Ordem	Pedro Moura Brás Arsénio Nunes
Vice-Presidente	João Baptista Lemos Costa
Tesoureiro	Álvaro Santos Silva Rogério Silva d'Oliveira (1972)
Secretário	António Maria Gravato Francisco José Leal Limpo de Faria (1973)
Vogal	Joaquim Pedro Pereira Amaro

REPRESENTANTES DAS DIVERSAS ESPECIALIDADES:

Civil	João Baptista Lemos Costa
Electrotécnica	António José Carneiro Quadros Flores
Mecânica	José Manuel de Senos Nunes da Fonseca
Minas	Francisco José Leal Limpo de Faria
Químico-Industrial	Durval Serra
Naval	Rogério Silva d'Oliveira

Geográfica	Álvaro Santos Silva
Agronómica	Joaquim Pedro Pereira Amaro
Silvícola	António Maria Gravato
REPRESENTANTES DOS CONSELHOS REGIONAIS	
Lisboa	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Porto	Franklin Guerra Pereira/Manuel José Marques de Almeida (1972)
Coimbra	José de Matos Cardoso / António de Oliveira Teles Corte-Real (1973)

Secção Regional de Lisboa – Conselho Regional

Presidente	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Vice-Presidente	Ário Lobo Azevedo Nuno Pedro da Silva (1973)
Tesoureiro	Manuel Fonseca Alexandre Jorge Pinto Galvão Videira (1973)
Secretário	António Alberto Monteiro Alves José António Freire Leitão (1973)
Engenharia Civil	Jaime Pereira Gomes Amílcar José Ramos Ambrósio (1973)
Engenharia Electrotécnica	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Engenharia Mecânica	Oliveiros Domingos Augusto Monteiro Gomes (1973)
Engenharia de Minas	Nuno Gonçalo Bachá de Almeida Ribeiro José António Freire Leitão (1973)
Engenharia Químico-Industrial	Jacques Pessoa Rolão Jorge Pinto Galvão Videira (1973)
Engenharia Naval	António Carlos Gerken Potier Godinho
Engenharia Geográfica	Manuel Fonseca Alexandre Nuno Pedro da Silva (1973)
Engenharia Agronómica	Ário Lobo Azevedo João Augusto Simplício Mendes Espada (1973)
Engenharia Silvícola	António Alberto Monteiro Alves Fernando Veloso Lopes Gaio (1973)

Secção Regional do Porto – Conselho Regional

Presidente	Franklin Guerra Pereira Manuel José Marques de Almeida (1973)
Vice-Presidente	Aristides Guedes Coelho Pedro Fernando Albuquerque Barbosa (1973)
Tesoureiro	Bento Maria de Meireles Leite de Castro José Coimbra Magalhães da Cunha (1973)
Secretário	Manuel José Marques de Almeida Jorge Moreira Maia (1973)
Engenharia Civil	Aristides Guedes Coelho Pedro Fernando Albuquerque Barbosa (1973)
Engenharia Electrotécnica	Franklin Guerra Pereira Manuel Tavares de Pinho (1973)
Engenharia Mecânica	Manuel José Marques de Almeida
Engenharia de Minas	José Limpo de Faria João Manuel Barreiros Leal (1973)
Engenharia Químico-Industrial	Amílcar Furriel Jerónimo Jorge Moreira Maia (1973)
Engenharia Naval	
Engenharia Geográfica	
Engenharia Agronómica	Bento Maria de Meireles Leite de Castro José Coimbra Magalhães da Cunha (1973)
Engenharia Silvícola	António Ferreira Marbutto Júnior António de Araújo Coelho e Castro (1973)

Secção Regional de Coimbra – Conselho Regional

Presidente	José de Matos Cardoso António de Oliveira Teles Corte-Real (1973)
Vice-Presidente	António de Oliveira Teles Corte-Real José Teles de Oliveira (1973)
Tesoureiro	Luís Filipe do Nascimento
Secretário	João Ferreira de Araújo Fernando Augusto Flores de Matos Chaves (1973)
Engenharia Civil	José de Matos Cardoso José Teles de Oliveira (1973)
Engenharia Electrotécnica	João Ferreira de Araújo Amândio João Mesquita Gomes Cabral (1973)

Engenharia Mecânica	Carlos dos Santos Júlio Fernando Augusto Flores de Matos Chaves (1973)
Engenharia de Minas	
Engenharia Químico-Industrial	José Diogo Nazaré de Sousa de Almeida Fernando Ferreira Antunes (1973)
Engenharia Naval	
Engenharia Geográfica	Luís Filipe do Nascimento
Engenharia Agronómica	António de Oliveira Teles Corte-Real
Engenharia Silvícola	Alberto Duarte de Morais

Secção Regional de Luanda – Conselho Regional

(A PARTIR DE DEZEMBRO 1971)

Presidente	Henrique Novais Ferreira
Vice-Presidente	Alberto Leão Diniz
Tesoureiro	Jorge Augusto Alves Fontainhas
Secretário	Ernesto Alves Rafael

Engenharia Civil	Henrique Novais Ferreira
Engenharia Electrotécnica	
Engenharia Mecânica	
Engenharia de Minas	
Engenharia Químico-Industrial	Alfeu Rodrigues Pereira,
Engenharia Naval	
Engenharia Geográfica	Alberto Leão Diniz
Engenharia Agronómica	Ernesto Alves Rafael
Engenharia Silvícola	

Secção Regional de Lourenço Marques – Conselho Regional

(A PARTIR DE DEZEMBRO 1971)

Presidente	Virgílio José Jacinto Furtado
Vice-Presidente	José Luís Gonzaga Boaventura Claro
Tesoureiro	Jorge Augusto de Saldanha e Alquerque Verschneider Gonçalves
Secretário	João Fernandes Delgado

Engenharia Civil	Virgílio José Jacinto Furtado
Engenharia Electrotécnica	Jorge Augusto de Saldanha e Alquerque Verschneider Gonçalves

Engenharia Mecânica	
Engenharia de Minas	
Engenharia Químico-Industrial	
Engenharia Naval	
Engenharia Geográfica	João Fernandes Delgado
Engenharia Agronómica	José Luís Gonzaga Boaventura Claro
Engenharia Silvícola	

Logo nos primeiros tempos de actividades do novo Conselho Geral introduziu-se uma alteração que marcou todo o mandato do engenheiro Pedro Nunes, o reforço do pendor sindical da Ordem²²³. Uma outra questão que também merece aqui referência tem a ver com o facto de esta Direcção ter sido a primeira a ser eleita já na vigência *do decreto-lei n.º 49 058, em virtude do qual deixava de ser necessário aguardar pela homologação ministerial dos eleitos*, eliminando desta forma um dos elementos que nos últimos anos mais tinha contribuído para o sentimento de mal-estar vivido na Ordem.

Este primeiro ano, em boa verdade apenas um semestre, apesar de toda a actividade desenvolvida foi, sobretudo, um período de instalação e adaptação do novo Conselho e de estabelecimento de contactos com as autoridades. Particularmente importantes para a Ordem foram as reuniões havidas com o Presidente do Conselho, com os ministros do Interior e da Justiça a propósito dos engenheiros presos por actividades políticas e condenados a pena maior assim como as entrevistas que decorreram com o presidente da Câmara de Lisboa para tratar das questões da Sede²²⁴.

Gradualmente o núcleo forte de preocupações e de funcionamento da Ordem foi, efectivamente, sofrendo uma inflexão no sentido do reforço das actividades mais directamente relacionadas com a vocação sindical da instituição tornando-a mais reivindicativa e distanciando-se, concomitantemente, das concepções corporativas: o ano de 1971 reflectiu mesmo esse *incremento sensível da actividade da Ordem no campo sindical, designadamente pela sua intervenção em diversas negociações de convenções colectivas*²²⁵. De qualquer forma, a par de algumas novidades, mantinham-se as preocupações que já vinham de trás²²⁶.

O tema que polarizava as atenções e constituía um verdadeiro quebra-cabeças para a direcção continuava a ser o dos engenheiros encarcerados por motivações políticas, condenados a pena maior. E de entre todos os casos o mais grave, o que dizia respeito a Blanqui Teixeira, sem resolução à vista, mesmo após as intervenções do Conselho junto de Gonçalves Rapazote, ministro do Interior²²⁷.

Em Março de 1971, na sequência da Assembleia Regional de Lisboa reunida a requerimento de 106 engenheiros²²⁸, foi mesmo constituída uma *Comissão para libertação do Engenheiro Blanqui Teixeira*, presidida pelo engenheiro José Mercier Marques, sendo vice-presidentes o Professor Rodrigo Sarmiento de Beires e o engenheiro Olívio de Sousa Bento, e secretários os engenheiros Maria Joaquina Silvério e Álvaro de Bulhão Pato Maia Rebelo. Dessa Comissão faziam também parte os seguintes engenheiros de Lisboa, Porto e Coimbra: Adelino Augusto Nogueira da Costa, Adriano Vaz Pinto, António Barreto Areosa Feio, Aquilino Ribeiro Machado, Fernando Manzanares Abecasis, Frederico Georges Mirão, Jerónimo Ferreira Cruz, João Carlos Sequeira Varejão, João Dias Coelho, José Conte da Silva Morais, José Henriques Arandes, José Luís Rebelo, Júlio Morais Sarmiento de Barros, Júlio Ferry do Espírito Santo Borges, Júlio Nunes Franco da Silva, Júlio Rodrigues Matias, Júlio Serra e Silva, Luís Augusto Constâncio Patkoczy de Andrade, Manuel Apolónio, Manuel Camacho Simões, Maria Helena Blanqui Teixeira, Nuno Krus Abecasis, Roberto Manuel Charters de Azevedo, José Apolónia Correia e Joaquim Lopes Belchior. A Comissão desenvolveu a sua actividade realizando regularmente reuniões e conseguiu recolher, até 31 de Maio, mais de 1000 assinaturas para a exposição a apresentar ao ministro do Interior²²⁹.

O engenheiro Blanqui Teixeira acabou por ser libertado no dia 10 de Setembro; sobre este acontecimento o Conselho tomou a seguinte posição que deixou escrita: *Após porfiadas diligências realizadas junto de diversas entidades e satisfazendo o anseio da Classe, patenteada nas moções aprovadas nas Assembleias Regionais extraordinárias de Lisboa, Porto e Coimbra e na Assembleia Geral extraordinária realizada em 24 de Maio*²³⁰, reunida a pedido do Conselho Regional de Lisboa, *foi o Colega Fernando Blanqui Teixeira liberto em 10 de Setembro de 1971, com a antecipação de 6 meses em redução à pena de 10 anos. Não pode o Conselho Geral*

*deixar de exarar uma expressão de reconhecimento pela atenção com que foram recebidas as múltiplas diligências feitas relativamente a este caso*²³¹.

Logo no primeiro ano de actividade o Conselho Geral e o seu presidente tiveram oportunidade de se debruçar sobre as questões da reforma do ensino superior: em ofício do secretário-geral ao chefe de gabinete do ministro da Educação Nacional, com data de 7 de Novembro de 1970, a Ordem manifestava a estranheza por ter tido conhecimento de que estava em curso uma reforma do ensino superior de Engenharia mas que, em qualquer caso, estava disponível para pôr à disposição do Ministério a sua experiência profissional e de vida²³².

Para o ministro, José Hermano Saraiva, a ocasião parecia ter chegado, dando oportunidade à Ordem para ter uma palavra sobre a reforma em curso. Num editorial do *Boletim*, assinado por Arsénio Nunes, podia então ler-se que, tentando corresponder a solicitação do Governo, a Ordem tinha publicado no *Boletim*²³³ os textos essenciais respeitantes aos projectos de remodelação do sistema geral do ensino e de reforma do ensino superior, *e tinha realizado sessões de estudo, designadamente, em Lisboa, um Colóquio, que teve lugar no anfiteatro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, nos dias 22, 24 e 26 de Março. Seguidamente, em assembleias regionais e em Assembleia Geral Extraordinária, de 24 de Maio de 1971, foram emitidos pareceres formais que se levaram à consideração do Ministério da Educação Nacional*²³⁴.

Resolvido este problema não existiu nada de particularmente importante, que mereça referência autónoma, até ao fim do ano. Com pequenos sobressaltos, prevaleceu a rotina característica das organizações estruturadas, onde os assuntos do expediente diário que dominam o quotidiano iam sendo tratados nas secretarias.

Por essa altura a Ordem ultrapassara já 6500 membros na actividade, continuando a aumentar até ao termo do mandato de Pedro Nunes.

Membros efectivos – 1970-1973

	NA ACTIVIDADE	SUSPENSOS	ISENTOS	TOTAIS
1970	6333	1527	20	7880
1971	6780	1460	18	8258
1972	7269	1452	21	8742
1973	7794	1461	79	9334

Subscritores extraordinários	372
Subscritores estudantes	164

Fonte: RCOE, 1970-1973.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1970-1973

ESPECIALIDADES	1970		1971		1972		1973	
		%		%		%		%
Engenharia Civil	2524	39,9	2765	40,8	2983	41,0	3201	41,1
Engenharia Electrotécnica	1311	20,7	1399	20,6	1537	21,1	1680	21,6
Engenharia Mecânica	705	11,1	779	11,5	882	12,1	971	12,5
Engenharia de Minas	169	2,7	177	2,6	183	2,5	181	2,3
Engenharia Químico-Industrial	510	8,1	546	8,1	588	8,1	645	8,3
Engenharia Naval	19	0,3	20	0,3	21	0,3	19	0,2
Engenharia Geográfica	167	2,6	156	2,3	157	2,2	161	2,1
Engenharia Agronómica	761	12,0	775	11,4	757	10,4	776	10,0
Engenharia Silvícola	167	2,6	162	2,4	160	2,2	157	2,0
Engenharia Hidrográfica			1	0,0	1	0,0	2	0,0
Engenharia Metalúrgica							1	0,0
Totais	6333	100,0	6780	100,0	7269	100,0	7794	100,0

Fonte: RCOE, 1970-1973.

Manter-se-ia, também ao longo destes anos, o já crónico desequilíbrio das finanças da Ordem.

Em Julho de 1971, como já estava programado entrou em vigor uma nova tabela de quotizações²³⁵.

Valores da quotização, jóias, cédulas profissionais e outros encargos a partir de 1 de Julho de 1971

	QUOTIZAÇÃO MENSAL	JÓIA	CÉDULAS OU CARTÃO	OUTROS ENCARGOS
Membros efectivos				
Com mais de 5 anos de conclusão da parte escolar	60\$00	200\$00	50\$00 (a)	
Idem com menos de 5 anos	45\$00	200\$00	50\$00 (a)	
Contribuição mensal voluntária				40\$00 (b)
Termo de responsabilidade				100\$00
Declaração de inscrição ou outra				20\$00
Subscritores extraordinários				
Que tenham ultrapassado o prazo de 1 ano, após a conclusão da parte escolar do curso	60\$00	200\$00 (c)	30\$00	
Idem que estejam dentro do prazo de 1 ano, após a conclusão da parte escolar do curso	45\$00	200\$00 (d)	30\$00	
Engenheiros que estejam exercendo exclusivamente funções públicas (§ 1.º do art.º 63.º, do Estatuto) por aplicação do despacho de 4-4-68	25\$00	50\$00 (c)	30\$00	
Declaração de inscrição ou outra				20\$00
Subscritores estudantes				
Declaração de inscrição ou outra	10\$00		5\$00	20\$00

a) Renovação – 30\$00.

b) Abrangendo, somente, os membros efectivos das Secções de Luanda e Lourenço Marques, por sua vontade expressa.

c) Deduzível na jóia de membro efectivo.

d) O pagamento da jóia neste caso, fica em suspenso até terminar aquele prazo.

Fonte: *BOE*, vol. 16, n.º 5, Maio de 1971, p. 214.

Como já é conhecido, esta questão das cotas e das finanças da Ordem estava intimamente relacionada com outro problema que era o dos engenheiros não inscritos: apesar dos esforços feitos pelo Conselho Geral anterior e até da boa receptividade que teve a campanha de inscrições²³⁶ era ainda muito elevado o número de engenheiros com a parte escolar do curso concluída, e até já com anos de trabalho, que *por força da legislação vigente*, se viam impedidos de *efectuar a sua inscrição na Ordem, dada a falta dos estágios e de aprovação dos correspondentes relatórios*. Apesar das diligências reiteradamente feitas junto do Ministério da Educação a situação mantinha-se sem que fosse possível encontrar uma forma de contornar o problema substituindo o que era o sistema de estágios integrados nos *curricula* escolar *por estágios controlados pela Ordem, aproveitando-se assim o exercício de actividade profissional efectiva e dispensando-se a formalidade do relatório*²³⁷.

Ponto de referência obrigatório na agenda da Ordem, continuava a ser o da inscrição e das remunerações dos engenheiros funcionários públicos.

No fim de toda a polémica que se desenvolveu entre a Ordem e o Ministério das Corporações, a partir de 1969, ficou claro que os engenheiros que exerciam exclusivamente a função pública e desde que o desejassem podiam suspender a sua inscrição como membros efectivos, mantendo-se, no entanto, o seu direito de inscrição como subscritores extraordinários. Nessa ocasião, ficou igualmente esclarecido que as suas regalias ficavam limitadas às actividades culturais e passavam, por isso, a estar obrigados ao pagamento de uma cota inferior à dos membros efectivos. Do ponto de vista formal, a questão parecia resolvida a contento e dentro de parâmetros razoáveis. No entanto, veio a verificar-se que, embora tenha havido poucos pedidos de suspensão por parte dos engenheiros funcionários, a maioria dos que o fizeram não chegaram a solicitar a sua passagem a subscritor extraordinário.²³⁸ Mais adiante o problema deixou praticamente de existir: ou porque abrandou o ritmo das suspensões ou porque os engenheiros funcionários públicos compreenderam as vantagens de manter a sua ligação à Ordem, qualquer que fosse o estatuto escolhido²³⁹.

Outra era a questão relacionada com os vencimentos dos engenheiros funcionários públicos e dos chamados corpos administrativos, que o acentuar da vertente sindical da Ordem vinha mais uma vez pôr em destaque: o Conselho Geral não só insistia na existência de prejuízos que resultavam para a vida nacional dos parques vencimentos auferidos pelos engenheiros funcionários²⁴⁰, como retomava a tese de que o problema só podia ser resolvido no âmbito de outro mais vasto, e de maiores repercussões, que era o da aprovação do regulamento do exercício da profissão, designadamente no que se referia às tabelas de honorários auferidos pelos engenheiros trabalhando por conta própria²⁴¹.

Assim, com os dois níveis de problemas a decorrer em simultâneo, o dos engenheiros funcionários públicos e o dos trabalhadores por conta própria, o Conselho defendia que, pelo menos em relação a estes últimos, a solução deveria ser encontrada na indexação das actualizações baseada nos índices oficiais do custo de vida do INE e ficar ligado às variações desses índices²⁴². Quanto aos primeiros, a Ordem, contestando clara e abertamente a concepção corporativa cristalizada no Estatuto do Trabalho Nacional de 1933, considerava que não podia deixar de diligenciar no sentido de encontrar condições legais para passar a poder defender

junto do Estado, os interesses dos engenheiros funcionários públicos, ao contrário do que actualmente sucedia por força do disposto nos artigos n.º 9 e 39.º do Estatuto Nacional do Trabalho²⁴³.

Entretanto, o Conselho Geral decidiu que deveriam ficar isentos de encargos todos os membros da Ordem com mais de 65 anos que tivessem deixado de exercer actividade profissional desde que requeressem essa isenção. Nestas circunstâncias, manteriam todos os seus direitos. O mesmo tratamento seria dado aos estudantes a prestar serviço militar, embora, neste caso, a isenção, de acordo com os estatutos, fosse concedida apenas por um período de seis meses²⁴⁴.

Um capítulo também sempre aberto era o da qualificação dos técnicos responsáveis por projectos de obras sujeitos a licenciamento municipal: ainda que, na concepção da Ordem, não se tenha chegado a uma solução definitiva, nem sequer satisfatória, sobre quem podia assinar o quê naquele âmbito, a publicação do decreto n.º 73/73, veio pôr algum ordenamento na situação quase caótica em que se vivia, ao regulamentar a qualificação a exigir aos técnicos para poderem assinar os projectos, como vinha sendo insistentemente exigido por parte do Conselho Geral²⁴⁵. Com os meios de que dispunha, o Conselho, procurando introduzir alguns melhoramentos na legislação recentemente aprovada, recorreu às secções regionais solicitando-lhes opiniões e pareceres; este processo culminou com a realização de uma Assembleia Geral extraordinária da Ordem, que teve lugar em Lisboa e a entrega formal de uma longa exposição sobre o assunto no Ministério das Obras Públicas. A exposição, onde se exprimiam os pontos de vista da Ordem, procurava estabelecer *a hierarquia técnica para as diferentes categorias de projectos*²⁴⁶.

Entretanto, em Janeiro de 1970 tomava posse uma nova Comissão para a Apreciação da Actividade de Estrangeiros. A questão, como foi referido atrás, já não se revestia dos contornos de outros tempos, onde o desemprego se misturava com um tipo de nacionalismo em voga na época. Com o País integrado na EFTA e na quase totalidade das instituições internacionais existentes, o problema punha-se no quadro de uma ainda incipiente liberdade de circulação de trabalhadores no mundo ocidental e relevava sobretudo de questões de segurança e de qualidade. Foi nesse contexto que em Junho 1970 a Comissão Executiva solicitou à

das autoridades que o problema fosse ao menos equacionado²⁵¹. Urgia pois rever e reformular toda a legislação aplicável, nomeadamente o *sistema imposto pelo decreto-lei n.º 33 231*, que obrigava os portugueses, diplomados por escolas de engenharia estrangeiras, a submeter-se a um exame final, antes de poderem efectuar a sua inscrição na Ordem dos Engenheiros²⁵².

Quanto ao Conselho Superior Disciplinar, após o falecimento de dois dos seus membros, foi reconstituído, em 20 de Junho de 1972, ficando presidido pelo Dr. Alberto Leite Ferreira²⁵³. Uma curta nota para dar conta de um edital publicado no *Boletim* da Ordem, de Maio de 1972, assinado pelo Presidente do Conselho Regional de Lisboa, engenheiro Cunha Serra, fazendo saber que as penas aplicadas no seguimento do processo instaurado em consequência da derrocada de uma parte da cobertura da estação de caminho-de-ferro do Cais do Sodré tinham sido aplicadas²⁵⁴.

Na sequência do que acima se deixou escrito, o regulamento do exercício da profissão ganhou uma renovada importância a partir do momento em que ficou ligado à fixação, por via administrativa, das tabelas de honorários. Aliás, a Comissão designada pelo Conselho Geral seguia atentamente os trabalhos de outra comissão nomeada no Ministério das Obras Públicas, precisamente para proceder à actualização dos honorários dos autores de projectos²⁵⁵.

Os trabalhos prosseguiram e, em Fevereiro de 1971, tinham sido apresentados à *classe* um projecto global de regulamento, outro sobre *Ética Geral* e um terceiro contendo um *Código Deontológico*, elaborado pela Comissão criada pelo Conselho Regional de Lisboa²⁵⁶. Os documentos foram apreciados em assembleias regionais extraordinárias de Lisboa, Porto e Coimbra. Mais tarde, numa Assembleia Geral da Ordem realizada já no ano de 1972, foi aprovado o texto definitivo que ainda devia ser revisto por uma comissão de redacção²⁵⁷. Com o mesmo objectivo, o de ser amplamente discutido, foi também *publicado o texto do projecto de «Regulamento do Exercício da Profissão por Conta de Outrem» elaborado pela Comissão nomeada pelo Conselho Regional de Lisboa*²⁵⁸ enquanto o projecto de regulamento do exercício da profissão por conta própria, apresentado pela comissão designada pelo Conselho Regional de Lisboa, estava em fase final de elaboração²⁵⁹.

Entretanto, algumas questões pelas quais a Ordem se vinha batendo em vão, por deficiências próprias ou por incúrias alheias, havia dezenas de anos, começaram a ser resolvidas: o *Ministério das Obras Públicas tornava público, em 11 de Fevereiro de 1972, as “Instruções para o Cálculo dos Honorários referentes aos Projectos de Obras Públicas”*; a Ordem, em Assembleia Geral realizada a 12 de Dezembro, aprovava o *Código Deontológico* que viria a ser publicado no número de Abril de 1973 do *Boletim*; o número de Abril de 1972 do *Boletim* dava a conhecer o projecto de *Regulamento do Exercício da Profissão por conta própria e finalmente, quanto ao Regulamento do Exercício da Profissão por conta de outrem, na Assembleia Regional de Lisboa reunida em 2 de Fevereiro de 1972, verificou-se haver necessidade de rever o texto, que tinha sido publicado no número de Abril de 1971, tendo em consideração o regime vigente da contratação colectiva*²⁶⁰.

Como já houve ocasião de referir, a revisão do Estatuto da Ordem voltava a colocar-se, agora para contemplar a situação dos engenheiros que, por razões políticas, tinham sido condenados a pena maior e, por esse motivo, estando impedidos de se inscreverem na Ordem não podiam exercer a profissão: em causa estavam os artigos 7.º e 8.º. De acordo com uma moção já aprovada *na Assembleia Geral de 30 de Junho [de 1970], atribuía ao Conselho Geral a tarefa de preparar uma exposição ao Governo com vista à modificação dos referidos artigos*²⁶¹.

A matéria era demasiado melindrosa e o Conselho rodeou-se das cautelas que achou necessárias para evitar que os ânimos se voltassem a exaltar. Assim, começou por preparar uma exposição que entregou, no início de 1971, ao ministro das Corporações, contendo uma proposta formal de alteração dos artigos em causa no que se referia aos efeitos das condenações por actividades políticas²⁶². A exposição foi formalmente entregue ao ministro em meados de 1971, depois de ter sido ratificada por nova Assembleia Geral realizada a 26 de Julho e o Conselho teve conhecimento de que, em 1972, o processo tinha sido enviado para o ministro da Justiça. Sobre esta questão as notícias eram sempre parcelares e pouco consistentes, por isso, o Conselho referia que *informações ulteriormente colhidas no Ministério das Corporações e*

*Previdência Social permitem admitir que o assunto esteja ali, de novo, em apreciação*²⁶³.

Entretanto era publicado no *Boletim o anteprojecto da reforma dos primeiros capítulos do Estatuto, preparado por uma comissão nomeada pelo Conselho Regional de Lisboa*²⁶⁴, em 1973, porém, constatava-se que não se tinha registado nenhum progresso neste estudo, *o que se deveu, em parte a persistir a convicção de que factores externos à Ordem eram, de momento adversos às modificações que a maioria dos engenheiros pretendia introduzir nos estatutos. Após três anos continua-se aguardando despacho oficial ao que se crê no Ministério competente, à proposta de alteração dos artigos 7.º e 8.º*²⁶⁵.

A Caixa de Previdência dos Engenheiros era também um problema velho de 34 anos. Desde a constituição da Ordem fizeram-se e desfizeram-se comissões, desbarataram-se energias, recolheram-se informações e, vezes sem conta, se procurou entender como seria possível constituir uma instituição de previdência que pudesse servir um conjunto tão heterogéneo como a “classe” dos engenheiros. Tudo para se chegar à conclusão, em 1970, de que se estava praticamente como no princípio.

Instituída por alvará de 27 de Novembro de 1948, a Caixa de Previdência nunca chegou a funcionar em plenitude porque, por razões que se prendiam com a sua constituição, nunca conseguiu realizar as receitas que estatutariamente lhe estavam atribuídas. Até que, como se referiu no mandato da Direcção anterior, se conseguiram reunir os elementos que haviam de permitir à classe *ponderar e decidir a seu respeito*. Era portanto, neste ponto, que a questão se encontrava: a necessidade de reconverter uma instituição criada em 1948, na base de um equívoco que, por esse motivo, nunca chegara verdadeiramente a constituir o sistema de previdência dos engenheiros tal como estava previsto nos estatutos.

Entetanto, a comissão nomeada pelo ministro das Corporações, onde a Ordem estava representada pelo engenheiro Cunha Serra, tinha pronto um documento *com vista à eventual reconversão da Caixa de Previdência dos Engenheiros*. Por sua parte, o Conselho mais uma vez se afirmava *plenamente esperançado que seja viável auscultar proximamente a Classe, de forma definitiva, sobre o projecto de diploma preparado pela referida*

Comissão.²⁶⁶ Em 1971, foram por fim publicados no *Boletim* de Maio²⁶⁷ os projectos de decreto-lei que *reconvertiam a Caixa de Previdência [...] e do correspondente novo Estatuto*²⁶⁸ após o que, como estava previamente concertado com o Ministério, esses documentos seriam aprovados pelas assembleias regionais e, finalmente, por uma Assembleia Geral extraordinária que só veio ter lugar a 12 de Dezembro de 1972. Porém, em 1973, o processo parecia ter entrado em hibernação: *apesar dos esforços feitos, junto do departamento oficial competente não se conseguiu [...] progresso assinalável nesta questão*²⁶⁹.

Uma situação inédita foi a gerada pela criação do Grupo de Estudo sobre Assuntos da Mulher Técnica, surgido em 1971. Durante este ano a actividade do grupo *traduziu-se nos seguintes aspectos*:

- › *Elaboração de parecer, para a Corporação da Indústria, sobre a participação da Mulher na vida económica e social.*
- › *Publicação no Boletim da Ordem dos Engenheiros, de Abril de 1972, da comunicação apresentada à “III Conferência Internacional da Mulher Técnica e Cientista”.*
- › *Reuniões, em Lisboa e Porto, sobre a escolha da carreira, particularmente das diversas especialidades de engenharia.*
- › *Representação da Ordem dos Engenheiros em reuniões do Serviço de Acção Social, do Ministério das Corporações e Previdência Social em que foi apreciado o projecto da nova regulamentação do trabalho feminino.*
- › *Divulgação da próxima Conferência Internacional a realizar em Varsóvia, em 1975*²⁷⁰.

Após a sua criação, e as actividades levadas a cabo durante 1972, não existe qualquer outra notícia sobre a existência deste grupo.

Entretanto, a Biblioteca, como consequência da profunda remodelação operada, viu subir significativamente a sua frequência e o movimento da consulta de publicações. A Secção Regional de Lisboa continuava a assegurar a gestão, com os correspondentes encargos, daquela que era a biblioteca central da Ordem²⁷¹. Constituindo um dos principais activos da Ordem, a Biblioteca não cessava de crescer: em 1971 o movimento de

consulta excedeu em cerca de 50% o do ano anterior e em 1972 o Conselho Geral registava orgulhosamente que tinha sido ultrapassada a barreira das 15 000 publicações não periódicas para um número de leitores que se aproximava do milhar²⁷².

A nova Comissão de Publicações, disposta a reformular profundamente o pelouro que lhe tinha sido cometido, decidiu fazer uma auscultação a todos os membros, para melhor se inteirar da vontade do conjunto em matéria de publicações e, designadamente, sobre qual seria a concepção mais adequada do *Boletim da Ordem*. Fê-lo através de um inquérito que foi antecedido da publicação, no *Boletim* de Fevereiro de 1970, do relatório elaborado pela anterior Comissão de Publicações²⁷³. O inquérito teve um apreciável número de respostas, o que permitiu à Comissão, tomando por base os seus resultados, proceder a um estudo com propostas que deveria ser posto à consideração do Conselho Geral durante 1971, ano em que a Comissão também tencionava tornar público o primeiro anuário da Ordem²⁷⁴.

De facto, em 1971, no quadro das perspectivas fixadas, a Comissão de Publicações não só procedeu ao apuramento dos resultados do inquérito, como elaborou um relatório do qual constava um projecto de reestruturação das publicações que mereceu a aprovação do Conselho Geral. Por dificuldades internas que inviabilizaram a escolha e aceitação de um director de publicações, como se preconizava no projecto de remodelação, e a falta de meios para tornar público o anuário, o Conselho decidiu adiar todas as alterações previstas por um ano²⁷⁵. Mas ainda não foi em 1972 que essas ideias de renovação se puderam concretizar²⁷⁶.

Como é do conhecimento geral, por estes tempos, estavam a viver-se momentos de grande críspação na sociedade portuguesa que, naturalmente, se reflectiam no dia-a-dia da Ordem e conduziram a uma irreversível deterioração das suas relações com as autoridades. Em 1973,

<p>Boletim da Ordem dos Engenheiros</p>	<p>Número 11 Volume 18 NOVEMBRO 1973 Publicação mensal</p>
sumário	
<p>Pág. 307 - Editorial</p>	
INFORMAÇÃO ASSOCIATIVA	
ACTIVIDADES DOS CORPOS DIRECTIVOS E EXECUTIVOS	
<p>Pág. 309 - Conselho Geral Pág. 305 - Secção Regional de Lisboa - Secção do Conselho Regional Pág. 306 - Secção Regional de Coimbra - Secção do Conselho Regional de dia 20 de Setembro de 1973 Pág. 308 - Projecto do IV Plano de Fomento Pág. 308 - Secretaria-Geral - Coleções</p>	
ACTIVIDADES CULTURAIS	
<p>Pág. 309 - Programa das actividades futuras</p>	
NOTICIÁRIO TÉCNICO	
<p>Pág. 371 - Cimento e Betão Pág. 372 - Aço</p>	
NOTICIÁRIO DIVERSO	
<p>Pág. 377 - Legislação Pág. 378 - Informações económicas-estatísticas Pág. 381 - II. Recenseamento da População - 1970 Pág. 380 - Outras Notícias - FEANI - Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs - Centro Empresarial Luso-Brasileiro de Cooperação Económica</p>	
<p>Publicidade e edição da ORDEM DOS ENGENHEIROS Director: Eng. Américo Paulo Pereira Amaro, membro do Conselho Geral - Redactor-Chefe: Eng. Sebastião Mário de Oliveira Durão - Redacção e Administração: Av. António Augusto de Aguiar, 3-2, Lisboa 1, telefones: 84 24 38 e 86 24 28 - Composição, impressão e distribuição: Tip. J. Rosa Moreira, Lda, Rua Académica dos Gólgotas, 21-A, tel.: 28 82 12 (Lisboa) - Sede do Conselho Regional de Lisboa: Av. António Augusto de Aguiar, 3-2, tel.: 86 24 39 - Conselho Regional do Porto: Rua Rodrigues Sampaio, 133, tel.: 2 28 75 - Conselho Regional da Coimbra: Av. Fátima de Magalhães, 218, 5.º, tel.: 2 34 47</p>	<p>Os trabalhos associativos são de exclusiva responsabilidade dos autores</p> <p>Assinatura anual: Portugal, Brasil, Espanha Bot. de informação associativa 150000 Bot. de inf. econ.-téc. de momentos 200000</p> <p>Outros países: Bot. de informação associativa 200000 Bot. de inf. econ.-téc. de momentos 200000</p> <p>Número anual: 150000</p>
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MEMBROS DA ORDEM DOS ENGENHEIROS	
<p>501. 083. 896. - VOL. 18, N.º 11 - NOVEMBRO 1973 389</p>	

Número apreendido do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 11, Vol. 18, Novembro de 1973.
Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

ano que precedeu a queda do Regime, o *Boletim* passou a ser sujeito a censura prévia, por ordem da Direcção-Geral de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, o que acontecia pela primeira vez na sua história. Protestou a Direcção da Ordem sem qualquer efeito prático: a PSP, depois de várias ameaças nos meses anteriores, acabou por apreender o *Boletim* n.º 111 de Novembro de 1973. Como reacção, e para manter canais de comunicação com a comunidade dos engenheiros, sob os auspícios das secções regionais do Porto e de Lisboa, começaram a ser publicados o *Boletim de Informação Interna*, e o *Boletim Informativo*, tendo o Conselho *decidido publicar aí os assuntos habitualmente distribuídos em circulares pela Secretaria Geral*²⁷⁷.

À medida que se ia aproximando do fim, o Estado Novo continuava a tentar reforçar a arquitectura corporativa que, em boa verdade, constituía o seu fundamento original. Por isso, a Ordem via estender as suas representações no âmbito da organização corporativa.

O presidente da Ordem era por inerência procurador da Câmara Corporativa e, nessa condição, participava nos pareceres das secções de que fazia parte. Durante este mandato a sua acção foi particularmente sentida nos pareceres relativos aos projectos do decreto-lei sobre o ensino politécnico e da proposta de lei sobre o Fomento Industrial²⁷⁸. Assinale-se que, para coadjuvar o Presidente na elaboração dos pareceres a elaborar com vista à feitura do IV Plano de Fomento (1974-1979), foi criado na Ordem o Núcleo Central Dinamizador para o IV Plano de Fomento. Apesar de a sua actuação ter sido bastante limitada, aqui fica, para memória, o nome dos engenheiros que o constituíram: Jose Pereira Athayde, Joaquim Silva Lourenço, Manuel Marques de Almeida, Antonio O. T. Corte-Real, Francisco Limpo de Faria²⁷⁹.

Com a tomada de posse do novo Conselho Geral foi necessário remodelar as representações da Ordem junto das várias corporações, passando a ter a seguinte distribuição:

- › Corporação da Indústria – engenheiro António José Carneiro Quadros Flores.
- › Corporação da Pesca e Conservas – engenheiro Rogério Silva d'Oliveira.
- › Corporação da Imprensa e Artes Gráficas – engenheiro Bento Leite de Castro.

- › Corporação de Transportes e Turismo – engenheiro João Avelino da Rocha Cunha Serra²⁸⁰.

A actividade destes engenheiros caracterizou-se pela discrição. Aliás as comissões e conselhos a que ficaram a pertencer só se reuniram muito espaçadamente e, nalguns casos, apenas para aprovação dos relatórios e contas dos anos anteriores²⁸¹.

Apenas uma nota sobre a posição do engenheiro Cunha Serra, em reunião realizada a 18 de Dezembro de 1970, no sentido de pôr em destaque as dificuldades que o decreto-lei n.º 492/70, trazia para os sindicatos no domínio das convenções colectivas, particularmente para os que, como a Ordem, representavam um número reduzido de profissionais em cada empresa²⁸².

De facto, o decreto-lei n.º 492/70, do Ministério das Corporações e Previdência Social, veio introduzir alterações a várias disposições do decreto-lei n.º 49 212, de 28 de Agosto de 1969, que regulava e uniformizava a estrutura das convenções colectivas de trabalho e a forma da sua elaboração e publicação. A Ordem dos Engenheiros reagiu, sobretudo por considerar *inconvenientes as possibilidades* que o INTP tinha de *interferir em todo o processo*. Efectivamente, pelo novo diploma, o INTP ficava com *vastos poderes, designadamente, obrigar a negociações, alargar o seu âmbito, alongar prazos para respostas (mesmo contra vontade do proponente), decidir qual a corporação competente para a conciliação, e recorrer da nomeação dos árbitros, alargar o prazo de arbitragem, limitar os horários recebidos por aqueles e avaliar da equidade de todas as decisões, etc.*²⁸³

A finalizar esta temática das representações da Ordem no âmbito da organização corporativa, deve fazer-se referência a uma *deliberação do Conselho Geral acerca das representações de Ordem*, que vem mostrar até que ponto esta estava preocupada com a ineficácia de muitas das comissões externas em que a Ordem estava representada. No seguimento de diversos reparos e recomendações produzidos durante a Assembleia Geral de 28 de Fevereiro de 1972, os Engs. *Quadros Flores e Durval Serra, apresentaram à apreciação do Conselho o documento “Regras gerais de orientação das representações da Ordem em Comissões Exteriores. Tópicos para elaboração de um articulado”*. O documento só veio a ser discutido

pelo Conselho em 1974, tendo dado origem à acima referida deliberação. De concreto, porque já não havia tempo para ir mais longe, ficou a seguinte decisão: *no referente à posição a tomar pelos representantes da Ordem nas eleições para as presidências das corporações, o Conselho deliberou que, na medida em que a opção se reduza a uma ponderação entre sector sindical e sector patronal, se recomende a preferência pelo primeiro destes sectores*²⁸⁴.

Em termos gerais, era este o quadro das representações da Ordem durante o mandato, como Bastonário, do engenheiro Pedro Nunes:

Representações da Ordem dos Engenheiros – 1970-1973

Câmara Corporativa		Bastonário
Corporação da Indústria	1970 1971 1972 1973	António José Carneiro Quadros Flores
Corporação da Pesca e Conservas	1970 1971 1972	Rogério Silva d'Oliveira
Corporação da Imprensa e Artes Gráficas	1970 1971 1972	Bento Maria de Meireles Leite de Castro
Corporação dos Transportes e Turismo	1970 1971 1972 1973	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Comissão para o estudo da pretensão da Ordem dos Engenheiros a ter um representante na Corporação da Lavoura	1971 1972	Pedro Pereira Amaro
Comissão de Estudo da Eventual Conversão da Caixa de Previdência dos Engenheiros (Ministério das Corporações e Previdência Social)	1970	João Avelino da Rocha Cunha Serra (delegado do Conselho Geral) Carlos Pinto Bastos (representante da Comissão Organizadora da Caixa de Previdência dos Engenheiros)
Comissão para rever as normas em vigor no MOP sobre dos Honorários dos Técnicos contratados para elaboração de projectos	1970 1971 1972	Francisco Xavier Marques Maia

Regulamento de Qualificação de Técnicos para Obras Sujeitas a Licenciamento Municipal	1970 1971	Francisco Xavier Marques Maia
Conselho Consultivo do Instituto Superior Técnico	1970 1971 1972 1973	João Avelino da Rocha Cunha Serra
Grupo Dinamizador para a Reforma do Ensino Superior Agrícola ²⁸⁵	1970 1971	Augusto José de Oliveira Manuel Pinheiro Ferreirinha Augusto José de Oliveira Manuel Victoriano Lopo Firmino da Costa
Conselho de Normalização	1970 1971 1972 1973	António Pais Gromicho (Civil) José Manuel Nogueira de Azevedo Duarte (Electrotécnica) Manuel José Marques de Almeida (Mecânica) Marcelino Nunes da Costa (Químico-Industrial) Tomás Tavares de Sousa (Agronómica) Miguel Fernando da Silva e Sousa (Civil) António Manuel da Silva Salta (Electrotécnico) Manuel José Marques de Almeida (Mecânico) Luís Alberto da Silva Medeiros (Químico) António de Oliveira Teles Corte-Real (Agrónomo)
Comissão Electrotécnica Portuguesa	1970 1971 1972	Inácio Nunes Ferreira António dos Reis Baptista António dos Reis Baptista Manuel José de Campos Costa
Comissão para o Estudo de Revisão dos Regulamentos das Instalações Eléctricas (CORIEL)	1970 1971 1972	Eduardo José da Costa Pereira
Comissão Nacional ligada com o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOSMOS)	1970 1971	Francisco Caldeira Cabral
Comissão de Inscrição e de Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas	1970 1971 1972	Manuel José de Carvalho Fernandes Vaz (efectivo) Álvaro João Duarte Pinto Correia (suplente)
Secção Aquícola do Conselho Técnico da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas	1970 1971 1972 1973	Francisco José da Silveira Saragoça

Comissão para o Regulamento de Segurança da Construção Civil	1970 1971 1972	Artur Pinto Martins
Comissão Permanente resultante do Congresso do Ensino de Engenharia	1970 1971	Efectivo – Pedro de Varennes Monteiro de Mendonça Suplente – Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa
No Grupo de Trabalho da COPRAI	1970 1971	Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa
Comissão encarregada de estudar a resolução do problema do pó da cortiça sobre as vias respiratórias dos operários sujeitos à sua acção	1970 1971	Cipriano Caleia
Conselho de Estética Cidadina (Câmara Municipal de Lisboa)	1970 1971	Mário Rodrigues
Comissão de Vocabulários de Estruturas	1970 1971	Nuno Leitão Abrantes
Comissão <i>ad hoc</i> para funcionar junto do Grupo de Estudo e Avaliação de Projectos do Secretariado Técnicos da Presidência do Conselho	1970 1971	António Manuel C. de Azevedo Gomes
Comissão para alteração dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Profissionais de Telecomunicações	1970 1971	Fernando José Marcos Franco Feijó
Grupo de Estudos de Terminologia Científica e Técnica em Língua Portuguesa (GETELIPO), do Ministério do Ultramar	1970 1971	João Fernando Cansado Tavares
Comissão para o Estudo do Problema do Isolamento da Cortiça	1970 1971	Bernardo Jerosch Herold José da Silva Carvalho António Costa Silva Carvalho José Alexandre Monteiro Simões de Carvalho Alfredo Baptista Lourenço de Andrade
Grupo de estudos dos assuntos da Mulher Técnica e Cientista ²⁸⁶	1971	Antera Valeriana de Seabra Maria Amélia Fragoso Maria Luísa Jalhay

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros* relativos aos anos 1970-1973.

Prosseguiu a actividade normal da Ordem nas instituições internacionais de que se tornara membro, destacando-se, como vinha sendo habitual, o empenho e a dinâmica crescentes que a participação na FEANI suscitava.

Entre Secções

Na Secção Regional do Porto²⁸⁷, a preocupação que transparecia nos primeiros tempos da Direcção do Bastonário Pedro Nunes era a de promover a inscrição de todos os engenheiros que, estando em condições para o fazer, continuavam a manter-se afastados da Ordem²⁸⁸, identificando-se como as duas grandes prioridades do Conselho Regional: as sindicais, *designadamente as de apoio aos Colegas que recorreram à Ordem quando os seus interesses se encontravam lesados e as culturais*, que se traduziram, sobretudo, na promoção de *um «Ciclo de Fundições» e o «II Encontro dos Engenheiros de Minas»*²⁸⁹.

Em 1971, último do triénio para que tinha sido eleito, o Conselho Regional promoveu diversas realizações de carácter cultural, através de visitas de estudo, cursos, conferências e reuniões, sendo certo que os projectos de reforma do ensino foram objecto de duas sessões de debate, preparatórias de reunião extraordinária da assembleia regional. Em 1972, ano de eleições, estas polarizaram as atenções e as disponibilidades organizativas existentes. Em qualquer caso, razões administrativas que tinham a ver com o decreto n.º 51/72²⁹⁰ recentemente publicado, determinaram que a assembleia eleitoral só se tenha reunido em Julho, tendo os membros eleitos tomado posse em 1 de Setembro²⁹¹. Tentando superar estes atrasos, ocorreu a reunião de duas assembleias regionais extraordinárias: a primeira, em 26 de Fevereiro, envolveu mais duas sessões que se prolongaram até Dezembro, para se ocupar da reestruturação da Caixa de Previdência, a segunda, reunida a 25 de Junho, *para tratar do Regulamento do Exercício da Profissão, especialmente no aspecto dos honorários dos engenheiros que exercem a actividade por conta própria*²⁹².

No quadro de outras actividades, destaque para a realização de uma exposição do livro científico e técnico, algumas palestras e colóquios de âmbito cultural e sindical e um conjunto de reuniões culturais dedicadas aos filhos dos engenheiros. O Conselho Regional procurou reforçar os contactos com os alunos da Faculdade de Engenharia do Porto, de que resultou a inscrição de um número considerável de subscritores estudantes²⁹³.

* * *

O atraso nas eleições que se realizaram em Março de 1970, com o consequente atraso das posses dos eleitos que só tiveram lugar em 15 de Junho, determinaram *um relativo abrandamento da acção* da Secção Regional de Coimbra²⁹⁴. De resto, todo o ambiente em Coimbra era pesado e pouco propício a iniciativas por força da crise académica. Apesar destes contratempos, a Secção registou um apreciável número de inscrições de novos membros *o que se deve, sem dúvida, ao estímulo que constituíram as reuniões organizadas no ano anterior em Viseu e Aveiro*²⁹⁵. Nos anos seguintes, com o ambiente um pouco mais distendido, houve ocasião para reunir duas assembleias regionais, ambas em 1971, *especialmente convocadas para tratar da Reforma do Ensino e do Código Deontológico*. O Conselho Regional empenhou-se no apoio da criação da Faculdade de Engenharia, na Universidade de Coimbra e, em mais duas assembleias, reunidas em 1972, tomou-se posição sobre a reorganização da Caixa de Previdência²⁹⁶.

Nas secções dos territórios ultramarinos os problemas eram outros. Apesar de terem passado anos, quer em Luanda quer em Lourenço Marques, o que preocupava as direcções regionais eram ainda os problemas do arranque: da procura de um local adequado para sede, da mobilização dos engenheiros residentes para se inscreverem.

Em Luanda, após a fase de instalação, realizou-se a *15 de Setembro a Assembleia Regional extraordinária, na qual se procedeu às eleições para o triénio de 1970/72, tendo sido as mesmas homologadas por despacho publicado no Boletim Oficial da Província n.º 292, de 17 de Dezembro de 1970*²⁹⁷. A presidir aos destinos da Secção ficou aquele que desde sempre se tinha mostrado mais empenhado na implantação da Ordem em Angola, o engenheiro Henrique Novais Ferreira, que já tinha sido presidente da Comissão Organizadora da Assembleia Regional²⁹⁸. Após as eleições, os corpos directivos da Secção Regional ficaram assim constituídos: presidente da Assembleia Regional, engenheiro Fernando Manuel Borges Mouzinho; Conselho Regional, engenheiros Henrique Novais Ferreira, Alberto Leão Diniz, Alfeu Rodrigues Pereira, Ernesto Alves Rafael e José Augusto Alves Fontainhas²⁹⁹.

A nova Direcção fez diligências com vista à obtenção de um edifício para a sede e criou uma comissão para o estudo de *assuntos profissionais e deontológicos*. Assinale-se que, no final de 1971, estavam inscritos nesta

Secção Regional 200 membros efectivos³⁰⁰, e que em 1972 esse valor subiu para 338³⁰¹.

Quanto à Secção Regional de Lourenço Marques os elementos disponíveis são mais precários: em 1970 realizaram-se as eleições regulamentares para os corpos directivos³⁰²; em 1971, já dotada de uma sede, contava com mais de 200 membros³⁰³.

Em qualquer dos casos, Luanda ou Lourenço Marques, em todos os documentos consultados se encontrava a queixa de que não conseguiam resolver o problema das formas de representação quer no Conselho quer na Assembleia Geral da Ordem.

Por fim a Secção Regional de Lisboa onde, no fundo, tudo o que era verdadeiramente importante se iria passar³⁰⁴. O ambiente nacional deteriorava-se rapidamente enquanto o Estado Novo, na sua versão marcelista, em substância se ia esgotando. Como instituição, onde coexistiam várias ideologias, várias estratégias político-profissionais e acima de tudo se iam acumulando enormes tensões, as questões políticas foram ganhando, de novo, dimensão: existiam questões essenciais sobre a verdadeira natureza da Ordem, da sua inserção e consequente subordinação à orgânica corporativa cada vez mais virtual; existia um Estado que superava as suas debilidades reforçando o pendor autoritário e persecutório; existiam várias gerações de estudantes universitários que redobravam os seus protestos contra a guerra colonial, entre as quais várias gerações de jovens engenheiros; existiam os engenheiros, presos políticos que a Ordem também não podia nem queria ignorar ou negar o seu apoio: em suma, existia uma sociedade cada vez mais crispada para a qual parecia não haver saída.

Indo por partes: o ano de 1970 ainda conseguia aparentar uma certa acalmia. O Relatório referia que para além do reforço da actividade sindical da Ordem, agora inegavelmente articulada com outras estruturas, as comissões respectivas continuavam a trabalhar sobre o *Regulamento do Exercício da Profissão, a Reforma do Estatuto e a Reestruturação das Publicações da Ordem*, [...] ³⁰⁵ da mesma forma que se referia que foi, *também, preocupação do Conselho Regional intensificar as relações com os engenheiros domiciliados na Província e, assim, foram realizadas sucessivamente reuniões em Santarém, Setúbal, Faro e Évora; já nos primeiros dias de 1971 realizou-se uma reunião no Funchal* ³⁰⁶.

Mas a imprensa já dava mostras de que alguma coisa estava a mudar, ao informar que, pela primeira vez, cerca de 700 engenheiros poderiam ver as suas condições de trabalho e direitos profissionais defendidos por três acordos e um contrato colectivo graças à actuação do Conselho Regional de Lisboa da OE empenhada em negociações com as entidades patronais respectivas, *no sentido de defender os interesses legítimos dos profissionais de engenharia, cujos direitos não têm sido, até aqui, garantidos pelos princípios básicos, dependentes portanto, quase integralmente, das contingências da contratação individual*³⁰⁷. Estavam então em causa as negociações de acordos colectivos entre a Ordem e três grandes empresas nacionais, a TAP, a CP e a Companhia das Águas a que se juntava a discussão de um contrato colectivo com o Grémio das Indústrias Eléctricas³⁰⁸.

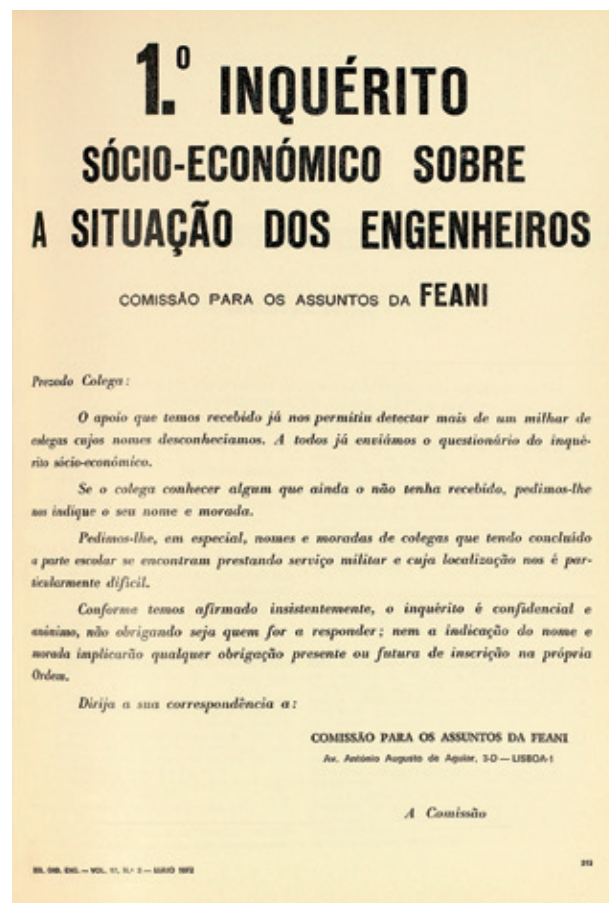
A própria linguagem dos documentos internos da Ordem também sofria uma significativa alteração. Numa circular do presidente do Conselho Regional de Lisboa de 15 de Outubro de 1970, era explicitamente referida *a convicção de que os Colegas mais jovens pretendem que a Ordem seja um Organismo Sindical mais activo. Entendemos por esta expressão que a Ordem esteja apta a defender os interesses dos seus membros, na sua qualidade de trabalhadores intelectuais e a contribuir para a formação profissional e cultural destes, por todas as formas possíveis*³⁰⁹.

Em 1971, prosseguia-se com este tom de aparente normalidade funcional: reforço da actividade sindical, reuniões em algumas sedes de distritos e a organização de alguns eventos culturais como foi o caso do colóquio denominado «Aspectos da Indústria Portuguesa na Década de 70. Potencialidades e Condicionamentos do seu Desenvolvimento»³¹⁰, aliás amplamente noticiado pela comunicação social, designadamente os jornais *A Capital*³¹¹, *República*³¹² e *Diário de Notícias*³¹³. Mais uma vez, o manifesto esforço de mobilizar os jovens engenheiros, como atesta mais uma circular enviada pelo presidente do Conselho Regional, Cunha Serra, onde explicitamente se apela ao empenhamento dos mais novos e se faz referência a um documento elaborado por um grupo de jovens engenheiros que revelava *uma vontade de renovar a Ordem, mediante a participação activa e interessada do sector jovem da classe [...]*, constituindo um *Grupo de Jovens Engenheiros, completamente aberto e informal, com funções e programa a definir em cada momento pelos seus componentes,*

de forma a conseguir que a Ordem seja de facto o organismo sindical dos engenheiros. O “Grupo” pretende ser constituído por jovens engenheiros, estudantes finalistas e estagiários e constituir o elo de ligação entre as Associações dos estudantes de engenharia e a Ordem dos Engenheiros³¹⁴. Este documento era uma peça que naturalmente horrorizava o Regime: a ligação estreita entre uma instituição corporativa, com uma forte componente sindical, com as associações de estudantes onde se estava a afirmar uma designada corrente de sindicalismo estudantil com contornos revolucionários³¹⁵.

Até que chegou 1972: o ano de todos os desastres. O marcelismo, num derradeiro esforço para renovar o modelo económico, fazia aprovar a lei n.º 3/72 do Fomento Industrial e assinava o Acordo com a CEE; o capitalismo português atingia um dos seus pontos mais altos, de uma quase insuportável concentração de capitais físicos e financeiros, prenúncio de um surto especulativo que conduziu ao tropeção fatal que seria o *crash* da Bolsa de Lisboa de 1973: 16, 5% das empresas portuguesas produziam quase 75% do PIB. Foi neste ano que foi criada a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra³¹⁶, mas foi também em 1972 que a luta dos alunos do IST, extremado-se, conduziu a uma radical greve aos exames a que o Governo respondeu com o encerramento da Escola.

A Ordem não podia passar incólume por todas estas provas e na conclusão do seu habitual Relatório, o Conselho não deixava de referir que *não esconde o sentimento de certa frustração ao confrontar os resultados concretos alcançados com os ambicionados. Mas não se hesita em afirmar que quanto se fez custou muito trabalho – e não pouco sacrifício*³¹⁷. Estes trabalhos incluíam um elevado número de reuniões com membros do Governo e altos funcionários da Administração Pública³¹⁸, a realização do I Inquérito sócioeconómico, sobre a situação dos diplomados em engenharia em colaboração com o Sindicato Nacional dos



1.º Inquérito socioeconómico sobre a situação dos engenheiros. Comissão para os assuntos da FEANI.

Fonte: “1.º Inquérito socioeconómico sobre a situação dos engenheiros”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5, Vol. 17, Maio de 1972, p. 213.

Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, por solicitação e segundo as instruções da FEANI³¹⁹, intervenção num conjunto alargado de processos de contratação colectiva³²⁰, os atrasos e os transtornos provocados pela entrada em vigor do decreto n.º 51/72³²¹ que passou a regulamentar minuciosamente os processos eleitorais, e os procedimentos nas respectivas assembleias electivas, dos dirigentes corporativos, obrigando designadamente à elaboração de trabalhos circulares explicativas das alterações e das consequências que daí decorriam³²².

Em Junho, o ambiente interno da Ordem começou a aquecer: um grupo de 101 engenheiros *requereu a realização duma Assembleia Regional Extraordinária para tratar do assunto seguinte: discussão e tomada de posição face aos acontecimentos na Universidade. Marcada para o dia 26 de Junho, tal Assembleia não pôde, porém, realizar-se, por não estarem presentes os 4/5 de membros requerentes exigidos pelo Estatuto*³²³. Apesar disso, a centena de engenheiros que acorreram à reunião aproveitou para discutir informalmente a situação criada no IST e noutras escolas universitárias e desse debate saiu a resolução de enviar um telegrama ao ministro da Educação, Veiga Simão, pedindo a reabertura das Associações dos Estudantes do IST e do ISCEF³²⁴.

A partir de 1973 as questões políticas passaram a dominar claramente a actividade da Ordem, designadamente, relativas aos *condicionamentos impostos à actividade sindical, a prisão pela DGS do colega Esteves Vicente, a suspensão dos dirigentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos a ainda a codificação (interna) do processo de actuação da Ordem dos Engenheiros nos casos de prisão de um dos seus membros a que ainda se somaria a interdição de realização na sede da Ordem, de uma reunião dos Corpos Gerentes da referida Secção Regional da Ordem dos Médicos – os quais preparavam a sua defesa no processo que lhes era movido, depois de terem sido forçados a demitir-se por ordem governamental*. Tudo isso motivou uma *acesa controvérsia*, não só no Conselho Geral, como na própria Assembleia Geral da OE realizada em 6 de Abril de 1973, de que resultou, aliás, *a impugnação judicial da validade das deliberações*, que o Conselho Geral contestou, e os pedidos de demissão de três membros do Conselho, entre os quais o Bastonário – *questões estas sanadas na Assembleia Geral de 8 de Junho*³²⁵.

Mas não ficaram por aqui as perturbações ocorridas neste ano de 1973. Era notório quer o endurecimento do discurso da Direcção da Ordem face ao poder político quer a forma como se posicionavam e actuavam face ao mesmo poder. O programa dos candidatos para o triénio 1973-1975 era, aliás, eloquente a esse respeito: *a acção dos corpos dirigentes consistirá fundamentalmente em dar forma aos desejos e orientações da Classe, numa base de confiança mútua [...]; na situação actual será primeira preocupação criar o clima propício a esta maneira de trabalhar. A Classe apoiou em grande maioria a lista que subscrevia tais princípios. Criou-se um clima totalmente oposto ao que vigorou desde a imposição do novo Estatuto em 1956. Os interesses dos engenheiros nos mais variados aspectos, foram defendidos como nunca o tinham sido. A vida da Ordem adquiriu uma vivacidade não conhecida anteriormente. Os princípios por que se regeram estes corpos dirigentes eram realmente fecundos. [...] Várias foram as causas que impediram a realização plena daqueles objectivos: o seu enunciado é uma condição essencial para que no futuro se possam transpor as dificuldades encontradas. [...] Porém [...] não põem em causa os princípios orientadores aprovados pela Classe em 1969. Estes deverão continuar a ser a base da acção a desenvolver. É nos métodos de trabalho que as correcções deverão ser introduzidas. Pretende-se que estes conduzam a uma efectiva participação dos engenheiros na vida do seu organismo associativo. [...] O programa de realizações e a lista de colaboradores de cada Secção serão apresentados à Classe. Entre as Secções a criar indicam-se as seguintes: – Informação e Propaganda. – Sindical (o seu responsável será o Presidente do Conselho Regional). – Cultural e de Convívio. – Previdência. Se as circunstâncias o aconselharem formar-se-ão outras secções. Considera-se da maior importância a criação de Delegações da Ordem nos locais de trabalho e correspondente Junta de Delegados*³²⁶.

Com efeito, da Assembleia Geral extraordinária realizada a 11 de Janeiro, saiu um conjunto de decisões que significaram um corte radical com a organização corporativa e o tipo de sindicalismo por si adoptado: o que foi aprovado nessa Assembleia foi um conjunto de princípios e de práticas que não só subvertiam a lógica corporativa como colocavam a Ordem à margem da organização.

Assembleia Regional Extraordinária de 11 de Janeiro de 1973

Nesta Assembleia foram postas à votação e ficaram aprovadas as seguintes propostas e moções:

Proposta

Dado que compete à Ordem dos Engenheiros defender os seus membros, por força dos Estatutos e por razões de solidariedade profissional e humana, e por que essa atitude de defesa se deve manifestar com tanto mais força quanto mais grave for a situação do colega em dificuldade, a Assembleia Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, reunida em sessão extraordinária em 11 de Janeiro, decide que:

- 1. A prisão de um colega constitui um facto muito grave e justifica a pronta intervenção da Ordem.*
- 2. O Conselho Regional, ao tomar conhecimento da prisão de um colega, por via particular ou oficial:*
 - 2.1 Contacte a autoridade responsável pela prisão e outros departamentos oficiais no sentido de:*
 - 2.1.1. Serem conhecidos os motivos alegados para a prisão.*
 - 2.1.2 Exigir a imediata libertação do colega no caso de estar detido sem culpa formada.*
 - 2.1.3 Serem averiguadas as condições prisionais e exigir que se coadunem com os princípios de dignidade humana universalmente aceites.*
 - 2.1.4 Estabelecer contacto pessoal com o colega detido mediante visitas de representantes da Ordem dos Engenheiros.*
 - 2.1.5 Obter facilidades para que o Colega mantenha actividade profissional.*
 - 2.2 Contacte a entidade patronal ou os clientes do colega preso, procurando que a situação profissional deste não seja afectada, nomeadamente no que diz respeito ao vencimento sem prejuízo do que dispõe o Regulamento do Exercício da Profissão.*
 - 2.3 Contacte a família do colega para eventual apoio moral e económico.*
 - 2.4 Forneça elementos informativos aos engenheiros sobre a situação do colega preso, nomeadamente através do Boletim, para que seja possível uma tomada de posição colectiva.*
 - 2.5 Informe a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos caso os motivos da prisão do colega estejam no âmbito da acção desta Comissão.*
 - 2.6 Garanta apoio jurídico ao colega preso através de advogado especialmente qualificado para o efeito.*
 - 2.7 Ofereça caução moral e financeira para libertação condicional do colega preso.*

- 2.8 Solicite a convocação da Assembleia Regional sempre que se verifique ser útil o apoio desta a acções a empreender ou que seja necessário transmitir informações importantes ou recolher directivas para actuações relacionadas com a defesa de colegas presos.
3. Por iniciativa do Conselho Regional de Lisboa seja discutida em Assembleia Geral a actuação a empreender pelo Conselho Geral em face da prisão de um colega.
4. Os delegados da Secção Regional de Lisboa à Assembleia Geral deverão procurar que seja aprovado um método de acção para apoio a colegas presos, ao nível do Conselho Geral, baseado no ponto 2. do texto desta proposta.
5. Seja dado conhecimento do texto desta proposta, através dos competentes órgãos da Ordem às restantes Ordens e Sindicatos.
6. O Conselho Regional promova a publicação do texto desta proposta no Boletim da Ordem.

Proposta

Em face das informações transmitidas sobre a situação do colega Fernando Filipe Esteves Vicente, a Assembleia Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, reunida em 11 de Janeiro de 1973, decide:

- 1.º Protestar contra as condições prisionais a que se encontra submetido o colega Fernando Vicente, nomeadamente, contra as torturas que lhe têm sido infligidas no decurso dos interrogatórios, a ausência de advogado assistindo a estes, a falta de assistência familiar e o regime de isolamento a que tem estado submetido.
- 2.º Manifestar a sua vontade de prosseguir uma acção colectiva até à libertação do colega Fernando Vicente.
- 3.º Dar conhecimento do texto desta proposta, através dos competentes órgãos da Ordem dos Engenheiros às seguintes entidades: Presidente do Conselho, Presidente da Assembleia Nacional, ministro das Corporações e Previdência Social, ministro do Interior, Ordens, Sindicatos e Órgãos Informativos.
- 4.º Informar toda a classe, inclusivamente através do Boletim, enviando a todos os membros o texto desta proposta.

Moção

A Assembleia Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, reunida em sessão extraordinária no dia 11 de Janeiro de 1973, tendo apreciado a suspensão dos dirigentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, como foi anunciado ao país pela Nota Oficiosa de 11 de Novembro de 1972 e tendo tomado conhecimento de que, posteriormente àquela acção, diversos dirigentes daquele organismo sindical têm estado a ser chamados à D.G.S. para serem submetidos a interrogatórios e para assinarem notificações de terem sido colocados em regime

de liberdade condicionada e, ainda de que o processo de destituição referido no último parágrafo da Nota Oficiosa e aberto no Tribunal de Trabalho decorre com extrema lentidão o que é lesivo dos interesses da Ordem dos Médicos por protelar sem razão a solução do problema:

- › *Saúda a classe médica e, em particular, os dirigentes da Secção Regional de Lisboa da sua Ordem.*
- › *Protesta contra a suspensão injustificada desses mesmos dirigentes e contra a subsequente intimidação policial, sobretudo, contra a colocação dos mesmos em regime de liberdade condicionada.*
- › *Solicita o restabelecimento imediato das condições que permitam aos médicos atingidos a utilização normal das instalações da sua Ordem.*
- › *Recomenda que, enquanto o objectivo anterior não for alcançado, o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros coloque as instalações e outros meios de acção da sua Ordem à disposição dos Dirigentes Médicos atingidos pela Suspensão.*
- › *Decide divulgar o teor desta moção a toda a classe sem prejuízo da sua integral publicação no Boletim da Ordem, e transmiti-lo ainda às seguintes entidades:*

Presidente dos Conselhos de Ministros; ministros das Corporações e Previdência Social, Saúde e Assistência e Interior; Presidentes da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa; Bastonário em exercício da Ordem dos Médicos; Restantes Ordens e Sindicatos; órgãos da Informação.

Como é óbvio, as reacções do Poder não se fizeram tardar: um ofício da subdelegação de Faro da Direcção-Geral de Segurança alertava o director-geral para o que se passara nessa Assembleia Geral, nos seguintes termos: *Excelentíssimo Senhor, Para os devidos efeitos, tenho a honra de informar V. Ex.^a que, num dos últimos dias da semana finda, houve uma Assembleia Extraordinária na Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, sendo debatido principalmente a defesa a qualquer colega que porventura venha a ser preso, seja ela qual for a origem do crime, tanto política, como comum. Segundo me foi dado a saber, a finalidade principal era a da própria Ordem intervir directamente junto das autoridades competentes e “exigir” a libertação do preso e auxiliar este e os seus familiares, tanto moral, como financeiramente, durante a sua detenção [...]*³²⁷.

Entretanto, já em Fevereiro, uma notícia publicada no jornal *A Capital* dava conta de que um dos princípios orientadores da lista eleita para

os corpos dirigentes da Secção Regional de Lisboa da OE era o de *fomentar tomadas de posição sobre os principais problemas da vida nacional, levando os engenheiros a assumir as suas responsabilidades de cidadãos* e que a lista candidata aos cargos directivos para o triénio 1973/1975 foi proclamada eleita logo no começo dos trabalhos pelo presidente da mesa da Assembleia Regional cessante, eng.º Henrique de Barros [...]³²⁸.

A Direcção da Secção Regional de Lisboa eleita na reunião de 27 de Fevereiro tomou posse em 22 de Março.

Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Ário Azevedo
Vice-Presidente	Francisco Lino Neto
Secretário	José Manuel Pinhão Renato Bernardino

Delegados à Assembleia Geral

Engenharia Civil	Alfredo Portela dos Santos
	António Areosa Feio
	António Mexia Heitor
	Fernando Vicente
	Henrique Oliveira Sá
Engenharia Electrotécnica	Joaquim Caldeira Rodrigues
	Armando Barrias
	José Manuel Tomada
	Júlio de Barros
Engenharia Mecânica	Roberto Pereira Branco
	António Sousa Catita
	João Sequeira Varejão
Engenharia de Minas	Luís Gama Barreto
	José Botelho Chaves
Engenharia Químico-Industrial	Áureo Carvalhão Duarte
	José Luiz Rebelo
	Maria Joaquina Silvério
Engenharia Naval	Carlos Caldeira Saraiva
Engenharia Geográfica	Jorge Alves Calado
	Paulo Ferreira de Lemos
Engenharia Agronómica	Agostinho Mesquita Carvalho
	António Falcão de Campos
	António Poppe Lopes Cardoso

Engenharia Silvícola	Joaquim Castro Guerra António Alberto Monteiro Alves
----------------------	---

Membros do Conselho Regional

Engenharia Civil	Amílcar Ambrósio
Engenharia Electrotécnica	João Cunha Serra
Engenharia Mecânica	Augusto Monteiro Gomes
Engenharia de Minas	José António Freire Leitão
Engenharia Químico-Industrial	Jorge Galvão Videira
Engenharia Naval	António Carlos Potier Godinho
Engenharia Geográfica	Nuno Pedro da Silva
Engenharia Agronómica	José Augusto Mendes Espada
Engenharia Silvícola	Fernando Lopes Gaio

Agregados ao Conselho Regional

António Pereira de Carvalho · Blasco Hugo Fernandes · Armando Barrias
· Júlio de Barros · Maria Joaquina Silvério

Comissão Fiscal

Jaime Pereira Gomes (Presidente) · Álvaro Campos de Carvalho
· Fernando de Magalhães e Menezes

Conselho Disciplinar Regional

Francisco de Almeida e Castro (Presidente) · Roberto Charters de Azevedo ·
Afonso de Oliveira Silva · Paulo Augusto Ferreira de Lemos · Manuel Firmino
da Costa

Membros dos Conselhos Culturais

Engenharia Civil	Amílcar Ambrósio
	António Manuel Pereira de Carvalho
	José Vasconcelos de Paiva
	José Teixeira Trigo
	Virgílio Lopes Cabrita
	Guilherme Martins
	João Cunha Serra
	José António Gonçalves
	José Catela Pequeno
	Luís Henrique da Silva

Engenharia Mecânica	Afonso Andrade Carvalho Amândio Machado da Costa Augusto Monteiro Gomes
Engenharia de Minas	António Coimbra Rente José Freire Leitão Rui Ribeiro Farinas de Almeida
Engenharia Químico-Industrial	Jorge Pinto Galvão Videira Alberto Jorge Esteves Guerra Eduardo Jorge Graumann Ribeiro de Almeida José Luiz Rebelo Mário Marques de Oliveira
Engenharia Naval	António Castro Vidal Belo Henrique Sanches e Brito
Engenharia Geográfica	Hernâni Gomes de Oliveira Maria Amélia da Fonseca Maia Nuno Pedro da Silva
Engenharia Agronómica	Augusto José de Oliveira Domingos Brito Mariano Hernâni Félix Cidade Mourão João Augusto Mendes Espada José Nave Alegre
Engenharia Silvícola	António Machado Rodrigues Fernando Lopes Gaio Miguel Cardoso e Silva
Delegados às Comissões Respectivas do Imposto Profissional	
Artur Pinto Martins	Engenharia Civil
Viriato dos Anjos Monteiro	Engenharia Electrotécnica
Guido dos Santos Rodrigues	Engenharia Mecânica
José Diogo Costa	Engenharia de Minas
Manuel Dias Ferreira	Engenharia Químico-Industrial
António Gentil Quina	Engenharia Naval
João José Arruda Bicudo	Engenharia Geográfica
Manuel Macedo Franco	Engenharia Agronómica
Jorge Vieira Alves	Engenharia Silvícola

Depois, numa sequência rápida, a situação precipitou-se. Na Assembleia Geral extraordinária, realizada a 15 de Março, foi aprovada uma moção a pressionar a Direcção Nacional da Ordem no sentido de acatar

e dar seguimento às decisões das assembleias regionais; qualquer coisa que ficava entre a moção de censura e a admoestação, no seguimento do que se lamentava *que o Conselho Regional de Lisboa não tenha dado cumprimento integral às propostas e moção aprovada na Assembleia Regional de 11 de Janeiro de 1973*³²⁹.

O Conselho Geral, de certa forma desafiado a tomar uma posição inequívoca sobre as decisões tomadas na Assembleia Geral da Lisboa, embora dividido entre os que queriam uma tomada de posição mais dura, outros que procuravam uma solução de equilíbrio e outros ainda que consideravam que se estava a entrar numa linha de claro confronto com as autoridades assumindo posições antiestatutárias e mesmo ilegais, a propósito do *caso da interdição da realização na sede da Ordem de uma Reunião dos corpos gerentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos exprimia perante o Ministério das Corporações, a conclusão de que se não pode deixar de lamentar a posição tomada pelo Ministério no caso em apreço*³³⁰.

A Assembleia Geral extraordinária de 6 de Abril de 1973 prosseguia no mesmo tom desafiante: já não havia matérias sindicais para tratar; apenas estava em jogo defender os direitos dos engenheiros presos por razões políticas, a solidariedade com a Secção Regional da Ordem dos Médicos e a organização da Ordem tendo em vista a aptidão para poder reagir adequadamente em caso de necessidade³³¹, o que, em termos práticos, veio a culminar no supremo acto de rebeldia, de suspender, mesmo que temporariamente, relações com o próprio Ministério das Corporações³³².

Num destes intervalos, entre duas assembleias gerais, o Bastonário, engenheiro Pedro Nunes, em reunião do Conselho Geral de 14 de Maio, *pôs ao Conselho Geral a sua posição pessoal, de aceitação de todas as decisões da Assembleia, para ele soberana, na linha de declarações feitas desde a sua posse e, por outro lado, de discordância do teor de algumas deliberações da Assembleia Geral. Dada a gravidade deste último aspecto e das suas possíveis implicações para as futuras actividades da Ordem exprimiou a sua intenção de apresentar o seu pedido de exoneração*³³³. Mais tarde, na Assembleia Geral realizada a 8 de Junho, especialmente convocada para discutir a sua posição, o Bastonário retirou o pedido de demissão³³⁴.

Mas, nesta sequência vertiginosa de reuniões magnas, já outra se perfilava no horizonte: a 28 de Setembro, na Assembleia Geral que reuniu

mais de 200 engenheiros, foi aprovado um conjunto de moções e propostas que ainda fizeram subir o nível de exigências: numa moção, declarando que os engenheiros reunidos não podiam ignorar os graves acontecimentos que se estavam a passar na Universidade e nomeadamente no IST, não enfeitava *de modo nenhum o direito e o dever de participar na sua resolução, tanto mais que dizem respeito a futuros membros desta Ordem, que desde já lhes deve dar provas de ser merecedora da sua confiança como defensora dos interesses da classe dos engenheiros. [...] Mais delibera transmitir à Direcção do IST a necessidade, que considera urgente, da reabertura da Escola*³³⁵; numa segunda moção, considerava-se que a abertura incondicional da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico é condição indispensável para a rápida normalização da vida académica³³⁶. Finalmente, numa proposta onde se discutia o problema da validação dos diplomas de escolas de engenharia estrangeiras passados a portugueses, [...] observando a estagnação do problema no plano governamental e apoiando a acção anteriormente desenvolvida pelo Conselho Geral, [...] delibera recomendar uma forte e persistente insistência no prosseguimento da acção desenvolvida pelo Conselho Geral junto das autoridades competentes no sentido de uma urgente resolução daquele problema [...]”³³⁷. Aqui se discutiram também questões como as declarações recentes do ministro da Defesa, ameaçando que no próximo ano lectivo a Academia Militar abrirá as suas

A ORDEM DOS ENGENHEIROS E A CRISE DO TÉCNICO

A crise universitária que provocou a anulação do 2.º semestre do Instituto Superior Técnico, no ano lectivo de 1972/73, levou a Ordem dos Engenheiros a tomar posição em dois documentos publicados no último número do «Boletim Informativo da Secção Regional de Lisboa». A intervenção da Ordem baseia-se no facto de ela pertencer ao Conselho Consultivo do I.S.T. e está dentro da sua competência como defensora do prestígio da classe de engenharia. Como se verá pela leitura do primeiro texto, é possível que a discussão dos problemas se possa fazer numa «mesa redonda» proposta pela Ordem há meses e que o director do Técnico deferiu para o princípio de Novembro. Se isso acontecer, admite-se que venha a ser restaurado o bom entendimento entre a Ordem e a direcção do Instituto.



«Levantado oportunamente pelo C.R.L. junto do Conselho Geral, em 25/7/73, o problema do Instituto Superior Técnico, foi enviado à Direcção do Instituto o pedido de convocação do Conselho Consultivo do I.S.T. de que a Ordem faz parte. Tal baseava-se em vicissitudes da vida estudantil no Técnico»: para «Memorandums sobre trabalhos» a Ordem propunha o seguinte esquema:

- 1) A anulação do 2.º semestre, do ano lectivo de 1972/73, suscita, em diversos meios, considerações claramente depreciativas para a acção do Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico, na tentativa de obter educação satisfatória para os seus problemas pedagógicos.
- 2) Designadamente apontam-se que, situações análogas sob certos aspectos mais graves ocorrem noutras Escolas Superiores, sem que os respectivos Conselhos Escolares tivessem de lançar mão de tal solução.
- 3) Sendo o Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico constituído na sua quase totalidade, por engenheiros, tem sido considerado desprestigiante para a profissão, a situação ali criada; e a Ordem compete a defesa do prestígio da classe.
- 4) A escassez de engenheiros nalgumas especialidades é notória e fica deste modo agravada.
- 5) Daqui advém dificuldades, consideradas evitáveis, para o desenvolvimento económico do país.
- 6) Além destes prejuízos de ordem geral, outros de ordem particular atingem numerosas famílias, muitas delas de fracos recursos.
- 7) O recente anúncio, feito pelo Ministério da Defesa da instituição de cursos de engenharia «a sério» na Academia Militar, toma o aspecto dum a verificação governamental da incapacidade das escolas civis (especialmente do Instituto Superior Técnico).
- 8) Considera-se possível reduzir substancialmente os inconvenientes da situação, pelo que se propõe, soluções, caso o IST as não tenha ainda.

Até à data, a Direcção do Instituto Superior Técnico, ainda não respondeu. Por outro lado, contactado por um dos membros da S.L.P. a propósito da «mesa-redonda» sobre os problemas existentes no I.S.T., o Director daquele Instituto informou continuar a lutar com falta de tempo e, além disso, não achar oportuno discutir o problema antes da primeira semana de Novembro.

«ENGENHEIROS A SÉRIO»

O segundo documento importante publicado no «Boletim» refere-se a afirmações produzidas pelo ministro da Defesa Nacional na cerimónia de encerramento dos exercícios finais, em Santa Margarida dos alunos da Academia Militar. Diz o Boletim: «A afirmação do Sr. Ministro de que «...no próximo ano lectivo a Academia Militar abrirá as suas portas a estudantes masculinos civis que desejem frequentar cursos de Engenharia a sério e ser engenheiros a sério» motivou uma tomada de posição do C.R.L. que se traduziu no envio de uma carta ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros onde se comentam as palavras daquele membro do governo e se salienta a inoportunidade e a injustiça em que as mesmas se traduzem para os engenheiros portugueses se não for precisado o seu justo sentido.

Na continuação do tratamento que a Ordem deu à questão, publicamos os ofícios trocados entre o presidente do Conselho Geral e o Ministro.

CARTA DA ORDEM

Exm.º Senhor eng.º Honorário de Sã Viana Rebelo, Juiz de Direito da Defesa Nacional.

Excelência

É meu dever trazer ao conhecimento de V.Ex.ª a deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros tomada na sua última sessão, e que a seguir transcrevo:

O Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros tomou conhecimento das palavras proferidas por S.Ex.ª e Ministro da Defesa Nacional a propósito de «engenheiros a sério» reproduzidas em numerosos jornais diários (Época, Diário de Notícias, Seculo, etc.) de 30-6-1973. Embora admita que a intenção de S.Ex.ª visava a actual crise que atravessa o Instituto Superior Técnico, que naturalmente muito preocupa também esta Ordem não pode o Conselho Geral deixar de lamentar as expressões usadas por S.Ex.ª, que provocaram nesta Ordem fortes reacções por permitirem interpretação lesiva da dignidade da Classe, a que, não se esqueça, S.Ex.ª também pertence (24/7/73).

RESPOSTA DO MINISTRO

Exm.º Senhor Engenheiro Pedro Arsenio Nunes, Dig.º Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.

Recebi o ofício de V.Ex.ª n.º2579 de 24 de Julho último.

Agradeço a V.Ex.ª que intertome o Conselho Geral do seguinte:

1.º ... É exacto que as palavras que profere no meu discurso de 29-6-1973 relativas a engenheiros, se referiam à lamentável crise do Instituto Superior Técnico;

2.º ... Evidentemente que não pode extrair-se de tais palavras nenhuma interpretação lesiva da dignidade da Classe, tanto mais que eu próprio nela me incluo como o Conselho Geral afirma e também é exacto. (2/8/73).

Crise no Instituto Superior Técnico.

Fonte: “A Ordem dos Engenheiros e a crise do Técnico”, in *Diário de Lisboa*, de 9 de Novembro de 1973.

*portas a estudantes masculinos civis que desejem frequentar cursos de Engenharia a sério e ser engenheiros a sério*³³⁸ e a participação do Conselho Geral da Ordem no Conselho consultivo do Técnico uma vez que não tendo o Conselho Escolar do IST sabido defender a honra e o prestígio dos engenheiros, *à Ordem compete a defesa do prestígio da classe*³³⁹. Destas considerações resultou o envio de uma carta do Bastonário, Pedro Nunes, ao ministro da Defesa onde aquele se insurgia contra essa eventualidade e se salientava *a inoportunidade e a injustiça em que as mesmas se traduzem para os engenheiros portugueses se não for precisado o seu justo sentido*³⁴⁰. Anote-se que todas estas referências eram devidamente reportadas pela DGS.

A Ordem ainda teve oportunidade de, em mais uma AG, eleger os seus corpos directivos para o triénio 1973/1975, escolhendo para Bastonário o engenheiro Cunha Serra e para presidente da Mesa da Assembleia Geral, o professor Henrique de Barros³⁴¹.

Numa nota final, neste virar de página, para o qual, a par de uma massa de engenheiros mais ou menos anónimos, muitos destes protagonistas deram uma contribuição decisiva, o Conselho Geral no seu Relatório de actividades referente a 1973, concluído em Julho de 1974, deixava estas derradeiras palavras que, pela amálgama de textos escritos em momentos, e com estados de espírito diferentes, não deixam de ser significativos dos aspectos contraditórios e das perplexidades que caracterizaram o início deste novo período da História portuguesa: *Durante o ano de 1973 mais de uma vez foi patente, na legislação promulgada como na actuação das entidades governamentais competentes, a persistente acção repressiva de quaisquer actividades organizadas pelos trabalhadores, nomeadamente no domínio sindical. A maneira como foram tratados interesses legítimos de engenheiros, defendidos por este Conselho, é suficientemente reveladora.*

Quando foi elaborado o presente relatório já o País se encontra numa situação política muito diferente daquela em que a actividade aqui relatada teve lugar.

O histórico Movimento das Forças Armadas, que concretizou o derube do regime que se mantinha no poder havia quase meio século, veio abrir novas e ansiadas, perspectivas para a democratização da vida política

de que resultará, estamos certos, a possibilidade de concretizar um rápido e amplo progresso material e moral na pátria portuguesa.

Na exaltante construção de uma sociedade em que haja mais igualdade quererão estamos também certos, e poderão colaborar os engenheiros Portugueses³⁴².

Nas vésperas da revolução de Abril de 1974, e apesar do dinamismo evidenciado por alguns membros e dirigentes, a Ordem dos Engenheiros continuava a carecer de uma estratégia orientadora comum que satisfizesse as principais aspirações de cerca de 9 mil associados dispersos por cinco secções.

Membros efectivos – 1971-1974

ANOS	TOTAL	SECÇÕES			
		PORTO	COIMBRA	LISBOA	LUANDA E LOURENÇO MARQUES
1971	6780	1275	424	4626	455
1972	7269	1360	430	4850	629
1973	7794	1456	446	5170	722
1974	9266	1797	510	6199	760

Fonte: BOE.

Em termos de distribuição regional dos membros da Ordem, a Secção de Lisboa tinha um peso preponderante englobando mais de metade do total dos associados, tendência que se irá manter ao longo dos tempos. A sua acção, apesar de dinâmica, não conseguiu, todavia, contagiar nem as restantes secções nem grande parte dos engenheiros que continuava a não dar sinais de coesão tanto em questões de desenvolvimento cultural, como em matérias do domínio profissional.

Notas

- 1 “Secção de Publicações”, in *BOE*, Janeiro-Junho de 1961, pp. 22-23; “Editorial”, in *BOE*, Janeiro-Junho de 1961, p. 3.
- 2 Cf., “Editorial”, in *BOE*, Setembro-Outubro de 1961, p. 135.
- 3 “Editorial”, in *BOE*, Setembro-Outubro de 1961, p. 135.
- 4 *Idem*.
- 5 “Editorial”, in *BOE*, Março-Abril de 1963, p. 87. Ver também AOENG, Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida, n.º 12, Janeiro a Junho de 1963, Carta da Ordem dos Engenheiros a Karl Stocklein, de 12 de Fevereiro de 1963.
- 6 “Editorial”, in *BOE*, Março-Abril de 1962, pp. 79 e 80. Ver também sobre esta questão AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 12. N.º 1 a 1206. Janeiro a Março de 1961, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa ao Chefe de Gabinete do ministro da Educação Nacional, de 16 de Março de 1961.
- 7 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 10. N.º 2330 a 3158. Agosto a Outubro de 1960, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa ao Chefe de Gabinete do ministro da Educação Nacional, de 20 de Outubro de 1960.
- 8 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 11. N.º 3159 a 3859. Agosto a Outubro de 1960, Carta do Secretário-geral, Fernando Pessoa ao Chefe de Gabinete do ministro da Saúde e Assistência, de 9 de Novembro de 1960.
- 9 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta de Engenheiros formados no I.S.T. ao Corpo docente do I.S.T., de 11 de Maio de 1962.
- 10 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Ordem dos Engenheiros ao Director e Corpo docente do I.S.T., de 12 de Maio de 1962. Assinavam: Rui Mendes, José Maria Myre Dore, Mario Castanheda, José Arandes Figueira de Matos, Alfeu Amandio Forte, Artur Pinto Martins, Rui José Gomes, Amílcar Guerra, José Antonio Gonçalves, Manuel Massano D’amorim, Manuel Camacho Simões, Jovito Mendes Tainha, Antonio dos Reis Baptista, José Fragoso, João Martins Pereira, Caldeira Rodrigues, João C. Serra, Antonio Lopes, Paulo Fernando Pulido Valente, Eduardo Gomes Cardoso, Aquilino Ribeiro Machado, Orlando Augusto Ferreira Guedes, Ernesto Gentil dos Santos Cordeiro, Antonio Leitão da Rocha Cabral, Carlos Maricoto Monteiro, Guido dos Antos Rodrigues, José Jaime Simões de Mendonça, A. Catita, Guilherme Frances Correia, Maria Joaquina Silverio, Manuel Sena Rego, José Mariano, Jeovis Pereira, Hilário Cruz Vieira Pinto, Alfredo Rosas Moura, Vicente Mário Rafael, Carlos de Macedo Santana, Carlos Correia Gago.

- 11 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 16. N.º 4824 a 5546. Setembro a Outubro de 1961, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa de Setembro de 1961. Por motivos de saúde a palestra do engenheiro Rodrigues Sarmiento no Rotary Club de Lisboa foi lida pelo secretário-geral da Ordem engenheiro Fernando Pessoa.
- 12 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 9. N.º 1674 a 2329. Junho a Julho de 1960, Carta do Presidente do Conselho Geral, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, de 21 de Julho de 1960.
- 13 *Relatório do Conselho Geral, referente ao ano de 1961* (doravante RCGOE, 1961), Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1962, p. 1.
- 14 *Idem.*
- 15 *Idem.*
- 16 Cf. *Idem*, p. 2.
- 17 RCGOE, 1961, p. 2.
- 18 “Actividade Associativa”, in *BOE*, Janeiro-Junho 1961, p. 9.
- 19 RCGOE, 1961, pp. 13 e 14.
- 20 *Idem*, pp. 15 e 16.
- 21 *Idem*, p. 3.
- 22 *Relatório do Conselho Geral, referente ao ano de 1962 e aos factos ocorridos durante o ano de 1963* (doravante RCGOE, 1962), Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1963.
- 23 RCGOE, 1962, pp. 3 e 4.
- 24 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 18, Abril-Junho de 1962, Carta do Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros ao Presidente do Conselho Regional de Coimbra, de 27 de Abril de 1962.
- 25 *Relatório do Conselho Geral, referente ao ano de 1960* (doravante RCGOE, 1960), Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1961,
- 26 RCGOE, 1961, p. 4.
- 27 “Secção de Publicações” in *BOE*, Janeiro-Junho de 1961, p. 23; RCGOE, 1962, p. 8; “Secção de Publicações”, in *BOE*, Novembro-Dezembro de 1963, p. 379.
- 28 RCGOE, 1960, pp. 2 e 3.
- 29 “Editorial”, in *BOE*, Novembro-Dezembro de 1962, pp. 363-364.
- 30 Ver “Conclusões do Congresso do Ensino de Engenharia. Conclusões das Secções”, in *BOE*, Novembro-Dezembro de 1963, pp. 398-407.
- 31 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 16. N.º 1875 a 3616. Junho a Dezembro de 1964, Carta da Secção Regional de Lisboa ao Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros, Maio de 1964.
- 32 RCGOE, 1960, pp. 3 e 4.
- 33 Cf. RCGOE, 1961, pp. 4 e 5. AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 20. N.º 2906 a 4060. Outubro a Dezembro de 1962, Carta do Bastonário, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento ao ministro do Ultramar, de 11 de Outubro de 1962. RCGOE, 1962, p. 4.
- 34 Cf. RCGOE, 1960, p. 4.
- 35 *Idem*, pp. 4 e 5.
- 36 Ver Regulamento Disciplinar aprovado em 29 de Novembro de 1961 em Anexo Documental.
- 37 RCGOE, 1961, pp. 5 e 6.
- 38 *Idem*, p. 6.
- 39 *Idem*, p. 7.
- 40 *Idem.*
- 41 RCGOE, 1962.
- 42 *Idem.*
- 43 “Vida Associativa. Assembleia-Geral” in *BOE*, Vol. III, Janeiro-Fevereiro 1963, p. 29.
- 44 Ver “Assembleia Geral extraordinária para tratar do Imposto Profissional”, in *BOE*, Janeiro-Fevereiro de 1963, p. 29; “Conselho Geral. Imposto Profissional”, in *BOE*, Janeiro-Fevereiro de 1963, pp. 29-33.
- 45 “Actividade Associativa”, in *BOE*, Julho-Agosto 1961, p. 85.
- 46 *Idem.*
- 47 RCGOE, 1960, p. 8.
- 48 RCGOE, 1962, p. 7.
- 49 RCGOE, 1960, p. 8.
- 50 *Idem*, p. 9.
- 51 RCGOE, 1962, p. 7.
- 52 RCGOE, 1961, p. 16.
- 53 *Idem.*
- 54 RCGOE, 1961, p. 16 e AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 10.

- N.º 2330 a 3158. Agosto a Outubro de 1960, Carta do Secretário-geral, Fernando Pessoa ao Secretário do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, de 12 de Agosto de 1960; Alteração do valor das quotas e jóias”, in *BOE*, Maio-Junho 1962, p. 177; *RCGOE*, 1962, p. 7. Vd. também AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 21. N.º 2 a 1167. Janeiro a Fevereiro de 1963, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa ao Secretário do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros, de 6 de Fevereiro de 1963.
- 55 Vd. AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 22, Março-Abril de 1963, *Carta da Comissão Administrativa aos Membros da Secção Regional de Lisboa em 6 de Abril de 1963*.
- 56 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 22, Março-Abril de 1963, Carta do Bastonário ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 6 de Abril de 1963.
- 57 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 12. N.º 1 a 1501. Janeiro a Junho de 1963, Carta da Comissão Administrativa, de 22 de Abril de 1963.
- 58 “Assembleia Geral Extraordinária”, in *BOE*, Março-Abril de 1963, pp. 129-132.
- 59 *Idem*.
- 60 *Idem*.
- 61 “Secção Regional de Lisboa”, in *BOE*, Julho-Agosto de 1963, p. 244.
- 62 AOENG, Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida, n.º 12, Janeiro a Junho de 1963, Carta da Ordem dos Engenheiros ao engenheiro Pedro de Chaves Cymbion Borges de Sousa, de 2 de Março de 1963.
- 63 “Secção Regional de Lisboa”, in *BOE*, Janeiro-Junho 1961, p. 24.
- 64 *Idem*.
- 65 *Idem*.
- 66 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 15. N.º 1 a 1874. Janeiro a Maio de 1964, Carta do Presidente do Conselho Regional a, de 7 de Janeiro de 1964.
- 67 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 15. N.º 1 a 1874. Janeiro a Maio de 1964, Carta do Presidente do Conselho Regional, Gonçalo Avides Rodrigues Sarmento ao Presidente da Mesa da Assembleia Regional de Lisboa, de 23 de Janeiro.
- 68 AMT, Ordem dos Engenheiros -Inspecções, 1955-1974, Relatório à Inspecção da Secção Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros, 26 de Novembro de 1958.
- 69 “Secção Regional do Porto”, in *BOE*, Janeiro-Junho 1961, pp. 25-26.
- 70 “Secção Regional do Porto”, in *BOE*, Julho-Agosto 1961, p. 100.
- 71 “Secção Regional do Porto”, in *BOE*, Janeiro-Fevereiro de 1962, p. 35.
- 72 *Idem*.
- 73 *Idem*, p. 41.
- 74 Vd. “Secção Regional de Coimbra”, in *BOE*, Novembro-Dezembro 1961, pp. 260-266 e “Secção Regional de Coimbra” in *BOE*, Janeiro-Fevereiro de 1962, pp. 49-55.
- 75 “Secção Regional de Coimbra in *BOE*, Janeiro-Fevereiro de 1962, p. 52.
- 76 *Idem*, p. 54.
- 77 “Actividade Associativa”, *BOE*, Março-Abril de 1964, pp. 101-103.
- 78 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1964 e Orçamento para o ano de 1965*, Lisboa, 1965 (doravante *RCGOE*, 1964), p. 1.
- 79 *Idem*.
- 80 *Idem*.
- 81 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1965 e Orçamento para o ano de 1966*, Lisboa, 1966 (doravante *RCGOE*, 1965), p. 1.
- 82 “Editorial”, in *BOE*, vol. X, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1965, pp. 3-4.
- 83 *RCGOE*, 1965, p. 1.
- 84 “Editorial” in *BOE*, vol. 11, n.º 2, Março-Abril de 1966, pp. 115-116.

- 85 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 37. N.º 3826 a 4677. Setembro a Outubro de 1965, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Prof. Dr. Adérito de Oliveira Sedas Nunes, de 22 de Setembro de 1965.
- 86 *Idem*, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Prof. Engenheiro Daniel Maria Vieira Barbosa, de 23 de Setembro de 1965.
- 87 *Idem*, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Prof. Dr. José R. Whittaker Penteado, de 23 de Setembro de 1965.
- 88 *Idem*, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes, de 23 de Setembro de 1965.
- 89 *Idem*, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Dr. José da Silva Lopes, de 23 de Setembro de 1965.
- 90 *Idem*, Carta do Bastonário da Ordem, José Mercier Marques ao Dr. João Maurício Fernandes Salgueiro, de 23 de Setembro de 1965.
- 91 “Seminário de Desenvolvimento Económico”, in *BOE*, vol. X, n.º 3, Maio-Junho de 1965, p. 302.
- 92 *BOE*, vol. X, n.º 4, Julho-Agosto de 1965, p. 405.
- 93 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 34. N.º 1083 a 2440. Março a Abril de 1965, Carta do Bastonário, José Mercier Marques a Eduardo de Arantes de Oliveira, 1965.
- 94 Ver “engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira. Membro Honorário da Ordem dos Engenheiros”, in *BOE*, vol. X, n.º 2, Março-Abril de 1965, pp. 167-168 e 175; “Actividade Associativa”, in *BOE*, vol. X, n.º 6, Novembro-Dezembro de 1965, pp. 516-519 que publica os discursos proferidos pelo Bastonário e pelo ministro Arantes e Oliveira.
- 95 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 20. N.º 3257 a 4456. Outubro a Dezembro de 1965, Carta do Conselho Cultural da Especialidade de Engenharia Agronómica, 20 de Dezembro de 1965.
- 96 “Editorial”, in *BOE*, vol. 11, n.º 1, Janeiro-Febrero de 1966, pp. 3-4.
- 97 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1966 e Orçamento para o ano de 1967*, Lisboa, 1967 (doravante RCGOE, 1966), p. 1.
- 98 *Idem*.
- 99 AOENG, Correspondência Expedida -Conselho Geral – Julho a Setembro de 1966, Carta do Secretário Geral ao Chefe de Gabinete do ministro das Corporações e Previdência Social, de 22 de Agosto de 1966.
- 100 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Delegação do Porto, de 10 de Dezembro de 1966.
- 101 Os relatórios da PIDE sobre os dirigentes da Ordem ou já foram destruídos ou só poderão ser encontrados nos arquivos dos gabinetes dos vários ministros das Corporações para onde uma cópia era remetida.
- 102 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Delegação do Porto, de 10 de Dezembro de 1966.
- 103 “O 30.º aniversário da criação da Ordem dos Engenheiros”, in *BOE*, vol. 12, n.º 1, Janeiro-Febrero de 1967, pp. 12-14.
- 104 *Idem*.
- 105 *Idem*.
- 106 AOENG, Conselho Geral – Correspondência expedida número 44 (Abril a Junho de 1967), Carta do Bastonário ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de 31 de Maio de 1967.
- 107 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1967 e Orçamento para o ano de 1968*, Lisboa, 1968 (doravante RCGOE, 1967), p. 1.
- 108 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1970 e Orçamento para o ano de 1971*, Lisboa, 1971 (doravante RCGOE, 1970), p. 3.
- 109 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta de Engenheiros membros da Ordem ao Presidente da Assembleia Regio-

- nal de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, de 21 de Janeiro de 1970.
- 110 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 62, Janeiro – Fevereiro de 1970, Carta do Bastonário da Ordem dos Engenheiros ao ministro da Justiça, de 10 de Março de 1970.
- 111 *Idem.*
- 112 RCGOE, 1970.
- 113 *Idem.*
- 114 PIDE-DGS, Movimento Estudantil – Instituto Superior Técnico, Carta da PIDE-DGS ao Presidente do Conselho, de 6 de Maio de 1970.
- 115 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Direcção-Geral de Segurança, Delegação do Porto, ao Director-Geral de Segurança, de 31 de Julho de 1970.
- 116 *Idem.*
- 117 Ver AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 64, Maio – Julho de 1970, Carta do Bastonário da Ordem dos Engenheiros ao ministro as Obras Públicas e Comunicações, de 23 de Junho de 1970.
- 118 RCGOE, 1970, p. 10.
- 119 RCGOE, 1966, p. 2.
- 120 RCGOE, 1964, p. 2.
- 121 *Idem.*
- 122 *Idem.*
- 123 RCGOE, 1965, p. 2.
- 124 RCGOE, 1964, p. 3.
- 125 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 29. N.º 2004 a 2987. Maio a Junho de 1964, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro do Interior, de 1 de Junho de 1964; AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 34. N.º 1083 a 2440. Março a Abril de 1965, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro das Corporações e Previdência Social, de 30 de Abril de 1965; RCGOE, 1966, p. 3.
- 126 Decreto-lei n.º 49 410, insere disposições diversas sobre vencimento e regalias económico-sociais dos servidores do Estado, bem como sobre quadros e categorias, DG, I Série, 2.º Suplemento, de 24 de Novembro de 1969.
- 127 AOENG, Conselho Geral – Correspondência expedida número 50 (Maio a Julho de 1968).
- 128 RCGOE, 1964, pp. 2-3.
- 129 *Idem.*
- 130 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1968 e Orçamento para o ano de 1969*, Lisboa, 1969 (doravante RCGOE, 1968), p. 2. RCGOE, 1969”, p. 4.
- 131 RCGOE, 1970, p. 5.
- 132 RCGOE, 1964, p. 3.
- 133 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 29. N.º 2004 a 2987. Maio a Junho de 1964, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro do Ultramar, de 30 de Maio de 1964.
- 134 *Idem*, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro do Ultramar, Junho de 1964; RCGOE, 1965, p. 2.
- 135 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 36. N.º 3210 a 3825. Julho a Agosto de 1965, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro do Ultramar, de 7 de Julho de 1965.
- 136 RCGOE, 1966, p. 3.
- 137 AOENG, Correspondência Expedida -Conselho Geral – Julho a Setembro de 1966, Carta do Secretário Geral ao Chefe de Gabinete do ministro das Corporações e Previdência Social, de 22 de Agosto de 1966; “Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1969 e Orçamento para o ano de 1970”, in BOE, vol. 15, n.º 11, Novembro de 1970 (doravante “RCGOE, 1969”), p. 3.
- 138 DG, I Série, N.º 178, de 29 de Julho de 1968.
- 139 RCGOE, 1968, p. 2.
- 140 *Idem.*
- 141 RCGOE, 1964, p. 5.
- 142 *Idem.*
- 143 RCGOE, 1970, p. 9.
- 144 RCGOE, 1964, p. 3.
- 145 RCGOE, 1966, p. 3.
- 146 RCGOE, 1968, p. 2.

- 147 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 55. N.º 6700 a 7594. Dezembro de 1968, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa ao Presidente do Conselho Superior Disciplinar, de 17 de Dezembro de 1968.
- 148 “RCGOE, 1969”, p. 5.
- 149 RCGOE, 1964, p. 5.
- 150 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 32. N.º 4433 a 6076. Novembro a Dezembro de 1964, Carta do Secretário Geral, Fernando Pessoa ao Secretário do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros, de 24 de Novembro de 1964; AOENG, Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida, n.º 32, Outubro de 1968, Carta do Presidente do Conselho Regional de Lisboa ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros, de Outubro de 1968.
- 151 RCGOE, 1968, p. 4; RCGOE, 1970, p. 4.
- 152 RCGOE, 1964, pp. 5-6.
- 153 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 37. N.º 3826 a 4677. Setembro a Outubro de 1965, Carta do Conselho Geral, de 23 de Setembro de 1965.
- 154 RCGOE, 1965, p. 4.
- 155 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Ordem dos Engenheiros, Secção Regional de Lisboa, Maio de 1970.
- 156 “Introdução do Espírito Sindical na Ordem dos Engenheiros – condição de defesa dos profissionais” in *Diário de Lisboa* de 8 de Maio de 1970; “A Revisão dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros” in *Diário Popular* de 8 de Maio de 1970; “Reunião da Ordem dos Engenheiros” in *Diário de Notícias* de 8 de Maio de 1970; “A Ordem dos Engenheiros estuda a possível revisão dos estatutos” in *República* de 22 de Maio de 1970; “Colóquio sobre Sindicalismo na Ordem dos Engenheiros” in *Diário de Lisboa* de 22 de Maio de 1970; “Comissões Sindicais na Ordem dos Engenheiros – Preconizou-se na Reunião de Ontem” in *A Capital* de 22 de Maio de 1970; “Colóquio na Ordem dos Engenheiros” in *A Capital* de 2 de Junho de 1970; “Engenheiros” in *Diário de Lisboa* de 5 de Junho de 1970.
- 157 RCGOE, 1970, p. 4.
- 158 AOENG, Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida, n.º 39, n.ºs 1390 a 3216 – Abril/Junho de 1970, Carta do Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros (engenheiro J. Cunha Serra) ao Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Aéreos Portugueses, SARL de 5 de Junho de 1970.
- 159 “Ordem dos Engenheiros” in *Diário Popular*, de 9 de Junho de 1970.
- 160 RCGOE, 1964, p. 4.
- 161 RCGOE, 1966, p. 3.
- 162 “RCGOE, 1969”, p. 5.
- 163 *Idem*.
- 164 RCGOE, 1970, p. 6.
- 165 RCGOE, 1964, p. 6.
- 166 Ver “Secção Regional de Lisboa. Ciclo de Conferências sobre o Plano de Rega do Alentejo”, in *BOE*, Março-Abril de 1964, pp. 104-105 e “Sessão de encerramento do ciclo de conferências sobre o Plano de Rega do Alentejo”, in *BOE*, Maio-Junho de 1964, p. 216.
- 167 AOENG, Correspondência Expedida Secção Regional de Lisboa – Julho a Outubro de 1967, Carta da Ordem dos Engenheiros, de 8 de Julho de 1967.
- 168 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 45. N.º 3195 a 4093. Julho a Agosto de 1967, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa ao Director da PIDE, de 10 de Julho de 1967.
- 169 AOENG, Correspondência Expedida Secção Regional de Lisboa – Julho a Outubro de 1967, Carta da Ordem dos Engenheiros, de 8 de Julho de 1967.
- 170 *Diário das Sessões...*, Sessão n.º 89, de 8 de Novembro de 1967, intervenção do deputado André Navarro, p. 1674.
- 171 AOENG, Correspondência Expedida Secção Regional de Lisboa – Julho a Outubro de 1967, Carta da Ordem dos Engenheiros de 13 de Outubro de 1967.
- 172 RCGOE, 1965, p. 4.
- 173 RCGOE, 1964, p. 5.

- 174 *Idem.*
- 175 *Idem.*
- 176 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 32. N.º 4433 a 6076. Novembro a Dezembro de 1964, Carta do Secretário Geral, Fernando Pessoa ao Secretário do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros, de 26 de Novembro de 1964.
- 177 “Editorial”, in *BOE*, vol. X, n.º 3, Maio-Junho de 1965, p. 292.
- 178 *RCGOE*, 1965, p. 4.
- 179 *Idem.*
- 180 *Idem.*
- 181 *RCGOE*, 1968, p. 4.
- 182 *RCGOE*, 1964, p. 4.
- 183 Cf. AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 32. N.º 4433 a 6076. Novembro a Dezembro de 1964, Carta do Presidente da Comissão da Biblioteca ao Secretário do Conselho Regional de Lisboa, de 21 de Dezembro de 1964; *RCGOE*, 1967, p. 3. Ver entre outros documentos AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 30. N.º 1486 a 3062. Abril a Junho de 1968, Carta do Presidente do Conselho Regional ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros, de 22 de Maio de 1968 transmitindo as conclusões da Acta da Comissão da Biblioteca de 9 de Maio de 1968.
- 184 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 29. N.º 2004 a 2987. Maio a Junho de 1964, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 11 de Junho de 1964; *RCGOE*, 1964, p. 4.
- 185 *RCGOE*, 1966, p. 4.
- 186 *RCGOE*, 1968, p. 3.
- 187 *RCGOE*, 1970, p. 4.
- 188 *RCGOE*, 1965, p. 3.
- 189 AOENG, Correspondência Expedida Conselho Geral N.º 54 (Novembro de 1968), Carta do Secretário Geral ao ministro da Educação Nacional, de 20 de Novembro de 1968.
- 190 *RCGOE*, 1970, p. 6.
- 191 *RCGOE*, 1964.
- 192 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 36. N.º 3210 a 3825. Julho a Agosto de 1965, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao Director do Fundo de Turismo, de 26 de Agosto de 1965.
- 193 “Reunião da F.E.A.N.I.-E.U.S.E.C. em Lisboa”, in *BOE*, vol. X, n.º 3, Maio-Junho de 1965, pp. 297-300.
- 194 *RCGOE*, 1965, p. 3.
- 195 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 20. N.º 3257 a 4456. Outubro a Dezembro de 1965, Carta do Secretário do Conselho Regional de Lisboa a órgãos de comunicação nacionais, de 7 de Outubro de 1965.
- 196 *RCGOE*, 1965, p. 3.
- 197 AOENG, Correspondência Expedida Conselho Geral (Janeiro a Março de 1967), Carta do Secretário Geral à Eng.ª D. Antera Valeriana de Seabra, de 25 de Março de 1967.
- 198 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 59. N.º 3827 a 5070. Julho a Agosto de 1969, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa, de 11 de Julho de 1969.
- 199 *RCGOE*, 1964, p. 7.
- 200 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 40. N.º 1629 a 3143. Abril a Junho de 1966, Carta do Bastonário, José Mercier Marques ao ministro das Obras Públicas, de 5 de Abril de 1966.
- 201 *RCGOE*, 1967, p. 2.
- 202 *RCGOE*, 1970, p. 4.
- 203 Ver sobre a Secção Regional de Lisboa os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das suas principais actividades e das resoluções tomadas pelo Conselho Regional e, em particular, os Relatórios e Contas do Conselho Regional de Lisboa referentes aos anos de 1964 a 1970 em *BOE*, vol. X, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1965, pp. 10-19; vol. 11, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1966, pp. 6-17; vol. 12, n.º 2, Março-Abril de 1967, pp. 112-123; vol. 13, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1968, pp. 16-25; vol. 14, n.º 4, Abril de 1969, pp. 7-20; vol.

- 15, n.º 5, Maio de 1970, pp. 5-18; vol. 16, n.º 6, Junho de 1971, pp. 276-290.
- 204 RCGOE, 1964, p. 1.
- 205 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 16. N.º 1875 a 3616. Junho a Dezembro de 1964, Carta da Secção Regional de Lisboa ao engenheiro Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa, de 23 de Junho de 1964.
- 206 “RCGOE, 1969”, p. 3.
- 207 Ver discursos do Bastonário e do Presidente da Secção na tomada de posse em *BOE*, vol. 14, n.º 11, Novembro de 1969, pp. 10-12.
- 208 Ver sobre a Secção Regional do Porto os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das suas principais actividades e das resoluções tomadas pelo Conselho Regional e ver em particular os Relatórios e Contas do Conselho Regional do Porto referentes aos anos de 1964 a 1970 em *BOE*, vol. X, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1965, pp. 24-31; vol. 11, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1966, p. 19-26; vol. 14, n.º 11, Novembro de 1969, p. 16-24; vol. 15, n.º 7, Julho de 1970, pp. 10-18; vol. 16, n.º 12, Dezembro de 1971, pp. 604-613.
- 209 RCGOE, 1966, p. 2.
- 210 Ver discursos do Bastonário e do Presidente da Secção na tomada de posse em *BOE*, vol. 14, n.º 11, Novembro de 1969, pp. 13-15.
- 211 Ver sobre a Secção Regional do Porto os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das suas principais actividades e das resoluções tomadas pelo Conselho Regional e, em particular, os Relatórios e Contas do Conselho Regional de Coimbra referentes aos anos de 1964 a 1970 em *BOE*, vol. X, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1965, pp. 32-37; vol. 11, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1966, pp. 27-32; vol. 12, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1967, pp. 15-20; vol. 13, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1968, pp. 16-25; vol. 14, n.º 5, Maio de 1969, pp. 10-15; vol. 15, n.º 4, Abril de 1970, pp. 13-18; vol. 16, n.º 4, Abril de 1971, pp. 144-149.
- 212 RCGOE, 1966, p. 2.
- 213 *Idem*.
- 214 “Secção Regional de Coimbra”, in *BOE*, Novembro-Dezembro de 1964, p. 572.
- 215 RCGOE, 1968.
- 216 *BOE*, vol. 14, n.º 9, Setembro de 1969, pp. 5-8.
- 217 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 58, Maio – Julho de 1969, Carta do Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros ao Presidente da Direcção da Associação Comercial e Industrial de Angola, de 25 de Junho de 1969. No mesmo dia seguiu uma carta em tudo idêntica, dirigida ao Presidente da Direcção da Associação Industrial de Moçambique.
- 218 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 62, Janeiro – Fevereiro de 1970, Carta do Bastonário da Ordem dos Engenheiros ao Governador Geral de Angola, de 18 de Fevereiro de 1970.
- 219 *BOE*, vol. 15, n.º 3, Março de 1970.
- 220 Ver, como exemplo, a notícia publicada pela imprensa em “Posse dos novos dirigentes da Ordem dos Engenheiros” in *A Capital* de 16 de Julho de 1970.
- 221 “Posse dos novos membros do Conselho Geral e Mesa da Assembleia Geral”, in *BOE*, p. 6.
- 222 *Idem*, p. 9.
- 223 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1970 e Orçamento para o ano de 1971*, Lisboa, 1971 (doravante RCGOE, 1970), p. 3.
- 224 *Idem*, p. 4.
- 225 Ver sobre esta questão o “Relatório referente ao inquérito sobre contratos de trabalho”, in *BOE*, vol. 15, n.º 9, Setembro de 1970, pp. 3-5.
- 226 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1971 e Orçamento para o ano de 1972*, Lisboa, 1972 (doravante, RCGOE, 1971), p. 4.
- 227 *Idem*.
- 228 Ver “Secção Regional de Lisboa. Assembleia Geral Extraordinária (Reunião em 10-3-1971 a requerimento de 106 engenheiros)”,

- in *BOE*, vol. 16, n.º 5, Maio de 1971, pp. 247-249.
- 229 “Comissão para Libertação do Engenheiro Blanqui Teixeira”, in *BOE*, vol. 16, n.º 7, Julho de 1971, p. 331.
- 230 Ver “Assembleia Geral Extraordinária (reunida em 24-V-71 a requerimento do Conselho Regional de Lisboa), in *BOE*, vol. 16, n.º 8, Agosto de 1971, pp. 355-356.
- 231 *RCGOE*, 1971, p. 7. Sobre esta matéria vd. também IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta do Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros ao Director-Geral de Segurança, de 22 de Junho de 1971; IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta do Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros ao Director-Geral de Segurança, de 16 de Setembro de 1971 e “Pedido de libertação do eng. Blanqui Teixeira”, in *BOE*, vol. 16, n.º 8, Agosto de 1971, pp. 361-362.
- 232 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 67, Novembro-Dezembro de 1970, Carta do Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros ao Chefe de Gabinete do ministro da Educação Nacional, de 7 de Novembro de 1970.
- 233 Vide *BOE*, Vol.16, n.º 2, Fevereiro de 1971.
- 234 Ver o Editorial “Estruturas do Ensino”, que Pedro Arsénio Nunes assina, publicado no *BOE*, vol. 16, n.º 2, p. 47.
- 235 “Editorial. Nota sobre o aumento de quotização”, in *BOE*, vol. 16, n.º 5, Maio de 1971, p. 213.
- 236 *RCGOE*, 1970, p. 5.
- 237 *Idem*.
- 238 *Idem*.
- 239 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1972 e Orçamento para o ano de 1973*, Lisboa, 1973 (doravante *RCGOE*, 1972), p. 7.
- 240 *Idem*, p. 9.
- 241 *Relatório e Contas do Conselho Geral, referentes ao ano de 1973 e Orçamento para o ano de 1974*, Lisboa, 1974 (doravante *RCGOE*, 1973), pp. 11-13.
- 242 *Idem*.
- 243 *Idem*.
- 244 *Idem*.
- 245 *Idem*.
- 246 “O Licenciamento de Obras Particulares. Cada Projecto Para o Técnico Adequado – propõe a Ordem dos Engenheiros.” in *Diário de Lisboa* de 4 de Novembro de 1970.
- 247 *RCGOE*, 1971, p. 9.
- 248 *Idem*.
- 249 *RCGOE*, 1972, pp. 6-7.
- 250 *RCGOE*, 1972, pp. 6-7.
- 251 *RCGOE*, 1972, pp. 6-7; *RCGOE*, 1973, p. 16.
- 252 *RCGOE*, 1973, p. 16.
- 253 *Idem*, p. 13.
- 254 “Edital”, in *BOE*, vol. 17, n.º 6, Junho de 1972, p. 270.
- 255 *RCGOE*, 1971, p. 4.
- 256 Ver “Comissão para o Estudo do Regulamento do Exercício da Profissão designada pelo Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros. Projecto de Ética Geral”, in *BOE*, vol. 16, n.º 2, Fevereiro de 1971, pp. 50-54 e “Comissão Regional de Lisboa para o Estudo do Regulamento do Exercício da Profissão. Projecto de Código Deontológico”, pp. 54-58. Ver reacções aos documentos em *BOE*, vol. 16, vários números. Ver ainda o editorial que o bastonário dedicou ao tema em *BOE*, vol. 18, n.º 4, Abril de 1973, pp. 133-134 e versão a que se chegou em “Código Deontológico”, in *BOE*, vol. 18, n.º 4, Abril de 1973, pp. 135-137.
- 257 *RCGOE*, 1971, p. 5.
- 258 *Idem*.
- 259 *Idem*.
- 260 *RCGOE*, 1972, p. 4.
- 261 *RCGOE*, 1970, p. 4.
- 262 *Idem*.
- 263 *RCGOE*, 1972, p. 4.
- 264 Ver “Reforma do Estatuto. Anteprojecto”, in *BOE*, vol. 16, n.º 8, Agosto de 1971, pp. 363-390.
- 265 *RCGOE*, 1973.
- 266 *RCGOE*, 1970, p. 4.

- 267 Ver “Caixa de Previdência dos Engenheiros – Sua reconversão. Relatório”, in *BOE*, vol. 16, n.º 5, Maio de 1971, pp. 217-246. Ver comentários ao projecto em vol. 16, n.º 12, Dezembro de 1971, pp. 597-598.
- 268 *RCGOE*, 1971, p. 5.
- 269 *RCGOE*, 1973, p. 5.
- 270 *RCGOE*, 1972, p. 6.
- 271 *RCGOE*, 1970, p. 5.
- 272 *RCGOE*, 1972, p. 7.
- 273 *RCGOE*, 1970, p. 5.
- 274 *Idem*.
- 275 *RCGOE*, 1971, p. 6.
- 276 *RCGOE*, 1972, p. 7.
- 277 *RCGOE*, 1973, p. 14.
- 278 *RCGOE*, 1971, p. 8-9.
- 279 *RCGOE*, 1973, p. 17.
- 280 *RCGOE*, 1970, p. 6.
- 281 *RCGOE*, 1971, pp. 8-9; *RCGOE*, 1972, pp. 8-9.
- 282 *Idem*.
- 283 AOENG, Conselho Geral – Correspondência Expedida, n.º 67, Novembro-Dezembro de 1970, Carta do Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros ao Presidente da Corporação dos Transportes e Turismo, de 29 de Dezembro de 1970.
- Ver sobre o assunto e a posição da Ordem dos Engenheiros o “Editorial” assinado por Cunha Serra, in *BOE*, vol. 16, n.º 1, Janeiro de 1971, pp. 3-4.
- 284 *RCGOE*, 1973, p. 18.
- 285 Ver o “Inquérito sobre a situação e a opinião dos engenheiros agrónomos e engenheiros silvicultores no tocante à reforma do Ensino Superior Agrícola”, in *BOE*, vol. 16, n.º 1, Janeiro de 1971, pp. 13-20.
- 286 Ver “Grupo de Estudos dos Assuntos da Mulher Técnica e Cientista. Resultados de um Inquérito”, que nomeadamente apresenta dados estatísticos, incluindo comparações internacionais, relativos ao número de técnicos universitários homens e mulheres e situação profissional das mulheres engenheiras, em *BOE*, vol. 16, n.º 3, Março de 1971, pp. 94-97.
- 287 Ver sobre a Secção Regional do Porto os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das suas principais actividades e das resoluções tomadas pelo Conselho Regional e ver em particular os Relatórios e Contas do Conselho Regional do Porto referentes aos anos de 1964 a 1970 em *BOE*, Vol. X, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1965, pp. 24-31; Vol. 11, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1966, pp. 19-26; Vol. 14, n.º 11, Novembro de 1969, pp. 16-24; vol. 15, n.º 7, Julho de 1970, pp. 10-18; vol. 16, n.º 12, Dezembro de 1971, pp. 604-613. Ver também “Secção Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros. Informação Interna, 1, Janeiro de 1973”, in *BOE*, vol. 18, n.º 2, Fevereiro de 1973, pp. 55-72.
- 288 *RCGOE*, 1970, p. 3.
- 289 *Idem*.
- 290 Decreto n.º 51/72, Regulamenta o processo eleitoral dos dirigentes corporativos, *DG,I Série*, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1972.
- 291 *RCGOE*, 1972, p. 3.
- 292 *Idem*.
- 293 *Idem*.
- 294 Ver sobre a Secção Regional de Coimbra os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das principais resoluções tomadas pelo Conselho Regional e ver em particular os Relatórios e Contas do Conselho Regional de Coimbra referentes aos anos de 1970 a 1973 em *BOE*, Vol. 16, n.º 4, Abril de 1971, pp. 144-149; vol. 19, n.º 4, Abril de 1973, pp. 139-143.
- 295 *RCGOE*, 1970, p. 3.
- 296 *RCGOE*, 1972, p. 3 e *RCGOE*, 1973, p. 4.
- 297 *RCGOE*, 1970, p. 4.
- 298 *Idem*.
- 299 AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 66. N.º 4971 a 6075. Setembro a Outubro de 1970, Carta do Secretário-Geral, Fernando Pessoa a Órgãos de Comunicação Social, de 29 de Setembro de 1970.
- 300 *RCGOE*, 1971, p. 4.
- 301 *RCGOE*, 1972, p. 3.
- 302 *RCGOE*, 1970, p. 4.

- 303 RCGOE, 1971, p. 4.
- 304 Ver sobre a Secção Regional de Lisboa os apontamentos publicados regularmente no *BOE*, dando nomeadamente nota das suas principais actividades e das resoluções tomadas pelo Conselho Regional e, em particular, os Relatórios e Contas do Conselho Regional de Lisboa referentes aos anos de 1970 a 1973 em *BOE*, Vol. 16, n.º 6, Junho de 1971, pp. 276-290; vol. 17, n.º 5, Maio de 1972, pp. 217-234; vol. 18, n.º 3, Março de 1973, pp. 95-105.
- 305 RCGOE, 1970, p. 3.
- 306 *Idem*.
- 307 “700 engenheiros em busca de novas condições de trabalho” in *Diário de Lisboa* de 6 de Agosto de 1970.
- 308 *Idem*.
- 309 AOENG, Secção Regional de Lisboa. Correspondência Expedida, n.º 41. N.º 3993 a 5203. Outubro a Dezembro de 1970, Carta do Presidente do Conselho Regional de Lisboa a, de 15 de Outubro de 1970.
- 310 RCGOE, 1972, p. 3.
- 311 “Colóquio na Ordem dos Engenheiros” in *A Capital* de 6 de Maio de 1971.
- 312 “Colóquio na Ordem dos Engenheiros” in *República* de 18 de Maio de 1971.
- 313 “Colóquio na Ordem dos Engenheiros sobre Aspectos da Indústria Portuguesa na Década de 70.” in *Diário de Notícias* de 22 de Maio de 1971.
- 314 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Ordem dos Engenheiros, Secção Regional de Lisboa. a, de 12 de Fevereiro de 1971.
- 315 Cf. IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Legião Portuguesa, Comando Geral do Quartel General, Serviço de Transmissão e Alerta, Noticiários – Serviço de Escuta a, de 31 de Março de 1972.
- 316 RCGOE, 1972, p. 4.
- 317 *Idem*, p. 11.
- 318 *Idem*, p. 4.
- 319 AMT, Ordem dos Engenheiros (Correspondência) de Março de 1972 a 1987, Carta do Presidente da Ordem dos Engenheiros, Presidente do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores ao Secretário-Geral do Ministério do Ministério das Corporações e Previdência Social, de 17 de Março de 1972.
- 320 RCGOE, 1972, pp. 5 e 6.
- 321 Decreto n.º 51/72, Regulamenta o processo eleitoral dos dirigentes corporativos, DG, I Série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1972.
- 322 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Ordem dos Engenheiros, Comissão eleitoral a, de 1 de Fevereiro de 1972.
- 323 “Assembleia Regional Extraordinária”, in *BOE*, vol. 17, n.º 7, Julho de 1972, p. 303.
- 324 *Idem*.
- 325 RCGOE, 1973, pp. 1-2.
- 326 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da Ordem dos Engenheiros, Secção Regional de Lisboa de 10 de Janeiro de 1973.
- 327 IANTT_PIDE/DGS, Ordem dos Engenheiros, Carta da DGS, Subdelegação de Faro (Jaime Nunes Paulino, subinspector) ao Director-Geral de Segurança de Lisboa, de 16 de Janeiro de 1973.
- 328 “Ordem dos Engenheiros define programa” in *A Capital* de 28 de Fevereiro de 1973.
- 329 Secção Regional de Lisboa”, in *BOE*, vol. 18, n.º 5, Maio de 1973, pp. 172-173.
- 330 *BOE*, vol. 18, n.º 5, Maio de 1973, pp. 164.
- 331 *BOE*, vol. 18, n.º 5, Maio de 1973, pp. 167-169.
- 332 *BOE*, vol. 18, n.º 10, Outubro de 1973, p. 331.
- 333 *BOE*, vol. 18, n.º 5, Maio de 1973, p. 166.
- 334 “Conselho Geral. Assembleia Geral Extraordinária no dia 8 de Junho de 1973”, in *BOE*, vol. 18, n.º 6, p. 191.
- 335 *BOE*, vol. 18, n.º 12, Dezembro de 1973, p. 396.
- 336 *Idem*.
- 337 *Idem*.



6. Revolução

1974-1976



O Verão de 1973 foi animado por uma série de incidentes entre o Conselho Geral da Ordem e a Assembleia Geral que deram origem ao pedido de exoneração do Bastonário Pedro Nunes¹. As alterações introduzidas aos processos de candidatura a eleições para organismos sindicais, que o decreto 51/72² havia introduzido, impediram, contudo, que a Assembleia eleitoral da Ordem dos Engenheiros se realizasse durante o ano de 1973.

Surgiram, então, duas listas a sufrágio, perfilando-se na corrida às funções de Bastonário João Avelino da Rocha Cunha Serra, apoiado por diversas Secções Regionais³, e Armando Campos e Matos⁴, proposto pelos Corpos Gerentes cessantes.

Na ausência de campanha eleitoral, nenhum dos candidatos apresentou um programa que sintetizasse as suas principais ideias quer no tocante à própria Ordem, quer relativamente aos novos desafios que iam sendo colocados aos engenheiros.

A Lista B acabaria por sair vencedora sendo o engenheiro Cunha Serra eleito Bastonário, a 9 de Janeiro de 1974⁵.

Na ausência de um colégio eleitoral universal, cabia aos 72 delegados à Assembleia Geral eleger, em representação dos cerca de 10 mil associados da Ordem dos Engenheiros, os corpos gerentes para o triénio 1974-1976.

As tabelas seguintes sintetizam, de forma bastante clara, os votantes e o resultado do acto eleitoral:



25 de Abril de 1974: o MFA leva a cabo um movimento militar que põe termo ao Estado Novo.

Fonte: Divisão de Documentação Fotográfica/IPM.

Resultado Eleitoral

	TOTAL VOTOS	LISTA A		LISTA B		NULOS
		VOTOS	%	VOTOS	%	
Bastonário	59	19	32,2	39	66,1	1
Conselho Geral	59	17	28,8	41	69,5	1
Assembleia Geral	59	20	33,9	38	64,4	1

Votantes

	VOTANTES	VOTOS	%	FALTAS	%
Porto	19	16	84,2	3	15,8
Coimbra	15	12	80,0	3	20,0
Lisboa	25	25	100,0	0	-
Luanda	13	6	46,1	7	53,9

Fonte: *BISRLOE*, n.º 8, de 31 de Janeiro de 1974, p. 1.

Relativamente à representação das especialidades de engenharia no Conselho Geral, o sufrágio determinou a vitória da lista B. Delmira Magalhães, licenciada em engenharia geográfica, integrava esta lista tornando-se assim a primeira mulher a ter assento no Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.

Corpos gerentes da Ordem dos Engenheiros para o triénio 1974-1976**Bastonário**

Bastonário João Avelino da Rocha Cunha Serra (Lisboa)

Assembleia Geral

Presidente Henrique Teixeira Queiroz de Barros (Lisboa)
 Vice-Presidente Carlos Evaristo Sousa Baptista (Porto)
 Secretários Manuel Ferreira dos Santos Pato (Coimbra)
 Manuel José Grade Ribeiro (Lisboa)

Conselho Geral

Bastonário João Avelino da Rocha Cunha
 Vice-Presidente Durval Serra
 Tesoureiro Henrique Lopes Moreira de Seabra
 Secretário João Manuel de Senos Nunes da Fonseca
 Vogal João Azevedo e Silva

Representantes dos Conselhos Regionais no Conselho Geral

Nuno Pedro da Silva	Lisboa
Manuel José Marques de Almeida	Porto (até Maio de 1975)
Renato Vieira Pousada	Porto (a partir de Agosto de 1975)
António de Oliveira Teles Corte-Real	Coimbra

Representantes das diversas especialidades

Civil	João Manuel de Senos Nunes da Fonseca (Coimbra) – Secretário
Electrotécnica	Octávio Gonçalves Lopes (Coimbra)
Mecânica	João Manuel de Senos Nunes da Fonseca (Coimbra)
Minas	José António Simões Cortês (Porto)
Química	Durval Serra (Porto) – Vice-Presidente
Naval	António Carlos GerkenPotier Godinho (Lisboa) – Tesoureiro (de Agosto a Dezembro de 1975)
Geográfica	Delmira Manuela de Araújo de Oliveira Sá Magalhães (Porto)
Agronómica	Henrique Lopes Moreira de Seabra (Lisboa) – Tesoureiro (entre 1 de Fevereiro de 1971 1 Abril 1975 e entre Janeiro a Julho de 1976)
Silvícola	João Martins de Azevedo e Silva (Lisboa)

Comissão de Apreciação da Actividade de Estrangeiros

Afonso Aurélio Morgenstern · Bartolomeu de Oliveira Tavares Monteiro · Virgílio Augusto Santos · Artur Pinto Martins · João José Fernandes Oliveira Bichão



João Avelino da Rocha Cunha Serra (1918-2005)

Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pelo IST em 1942. Em 1943 entrou para a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), acompanhando de perto as questões relacionadas com a automatização e a conservação das estações telefónicas, primeiro, como responsável pelo Laboratório da Direcção de Serviços Técnicos, funcionário do Centro de Estudos e Telecomunicações (CET). Presidente do Conselho de Gerência e Administrador dos Correios e Telecomunicações de Portugal. Dirigente do MDP/ /CDE e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, eleito nas listas da APU. Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 1974 e 1976.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Há muito que se vem fazendo referência à figura tutelar de Cunha Serra, nomeadamente ao seu papel como agente dinamizador e impulsor da actividade sindical na Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros. Como Bastonário, o período de vigência do seu mandato ficou marcado pela queda do corporativismo e por um sem número de transformações políticas, económicas e sociais que marcaram o período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974.

Cunha Serra tomou posse como Bastonário da Ordem em 1 de Fevereiro de 1974. O discurso que então proferiu, cumpriu as funções do manifesto eleitoral que não existira. Desde logo, na crítica às imperfeições do Estatuto da Ordem, salientando o seu *congenitamente defeituoso dispositivo eleitoral*, que, dificultava [...] *uma útil e saudável convivência prévia dos membros propostos para o Conselho Geral, visto que os*

*dissemina democraticamente pelas diversas secções regionais e os separa academicamente por especialidades.*⁶

Um outro argumento seria utilizado por Cunha Serra para pedir a revisão dos Estatutos; a sua fundamentação baseou-se na regularização da situação dos engenheiros portugueses licenciados por universidades portuguesas. Desde 1956 que o ingresso destes profissionais na associação estava dependente do reconhecimento do seu grau académico e da obtenção de uma equivalência por parte de uma escola de engenharia portuguesa, situação que continuava a afastar das fileiras da Ordem um número considerável de engenheiros com competências e currículos de excelência⁷. Mas, neste ponto, a questão era um pouco mais funda e passava, segundo Cunha Serra, pela própria organização dos serviços da Ordem que já não correspondiam [...] *às exigências de número dos seus membros nem à diversificação das suas funções* [...]⁸.

Em suma: a reorganização da associação estava indissociada da revisão dos Estatutos que desde 1956 regiam os seus destinos, tarefa que, a realizar-se, necessitava do auxílio de organismos externos⁹.

Era tempo de reflexão e balanço, Pedro Nunes, no discurso de despedida, aproveitaria a oportunidade para enumerar as tarefas realizadas e as que deixara de cumprir durante o seu mandato. À medida que a frustração e o desalento foram tomando conta das suas palavras, foi com uma réstia de esperança que clamou pela renovação dos órgãos centrais da Ordem, em seu entender, os principais [...] *responsáveis pela auscultação e pela expressão do pensamento da classe dos engenheiros, pela coesão do seu desenvolvimento cultural e profissional e pela sua consciente integração no quadro do trabalho nacional, com inequívoca rejeição dum banal espírito de classe*¹⁰.

Caberia a Cunha Serra fazer a apologia do dinamismo e da renovação. Ao longo da sua intervenção começou por identificar, de forma clara e sintética, três áreas de intervenção específicas, não deixando de enumerar os principais objectivos a atingir em cada uma delas:

I. Área sindical:

- a) Coordenação com outros sindicatos, em especial com os de profissionais de quadros.
- b) Realização de convenções colectivas de trabalho.
- c) Regulamento do exercício da profissão por conta de outrem.

- d) Reorganização da Caixa de Previdência dos Engenheiros.
- e) Estabelecimento de relações com organismos internacionais.
- f) Defesa dos direitos e interesses dos engenheiros funcionários públicos.
- 2. Planeamento nacional:
 - a) Elaboração de estudos e pareceres, realização de debates abertos a toda a classe.
- 3. Formação e cultura:
 - a) Análise de problemas relacionados com o ensino da engenharia¹¹.

A salvaguarda dos direitos e deveres do engenheiro enquanto profissional activo, no exercício de uma actividade por conta de outrem, era, como se tem referido, o aspecto mais importante das linhas gerais de governação apresentadas pelo novo Bastonário. A componente sindical, vertente que a Ordem já vinha explorando desde o início da década, conquistara um peso significativo, sobrepondo-se, pelo menos nesta fase, à actividade cultural desenvolvida pela associação¹².

Durante os primeiros meses de mandato de João Cunha Serra (entre Fevereiro e Março), o debate em redor do sindicalismo acabaria, no entanto, por ficar, momentaneamente, ofuscado. No centro de todas as discussões, encontrava-se um outro problema: o estabelecimento de um acordo entre a Ordem dos Engenheiros e o Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, com vista à constituição de uma Comissão Nacional Portuguesa junto da FEANI.

O Conselho Geral analisou, então, as moções aprovadas pelas Secções Regionais da Ordem dos Engenheiros acerca do denominado Acordo Intercorporativo, debruçando-se, especialmente, em torno das [...] *circunstâncias e condições em que os diplomados pelos Institutos Industriais possam vir a inscrever-se conjuntamente com engenheiros diplomados por escolas superiores na Ordem ou em outro Organismo a constituir para o efeito*¹³.

Recorde-se que o ensino politécnico tinha sido contemplado na reforma do sistema educativo, promulgada em Julho de 1973¹⁴, pelo então ministro da Educação Nacional José Veiga Simão¹⁵. Em Dezembro de 1972, o titular da pasta já havia anunciado a integração dos institutos industriais, dos institutos comerciais e das escolas de regentes agrícolas nos institutos politécnicos, após adequada reconversão¹⁶.

Com a extinção do ensino médio, e a conseqüente inclusão dos institutos industriais no ensino superior, a ortodoxia educativa dava lugar a uma nova concepção de ensino assente em ideais desenvolvimentistas, liberais e meritocráticos¹⁷. O ensino superior passava, assim, a ser constituído pelas universidades, que conferiam o grau de licenciado e doutor, e pelos institutos politécnicos e escolas normais superiores, que concediam o bacharelato, com duração de três anos.

O Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores analisou a reforma atentamente, encarando com alguma expectativa a divisão do ensino superior de engenharia em dois graus, modalidade que possibilitava a redução de diferenças entre engenheiros e agentes técnicos, e que legitimava o desejo de uma maior proximidade entre o ensino politécnico e o universitário.

Mas, antes de tecer considerações mais profundas, convém ter presente a conjuntura em que todos estes acontecimentos se inseriram, nomeadamente o contexto de ruptura política que caracterizou os últimos anos do marcelismo e as conseqüências da crise energética internacional de Outubro de 1973 cujos efeitos, para além do aumento do preço do petróleo, provocariam a desarticulação dos sucessivos modelos de política económica e industrial que vinham sendo gizados¹⁸.

Em toda esta conjuntura seria reservado um papel chave ao desenvolvimento científico e tecnológico e, por arrastamento, ao da engenharia. A Europa tomava consciência da vulnerabilidade que a escassez de recursos energéticos naturais lhe havia provocado; como resposta, apostava no desenvolvimento do ensino, procurando perceber a complexidade crescente dos processos de engenharia e o papel do engenheiro na sociedade¹⁹.

Também ao nível da FEANI, cujos ímpetos haviam sido um pouco refreados durante as décadas de ouro do crescimento económico mundial, se redescobriria o significado e a actualidade dos objectivos prosseguidos pelos seus criadores, afirmando-se que estes princípios não se limitavam [...] à defesa “sectorial” duma profissão, mas dizem respeito à nossa civilização no seu todo²⁰.

Era então visível uma tendência natural para orientar e reforçar a base académica e científica dos programas de ensino²¹.

Em Fevereiro de 1974, Veiga Simão anunciou que os agentes técnicos deveriam passar a designar-se bacharéis em engenharia, com o título profissional de engenheiro técnico²². O desejo de uma maior qualificação profissional e a esperança de que de ora em diante se atenuaria o carácter atribulado que há muito caracterizava o relacionamento entre ambos os grupos profissionais, levou os agentes técnicos a acolher, sem grandes reservas, as reformas implementadas²³. As distâncias, contudo, levariam o seu tempo a reduzir-se.

Foi justamente neste contexto que se iniciou a discussão do já mencionado Acordo Intercorporativo. À OE continuava a estar reservada a representação dos diplomados pelo ensino superior universitário, não sendo, pois, de estranhar, que muitos dos seus associados considerassem absolutamente inconcebível o estabelecimento de parcerias, ou a representação conjunta, entre agentes técnicos e engenheiros junto de um mesmo organismo.

As primeiras tentativas de impedir a entrada de diplomados pelos institutos industriais na FEANI datam de 1964. Bloqueios à parte, no encontro realizado oito anos mais tarde em Tours, o Sindicato Nacional já se encontrava presente, na qualidade de membro observador. O Secretário-Geral da Ordem teria, então, anunciado que Portugal pretendia: [...] *fazer representar na FEANI além dos engenheiros de formação universitária, representados pela Ordem dos Engenheiros, os engenheiros não universitários diplomados pelos Institutos Industriais com formação mais ou menos igual à dos Engenheiros Técnicos belgas e dos Engenheiros arts et métiers franceses*²⁴.

Em Outubro, seria o próprio Sindicato que solicitaria à OE que propusesse à FEANI a sua admissão. O Secretário-Geral da Ordem sugeriu, então, e de acordo com a opinião expressa pelo Bastonário Pedro Nunes, que o Sindicato Nacional fosse admitido na reunião do Comité de Direcção a realizar em Dusseldorf a 18 de Novembro de 1972²⁵.

O Comité da FEANI, reunido em Dusseldorf, acabaria por aceitar a proposta: a decisão fora aprovada por unanimidade pelos delegados dos 18 países membros. A partir desta data, o Sindicato Nacional dos Agentes Técnicos, Engenheiros Auxiliares e Condutores tornou-se membro de facto e de direito da FEANI²⁶.

Portugal passava a ter duas associações de profissionais de engenharia (Ordem e Sindicato) inscritas na FEANI, circunstância que determinou

que a representação portuguesa, por imposição estatutária da própria Federação, deixasse de ser unilateral para passar a ser assegurada por uma Comissão Nacional, acreditada pelas associações respectivas²⁷.

O Conselho Geral na sua reunião de 15 de Março de 1974 mostrar-se-ia favorável ao *seguimento do Acordo Intercorporativo*²⁸, posição contrária seria expressa pelas Assembleias Regionais das Secções do Porto²⁹ e de Coimbra³⁰.

O Bastonário expôs os seus argumentos e deu a conhecer a sua posição, na mesma Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Março de 1974. Cunha Serra começaria por apresentar o problema como uma questão de ética sindical, afirmando que o que se temia era que a aceitação do Acordo viesse [...] *favorecer de algum modo a concorrência que os engenheiros e os agentes técnicos têm no mercado da profissão liberal*³¹. Declarou em seguida não entender porque razão não deveria a Ordem dar a sua aprovação ao documento: [...] *do ponto de vista moral se como está inegavelmente demonstrado os agentes técnicos tem o direito de estar representados na FEANI não me parece moral que nós tenhamos o menor gesto para impedir que se realize esse direito*³².

O que acontecia é que em Portugal o título de engenheiro, que continuava a ser salvaguardado pelo decreto 11 988, de Julho de 1926³³, tinha um sentido muito mais restrito do que aquele que era seguido pela FEANI. Daí que, o que muitas vezes estava por detrás destas discussões era a natureza da relação entre engenheiros e agentes técnicos, e o próprio direito de representação destes últimos num organismo que muitos ainda consideravam dever ser o representante exclusivo dos diplomados por escolas superiores de engenharia.

A Assembleia acabou por aprovar o Acordo Intercorporativo. A 21 de Junho de 1974 o Conselho Geral decidiu constituir a Comissão Nacional Portuguesa da FEANI, integrando a Ordem dos Engenheiros e o Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores³⁴.

Os dias que antecederam a Revolução de Abril de 1974 ficaram ainda marcados pelo encontro entre o subsecretário de Estado do Trabalho, Pinto Cardoso³⁵, e o Bastonário Cunha Serra.

Durante o encontro discutiram-se vários assuntos de interesse para a vida da Ordem dos Engenheiros, nomeadamente: a representação da associação nas Corporações da Indústria e da Lavoura, o enquadramento sindical dos engenheiros, a revisão do Acordo Colectivo do Trabalho Ordem-TAP e a homologação do Acordo Colectivo de Trabalho Ordem-CP³⁶. Pinto Cardoso informou ainda, contar receber, em breve, o parecer emitido pelo Gabinete do Subsecretário de Estado das Comunicações e Transportes, de que dependia a homologação do Acordo entre a Ordem e a CP³⁷. Os acontecimentos, no entanto, viriam a impor um rumo completamente diferente.

Outro dos assuntos que esteve na agenda de trabalhos da Ordem durante o mês de Abril de 1974, foi a reconversão da Caixa de Previdência dos Engenheiros. Na véspera do 25 de Abril, e na sequência de uma audiência concedida pelo ministro das Corporações em 19 de Abril, o Conselho Geral reuniu-se com o Director-Geral da Previdência. Na agenda de trabalhos encontrava-se, novamente, o Projecto de Estatuto da Caixa, documento que, desde o final de 1972, se encontrava na posse da tutela. Durante a reunião sublinhou-se o interesse [...] *em apresentar com toda a brevidade à classe um documento definitivo que, nos pontos essenciais, fosse tão fiel quanto possível ao projecto já elaborado*³⁸.

Abril na Ordem dos Engenheiros

A ruptura constitucional operada pelo golpe militar de 25 de Abril tinha entre os seus objectivos principais pôr fim ao Estado corporativo, por isso, embora com poucas disposições económicas imediatas, a orientação seguida apontava, desde logo, para um sentido socializante e para um mais apertado comando da economia pelo Estado.

A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros organizou, logo a 29 de Abril, uma reunião extraordinária para analisar as consequências do golpe militar na vida nacional. Emitiu então uma declaração de princípios onde manifestava o seu apoio ao Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Declaração da Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros

1. Não seguir as disposições do Estatuto imposto à Ordem pelo governo derubado, que sejam contrárias aos interesses da maioria dos engenheiros, da profissão, e do País, designadamente readmitindo os colegas que foram alvo de penas por motivos políticos, e inscrevendo os colegas que não tenham realizado o estágio pós-escolar ou que exerçam a profissão no Estado.
2. Convocar para quinta-feira próxima, dia 2 de Maio, às 21.30, na Sede da Ordem, uma Reunião Geral de engenheiros para se pronunciarem sobre:
 - a) Linhas fundamentais da estruturação da Ordem na nova situação política;
 - b) Ratificação das medidas adoptadas entretanto pela Direcção.
3. Fazer a seguinte declaração de princípios:
 - a) A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros manifesta o seu profundo regozijo pela acção do MFA, a qual veio trazer ao Povo Português possibilidades de iniciar a construção do seu próprio futuro;
 - b) Apoia os princípios do Programa do MFA que permitirão aos engenheiros exercerem as suas funções como profissionais e assumirem as suas responsabilidades como cidadãos, o que até agora lhes estava largamente coarctado;
 - c) Considera que as transformações democráticas em curso e contidas no Programa do MFA só poderão ser levada a cabo:
 1. Pelo estabelecimento urgente de modificações económicas numa perspectiva antimonopolista, com vista à melhoria das condições de vida do Povo Português;
 2. Pelo julgamento dos responsáveis pelos crimes PIDE/DGS;
 3. Pelo efectivo exercício das liberdades democráticas;
 4. Pelo combate inexorável à corrupção e à obstrução dos princípios proclamados;
 5. Pelo estabelecimento urgente da Paz;
 6. Pela satisfação dos justos anseios de libertação sindical, incluindo a aceitação do direito à greve;
 7. Pela reestruturação de todos os serviços públicos de forma a não ser possível a manutenção de estruturas que possam constituir perigosos focos de reacção ao processo em desenvolvimento.
4. A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros exorta todos os engenheiros a tomarem as responsabilidades que lhes cabem como cidadãos, trabalhadores e dirigentes na luta contra os métodos e acções que sejam contrários aos princípios consignados no Programa do M.F.A.

O fortalecimento da unidade de todos os portugueses com o M.F.A. levará o nosso País a um futuro radioso e longamente ansiado.

VIVA PORTUGAL

A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros

Fonte: “Reunião Geral de Engenheiros”, in *BISRLOE*, n.º 10, de 12 de Maio de 1974, pp. 4-5. A 3 de Maio de 1974 seria a vez do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, expressar o seu apoio ao MFA e à Junta de Salvação Nacional. Cf. igualmente “Ordem dos Advogados apoia programa do M.F.A.”, in *A Capital*, de 3 de Maio de 1974, p. 3.

PARTICIPAÇÃO NAS CELEBRAÇÕES DO 1.º DE MAIO

(Continuado da 2.ª página)

Convocatória dos Metalúrgicos

As direcções dos Sindicatos Metalúrgicos, na sua reunião nacional de 28 do corrente, em Coimbra, convidam todos os trabalhadores a participarem no 1.º de Maio, reivindicando através de cartazes:

- 1.º. Salário mínimo de 9000000
- 2.º. Aplicação da redução de 20% dos salários das mesmas companhias
- 3.º. Um mês de férias.
- 4.º. Um mês e meio de subsídio de férias
- 5.º. Redigência do 1.º mês
- 6.º. Extinção do Ministério das Cervejas e criação do Ministério do Trabalho

saudação de total solidariedade com o movimento de 25 de Abril e de incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional.

No edifício de Camões, será hasteada junto à bandeira nacional, a bandeira da antiga Associação 1.ª de Maio, de Guerra.

A Câmara Municipal em sua sessão de hoje deliberou enviar uma telegrama de cumprimentos à Junta de Salvação Nacional, de apoio incondicional. O presidente e vice-presidente põem à disposição da Junta as respectivas lugares, embora identificados com o programa da mesma Junta de Salvação Nacional, e declaram continuar a servir com todo o zelo e dedicação quanto a Junta estiver por convianta.

Ordem dos Engenheiros — NESTE mo- men- to, nós teremos de alinhar com a base, teremos de alinhar com os outros trabalhadores — foi esta a palavra de ordem lançada pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros, ao referir-se a alguns casos de conflitos de trabalho em desenvolvimento em diversas empresas.

O bastonário falava no encerramento de uma reunião geral dos engenheiros da Secção Regional de Lisboa, efectuada ontem à noite no auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Os engenheiros, presentes em largas centenas, decidiram manifestar o seu apoio ao M. F. A. e votaram diversas moções no sentido de integrar a Ordem no movimento sindical do nosso País, aprovando assim a imediata prioridade à revisão dos estatutos. Diversos oradores defenderam, mesmo, que a Ordem se passasse imediatamente a designar por sindicato.

Rever o sistema de decisão

INDEPENDENTEMENTE desta questão de nome, os engenheiros, em lidários com todos os restantes trabalhadores, declaram-se «dispostos a construir desde já o que for o futuro concebido pelo povo e ao lado desse povo trabalhador» — diz uma das moções aprovadas. E continua:

«Ao nível das empresas impõe-se, portanto, imediata actuação para uma revisão drástica do sistema de decisão, tomando os tra-

No mesmo dia, o Conselho Regional do Porto enviava uma mensagem à Junta de Salvação Nacional, expressando o seu apoio ao MFA e à nova situação política do País³⁹. A direcção portuense considerava, todavia, não ter condições para exercer as funções para que fora eleita em 1972, resolvendo, por isso, apresentar o seu pedido de demissão e solicitar a convocação de uma Assembleia Regional Extraordinária para o dia 15 do mês de Maio⁴⁰.

A dinâmica popular adquirira uma importância visível no contexto da nova ordem democrática instituída; os engenheiros tomaram rapidamente consciência disso e apelaram a todos os colegas para que se colocassem ao lado dos propósitos revolucionários.

A 1 de Maio de 1974, o País acolheu com regozijo as grandes manifestações de massas que de norte a sul saíram à rua para demonstrar o seu apoio ao MFA naquela que era, após 40 anos de Ditadura, a primeira celebração do Dia do Trabalhador em liberdade. A Secção Regional de Lisboa dirigiu, então, um convite a todos os engenheiros para que se concentrassem frente aos portões do IST e participassem na manifestação sindical comemorativa do 1.º de Maio⁴¹.

Os acontecimentos sucediam-se a um ritmo frenético. Um dia depois, realizava-se, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a primeira reunião geral de engenheiros da Secção Regional de Lisboa, pós 25 de Abril, que contou com a presença de 800 participantes⁴².

Manifestação sindical comemorativa do 1.º de Maio junto ao Instituto Superior Técnico.

Fonte: "Ordem dos Engenheiros" in *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, p. 9.

1.ª Reunião Geral de Engenheiros da Secção Regional de Lisboa.

Fonte: "Ordem dos Engenheiros quer ser Sindicato", in *A Capital*, 3 de Maio de 1974, p. 17.

Intervindo às centenas, os engenheiros aprovaram moções, pedindo, na sua maioria, que a Ordem passasse a designar-se sindicato⁴³. Consideravam que era ao nível da empresa que a sua função sindical se deveria começar a fazer sentir⁴⁴ e que, por isso, deveriam ser criadas delegações sindicais da Ordem nos diversos locais de trabalho⁴⁵.

O princípio da separação entre o título académico e o exercício da profissão de engenheiro foi outro dos tópicos em discussão: no ar ficou a promessa de preparação da fusão entre a Ordem dos Engenheiros e o Secção Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos e Condutores⁴⁶.

A intervenção proferida pelo Bastonário centrou-se em torno do novo regime democrático e da actuação sindical da Ordem dos Engenheiros⁴⁷, discutindo-se ainda, durante o encontro, a revisão dos Estatutos e a própria reformulação da estrutura da Ordem, matéria que já vinha animando debates ao longo de várias décadas⁴⁸.

Nos dias seguintes, as três Assembleias Regionais da Ordem, Lisboa, Porto e Coimbra, reuniram e redigiram uma declaração conjunta aceitando o pedido de exoneração dos delegados à Assembleia Geral e a continuação em funções do Conselho Geral. Caberia a este último promover, a prazo, a reformulação total dos mecanismos estatutários da Ordem dos Engenheiros⁴⁹.

O Conselho Regional de Lisboa na sua reunião de 7 de Maio reconheceria, no entanto, que, na actual conjuntura, a revisão dos Estatutos não deveria ser considerada prioritária; a Ordem deveria, em primeiro lugar estar atenta [...] às *novas tendências do sindicalismo e da renovação das actividades nacionais designadamente a reorganização dos serviços públicos* [...] ⁵⁰, mostrando-se disponível para realizar eventuais colaborações com o Governo. Na mesma reunião foi ainda proposto, na sequência dos princípios em torno da liberdade sindical que o MFA vinha difundindo, que se divulgasse que os funcionários públicos e os condenados por delitos penais poderiam já realizar a sua inscrição na Ordem dos Engenheiros⁵¹.

Para além de emitir as suas opiniões sobre os avanços e recuos da situação política e sindical do País, a Ordem deveria também pronunciar-se sobre a situação económica nacional. Cunha Serra decidiu, por isso, que a Associação deveria organizar, conjuntamente com o Sindicato dos

Economistas, um congresso destinado a debater a evolução da conjuntura económica portuguesa⁵².

Em matéria de história da educação, mais concretamente no capítulo relativo ao ensino da engenharia, o ano ficou marcado pela instabilidade e pela indefinição das políticas a seguir. Por agora, interessa registar que, nos primeiros dias de Maio, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa dirigiu ao Bastonário da Ordem um convite, solicitando a sua colaboração na análise dos programas curriculares dos cursos de engenharia a professor naquela instituição⁵³. Convite idêntico seria formulado pela Universidade de Lisboa. O assunto seria analisado pela Secção de Formação da Secção Regional de Lisboa e pela Comissão Alargada de Estudo de Problemas de Formação⁵⁴.

Entretanto fora nomeado, a 16 de Maio, o I Governo Provisório e entregue a sua presidência a Adelino da Palma Carlos⁵⁵. As reivindicações de filosofia igualitária que a partir de Maio de 1974 começavam a dominar o discurso do movimento social português, não passaram ao lado dos engenheiros, que consideravam os seus interesses indissociáveis dos dos restantes trabalhadores.

Cunha Serra lembrá-lo-ia em 21 de Maio no LNEC⁵⁶, numa reunião onde, juntamente com o dirigente da Intersindical, Canais Rocha, prestou esclarecimentos sobre o sindicalismo de quadros em Portugal. Durante o encontro foi ainda acentuado que a Ordem dos Engenheiros tinha [...] *por definição um papel sindical do qual não abdicou*⁵⁷.

Dois dias depois, o LNEC acolhia uma nova reunião de engenheiros. A assembleia organizada, novamente, por iniciativa do Conselho Regional de Lisboa, tinha como objectivo principal analisar o papel do sector público e a sua função como elemento dinamizador da reconstrução da vida nacional⁵⁸. Do encontro saiu um conjunto de princípios considerados indispensáveis para uma *reestruturação democrática do sector*⁵⁹. Entre estes, destacavam-se a sindicalização e o saneamento.

Seria justamente pelo saneamento que o processo deveria começar: [...] *um saneamento a todos os níveis*⁶⁰.

Pelo que se tem referido ao longo destas páginas, é possível concluir que os meses que se seguiram ao 25 de Abril confirmaram uma tendência, que já vinha de trás, e que se encontrava directamente relacionada com o papel



Adelino da Palma Carlos, primeiro-ministro do 1.º Governo Provisório (16 de Maio a 18 Julho 1974).

Fonte: EPJS, *Século Ilustrado*, 2.º trimestre de 1974, n.º 1897, P. XIII "Imagem cedida pelo ANTT".

desempenhado pelos Conselhos Regionais na dinamização da estrutura organizacional e associativa da Ordem dos Engenheiros, sendo de destacar a acção desenvolvida pelo Conselho Regional de Lisboa nesse domínio⁶¹.

Em primeiro lugar é de verificar que a componente sindical continuou a ocupar um papel importante na estratégia de pensamento do Conselho Regional de Lisboa. Por outro lado, existia uma clara percepção de que o processo de democratização da vida sindical se encontrava indissociado da implementação de um programa que passava pela integração de delegados da Secção Regional de Lisboa nas empresas⁶².

No seu conjunto, as acções sindicais desenvolvidas pela Secção Regional de Lisboa incluíam as seguintes áreas: contratações colectivas, despedimentos, saneamentos e dificuldades de inserção de engenheiros no seu meio de trabalho⁶³.

Os conflitos laborais vividos durante o período pré-constitucional foram presença regular na quase totalidade dos sectores da actividade económica: dos cimentos ao petróleo, passando pelas comunicações e obras públicas, este movimento de autêntica *subversão das estruturas de poder, dentro da empresa*, provocaria ondas de choque muitas vezes de duração efémera⁶⁴.

Em Junho eram já nove as Comissões de Trabalho que funcionavam na dependência da Secção Regional do Porto, destacando-se, pelo trabalho desenvolvido, as Subcomissões de Delegados Sindicais, Contencioso e do Contrato-Tipo⁶⁵. Do lado da sua congénere lisboeta, seriam 119 os delegados sindicais que, até ao final do ano, iriam desempenhar funções em empresas ou entidades públicas⁶⁶.

Por esta altura, Cunha Serra mostrar-se-ia favorável à inscrição da Ordem dos Engenheiros na Intersindical Nacional⁶⁷, posição que não deixou de ser encarada com alguma reserva pelo Conselho Regional do Porto⁶⁸. Os engenheiros do Norte defendiam que o envolvimento da Ordem deveria ser menos institucional, limitando-se a participar como observadora⁶⁹. O Conselho Geral decidiu, então, conceder, [...] *enquanto não existirem organismos a nível Nacional, [...] a liberdade aos Conselhos Regionais, para o tipo de associação que entendam mais útil*⁷⁰.

Ao longo dos últimos meses, a Ordem vinha estabelecendo contactos e alargando relações com sindicatos e comissões de trabalhadores de

diferentes empresas, colocando em prática o princípio de que a associação deveria servir o maior número de engenheiros possível, sem questionar a defesa unitária dos seus interesses. A protecção laboral estava, assim, dependente da unidade e da cooperação na empresa.

A notícia da criação de um Sindicato Livre de Engenheiros⁷¹, vinda a público em Agosto de 1974, questionaria este princípio e lançaria o debate em torno do papel dos sindicatos paralelos e da unicidade sindical no interior da Ordem (registre-se que em Junho o Partido Socialista já havia criado o Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos). A Secção Regional de Lisboa teria uma posição bastante crítica a este respeito: partindo do pressuposto que os sindicatos tinham como função principal a defesa da unidade dos trabalhadores, defendia então, nas páginas do seu *Boletim*, os malefícios que, no seu entendimento, decorreriam da criação de um *sindicato-concorrente*⁷².

Foi ainda no mês de Agosto que a Assembleia Regional de Lisboa deliberou que o Conselho Geral da Ordem deveria implementar uma estratégia de dinamização das Secções Regionais de modo a conferir-lhes vida própria, reforçando a sua capacidade de resposta e de iniciativa, de modo a ficarem aptas a participar na [...] *renovação que no País se está a registar nas pessoas e nas instituições*⁷³. O Conselho Geral, deveria, ainda, patrocinar a criação de uma Comissão Dinamizadora e Coordenadora da acção sindical nas Secções Regionais do Porto, Coimbra e Lisboa⁷⁴.

Neste ponto, o espírito empreendedor da secção lisboeta destacar-se-ia uma vez mais: definindo, com base nas indicações da Comissão Coordenadora das Acções Sindicais, a Secção Regional de Lisboa os princípios que, de futuro, deveriam orientar toda a sua actividade sindical⁷⁵.

Avolumavam-se entretanto as críticas relativamente à forma e aos métodos de trabalho utilizados pelo Conselho Geral. A Secção de Lisboa considerava-os burocráticos e, como tal, incapazes de dinamizar a estrutura da associação⁷⁶. A modernização do Conselho Geral passava, também, nesse entendimento, pelo afastamento de alguns funcionários. Nesta matéria, o alvo de todas as iras seria o secretário-geral⁷⁷, abrindo-se então um processo que acabaria por conduzir à suspensão das suas funções⁷⁸.

* * *

O 25 de Abril rompera um impasse criando as condições necessárias para que se iniciasse a fase de transição de soberania. No entanto, a resolução do problema ultramarino tardava em chegar: a solução só foi encontrada a 27 de Julho de 1974 com a promulgação, pelo general António de Spínola, da Lei 7/74⁷⁹, reconhecendo o direito à autodeterminação das colónias portuguesas.

Que se passava entretanto com a representação da Ordem dos Engenheiros nas colónias, nomeadamente, em Angola e Moçambique? As informações recolhidas, e que de algum modo fazem referência às actividades desenvolvidas pelas Secções Regionais daqueles dois territórios nos meses que se seguiram à Revolução de Abril de 1974, apesar de pouco conclusivas, revelam alguns pormenores interessantes.

Logo a 17 de Maio o Conselho Geral dava conta de um ofício, enviado pelo Conselho Regional de Luanda, solicitando informações *sobre a orientação a observar face à nova conjuntura política do País*⁸⁰. Seis meses depois, viria a promessa de apoio às Secções de Luanda e Lourenço Marques (durante a fase de transição) e com ela a sugestão de se criar uma Confederação de Associações de Engenheiros de Língua Portuguesa⁸¹.

A Ordem tinha a clara percepção de que haveria todo o interesse em manter e, se possível, estreitar relações com os territórios africanos. Em Novembro de 1974 o Conselho Geral falava da existência de contactos com a Guiné Bissau, nomeadamente, *a oferta de colaboração da Ordem na sua esfera de acção e, em particular, no caso de querer contratar engenheiros portugueses*⁸². Neste sentido, o Conselho Geral requereu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que, caso lhe fosse solicitada a indicação de engenheiros portugueses para trabalhar naquele país, esta incluísse a colaboração da Ordem⁸³.

No plano académico, o segundo semestre de 1974, seria animado pelo debate em torno da reconversão dos institutos industriais. A discussão remontava ao mês de Agosto, altura em que o director e alguns elementos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura se reuniram para analisar o pedido dos sindicatos dos engenheiros técnicos, sobre a integração dos institutos industriais numa única via de ensino da engenharia, com a possibilidade de concederem, para além dos bacharelatos, licenciaturas e doutoramentos⁸⁴.

A Revolução de Abril de 1974 comprometera a aplicação da reforma do ensino superior, promovida pelo ministro Veiga Simão: no Verão de 1974 o politécnico estava longe de estar implantado em toda a sua extensão, dando ainda os primeiros passos. O termo indefinição era, sem grandes margens para dúvidas, aquele que melhor definia agora o plano educativo nacional.

Seria sem grandes considerações teóricas e num tom quase telegráfico, que o Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros, na sua reunião de 4 de Outubro, dava conta da sua decisão de [...] *tomar como urgente a necessidade de participação da Ordem nos trabalhos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura para a reestruturação do Ensino de Engenharia em Portugal*⁸⁵.

A reforma dos cursos de engenharia tinha como objectivo principal a transformação dos institutos industriais em escolas superiores. Do ponto de vista prático, a aplicação desta medida teria como consequência imediata a equiparação dos respectivos diplomas ao grau académico de bacharel em engenharia, e a utilização, pelos diplomados, do título de engenheiro técnico.

Esta era uma questão de fundo, directamente relacionada com a defesa e utilização do título profissional de engenheiro, que alguns, sobretudo no interior da Ordem, ainda consideravam ser exclusiva dos portadores de uma licenciatura.

A discussão em torno do direito ao uso do título de engenheiro chegara entretanto às páginas da revista *Técnica*⁸⁶. Da pena de um grupo de professores do curso de engenharia civil do IST, em que se destacava a figura tutelar de Arantes e Oliveira⁸⁷, saíra um artigo tecendo inúmeras considerações acerca da reestruturação dos cursos de engenharia, nomeadamente da especialidade de civil, enunciando o elenco das cadeiras que deveriam integrar a sua proposta de bacharelato⁸⁸.

A questão do título surgia associada à democratização do ensino, e à conseqüente inscrição naqueles cursos de um número elevado de estudantes, que, a avaliar pela opinião dos autores, nem sempre se mostrava vocacionado para a frequência de uma licenciatura⁸⁹. A solução passava pelo envio desses alunos para cursos de formação escolar menos demorada, já que muitos deles apesar de [...] *menos inclinados para as matérias básicas têm realmente vocação para engenheiros [...], por*

*outro lado, o País precisa desses engenheiros*⁹⁰. Os autores concluíam, por isso, não lhes parecer [...] *conveniente nem justo* [...] *que o título profissional de engenheiro caiba exclusivamente àqueles que tenham recebido este tipo de formação* [licenciatura]. [...] *E não parece justo, porque a profissão de engenheiro pode ser praticada dignamente e com utilidade social por outros que tenham recebido uma formação escolar menos demorada*⁹¹.

De acordo com a proposta, o IST passaria a compreender três graus de ensino (bacharelato, licenciatura, doutoramento), o que, de futuro, possibilitaria a saída de engenheiros com diferentes níveis de formação profissional daquela escola. A bagagem científica dos alunos seria mais ou menos aprofundada consoante o grau de ensino frequentado⁹².

A Ordem dos Engenheiros também se pronunciou sobre as transformações que o III Governo provisório pretendia introduzir em matéria de ensino da engenharia. A 15 de Novembro de 1974 a Comissão Directiva Provisória da Secção Regional do Porto, respondia ao apelo lançado pelo Conselho Geral e organizava um colóquio subordinado ao tema: “A Reforma do Ensino da Engenharia.” O encontro contou com a participação de Representantes do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, do Instituto Industrial do Porto, do Sindicato dos Engenheiros Técnicos e da Ordem dos Engenheiros⁹³.

Crítico da reestruturação proposta pelo Governo, coube a António Brotas⁹⁴, representante do Grupo de Estudo e Planeamento da Secção Regional do Porto, defender, que o problema do ensino em Portugal não se resolveria com paliativos, mas sim com *uma mudança radical não só no seu conteúdo, como no seu espírito*⁹⁵, por outro lado esta alteração não deveria ser proposta pelo Ministério devendo, sim, partir das escolas e dos grupos profissionais⁹⁶.

Segundo o orador, a escola deveria estar em ligação permanente e directa com a realidade nacional, promovendo o contacto entre alunos e profissionais activos, devidamente, enquadrados no mercado de trabalho⁹⁷. Partindo deste ponto de vista, a Secção Regional do Norte para além de analisar o tema principal do encontro, procurou também responder à pergunta: *qual a indústria que precisamos para Portugal?*⁹⁸

A 31 de Dezembro de 1974 o ministro da Educação e Cultura, Manuel Rodrigues de Carvalho⁹⁹, publicava o decreto-lei n.º 830/74¹⁰⁰, convertendo os institutos industriais em institutos superiores de engenharia, e concedendo o título de engenheiro técnico, aos respectivos diplomados¹⁰¹. Ao criar os institutos superiores de engenharia o Governo pretendia, para além de dar o seu contributo a um [...] *processo democrático e evolutivo das estruturas do ensino em Portugal, que estará necessariamente ligado a toda uma transformação da sociedade portuguesa*¹⁰², colocar um ponto final [...] *a uma situação que injustamente bloqueava as possibilidades de progresso escolar de toda uma classe profissional* [...]¹⁰³.

O envolvimento das Secções Regionais na organização de reuniões, debates e colóquios onde se analisavam os problemas que mais directamente afectavam os interesses da classe, contribuiu para projectar o dinamismo das Secções, a nível nacional, demonstrando-lhes as suas possibilidades de acção, e independência, relativamente aos órgãos superiores da Ordem¹⁰⁴.

O 25 de Abril havia reavivado a necessidade de actuação dos engenheiros a nível colectivo, despertando o seu interesse pelos problemas da Ordem. Esta mudança de atitude reflectiu-se directamente no número, cada vez maior, de profissionais que assistia às assembleias, comparecia às reuniões, participava em visitas de estudo, e efectuava a sua inscrição na Ordem. A tabela que em seguida se apresenta traduz com clareza o intenso movimento associativo verificado durante o ano de 1974:

Comparação do movimento associativo entre 1973 e 1974

	1974	1973
Inscrições de membros efectivos	1577	676
Inscrições como subscritores extraordinários	23	73
Inscrições como subscritores estudantes	7	29
Suspensos pelo Art.º 88.º do Estatuto	99	84
Regressos à efectividade do Art.º 88.º	2	7
Suspensos pelo Despacho 4/4/968	241	274
Regressos à efectividade do Despacho de 4/4/68	39	9

Fonte: RCOE, 1974, p. 19.

O aumento do número de associados ficou também a dever-se ao ingresso na Ordem quer de estrangeiros quer de portugueses, licenciados por escolas superiores de engenharia estrangeiras, de nível equiparável ao das escolas portuguesas¹⁰⁵.

Por seu lado, o Conselho Geral e a Assembleia Geral, foram acusados de terem contribuído pouco para revitalizar a actividade associativa da Ordem, atitude que lhes valeu alguns comentários menos abonatórios¹⁰⁶.

A verdade é que a estrutura associativa da Ordem acusava, cada vez mais, dificuldades de funcionamento. Os dias que se seguiram à Revolução trouxeram de imediato novas perspectivas quanto à possibilidade de se resolver a sempre eterna questão da revisão dos Estatutos. Libertado do espartilho corporativo e vivendo num cenário de liberdade sindical, chegara a altura de se criarem comissões que analisassem cenários e perspectivas de futuro.

Desde o mês de Junho que a Comissão para a Revisão dos Estatutos da Secção Regional do Porto reunia, semanalmente. Era constituída por seis engenheiros que, muitas vezes, desenvolviam o seu trabalho em colaboração com as comissões homólogas de Lisboa e Coimbra¹⁰⁷. As conclusões a que chegou, não seriam, no entanto, divulgadas: as alterações políticas verificadas ao longo do ano obrigaram à reformulação das ideias existentes relativamente à revisão dos Estatutos, colocando-se a resolução do problema na dependência directa da publicação da lei das associações sindicais.

Enquanto se aguardava a publicação do diploma, a Assembleia e o Conselho Geral redigiram uma solução de compromisso, que deveria orientar as actividades da associação. Este documento seria, posteriormente, aprovado pelas três assembleias regionais de Lisboa, Porto e Coimbra:

Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, tendo examinado a sua posição face à liberalização sindical verificada no País a partir de 25 de Abril, e considerando terem sido eleitos por uma Assembleia designada por Geral, cuja constituição e representatividade sempre foram postas em causa, decidiram por os seus cargos à disposição da Classe.

Julgando, todavia, que o abandono das suas funções teria inconvenientes que lhes parecem graves, exactamente no momento que se atravessa, prestam-se a garantir à Ordem a continuidade da sua acção ao nível geral.

De qualquer modo, parece-lhes que:

- *de acordo, aliás com resoluções de várias reuniões de engenheiros, deve ser reformulado totalmente o Estatuto;*
- *o mesmo Conselho Geral, ou outro órgão transitório considerado preferível, deve dirigir a Ordem até à eleição de novos corpos gerentes, nos termos do futuro Estatuto.*

Entretanto, o programa de acção que lhes parece dever executar-se, será o seguinte:

1. *admitir, desde já, como membros efectivos, todos os que tenham a parte escolar do curso terminada, independentemente da realização de qualquer estágio ou a obtenção de diploma;*
2. *inscrever, ou readmitir, os Colegas que disso estavam impedidos, por terem sido condenados em pena maior, devido a motivos políticos;*
3. *admitir, também, os Colegas diplomados por escolas superiores estrangeiras, consideradas pela Ordem com o nível adequado;*
4. *simplificar as formalidades das inscrições em todos os casos;*
5. *acelerar a já referida revisão do Estatuto;*
6. *aumentar a intimidade dos contactos intersindicais, de forma a ter uma acção coordenada com a dos restantes trabalhadores portugueses;*
7. *prescindir de reuniões da Assembleia Geral, fazendo apreciar, ou ratificar, qualquer decisão importante, pelas Assembleias Regionais, de forma a que se apure, pela totalidade dos votos, a opinião da Classe; a este procedimento poderá eventualmente, exceptuar-se a apreciação do Relatório e das Contas do ano de 1973;*
8. *dar todo o apoio aos Colegas funcionários públicos, o que, embora pareça óbvio, se explicita, por no regime anterior tal não ser possível à Ordem;*
9. *estudar, com outros profissionais afins, a eventual constituição dum Sindicato comum*¹⁰⁸.

No final de 1974, e ainda sem Estatuto novo à vista, a Ordem dos Engenheiros era confrontada com renovadas dificuldades: o problema do desemprego e do subemprego dos engenheiros surgia no horizonte e exigia resolução imediata.

O eterno problema do desemprego vinha uma vez mais à tona, desta vez com contornos e especificidades diferentes. A situação sofrera um agravamento no final do ano, consequência da desmobilização e do regresso a Portugal de centenas de engenheiros vindos das ex-colónias¹⁰⁹.

Os sectores, público e privado, davam mostras de algum esgotamento, revelando a sua incapacidade em absorver um número sempre crescente de engenheiros que, anualmente, contribuía para engrossar as estatísticas da profissão e do desemprego.

O problema era complexo e necessitava de uma solução colectiva. No início de Dezembro, foram vários os profissionais de engenharia, em situação de desemprego, que se dirigiram ao Conselho Regional de Lisboa, solicitando a sua intervenção. Surgiu então a ideia de se realizar uma reunião com o objectivo de alertar o III Governo Provisório para a situação grave que a classe vivia.

O encontro que se realizou na sede da Ordem a 16 de Dezembro, reuniu cerca de 180 engenheiros desempregados, e foi devidamente acompanhado pela imprensa lisboeta¹¹⁰. Os números apresentados, enumerados com uma frieza esclarecedora, puseram a descoberto que só na área de Lisboa existiam 176 engenheiros em situação de desemprego, divididos pelas seguintes especialidades: química (67), electrotecnia (46), máquinas (37), civil (13), agronomia (10) e minas (3)¹¹¹.

Por esta altura, o número de engenheiros inscritos na Ordem rondava os 9 266 membros, distribuídos pelas regiões do Norte, Centro e Sul: os 180 profissionais que assistiram à reunião de Lisboa representavam apenas uma pequena amostra desse universo. Por outro lado, verifica-se que nesta, como em todas as outras grandes questões que a Ordem debateu ao longo deste período, foi praticamente nula a intervenção dos representantes das 10 especialidades de engenharia que à data encontravam acolhimento na instituição.

Durante o encontro foi eleita uma comissão, denominada do desemprego, que ficou encarregue de pôr em prática as propostas aprovadas.

Foram várias as sugestões apresentadas durante a reunião, quase todas procurando encontrar soluções que facilitassem a integração destes profissionais no mercado de emprego. Numa das intervenções, que mereceu o aval de grande parte dos participantes, sugeria-se que se tornasse obrigatório que as empresas públicas e organismos do Estado reportassem à Ordem dos Engenheiros as vagas existentes ou a criar [...] *para elaboração de uma listagem de lugares a nível nacional, prevendo-se o alargamento dessa obrigatoriedade ao sector privado*¹¹².

As resoluções tomadas passaram, ainda, pela aprovação das seguintes moções:

- a) Readmissão dos engenheiros despedidos sem justa causa.
- b) Criação na Ordem dos Engenheiros de uma comissão coordenadora do problema do desemprego (Comissão do Desemprego).
- c) Criação de um entreposto, obrigatório, de emprego na Ordem destinado ao sector público e estudando-se o alargamento desta obrigatoriedade ao sector privado.
- d) Criação de prazos para a reestruturação do sector público.
- e) Revogação do despacho da não admissão de pessoal no Estado¹¹³.

No mesmo dia em que o Conselho da Revolução promulgava a nacionalização da banca, reunia na sede da Ordem dos Engenheiros o Conselho Geral da associação. Um dos oradores, Azevedo e Silva¹¹⁴, congratulou-se com a intervenção estatal no sector financeiro, salientando que até àquela data não se havia processado, *com a energia e urgência indispensáveis a destruição dos comandos monopolísticos*¹¹⁵. Sem grandes considerações teóricas, colocou, em seguida, a resolução do problema do desemprego dos engenheiros na dependência directa da reestruturação sócio-económica do País, propondo ao Conselho Geral colocar em marcha uma política de socialização de emprego [...] *velando assim para o total emprego da classe e de todo o cidadão português*¹¹⁶. No seu entendimento, o poder político deveria tomar como exemplo a estratégia seguida pelo sector agrícola (distribuição obrigatória de toda a mão-de-obra pelas empresas agrícolas ao nível de concelhos e distritos) aplicando-a aos restantes sectores da actividade económica. O combate eficaz ao desemprego passava, assim, pela dinamização da economia e pela criação de novos postos de trabalho. O Conselho Geral acabou por aprovar o conceito exposto na proposta do engenheiro Azevedo e Silva, com a promessa de o remeter oportunamente aos Ministérios do Trabalho, do Equipamento Social e Ambiente, da Educação e Cultura, da Economia, da Administração Interna e da Coordenação Interterritorial¹¹⁷.

Outro dos vértices do problema era a questão dos técnicos de engenharia estrangeiros a trabalhar em Portugal. O tema foi alvo de vários estudos, acabando por determinar a intervenção da Ordem e a consequente

aprovação das *Bases para a Regulamentação da Actividade Profissional de Engenheiros Estrangeiros em Portugal*¹¹⁸, nas quais ficou definido que *todas as empresas que exerçam ou venham iniciar a sua actividade em Portugal, ainda que a sua sede seja localizada no estrangeiro, mas não tenham ainda ao seu serviço técnicos portugueses, e pretendam ter ao seu serviço técnicos estrangeiros, deverão desde logo contratar pelo menos um técnico português com habilitações equivalentes ao técnico estrangeiro mais categorizado*¹¹⁹.

Notícia sobre a criação da Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros (1975).

Fonte: "Criada uma Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros (actualmente quatrocentos)", in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1975, p. 6.

Criada uma Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros (actualmente, quatrocentos)

Foi criada uma Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros, subdividida em duas regiões — Norte e Sul — no decurso de uma assembleia realizada no Porto e na qual cerca de mil e trezentos engenheiros do Norte de Portugal se deslocaram sobre a actual situação em que se encontram.

Uma outra proposta aprovada, visa a criação de um ficheiro único de engenheiros sem emprego, que serão referenciados em duas zonas, funcionando como empresa de colocação, tendo ainda sido afirmado que se encontraram desempregados, no Porto e em Lisboa, um total de 400 profissionais, dos quais se juntarão, no final do corrente ano lectivo, mais cerca de 850, subindo o número total, portanto, para 1250.

Gráficos do Porto denunciam o patronato

Em relação a uma notícia que, em o mesmo título, inserimos na mesma edição do 11 de Abril, a Associação Portuguesa dos Industriais Gráficos e Transformadores do Papel enviou uma nota de esclarecimento que fica afixa nomeadamente: «A Associação Portuguesa dos Industriais Gráficos e Transformadores do Papel não se encontra, como se afirma, a estudar as possibilidades do mesmo relativamente ao emprego. De facto, tendo sido oficialmente proposta pela associação a criação do actual C. C.

que considera suspenso, em vez de se negar a pedido apresentado, que constitui uma decisão no mesmo sentido, não há, todavia, por se proceder na regulamentação do referido termo.

Consultado, mantendo-se como válido a data de 6 de Maio para o início das negociações, já concluída entre as partes interessadas um reunião realizada em 14 de Abril e posteriormente comunicada ao Ministério do Trabalho.

Depois de dizer que o resultado de fundamente não necessita de qualquer seguimento a qual a associação considera pouco oportuno o processo revolucionário, a direcção da associação afirma que, sem menosprezar os legítimos interesses dos seus trabalhadores não pode nem deve tomar qualquer responsabilidade que envolva o risco de se deteriorar ainda mais a situação das empresas que actualmente atravessam um período crítico de trabalho, pelo que considera improrrogável manter as bases, o que não constitui motivo de preocupação.

Trabalhadores da GAP não abdicam da proposta salarial

A decisão de não abdicarem da proposta salarial recentemente apresentada em Portugal, foi defendida pelos trabalhadores da GAP, reunidos em assembleia geral, em 25 de Abril.

Considerando que em face dos trabalhadores, tem sido de forma permanente e organizada, as suas peticções e propostas, através a realização, tanto da parte do Governo como de partidos políticos reformistas e diversos sindicatos portugueses, e sendo que a regulamentação salarial, sendo um dos objectivos do P.N.P. e que o mais importante, desde há um grande tempo, não tendo os trabalhadores que nem mais um passo atrás na questão salarial, decidiram, por outro lado, não deixar de

LIBERTADOS OS IRMÃOS AGOSTINHO E JOSÉ DA SILVA

Foram, ontem, postos em liberdade, ficando a aguardar a instrução dos respectivos processos, os irmãos José e Agostinho da Silva, ex-administradores da "Prensa", que haviam

Em Abril de 1975, e na sequência de uma reunião realizada no Porto, era criada a Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros, subdividida em duas regiões: Norte e Sul. Os quatrocentos profissionais que à data se encontravam desempregados justificavam, ainda que se aprovasse a criação de um ficheiro único (referenciado por zonas), que deveria centralizar informações quanto à oferta e procura de empregos para engenheiros¹²⁰. Durante esse mês foi ainda fixado, pelo Conselho Geral, o jornal de engenheiros dentro dos limites de 1600\$00 e 2400\$00¹²¹.

A verdade é que a Ordem sabia muito pouco sobre a situação económica e social vivida pelos diplomados em engenharia. Os resultados obtidos em 1972 pelo 1.º Inquérito Sócio-Económico, realizado em colaboração com o Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, há muito que tinham sido ultrapassados pelo desenrolar dos acontecimentos. Não existia um registo geral, actualizado, da profissão e dos respectivos profissionais, instrumento que se reputava indispensável se se queria pôr em marcha um combate eficaz ao desemprego.

Cunha Serra percebeu-o rapidamente e, em Março de 1976, dirigiu um ofício ao ministro do Trabalho solicitando que lhe fosse concedido um subsídio, não reembolsável, no valor de 1500 contos, para a realização de um inquérito¹²².

As novas regras do associativismo

A instabilidade política, económica e social que marcou o ano de 1975 não poderia deixar de ter efeitos na actividade da Ordem dos Engenheiros. Como Cunha Serra referiu de forma bastante sintética e clara na abertura do *Relatório e Contas do Conselho Geral* relativo a esse ano, *desde os acontecimentos nacionais até aos internos, tudo tornou difícil a gerência da Ordem*¹²³.

As mudanças de fundo que iriam marcar o ano na associação iniciaram-se logo em Janeiro. A 30, na reunião do Conselho Geral, a ordem do dia ditava que se discutisse a fusão das Secretarias do Conselho Geral e da Secção Regional de Lisboa, traduzindo *uma experiência no sentido de melhor aproveitamento das disponibilidades de pessoal e correspondente economia de meios*¹²⁴, tendo sido aprovada por maioria, apesar do voto contra do representante da Secção Regional do Porto, Marques de Almeida¹²⁵.

O conjunto de indefinições era tal, que se chegou a questionar a própria existência da associação, discutindo-se, em Conselho Geral, o valor das indemnizações a pagar aos empregados em caso de extinção do organismo¹²⁶.

Há muito que o fantasma da Lei Sindical pairava no ar, e, com ele, aumentavam as dúvidas em torno do papel e das funções a desempenhar, de futuro, pela Ordem. Desde Outubro de 1974 que a Intersindical vinha reivindicando a consagração, por parte do Governo, do princípio da unicidade sindical, desejo só realizado cinco dias após as eleições para a Assembleia Constituinte, a 30 de Abril de 1975¹²⁷.

No mesmo dia seria ainda promulgada a Lei das Associações Sindicais¹²⁸, cujas implicações na evolução da Ordem dos Engenheiros serão abordadas em seguida.

Recorde-se que desde o final da década de 60 a Ordem vinha desempenhando dois tipos de funções: as desenvolvidas por uma associação profissional, de que faziam parte as actividades de formação cultural, técnica e de defesa de uma deontologia profissional, e aquelas que cabiam *a um sindicato de profissão, isto é, a um sindicato horizontal*¹²⁹. Seria, precisamente, esta última função que lhe seria retirada pela lei de 30 de Abril.

A nova dinâmica impressa em termos de política associativa e sindical esteve na base da convocação, por determinação dos órgãos directivos das Secções Regionais de Lisboa, Porto e Coimbra, de uma reunião, onde as Assembleias Regionais submeteram à aprovação dos membros da classe uma proposta única que defendia [...] *a manutenção da Ordem dos Engenheiros como pura associação profissional, dissociando-a de qualquer actividade sindical*¹³⁰, e a [...] *criação de sindicatos regionais de engenheiros, abertos a todos os engenheiros sindicalizáveis à luz da Lei das Associações Sindicais, e que dêem a necessária continuidade à acção sindical que tem sido assegurada pela Ordem*¹³¹.

Apesar do processo de “dessindicalização” da Ordem dos Engenheiros se encontrar em curso, a associação organizaria ainda durante o mês de Julho, com o patrocínio da Intersindical, e em parceria com o Sindicato dos Economistas, o Sindicato dos Engenheiros Técnicos e o Sindicato dos Arquitectos Assalariados¹³², o I Encontro dos Quadros Técnicos. O encontro foi estruturado em quatro secções: a integração dos técnicos na luta geral dos trabalhadores, a participação dos técnicos na reorganização da economia nacional, formação e hierarquias e autoridade-saneamento¹³³. Em entrevista ao *A Capital*, Pedro Serra, membro da Ordem dos Engenheiros, dava boa ideia do ambiente que então se vivia ao declarar que os quadros, apesar de não serem [...] *efectivamente uma força revolucionária, nem pela sua origem social, nem pela mentalidade* [...], tinham que garantir a sua aproximação aos outros trabalhadores¹³⁴.

A remodelação que se encontrava em curso teria que necessariamente passar pela revitalização da actividade cultural da Ordem dos Engenheiros. A 19 de Maio o Conselho Regional de Lisboa promoveu a realização de um Fórum, no LNEC, com o objectivo principal de repensar o papel da engenharia na reconstrução e desenvolvimento do País¹³⁵.

O debate, que se pretendia transversal, moderado pelo engenheiro Myre Dores, analisou um vasto conjunto de temas, incluindo o da reestruturação do ensino.

Temas em discussão na reunião do LNEC

ORADOR	TEMA
Abreu Faro	Programas de Educação
Cardoso Pereira	Química
Ivo Gonçalves	Energia
Pereira Amaro	Desenvolvimento Agrário
Valadares Tavares	Engenharia de Sistemas
Costa Brotas	Reestruturação do Ensino
Fonseca Ferreira	Habitação
Laginha Serafim	Recursos Hidráulicos
Santos Oliveira	Ambiente
Van Uden	Bioquímica

Fonte: “O Século entrevista o CRL. Há que criar um novo tipo de engenheiro em Portugal”, in *BISRLOE*, n.º 31, de 1 de Julho de 1975, p. 1.

Os engenheiros tinham a clara percepção de que o País vivia uma situação extremamente deficitária a nível tecnológico que era preciso colmatar, se, como era apanágio governamental, se pretendia melhorar as condições de vida da população. As soluções apresentadas pelo Conselho Regional de Lisboa passavam pela adopção de novos métodos de trabalho, pela formação de novos técnicos, pelo desenvolvimento de novas especialidades de engenharia, pela reformulação do ensino e pela preservação do meio ambiente.

Pelo seu interesse, aqui se deixam transcritas algumas das principais ideias do encontro:

- 1.º *A engenharia é um meio indispensável no processo de desenvolvimento económico do País mas os engenheiros têm que reformular os seus métodos de participação integrando-se com os restantes trabalhadores em equipas que garantam a democraticidade das acções a empreender.*
- 2.º *As actuais especialidades da Engenharia são insuficientes para ocorrer à especificidade dos problemas que se põem aos técnicos. Há que formar engenheiros em novos campos de actuação e abrir a outros especialistas, não engenheiros, a intervenção nos projectos de engenharia.*

São exemplo, a engenharia de sistemas, a maior parte das indústrias, a agricultura e as novas fontes de energia.

- 3.º Em alguns campos da engenharia abrem-se perspectivas desde que os engenheiros tomem iniciativas com base num espírito criativo e inventivo. É o caso, por exemplo, da química e da bioquímica, e da energia solar.*
- 4.º A qualidade da vida do povo depende, de entre outros factores, da capacidade de não deixar degradar as qualidades ambientais do seu habitat. A engenharia, actuando dentro duma sociedade socialista, tem obrigação de o conseguir.*
- 5.º O urbanismo e a habitação, são campos de actividade em que as mais diversas especialidades da engenharia – existentes e a criar – se devem dar mãos com os sociólogos com o propósito de melhorar a qualidade de vida do povo.*
- 6.º As deficiências de energia podem ainda ser atenuadas pela exploração mais extensiva dos recursos hidráulicos, pela investigação no campo da energia solar desde que sejam removidas, neste caso, as dificuldades da poluição atómica.*
- 7.º Em face das condições anteriores o CRL pensa que o ensino da engenharia deve ser totalmente reformulado. Não nos deve abandonar a esperança de que os técnicos actualmente desocupados ou sub-ocupados serão, em breve, poucos para levar a cabo o desenvolvimento económico do País¹³⁶.*

Só um novo tipo de engenheiro poderia, de acordo com a Secção Regional de Lisboa, dar resposta a um desafio tão complexo. O seu perfil, traçou-o Amílcar Ambrósio¹³⁷, nas páginas do matutino *O Século*: [...] *há que criar um novo tipo de engenheiro cujas características fundamentais sejam, para além do domínio de conhecimentos de base adequados (reformulação do respectivo ensino), uma capacidade inventiva desenvolvida, um apurado sentido de responsabilidade social como trabalhador que põe ao serviço do País todo o seu saber, uma radical aversão a esquemas burocráticos estiolantes, uma permanente tenção de procura de soluções cada vez mais económicas, rendíveis e socialmente úteis¹³⁸*. No mesmo espírito, Consigliere Pedroso definia as suas funções no interior das empresas: *exige-se*

*para tal, em termos genéricos, um novo perfil de engenheiro, cujas relações de trabalho se adaptem a novos conceitos de descentralização e participação com a conseqüente repartição de autonomias e responsabilidades a todos os níveis de intervenientes no processo produtivo. Torna-se necessário, para tal, ajustar as estruturas de muitas empresas, por forma a eliminar clivagens acentuadas nos vários escalões de descentralização*¹³⁹.

Em poucas linhas eram definidas as atribuições e competências dos engenheiros em matéria de desenvolvimento económico, científico e tecnológico.

Entretanto, o Verão de 1975 revelava-se pródigo em matéria de criação de organizações associativas. Em Agosto, surgia o Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, constituído com o objectivo de assegurar [...] *a continuidade das acções sindicais anteriormente cometidas à Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros*¹⁴⁰. Um mês depois era fundado, com fins idênticos, o Sindicato dos Engenheiros do Norte¹⁴¹.

A representação sindical dos engenheiros técnicos também sofreu algumas transformações, surgindo, na sequência da extinção do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte e do Sul. Este Conselho Geral distinguiu Mercier Marques como membro Honorário.

Por que lei nos regemos? Os Estatutos de 1976 e a Associação Portuguesa de Engenheiros

Uma vez reformulado o papel e as competências associativas da Ordem dos Engenheiros, impunha-se, agora, de forma imperiosa e urgente, a revisão do seu estatuto e orgânicas. Depois de muitas discussões, fora criada, em 1975, uma Comissão Redactorial que ao longo do ano [...] *e conforme se iam descortinando caminhos, foi estabelecendo as bases do que viria a ser o novo diploma*¹⁴².

A documentação é pouco elucidativa quanto aos trabalhos preparatórios de elaboração das bases do Estatuto; sabe-se que o assunto mereceu a atenção do Conselho Geral durante seis reuniões¹⁴³, contudo, o texto final não reunia o consenso da classe, surgindo assim duas propostas a

referendo: o projecto A, elaborado pelos representantes de Lisboa e o B, organizado pelo Porto e por Coimbra¹⁴⁴.

As divergências relacionavam-se com as condições de admissão e os graus de qualificação profissional que a associação deveria conferir; a proposta apresentada pelos representantes de Lisboa abria a possibilidade de admissão à Ordem dos Engenheiros dos diplomados com curso médio, o que mereceu a discordância das Regiões do Porto e de Coimbra¹⁴⁵.

A afluência às urnas foi bastante significativa: a percentagem de votantes situou-se à volta dos 44% de inscritos, valor que reflectia bem a vontade de mudança que a classe há muito vinha sentindo. O resultado do escrutínio ditou a vitória do projecto B.

Resultado do Referendo de 14 de Maio de 1976

PROJECTO	VOTOS
Pelo Projecto A	526
Pelo Projecto B	3062
Não a qualquer dos Projectos	627
Votos nulos e brancos	17
Total de votos	4232

Fonte: RCOE, 1976, p. 1.

O novo Estatuto da Ordem foi publicado a 14 de Julho de 1976¹⁴⁶, indicando os caminhos a percorrer. O seu objectivo fundamental era contribuir para a promoção das [...] *ciências e das técnicas da engenharia, numa perspectiva de serviço da colectividade, através da valorização da competência profissional e da actuação deontologicamente dignificante dos seus associados*¹⁴⁷. Para isso deveria procurar:

- a) *Desenvolver o intercâmbio com instituições estrangeiras congéneres e com escolas de engenharia nacionais e estrangeiras, a fim de reforçar as trocas de conhecimento e de experiência entre as nações e de contribuir para o progresso da engenharia e do seu ensino;*
- b) *Organizar a realização de cursos, palestras, congressos, exposições, visitas de estudo e outras actividades afins, bem como constituir bibliotecas e museus técnicos e editar publicações de interesse profissional e científico;*

- c) Favorecer, reforçar e desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus membros, de forma a que as questões respeitantes aos aspectos sociais e profissionais da engenharia sejam examinadas em comum;
- d) Prestar a colaboração técnica ou científica que lhe seja solicitada pelas entidades oficiais ou de interesse público¹⁴⁸.

O documento trazia novas perspectivas à associação dos engenheiros [...] *tanto no aspecto de desenvolvimento da engenharia (sem ser uma mera associação cultural) como na defesa da profissão, quer através da atribuição de graus de qualificação e de especialização dos seus membros, quer pela intervenção na estruturação de carreiras profissionais*¹⁴⁹. O novo texto regulamentar incluía o código deontológico do engenheiro, codificando um conjunto de normas gerais que deveriam orientar a actuação concreta dos profissionais de engenharia.

A Ordem dos Engenheiros transformava-se, assim, numa associação privada, embora os princípios orientadores do decreto-lei n.º 40 774, de 8 de Setembro de 1956¹⁵⁰, não fossem revogados.

Salientam-se as principais inovações que os Estatutos integravam:

- a) Inscrição facultativa e aberta a engenheiros técnicos¹⁵¹;
- b) Criação do congresso anual reunindo, rotativamente, em cada uma das regiões: Sul, Norte e Centro;
- c) Eleição do presidente nacional por escrutínio directo e universal;
- d) Instituição do referendo nacional, de carácter deliberativo, como forma de auscultação da classe¹⁵².

A 14 de Julho de 1976 foi eleito, de acordo com os novos princípios estatutários, o novo Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros. Cunha Serra saía de cena, as lutas eram outras e os protagonistas também, mas na sua essência os fins continuavam a ser os mesmos: a valorização profissional e cultural dos engenheiros.



Novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado em 1976.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Membros efectivos – 1974-1976

ANOS	TOTAL	SECÇÕES			
		PORTO	COIMBRA	LISBOA	LUANDA E LOURENÇO MARQUES
1974	9266	1797	510	6199	760
1975	10 003	1994	577	6617	815
1976	9657	2093	600	6657	307

Fonte: BOE.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1974-1976

ESPECIALIDADES	1974		1975		1976	
		%		%		%
Engenharia Civil	3540	38,2	3682	37,0	3477	38,0
Engenharia Electrotécnica	2035	22,0	2259	22,7	2127	23,2
Engenharia Mecânica	1344	14,5	1548	15,6	1484	16,2
Engenharia de Minas	192	2,1	194	1,9	176	1,9
Engenharia Químico-Industrial	979	10,6	1125	11,3	1021	11,2
Engenharia Naval	21	0,2	27	0,3	20	0,2
Engenharia Geográfica e Hidrográfica	176	1,9	170	1,7	126	1,4
Engenharia Agronómica	802	8,7	782	7,9	589	6,4
Engenharia Silvícola	169	1,8	153	1,5	112	1,2
Engenharia Metalúrgica	8	0,1	13	0,1	19	0,2
Totais	9266	100,0	9953	100,0	9151	100,0

Fonte: BOE.

Nota: Os dados dos totais dos anos 1975 e 1976 divergem entre os dois quadros, por indefinição da especialidade relativamente a alguns membros. Em determinada altura, para anos posteriores, verificando essa situação, a OE passou a incluir a categoria de “Diversos” nas especialidades.

- 1 O Bastonário Pedro Nunes e dois membros do CG (Álvaro Santos Silva e Rogério Silva de Oliveira) apresentaram o seu pedido de exoneração no início de Junho de 1973. A 8 de Junho reunia a AG Extraordinária para examinar os pedidos de afastamento. No final dos trabalhos, o bastonário acabaria por suspender, em seu nome e dos outros membros do Conselho Geral, o pedido de exoneração. Cf. “O Bastonário retirou o pedido de exoneração”, in *Boletim Informativo da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros* (doravante BISRLQE), n.º 2, de 15 de Junho de 1973, p. 1.
- 2 Decreto n.º 51/72, Regulamenta o processo eleitoral dos dirigentes corporativos, DG, I Série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1972.
- 3 “A candidatura Cunha Serra”, in *BISRLQE*, n.º 7, de 31 de Dezembro de 1973, p. 12.
- 4 Armando de Araújo Martins Campos e Matos (1919-1991), Nascido em Fafe, frequentou os preparatórios de Engenharia Civil na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, entre os anos lectivos de 1936-1937 e 1938-1939, transitando, depois, para a Faculdade de Engenharia onde concluiu o curso no ano lectivo de 1941-1942. Foi contratado como 2.º Assistente do quadro do 1.º Grupo (Construções Civas) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em Janeiro de 1945. Bolseiro do Instituto de Alta Cultura, realizou, entre Julho e Setembro de 1947, um estágio, em Paris, nos Laboratoires du Bâtiment et des Travaux Publics. Foi Secretário Geral do 2.º Congresso Nacional de Engenharia, realizado no Porto em Junho de 1948. Em Março de 1951 prestou provas de doutoramento, obtendo o grau académico de Doutor em Engenharia Civil. Desempenhou funções como Inspector Superior de Obras Públicas e Comunicações do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, tomando posse a 23 de Dezembro de 1957. Elaboraria, então, vários pareceres e informações relativas a obras, e realizaria várias missões técnicas a Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor. Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas foi subdirector da Secção de Estudos de Estabilidade do Centro de Estudos de Engenharia Civil, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Reitor da Universidade do Porto.
- 5 Veja-se AOENG, LAAG, Acta da Assembleia Geral Eleitoral de 9 de Janeiro de 1974, Cf. Iguualmente, “Cunha Serra eleito bastonário”, in *BISRLQE*, n.º 8, de 31 de Janeiro de 1974, p. 1.
- 6 Cf. “Os Discursos de posse dos novos Corpos Gerentes da Ordem”, in *BISRLQE*, n.º 9, de 7 de Março de 1974, p. 1.

- 7 *Vide* Estatuto da Ordem dos Engenheiros. decreto-lei n.º 40 774, publicada no DG, n.º 192, I série, de 8 de Setembro de 1956, Lisboa, Ordem dos Engenheiros, 1957, pp. 18-19.
- 8 Veja-se “Os Discursos de posse dos novos Corpos Gerentes da Ordem”, in *BISRLOE*, n.º 9, de 7 de Março de 1974, p. 2.
- 9 *Idem*, p. 2.
- 10 *Idem*.
- 11 *Idem*.
- 12 Sobre esta questão veja-se: Gonçalo Sarmiento, “Congresso 81. A Ordem dos Engenheiros e o Associativismo em Portugal”, in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros* (doravante BINOE), n.º 48, Janeiro de 1982, p. 22.
- 13 AOENG, *CDN, Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 15 de Março de 1974.
- 14 Lei n.º 5/73, *DG*, I Série, n.º 173, de 25 de Julho de 1973.
- 15 José da Veiga Simão (1929-...), licenciado em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Coimbra, doutorou-se, aos 28 anos, pela Universidade de Cambridge em Inglaterra. Iniciou, então, uma carreira académica extremamente rica e de cujo percurso fazem parte para além da docência, foi Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, a direcção da Universidade de Lourenço Marques, instituição para que foi nomeado Reitor em 1963. Grande admirador das estruturas de ensino anglo-saxónicas, incentivou vários alunos e assistentes daquela Universidade a realizarem a sua formação em Inglaterra e nos Estados Unidos. Entre 15 de Janeiro de 1970 e 25 de Abril de 1974 exerceu o cargo de ministro da Educação Nacional, provocando uma verdadeira revolução na estrutura educacional existente, e cujos exemplos mais marcantes são: a Reforma do Sistema Educativo (Lei de Bases de 1973) e o Plano de Desenvolvimento Educativo, iniciado em 1972. Na qualidade de ministro promoveu, também, a constituição de várias universidades: Minho, Aveiro, Évora e Universidade Nova de Lisboa), dos Institutos Superiores e Politécnicos e das Escolas de Educação.
- 16 Cf. Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910-1990*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, p. 192.
- 17 Expressões utilizadas por Sérgio Grácio, Veja-se *Idem*, p. 185. Cf. Igualmente Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 153.
- 18 *Vide*, Maria Fernanda Rollo, “Engenharia e história: percursos cruzados”, *op. cit.*, p. 55.
- 19 Cf. Manuel Heitor, Hugo Horta e Pedro Conceição, “Engenharia e conhecimento: ensino técnico e investigação” in *Engenho e Obra – uma abordagem à história da engenharia em Portugal do século XX*, (Coord.) José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002, p. 67.
- 20 “A Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenheiros (FEANI)”, in *BINOE*, n.º 44, Setembro de 1981, p. 3.
- 21 Manuel Heitor, Hugo Horta e Pedro Conceição, “Engenharia e conhecimento: ensino técnico e investigação”, *op. cit.*, p. 67.
- 22 Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 192.
- 23 *Idem*.
- 24 Veja-se AOENG, *LAAG*, Acta da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Março de 1974.
- 25 *Idem*.
- 26 *Idem*.
- 27 Cf. *Idem*.
- 28 Foram feitas, no entanto, as seguintes declarações de voto: *Do engenheiro Marques de Almeida: Aceito que se dê seguimento ao Acordo desde que se defenda a posição da Ordem, em especial no que diz respeito à representação da Comissão, que deveria ter, se possível, 5 elementos pela Ordem e 3 pelo Sindicato dos Agentes Técnicos, Engenheiros Auxiliares e Condutores.*
Do engenheiro Corte-Real: *Discordo da aprovação do acordo, porque este vai criar uma maior oposição dos engenheiros em relação à Ordem. De resto, não considero o assunto*

- como premente, pois a qualificação profissional dos agentes técnicos está em evolução no Ministério da Educação Nacional. Veja-se AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 15 de Março de 1974.
- 29 AOENG, LAAG, Acta da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Março de 1974. *Moção aprovada na Assembleia Regional Extraordinária realizada na Secção Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros a 13 de Março de 1974*
- 30 *Idem*. *Moção aprovada na Assembleia Regional Extraordinária realizada na Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Engenheiros a 12 de Março de 1974*.
- 31 *Idem*.
- 32 *Idem*.
- 33 DG, I Série, n.º 164, de 29 de Julho de 1926.
- 34 AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 21 de Junho de 1974. Em Setembro de 1974 o Conselho Geral entendeu, todavia, que (...) *a Ordem não deverá subscrever qualquer acordo de constituição da Comissão Nacional Portuguesa da FEANI, enquanto não seja tomada posição definitiva sobre a denominação de “Engenheiro Técnico”*. Veja-se ainda, AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 6 de Setembro de 1974.
- 35 António Morgado Pinto Cardoso foi subsecretário de Estado do Trabalho entre 7 de Novembro de 1973 e 25 de Abril de 1974.
- 36 “O Subsecretário do Trabalho tratou de assuntos de interesse para a Ordem dos Engenheiros”, in *Diário de Notícias* (doravante DN) de 12 de Abril de 1974, p. 7.
- 37 *Idem*.
- 38 RCGOE 1974, pp. 5-6.
- 39 Vide AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 17 de Maio de 1974.
- 40 A 18 de Maio de 1974 seria eleita uma Comissão Directiva Provisória que deveria continuar os trabalhos do Conselho Regional eleito em 1972. Cf. *Idem*. Note-se que a 6 de Maio o Conselho Geral da Ordem noticiara ter tomado conhecimento da posição de um conjunto de engenheiros do Porto que pretendia a dissolução imediata da Ordem. Veja-se AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 6 de Maio de 1974.
- 41 Cf. “Ordem dos Engenheiros”, in DN, de 1 de Maio de 1974, p. 9.
- 42 “Ordem dos Engenheiros quer ser Sindicato”, in *A Capital*, de 3 de Maio de 1974, p. 17.
- 43 *Idem*.
- 44 *Idem*.
- 45 *Idem*.
- 46 *Idem*. Cf. DN, de 3 de Maio de 1974, p. 13.
- 47 Veja-se “Actuação Sindical”, in *BISRLOE*, n.º 10, de 12 de Maio de 1974, p. 1 e 8. Cf. Igualmente “Reunião Geral de Engenheiros”, in *BISRLOE*, n.º 10, de 12 de Maio de 1974, pp. 4-5.
- 48 O inquérito preparatório da alteração dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros começou a ser distribuído aos sócios na segunda quinzena de Maio. Os engenheiros deveriam pronunciar-se sobre o futuro da Ordem e as formas de sindicalismo a praticar. Cf. “Engenheiros esclarecem-se sobre sindicalismo”, in *A Capital*, de 22 de Maio de 1974, p. 11. Veja-se ainda “Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1974” (doravante RBCE 1974), in *BISRLOE*, n.º 26, de 22 de Abril de 1975, p. 3.
- 49 Gonçalo Sarmiento, *op. cit.*, p. 22.
- 50 Cf. AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Acta da Reunião do Conselho Regional de Lisboa – A, de 7 de Maio de 1974.
- 51 *Idem*.
- 52 AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Acta da Reunião do Conselho Regional de Lisboa – A, de 14 de Maio de 1974.
- 53 *Idem*.
- 54 A Comissão Alargada para o Estudo dos Problemas de Formação era composta por: Fernando Manzanares Abecassis, Vítor Manuel do Nascimento Graveto, José João Fraústo

- da Silva e João Mendes Espada. Cf. *RCGOE* 1974, p. 9.
- 55 Adelino da Palma Carlos foi Primeiro ministro do I Governo Provisório entre 16 de Maio e 18 de Julho de 1974.
- 56 “Engenheiros esclarecem-se sobre sindicalismo...”, p. 11.
- 57 *Idem.*
- 58 *Vide* “Os Engenheiros face ao sector público”, in *BISRLOE*, n.º 11, de 1 de Julho de 1974, p. 2. Cf. Igualmente *A Capital*, de 23 de Maio de 1974, p. 17.
- 59 *Idem.*
- 60 *Idem.*
- 61 No triénio 1973-1975 o Conselho Regional de Lisboa era liderado pelo engenheiro geógrafo Nuno Pedro da Silva. Na 5.ª reunião da Comissão de Qualificação Profissional, realizada em 24 de Maio de 1977, foi eleito coordenador do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Regulamento das Especializações.
- 62 Cf. *RBCE* 1974, p. 2.
- 63 *Idem*, p. 3.
- 64 *Vide*, José Medeiros Ferreira, “Sociedade e economia na revolução”, in *Portugal em Transe*, (Coord.) José Medeiros Ferreira *História de Portugal* Vol. 8, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, s/d, pp. 105 e seguintes.
- 65 *Veja-se Relatório do Conselho Regional – Comissão Directiva Provisória – Relativo ao ano de 1974* (doravante *RCR* 1974), Porto, Secção Regional do Porto, 1975, p. 2.
- 66 *RBCE* 1974, p. 2.
- 67 *Veja-se AOENG, CDN, Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 21 de Junho de 1974.
- 68 *Idem.*
- 69 *Idem.*
- 70 *Idem.*
- 71 A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres tinha sede em Bruxelas e integrava as centrais intersindicais, sem ligação ao Partido Comunista, como a *Trade Union* de Inglaterra e as Federações dos Estados Unidos. Em Julho de 1974 foram criados os Sindicatos Livres dos Juristas e dos Médicos. *Veja-se*: “Criado Sindicato de Juristas Livres”, in *A Capital*, de 12 de Julho de 1974, p. 8. Cf. igualmente: “Criado o Sindicato de Médicos Livres”, in *A Capital*, de 22 de Julho de 1974, p. 11.
- 72 “Sindicato livre dos engenheiros” in *BISRLOE*, n.º 13, de 1 de Agosto de 1974, p. 3.
- 73 “Deliberações da Assembleia Regional”, in *BISRLOE*, n.º 13, de 1 de Agosto de 1974, p. 3.
- 74 *Idem.*
- 75 “Princípios orientadores das actividades sindicais do C.R.L.”, in *BISRLOE*, n.º 13, de 1 de Agosto de 1974, p. 1 e p. 6.
- 76 *Veja-se* “Deliberações da Assembleia Regional”, in *BISRLOE*, n.º 13, de 1 de Agosto de 1974, p. 3.
- 77 Fernando Cardoso da Silva Brilhante Pessoa foi Secretário Geral da Ordem dos Engenheiros entre Fevereiro de 1958 e Outubro de 1974.
- 78 Cf. “A Assembleia Regional solicita a suspensão do Secretário Geral”, in *BISRLOE*, n.º 13, de 1 de Agosto de 1974, p. 3. *AOENG, CDN, Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral realizada na sede da Secção Regional do Porto a 4 de Outubro de 1974. *Veja-se* igualmente “O Secretário Geral da Ordem cessa funções”, in *BISRLOE*, n.º 15, de 1 de Novembro de 1974, p. 3.
- 79 Cf. *DG*, I Série, n.º 174, de 27 de Julho de 1974. Sobre a descolonização *veja-se* Pedro Pezarat Correia, “A Descolonização”, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, (Coord.) António Reis, Lisboa, Temas e Debates, Abril de 1996, pp. 40-73.
- 80 Cf. *AOENG, CDN, Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 17 de Maio de 1974.
- 81 *AOENG, CDN, Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 4 de Novembro de 1974.
- 82 *Idem.*
- 83 *Idem.*

- 84 *Vide*, Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 194.
- 85 AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral realizada na sede da Secção Regional do Porto a 4 de Outubro de 1974.
- 86 E. R. Arantes e Oliveira, A. Carvalho Quintela e A.F. Tovar de Lemos, “Proposta para a Reestruturação dos Cursos de Engenharia Civil”, in *Técnica*, n.º 420, de Setembro de 1974, pp. 227-231.
- 87 Eduardo R. Arantes e Oliveira (1907-1982), nascido em Tomar, frequentou o Colégio Militar e fez os preparatórios do de engenharia na Faculdade de Ciências de Lisboa, concluindo, em 1929, o seu curso de Engenharia Militar na antiga Escola Militar. Foi promovido a alferes em 1929 e a major em 1947, passando à reserva em 1952. Entre 1938 e 1940 foi chefe da Repartição de Edificações Urbanas e director dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa. Cargo que exerceria, novamente, entre 1944 e 1947, destacando-se a sua intervenção nos projectos das gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos e nos dos novos edifícios do Ministério das Finanças e do Instituto Português de Oncologia. Em 1947 foi nomeado director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Presidente da Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros no triénio de 1951-1953. Foi Presidente de Honra da Secção Portuguesa da Société des Ingénieurs Civils de France. Foi nomeado ministro das Obras Públicas a 2 de Abril de 1954.
- 88 E. R. Arantes e Oliveira, A. Carvalho Quintela e A. F. Tovar de Lemos, “Proposta para a Reestruturação dos Cursos de Engenharia Civil”, in *Técnica*, n.º 420, de Setembro de 1974, pp. 227-231. Cf. Igualmente, A. de Sousa Coutinho, “Observações sobre a “Proposta para a Reestruturação dos Cursos de Engenharia Civil”, in *Técnica*, n.º 423, de Fevereiro de 1975, pp. 165-166.
- 89 *Idem*, p. 227.
- 90 *Idem*.
- 91 *Idem*.
- 92 *Idem*.
- 93 *Vide*, RCR 1974, p. 5.
- 94 António Brotas (1930-...), licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST, foi Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica (1975-1976).
- 95 “Mudança radical do ensino sugerida num colóquio”, in *A Capital*, de 16 de Novembro de 1974, p. 15.
- 96 *Idem*.
- 97 *Idem*.
- 98 A questão foi uma vez mais analisada pelo engenheiro António Brotas. Fica a sua opinião: *É desejável que seja a nossa; como tal neste momento teremos de nos orientar no desenvolvimento da indústria base. A penetração das multinacionais e dos capitais estrangeiros em Portugal deve-se, em larga medida, à nossa falta de tecnologia. Idem*.
- 99 Manuel Rodrigues de Carvalho foi ministro da Educação e Cultura entre 4 de Dezembro de 1974 e 26 de Março de 1975.
- 100 Cf. DG, I Série, n.º 303, de 31 de Dezembro de 1974. De acordo com o diploma os Institutos Industriais de Lisboa e Porto seriam transformados em Institutos Superiores de Engenharia, já o Instituto Industrial de Coimbra seria desdobrado em dois dando origem ao Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e ao Instituto Comercial de Coimbra.
- 101 Sobre este assunto veja-se: Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 154. Cf. Igualmente Manuel Heitor, Hugo Horta e Pedro Conceição, *op. cit.*, p. 67.
- 102 DG, n.º 303, I série, de 31 de Dezembro de 1974.
- 103 *Idem*.
- 104 Cf. RCR 1974, p. 2.
- 105 Cf. RCGOE 1974, p. 18.
- 106 *Vide* AOENG, LAAG, Acta da Assembleia Geral Ordinária de 4 de Novembro de 1974.
- 107 RCR 1974, p. 4.
- 108 RCGOE 1974, pp. 3-5.
- 109 *Idem*, p. 11.

- 110 Veja-se em particular: “Engenheiros desempregados sugerem medidas ao Governo”, in *A Capital*, de 17 de Dezembro de 1974, p. 14.
- 111 *Idem*.
- 112 *Idem*.
- 113 Cf. “Engenheiros Desempregados Debatem a sua Situação”, in *BISRLOE*, n.º 20, de 15 de Janeiro de 1975, p. 2.
- 114 João Martins de Azevedo e Silva foi membro do Conselho Regional da especialidade de engenharia silvícola da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros entre 1966 e 1968.
- 115 Cf. AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 15 de Março de 1975.
- 116 *Idem*.
- 117 *Idem*.
- 118 *Idem*. Veja-se igualmente *RCOE* 1975, p. 3.
- 119 Cf. AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 15 de Março de 1975.
- 120 “Criada uma Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros”, in *DN*, de 20 de Abril de 1975, p. 6.
- 121 *RCOE* 1975, p. 2.
- 122 Veja-se Arquivo da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (ASGMTSS), *Ordem dos Engenheiros (Correspondência) de Março de 1972 a 1987*, Ofício de 25 de Março de 1976, enviado por João Cunha Serra, bastonário da Ordem dos Engenheiros ao ministro do Trabalho.
- 123 Durante o ano de 1975 a Região do Porto da Ordem dos Engenheiros chegou a ter duas Comissões Directivas Provisórias, por resignação da primeira a 26 de Junho, daquele ano. *RCOE*, 1975..., p. 1.
- 124 *Idem*, p. 3.
- 125 Cf. AOENG, CDN, *Actas 1967-1977*, Projecto da Acta da Reunião do Conselho Geral de 30 de Janeiro de 1975.
- 126 *Idem*. Cf. igualmente *RCOE* 1975, p. 1.
- 127 Veja-se decreto-lei n.º 215-A/75, *DG*, I Série, n.º 100, de 30 de Abril de 1975. Cf. igualmente José Carlos Valente, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o corporativismo e a unicidade”, in *O País em Revolução*, (Dir.) José Maria Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 209-251.
- 128 Veja-se decreto-lei n.º 215-B/75, *DG*, I Série, n.º 100, de 30 de Abril de 1975.
- 129 “O Século entrevista o CRL. Há que criar um novo tipo de engenheiro em Portugal”, in *BISRLOE*, n.º 31, de 1 de Julho de 1975, p. 3.
- 130 *Idem*.
- 131 *Idem*.
- 132 Veja-se igualmente “I Encontro de Quadros no Fim-de-Semana. Técnicos não são inimigos dos outros trabalhadores”, in *A Capital*, de 11 de Julho de 1975, p. 14.
- 133 *Idem*.
- 134 *Idem*.
- 135 *Vide*, *A Capital*, de 19 de Maio de 1975, p. 17. Cf. igualmente “O Século entrevista o CRL. Há que criar um novo tipo de engenheiro em Portugal”, in *BISRLOE*, n.º 31, de 1 de Julho de 1975, p. 1.
- 136 *Idem*.
- 137 Amílcar José Ramos Ambrósio, Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Engenheiros, eleito em 1970. Vice-Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros no triénio 1973-1975.
- 138 Veja-se as declarações de Amílcar Ambrósio em: “O Século entrevista o CRL. Há que criar um novo tipo de engenheiro em Portugal”, in *BISRLOE*, n.º 31, de 1 de Julho de 1975, p. 4.
- 139 *Idem*, p. 3.
- 140 Cf. *DG*, III Série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1975.
- 141 Um dos seus objectivos era, precisamente: *Estudar em conjunto todas as questões de tipo sindical que interessam aos seus associados e procurar soluções para elas*. Veja-se *DG*, III Série, n.º 223, de 26 de Setembro de 1975.
- 142 Veja-se *RCOE* 1975, p. 1.
- 143 Cf. AOENG, *RCOE* 1976, p. 1. Não foi possível localizar as Actas do Conselho Geral

- em questão. Os elementos de que dispomos foram recolhidos do *Relatório e Contas*.
- 144 *Idem*.
- 145 Cf. AOENG, *Relatório do Conselho Diretivo da Região Centro relativo ao ano de 1976* (doravante RCDRCOE 1976), Coimbra, Ordem dos Engenheiros, 1977, p. 3.
- 146 Veja-se o *Diário da República* (doravante DR), III Série, n.º 163, de 14 de Julho de 1976.
- 147 *Idem*.
- 148 *Idem*.
- 149 RCDRCOE, 1976, p. 3.
- 150 DG, I Série, n.º 192, de 8 de Setembro de 1956.
- 151 Diplomados com um curso superior correspondente ao grau académico de bacharel, tendo como condição curricular o curso complementar do ensino secundário exigido para os cursos universitários. Cf. DR, III Série, n.º 163, de 14 de Julho de 1976.
- 152 *Idem*. Veja-se igualmente Gonçalo Sarmiento, *op. cit.*, p. 22.



7. Estratégia

1976-1985



A Uma instituição com espírito renovado

candidatura vencedora do embate eleitoral de 1976 foi proposta pelas Regiões Norte e Centro e teve como protagonista o engenheiro civil Manuel Mendes Coelho da Rocha, com um currículo, nacional e internacional, notável, e competências demonstradas nas áreas da investigação e da cultura científica. Era professor na recém-criada Universidade Nova de Lisboa, no domínio da sua especialidade, mecânica das rochas, quando foi chamado a chefiar os destinos da reestruturada, Ordem dos Engenheiros.

As eleições realizaram-se a 14 de Julho, coincidindo com a tomada de posse de Ramalho Eanes do cargo de Presidente da República. Contrariamente ao verificado na aprovação do Estatuto, em que tinham votado 44% dos membros da Ordem, a eleição dos novos Corpos Gerentes teve uma afluência pouco significativa, rondando os 23,5% de votantes¹.

A nível regional, a vitória coube à Lista A, que, sob o *slogan* “Por uma Ordem Democrática”, conseguiu reunir 77,10% dos votos, derrotando, por uma larga maioria, a proposta da Lista B “A Engenharia ao Serviço do País”, que apenas conseguiu reunir uma votação de 22,57%².

O Conselho Directivo Nacional (CDN) ficou assim composto:

Manuel Rocha (Presidente nacional)	F. J. Severo de Almeida
Renato Vieira Pousada	João Antunes Bártolo
Cristiano J. Van Zeller	Lubélia Penedo
António Corte-Real	



Manuel Coelho Mendes da Rocha (1913-1981)

Licenciado em Engenharia Civil pelo IST. Estagiou no MIT (EUA) em 1938-1939, criando, no regresso a Portugal, com o apoio do Instituto para a Alta Cultura, o Centro de Estudos de Engenharia Civil. Em 1962, organizou um simpósio, pioneiro, sobre a utilização de computadores na engenharia civil, promovendo, quatro anos mais tarde, em Lisboa, o 1.º Congresso Internacional de Mecânica das Rochas. Entre 1964 e 1969 participou nos trabalhos da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Europeia. Foi professor catedrático do IST (a partir de 1970) e da Universidade Nova de Lisboa (desde 1976). Foi presidente da Ordem dos Engenheiros entre 1976 e 1979.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Congresso da Mecânica das Rochas realizado em Lisboa em 1966.

Fonte: Presidentes da República PT/TT/SNI/ARQF/RP-001-6609/66213 "Imagem cedida pelo ANTT". Autor: C.N.E.



A primeira reunião do Conselho Directivo Nacional realizou-se logo a 23 de Julho, dia em que Manuel Rocha e os novos corpos directivos foram empossados.

Durante o encontro foi decidido suspender a admissão de novos membros até que a Comissão de Admissão da Ordem dos Engenheiros³ se pronunciasse sobre os critérios de selecção a introduzir. A questão remontava ao ano de 1972 e prendia-se com a greve aos exames, e posterior encerramento de instalações, levada a cabo por parte dos alunos do IST. A forma conturbada como decorreram os anos lectivos até à Revolução de Abril de 1974 levou a Ordem a questionar o direito de ingresso na Ordem de todos os estudantes que tivessem concluído as respectivas licenciaturas depois do ano lectivo 1971/1972.

O assunto voltou a ser tratado na reunião de 23 de Setembro, tendo sido então deliberado:

- a) Dar seguimento aos licenciados em Engenharia por Universidades Portuguesas com a parte escolar terminada até ao ano lectivo de 1971/1972.*
- b) No que respeita a inscrições de diplomados por escolas estrangeiras, não será dado seguimento aos pedidos de inscrição.*

- c) No que respeita aos membros da Ordem que solicitam a inscrição numa nova especialidade, deverão seguir-se os critérios estabelecidos para os pedidos de inscrição na Ordem.*
- d) Quanto aos diplomados por cursos que não satisfaçam as exigências da alínea b) do Art. 10.º do Estatuto, não serão aceites os pedidos de inscrição⁴.*

A Comissão de Admissão acabou por encontrar uma solução de compromisso que fazia depender o ingresso na Ordem dos Engenheiros, da realização de um estágio. Durante esse período de aprendizagem, os licenciados em engenharia deveriam procurar colmatar eventuais falhas da sua formação académica.

Apesar de o novo Estatuto ter abolido a inscrição obrigatória como condição para o exercício da actividade, é fácil verificar que a Ordem continuava a ser bastante selectiva quanto às regras de admissão dos seus futuros membros. Manuel Rocha justificava os critérios e a orientação seguida⁵; ser membro da Ordem era uma garantia de competência profissional e, como tal, a formação académica não legitimava, só por si, o direito à inscrição.

A verdade é que independentemente da reestruturação estatutária, a Ordem continuava, como não poderia deixar de ser, a assegurar a representatividade dos engenheiros, não sendo por isso surpreendente que a análise do eterno problema do desemprego tenha merecido a atenção do CDN logo nas suas primeiras reuniões⁶. Apesar de a questão ter sido classificada como eminentemente sindical, deliberar-se-ia que a Ordem, embora com carácter de supletividade, poderia dar o seu contributo para a resolução do problema⁷. Esta tomada de atitude levou à criação, por parte do Conselho Directivo da Região Norte, de um “Serviço de apoio à colocação de membros da Ordem dos Engenheiros”⁸.

A Ordem procurou, ainda, tanto a nível nacional como no plano das regiões, estreitar relações com os sindicatos de engenheiros do Norte e do Sul, que, como foi referido, se tinham constituído no ano anterior. Em Agosto de 1976 o Conselho Directivo da Região Norte criara um grupo de trabalho que, em estreita colaboração com aquelas duas associações

sindicais, participaria activamente na elaboração de diplomas destinados a regulamentar os interesses dos engenheiros electrotécnicos no exercício da profissão livre⁹. Simbolicamente esta seria uma das primeiras causas que iriam abraçar em conjunto.

O novo Estatuto, ao determinar a criação de uma Comissão de Qualificação Profissional¹⁰, abria também novas perspectivas à Ordem em matéria de reestruturação de carreiras profissionais. Em termos práticos, a actividade deste órgão nacional ficou dividida em dois grupos: um que se deveria ocupar da elaboração do Regulamento da Qualificação Profissional, coordenado por Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho e outro, encarregado da preparação do Regulamento das Especializações, dirigido por Ricardo Baião Horta¹¹.

A definição de novas áreas de especialização era outra das peças da estratégia de valorização profissional consagrada pelos Estatutos. Competia à Comissão de Qualificação Profissional conduzir todo o processo, organizando acções de formação, ou mesmo cursos, e fixando os factores de ponderação que deveriam presidir à escolha de cada uma das especialidades. Numa primeira fase estes critérios passavam pela avaliação da extensão e relevância para o País de determinada área de especialização e a existência de condições, a nível nacional, para a formação desses especialistas¹².

Manuel Rocha lembrá-los-ia mais tarde, na alocução que proferiu no I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros¹³.

De acordo com a mesma Comissão de Qualificação, a Ordem dos Engenheiros tinha todo o interesse em apoiar a criação de novas especializações, pois estas representavam um estímulo ao progresso e ao desenvolvimento tecnológico nacional¹⁴.

A adaptação à nova orgânica da associação passava ainda pela dinamização e estruturação das actividades associativas a nível distrital, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e pelo estabelecimento de contactos com as restantes Ordens profissionais: dos Advogados, dos Farmacêuticos e dos Médicos. Neste último ponto, o Conselho Directivo Nacional considerava que questões transversais à sociedade portuguesa, como a estruturação do ensino superior, deveriam ser objecto de uma actuação conjunta por parte das quatro instituições¹⁵.

Tanto a nível nacional como a nível distrital, Manuel Rocha demonstrou uma grande preocupação com o desenvolvimento da actividade cultural da Ordem. Registando-se alguma dinamização das acções culturais e a nível regional, nomeadamente nas Região Centro¹⁶ e Norte¹⁷, a nível nacional, contudo, a actividade cultural da OE continuava a não dar mostras de grande vitalidade, situação que as dificuldades financeiras vividas pela associação tenderiam a agravar, implicando até a impossibilidade de se manter a associação representada em alguns organismos internacionais¹⁸. Daí que se tenha procurado, de forma cada vez mais instante, encontrar outras formas de financiamento para as actividades da Ordem; tornando-se cada vez mais relevante a quantidade de acções culturais promovidas graças a verbas provenientes de subsídios, para além das financiadas a partir das receitas próprias resultantes do pagamento das inscrições.

Formação constante, educação permanente

A estratégia cultural que o Conselho Directivo apontara para a Ordem ao promover a valorização profissional dos engenheiros tinha como pressuposto indispensável a sua “educação permanente”. O ensino universitário há muito que deixara de conferir uma capacidade profissional imediata ao jovem estudante de engenharia atribuindo-lhe, essencialmente, uma formação propícia ao [...] *máximo florescimento, ao longo de toda a carreira profissional*¹⁹. Era, por isso, necessário, considerava Manuel Rocha, que a Ordem estreitasse as suas relações com o Ministério da Educação e Investigação Científica, e que promovesse, com o apoio governamental, cursos de reciclagem e aperfeiçoamento de jovens engenheiros²⁰.

Por outro lado, o ritmo mais intenso que o desenvolvimento tecnológico imprimira à sociedade contemporânea tornava inevitável uma actualização sistemática e aprofundada de conhecimentos durante quase toda a vida profissional activa. Neste contexto, a universidade adquiria uma importância estratégica capital, passando a assegurar, além da formação básica, funções suplementares de actualização e aperfeiçoamento técnico e científico²¹. Os elos criados entre o estudante de Engenharia e a faculdade dificilmente poderiam ser quebrados, registando-se, à medida

que a década de 70 se aproximava do fim, um número cada vez maior de profissionais recebendo formação complementar na universidade. A associação deveria aproveitar e, se possível, estreitar estes laços através da realização de cursos e de acções de formação, em estreita colaboração com escolas e institutos de investigação.

A Ordem passava, nas palavras de Manuel Rocha, a *assumir, perante os engenheiros e o País, uma responsabilidade fundamental na formação permanente dos quadros técnicos nacionais*²², competindo-lhe, ainda [...] *participar activamente na definição do sistema de ensino da Engenharia e contribuir para a sua apreciação e aperfeiçoamento*²³.

A “educação permanente”, conceito que habilmente Manuel Rocha introduzira no discurso de António Augusto de Aguiar, impunha a acção dinâmica da Ordem, tanto através da divulgação, e realização, de um *intenso programa de acções destinadas à difusão de conhecimentos e experiências, na qual se integrará o Congresso anual previsto no Estatuto*²⁴, como através da promoção de estágios.

Já foi feita referência à figura do estágio nos parágrafos iniciais deste capítulo; a ideia surgira como um dos mecanismos de defesa criados pela Ordem dos Engenheiros para condicionar o ingresso de jovens licenciados na associação. Em Junho de 1977, o estágio surgia com contornos um pouco diferentes, apresentando-se como elemento integrador do engenheiro na vida activa²⁵. Nos termos em que a Ordem o colocara, deveria preencher [...] *eventuais lacunas da preparação escolar, guiar o recém-formado na escolha de uma primeira ocupação adequada, complementar a formação já no sentido da primeira actividade profissional*²⁶. Há vários anos que estes objectivos eram prosseguidos em moldes semelhantes, tanto pela classe dos médicos como pela dos advogados, e representavam um incentivo à valorização de recém-formados. Por outro lado, passava a ser possível distinguir dois elementos complementares na formação do engenheiro: a componente académica e o aperfeiçoamento profissional. Esta situação acabaria por dar origem a um problema de fundo, que se prendia com a identificação das instituições responsáveis pela componente profissional na formação inicial do engenheiro, *já que pela formação académica serão naturalmente as escolas. Serão ainda as escolas (como foram até há bem pouco tempo)? Serão as associações profissionais? Ou ainda*

*as empresas e serviços que empregam engenheiros? Parece ser desejável uma intervenção, devidamente articulada, de todos estes organismos*²⁷. Manuel Rocha não tinha dúvidas, sublinhando enfaticamente o papel de relevo que as associações profissionais deveriam desempenhar em todo esse processo: *é oportuno referir que em tal sistema devem participar todos os organismos que tenham capacidade para promover a difusão de conhecimentos, cabendo papel de especial relevo às associações profissionais*²⁸.

Esta distinção entre as componentes escolar e profissional na formação do engenheiro promoveu a separação entre os conceitos de “grau académico” e de “título profissional”, passando a atribuição deste último a ser da competência, exclusiva, da Ordem dos Engenheiros.

Ironicamente, e apesar de o Estatuto de 1976 sublinhar a valorização da competência profissional dos membros da Ordem dos Engenheiros como um dos objectivos primordiais da associação, a verdade é que o documento não previa a criação de quaisquer estruturas que enquadrassem a execução de actividades de formação. O Conselho Directivo decidiu então, procurando preencher esta falha, criar uma *comissão cultural de nível nacional, por cada especialidade, e de uma comissão coordenadora constituída pelos presidentes das comissões por especialidade e presidida pelo Presidente Nacional*²⁹.

Em 1977 seria ainda constituída, por iniciativa da Região Sul, uma comissão destinada a apoiar a formação de jovens engenheiros, que tinha como principais funções promover: (i) a orientação, programação e acompanhamento dos estagiários; (ii) a obtenção de estágios e bolsas de estudo no estrangeiro destinadas aos recém-licenciados; (iii) a realização de cursos e conferências especificamente destinadas a jovens engenheiros, no sentido de complementar, diversificar e reconverter a formação escolar com vista ao exercício da profissão³⁰.

A importância, e a valorização, da formação profissional e académica de um engenheiro, suscitava o estabelecimento de parcerias entre a Ordem e vários organismos, públicos ou privados, com capacidade para difundir e promover conhecimentos de raiz científica, tecnológica ou cultural. Nessa estratégia, de parcerias e colaborações, faltava a participação do sector industrial, cujo envolvimento em matéria educativa e de formação

profissional dos engenheiros continuava, apesar do interesse demonstrado pelo Ministério da Indústria, a primar pela superficialidade³¹.

Interessa ainda reter que, independentemente do espaço reservado à componente cultural, a Ordem dos Engenheiros não deixava de participar em comissões ou emitir pareceres versando temáticas relacionadas com o planeamento regional e urbano, a regulamentação e normalização técnica, sem esquecer as questões relacionadas com a inserção dos quadros técnicos na sociedade portuguesa.

O mercado de emprego e a valorização profissional: os engenheiros e a função pública

A estruturação das carreiras técnicas na administração pública constituiu outra das questões que mereceu o interesse do Conselho Directivo Nacional durante o mandato de Manuel Rocha. A eterna luta pela valorização do mercado de emprego, entre engenheiros e engenheiros técnicos, entrava agora num novo patamar de discussão: a Revolução de Abril reconhecera, formalmente, que a experiência profissional e a posse de um título académico deviam ser colocadas em pé de igualdade quando se pretendia avaliar o mérito de qualquer quadro técnico³². A Ordem dos Engenheiros iniciaria então uma acção concertada procurando evitar a sobreposição de carreiras e a redução do nível salarial entre engenheiros e engenheiros técnicos.

A Ordem indignava-se contra o que vulgarmente chamava a “promoção da mediocridade”³³, chamando a atenção, logo no início de Janeiro de 1977, para a existência de [...] *algumas incoerências da reclassificação dos Engenheiros da Função Pública, em diversos Ministérios, tais como da Educação e Investigação Científica e o da Agricultura e Pescas*³⁴.

Registe-se, no entanto, que em Junho do ano anterior, a Secretaria de Estado da Administração Pública já tinha solicitado aos presidentes dos Conselhos Regionais do Porto e de Coimbra que se pronunciassem sobre o projecto de lei relativo à “Revalorização e Reclassificação da Função Pública”³⁵.

De acordo com a Ordem, a estruturação das carreiras técnicas deveria subordinar-se a uma política de desenvolvimento científico e técnico que

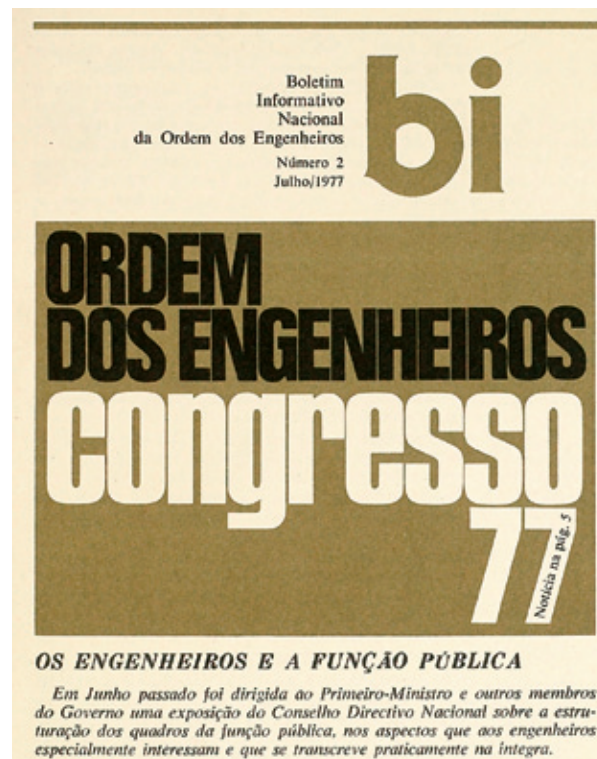
estimulasse a formação de quadros de nível superior, promovendo, numa “hierarquia de competências”, a diferenciação de valor entre engenheiros e engenheiros técnicos³⁶.

A associação promoveu numerosas iniciativas procurando que, no quadro da Administração Pública, as carreiras dos engenheiros e de todos os outros licenciados não sofressem uma desvalorização relativamente aos diplomados com cursos médios, neste ponto, sendo de destacar a acção dinâmica levada a cabo pelos engenheiros de Coimbra.

O Conselho Directivo da Região Centro considerava que a competência dos quadros técnicos da Administração Pública era um factor decisivo para o progresso nacional, lamentando, por isso, que numa época [...] *em que o desenvolvimento tecnológico do País impõe a maior exigência na qualificação profissional* [...] a reestruturação em curso provocasse [...] *uma estagnação tecnológica com as mais nefastas consequências*³⁷.

Em Maio de 1976 tinha sido criado o Grupo de Estudos das Carreiras dos Engenheiros na Função Pública. Um ano mais tarde, com base nos documentos de trabalho produzidos por esse Grupo, o Conselho Directivo Nacional dirigiu ao Primeiro-Ministro, Mário Soares, uma exposição enumerando um conjunto de princípios que, em seu entender, deveriam ser salvaguardados pela Lei de Bases da Administração Pública:

- › Diferenciação entre carreiras dos licenciados e bacharéis, correspondendo-lhes designações diferentes.
- › Sobreposição, no que se refere a funções e remunerações, da parte final da carreira dos bacharéis com a parte inicial da dos licenciados.
- › Possibilidade de passagem da carreira de bacharel para a de licenciado por meio de complementos escolares obtidos em universidades ou institutos universitários, não sendo de aceitar que essa passagem fosse possível através de frequência de cursos efectuados nos próprios organismos³⁸.



“Os engenheiros e a função pública”.

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 2, Julho de 1977.

A posição do Conselho Directivo da Região Centro era também bastante clara a esse respeito; mostrando-se favorável a uma completa diferenciação nas carreiras dos técnicos, sublinhando que apenas se deveria permitir [...] *a passagem de uma carreira para outra mediante aquisição da necessária formação académica* [...] ³⁹ acrescentando que essa diferenciação deveria [...] *assentar nas normas da CEE para a qualificação dos engenheiros e outros profissionais de engenharia* ⁴⁰.

A 17 de Abril de 1977, numa conferência de imprensa conjunta, concedida por Manuel Rocha, Renato Pousada ⁴¹, A. Corte-Real, João Bártolo ⁴² e o Grupo de Estudos da Carreira dos Engenheiros na Função Pública, coordenada por Fernando Abecassis, a Ordem dos Engenheiros manifestou publicamente a sua discordância relativamente à reforma administrativa do Estado ⁴³. Quanto à questão específica das equiparações administrativas entre bacharéis e diplomados pelo ensino superior a Ordem manteve-se inflexível: *a administração pública levanta problemas que, pelo seu grau de complexidade e especialização e pelo seu volume, impõem a manutenção de quadros de engenheiros licenciados, devendo considerar-se a introdução de exigências complementares de formação* ⁴⁴.

A doutrina que sustentava a sua tomada de posição tinha por base a diferenciação de tarefas e responsabilidades, e o reconhecimento de que era a formação escolar que conferia *uma perspectiva peculiar na análise e resolução dos problemas, que normalmente não se adquire de outro modo* [...] ⁴⁵.

A onda contestatária prosseguiu sob a forma de debates, encontros regionais, redacção de pareceres dirigidos ao Governo ou solicitação de pedidos de audiência aos partidos com assento parlamentar; tudo valia, quando se tinha como objectivo final equiparar as carreiras dos engenheiros às dos restantes profissionais com o mesmo nível de formação académica ⁴⁶.

À medida que a década de 70 se aproximou do fim, a Ordem deixou de se concentrar apenas na resolução dos problemas dos engenheiros funcionários públicos. As competências e as áreas de interesse foram-se diversificando e levaram o Grupo de Estudos das Carreiras dos Engenheiros a intervir na resolução de alguns problemas que lhe foram apresentados pelos colegas da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP) e da empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) ⁴⁷.

O Congresso 77 e a actividade cultural da Ordem dos Engenheiros

*O Congresso anual constituirá manifestação fundamental da vida da Ordem, dos pontos de vista cultural e associativo, pois proporciona, pela primeira vez, uma perspectiva de encontro regular entre os engenheiros*⁴⁸.

As considerações feitas por Manuel Rocha em Junho de 1977 servem de ponto de partida para analisar o papel do Congresso 77 como espaço de debate dos grandes problemas da vida nacional relacionados com as áreas de acção dos engenheiros.

O Congresso passou a ser, de acordo com o novo Estatuto, o órgão nacional mais representativo da Ordem dos Engenheiros; fazendo parte das suas competências, para além da eleição e da apreciação e votação do relatório e contas, a *apresentação e discussão de comunicações de carácter técnico e científico e temas fixados pelo conselho directivo nacional*⁴⁹. Em Setembro de 1976 o Conselho Directivo decidiu que o primeiro Congresso da Ordem dos Engenheiros se deveria realizar em Lisboa, em Novembro do ano seguinte⁵⁰.

Entretanto, em Junho de 1977, a Ordem dos Engenheiros, cumprindo o Regulamento da Comissão Editorial, daria início à publicação do *Boletim Informativo Nacional*, restabelecendo, ao fim de quatro anos de interrupção, o canal de comunicação tradicional entre a Ordem e os seus membros. A precária situação económica que a associação então vivia, aliada à ambição de tornar a actividade editorial da Ordem mais abrangente e diversificada, envolvendo até a publicação de séries



Primeiro número do *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros* de Junho de 1977.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Ordem dos Engenheiros realiza primeiro congresso estatutário

● Mais de mil participantes de todo o País, incluindo Macau

Vai efectuar-se na Fundação Gulbenkian, a partir do domingo e até dia 26, o Congresso-77 da Ordem dos Engenheiros, que conta com o apoio dos Ministérios da Agricultura e Pescas, da Indústria e Tecnologia, da Educação e Investigação Científica, dos Transportes e Comunicações, das Obras Públicas, da Habitação, Construção e Urbanismo e da Fundação Gulbenkian. Entretanto, estão já asseguradas as presenças de mil congressistas vindos de todos os pontos do País, com 200 comunicações a apresentar no Congresso.

Após realizar este congresso, a Ordem dos Engenheiros cumpre o preceituado nos seus estatutos, nos artigos 24.º e 25.º, que preveem a organização de um congresso anual, destinado a tratar de assuntos de carácter técnico, científico e profissional e, ainda, a apreciar a actividade desenvolvida pela Ordem em plano nacional.

Assim, pretende-se que nestes congressos sejam debatidos grandes problemas da vida nacional ligada à esfera da acção dos engenheiros, contribuindo para a resolução desses problemas, no mesmo tempo que se visa a elevação do nível técnico da engenharia portuguesa e a valorização da sua imagem no conceito interno e internacional.

Este congresso terá uma parte destinada à apreciação e votação do relatório e contas do Conselho Directivo Nacional da

Ordem e outra destinada a tratar de assuntos técnicos e de carácter científico e profissional. A primeira é aberta a todos os membros da Ordem e na segunda podem participar, mediante inscrição, os membros da Ordem e outras pessoas interessadas nos temas em debate. Para parte do congresso englobará simpósios, visitas técnicas, exposições e outras manifestações de carácter social. Paralelamente, será emitida uma medalha comemorativa, cunhada em bronze (70 mm) e em prata (40 mm), cuja maquete é da autoria do escultor Beldes Vaz.

No âmbito dos trabalhos, prevê-se um dia para visitas a empreendimentos de construção, instalações fabris, explorações agrícolas, organismos de investigação e outros locais, escolhidos de modo a cobrirem os campos de interesse dos participantes nas sessões dos temas de Habitação e Urbanismo, Produção de Energia, Telecomunicações e Electrónica, Combustíveis e Petroquímica, Metalurgia, Planea-

mento e Tecnologia da Produção Agrícola e Análise e Comportamento de Sistemas (seções 2 a 8). A sessão 1 incide sobre a Formação do Engenheiro.

Paralelamente a estas actividades, está em elaboração um programa de acompanhantes que incluirá, além das actividades sociais comuns a todos os participantes, algumas refeições e visitas, que ocorrerão, em princípio, duas tardes.

Programa das actividades

Segundo o programa já estabelecido para as actividades do congresso, o dia de domingo destina-se à recepção dos participantes, distribuição de documentos e apreciação do já referido.

No segunda-feira, dias 11 de 12 e 13, haverá sessões simultâneas dos temas 2 a 7, que continuarão entre as 14.30 e as 18 horas. Terça-feira, a partir das 9.30, prosseguirão as sessões simultâneas das seções 2 a 7, até ao fim do dia.

O dia 23, quarta-feira, destina-se a visitas técnicas relativas aos temas 2 a 8; no dia 24, às 9.30, sessão plenária do tema 1 e, às 14.30, espectáculo cultural. Dia 25, continuarão os temas anteriores e, no dia 26, sábado, às 9.30, sessão do tema 8, com jantar de encerramento às 20.30.

Durante o congresso, estará patente uma exposição bibliográfica, documental e de maquetas, alusiva a temas tratados.

AMADORA

Recepção de anúncios para o nosso jornal:

AGENCIA PINTO D'ALMEIDA, LDA. — Av.º Cardoso Lopes, 18/20 — Telef. 332153.
e **INFORMÁTICA DA AMADORA**, Av.º General Humberto Delgado, 121-A. Tel. n.º 1. 338763.

Congresso 77 da Ordem dos Engenheiros.
Fonte: "Ordem dos Engenheiros realiza primeiro congresso estatutário", in *Diário de Notícias*, n.º 39905 de 19 de Novembro de 1977, p. 12.

de *Memórias*⁵¹, obrigá-la-ia a procurar subsídios permanentes junto de organismos como a Junta Autónoma das Estradas, a Electricidade de Portugal, a Empresa Pública das Águas de Lisboa, a Brisa – Auto Estradas de Portugal, o Metropolitano de Lisboa e o Gabinete da Área de Sines⁵². Manuel Rocha sabia que a associação não podia continuar a sobreviver artificialmente, e considerava, por isso, indispensável que se mobilizassem as capacidades dos engenheiros de forma a dar à sua actividade uma dimensão completamente diferente da do passado. Numa manifestação de dinamismo cultural, no primeiro número do *Boletim Informativo*, as Regiões Centro e Sul davam conta de algumas das actividades culturais desenvolvidas durante o primeiro semestre de 1977. No caso da Região

Trilhar os possíveis caminhos para uma sociedade mais justa

—objectivo do I Congresso Nacional dos Engenheiros

Debruçar-se sobre os problemas da sociedade e do País para, em debate e no confronto de teses, ir construindo propostas de um futuro melhor, na equacionamento e debate de questões que se prendem com a realidade concreta da técnica, da indústria e da agricultura portuguesa de hoje, com vista a trilhar os possíveis caminhos que lhes caberão desvendando na construção de uma sociedade mais justa.

Seguidamente, o presidente nacional da Ordem dos Engenheiros, prof. Manuel Rocha, após analisar os problemas daquela associação, e de se referir à perspectiva da política de negócios do congresso, manifestou as esperanças de que o mesmo marque ao início do rejuvenescimento da Ordem da Engenharia Nacional e do País.

A sessão foi encerrada pelo ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, que, em breves palavras, salientou o papel da engenharia no progresso e desenvolvimento do nosso país.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

Debruçar-se sobre os problemas da sociedade e do País para, em debate e no confronto de teses, ir construindo propostas de um futuro melhor, na equacionamento e debate de questões que se prendem com a realidade concreta da técnica, da indústria e da agricultura portuguesa de hoje, com vista a trilhar os possíveis caminhos que lhes caberão desvendando na construção de uma sociedade mais justa.

Seguidamente, o presidente nacional da Ordem dos Engenheiros, prof. Manuel Rocha, após analisar os problemas daquela associação, e de se referir à perspectiva da política de negócios do congresso, manifestou as esperanças de que o mesmo marque ao início do rejuvenescimento da Ordem da Engenharia Nacional e do País.

A sessão foi encerrada pelo ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, que, em breves palavras, salientou o papel da engenharia no progresso e desenvolvimento do nosso país.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

Debruçar-se sobre os problemas do País

Na sua intervenção, o presidente da Região Sul da Ordem dos Engenheiros, eng.º João Antunes Baptista, afirmou como principal objectivo do congresso ser debruçar-se sobre os problemas da sociedade e do País, para, em debate e no confronto de teses, ir construindo propostas de um futuro melhor.

O orador referiu-se ainda ao equacionamento e análise de

questões que se prendem com a realidade concreta da técnica, da indústria e da agricultura portuguesa de hoje, com vista a trilhar os possíveis caminhos que lhes caberão desvendando na construção de uma sociedade mais justa.

Seguidamente, o presidente nacional da Ordem dos Engenheiros, prof. Manuel Rocha, após analisar os problemas daquela associação, e de se referir à perspectiva da política de negócios do congresso, manifestou as esperanças de que o mesmo marque ao início do rejuvenescimento da Ordem da Engenharia Nacional e do País.

A sessão foi encerrada pelo ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, que, em breves palavras, salientou o papel da engenharia no progresso e desenvolvimento do nosso país.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

Seguidamente, o presidente nacional da Ordem dos Engenheiros, prof. Manuel Rocha, após analisar os problemas daquela associação, e de se referir à perspectiva da política de negócios do congresso, manifestou as esperanças de que o mesmo marque ao início do rejuvenescimento da Ordem da Engenharia Nacional e do País.

A sessão foi encerrada pelo ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, que, em breves palavras, salientou o papel da engenharia no progresso e desenvolvimento do nosso país.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

A sessão foi encerrada pelo ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, que, em breves palavras, salientou o papel da engenharia no progresso e desenvolvimento do nosso país.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

De registar que, entre os 1400 delegados presentes, encontram-se indivíduos ligados ao sector de Engenharia do Continente, Ilhas e de Macau.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

Paralelamente, realizou-se uma sessão plenária da Ordem dos Engenheiros, já integrada no congresso, durante a qual foram nomeadas a comissão e comités do Conselho Directivo Nacional daquela associação relativos ao ano de 1976.

“Trilhar os possíveis caminhos para uma sociedade mais justa”, in *Diário de Notícias* de 22 de novembro de 1977, p. 10.

Sul, assumia lugar de relevo, na sua programação cultural, a organização de dois ciclos de painéis. O primeiro, subordinado ao tema, “O Desenvolvimento. A Engenharia. Perspectivas em Portugal”, dedicado a debater o papel da classe na resolução de alguns dos grandes problemas do desenvolvimento nacional; o segundo painel, de índole mais vincadamente técnica, antecipava, de alguma forma, a discussão de matérias que seriam incluídas no Congresso.

O primeiro Congresso estatutário da Ordem dos Engenheiros realizou-se entre os dias 20 e 26 de Novembro nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. A organização do evento recaiu sobre a Região Sul que, com o apoio do Conselho Directivo e da Comissão Organizadora, se empenhou, desde o início do ano, na organização daquele que foi, segundo o Presidente do Conselho Directivo da Região e membro da Comissão Organizadora do Congresso⁵³, João Antunes



Congresso 77 da Ordem dos Engenheiros, dedicado ao tema “A Formação do Engenheiro”.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Bártolo, *a mais importante e estruturada manifestação da Engenharia portuguesa dos últimos decénios*⁵⁴.

Depois de várias discussões, a temática principal escolhida para o encontro foi a “Formação do Engenheiro”. Realizou-se entretanto um inquérito à classe que permitiu eleger sete temas de discussão complementares, que, ao cobrirem a totalidade das áreas de especialização da Ordem, davam aos participantes uma perspectiva geral dos principais problemas que afectavam a engenharia nacional:

1. A formação do engenheiro.
2. Exigências funcionais e processos construtivos para a habitação social.
3. Unidades de grande potência para a produção de energia.
4. Concepção e projecto de sistemas de telecomunicações no País.
5. Combustíveis – a escassez mundial e as fontes nacionais.
6. Metalurgia dos metais ferrosos.
7. Tecnologia de novas culturas.
8. Aplicação da teoria dos sistemas em engenharia⁵⁵.

Durante o primeiro dia de trabalhos a atenção dos congressistas recaiu sobre a análise do *Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional*, documento que sublinhava o papel que a Ordem tinha que forçosamente desempenhar tanto ao nível da formação permanente dos quadros técnicos nacionais como na definição do sistema de ensino⁵⁶.

Depois de apreciada a actividade desenvolvida pela associação no plano nacional, o segundo dia de trabalhos foi reservado à apreciação de assuntos de cariz mais científico e profissional. Tratava-se de percorrer, na opinião do Presidente da Região Sul, [...] *áreas que irão do simples associativismo profissional à preparação das novas gerações de engenheiros, ao equacionamento e debate de questões que se prendem com a realidade concreta da técnica, da indústria, da agricultura portuguesa de hoje e dos possíveis caminhos que lhes caberão desvendar e trilhar na construção de uma sociedade mais justa*⁵⁷. Foi num tom bastante crítico que João Bártolo salientou o contributo enorme que a Ordem dos Engenheiros poderia prestar ao desenvolvimento económico nacional: *E nem a circunstância de não raro termos sido ignorados quando não mesmo diminuídos e denegridos, naquilo que tem sido o contributo do nosso*

*grupo profissional para o desenvolvimento do País, o marcado sentido de serviço da colectividade que tem caracterizado a sua actuação – nem essa circunstância, dizia – conseguiu que até agora se esbatesse o empenhamento com que esta Ordem aceita assumir as responsabilidades sociais da engenharia portuguesa face ao País*⁵⁸.

Estava dado o mote para que durante a sua intervenção, Sousa Gomes⁵⁹, ministro do Plano e da Coordenação Económica, colocasse em relevo [...] *o papel dos engenheiros na planificação e execução da nova ordem económica nacional*⁶⁰.

Coube ao Presidente Nacional definir os objectivos culturais do encontro: debater problemas de interesse nacional, contribuir para a permuta dos conhecimentos e experiência dos quadros técnicos do País, estreitar laços pessoais e, [...] *estimular a participação dos engenheiros no grande desafio que se levanta à nossa Associação*⁶¹. O número e a qualidade das comunicações que ao longo de sete dias desfilaram pelas instalações da Fundação Gulbenkian não desiludiram expectativas, confirmando os desejos formulados por Manuel Rocha na abertura do segundo dia de trabalhos.

De toda a parte do País, mas também de Macau, Angola e do Brasil, vieram cerca de 1400 engenheiros, que com entusiasmo e vivacidade analisaram e debateram 194 comunicações e 13 relatos⁶².

A discussão dos princípios orientadores da formação do engenheiro, tema principal do encontro, suscitou grande interesse entre os congressistas colocando em evidência o papel e a importância adquiridos pela “educação permanente” em profissões cuja especialização assentava em disciplinas de evolução rápida como a engenharia⁶³.

Na sua intervenção, Manuel Rocha começou por salientar o interesse em promover um trabalho de consciencialização, junto de organismos públicos e privados, alertando-os para os benefícios da formação contínua dos profissionais de engenharia⁶⁴.

O contributo da Ordem dos Engenheiros para a formação e enquadramento de técnicos num sistema nacional de educação permanente deveria passar, para além da concessão de títulos de especialização complementar, pela realização de acções de integração profissional dos recém-formados⁶⁵. Ambas as medidas visavam a promoção da tantas vezes focada, e por de mais esquecida, interligação entre a escola e a indústria.

O sector industrial deveria dar o seu concurso na definição dos currículos de engenharia, assumindo, também, um papel activo em matérias relacionadas com a institucionalização e o financiamento da formação permanente⁶⁶. No final dos trabalhos, todos os Congressistas estariam de acordo quanto à necessidade de definir uma política de estágios, centralizados pela Ordem, como veículo privilegiado de aproximação entre a academia e o laboratório industrial.

O balanço do I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros foi extremamente positivo. A orientação que foi imprimida aos trabalhos confirmava a enorme tarefa que a Ordem tinha pela frente se quisesse atingir, como era desejo do seu Presidente Nacional, o estatuto e as funções de um verdadeiro instituto nacional de formação permanente de engenheiros.

Havia que sensibilizar organismos públicos e privados para a acção cultural e para o papel relevante que a Ordem teria que desempenhar em matéria de formação de quadros técnicos. Foi nesse sentido que, a partir de Março de 1978, Manuel Rocha dirigiu várias cartas a empresas privadas em que definia os objectivos e as orientações gerais da actividade cultural da associação, procurando sensibilizá-las para a concessão de subsídios que lhe permitissem suportar os encargos com a realização de tão ambicioso programa.

A grandeza da Ordem e as limitações do Estatuto...

As insuficiências e imprecisões do Estatuto da Ordem dos Engenheiros ganharam visibilidade à medida que foi aumentando o número de acções promovidas pela associação⁶⁷. Foi então constituído, por representantes das três regiões, um Grupo de Trabalho que tinha como principal função apresentar ao Conselho Directivo Nacional as propostas para a revisão do Estatuto. Foi a partir dessa proposta que o Conselho Directivo elaborou o documento que submeteu a referendo⁶⁸. A necessidade de referendar a aprovação dos regulamentos da Comissão de Admissão, da Comissão de Qualificação Profissional, da Comissão Disciplinar Nacional e da Comissão Editorial justificou que se submetessem a sufrágio as alterações a introduzir ao Estatuto.

Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros

Número 14 Agosto-Setembro/1978
Publicação mensal. Preço 135
Distribuição gratuita aos sócios

bi

CONGRESSO

78

PORTO

NOVEMBRO

22 a 29

A redução da dependência tecnológica e o controle das transferências de tecnologia

O Governo, por despacho normativo de 14 de Abril passado, dos ministros das Finanças e do Plano e dos Negócios Estrangeiros, decidiu criar um grupo de trabalho com o fim, entre outros, de preparar o relatório nacional a apresentar no Congresso das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Técnica ao Desenvolvimento, a realizar em Viena em Agosto do próximo ano.

Face ao assunto, foi considerada de interesse a divulgação do referido relatório pelo BI, gentilmente acordada pelo citado grupo o qual se dispôs ainda a prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, através da INICT, bem como a considerar eventuais comentários.

Do relatório extrai-se o capítulo relativo a transferências de tecnologia, que se reproduz com a introdução apenas dos ajustamentos indispensáveis à sua apresentação autónoma. Os restantes capítulos abordam os temas do sistema científico e técnico português em face das necessidades e desenvolvimento do País, da organização da informação nestes domínios, e da cooperação internacional a incrementar.

Num mundo marcado por profundas assimetrias e em que o processo científico e tecnológico constitui um dos eixos fundamentais do desenvolvimento económico e social, compreende-se que se ponha em questão e se estabeleçam interrogações sobre a evolução das potencialidades científicas e tecnológicas e a sua adaptação às necessidades efectivamente sentidas pelas populações. Noutro plano, cabe indagar sobre as possibilidades de reduzir o desfazamento actualmente existente entre os países altamente industrializados e os restantes, incluindo aqueles que se encontram já num estágio de semi-industrialização, como Portugal. Por outro lado, os países altamente industrializados detêm não só a grande maioria dos conhecimentos tecnológicos existentes, como também as possibilidades materiais de criação e difusão de novos conhecimentos susceptíveis de serem postos ao serviço do desenvolvimento.

continua na página 4

Congresso 78

O número de inscrições definitivas neste Congresso, em meados do passado mês de Agosto, aproximava-se já do meio milhar, sendo portanto da mesma ordem de grandeza do número de inscritos, na mesma data, no Congresso 77. É por isso de esperar que, tal como sucedeu no ano transacto, com o aproximar da data deste acontecimento, as inscrições continuem a aumentar em ritmo apreciável.

Quanto às comunicações recebidas até à mesma ocasião, o seu número atingia já 68, com a seguinte distribuição:

Desenvolvimento e regionalização	3
Saneamento básico de pequenos e médios aglomerados	5
Matérias-primas minerais nacionais. Seu interesse e valorização	7
Economia de combustíveis ao nível das pequenas potências	13
Técnicas de planeamento e exploração de sistemas eléctricos de energia (produção, transporte, distribuição e utilização de energia)	15
Indústrias alimentares e subsidiárias	3
A Pecuária intensiva como motor da revolução agrícola	9
Avaliação de projectos de investimento	13

Verifica-se pois que, até agora, os temas mais focados pelos congressistas são os temas mais relacionados com os aspectos energéticos e com a avaliação de projectos de investimento.

Seguidamente indicam-se os títulos e autores das comunicações, agrupadas por temas:

Tema 1 — DESENVOLVIMENTO E REGIONALIZAÇÃO

A importância dos factores hidráulicos nos planos de ordenamento dos vales inundáveis por João Rocha

A desconcentração na regionalização por António de Almeida Garrett

A participação das comunidades no planeamento: influências e condições por Mário Rui Martins e Abílio Silva Cardoso

Tema 2 — SANEAMENTO BÁSICO DE PEQUENOS E MÉDIOS AGLOMERADOS

Estações elevatórias de esgotos. Alguns problemas de dimensionamento por Rui M. G. de Carvalho

Análise do golpe de ariete em condutas munidas de reservatório de ar comprimido. Utilização do método das características por A. Betâmio de Almeida e João Hipólito

Características dos esgotos domésticos de habitações isoladas e de pequenos aglomerados por A. Silva Afonso e J. Diniz Vieira

Utilização de discos biológicos na depuração de esgotos de pequenos aglomerados por A. Silva Afonso

Um novo método para o cálculo de redes malhadas de distribuição de água por A. Silva Afonso

Tema 3 — MATÉRIAS-PRIMAS NACIONAIS. SEU INTERESSE E VALORIZAÇÃO

Algumas matérias-primas utilizáveis no fabrico de agregados leves por A. Casal Moura e José Grade

Quatro exemplares de jazigos auríferos portugueses por Adalberto Dias de Carvalho

Pesquisa de águas subterrâneas por Martins Carvalho e J. e Guedes

continua na página 7

Publicidade

Na página 8 aborda-se a inclusão de publicidade no BI, apresentando-se a forma como podera vir a ser realizada.

Folheto alusivo ao Congresso 78.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Manuel Rocha aproveitou a realização do Congresso 78 para informar a classe de que o processo de revisão do Estatuto teria início *dentro de dias*⁶⁹. Na defesa da sua indispensabilidade, o Presidente Nacional considerava a sua inscrição entre o conjunto de condições indispensáveis ao sucesso da Ordem, a par da larga participação dos associados nas

de órgãos profissionalizados destinados a apoiar as actividades mais importantes, e obtenção de fontes para o regular financiamento destas⁷⁰.

A revisão estatutária era, portanto, imperativa. Para tanto, apontou Manuel Rocha, dever-se-ia começar pela constituição de uma Assembleia de Representantes e pela criação de uma comissão cultural por cada especialidade, além de uma comissão de temas gerais⁷¹.

A verdade é que, no final da década de 70, a actividade cultural desenvolvida pelas 10 especialidades de engenharia que integravam a Ordem dos Engenheiros, era quase inexistente. O Estatuto em vigor determinava que cada Região definisse, juntamente com a Comissão de Especialidades, quais as actividades culturais a desenvolver, o que nem sempre sucedia⁷². A proposta de revisão dos Estatutos apresentada pelo Conselho Directivo, pretendia precisamente dar visibilidade às especialidades por forma a estimular a participação dos associados na vida da Ordem⁷³.

Distribuição dos membros efectivos da Ordem dos Engenheiros por especialidades

ESPECIALIDADES	MEMBROS EFECTIVOS EM 31/12/78	ENTRADAS			SAÍDAS				
		INSCRIÇÕES	REGRESSOS	TOTAIS	FALECIMENTOS	ELIMINADOS	SUSPENSÕES	ISENÇÕES	TOTAIS
Civil	3899	392	27	419	21	12	32	-	65
Electrotécnica	2252	148	11	159	13	17	30	6	66
Mecânica	1582	114	19	133	20	6	23	5	54
Minas	171	3	1	4	1	-	2	-	3
Química	1036	36	6	42	4	22	25	7	58
Naval	20	5	-	5	-	-	1	-	1
Geográfica e Hidrográfica	129	5	3	8	3	-	4	-	7
Agronómica	556	17	4	21	4	7	25	-	36
Silvícola	95	1	2	3	1	1	5	-	7
Metalúrgica	22	3	-	3	-	-	-	-	-
Totais	9762	724	73	797	67	65	147	18	297

Fonte: BINOE.

O objectivo era congregar todos os engenheiros dentro de cada especialidade, levando-os a trocar conhecimentos e experiências e a colaborar activamente nas várias iniciativas levadas a cabo pela sua associação. Por outro lado, e de acordo com as disposições do Estatuto, a Ordem



Inauguração do Congresso 78.

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 17, Dezembro de 1978.

vinha dando vários passos no sentido de institucionalizar as especializações, o que, a prazo, lhe iria permitir conferir títulos de engenheiro especialista. No final do ano estariam *em vias de ser criadas as especializações, Têxtil, Energia Térmica, Geotecnia, Estruturas, Sanitária e Telecomunicações [...]*⁷⁴.

Outra das alterações submetidas a sufrágio prendia-se com o sistema de admissão dos membros da Ordem e com a observância de determinados critérios, como a criação do regime de estágio. O caso dos diplomados por escolas estrangeiras, eternamente debatido, também era contemplado. O projecto de regulamento fazia depender o seu ingresso na associação do cumprimento de duas disposições: (i) prova de equivalência aos cursos superiores de engenharia das escolas portuguesas, concedida pelo Ministério de Educação e Investigação Científica e aceite pela Ordem; (ii) cumprimento das disposições relativas aos diplomados por escolas nacionais⁷⁵.

O trabalho de revisão dos Estatutos acabou por dar origem à apresentação de dois projectos a referendo: o do Conselho Directivo Nacional e um outro, subscrito por um grupo de cinco engenheiros, entre os quais se destacava a figura de Mexia Heitor⁷⁶.

O acto eleitoral realizou-se em 28 de Fevereiro de 1979; o fraco grau de participação confirmou as piores expectativas da Região Sul. Apesar de o maior número de votos ter dado vitória à proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional, o artigo 131.º do Estatuto considerou-a inválida [...] *visto que o número de votantes foi inferior a um terço dos 9566 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais*⁷⁷.

Na sequência do acontecimento, o Conselho Directivo Nacional cessante, na sua reunião de 23 de Março, deliberou por maioria que a segunda votação do Referendo se deveria realizar no dia 25 do próximo mês de Outubro⁷⁸.

A 2 de Abril de 1979 cessaram funções os órgãos estatutários que desde meados de 1976 vinham dirigindo a associação.

Manuel Rocha despediu-se, com a sensação de deixar obra feita e de ter cumprido os seus deveres e obrigações como Presidente Nacional. O balanço de três anos de actividade ficou feito no Relatório e Contas em que o Conselho Directivo afirmava ter [...] *procurado assegurar a unidade da Ordem na diversidade de tendências e na descentralização geográfica, auscultar legítimas aspirações e tentar dar-lhes seguimento, incentivar a discussão frutuosa e franca, atenuar os atritos*⁷⁹.

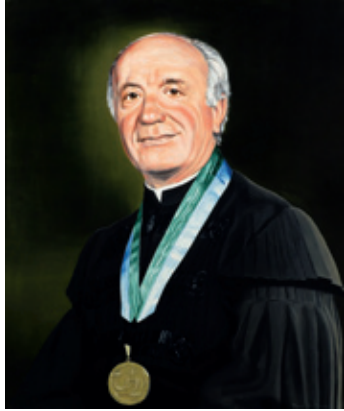
A Ordem dos Engenheiros atravessava um processo de transformação intensa, crescendo entre os seus associados o desejo de se atingirem *objectivos muito ambiciosos*⁸⁰.

Em Setembro, o Governo chefiado pelo engenheiro Nobre da Costa conferiu-lhe o estatuto de organismo de utilidade pública⁸¹. E, desde 1977, que a Comissão para as Novas Instalações diligenciava, junto da Câmara Municipal de Lisboa, para que fossem concedidas, à Ordem, instalações mais amplas que lhe permitissem *pôr em prática as acções que decorrem do actual Estatuto*⁸².

A principal razão de orgulho do Presidente cessante seria, no entanto, a acção dinamizadora que a associação tinha lançado no plano cultural. Manuel Rocha, coadjuvado pelo Secretário da Acção Cultural, engenheiro Almeida Fernandes, e pelas comissões culturais e respectivos grupos de trabalho, conseguira consolidar a Acção Cultural, realizando cerca de 140 acções envolvendo mais de 5000 participantes⁸³ em 1979.

No discurso de despedida, Manuel Rocha lembrou, uma vez mais, o principal objectivo da acção cultural: [...] *responder a uma preocupação que hoje constitui um dos objectivos fundamentais de qualquer sociedade: a formação permanente de quadros, numa perspectiva da educação permanente*⁸⁴.

Quanto à situação financeira, acrescentava Manuel Rocha que, a prazo, a Ordem poderia vir a dispensar o auxílio de outras instituições; de resto, *as receitas próprias resultantes do pagamento de inscrições nalgumas acções já estão cobrindo cerca de metade dos encargos globais, sendo de esperar que no futuro, à medida que a acção cultural se prestigie, essas receitas aumentem podendo vir a dispensar subsídios*⁸⁵.



© PAULO NETO

Armando Monteiro Soares Coutinho de Lencastre (1924-...)

Licenciado em Engenharia Civil pelo IST, em 1950. Investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, professor de Matemática e de Hidráulica no Instituto Superior Técnico (1949-61). Em 1968 fundou a Hidroprojecto – Consultores de Hidráulica e Salubridade, SA, empresa em que exerceu funções até 1994. Foi responsável pela orientação geral do Abastecimento de Água de Lisboa, desde Castelo do Bode, pela concepção e implementação do Tratamento e Rejeição dos Esgotos de Lisboa no Estuário do Tejo. Foi Presidente do Conselho Consultivo da Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia (1986-1989) e presidente do Conselho Consultivo do LNEC. Membro fundador da Academia de Engenharia e seu primeiro presidente (1995). Foi Presidente da Ordem dos Engenheiros entre 1979 e 1980.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

O acto eleitoral de 28 de Fevereiro, apesar de pouco expressivo (votaram apenas 1364 membros da Ordem), deu a vitória a Armando Lencastre.

O engenheiro Armando Lencastre tomou posse em 2 de Abril de 1979. No discurso que então proferiu, o novo Presidente Nacional enunciou como objectivos a prosseguir durante o seu mandato: assegurar a unidade da Ordem na diversidade de tendências e na descentralização geográfica; auscultar legítimas aspirações e tentar dar-lhes seguimento; incentivar a discussão frutuosa e franca; atentar os atritos tumultuosos ou surdos⁸⁶.

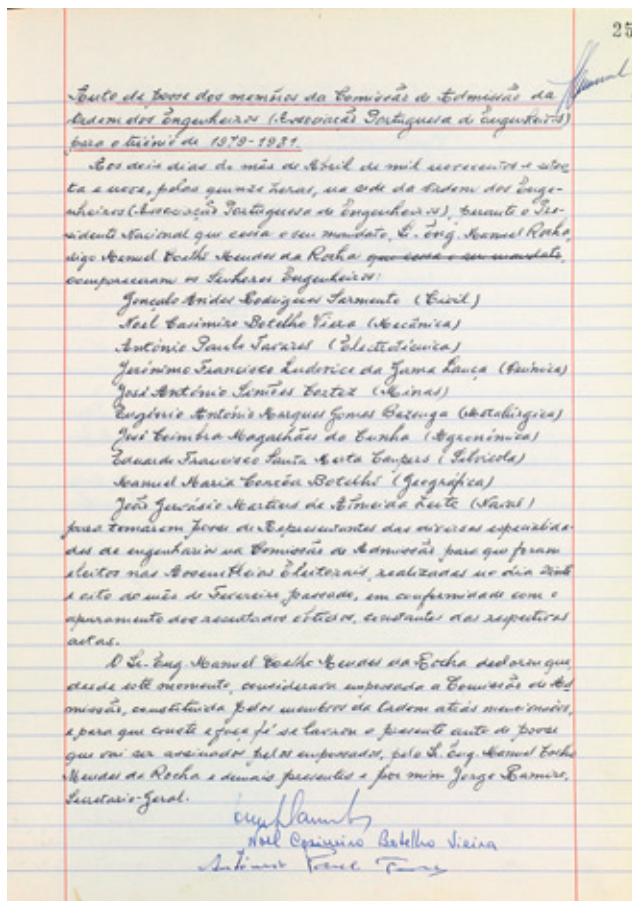
O Conselho Directivo Nacional ficou com a seguinte constituição:

Presidente	Armando Lencastre
	Renato Vieira Pousada
	José S. Guedes Cardoso
	António Corte-Real
	F. J. Severo de Almeida
	Fernando Marques Videira Lubélia Penedo
Secretário-Geral	Jorge Ramiro P. Machado

Dando continuidade aos princípios orientadores que Manuel Rocha havia traçado, o Presidente Nacional sublinhou o papel da Ordem na área da formação permanente, salientando a necessidade de se estabelecer um diálogo, contínuo, com as escolas⁸⁷.

No campo da actividade cultural, Armando Lencastre considerava uma falha enorme se a Ordem não [...] *conseguisse manter o actual ritmo*⁸⁸, para acrescentar, logo em seguida, *ser do máximo interesse que se exerça também uma acção pedagógica de divulgação e de esclarecimento do Código Deontológico*⁸⁹.

No entanto, o sempre presente problema da revisão estatutária sobrepor-se-ia aos demais, marcando de forma indelével o breve mandato do engenheiro Armando Lencastre.



A Ordem manda... referendar

A luta pela dignificação das carreiras dos engenheiros na Administração Pública foi um dos pontos que, juntamente com a revisão estatutária, marcou o mandato de Armando Lencastre. Há já vários anos que a Ordem vinha chamando a atenção dos sucessivos governos para uma série de disposições, publicadas em diferentes diplomas, relativas à estruturação das carreiras de chefia na função pública. As reivindicações apresentadas pela Ordem dos Engenheiros passavam pela defesa dos seguintes pontos:

- I. *Estruturação de três carreiras diferentes: uma destinada a licenciados (engenheiros de concepção); outra para os diplomados com os novos cursos superiores não universitários tendo como condição curricular o*

Auto de posse do Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Mesa que presidiu à tomada de posse dos novos corpos gerentes da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 21, Abril 1979.

curso complementar do ensino secundário exigido para os cursos universitários (engenheiros de ligação); e uma terceira para os diplomados pelos extintos cursos médios ou equivalentes, e pelos cursos que os vieram substituir, estes com o mínimo de 13 anos de escolaridade estabelecido pela FEANI. Neste grupo se incluem os diplomados pelos cursos de agentes técnicos de engenharia e regentes agrícolas ou equivalentes.

- 2. Protecção da categoria de assessor, que só deve ser atribuída mediante a prestação de provas, e sua revalorização para as letras A e B. Revalorização da categoria de técnico superior principal, atribuindo-lhe a letra C de vencimento, de modo a constituir um estímulo da capacidade de estudo e para a formação profissional permanente.*
- 3. Nomeação para cargos de chefia em verdadeiro regime de comissão de serviço, que não poderá conferir regalias para ingresso ou progresso nas carreiras além das que resultem da valorização de currículo, situação que deverá também ser aplicada aos actuais quadros dirigentes; maior rigor na definição da área de recrutamento de directores e subdirectores ou equiparados, de modo a assegurar a sua competência para o exercício da função⁹⁰.*

O Conselho Directivo da Região Centro, tal como ficara contemplado no seu programa de candidatura, acompanhou de perto a evolução do processo de estruturação das carreiras técnicas, na administração pública e nas empresas estatais [...] *estimulando a intervenção do CDN junto do Governo no sentido de serem corrigidas as distorções introduzidas nessas carreiras [...]*⁹¹, que entendia [...] *deverem subordinar-se a critérios de valorização da cultura científica e da competência profissional.*

O ponto de discordância surgiu com a publicação dos decretos-lei 191-E/79⁹² e 191-F/79⁹³. A Ordem considerava que, apesar de ambos contemplarem *alguns dos princípios indispensáveis para o estabelecimento da hierarquia da competência*⁹⁴, continuavam a subsistir *falsos critérios de ordenamento e desenvolvimento das carreiras e anomalias do regime de chefias que desincentivam a valorização profissional dos licenciados e dos diplomados pelos novos cursos superiores não universitários*⁹⁵, a associação resolveu, por isso, apresentar à Secretaria de Estado da Reforma Administrativa várias propostas tendo em vista a respectiva correcção.

Desde o mandato anterior que a Ordem dos Engenheiros tomara uma posição bastante crítica relativamente à atribuição de funções de chefia a diplomados pelos institutos industriais⁹⁶. Da resolução do problema ficara encarregue o Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Engenheiros, que, dando mostras de grande dinamismo, levou a cabo um trabalho de sensibilização, junto de organismos estatais, tendo em vista a [...] *valorização crescente do engenheiro não só no trabalho como na sua integração na sociedade*⁹⁷.

Através de propostas escritas ou por meio de contactos pessoais, a Ordem dos Engenheiros iniciou então uma verdadeira demanda, cujo objectivo principal passava pela demonstração, a nível nacional, que havia todo o interesse em *entregar os cargos de chefia a pessoas com licenciatura, evitando sempre que possível a utilização política dos decretos que vêm permitindo o acesso a esses cargos a pessoas não licenciadas*⁹⁸.

O problema subiu à tribuna do Congresso 8o, pela voz do engenheiro António Corte-Real. O tema geral do encontro, “Indústria em Portugal e o Mercado Comum”, deu origem a uma animada discussão em que participaram centenas de engenheiros de vários pontos do País, em que estiveram presentes temas tão importantes como as consequências da entrada de Portugal na CEE, o ensino e a qualificação profissional dos engenheiros. No discurso de abertura do encontro, o Presidente do Conselho Directivo da Região Centro referiu-se à importância da estruturação das carreiras técnicas para o desenvolvimento do País, deixando explícito o seu entendimento de *ter sido um grave erro, com as mais nefastas consequências para o desenvolvimento tecnológico do País, a desvalorização relativa dos diplomas universitários, resultado de controversas decisões administrativas*⁹⁹.

O Presidente Nacional, Armando Lencastre, dedicou o essencial da sua intervenção ao problema da progressão na carreira dos engenheiros na função pública, referindo, sinteticamente, os principais objectivos da Ordem dos Engenheiros relativamente àquela questão:

- a) *a nomeação para cargos de chefia devia ser feita em verdadeiro regime de comissão de serviço, sem conferir regalias para ingresso ou progresso nas carreiras, além das que resultarem da valorização do curriculum;*

- b) *a categoria de assessor só deveria ser atribuída mediante apresentação de provas;*
- c) *deveriam estruturar-se carreiras diferentes para os vários níveis de ensino existentes: curso universitário; curso superior não universitário e curso médio ou equivalente*¹⁰⁰.

Era precisamente esta última questão que suscitava as principais reivindicações da Ordem. Armando Lencastre frisou-o, uma vez mais, no auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra: *Foi com grande apreensão que a Ordem assistiu à atribuição do grau de ensino superior apenas à custa de prática profissional a qual nem sequer foi regulamentada nem assegurada, dado que só a prática não proporciona formação em ciências de base, designadamente das ciências matemáticas e físicas, indispensáveis ao estudo das matérias específicas de engenharia*¹⁰¹.

Em Dezembro de 1980, o governo chefiado por Francisco Sá Carneiro, assinou a Convenção sobre o Reconhecimento dos Estudos e Diplomas Relativos ao Ensino Superior nos Estados da Região Europa¹⁰². O acordo contemplava alguns dos princípios que a Ordem vinha defendendo relativamente ao reconhecimento e valorização dos diplomas e títulos de ensino superior para o exercício de determinadas funções. Coube à Região Centro da Ordem dos Engenheiros pronunciar-se acerca desta matéria, impondo-se, em seu entender, *a revisão das disposições infundadas e contrárias aos objectivos da Convenção e que, a manterem-se, prejudicariam a credibilidade dos diplomas e dos títulos profissionais portugueses*¹⁰³.

Um breve parêntesis, para referir que durante o ano de 1980 a Ordem dos Engenheiros iniciou um processo de (re)aproximação a alguns organismos internacionais. Esta tomada de posição reflectiu-se também ao nível da formação, área em que a Ordem se comprometeu a realizar, com o patrocínio da UNESCO, um seminário intitulado: “Formação Académica e formação prática dos engenheiros e dos técnicos. Pontos de vista da profissão”¹⁰⁴.

Da luta da Ordem, pelo estabelecimento da hierarquia da competência e pelo combate à degradação dos níveis de qualificação, será dada conta nas páginas seguintes; por agora, importa reter o grito de guerra lançado

pela Região Centro: *Como entendemos que carreiras distorcidas são um obstáculo ao progresso da engenharia, continuaremos a desenvolver as acções ao nosso alcance para a correcção das anomalias de que enfermam as carreiras no sector público*¹⁰⁵.

Uma das últimas decisões tomadas pelo Conselho Directivo Nacional presidido por Manuel Rocha determinou que a segunda volta do referendo para a revisão do Estatuto se deveria realizar em Outubro de 1979. O novo Presidente Nacional optou, contudo, por não acatar a decisão do seu antecessor, determinando que, uma vez que *quer o actual Estatuto quer as propostas de alteração em discussão não correspondem aos interesses da classe*¹⁰⁶, [...] *a única saída para esta situação será a de se iniciar de imediato um processo de alteração dos Estatutos a referendar pela classe de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º, em que se obriga que as propostas sejam provenientes de Assembleias Gerais das Regiões*¹⁰⁷.

Esta tomada de posição deu início a uma guerra entre as Regiões Norte e Centro e o Conselho Directivo Nacional. Porto e Coimbra discordavam da posição tomada pelo Conselho Directivo, defendendo que a segunda votação se deveria realizar a 25 de Outubro de 1979, como havia sido deliberado anteriormente.

A 9 de Novembro de 1979, a Região Centro, com o apoio da sua congénere do Norte, iniciou o processo para apresentação de uma proposta de alteração dos Estatutos; o documento foi aprovado em Assembleia Geral da Região a 11 de Janeiro de 1980; catorze dias mais tarde foi entregue ao Presidente Nacional da Ordem para ser submetido a referendo¹⁰⁸. A situação que a Ordem vivia era, de acordo com a Região Centro, bastante ambígua; uma vez que existia um Estatuto aprovado por decreto-lei que não havia sido revogado, e um outro, o actual, aprovado num referendo em que só tinham participado 44% dos membros efectivos da associação¹⁰⁹. A proposta apresentada pelos engenheiros de Coimbra procurava, precisamente, corrigir essa situação e, simultaneamente, rectificar as principais deficiências do Estatuto de 1976 [...] *designadamente quanto à definição dos objectivos da associação profissional e à institucionalização da acção cultural*¹¹⁰.

O Conselho Directivo Nacional aprovou ainda uma disposição comprometendo-se a referendar *também os dois projectos de revisão sujeitos ao anterior referendo*¹¹¹.

Na apresentação do seu programa de actividades para 1980, a Região Sul, de que Mexia Heitor era agora Vice-Presidente, apontou as principais deficiências do Estatuto de 1976. A tónica era uma vez mais colocada na acção cultural: *dentre muitas deficiências do Estatuto actual desejamos apontar uma com repercussões importantes na nossa Região: a falta de definição de estruturas para acção cultural, cuja importância é fundamental para uma associação do tipo da Ordem*¹¹².

O mal-estar entre a Região Sul e o Conselho Directivo Nacional foi crescendo à medida que as acusações subiram de tom¹¹³. O desgaste era tremendo. Em Março de 1980, Armando Lencastre considerava não estarem reunidas as condições necessárias para continuar o exercício do seu mandato como Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros e sentiu-se livre para resignar.

A 26 de Junho de 1980 realizou-se a segunda votação do Referendo para revisão obrigatória do Estatuto; a participação foi, novamente, pouco expressiva, votando apenas 9% dos membros da Ordem¹¹⁴. A forma como o acto eleitoral decorreu desencadeou um novo conflito no interior da associação, que veio a determinar a contestação dos resultados eleitorais.

A situação era de ruptura; de tal forma que o Conselho Directivo entendeu delegar no Presidente Nacional a resolução da questão. Armando Lencastre foi favorável à repetição do referendo *por se ter comprovado a verificação de várias irregularidades*¹¹⁵.

Em Agosto de 1980, cumpriu-se o que estava já anunciado: Armando Lencastre resignou; o funcionamento do Conselho Directivo Nacional passou a ser assegurado por um coordenador, Fernando Marques Videira¹¹⁶.

Órgãos Nacionais

PRESIDENTE NACIONAL

Presidente Nacional Fernando Marques Videira, substituto do Presidente Nacional

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Presidente Fernando Marques Videira, substituto do Presidente Nacional
Renato Vieira Pousada
José S. Guedes Cardoso
António Corte-Real
F. J. Severo de Almeida
Artur Penedo

Secretário-Geral Hélio Paulino Pereira

Fonte: *BINOE*, n.º 35, Setembro de 1980, p. 2.

O referendo realizou-se, por fim, no dia 7 de Novembro de 1980. Os membros da Ordem deviam pronunciar-se acerca de dois projectos: o “texto A” da responsabilidade do Conselho Directivo Nacional presidido por Manuel Rocha, e o “texto B” proposto pela Assembleia Geral da Região Centro e apoiado pelo Conselho Directivo da Região Norte¹¹⁷.

Apesar da polémica que rodeou a revisão estatutária, a participação voltou a ser baixa: votaram apenas 1294 engenheiros em todo o País.

Resultados do referendo de Novembro de 1980

	TOTAL	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO	REGIÃO SUL
Sim ao texto A	548	44	4	500
Sim ao texto B	696	382	155	159
Não a ambos	13	5	1	7
Nulos	26	1	1	24
Branco	11	8	1	2
Total	1294	440	162	692

Fonte: AOENG, *Relatório e Contas do Exercício do Ano de 1980 e Orçamento para o Ano de 1981 do Conselho Directivo da Região Norte*, Porto, Ordem dos Engenheiros, s/d, p. 5.



© PAULO NETO

Vergílio Rui Teixeira Lopo (1924-1999)

Licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo IST em 1947. Ingressou na CUF, onde permaneceu até 1976. Entre 1959 e 1962 foi director das Fábricas do Barreiro e Administrador-Delegado de diversas empresas do grupo. Vice-Presidente da FEANI, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa (1972-1982), membro do Conselho Consultivo da Associação Industrial Portuense e Presidente da Comissão de Planeamento de Indústria e Energia no IV Plano de Fomento. Entre 1965 e 1999 foi presidente de várias empresas e grupos industriais: Celbi – Celulose Beira Industrial, Celulose Guadiana, Companhia Nacional de Petroquímica, Portucel, Soporcel, Centralcer e Cimpor – Cimentos de Portugal, SA. Professor convidado no Instituto Superior de Economia de Lisboa. Foi Presidente da Ordem dos Engenheiros entre 1980 e 1985.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

A vitória coube ao “texto B”, proposto pela Região Centro. O Conselho Directivo deveria agora propô-lo superiormente, como o novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros¹¹⁸.

O abandono das funções de Presidente Nacional por parte de Armando Lencastre tornou necessária a realização de uma nova eleição para preenchimento, até Fevereiro de 1982, do cargo deixado vago. Por proposta da Região Norte, e com o apoio das restantes regiões, foi convidado o engenheiro Vergílio Rui Teixeira Lopo a concorrer às eleições para Presidente Nacional, marcadas para 14 de Novembro de 1980. Teixeira Lopo aceitou o desafio.

O novo Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros foi eleito com 414 votos, a 14 de Novembro de 1980.

Os Corpos Gerentes da Ordem dos Engenheiros ficaram assim constituídos:

Presidente	Vergílio Rui Teixeira Lopo Renato Vieira Pousada José S. Guedes Cardoso António Corte-Real F. J. Severo de Almeida Fernando Marques Videira Artur Penedo
Secretário-Geral	Hélio Paulino Pereira

O Conselho Directivo da Região Centro congratulou-se com a vitória de Teixeira Lopo e exprimiu-lhe, de imediato, o seu inteiro apoio. António Corte-Real e a sua equipa declaravam a sua disponibilidade para colaborar com o Presidente Nacional nas seguintes áreas, que consideravam prioritárias:

- a) *O estímulo da valorização profissional através de manifestações formativas e informativas.*
- b) *A contribuição para a reestruturação do ensino da engenharia e a correcção dos graus académicos, de modo a ajustá-los às normas internacionais, o que tem incidência importante no reconhecimento e livre circulação, como técnicos superiores, nos países da CEE.*

- c) *A estruturação das carreiras técnicas, subordinada a uma política de desenvolvimento científico e técnico incentivadora dos quadros com maior formação e competência profissional.*
- d) *A defesa do título de Engenheiro, no sentido de evitar o seu desprestígio pelo uso indevido por quem não possua a formação correspondente*¹¹⁹.

A cerimónia de tomada de posse realizou-se a 10 de Dezembro de 1980, na sede nacional da Ordem dos Engenheiros, contando com a presença dos presidentes das três Regiões, dos bastonários das Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos e de um representante da Ordem dos Advogados¹²⁰.

Teixeira Lopo fez um discurso muito virado para o futuro, salientando a importância dos engenheiros para o desenvolvimento económico nacional e a necessidade de corrigir o desfasamento do nosso país em relação à OCDE. Em seguida, chamou a atenção para *a concretização das potencialidades efectivas do País não resultarem da falta de recursos materiais mas sim da falta de projectos válidos e da incapacidade de decisão em tempo útil*¹²¹.

As dificuldades iriam, certamente, ser muitas, mas aos engenheiros estava reservado [...] *um papel extraordinariamente significativo no desenvolvimento do País*¹²².

Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros
Número 38, Dezembro 1980
Publicação mensal. Preço 155
Distribuição gratuita aos sócios



Empossado o novo Presidente Nacional

O colega Vergílio Teixeira Lopo, eleito novo Presidente Nacional nas eleições de 14 de Novembro último, foi empossado na sede da Ordem em 10 do corrente mês, em sessão que contou com a presença dos presidentes das três Regiões, dos bastonários das Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos e um representante da Ordem dos Advogados, bem como a participação de várias dezenas de colegas.

Foram proferidas na oportunidade discursos pelo colega Renato Vieira Pousada, presidente do Conselho Directivo da Região Norte e pelo novo presidente Nacional que transcrevemos seguidamente.

Tomada de posse de Virgílio Teixeira Lopo, novo Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 38, Dezembro de 1980.

A criação da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros foi aprovada pelo Conselho Directivo em Maio de 1984.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



O Estatuto de Dezembro de 1981 e as novas linhas de acção da Ordem

O Estatuto promulgado em Julho de 1976 limitava-se a regulamentar a existência da Associação Portuguesa de Engenheiros, não contendo nenhuma disposição que determinasse a revogação dos Estatutos de Setembro de 1956. Após o 25 de Abril, a Ordem dos Engenheiros transformara-se numa associação privada vivendo, entre 1976 e 1981, numa situação estatutária irregular, sem estrutura ou princípios claramente definidos.

O Conselho Directivo presidido por Teixeira Lopo era unânime ao considerar que, com a publicação do texto sufragado no final de 1980, se abriam novas perspectivas à associação em matéria de progresso da engenharia e do *estímulo dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, dentro duma actuação deontologicamente dignificante*¹²³.

Definida a situação estatutária, António Corte-Real considerava que era tempo de analisar os problemas específicos das diversas especialidades de engenharia representadas pela Ordem. Usou então o exemplo espanhol para salientar que, no país vizinho, os engenheiros da mesma especialidade se encontravam agrupados em Colégios Oficiais de Ingenieros, alertando para a situação dos agrónomos, os mais prejudicados, em seu entender, *pela falta de regulamentos para o exercício da*

*profissão*¹²⁴. O assunto ficava exposto, para reflexão da classe; um certo pendor corporativo dava, contudo, o tom às conclusões apresentadas: *Dos contactos que temos tido com engenheiros agrónomos espanhóis ficou-nos a convicção de que estão satisfeitos com a estrutura e actividade da sua organização profissional que, defendendo os seus direitos e interesses profissionais e impulsionando a sua formação científica e técnica, protege também os interesses públicos e privados pela definição dos preceitos a que deve subordinar-se a prática de actos próprios da profissão de engenheiro*¹²⁵.

Entretanto, a 28 de Dezembro de 1981¹²⁶, a Presidência do Conselho de Ministros decretou a revogação do regulamento de 1956 e a publicação dos novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros¹²⁷.

De acordo com os novos Estatutos competia à Ordem dos Engenheiros:

- a) *Defender a ética, a deontologia e a qualificação profissional dos engenheiros.*
- b) *Fomentar e defender os interesses dos engenheiros, nomeadamente no campo social, cultural e profissional.*
- c) *Assumir, no seu âmbito, a representação e defesa dos valores da engenharia portuguesa.*
- d) *Promover o reconhecimento do valor social da profissão e capacidade de intervenção dos engenheiros na sociedade.*
- e) *Fomentar o desenvolvimento da engenharia e do seu ensino e contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros.*
- f) *Proteger o título e a profissão de engenheiro, promovendo procedimento judicial contra quem o use ou exerça ilegalmente.*
- g) *Dinamizar a cooperação e solidariedade entre os seus associados.*
- h) *Valorizar a qualificação profissional dos engenheiros pela concessão dos respectivos níveis de especialização e pela participação activa na formação pós-graduação, emitindo os competentes diplomas e cédulas profissionais.*
- i) *Prestar a colaboração técnica e científica ao seu alcance que lhe for solicitada por entidades de interesse público.*
- j) *Desenvolver as relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo, para o efeito, aderir a uniões e federações internacionais*¹²⁸.



Novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros publicados no *Boletim Informativo Nacional*.

Fonte: *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 48, Janeiro de 1982, destacável, p. 1.

A homologação governamental dos Estatutos mereceu honras de destaque nas páginas do *Boletim Informativo Nacional*¹²⁹.

Parte integrante dos princípios estatutários de 1981 era a inscrição obrigatória na Ordem dos Engenheiros para o uso do título e o exercício da profissão. Este princípio que nada tinha de inovador, confirmando até uma disposição legal do Estatuto de 1956, tinha um objectivo muito claro: *moralizar o uso indevido do título, hoje mais do que nunca necessitando de sã vigilância, e conseguir a inscrição de muitos colegas*¹³⁰, o que só por si merecia a aplauso e o regozijo da classe.

Com o novo Estatuto surgiam, também, novos órgãos nacionais como as comissões culturais, coordenadas por uma Comissão Coordenadora Nacional, a Comissão de Admissão e Qualificação, o Vice-Presidente ou a Assembleia de Representantes. Esta última integrando:

- a) o Presidente Nacional;
- b) os restantes membros do Conselho Directivo Nacional;
- c) os Presidentes das Assembleias Regionais;
- d) os Presidentes dos Conselhos Directivos das Secções ou Delegações Regionais da Madeira e dos Açores;
- e) os Delegados Regionais;
- f) 30 membros eleitos pelas Assembleias Regionais, cabendo 10 à Região Norte, 5 à Região Centro e 15 à Região Sul¹³¹.

O Estatuto abria ainda novas perspectivas à Ordem na área das relações internacionais¹³². Este ponto era bastante actual, já que o problema da mobilidade profissional dos engenheiros no interior dos países europeus surgia com grande acuidade e necessitava de uma resposta urgente e concertada por parte de todas as associações de engenharia internacionais. Tornou-se rapidamente evidente que a diversidade de sistemas de educação vigentes era uma forte barreira à mobilidade. À sua escala, os Estatutos da Ordem dos Engenheiros procuraram contornar o problema, promovendo a aproximação do conteúdo das suas especializações às normas internacionais.

Em todo este novo cenário, e para além de potenciar as relações internacionais, competia ainda ao Conselho Directivo Nacional [...] *definir e orientar a política da Ordem, interna e externamente, elaborar as grandes*

*linhas de actuação comum a serem seguidas pelas Regiões, e simultaneamente apoiar e coordenar todo o tipo de acções culturais*¹³³.

O Plano de Acção da Ordem dos Engenheiros, dado a conhecer no Verão de 1981, foi traçado com o beneplácito das Regiões, integrando um conjunto de prioridades que iam do apoio à formação de jovens engenheiros e defesa do exercício da profissão, passando pelas relações internacionais e pelas condições de acesso à Ordem. Plano ambicioso, talvez por ser o primeiro a ser elaborado, compreendendo como pontos e realizações principais nos seguintes domínios: Congresso Anual; Acções de formação; Apoio à formação de jovens engenheiros; Qualificação profissional; Defesa do Exercício da Profissão – relações com os poderes públicos, empresas públicas, iniciativa privada; regulamento do exercício da profissão; condições de acesso e inscrição na Ordem; relações com organizações congéneres – organizações estrangeiras e outras associações profissionais; outras acções de interesse da classe – apoio ao regresso de engenheiros, caracterização socioprofissional da classe, incluindo, ainda, a identificação dos meios de actuação a prosseguir no sentido de cumprir os objectivos delineados¹³⁴.

O documento era, como se depreende pelos assuntos enunciados, bastante abrangente, tocando uma série de pontos importantes da vida da Ordem; orientação compreensível se tivermos presente que o seu objectivo final passava pelo envolvimento de todos os filiados nas actividades da associação. Ao seguir este critério, a Ordem dos Engenheiros entraria, porém, em contradição, já que, em vez de elaborar um programa anual, como ficara determinado estatutariamente, acabaria por enunciar um conjunto de acções cujo desenvolvimento, em termos temporais, ultrapassava, necessariamente, o ano de 1981¹³⁵.

A leitura destas “linhas de acção” mostra que a formação permanente e a ligação à universidade continuavam a figurar entre as principais preocupações dos engenheiros portugueses, que contemplam também, com algum destaque, a regulamentação do exercício da profissão e a caracterização socioprofissional da classe.

Apesar de representar um salto qualitativo em relação a métodos de trabalho anteriores, do ponto de vista cultural, os objectivos programáticos

do Conselho Directivo Nacional para 1981 foram alvo de várias críticas, sobretudo por parte da Região Centro, considerando que *as iniciativas dificilmente podiam ter concretização prática*¹³⁶.

A constituição das Comissões de Especialidade a nível regional viria atenuar, um pouco, esse tom acusatório do discurso. Ao promover a sua criação, o Conselho Directivo dava um primeiro passo rumo à descentralização da actividade cultural da Ordem dos Engenheiros.

Constituição das Comissões de Especialidade (Regiões Norte, Centro e Sul – 1982)

ESPECIALIDADE	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO	REGIÃO SUL
Engenharia Civil	José Ângelo Mota Novais Barbosa (coordenador) José Manuel Pinto Ferreira de Lemos José Carlos Tentúgal Valente Adalberto Quelhas da Silva França Carlos Manuel de Sousa Freitas	Armando Baptista da Silva Afonso Joaquim Augusto Pereira Diniz Vieira	João António Ferreira Lamas Fernando Ivens Ferraz Jácome de Castro
Engenharia Electrotécnica	–	José Alberto Saraiva B. Veiga António da Silva Gomes	Rui Soares de Mendonça João Francisco Falcão Beja Costa
Engenharia Mecânica	Luís Gonzaga Azevedo de Carvalho (coordenador) Mário Amorim da Graça Moura Noel Casimiro Botelho Vieira Fernando José Ventura Martinez João Manuel Gouveia da Costa Neves	António José do Espírito Santo M. Ramos António José Serpa Oliva	Rui de Oliveira Parrinha
Engenharia de Minas	–	Norberto Martins Figueiredo Fernando de Sousa e Silva Sobral	–
Engenharia Química	Augusto Eduardo Guimarães de Medina (coordenador) João Manuel Martins Mendonça António Carlos Magalhães Ramalho José Coelho Lima Carlos Bernardo José Joaquim Romão de Sousa	Alberto de Azevedo Gomes Francisco Manuel Franqueira Pegado	Maria Helena Fiúza Veiga Maria Laurinda Santiago Ferreira
Engenharia Naval	–	–	António Carlos Gerken Potier Godinho José Carlos Gonçalves da Clara

ESPECIALIDADE	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO	REGIÃO SUL
Engenharia Agronómica	Artur Benevides de Melo (coordenador) Ramiro Antunes Ribeiro do Rosário Manuel Cardoso Simões José Manuel Cardoso Costa Luís Jorge Guedes Cardoso Martinho Gomes de Oliveira	Carlos Manuel Ferreira da Maia Vasclemim Gonçalves de Macedo	Edgar Sampaio Ferreira Fontes Zózimo João Pimenta de Castro do Rego
Engenharia Silvícola	António Ferreira Marabuto Júnior (coordenador) João Cândido Campos Sousa Teixeira Renato Raul Dantas Barreto Manuel Alves Peixoto Correia César da China Pereira	Francisco Ramos de Moura Alberto Duarte Morais	Luís Soares Barreto Fernando Veloso Lopes Gaió
Engenharia Metalúrgica	–	–	Eduardo Augusto Guedes Santa Marta Joaquim José Dias Leal Fernandes
Engenharia Geográfica	–	António Eugénio Brito e Maia Antunes do Amaral José Tavares dos Santos	António do Amaral Apóstolo José Torres Sobral
Temas Gerais	Orlando Francisco Santos Castro Vasconcelos (coordenador) Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel Mário Ferreira de Sá Barbosa Pedro de Almeida Saavedra Artur Queirós Machado	António João Ferreira S. Veloso Pedro Valentim Nunes Ferreira	José Manuel Corrêa Prostes da Fonseca António Manuel Corrêa Botelho

Fonte: “Constituição das Comissões de Especialidades da Região Norte da Ordem dos Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 55, Setembro de 1982, p. 18.; “Constituição das Comissões de Especialidades das Regiões Centro e Sul da Ordem dos Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 56, Outubro de 1982, p. 5.

No cômputo geral, a promulgação dos novos Estatutos não seria isenta de críticas. No Parlamento, o Grupo Parlamentar do PCP, pela voz do deputado Sousa Marques, apontou a obrigatoriedade de inscrição na Ordem para o uso do título e exercício da profissão, considerando esta disposição [...] *ferida de clara inconstitucionalidade*, sobrepondo-se [...] *não apenas aos direitos e interesses dos profissionais de engenharia, mas ainda às posições assumidas e reafirmadas por outras associações, nomeadamente as organizações sindicais*¹³⁷. Esta tomada de posição ia aliás ao encontro das críticas formuladas durante a Assembleia Geral extraordinária do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, realizada a 7 de Abril.



Silva Pinto, presidente do Conselho Directivo da Região Sul.

Fonte: *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 51, Abril de 1982, p. 6.

No interior da Ordem, as críticas também se fizeram sentir, sobretudo por parte do Conselho Directivo da Região Sul. Após a tomada de posse, a primeira tarefa de Silva Pinto¹³⁸ e dos seus pares foi precisamente a análise do documento estatutário, tendo concluído *pela falta de clareza nalguns pontos, falta de democraticidade noutros e mesmo provável inconstitucionalidade*¹³⁹; entenderam, no entanto, [...] *não ser de levantar de novo o problema estatutário preferindo antes verificar as consequências práticas da sua entrada em vigor*¹⁴⁰. Apesar de tudo, o mal-estar entre a Região Sul e o Conselho Directivo Nacional estava longe de estar sanado.

Quando apresentou o programa de acção para o triénio 1982/1984, que no essencial não apresentava grandes alterações em relação ao plano elaborado para o ano anterior, Teixeira Lopo sublinhou o papel de destaque que cabia às regiões na sua implementação¹⁴¹. De acordo com o Presidente Nacional, às Regiões era agora reservada uma participação activa [...] *especialmente no campo da formação, por forma a ser possível alargar a actividade cultural a certas áreas regionais que, pela sua importância técnico-económica, requerem uma particular atenção por parte da Ordem*¹⁴².

A Região Centro correspondeu ao apelo, desenvolvendo durante a primeira metade da década de 80, em consonância com o Conselho Directivo Nacional, uma acção bastante dinâmica na área da defesa e da protecção do título de engenheiro¹⁴³. Mas a sua acção não se ficou por aqui, também promoveu a criação de Delegações Distritais *como forma de possibilitar maior ligação entre os membros da Ordem e a sua associação profissional*¹⁴⁴.

O início da década de 80 assistiu, ainda, à transformação da Caixa de Previdência, num simbólico fundo de solidariedade para engenheiros. A aprovação do regime de segurança social dos trabalhadores independentes, em Janeiro de 1982, determinou que a inscrição na Caixa passasse a ser facultativa; estava dado o primeiro passo para a transformação do organismo numa associação de socorros mútuos¹⁴⁵.

* * *

A associação queria-se representativa, competindo-lhe, por isso, estimular a valorização profissional dos seus membros, quer através do reconhecimento e da qualificação da sua competência quer ainda pela defesa dos seus legítimos direitos. A cruzada fora árdua, com poucas tréguas ao longo do percurso. Na Primavera de 1983 dar-se-ia um novo confronto, quando o Conselho Directivo Nacional denunciou aquilo que considerava uma escalada abusiva contra o uso indevido do título por técnicos que não dispunham do grau académico de licenciado¹⁴⁶.

Reunido o Conselho Directivo, determinou-se então que a acção a empreender pela Ordem deveria desenvolver-se de acordo com as seguintes linhas de força:

- a) *No campo da prevenção – chamando a atenção do Governo e dos dirigentes autarcas para a necessidade de ser cumprido o estipulado nos regulamentos técnicos existentes. [...]*
- b) *No campo judicial – promovendo a acção, através de procedimento judicial adequado, contra quem use abusivamente o título de engenheiro ou exerça ilegalmente a profissão. [...]*
- c) *No campo correctivo – esclarecendo ou informando as instâncias oficiais ou outras, quanto ao papel desempenhado pelos engenheiros, sobre as funções que lhe podem ser cometidas, uso do título, etc.*¹⁴⁷

Os ânimos estavam ao rubro e nem Teixeira Lopo sairia incólume da contenda. O motivo da polémica, desta vez, prendia-se com a realização, a 16 de Maio, do II Encontro Nacional de Engenheiros Técnicos, reunião a que o Presidente Nacional faria questão de comparecer, o que mereceu alguns comentários fortemente críticos por parte do Conselho Directivo da Região Centro.

Em defesa de Teixeira Lopo saiu de imediato a terreiro o Presidente da Região Norte, considerando *que os termos, além de impróprios e injustos, eram ofensivos da dignidade de que se reveste o Presidente Nacional da Ordem*¹⁴⁸, *no que foi acompanhado pelo Presidente da Região Sul.*

À guisa de explicação, a Ordem lá foi adiantando que não era movida por motivos elitistas, procurava apenas fomentar a qualificação profissional dos engenheiros, assim como [...] *o valor intrínseco da profissão e o próprio título de engenheiro que as escolas universitárias lhe concedem*¹⁴⁹.



CONGRESSO 83

«A Engenharia portuguesa tem vindo a mostrar a sua determinação em se situar permanentemente a nível internacional»

— Palavras do Presidente Nacional, Eng. Teixeira Lopo



O Presidente Nacional, Eng. Teixeira Lopo, usando da palavra na sessão inaugural

Acontecimento de grande importância para a Ordem dos Engenheiros e marcante na vida nacional, o Congresso 83, realizado no Porto, constituiu mais um êxito assinalável, à semelhança das edições anteriores, tendo reunido perto de um milhão de participantes.

A amplitude dos temas abordados pelos congressistas em 125 comunicações e a profundidade com que foram tratados, corresponderam inteiramente às palavras do Presidente Nacional da Ordem, Eng. Teixeira Lopo, na sessão de abertura: «A Engenharia portuguesa tem vindo a mostrar a sua determinação em se situar permanentemente a nível internacional através do seu esforço de actualização constante. E tem procurado dar às entidades responsáveis pela execução dos projectos a sua contribuição para que possam ser realizados em tempo útil».

Aí reside, efectivamente, um dos motivos de interesse que o Congresso, subordinado ao tema «Engenharia e Qualidade de Vida», despertou tanto nos meios técnicos e empresariais como nos círculos económicos e políticos, levando mesmo o ministro de Estado, Almeida Santos, na cerimónia de encerramento, a estimular os engenheiros a fazerem chegar às instâncias oficiais as recomendações do Congresso.

(Ver pág. 2)

Neste número:

- CONGRESSO 83, Págs. 2, 15, 16, 17, 20, 22, 30 e 40.
- NOTÍCIAS DO CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL, Pág. 7
- NOVOS MEMBROS, Pág. 11

Teixeira Lopo, Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros, usando da palavra na sessão inaugural do Congresso 83.

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 69, Dezembro de 1983, p. 1.

O velho duelo entre engenheiros e técnicos estalava precisamente numa altura em que a Europa debatia o papel e a missão do engenheiro no desenvolvimento económico. O Congresso anual da FEANI, que decorreu em Paris durante o mês de Setembro de 1983, analisaria, precisamente, o tema “O Engenheiro ao Serviço do Homem”¹⁵⁰. O título era inspirador e permitiu a discussão de temáticas tão variadas como a organização



BOLETIM INFORMATIVO NACIONAL DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

N.º 63 – Maio 1983



Subordinado ao tema
«Engenharia e Qualidade de Vida»

Este ano, volta a ser o Porto a receber a larga participação de engenheiros, técnicos e profissionais portugueses interessados no debate dos grandes problemas da vida nacional ligados à esfera de acção dos engenheiros, uma vez que cabe à Região Norte da Ordem dos Engenheiros a realização do Congresso 83 (os anteriores tiveram lugar em Lisboa, em 1977; no Porto, em 1978; em Coimbra, em 1980 e novamente em Lisboa, em 1981).

“Engenharia e Qualidade de Vida” é o tema do Congresso 83, que decorrerá de 20 a 26 de Novembro no Clube Residencial da Boavista, no Porto. O Estatuto da Ordem dos Engenheiros prevê, no seu artigo 27.º, a organização anual de um Congresso destinado a tratar assuntos de carácter técnico, científico e profissional e ainda a apreciar a actividade desenvolvida pela Ordem em plano nacional.

Pretende-se, deste modo, que nos Congressos sejam debatidos grandes problemas da vida nacional ligados à esfera de acção dos engenheiros, contribuindo-se assim para a resolução desses problemas, ao mesmo tempo que se visa a elevação do nível técnico da engenharia portuguesa e a valorização da sua imagem no conceito interno e internacional.

Nos Congressos anteriormente realizados, foram propostos temas, quer interessando à maioria dos engenheiros, quer

voltados ao tratamento de assuntos especializados. Para o Congresso 83 foi estabelecida uma orientação temática que permita destacar e tratar os principais vectores, que no campo da engenharia mais influem e condicionam a qualidade de vida.

A forma genérica como são propostos os temas, irá permitir uma ampla discussão e proporcionar um melhor encontro entre os membros da Ordem já que todas as especialidades estão representadas e assim se obterá uma participação mais generalizada nos trabalhos do Congresso.

Organização, participação e temário

O Congresso terá uma parte destinada a apreciar a actividade dos órgãos nacionais e a pronunciar-se sobre assuntos de importância fundamental para a Ordem. Esta primeira parte é aberta a todos os membros no pleno gozo dos seus direitos e não carece de inscrição.

Na segunda podem participar, mediante inscrição prévia, os membros da Ordem e outras pessoas ou colectividades interessadas nos temas em debate. Esta parte cultural do Congresso inclui, além de sessões de trabalho para discussão das comunicações que forem apresentadas, visitas de estudo e outras manifestações de carácter técnico e social.

Os participantes poderão apresentar comunicações sobre os temas a tratar (até 31 de Agosto), sendo também cada um destes objecto de relatos gerais. São os seguintes os temas,

© Continuação na pág. seguinte

Neste número:

- HOMENAGEM DO GOVERNO FRANCÉS, Pág. 8.
- ACTIVIDADES CULTURAIS, Pág. 10.
- ASTRONÁUTICA, Pág. 11.
- NOVOS MEMBROS, Pág. 17.
- HOMENAGEM AO ENG. MANUEL ROCHA, Pág. 18.

Folheto de divulgação do Congresso 83, realizado no Porto entre 20 e 26 de Novembro de 1983.

Fonte: *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 63, Maio de 1983.

dos recursos mundiais, passando pelos problemas de formação e actualização dos engenheiros perante os desafios da sociedade moderna.

Sintomaticamente, a Ordem dos Engenheiros elegeu como tema principal do seu Congresso 83 “A Engenharia e a Qualidade de Vida”. Entre os dias 20 e 26 de Novembro, o Clube Residencial da Boavista, no Porto, acolheu cerca de 900 participantes, cuja missão foi analisar, ao longo desses seis



ACONTECIMENTO DA MAIOR PROJEÇÃO NA VIDA DA ORDEM

O uso do título e o exercício da profissão debatidos no Encontro Nacional de Engenheiros

«O uso do título e o exercício da profissão» foi o tema em debate no Encontro Nacional de Engenheiros que a Ordem dos Engenheiros levou a efeito no passado dia 21, no LNEC, com grande afluência de participantes.

Tratou-se de mais um acontecimento da maior projecção na vida da Ordem, dada a importância dos assuntos analisados e das conclusões tiradas, as quais irão ter, por certo, reflexos muito positivos, dado que é intenção do Conselho Directivo Nacional levar até às instâncias superiores as recomendações dali saídas.

Para além do exercício da profissão da Função Pública, nas empresas e por conta própria, esteve ainda em discussão a formação científica e técnica, à qual a Ordem tem

dado largo contributo através da sua actividade cultural e da sua ligação com a Universidade.

No próximo BI daremos informação mais detalhada sobre o Encontro, assim como as recomendações.

Neste número:

- CORREIOS DE PORTUGAL, Pág. 5
- SEGURANÇA SOCIAL, Pág. 10
- CONGRESSO 83, Pág. 13
- ACCÇÕES CULTURAIS, Pág. 20
- NOVOS MEMBROS, Pág. 23



Vasta assistência seguiu interessada o desenrolar do Encontro

Debate sobre o uso do título e o exercício da profissão no Encontro Nacional de Engenheiros (Fevereiro 1984).

Fonte: Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros, n.º 71, Fevereiro 1984.

dias, o papel e a função social dos engenheiros na sociedade moderna¹⁵¹. O contributo da engenharia era essencial para o desenvolvimento económico e social do País, conscientes dessa realidade, os engenheiros consideravam-se eles indispensáveis nesta cadeia de progresso e modernização.

A formação científica e técnica dos profissionais de engenharia seria uma vez mais debatida a 21 de Fevereiro, num Encontro Nacional de

Engenheiros, promovido pela Ordem, denominado “*O Uso do Título e o Exercício da Profissão*”.

Sempre dinâmico foi, uma vez mais, António Corte-Real que alertou o Conselho Directivo Nacional para as repercussões diminutas que as acções levadas a cabo pela Ordem relativamente à questão do título e ao exercício da profissão, encontravam junto das empresas e do poder político. Considerava que era altura de agir, propondo, por isso, que se adoptassem os seguintes princípios:

- a) *Considerar como primeira prioridade da sua linha de acção a defesa dos legítimos interesses dos engenheiros, designadamente através da dignificação do uso do título e da carreira dos engenheiros, tanto ao nível da função pública como das empresas.*
- b) *Intervir em defesa dos interesses legítimos dos engenheiros, denunciando as injustiças ou irregularidades verificadas.*
- c) *Intentar judicialmente contra quem use indevidamente o título ou exerça ilegalmente a profissão.*
- d) *Fazer aprovar o regulamento do exercício da profissão de engenheiro*¹⁵².

Em todo este processo era importante publicar, tal como tinha sido referido por António Corte-Real, um Regulamento do Exercício da Profissão, que codificasse os direitos, deveres e obrigações de cada engenheiro de modo a acautelar o seu desempenho profissional. Numa tentativa firme de salvaguarda do mercado de trabalho dos seus associados a Ordem criticava abertamente que alguns profissionais de engenharia, estrangeiros, menos qualificados, exercessem a sua actividade em Portugal¹⁵³.

A um ano de completar o seu mandato, o Conselho Directivo Nacional divulgou um conjunto de medidas que pretendia implementar, tendo em vista a valorização profissional dos engenheiros. Esse conjunto de princípios passava por:

- a) *Incrementar a outorga de níveis e de títulos de formação profissional, através duma campanha de esclarecimento junto da Classe.*
- b) *Sensibilizar os empregadores, quanto à vantagem de disporem ao seu serviço de engenheiros com níveis de qualificação profissional e títulos de especialistas conferidos pela Ordem.*

- c) Informar a Administração Pública dos graves inconvenientes que resultavam para a economia portuguesa de se autorizar o recurso indiscriminado a técnicos estrangeiros de engenharia no nosso país.
- d) Exigir que só excepcionalmente os projectos, estudos e execução de trabalhos, referentes a obras a efectuar em Portugal fossem realizados no estrangeiro. A Ordem atestaria o mérito do currículo apresentado pelos engenheiros portugueses a tais concursos¹⁵⁴.

O problema da qualificação dos engenheiros ganharia entretanto uma outra dimensão na sequência da adesão de Portugal à CEE, a partir de 1986, e a consequente abertura das fronteiras comunitárias. As perspectivas da concorrência que se verificariam a partir de então tornavam inequívoca e inadiável a indispensabilidade de uma actualização técnico-científica constante por parte dos engenheiros portugueses. Mais do que nunca, o problema da formação permanente ocupava a ordem do dia.

Entretanto, sentiam-se um pouco por todo o panorama nacional os efeitos da desaceleração sofrida pela economia mundial durante a primeira metade da década de 80. As fortes medidas restritivas, fruto do acordo celebrado entre o governo português e o FMI, traduziram-se numa forte redução das despesas do sector público, que, apesar de algumas cambiantes, continuava a ser o empregador preferencial dos engenheiros portugueses.

Durante os cinco anos a que presidiu ao Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, a tónica dominante do discurso oficial de Teixeira Lopo foi, precisamente, a situação económica e social portuguesa. Contrariamente ao que frequentemente sucedera com os seus antecessores, o Presidente Nacional não tinha um discurso essencialmente virado para o interior da Ordem (excepto quando apresentava os “Planos de Acção”), deixando muito da resolução de questões internas a cargo dos Conselhos Directivos Regionais, o que aliás estava em inteira consonância com as grandes linhas de actuação definidas pelo Conselho Directivo Nacional.

Teixeira Lopo mostrava-se verdadeiramente preocupado com o enorme desfasamento do País em relação à OCDE, aspecto que criticaria, enfaticamente, em muitas das suas intervenções. Embora sem o carácter messiânico

de outros tempos, o Presidente Nacional acreditava caber aos engenheiros e à engenharia um papel de destaque na correcção do problema.

Empenhou-se então em projectar a importância e a competência dos engenheiros portugueses na Europa e no Mundo, cimentando a participação da Ordem em instituições internacionais como a FEANI ou o FMOI, ou solicitando a sua admissão à EUREL – Convenção das Sociedades Nacionais de Electrotécnicos da Europa Ocidental, cujo objectivo era precisamente a promoção do intercâmbio e da troca de experiências entre os seus associados nos domínios da electricidade e da electrónica¹⁵⁵.

Em Fevereiro de 1984 as Regiões Sul e Norte propô-lo-iam como candidato à vice-presidência da FEANI, eleição que venceu em Setembro do mesmo ano¹⁵⁶.

Noutra vertente, e como seria de esperar, a difícil situação financeira que o País atravessava também se sentia na vida da Ordem. Desde o exercício de 1981 que as contas do Conselho Directivo Nacional apresentavam um saldo negativo, situação que obrigou à adopção de uma série de medidas:

- a) Uniformização e aumento das quotas mensais a partir de 1 de Janeiro de 1983. O valor foi actualizado para Esc. 250\$00.
- b) Da receita do CDN passou a fazer parte 40% do valor da quotização cobrada pelas Regiões.
- c) O saldo negativo verificado no ano de 1982 deveria ser liquidado proporcionalmente pelas 3 Regiões, em função do número de membros¹⁵⁷.

A política de austeridade seguida a partir de então traduziu-se, de imediato, numa quebra da actividade cultural desenvolvida pela associação. A necessidade de reduzir despesas obrigou a que se promovessem apenas acções culturais cujos encargos fossem fundamentalmente cobertos pelas receitas geradas.

Actividade cultural da Ordem dos Engenheiros – 1982-1985

	1982	1983	1984	1985
Número de acções realizadas por ano	99	62	55	40
Número total de participantes	3734	3273	2705	1551*

* Não inclui o Congresso 85.
Fonte: *BINOE*.

No cômputo geral, grande parte das acções culturais promovidas pela Ordem dos Engenheiros era, graças ao esforço dos membros das Comissões de Especialidade, de iniciativa regional.

Acções culturais promovidas pelas Regiões (1984)

	ACÇÕES REALIZADAS		PARTICIPANTES	
	N.º	%	N.º	%
Sul	25	71	1611	69
Norte	9	26	624	27
Centro	1	3	93	4
Total	35*	100	2328*	100

Fonte: BINOE.

A apologia dessa regionalização seria feita pelo Presidente da Região Norte, em Abril de 1982, durante a tomada de posse dos corpos directivos regionais para o triénio 1982-1985: *Afasta-se em absoluto, com esta regionalização, um dirigismo central, que não tem em consideração a vontade dos Membros da Ordem, mas afastam-se também os efeitos negativos de um regionalismo egoísta, que provoca o isolamento, cria antagonismos e gera disputas estéreis de que ninguém aproveita*¹⁵⁸. Em termos gerais procurava-se como principal vantagem da descentralização promovida pelo Conselho Directivo Nacional, a maior participação dos engenheiros na sua vida associativa.

Em Maio de 1984 o Conselho Directivo Nacional deu o seu assentimento à criação de uma Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros. Dois meses mais tarde tomaram posse os primeiros corpos directivos da Delegação Regional dos Açores dependentes, financeiramente, das disponibilidades da Região Sul. Por sua vez, no Continente, a tantas vezes debatida criação de Delegações Regionais¹⁵⁹ ainda não conseguira passar do papel.

Na área da formação permanente, foram nove as especializações¹⁶⁰ que a Ordem criou durante o mandato de Teixeira Lopo: Energia Térmica, Geotecnia, Têxtil, Telecomunicações, Estruturas, Saneamento do Ambiente, Hidrologia Subterrânea, Produção e Construção Mecânica e Refinação de Petróleos e Petroquímica.

Foi também nesse tempo que se concedeu autorização de ingresso na associação aos engenheiros construtores navais, diplomados por escolas de engenharia estrangeiras; concorrendo para essa resolução o facto de a *licenciatura em engenharia naval só muito recentemente existir em Portugal*¹⁶¹.

A evolução das estruturas de ensino e a conseqüente criação de novos ramos de engenharia, levaram, também, o Conselho Directivo Nacional a autorizar o ingresso na associação de diplomados em novas especialidades.

Novas Licenciaturas

UNIVERSIDADE	FACULDADE	CURSO	ESPECIALIDADE DA ORDEM
Universidade de Aveiro	—	Engenharia Electrónica e de Telecomunicações Engenharia do Ambiente	Electrotécnica Civil/Química
Universidade de Évora	—	Engenharia Agrícola Engenharia Zootécnica	Agronómica Agronómica
Universidade do Minho	—	Engenharia Têxtil Engenharia Metalomecânica Engenharia de Produção a) Ramo Têxtil b) Ramo Metalomecânica c) Ramo Sistemas e Informação d) Ramo P. Materiais Plásticos e) Ramo Construção Civil e Obras Públicas	Mecânica/Química (opção) Mecânica Mecânica/Química (opção) Mecânica Electrotécnica Mecânica/Química (opção) Civil
Universidade Nova de Lisboa	Faculdade de Ciências e Tecnologia	Engenharia do Ambiente Engenharia Informática Engenharia de Produção Industrial: a) Ramo Const. Mecânicas b) Ramo Processos Químicos	Química/Civil (opção) Electrotécnica Mecânica Química
Instituto Universitário da Beira Interior	—	Engenharia Têxtil	Mecânica/Química (opção)

Fonte: “Novas licenciaturas e especialidades correspondentes”, in *B/NOE*, n.º 65, Julho/Agosto de 1983, p. 5.

Os licenciados em Engenharia com especialidades ainda não criadas pela Ordem eram inscritos na especialidade considerada mais adequada pela Comissão de Admissão e Qualificação Profissional.

Em meados da década de 80 a Ordem dos Engenheiros tinha mais 14 000 membros efectivos, distribuídos por três regiões administrativas.

O grosso das inscrições continuava a pertencer à Região Sul que, no final de 1984, agrupava cerca de 9000 associados. Quanto às especialidades, o maior número de ingressos continuava a verificar-se em civil, electro-técnica e mecânica.

Membros efectivos – 1976-1985

ANOS	TOTAL	PORTO	COIMBRA	LISBOA
1976	9350	2093	600	6657
1977	9570	2095	607	6868
1978	9762	2319	710	6733
1979	10 262	2443	793	7026
1980	10 943	2575	872	7496
1981	11 545	2770	966	7809
1982	12 420	2947	1079	8394
1983	13 071	3101	1184	8786
1984	13 841	3383	1260	9198
1985	14 476	3529	1350	9597

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1976-1985

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Civil	3477	3510	3899	4253	4601	4970	5404	5771	6227	6557
Electrotécnica	2127	2118	2252	2345	2495	2609	2796	2945	3092	3217
Mecânica	1484	1481	1582	1661	1783	1896	2043	2129	2267	2387
Minas	176	177	171	172	176	171	185	186	196	204
Químico-Industrial	1021	1013	1036	1020	1065	1085	1142	1156	1193	1229
Naval	20	19	20	24	23	23	32	33	34	36
Geográfica e Hidrográfica	126	119	129	130	127	126	132	135	149	156
Agronómica	589	549	556	541	556	543	552	577	599	611
Silvícola	112	96	95	91	93	92	95	97	93	96
Metalúrgica	19	19	22	25	24	30	39	42	46	51
Totais	9151	9101	9762	10 262	10 943	11 545	12 20	13 071	13 896	14 544
	%									
Civil	38,0	38,6	39,9	41,4	42,0	43,0	43,5	44,2	44,8	45,1
Electrotécnica	23,2	23,3	23,1	22,9	22,8	22,6	22,5	22,5	22,3	22,1
Mecânica	16,2	16,3	16,2	16,2	16,3	16,4	16,4	16,3	16,3	16,4
Minas	1,9	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
	%									
Químico-Industrial	11,2	11,1	10,6	9,9	9,7	9,4	9,2	8,8	8,6	8,5
Naval	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2
Geográfica e Hidrográfica	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1
Agronómica	6,4	6,0	5,7	5,3	5,1	4,7	4,4	4,4	4,3	4,2
Silvícola	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7
Metalúrgica	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros*.

A 28 de Fevereiro de 1985 realizou-se a Assembleia Eleitoral da Ordem dos Engenheiros. Na corrida à presidência da associação perfilavam-se dois candidatos: Oliveira Martins e Silva Pinto. A vitória pertenceu ao primeiro, num acto eleitoral que *terá tido uma das mais elevadas votações de sempre*¹⁶².

Por ocasião da passagem de poderes, Teixeira Lopo publicou nas páginas do *Boletim Informativo Nacional* uma mensagem de despedida onde, ao seu jeito, alertava para as dificuldades conjunturais do próximo triénio, sublinhando, uma vez mais o papel da engenharia como [...] *alavanca que permite fazer face aos desafios do futuro*¹⁶³.

- 1 Cf. RCOE, 1976, p. 2.
- 2 As informações disponíveis respeitantes ao acto eleitoral de Julho de 1976 são pouco elucidativos. No caso dos órgãos nacionais e regionais paira o desconhecimento quanto aos objectivos programáticos apresentados pelos vencedores. Cf. “Lista A dos engenheiros vence na primeira volta”, in *A Capital*, de 16 de Julho de 1976, p. 24.
- 3 A Comissão de Admissão da Ordem dos Engenheiros tomou posse a 23 de Julho de 1976 e era composta pelos seguintes membros: Artur Pinto Ravara (Civil), José António Simões Cortez (Minas), Noel Casimiro Botelho Vieira (Mecânica), António Paulo Tavares (Electrotécnica), Jerónimo Ludovico da Gama Lança (Química), Eugénio António Marques Gomes Bazenga (Metalúrgica), Manuel Rodrigues (Agronómica), Eduardo Francisco Santa Marta Caupers (Silvícola), António do Amaral Apóstolo (Geográfica) e Rogério Silva d’Oliveira (Naval). Os membros da Comissão foram repartidos por dois grupos de trabalho: um destinado a elaborar o Regulamento de Admissão (coordenado por Artur Pinto Ravara) e outro estabelecendo os critérios de admissão de engenheiros formados por escolas estrangeiras (coordenado por José António Simões Cortez). Foi ainda decidido convidar para integrarem a Comissão de Admissão as seguintes escolas e institutos de investigação: Faculdade de Engenharia do Porto, Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Estação Agronómica Nacional. Cabia, ainda, ao Presidente Nacional escolher uma quarta escola universitária ou superior de engenharia para integrar a Comissão. Veja-se AOENG, *Termos dos Autos de Posse dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo, do Conselho Disciplinar e da Comissão Revisora de Contas*.
- 4 Cf. AOENG, *CDN – Actas 1976-1980*, Acta n.º 3/76 da Reunião do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros de 23 de Setembro de 1976.
- 5 Manuel Rocha, “Natureza da Ordem dos Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 1, Junho de 1977, p. 4.
- 6 AOENG, *CDN – Actas 1976-1980*, Acta n.º 2/76 da Reunião do Conselho Directivo Nacional de 1 de Setembro de 1976.
- 7 *Idem*.
- 8 *Idem*.
- 9 *Idem*.
- 10 *DR*, III Série, n.º 163, de 14 de Julho de 1976.
- 11 A Comissão de Qualificação Profissional da Ordem dos Engenheiros tomou posse a 23 de Julho de 1976 e era constituída por: Joaquim da Conceição Sampaio, José dos Santos

- Guedes Cardoso, Acácio Marques, Alberto de Moraes Cerveira, Eduardo Guimarães d'Oliveira Fernandes, José Carlos Leão da Silva Cunha, Duarte Krus Abecasis, Joaquim Leitão da Rocha Cabral, Raul Adelino Torcato Barroca, Rodrigo Alberto Guedes de Carvalho, Henrique Vieira de Oliveira, Ricardo Manuel Simões Baião Horta, Joaquim Quelhas dos Santos, Francisco Ramos de Moura, Agnelo de Rhodes Sérgio, Nuno Pedro da Silva, António Carlos Gerken Potier Godinho e Rogério Silva de Oliveira. Veja-se *Termos dos Autos de Posse dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo, do Conselho Disciplinar e da Comissão Revisora de Contas*. Cf. Igualmente, AOENG, *CDN – Actas da Comissão de Qualificação Profissional (1976-1981)*, Acta da 1.ª reunião realizada em 9 de Novembro de 1976, p. 3.
- 12 AOENG, *CDN – Actas da Comissão de Qualificação Profissional (1976-1981)*, Acta da 1.ª reunião realizada em 9 de Novembro de 1976, p. 2.
- 13 Veja-se Manuel Rocha, “A Ordem dos Engenheiros, instituto de formação permanente”, in *BINOE*, n.º 6, Dezembro de 1977, p. 8.
- 14 AOENG, *CDN – Actas da Comissão de Qualificação Profissional (1976-1981)*, Acta da 1.ª reunião realizada em 9 de Novembro de 1976, p. 2.
- 15 AOENG, *CDN – Actas 1976-1980*, Acta n.º 2/76 da Reunião do Conselho Directivo Nacional de 1 de Setembro de 1976.
- 16 *RCDRCOE*, 1976, p. 4.
- 17 *RCCDRN*, 1976, p. 4.
- 18 Os organismos eram os seguintes: *Association Internationale Permanente des Congrès de Navigation*, *Association Internationale Permanente des Congrès de la Route*, *Association Internationale des Ponts et Charpents*, *Fédération Internationale pour l'Habitation*, *l'Urbanisme et l'Aménagement des Territoires*. Cf. *RCOE*, 1976, p. 3. As causas desta situação eram, no entanto, alheias à vontade da própria Ordem, prendendo-se, como era sublinhado pelo relatório da Região Norte, com o aumento dos vencimentos dos funcionários da Secretaria e com o agravamento das despesas correntes. Veja-se *RCCDRN*, 1976, p. 5.
- 19 Cf. Manuel Rocha, *BINOE*, *op. cit.*, p. 4.
- 20 AOENG, *CDN – Actas 1976-1980*, Minuta da Acta da Reunião do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros de 6 de Janeiro de 1977.
- 21 Sobre esta questão veja-se: Sousa Gomes, “Algumas reflexões sobre a situação do engenheiro na sociedade portuguesa”, in *BINOE*, n.º 6, Dezembro de 1977, p. 5.
- 22 Veja-se *RCOE*, 1977, p. 2.
- 23 *Idem*.
- 24 Cf. Manuel Rocha, *BINOE*, *op. cit.*, p. 4.
- 25 *Idem*.
- 26 Manuel Rocha, “A Ordem dos Engenheiros, instituto de formação permanente...”, p. 8.
- 27 Cf. J. F. Borges da Silva, “Princípios orientadores da formação do engenheiro”, in *BINOE*, n.º 5, Novembro de 1977, p. 4.
- 28 Manuel Rocha, *BINOE*, *op. cit.*, p. 4.
- 29 A nível regional as actividades de formação foram atribuídas às Comissões de Especialidade, que o Estatuto já previa. Veja-se *RCOE*, 1977, p. 3.
- 30 A Coordenação desta comissão foi entregue a um vogal do Conselho Directivo. Cf. AOENG, *Região Sul. Contas do Exercício de 1977 e Orçamento para 1978* (doravante *RCCDRS*, 1977), Lisboa, Ordem dos Engenheiros, s/d, p. 13.
- 31 Sobre esta temática veja-se: J. Ribeiro Sarmiento e A. de Campos Matos, “Objectivos do ensino de engenharia em Portugal”, in *BINOE*, n.º 5, Novembro de 1977, p. 2 e 11. Cf. ainda *RCCDRS*, 1976, p. 15. AOENG, *RCCDRS*, 1978, p. 2.
- 32 Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 249.
- 33 *Idem*.
- 34 AOENG, *CDN – Actas 1976-1980*, Acta n.º 2/77 da Reunião do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros de 28 de Janeiro de 1977.

- 35 Vide RCDRCOE, 1976, p. 3.
- 36 Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 249.
- 37 RCDRCOE, 1977, pp. 4-5.
- 38 Cf. “Os Engenheiros e a Função Pública”, in *BINOE*, n.º 2, Julho de 1977, p. 1.
- 39 RCDRCOE, 1977, p. 5.
- 40 *Idem.*
- 41 Renato Vieira Pousada foi Presidente do Conselho Directivo da Região Norte da Ordem dos Engenheiros entre 1976 e 1987.
- 42 João Antunes Bártolo foi Presidente do Conselho Directivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros entre 1976 e 1982.
- 43 Vide “Conselho Directivo Nacional”, in *BINOE*, n.º 10, Abril de 1978, p. 3.
- 44 *Idem.*
- 45 Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 166.
- 46 Cf. Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910-1990...*, p. 250. Veja-se igualmente, António Corte-Real, “A Ordem e as carreiras dos engenheiros na função pública”, in *BINOE*, n.º 10, Abril de 1978, p. 1 e p. 3.
- 47 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional”, in *BINOE*, Extra, n.º 29, Fevereiro de 1980, p. E-4.
- 48 Cf. Manuel Rocha, “Natureza da Ordem dos Engenheiros...”, p. 5.
- 49 DR, III Série, n.º 163, de 14 de Julho de 1976.
- 50 RCOE, 1976, p. 3.
- 51 *Idem.*
- 52 Cf. RCOE, 1977, p. 14.
- 53 *BINOE*, n.ºs 1 e 2, de Junho e Julho de 1977, p. 2.
- 54 Veja-se: “I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros. Congresso 77”, in *Técnica*, Ano LII, Volume XXXIX, n.º 444, de Novembro de 1977, p. 105.
- 55 Veja-se o *Diário da Assembleia da República* (doravante *DAR*), n.º 29, I série de 18 de Janeiro de 1978, pp. 1012-1020.
- 56 Cf. RCOE, 1977, p. 2. Cf. Igualmente “I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros. Congresso 77”, in *Técnica*, p. 105.
- 57 Cf. João Antunes Bártolo, “Inauguração do Congresso 77”, in *BINOE*, n.º 6, Dezembro de 1977, p. 4.
- 58 *Idem.*
- 59 António Francisco Barroso de Sousa Gomes foi ministro do Plano e da Coordenação Económica entre 23-07-1976 e 07-12-1977.
- 60 “Engenheiros reunidos em Congresso Nacional”, in *A Capital*, de 21 de Novembro de 1977, p. 20.
- 61 “I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros. Congresso 77”, in *Técnica*, p. 105 e seguintes.
- 62 *Idem.* Veja-se igualmente “Ordem dos Engenheiros realiza primeiro congresso estatutário”, in *Diário de Notícias*, de 19 de Novembro de 1977, p. 12.
- 63 Vide J.F. Borges da Silva, “A formação do engenheiro. Aspectos genéricos”, in *Técnica*, Ano LII, Volume XXXIX, n.º 444, Novembro de 1977, pp. 113-118.
- 64 *Idem.*, pp. 105-106.
- 65 *Idem.*, p. 109.
- 66 *Idem.*, p. 110. Veja-se igualmente “Congresso de Engenheiros termina hoje na Gulbenkian”, in *Diário de Notícias*, de 26 de Novembro de 1977, p. 11.
- 67 Cf. RCOE, 1977, p. 17.
- 68 O Conselho Directivo resolveu, então, que a votação para o referendo se deveria realizar simultaneamente com a votação para a eleição dos novos Corpos Gerentes da Ordem, e que teria lugar em Fevereiro de 1979. AOENG, RCOE, 1978, p. 15.
- 69 Cf. “Inauguração do Congresso”, in *BINOE*, n.º 17, Dezembro de 1978, p. 1 e p. 5. Cf. Igualmente “Congresso da Ordem dos Engenheiros abriu com mensagem de Ramalho Eanes”, in *Diário de Notícias*, de 24 de Novembro de 1978, p. 11.
- 70 “Inauguração do Congresso”, in *BINOE*, p. 5.
- 71 *Idem.*
- 72 Cf. RCCDRS, 1977, p. 13.
- 73 “Inauguração do Congresso”, in *BINOE*, p. 5.

- 74 *Vide* “Inauguração do Congresso”, in *BINOE*, p. 6. Veja-se igualmente “Novas Especializações”, in *BINOE*, n.º 16, Novembro de 1978, p. 1.
- 75 “O Próximo Referendo”, in *BINOE*, n.º 1, Extra, Junho de 1977, p. 1.
- 76 António José R. de Mexia Heitor, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Região Sul em 1977. Cf. *RCCDRS*, 1978, p. 2.
- 77 Cf. “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional”, in *BINOE*, p. E-4.
- 78 *Idem*.
- 79 *Idem*, p.E2.
- 80 “Novos Corpos Gerentes”, in *BINOE*, n.º 21, Abril de 1979, p. 6.
- 81 O estatuto de associação pública conferia-lhe algumas especificidades, sobretudo ao nível da organização administrativa que se tornaria mais descentralizada. Veja-se *DR*, II Série, n.º 222, de 26 de Setembro de 1978. Cf. igualmente “A Ordem dos Engenheiros instituição de utilidade pública”, in *BINOE*, n.º 15, Outubro de 1978, p. 8.
- 82 *RCOE*, 1977, p. 14.
- 83 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional”, in *BINOE*, p.E-3. Cf. “Novos Corpos Gerentes”, in *BINOE*, p. 7.
- 84 *Idem*.
- 85 *Idem*, pp. 7-8.
- 86 “Novos Corpos Gerentes”, in *BINOE*, p. 1.
- 87 *Idem*, p. 6.
- 88 *Idem*.
- 89 *Idem*.
- 90 “Posição da Ordem dos Engenheiros relativamente aos diplomas sobre carreiras e chefias na função pública”, in *BINOE*, n.º 24, Julho/Agosto de 1979, p. 3.
- 91 *RCDRCOE*, p. 1.
- 92 Cf. *DR*, I Série, n.º 145, de 26 de Junho de 1979.
- 93 *DR*, I Série, n.º 145, de 26 de Junho de 1979.
- 94 “Posição da Ordem dos Engenheiros relativamente aos diplomas sobre carreiras e chefias na função pública”, in *BINOE*, p. 1.
- 95 *Idem*.
- 96 Sobre este assunto veja-se Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 249 e seguintes.
- 97 Cf. *RCCDRN*, 1980, p. 5.
- 98 *Idem*.
- 99 Veja-se: “Congresso 80. Inauguração do Congresso”, in *BINOE*, n.º 31, Abril/Maio de 1980, p. 5.
- 100 *Idem*, p. 7.
- 101 *Idem*.
- 102 Veja-se o Decreto 139/80, *DR*, I Série, n.º 282 6 de Dezembro de 1980.
- 103 Cf. *RCDRCOE*, p. 1.
- 104 AOENG, “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional e Parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *BINOE*, n.º 46, Novembro de 1981, p.E4.
- 105 *RCDRCOE*, p. 1.
- 106 Cf. “Referendo para a revisão do Estatuto”, in *BINOE*, n.º 30, Março de 1980, p. 16.
- 107 *Idem*.
- 108 Veja-se “Referendo para a revisão do Estatuto”, in *BINOE*, n.º 28, Janeiro de 1980, p. 2.
- 109 Cf. *RCDRCOE* 1979, p. 1.
- 110 *Idem*.
- 111 “Referendo para a revisão do Estatuto”, in *BINOE*, n.º 30, Março de 1980, p. 16.
- 112 *RCCDRS*, p. 12.
- 113 *Idem*.
- 114 Cf. Armando Lencastre, “Referendo. Impugnação da votação realizada na Região Centro”, in *BINOE*, n.º 33, Julho de 1980 p. 7.
- 115 *Idem*, p. 8. Veja-se ainda: *RCDRCOE*, 1980, p. 3. Armando Lencastre, *op. cit.*, p. 8.
- 116 Fernando Marques Videira desempenhou funções como Presidente do Conselho Directivo da Região Sul entre 1979 e 1981.
- 117 “Referendo sobre o Estatuto da Ordem dos Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 37, Novembro de 1980 p. 1.
- 118 Cf. AOENG, *Relatório do Conselho Directivo da Região Centro Relativo a 1980...*, p. 1.
- 119 Veja-se *RCDRCOE*, 1980, p. 1.
- 120 “Empossado o novo Presidente Nacional”, in *BINOE*, n.º 38, Dezembro de 1980 p. 1. Cf. AOENG, *RCCDRN*, 1980, pp. 4-5.

- 121 *Idem*, p. 5. Veja-se igualmente o “Discurso do Presidente Nacional”, in *BINOE*, n.º 38, Dezembro de 1980, p. 5.
- 122 *Idem*.
- 123 Veja-se António Corte-Real, “Perspectivas para a Ordem dos Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 41, Abril de 1981 p. 1.
- 124 *Idem*.
- 125 *Idem*, p. 3.
- 126 Cf. decreto-lei n.º 352/81, *DR*, I Série, n.º 297, de 28 de Dezembro de 1981.
- 127 *RCDRCOE*, 1981, p. 1.
- 128 Cf. *Estatuto da Ordem dos Engenheiros (Associação Portuguesa de Engenheiros) aprovado pelo decreto-lei n.º 352/81, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, n.º 297-I Série, da mesma data*, Lisboa, Ordem dos Engenheiros, 1983, pp. 5-6.
- 129 Veja-se “Aprovado o novo Estatuto”, in *BINOE*, n.º 47, Dezembro de 1981, p. 45.
- 130 *RCCDRN*, 1981, p. 5.
- 131 *Estatuto da Ordem dos Engenheiros (Associação Portuguesa de Engenheiros) aprovado pelo decreto-lei n.º 352/81, de 28 de Dezembro...*, pp. 12-13. A primeira reunião da Assembleia de Representantes realizou-se, no Salão do Complexo de Piscinas do Estádio Municipal, em Coimbra a 9 de Novembro de 1982. Da ordem de trabalhos fazia parte a aprovação do Regulamento de Funcionamento do Conselho Directivo Nacional. Veja-se o nosso Anexo Documental.
- 132 Desde o seu discurso de tomada de posse que Teixeira Lopo deixara bem claro que havia todo o interesse em intensificar as relações da associação com as suas congéneres internacionais. Veja-se “Discurso do Presidente Nacional”, in *BINOE*, n.º 38, Dezembro de 1980, p. 6. Cf. igualmente “Visita do secretário-geral da Federação Mundial das Organizações de Engenheiros”, in *BINOE*, n.º 39, Janeiro/Fevereiro de 1981, p. 14.
- 133 Cf. “Projecto de Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional e Parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *BINOE*, n.º 56, Outubro de 1982, p. 12. Veja-se igualmente AOENG, *Actas do Conselho Directivo Nacional (3 vols.) – 1981-1983*, Acta da Reunião do Conselho Directivo de 9 de Junho de 1981.
- 134 “Linhas de Acção do CDN para 1981”, in *BINOE*, n.º 43, Julho/Agosto de 1981, p. 1 e pp. 5-7.
- 135 Veja-se “Prioridades na actividade da Ordem dos Engenheiros. Inquérito realizado na Região Centro”, in *BINOE*, n.º 44, Setembro de 1981, p. 1 e p. 4. Cf. igualmente “Projecto de Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional e Parecer do Conselho Fiscal Nacional, *op. cit.*, p. 13.
- 136 *RCDRCOE*, 1981, p. 2.
- 137 *DAR*, II Legislatura, I Série, n.º 92, Reunião Plenária de 25 de Maio de 1982, pp. 3804-3805.
- 138 António Joaquim Garras da Silva Pinto foi Presidente do Conselho Directivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros entre Abril de 1982 e Março de 1985.
- 139 *RCCDRS*, 1982, p. 3.
- 140 *Idem*.
- 141 “Presidente Nacional apresentou programa de acção para o triénio 1982/84”, in *BINOE*, n.º 51, Abril de 1982, p. 9.
- 142 *Idem*.
- 143 Sobre esta matéria veja-se: *RCDRCOE*, 1982.
- 144 AOENG, *RCDRCOE*, 1981, p. 4.
- 145 Decreto-lei n.º 8/82, *DR*, I Série, n.º 14 de 18 de Janeiro de 1982.
- 146 Cf. AOENG, *Actas do Conselho Directivo Nacional (3 vols.) – 1981-1983*, Acta da Reunião do Conselho Directivo de 25 de Maio de 1983, pp. 3-5. Cf. igualmente “Notícias do Conselho Directivo Nacional”, in *BINOE*, n.º 64, Junho de 1983, p. 10.
- 147 *Idem*.
- 148 *Idem*.
- 149 Cf. “Em Defesa do uso do título e do exercício da profissão”, in *BINOE*, n.º 66, Setembro de 1983, p. 1.
- 150 “O Engenheiro ao serviço do Homem”, in *BINOE*, n.º 55, Setembro de 1982, p. 2.

- 151 Veja-se José Cardoso dos Santos Guedes, “As Preocupações que a todos sensibilizam merecem particular atenção por parte dos engenheiros”, in *BINOE*, n.º 69, Dezembro de 1983, pp. 17-19. Cf. Igualmente Virgílio Rui Teixeira Lopo, “É Indispensável que o enorme esforço feito tenha continuidade e concretização”, in *BINOE*, n.º 69, Dezembro de 1983, pp. 20-21.
- 152 AOENG, *Actas do Conselho Directivo Nacional (3 vols.) – 1984-1985*, Acta da Reunião do Conselho Directivo de 29 de Fevereiro de 1984, pp. 5-7.
- 153 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional, Parecer do Conselho Fiscal Nacional e Orçamento para 1984”, in *BINOE*, n.º 72, Março de 1984, p. 23.
- 154 *Idem.*
- 155 Cf. “A Ordem solicita a sua admissão na EUREL”, in *BINOE*, n.º 44, Setembro de 1981, p. 3. A Ordem dos Engenheiros foi admitida na EUREL dois anos depois o seu representante era o engenheiro Carlos Alberto Almeida Loureiro.
- 156 AOENG, *Actas do Conselho Directivo Nacional (3 vols.) – 1984-1985*, Acta da Reunião do Conselho Directivo de 29 de Fevereiro de 1984, p. 8. Veja-se igualmente “Teixeira Lopo na vice-presidência da FEANI”, in *BINOE*, n.º 77, Setembro-Outubro de 1984, p. 25.
- 157 Veja-se “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional, Parecer do Conselho Fiscal Nacional e Orçamento para 1983”, in *BINOE*, n.º 60, Fevereiro de 1983, pp. 10-11.
- 158 “O Acto de posse dos corpos directivos nacionais”, in *BINOE*, n.º 51, Abril de 1982, p. 3.
- 159 AOENG, *RCDRCOE*, 1983, p. 2.
- 160 Entendia-se por “especialização” uma área restrita da engenharia contida numa especialidade ou abrangendo matérias de várias especialidades que assumiu importância científica e técnica e desenvolveu metodologia específica.
- 161 Cf. “Admissão de Construtores Navais na Ordem”, in *BINOE*, n.º 77, Setembro-Outubro de 1984, p. 30. Cf. igualmente AOENG, *Actas do Conselho Directivo Nacional (3 vols.) – 1984-1985*, Acta da Reunião do Conselho Directivo de 25 de Julho de 1984, pp. 1-6.
- 162 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional 1985. Parecer do Conselho Fiscal Nacional e Orçamento para 1986”, in *BINOE*, n.º 93, Abril de 1986, p. 5. Ver resultados das eleições em “Eleições para os órgãos nacionais e regionais”, in *BINOE*, n.º 82, Março de 1985, pp. 7-1.
- 163 Vergílio Rui Teixeira Lopo, “Mensagem de despedida”, in *BINOE*, n.º 82, Março de 1985, p. 12.



8. Mudança

1986-2011



O futuro passa por aqui: a Ordem e a Europa

Novo Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros tomou posse a 2 de Abril de 1985. João Maria de Oliveira Martins, Presidente Nacional eleito democraticamente, chefiá-lo-ia apenas durante seis meses, altura em que, convidado a integrar o elenco do X Governo Constitucional, se viu forçado a passar o testemunho ao Vice-Presidente Simões Cortez.

O engenheiro José António Simões Cortez foi Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros entre Abril de 1988 e Novembro de 1992:

PRESIDENTE NACIONAL

Presidente Nacional J. M. de Oliveira Martins

Vice-Presidente em Exercício José A. Simões Cortez

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Vice-Presidente Nacional em Exercício José A. Simões Cortez
Renato Vieira Pousada
José Manuel G. Sousa Pinto
Carlos Alberto S. Almeida e Loureiro
Luís Jacinto C. de Araújo e Silva
Rodrigo Aboim A. de Sande Lemos
José Aser Castillo Pereira

Secretário-Geral Hélio Paulino Pereira



João Maria Leitão de Oliveira Martins (1934-2011)

Licenciado em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Iniciou a sua carreira profissional em 1959 como engenheiro na Administração dos Portos do Douro e Leixões. Assessor do ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro, exerceu uma actividade intensa nos sectores da construção, transportes e comunicações. Administrador e Director-Geral da CP entre 1963 e 1970, tendo sido responsável pelos Planos de Investimento Ferroviário e pelo lançamento e coordenação do programa de renovação de 1100 Km de vias férreas, realizado entre 1968 e 1975. Membro do Conselho Directivo do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres (GEPT) e Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações (1970-1974). Em Novembro de 1981 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração dos CTT/TLP. Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros entre 1985 e 1988; suspendeu o cargo para assumir a pasta das Obras Públicas até 1990.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, no claustro do Mosteiro dos Jerónimos, em 12 de Junho de 1985.

Fonte: Divisão de Documentação Fotográfica/ IPM.

A Engenharia Portuguesa face à Ordem Jurídica da CEE.

Fonte: *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 80, Janeiro 1985, capa.



© PAULO NEGO

José António Simões Cortez (1933-...)

Licenciado em Engenharia de Minas pela FEUP, onde começou a dar aulas em 1958. Professor catedrático. Leccionou também na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Medicina do Porto. Membro do Conselho Científico-Tecnológico da CEVALOR, Presidente da Assembleia Geral da Empresa Nacional de Urânio, presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Avaliações de Engenharia entre 1991 e 1994. Presidente da Caixa de Previdência dos Engenheiros (1992-1997) e do Comité Nacional de Controlo da FEANI (1994-1998); membro da comissão organizadora da Academia de Engenharia. Presidente da Ordem dos Engenheiros entre 1988 e 1992.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Durante o mandato, os engenheiros e a sua Ordem, tal como parte do País, analisariam intensamente as consequências decorrentes da assinatura, a 12 de Junho de 1985, do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias.

Em Março, na abertura do Congresso 85, o ministro da Indústria e Energia, Veiga Simão¹, dedicou a sua intervenção ao tema da adesão de Portugal à CEE relembrando os grandes desafios económicos, sociais e culturais que o País tinha pela frente. Durante a sua alocução sublinhou, ainda, o papel, extremamente importante, que cabia aos engenheiros, [...] *elementos-chave na modernização da sociedade portuguesa*², no processo que em breve se iniciaria.

Eram tempos de crise nacional, e internacional, aqueles que se viviam quando Portugal assinou o Tratado de Adesão. Anote-se que só depois da aplicação do segundo programa de estabilização da economia portuguesa (1983-1984), realizado pela coligação dos dois maiores partidos da democracia portuguesa, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, fora possível implementar um conjunto de medidas capazes de potenciar o desenvolvimento da economia portuguesa. Numa conjuntura marcada pelo desenvolvimento tecnológico, tornava-se necessário pensar a



Mário Soares, Presidente da República, preside à sessão solene de abertura do Congresso 86 da Ordem dos Engenheiros dedicado à Engenharia Portuguesa e Integração Europeia.

Fonte: Política Geral PT/TT/DCS/02-86/1459
"Imagem cedida pelo ANTT". Autor: Abel

modernização da indústria, da agricultura e dos serviços, de forma a relançar a actividade produtiva tornando-a mais competitiva, transformação de que dependia [...] *sem reбуço a independência nacional*³.

A Ordem dos Engenheiros correspondeu ao desafio e, em Novembro de 1986, dedicou o seu congresso anual à análise do papel da engenharia portuguesa face à integração europeia. No ano do seu quinquagésimo aniversário, a associação discutiu nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, na presença de 1200 engenheiros, métodos para superar carências, e formas de reduzir as distâncias que [...] *nos separam das nações mais evoluídas da Europa*⁴.

Coube ao Vice-Presidente do Congresso, Rodrigo Sande e Lemos⁵, lembrar o que por demais se evidenciava, que o País estava longe [...] *de se poder colocar em igualdade técnica, produtiva e comercial, com os seus parceiros europeus* [...] e que, por isso, o seu mais importante [...] *recurso são, afinal, os que inovam, que ousam, que fazem mudanças, convidando a classe dos engenheiros a materializar no sector técnico tal recurso*⁶.

A modernização que se pretendia atingir passava, assim, pela investigação, pela renovação continuada do ensino e pela realização de acções de formação permanente. No quadro da política educativa, um dos desafios

colocados pela adesão era, precisamente, o reconhecimento dos diplomas portugueses no estrangeiro. Durante o encontro o Vice-Presidente em exercício, Simões Cortez, afirmava de forma peremptória que [...] *as mudanças a efectuar deverão ter em conta uma política de acertar o passo pela Europa e não permitir situações de desvantagem para os técnicos portugueses. Nesse sentido, um trabalho de fundo merecia ser efectuado ao nível das Escolas de Engenharia, com vista a definir quais os títulos a que deverão corresponder os vários diplomas das universidades portuguesas*⁷.

Desde o início da década que, através da FEANI, a Ordem vinha defendendo a equiparação dos graus de licenciado conferidos por escolas de engenharia portuguesas aos das suas congéneres europeias. A associação reconhecia, contudo, que eram as instituições de ensino portuguesas quem devia assumir uma política, conjunta e uniforme, de reconhecimento de diplomas, tendo em conta o número de anos exigidos e a matéria versada nos respectivos currículos⁸.

Esta era uma questão em aberto que a Ordem se mostrava interessada em resolver satisfatoriamente. Outras havia, como a situação dos engenheiros na administração pública, onde a flexibilidade de pontos de vista era menor. Durante o encontro, Simões Cortez bateu-se pela revisão dos estatutos das carreiras da função pública, afirmando não ser [...] *com a promoção da mediocridade, que ultimamente se tem verificado no estabelecimento das carreiras da função pública, que se consegue o desenvolvimento e o progresso por que todos anseiam*⁹. A ocasião foi aproveitada para anunciar a divulgação do *Livro Branco sobre a situação dos engenheiros na função pública*, documento que demonstrava, nas palavras do Vice-Presidente [...] *com factos e dados indesmentíveis o que tem sido a nossa cruzada, a nossa luta, em defesa dos valores da engenharia portuguesa*.

O livro reunia uma série de situações limite relatando, com indignação, a situação extrema vivida em muitos sectores da administração pública, onde persistia a subordinação de engenheiros a profissionais com menores qualificações.

A 25 de Julho do ano anterior, ainda sob a presidência de Oliveira Martins, a Ordem promovera um encontro no LNEC com o objectivo

DIÁRIO NACIONAL

Iniciados os trabalhos do congresso

Livro branco descreve situação dos engenheiros na Função Pública

• Ordem distinguida com condecoração

O Presidente da República, Mário Soares, condecorou a Ordem dos Engenheiros com o título de membro honorário da Ordem do Infante Dom Henrique.

A CONDECORAÇÃO foi entregue na sessão de abertura do Congresso da Ordem no seu vice-presidente nacional, Simões Cortês, o qual, no discurso inaugural do encontro, defendeu a revisão dos estatutos das carreiras da função pública.

«Relativamente às carreiras tem-se vindo a assistir, nos últimos 10 anos, à sua progressiva degradação, com manifesto prejuízo dos engenheiros», disse.

Depois de salientar que a classe dos engenheiros está a ser prejudicada em relação a outras profissões, Simões Cortês explicou que «isto é com a promoção da multicondição, que ultimamente se tem verificado no estabelecimento das carreiras da função pública, que se consegue o desatualização e o progresso por que todos desejamos».

Nesse sentido, o vice-presidente nacional da Ordem dos Engenheiros anunciou a distribuição do Livro Branco sobre a situação dos engenheiros na função pública.

«Ele está para demonstrar com factos e dados indeneáveis o que tem sido a nossa situação, à nossa luz, um defe-



Na mesa da presidência da sessão de abertura do congresso, além de Mário Soares sentaram-se os ministros Euzébio de Melo, Mica Amaral e Oliveira Martins, reconhecendo-se ainda o presidente da ODE, Nuno Abecassis

to dos valores da engenharia portuguesa», acrescentou.

Classificando a edição do documento como «marco histórico da Ordem», Simões Cortês afirmou que a instituição «está reclamando, quase sempre sem sucesso, contra as frequentes distorções introduzidas nessa matéria pelos sucessivos Governos».

Simões Cortês anunciou depois a criação de grupos de trabalho distribuídos pelas três regiões da Ordem (Norte, Centro e Sul) com a incumbência de estudar um novo código deontológico da classe.

O anterior, que carece de actualidade — salientou —, data

de 1976.

Os resultados dos grupos de trabalho visam, especifico Simões Cortês, melhorar o código existente tomando-o mais expeditivo em si realidade actual do país que se encontra integrado na CEE e que por isso «se vê confrontado com novos parâmetros da sua prática profissional».

Acresce do papel da engenharia portuguesa perante os desafios decorrentes da adesão à CEE, o vice-presidente da Ordem defendeu que se parasse no estrangeiro que os graus de licenciatura passados pelas escolas portuguesas sejam reconhecidos como diplomas de fim

de estudos, por forma a não prejudicar os engenheiros portugueses comparativamente com os seus colegas de outros países.»

Para Sande e Leitões, presidente da região sul da Ordem e presidente do congresso, cabe aos engenheiros portugueses um papel fundamental para que o desafio representado pela adesão comunitária seja vencido. «Os engenheiros portugueses não a criação real da produção, são os conhecedores das tecnologias de produção, são os orientadores do processo produtivo, são também os gestores das estruturas produtivas», disse.

Notícia de imprensa sobre a situação dos engenheiros na Função Pública.

Fonte: "Livro branco descreve situação dos engenheiros na Função Pública", in *Diário de Notícias*, n.º 42 984 de 25 de Novembro de 1986, p. 4.

de analisar a reestruturação das carreiras da Administração Pública, consagrada pelo decreto 248/85 de 15 de Julho¹⁰. A associação exprimira então a sua forte apreensão pelas consequências gravosas que daquela reestruturação poderiam advir para a carreira dos engenheiros com inerente desprestígio do ensino que os licenciados recebem, o desincentivo pelas carreiras universitárias, o congelamento da admissão de novos engenheiros, a diminuição de expectativa de promoção dos actuais técnicos superiores e a criação de conflitos institucionais, designadamente na subordinação dos engenheiros a direcções técnicas exercidas por profissionais com menores qualificações, situação ímpar e paradoxal no contexto da organização profissional em Portugal¹¹.



Congresso 86 da Ordem dos Engenheiros (24 e 28 Novembro).
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Este clamor indignado surtiu pouco efeito junto do poder político. O secretário de Estado da Administração Pública, San Bento Menezes, terá mesmo classificado a posição da Ordem de retrógrada, afirmando que a associação estava a [...] *hipervalorizar as qualificações académicas quando nos tempos modernos elas ficam em segundo plano*¹².

Foi então criado um Grupo de Trabalho, coordenado por Oliveira Faria, que, entre as inúmeras iniciativas desenvolvidas, procurou sensibilizar o poder político para as vantagens da criação de uma carreira específica para engenheiros do interior da administração pública.

Outra questão que começava a preocupar a Ordem era a revisão do código deontológico dos engenheiros. As normas que regiam os direitos e deveres da classe datavam de 1976, necessitando, por isso, de algumas adaptações de modo a torná-las [...] *mais consentâneas com as realidades actuais dum país que se encontra integrado na CEE e que por isso se vê confrontado com novos parâmetros da sua prática profissional*¹³. Simões Cortez anunciou então a criação de grupos de trabalho, distribuídos pelas três regiões da Ordem, a quem competiria estudar o novo código deontológico.

Comissão de Revisão do Código Deontológico

João Antunes Bártolo (Presidente)	César Máximo
Fernando Marques Videira	Carlos Furtado de Oliveira
Luís Aires Barros	Daniel Rodrigues
António Couto Soares	Aristides Rosa Neto
José Soares da Fonseca	

O Congresso 86 serviu também para recapitular problemas que há muito a associação vinha analisando. A integração europeia dera-lhes um novo enquadramento, impondo que as soluções encontradas fossem tomadas em presença não só da realidade nacional mas, sobretudo, do espaço comunitário.

A nível interno, 1986 constituiu outro marco na já longa história da Ordem. Em Junho daquele ano, e por proposta da Comissão Encarregada da Publicação do *Boletim Informativo*, foi editado o primeiro número da

Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros. Herdeira do *Boletim Informativo Nacional*, a *Ingenium* era, nas palavras de Simões Cortez, uma consequência da integração europeia: *Com a nossa recente adesão à Comunidade Económica Europeia, a Ordem dos Engenheiros viu as suas responsabilidades acrescidas, em resultado dos alargamentos intensivo e extensivo do seu âmbito de actividades. Este facto obriga a dispor de meios de informação mais completos e adequados a essa nova realidade, para além de exigir um maior empenhamento de todos os Colegas na sua utilização*¹⁴.

Foi através da nova revista que, em Junho de 1986, se divulgou a notícia do convite entretanto dirigido pelo Governo português à Ordem dos Engenheiros, solicitando a apresentação da sua candidatura a um dos 12 lugares da representação portuguesa no Comité Económico e Social. A Ordem entendeu a escolha como o *reconhecimento público da sua importância na valorização socioeconómica do País, onde muitos dos seus membros desempenham papel de elevada responsabilidade*¹⁵.

Há alguns anos que a associação vinha mantendo uma colaboração estreita com vários organismos internacionais no domínio da engenharia. Em 1986, por iniciativa do *Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales e Puertos*, de Espanha e da *Institution of Civil Engineers* do Reino Unido, foi criado o Comité Europeu dos Engenheiros Civis, no qual a Ordem passou também a participar com o estatuto de observador. Um ano mais tarde, foi convidada a apresentar a sua candidatura à Presidência da EUREL.

Entretanto, em 1987 a FEANI aprovou os seus novos Estatutos e um Regulamento interno, criando o título de “Engenheiro Europeu” “EUR-ING”¹⁶. A iniciativa foi acolhida com pouco entusiasmo por várias



Primeiro número da revista *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

associações de engenheiros europeias: o pomo da discórdia prendia-se com a definição de euro-engenheiro proposta pela Federação, que abrangia os engenheiros de formação universitária e os de formação técnica.

Alertada pelo Comité de Engenheiros Civis Europeus, e apesar do apoio inicialmente demonstrado, a Ordem dos Engenheiros foi uma dessas vozes críticas. No *Relatório do Conselho Directivo* da Região Sul ficou mesmo registado que ao aceitar essa definição [...] *a Ordem dos Engenheiros dava a sua concordância à eliminação da distinção entre as qualificações profissionais dos Engenheiros e Engenheiros Técnicos e deste modo anulava os argumentos com que [...] se tem defendido a distinção de competências profissionais entre os dois graus*¹⁷. Decidiu, então, e com o apoio do Conselho Directivo Nacional tomar as seguintes medidas:

1. *Suspender a sua adesão ao título de “Euro-Engenheiro”, pela forma defeituosa como fora interpretado, na reunião de Paris, o registo para inscrição no Grupo 1 da FEANI.*
2. *Dar do facto conhecimento ao Secretário de Estado da Integração Europeia, a fim de se evitar a inclusão numa Directiva para Engenheiros, de diplomados por escolas que não possuíssem o nível universitário.*
3. *Informar a FEANI da decisão agora tomada e estender essa comunicação a todos os comités nacionais*¹⁸.

Protestos à parte, os primeiros diplomas foram entregues em Paris, na solenidade da Sala dos Espelhos do Senado Francês, em Outubro de 1988. Teixeira Lopo, antigo Presidente Nacional da Ordem, foi um dos engenheiros agraciados.

A nível académico, a Ordem iniciou uma luta junto da FEANI com vista à admissão no registo europeu das profissões técnicas superiores das novas escolas universitárias de engenharia portuguesas. Simultaneamente solicitou ao ministro da Educação que incluísse a Ordem dos Engenheiros em Grupos de Trabalho destinados a promover as ligações entre a engenharia portuguesa e a Comunidade Económica Europeia.

O objectivo final de todas estas movimentações era conferir aos diplomados a possibilidade do exercício de uma actividade profissional, a título independente ou como assalariado, em qualquer Estado-membro e de acordo com as habilitações profissionais obtidas no seu próprio país.

Para facilitar a livre circulação de profissionais, a Comunidade Europeia tinha promulgado um conjunto de medidas sectoriais, ou até por profissão, tendo-se então adoptado directivas específicas para médicos, veterinários, dentistas, farmacêuticos, parteiros, arquitectos, etc. No seguimento dessa actuação, em Dezembro de 1988 o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia aprovou uma directiva geral englobando todos os diplomas não abrangidos pelas directivas sectoriais que certificassem um ensino de nível superior com uma duração mínima de 3 anos. A profissão de engenheiro inseria-se nesta directiva geral. Até ao início dos anos 90 todas as tentativas para elaborar uma directiva específica para engenheiros tinham falhado, justificando-se o fracasso, no entendimento do Presidente do CLAIU (Comité de Ligação das Associações de Engenheiros Universitários da Europa) pelo facto de *determinados grupos de engenheiros e determinados países terem querido aproveitar a oportunidade de uma directiva específica para introduzir reestruturações fundamentais na formação e na profissão, modificações que a maioria dos engenheiros não quer [...]*¹⁹.

A integração na CEE exigia também novas disposições que regulamentassem o comportamento profissional do engenheiro. A actualização do Código Deontológico revestia-se, agora, de uma nova actualidade.

Foi em boa medida nesse sentido que, em Abril de 1987, o Grupo de Trabalho do Código Deontológico promoveu a realização na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, de um Ciclo de Painéis subordinado ao tema *Ética e Engenharia*.

O engenheiro era crescentemente chamado a desempenhar funções na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Este

RELATO DO TEMA GERAL

O Engenheiro no quadro da C. E. E.

Eng.º V. R. Teixeira Lopo

I — INTRODUÇÃO

A preocupação de analisar, nos seus múltiplos aspectos, a actuação do engenheiro português no quadro da CEE — quadro este em continua mutação — tem, naturalmente, a oportunidade que as circunstâncias lhe conferem e a importância e a responsabilidade que a construção do futuro por este projecto impõe.

Preside-se através do Congresso, examinar, esclarecer e aprofundar a problemática:

- do direito de estabelecimento
- da liberdade de prestação de serviços
- da livre circulação de engenheiros vinculados por contratos de trabalho
- dos empreendimentos comuns (joint ventures)
- do acesso à inovação tecnológica
- do jovem engenheiro
- da formação científica, técnica e prática do engenheiro — qualidade do "produto final"

ainda a questão:

- da obrigatoriedade de inscrição na Ordem

A análise das contribuições para o exame e discussão deste tema, constitui a constatação da vantagem de se dispor de um conjunto de elementos de base relativos à conjuntura que condiciona a actividade da Engenharia Portuguesa no futuro próximo, com particular realce para os aspectos comparativos com o conjunto dos países da Comunidade.

Nestas condições, somam-se em consideração alguns elementos que poderão permitir uma análise mais objectiva do tema proposto — a actuação do engenheiro português no quadro da CEE.

II — A INTEGRAÇÃO DO PAÍS NA CEE E A ENGENHARIA PORTUGUESA


II.1 — Situação económica geral

Seleccionaram-se, de trabalhos recentes (1), pela sua importância e especificidade, os seguintes:

- A Estrutura do Produto Nacional

(1) — De "National Innovation Policies — The Portuguese Industry" e "Estado Superior e Desenvolvimento Industrial", pelo autor.

32



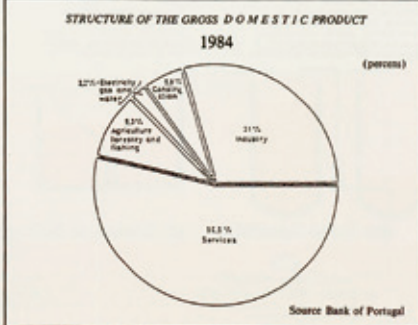
A mesa do Tema Geral

- A Estrutura do Emprego
- A Distribuição do Produto e a Ligação com a Produtividade

Verifica-se:

- a incidência reduzida da agricultura e da floresta
- a persistência de uma ocupação na agricultura e na floresta muito elevada (24,5% e com baixa produtividade)
- a distorção na distribuição do produto, em que a deslocação da posição relativa dos rendimentos do trabalho se radica fundamentalmente em factores ligados à produtividade no seu sentido mais lato.

STRUCTURE OF THE GROSS DOMESTIC PRODUCT 1984 (porcentos)



Source Bank of Portugal

Ingenium — Revista da Ordem dos Engenheiros, Dezembro / 1986

Os engenheiros e a CEE.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5, Dezembro de 1986, p. 28.

novo enquadramento tornava a arte do engenheiro cada vez mais complexa e diversificada, pelo que o novo documento dificilmente poderia contemplar todas as situações, obrigando a Comissão Revisora a [...] *sistematizar um pequeno número de normas gerais que orientem os engenheiros, supostamente bem formados, na sua actuação concreta*²⁰.

Foram três os objectivos que o Grupo de Trabalho se propôs atingir quando elaborou a proposta do novo Código Deontológico:

- › *Conseguir um código que situando-se no plano dos princípios, identificasse com extensão adequada o conjunto das exigências éticas postas aos engenheiros, susceptível de enquadrar o exercício da sua profissão num mundo caracterizado pela mudança e importância crescente das tecnologias;*
- › *Conseguir um código que seguisse na medida do razoável a agregação de matérias adoptadas por outras associações de engenheiros, designadamente FEANI;*
- › *Finalmente, conseguir que existisse clara sintonia entre a classe profissional e a Comissão quanto à selecção das questões e de valores fundamentais a abranger no Código*²¹.

O novo Código Deontológico dos Engenheiros foi entregue ao Conselho Directivo Nacional durante o ano de 1987: o passo seguinte era garantir a sua aprovação em referendo.

A verdade é que crescia a consciência de que a integração europeia impunha uma melhoria na formação dos quadros técnicos superiores não sendo portanto de estranhar que a questão da qualificação profissional, ganhando novos contornos, passasse a merecer redobrada atenção por parte da Ordem.

Segundo os Estatutos, um dos objectivos fundamentais da associação era justamente a outorga de níveis de qualificação profissional: C1, C2, CL, L1 e L2 atribuídos a diplomados com um curso universitário que conferisse o grau académico de licenciado (categoria C) ou a diplomados com um curso superior, de nível universitário, com uma duração não inferior a 4 anos, tendo como condição curricular o curso secundário exigido pelo acesso aos cursos universitários (categoria L)²². O Conselho Directivo não deixaria, no entanto, de alertar para o desinteresse generalizado da classe relativamente à atribuição de tais níveis, situação que

considerava grave [...] sobretudo, se se tiver em conta que Portugal está actualmente inserido na Europa comunitária onde o direito de estabelecimento e o exercício da profissão irão necessariamente passar pelas qualificações e níveis profissionais de cada técnico²³.

Ao insistir na qualificação profissional, a Ordem procurava que o engenheiro português estivesse equiparado ao seu congénere europeu [...] não podendo ser prejudicado ou postergado, na análise comparativa que venha a ser feita pelas entidades públicas ou privadas desses estados membros²⁴. O que acabava por estar em causa era a internacionalização da sociedade e o reforço da competitividade da economia portuguesa no quadro comunitário.

Entretanto, a Ordem tinha apresentado ao Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu um projecto de acções formativas para licenciados em engenharia trabalhadores em pequenas e médias empresas; mas a proposta fora reprovada, com base no argumento de que as acções contempladas não eram elegíveis nem prioritárias. Nas páginas do *Relatório e Contas* da Ordem dos Engenheiros ficou registada a indignação com que a decisão foi acolhida pela associação: *A Ordem não pode de modo algum sujeitar-se a situações desta natureza, dada a importância e o prestígio de que goza e o esforço de valorização permanente que ao longo dos anos vem realizando e que os valores anteriormente apontados facilmente demonstram*²⁵.

Noutro registo, associada à integração na CEE, estava também a implementação, nos diferentes sectores da actividade económica, de um conjunto de programas estruturais específicos. A Ordem manteve-se atenta a esses projectos, promovendo sessões de esclarecimento, onde procurava analisar o seu impacto no tecido económico português.

Durante o segundo semestre de 1988 foram promovidos, por iniciativa da Região Sul, uma série de debates sobre um desses programas, o PEDIP, Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, que tinha sido aprovado no início do ano pelo Conselho de Ministros dos 12. As sessões presididas pelo ministro da Indústria e Energia, Mira



Novo projecto de Código Deontológico.

Fonte: "Ética e Engenharia Projecto de Novo Código Deontológico" in *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 12, suplemento, Julho/Agosto de 1987.

Amaral²⁶, deram a conhecer alguns dos objectivos do PEDIP que, segundo a Região Sul, passavam pela [...] *implementação de uma estratégia industrial que, procurando a muito curto prazo defender e modernizar o que temos, permite ao mesmo tempo o avanço para novos produtos, novos processos de fabrico enquadrados na perspectiva de médio-longo prazo*²⁷.

A Ordem somos todos nós: as Delegações Regionais

O artigo 24.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros determinava a criação de uma Delegação em cada distrito administrativo. De acordo com o Conselho Directivo Nacional, a criação de Delegações Regionais era [...] *uma forma de levar a voz da Ordem a locais mais afastados, por forma a facilitar o diálogo com os membros aí residentes a respeito de problemas profissionais que lhes digam respeito*²⁸. O seu representante deveria participar na vida associativa, na qualidade de membro da Assembleia de Representantes.

A verdade é que, com excepção da Região Sul, a participação dos engenheiros nas actividades da Ordem era bastante reduzida a nível regional. O alerta para o problema foi dado pela Região Norte e chegou sob a forma de apelo ao desenvolvimento da actividade associativa: *tal circunstância é tanto mais preocupante, quanto é certo que à nossa Associação Profissional cabe um conjunto de missões e de acções que só com a cooperação de todos será possível concretizar com êxito. Efectivamente, a Ordem dos Engenheiros será aquilo que os seus membros lhe quiserem dar em colaboração*²⁹.

A 22 de Novembro de 1985, em reunião extraordinária, a Assembleia Regional da Região Centro aprovou por unanimidade a criação de delegações distritais em todos os distritos da região. Em Março, o Conselho Directivo Nacional deliberou que o acto eleitoral se deveria realizar no dia 16 de Junho de 1986.

Simões Cortez considerou a instituição das primeiras Delegações Regionais um marco histórico na vida e actividade da Ordem, não deixando, contudo, de lembrar que a [...] *descentralização que se deseja e apoia como fonte de associativismo, criatividade e participação, não deverá ser interpretada como eventual causa de divisionismo*³⁰.

Tomada de posse dos delegados da Região Centro

DATA DA TOMADA DE POSSE	DISTRITO	DELEGADO
7 de Novembro de 1986	Aveiro	Manuel Tavares da Conceição
8 de Novembro de 1986	Viseu	António Neves da Luz Rainho
8 de Novembro de 1986	Guarda	Luís Virgílio Martins Anastácio
9 de Novembro de 1986	Castelo Branco	João dos Santos Ramalho Eanes
9 de Novembro de 1986	Leiria	David José da Silva

Fonte: RCDRCOE, p. 4.

Durante o ano 1988 foi criada a primeira Delegação da Região Norte. A 14 de Outubro, Mário Romeu Gonçalves Ferreira Mendes tomou posse do cargo de Delegado Regional de Vila Real.

Há já algum tempo que os membros da Ordem dos Engenheiros residentes na Região Autónoma da Madeira vinham demonstrando interesse em instalar uma Secção Regional da Ordem naquela Ilha. Em 1985 tinha sido constituída uma Comissão Instaladora representada pelos engenheiros Arlindo Cipriano Oliveira, Manuel de Sousa Pita e Alberto Homem Ferreira, que ficara incumbida de preparar as eleições para os órgãos regionais³¹.

A Assembleia Eleitoral realizou-se a 25 de Outubro de 1985, apresentando-se uma única lista a sufrágio. Em Março do ano seguinte, numa cerimónia que contou com a presença do Vice-Presidente Nacional em exercício, Arlindo Cipriano de Oliveira foi empossado Presidente do Conselho Directivo da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros³².

Inspirados pelo exemplo madeirense, os Açores resolveram transformar a sua Delegação em Secção Regional. As eleições para os novos corpos dirigentes tiveram lugar em Fevereiro de 1988, em simultâneo com as eleições ordinárias de âmbito nacional e regional.

A presidência de Simões Cortez ficou ainda marcada pela comemoração do 50.º aniversário da criação da Ordem dos Engenheiros. Festejada



Comemoração dos 50 anos da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Mário Soares, Presidente da República, agracia a Ordem dos Engenheiros com a comenda da Ordem do Infante.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5 de Dezembro de 1986, p. 15.



com assinalável relevo, a data foi aproveitada pelo Presidente da República, Mário Soares, para agraciar a associação com o título de Membro Honorário da Ordem do Infante.

As bodas de ouro da Ordem também não foram esquecidas pelo Parlamento. Pela voz do deputado do PRD, Sá Furtado, o hemiciclo recordou o empenho da associação no progresso da engenharia e a aposta da Ordem no aperfeiçoamento profissional e permanente dos engenheiros, concluindo que tudo fora feito com o [...] *objectivo último da elevação do nível material, social e moral de todos os Portugueses*³³.

Nas sedes das três regiões da associação, a data constituiu oportunidade para a realização de uma série de palestras, denominadas *Jornadas de Ouro da Engenharia Portuguesa*, proferidas [...] *por alguns engenheiros cujo passado contribuiu de forma marcante para o que foi o papel da engenharia portuguesa, aos níveis nacional e internacional, ao longo destes 50 anos*³⁴. No total foram realizadas 36 conferências.

Foi também por ocasião do 50.º aniversário da Ordem dos Engenheiros que o Conselho Directivo Nacional instituiu o Dia Nacional do Engenheiro, *destinado a distinguir, anualmente, todos aqueles que no exercício da profissão têm contribuído para o prestígio e valorização da engenharia portuguesa*³⁵.

Por fim, foi durante esse ano que se confirmou a aquisição à Câmara Municipal de Lisboa, pelo preço de 717 000\$00, de uma parcela de terreno contíguo à fachada nobre da Sede da Ordem. De acordo com a edilidade lisboeta a parcela era destinada, exclusivamente, a logradouro do prédio [...] *comprometendo-se a Ordem a dar-lhe um tratamento condigno, de modo a valorizar a fachada nobre do edifício*³⁶.

Ao longo de cinquenta anos de vida, a Ordem modernizou-se, adaptando-se ao evoluir e às exigências dos tempos. Em 1985 a Região Sul iniciara o carregamento dos ficheiros e o processamento informático para o lançamento das quotas, dois anos mais tarde adquiria novos computadores³⁷.

À semelhança do que vinha acontecendo com a sociedade em geral, as novas tecnologias assumiriam, gradualmente, uma importância significativa na vida da Ordem. Em 1988 a associação dos engenheiros portugueses escolheu como tema principal do seu congresso anual “A Engenharia Portuguesa – Ano 2000”. Ao longo de cinco dias, nas instalações do Hotel Meridien da cidade do Porto, a associação analisou a aplicação e o impacto de novas técnicas e tecnologias nos diversos ramos da engenharia. A dimensão dos desafios a que os engenheiros, e a engenharia, tinham que responder mudara radicalmente o conteúdo e a prática da profissão.

Noutro sentido, porém, durante estes anos que alguns apelidaram de “ouro” para a Ordem, foi-se assistindo ao acentuar do declínio da actividade desenvolvida por algumas Comissões Culturais, nomeadamente, Electrotécnica, Agronómica e Naval. Tendência que comprovava o peso diminuto que as especialidades vinham ocupando na organização institucional da Ordem dos Engenheiros.

Colocava-se de novo a necessidade de reflectir sobre a natureza e a actividade da Ordem, tornando uma vez mais instante a revisão e actualização dos Estatutos às condições envolventes. Desde logo, tornara-se imprescindível reequacionar o peso real das regiões na Direcção Nacional da Ordem e avaliar os meios indispensáveis à valorização das especialidades.



Congresso de 1988 da Ordem dos Engenheiros realizado no Porto entre 18 e 22 Janeiro.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Novamente o Estatuto...

A 29 de Fevereiro de 1988 realizaram-se eleições para os órgãos nacionais da Ordem dos Engenheiros. Sem surpresas, Simões Cortez foi eleito Presidente Nacional e João de Queiroz Vaz Guedes Vice-Presidente.

Os membros do Conselho Directivo Nacional eram então os seguintes:

Presidente Nacional	José A. Simões Cortez
Vice-Presidente	João de Queiroz Vaz Guedes
	Carlos Eugénio Pereira de Brito José Manuel Guerra de Sousa Pinto António de Oliveira Teles Corte-Real Luís Jacinto Carvalho de Araújo e Silva Rodrigo Aboim A. de Sande e Lemos Manuel de Mendonça Tavares da Silva
Secretário-Geral	Hélio Paulino Pereira

O problema da revisão estatutária adquiriu, como se verá de seguida, lugar de destaque durante o novo mandato.

Ainda em Fevereiro de 1989 a *Ingenium* noticiou a constituição de uma Comissão formada por representantes das três regiões, incumbida de proceder *no mais curto espaço de tempo possível, à elaboração dum projecto de Estatuto a ser submetido a um referendo de âmbito nacional*³⁸.

Constituição da Comissão Nacional de Revisão dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros

Presidente	António Silva Pinto
Representantes da Região Norte	César Máximo e António Quadros Flores
Representantes da Região Centro	Zéfiro Rodrigues e João C. da Silva Ramos de Carvalho
Representantes da Região Sul	João A. Ferreira Lamas e Francisco Sousa Soares.

Fonte: "Revisão do Estatuto da Ordem", in *Ingenium*, n.º 27, Fevereiro de 1989, p. 69.

**PROPOSTA DE ESTATUTOS
"MODERNIZAR A ORDEM VALORIZANDO AS ESPECIALIDADES"**

Listagem dos Artigos alterados na versão final (5 MAR 1990)

ARTIGO 10º (ex-17)

- 1- A inscrição na Ordem far-se-á na Região ou **Secção Regional** do domicílio profissional do candidato.
- 2- Contudo, poderá o Conselho Directivo Nacional autorizar que a inscrição se faça em região diferente, de acordo com os interesses do candidato, à luz dos objectivos da Ordem.

ARTIGO 14º (novo)

Como membros colectivos poderão filiar-se na Ordem colectividades que com ela estabeleçam acordo escrito aprovado pelo Conselho Directivo Nacional e satisfaçam as seguintes condições:

- a) Desenvolvam actividade relevante de formação, investigação ou difusão do conhecimento em área predominantemente de engenharia;
- b) Pelo menos 50% dos seus membros sejam inscritos como membros da ordem;

ARTIGO 15º (ex-21)

- 1- A Ordem dos Engenheiros organiza-se em dois âmbitos: territorial e por especialidades, constituídas em Colégios, tal como definidas no Art.36º.
- 2- A Ordem organiza-se, territorialmente, a 2 níveis:
 - a) Nacional;
 - b) Regional;
- 3- Os Colégios agrupam os engenheiros de cada especialidade. Um mesmo colégio pode associar mais do que uma especialidade se essa associação tiver o voto maioritário de cada uma das especialidades interessadas.

ARTIGO 18º (ex-24)

- 1- Como escalão organizativo da Ordem poderão ser criadas delegações distritais com base territorial nos actuais distritos administrativos, por vontade expressa de, pelo menos, 50% dos membros ali residentes e aprovação pela respectiva Assembleia Regional.
- 2- Não poderão ser criadas delegações distritais nas áreas onde estiverem instaladas as sedes das regiões ou em distritos que não disponham de, pelo menos, 40 membros da Ordem.
- 3- Nas Secções Regionais poderá ser criada uma estrutura própria com base em ilha ou grupo de ilhas, por vontade expressa de pelo menos 50% dos membros ali residentes e aprovação pela respectiva Assembleia Regional.

Proposta de Estatutos: *Modernizar a Ordem Valorizando as Especialidades.*

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 34, Ano IV, Novembro 1989.

A Comissão apresentou o seu estudo no final de 1989, apontando para a divulgação de duas propostas de revisão dos Estatutos: uma da iniciativa do Conselho Directivo da Região Sul intitulada: “Por uma Ordem mais forte, coesa, e actuante”, e outra da autoria de membros das três Regiões denominada “Modernizar a Ordem valorizando as especiali-

dades”. O Conselho Directivo entendeu não lhe competir [...] *tomar qualquer posição sobre o mérito das citadas propostas, tendo resolvido limitar a sua actuação à divulgação das mesmas [...] por forma a permitir a sua apreciação nas reuniões de esclarecimento e debate [...]*³⁹.

As duas propostas divergiam em três pontos principais: a organização interna, a questão do poder e a representatividade. O quadro seguinte sintetiza as soluções preconizadas pelas duas propostas relativamente a cada uma das três rubricas referidas, comparando-as com o que os Estatutos definiam:

Comparação dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros e análise das propostas apresentadas a referendo

ANO DOS ESTATUTOS	ESPECIALIDADES	CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL	ASSEMBLEIA
1936	Secções por especialidade. Presidentes das secções eleitos por cada especialidade.	Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Presidente das especialidades.	Todos os engenheiros. Sede em Lisboa.
1956	Conselhos culturais regionais. Presidentes dos conselhos são membros dos Conselhos Regionais.	Bastonário, Presidentes das regiões, vogais das especialidades (Secções).	25 da Região Sul, 15 do Centro e 20 do Norte, com distribuição por especialidades especificada. Elege o Bastonário.
1976	Nada previsto.	Presidente Nacional e Presidentes e Secretários das regiões.	Todos os engenheiros (Congresso).
1981	Coordenadora cultural, comissões culturais. Comissões de especialidades regionais.	Presidente Nacional e Presidentes e Secretários das regiões.	15 da Região Sul, 5 do Centro e 10 do Norte e membros por inerência (12 + até 15 delegados distritais).
Proposta “Modernizar a Ordem, valorizando as especialidades”	Colégios Nacionais com conselhos regionais. Conselho Coordenador nacional.	Presidente Nacional, Vice-Presidente e Presidentes e Secretários das regiões.	24 da Região Sul, 6 do Centro e 12 do Norte, com distribuição pelos Colégios, e membros por inerência (22 + até 15 delegados distritais).
Proposta “... Por uma Ordem mais forte, coesa e actuante”	Comissões culturais regionais. Extingue a coordenadora, as comissões e o Secretariado Cultural ao nível nacional.	Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Presidentes das regiões.	19 da Região Sul, 3 do Centro e 6 do Norte. 18 membros por inerência sem direito a voto. Não inclui delegados distritais.

Fonte: *Ingenium*, n.º 37, Fevereiro de 1990, p. 87.

Um dos aspectos interessantes da proposta “Modernizar a Ordem, valorizando as especialidades” tinha a ver com a diferenciação profissional entre a Ordem dos Engenheiros e as restantes associações profissionais. Partindo do pressuposto que, contrariamente ao que acontecia com

os médicos ou os advogados, dificilmente poderia haver uma profissão de engenheiro, os subscritores defendiam a descentralização da Ordem no plano profissional: *o facto da Ordem agrupar todos os Engenheiros tem grandes vantagens, que urge preservar, mas tem desvantagens, cada vez mais notórias face às crescentes exigências de especialização e formação contínua, ou actualização, que importa reduzir [...]*⁴⁰.

O documento propunha ainda as seguintes alterações: [...] *as Comissões Culturais e as Comissões de Especialidade são transformadas para dar lugar a Colégios, a nível nacional, agrupando as especialidades, tendo cada Colégio um Presidente e um Conselho próprios. Os presidentes dos Colégios formam o Conselho Coordenador dos Colégios, ao que preside, tal como ao Conselho Directivo Nacional, o Bastonário. Os chamados Coordenadores Regionais de Colégio têm uma dupla função: representam a região no Conselho do Colégio e representam o Colégio no Conselho Directivo da Região. Fica assim garantida uma boa interligação entre o âmbito regional e âmbito das especialidades*⁴¹.

Já a proposta “Por uma Ordem forte, coesa e atuante”, liderada por Rodrigo Sande Lemos e António Ressano Garcia Lamas, ia no sentido oposto, sugerindo a extinção, a nível nacional, das Comissões Culturais, da Comissão Coordenadora Cultural e do Secretariado Cultural. Estas modificações não conferiam qualquer espécie de autonomia às especialidades de engenharia, colocando-as na dependência directa do Conselho Directivo Nacional.

Em suma, enquanto a proposta “Modernizar a Ordem Valorizando as Especialidades” partia da reestruturação interna, pela valorização das especialidades, para revitalizar a Ordem, a sua opositora considerava que a renovação da associação passava pela criação de um poder centralizado e forte⁴².

As alterações ao Estatuto⁴³ foram aprovadas em referendo, a 5 de Abril de 1990. O Projecto A – “Modernizar a Ordem Valorizando as Especialidades”, com liderança de Luís Sousa Lobo, saiu vencedor, recolhendo 51% dos votos.

Resultados da votação da alteração estatutária referendada a 5 de Abril de 1990

	Região Sul	Região Norte	Região Centro	Secção Regional da Madeira	Secção Regional dos Açores	Total
Número de votantes	2371	1087	412	49	46	3965
Projecto A – “Modernizar a Ordem, Valorizando as Especialidades”	716	939	271	40	37	2003
Projecto B – “Por uma Ordem mais Forte, Coesa e Actuante”	1615	131	133	9	9	1897
Não aos dois projectos	11	-	1	-	-	12
Votos Brancos	17	10	2	-	-	29
Votos Nulos	12	7	5	-	-	24
Número total de inscritos	11 177	4194	1640	160	154	17 325
Percentagem de votantes	22,21%	25,91%	25,12%	30,62%	29,87%	22,88%

Fonte: “Em referendo realizado a 5 de Abril aprovadas alterações ao Estatuto” in *Ingenium*, n.º 39, Abril de 1990, p. 52.

Na mesma Assembleia foi também referendado o Código Deontológico. O carácter complexo que a vida profissional vinha adquirindo, aliado a uma competição cada vez mais acentuada reclamava a adopção de regras deontológicas rigorosas.

Ficam alguns dos pontos principais do texto escolhido pela classe:

1. Existência de colégios de especialidade – a Ordem poderia intervir nos domínios profissional e técnico-científico das diferentes especialidades, incentivando a formação permanente dos seus associados.
2. A atribuição do título de engenheiro dependente da inscrição na Ordem. Às escolas competia a atribuição do título académico de licenciatura e à Ordem o título profissional.

O novo Estatuto era, nas palavras da Ordem [...] *inovador, com uma visão europeia em que se procura a valorização profissional do engenheiro, através da existência de colégios de especialidade*⁴⁴. O passo seguinte era garantir a aprovação governamental quer do Estatuto, quer do novo Código Deontológico.

Passaram-se no entanto vários meses; o mandato de Simões Cortez aproximava-se do fim, sem que surgissem quaisquer notícias da homologação governamental. A 28 de Outubro a Assembleia de Representantes reuniu no Porto, onde manifestou [...] *a sua preocupação pelo facto de*

*se continuar a desconhecer o andamento que o Governo teria dado ao assunto*⁴⁵, apreensão plenamente justificada já que, entre outras implicações, disso dependia o regime e o calendário das próximas eleições, quer de âmbito nacional, quer regional⁴⁶, o que acabou por ocorrer. Reunida, desta vez em Coimbra, a 8 de Janeiro de 1991, a Assembleia de Representantes viu-se constrangida a *aprovar a prorrogação de eleições quer para os órgãos nacionais quer regionais da Ordem*⁴⁷.

Finalmente, a 16 de Janeiro de 1991 deu entrada na Assembleia da República um pedido de autorização legislativa que, votado favoravelmente, dava ao Executivo a possibilidade de rever o Estatuto da Ordem dos Engenheiros. Três meses mais tarde, a discussão dos Estatutos chegou ao hemiciclo. Por fim, a 2 de Maio de 1991 o Governo obteve autorização legislativa da Assembleia da República para aprovar o documento⁴⁸.

Todavia, apesar de aparentemente estarem reunidas as condições para pôr um ponto final no assunto, tal não aconteceu. A divergência fundamental que veio a opor o Governo à Ordem dos Engenheiros tinha a ver com a atribuição do título de engenheiro.

No Estatuto de 1981 era claramente enunciado que o uso do título e o exercício da profissão, com excepção dos funcionários públicos, dependia de prévia inscrição na Ordem. Por outro lado, a admissão dependia da titularidade da licenciatura pelas escolas universitárias. Acontece que a Lei de Bases do Sistema Educativo, de Outubro de 1986⁴⁹, colocava em igualdade de circunstâncias, para efeitos do exercício da actividade profissional, os licenciados pelas escolas universitárias de engenharia e os diplomados pelos institutos politécnicos de engenharia, situação que não era tida em consideração pelo novo código estatutário da Ordem, o que levava o Governo a considerar inconstitucional a aprovação do Estatuto da associação nos moldes em que tinha sido referendado.

As questões que se colocavam eram as seguintes: podia a Ordem ficar com a competência para atribuir o título profissional de engenheiro? Era ou não obrigada a aceitar a admissão dos licenciados pelo ensino politécnico? A resposta chegou com a aprovação em Conselho de Ministros, a 23 de Abril de 1992, dos novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros. Ao homologar o documento o Governo reconhecia:

- a) Que competia à Ordem atribuir o título profissional de engenheiro.

- b) Que a associação poderia manter os critérios de exigência ao nível da admissão dos seus membros.
- c) Que a Ordem era a autoridade competente para regular o exercício da profissão em Portugal de nacionais de outros estados da Comunidade Europeia⁵⁰.

Para a concretização destes objectivos foram criados dois novos órgãos nacionais, os Conselhos Nacionais de Colégios, um por cada especialidade, e o Conselho Coordenador dos Colégios, em que tinham assento os Presidentes dos Colégios. Reformularam-se também as competências atribuídas a outros órgãos, caso da Comissão de Admissão e Qualificação que passou a denominar-se Conselho de Admissão e Qualificação⁵¹.

Os Estatutos foram publicados no *Diário da República* de 30 de Junho de 1992, conferindo à Ordem dos Engenheiros o carácter de associação pública⁵². Estava finalmente cumprida, a almejada aprovação dos Estatutos, tendo os sucessivos atrasos acarretado alguns *contratempos*⁵³ e, alegava a direcção da Ordem dos Engenheiros, uma certa *desmotivação natural* dos coordenadores dos Colégios na programação das suas actividades⁵⁴.

Como as eleições para os órgãos nacionais e regionais da associação tinham sido adiadas, a Assembleia de Representantes, sensível às preocupações que lhe foram apresentadas pelo Conselho Directivo Nacional, decidiu prorrogar o mandato dos corpos gerentes, até 31 de Março de 1992, para que se pudesse continuar a [...] *desenvolver todos os esforços para encontrar uma plataforma que possa ter o acordo do Governo e da Ordem*⁵⁵. As eleições tiveram, por fim, lugar a 6 de Outubro de 1992.

Apesar da prioridade conferida à revisão dos Estatutos, o mandato de Simões Cortez registou um conjunto assinalável de outras actividades realizadas.

Questões como a construção do Mercado Único e a mobilidade no mercado de emprego há muito que vinham sendo encaradas com alguma preocupação pelo Conselho Directivo Nacional. Havia chegado o momento de reunir a classe e analisar as consequências daí decorrentes para o exercício da profissão de engenheiro.

VIDA DA ORDEM



O NOVO ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

Estimado Colega,

Como já foi amplamente divulgado, o Conselho de Ministros aprovou no passado dia 23 de Abril, o novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

Trata-se dum instrumento de grande importância para o associativismo e o exercício da actividade no nosso País, na medida em que confere à Ordem competência para atribuir o título profissional de ENGENHEIRO, mantendo-se os adequados critérios de exigência, para efeitos de admissão como membro-efectivo.

Com efeito, a admissão passa a depender da titularidade de licenciatura ou equivalente legal, em curso de engenharia, estágio e prestação de provas.

Compete à Ordem definir as condições em que se realizam periodicamente as provas de admissão, bem como os critérios objectivos de dispensa das mesmas, os quais, serão revistos periodicamente, baseados nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação.

Por aqui se verifica que a inscrição na Ordem, com a consequente atribuição do título profissional de ENGENHEIRO, acautela devidamente o prestígio da engenharia portuguesa e a valorização do seu ensino.

Fica claro, que só os licenciados em engenharia ou equivalentes legais, podem concorrer à admissão, o que quer dizer que, apenas os diplomados com cursos superiores de 5 anos estão nessas condições.

Por outro lado, a Ordem dos Engenheiros foi reconhecida como AUTORIDADE COMPETENTE para regular o exercício da profissão em Portugal, por nacionais de outros Estados da Comunidade Europeia, o que irá facilitar o controlo de quem o queira exercer ilegalmente entre nós.

No decurso das negociações havidas com o Governo, houve que aceitar que, face aos preceitos estabelecidos na Constituição da República de 1982, se tornava necessário corrigir alguns aspectos do articulado do Estatuto, designadamente quando se previa, por exemplo, a possibilidade de alteração da própria Lei, dentro do quadro interno da Ordem (alteração das Regiões) ou quando se pretendia aplicar a pena disciplinar de expulsão.

Por outro lado, verificou-se que o Governo procedeu a certas alterações de redacção do texto do Estatuto o que, embora tivesse melhorado, nalguns aspectos, a sua clareza técnico-jurídica, traduz uma atitude intervencionista sobre o que foi referendado, o que não se pode deixar de lamentar, nesta oportunidade. Esta atitude é tanto mais surpreendente quanto é certo que nunca antes tal havia transparecido!

Apesar disto, o Conselho Directivo Nacional considera que a Ordem passa a dispor dum Estatuto, no qual se inclui o Código Deontológico referendado pela Classe, em condições de satisfazer, tanto a nível nacional como internacional os anseios e aspirações da Engenharia portuguesa, salvaguardando devidamente os seus legítimos direitos e interesses.

A marcação da data de eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem será fixada logo após a publicação no Diário da República, prevista para breve, do Decreto-Lei que aprova o novo Estatuto.

Queira aceitar, Estimado Colega, os meus afectuosos cumprimentos.

Lisboa, 15 de Maio de 1992

O PRESIDENTE NACIONAL

(José António Simões Cortez)

A oportunidade chegou com o Congresso 89, realizado em Coimbra, entre os dias 9 e 13 de Outubro, sob a divisa: “Pela Valorização Profissional do Engenheiro”. Durante cinco dias cerca de 700 profissionais debateram, aprofundadamente, oito temas:

- › Formação e Actualização – Pós-Graduação – Presente e Futuro.
- › Gestão e Concepção de Infra-estruturas. Infra-estruturas Municipais.
- › Evolução dos Sistemas de Potência de Electrotécnica e de Telecomunicações.
- › Produtividade e Gestão da Qualidade na Indústria Metalomecânica.
- › A Formação do Engenheiro de Minas para a Década de 90 em Portugal. Problemas Actuais e Avanços em Processos Químicos.
- › Cartografia Automática – Sistemas de Informação Geográfica.
- › Exercício da Profissão de Engenheiro⁵⁶.

Congresso 89 realizado em Coimbra entre 9 e 13 de Outubro.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 35, Ano IV, Dezembro 1989, p. 4.



**CONGRESSO 89 EM COIMBRA
O FUTURO PASSA
PELOS ENGENHEIROS**

CERCA de 700 engenheiros participaram, durante cinco dias (de 9 a 13 de Outubro), em Coimbra, na maior manifestação anual da engenharia portuguesa — o Congresso 89, subordinado ao lema “Pela valorização profissional do engenheiro” e que incluiu oito temas: “Formação e Actualização — Pós-Graduação — Presente e Futuro”, “Gestão e Concepção de Infra-estruturas. Infra-estruturas Municipais”, “Evolução dos Sistemas de Potência de Electrotécnica e de Telecomunicações”, “Produtividade e Gestão da Qualidade na Indústria Metalomecânica”, “A Formação do Engenheiro de Minas para a Década de 90 em Portugal”, “Problemas Actuais e Avanços em Processos Químicos”,

“Cartografia Automática — Sistemas de Informação Geográfica” e “Exercício da Profissão de Engenheiro”.

Conforme foi salientado pelo ministro Oliveira Martins, azerite Presidente da Ordem, “os engenheiros lideraram as necessidades profissionais para as próximas décadas, por estarem na confluência da ciência e da técnica e disporem, portanto, de conhecimentos científicos e tecnológicos que estarão na base das sociedades futuras”.

O Ministro Oliveira Martins, que presidiu à sessão de abertura, falando de improviso, traçou uma panorâmica sobre a actividade e o relevo dos engenheiros no desenvolvimento.

Defendendo que a engenharia representa cada vez mais o progresso, Oliveira Martins referiu que “Portugal atravessa um momento de profundas alterações estruturais a que variados sectores da sociedade reagem de forma diversa”, não deixando de salientar o papel que a Ordem dos Engenheiros tem tido “ao adoptar uma postura serena e objectiva que tem dado resultados mais profícuos”.

Na continuação do seu discurso, e aludindo à integração europeia, o Ministro alertou para a uniformização e normalização de materiais e equipamentos. Lembrou também que serão incorporados nos projectos à nação normas sobre a defesa do meio ambiente e de antipoluição.

Mais adiante, e referindo-se às obras postas a concurso de há três décadas a esta parte, afirmou que “o Estado não tem sabido escolher as

De uma assentada concluiriam, sem grandes dúvidas, que os engenheiros lideravam as necessidades profissionais da nova Europa sem fronteiras que timidamente se ia desenhando, mas tinham consciência de que em Portugal não era [...] *ainda suficientemente reconhecida, a inserção do seu estatuto no tecido social [...]*⁵⁷.

Directamente relacionada com esta temática, realizara-se, no início de Novembro, o 1.º Encontro Nacional de Profissões Liberais. Em Abril tinha sido constituído o Conselho Nacional de Profissões Liberais⁵⁸, cujo objectivo principal era, precisamente, promover a defesa dos valores morais e materiais das profissões liberais, fortalecendo o seu exercício. Segundo o Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros, Simões Cortez, era necessário *acautelar e proteger os legítimos interesses dos profissionais liberais portugueses, impedindo que as suas justas reivindicações sejam postergadas quer a nível interno, quer a nível internacional*⁵⁹.

Órgãos Sociais do Conselho Nacional de Profissões Liberais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Ordem dos Engenheiros, representada pelo Presidente Nacional, Prof. Engenheiro José António Simões Cortez e nas suas faltas ou impedimentos, o Engenheiro João Vaz Guedes.
Secretários	Câmara dos Solicitadores, representada pelo Presidente do Conselho Geral, Sr. Daniel Falcão Lopes Cardoso e nas suas faltas ou impedimentos o Sr. Amílcar José da Luz Costa. Associação Portuguesa de Economistas, representada pela Dr. ^a Maria Isabel Marques Fernandes e nas suas faltas ou impedimentos o Dr. Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho.

DIRECÇÃO

Presidente	Ordem dos Advogados, representada pelo Bastonário, Dr. Augusto Lopes Cardoso e nas suas faltas ou impedimentos o Dr. António Pires de Lima.
Vogais	Ordem dos Médicos, representada pelo Bastonário Prof. Manuel Machado Macedo e nas suas faltas ou impedimentos o Dr. Fernando Costa e Sousa. Associação dos Arquitectos Portugueses, representada pelo Presidente, Arq. Nuno Teotónio Pereira e nas suas faltas ou impedimentos o Arq. Diogo Lino Pimentel.

Fonte: "Criado Conselho Nacional de Profissões Liberais", in *Ingenium*, n.º 29, Abril de 1989, p. 60.

No campo associativo, no início da década de 90, a Ordem organizou, ainda, cerimónias de homenagem aos antigos presidentes Ferreira Dias e Manuel Rocha.

Tanto a nível nacional como a nível regional, as eleições de Outubro de 1992 foram pouco disputadas; tendo concorrido, apenas, listas únicas. Sem oposição, João Vaz Guedes, Vice-Presidente do Conselho Directivo cessante, foi eleito bastonários assumindo um programa que procurava dar continuidade ao trabalho desenvolvido no triénio anterior, consciente, embora, de que a nova estrutura orgânica pressupunha uma Ordem mais interventiva [...] *procurando protagonizar uma mais valia social para a Classe dos Engenheiros*⁶⁰.

João de Queiroz Vaz Guedes foi Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 1992 e 1995. Fruto das novas disposições estatutárias o Bastonário passava a ser coadjuvado por dois vice-presidentes: neste mandato, Luís Fernando Gomes de Sousa Lobo, um dos “pais” dos novos Estatutos, e Joaquim Manuel de Sousa Patrício.



João de Queiroz Vaz Guedes (1934-2011)

Licenciado em Engenharia Civil pelo IST em 1962. Chefe dos serviços das obras das barragens de Cambembe, em Angola, e da Bemposta, no rio Douro. Director das obras de construção e ampliação do Porto de Luanda, da Fábrica de Celulose da Leirosa (Figueira da Foz) e da sede da Somague. Dirigi várias empresas de engenharia: Sociedade de Empreitadas Somague, Construções Metalomecânicas Mague, Impormol, Sofip, Finova e Finobra, e desempenhou funções de administrador no Banco Totta & Açores, Hotel Tivoli e Finavés. Foi presidente da Associação Industrial Portuguesa, do Conselho Nacional das Associações Empresariais, da Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas e da Assembleia Geral da Confederação da Indústria Portuguesa. Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros entre 1988 e 1992 e Bastonário no triénio 1992-1995.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

O Conselho Directivo Nacional ficou assim composto:

Bastonário	João de Queiroz Vaz Guedes
Vice-Presidentes	Luís Fernando Gomes de Sousa Lobo Joaquim Manuel de Sousa Patrício
	José Manuel Guerra de Sousa Pinto Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel Carlos Artur Trindade de Sá Furtado Altino de Jesus Roque Loureiro Emanuel José Maranhã das Neves Francisco Burguete de Sousa Soares
Secretário-Geral	Hélio Paulino Pereira

Os novos dirigentes nacionais da Ordem dos Engenheiros foram empossados a 5 de Novembro de 1992. No discurso de tomada de posse, Vaz Guedes lembrou os desafios que a Ordem teria que enfrentar nos anos vindouros, sublinhando que para a sua concretização a Ordem carecia [...] *de meios financeiros satisfatórios [...] vamos fazer esforços para ultrapassar esta situação e, naturalmente, contamos com a compreensão do Governo, para a obtenção de recursos financeiros, uma vez que a Ordem é uma instituição de utilidade pública, de âmbito nacional, que contribui [...] para o progresso do País*⁶¹.

Os alicerces da mudança

Eram tempos de esperança os que se viviam na António Augusto Aguiar. Os engenheiros estavam confiantes, considerando que com a aprovação dos Estatutos ficavam reunidas as condições para o recrudescer do protagonismo da sua Ordem. As expectativas não eram infundadas, nem tão pouco saíam goradas: durante o ano de 1993 assistiu-se [...] *a uma espectacular “corrida” às inscrições [...]*⁶², que só no primeiro trimestre atingiria o número de 7800 novos membros.

Este aumento, tão significativo, do movimento associativo, era, afinal de contas, a consequência lógica da obrigatoriedade de inscrição na

Ordem para os diplomados que pretendessem usar o título e exercer a profissão de engenheiro.

Membros efectivos – 1986-1995

	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
1986	14 890	3727	1407	9756		
1987	15 497	3944	1507	9911	135	
1988	15 938	4010	1553	10 226	149	
1989	16 725	4194	1605	10 619	157	150
1990	17 314	4321	1686	10 976	173	158
1991	17 931	4501	1855	11 222	184	169
1992	19 320	4939	2052	11 939	208	182
1993	27 920	6788	2866	17 665	283	318
1994	-	-	-	-	-	-
1995	27 823	6892	2916	17 413	287	315

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.*

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1986-1995

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Civil	6754	7060	7297	7712	8063	8394	8873	9762	9796	9856
Electrotécnica	3288	3388	3431	3547	3603	3671	3969	6857	6882	6770
Mecânica	2445	2553	2610	2710	2777	2859	3099	4090	4116	4132
Minas	201	228	244	257	280	303	350	495	497	473
Químico- -Industrial	1280	1320	1354	1426	1460	1522	1659	2787	2789	2780
Naval	40	46	49	53	61	61	67	77	77	86
Geográfica e Hidrográfica	149	145	144	153	149	147	173	233	233	233
Agronómica	588	611	659	708	728	766	886	3010	3005	2908
Silvícola	93	91	92	95	96	105	141	434	438	405
Metalúrgica	52	55	58	64	72	79	103	175	184	180
Diversos					25	24				
Totais	14 890	15 497	15 938	16 725	17 314	17 931	19 320	27 920	28 017	27 823

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	%									
Civil	45,4	45,6	45,8	46,1	46,6	46,8	45,9	35,0	35,0	35,4
Electrotécnica	22,1	21,9	21,5	21,2	20,8	20,5	20,5	24,6	24,6	24,3
Mecânica	16,4	16,5	16,4	16,2	16,0	15,9	16,0	14,6	14,7	14,9
Minas	1,3	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,8	1,8	1,8	1,7
Químico-Industrial	8,6	8,5	8,5	8,5	8,4	8,5	8,6	10,0	10,0	10,0
Naval	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Geográfica e Hidrográfica	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8
Agronómica	3,9	3,9	4,1	4,2	4,2	4,3	4,6	10,8	10,7	10,5
Silvícola	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	1,6	1,6	1,5
Metalúrgica	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6
Diversos					0,1	0,1				
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.*

Os primeiros tempos do mandato do Engenheiro Vaz Guedes ficaram ainda marcados por um outro acontecimento digno de relevo: a assinatura de um acordo entre a Ordem dos Engenheiros e a APET – Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos, entendimento que esteve na base da constituição de um novo Comité Nacional FEANI.

A questão era velha, e sobre ela foram já feitas abundantes referências. Recorde-se apenas que durante muitos anos a representação portuguesa junto da FEANI foi apenas assegurada pela Ordem dos Engenheiros. Em 1993 *face à crescente mobilidade internacional e à defesa dos direitos e interesses dos diferentes profissionais de engenharia*⁶³, o mal-estar entre os dois grupos profissionais foi temporariamente sanado, dando origem a uma plataforma de entendimento. O acordo incluiria, no entanto, uma cláusula mencionando explicitamente a não aplicabilidade do título “EUR-ING” em Portugal, salvaguardando-se assim o uso do título aos diplomados pelas universidades.

Cerca de um ano mais tarde, Vaz Guedes voltou a protagonizar a assinatura de novo acordo histórico, desta vez com a Associação dos Arquitectos Portugueses. A declaração conjunta assinalava uma convergência de posições em vários aspectos da organização e do enquadramento legal da actividade de engenheiros e arquitectos, em especial no

âmbito do licenciamento municipal dos projectos⁶⁴. Durante a cerimónia protocolar Vaz Guedes afirmou acreditar que [...] *só através duma metodologia concertada de actuação, vai ser possível responder aos diversos desafios que a uns e a outros será imposto, quer no país quer internacionalmente* [...]⁶⁵.

A nível interno era tempo de definir critérios e gizar linhas de orientação, este princípio foi seguido à risca pelos dez Colégios de Especialidade que compunham a estrutura organizativa da Ordem. Durante o ano de 1993 elaboraram os seus Regulamentos de funcionamento e definiram as condições e requisitos para efeitos de ingresso dos futuros membros da associação. Esta foi sobretudo uma fase durante a qual se procurou alicerçar os fundamentos da sua criação. É por isso perfeitamente justificável que a actividade cultural, da sua competência, tenha sido bastante reduzida ao longo do primeiro ano de actividade, organizando-se apenas cinco acções envolvendo 244 participantes:

Acções Culturais organizadas pelos Colégios das Especialidades durante o ano de 1993

Conferência sobre “Os Recursos Agro-Florestais Portugueses e a Política Agrícola na Comunidade Europeia”	69 participantes
Painel sobre “A Barragem do Alqueva”	87 participantes
Jornadas sobre “Normalização Electrotécnica”	42 participantes
3.º Encontro Nacional dos Engenheiros Geógrafos	30 participantes
Painel intitulado “O Engenheiro de Minas, na Direcção de Exploração de Recursos Naturais”	25 participantes

Fonte: RCOE, 1993, p. 43.

Ao Congresso continuou a competir a análise de temas gerais, não devendo limitar-se, segundo as palavras do Bastonário, [...] *a uma qualquer acção cultural específica sobre este ou aquele tema, cuja organização e dinamização pertence aos Colégios das Especialidades*⁶⁶.



Assinatura do acordo entre a Ordem dos Engenheiros e a Associação dos Arquitectos Portugueses.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 76, Ano VIII, Jan./Fev. 1994, p. 71.



Congresso 94.

Fonte: *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 76, Ano VIII, Jan./Fev. 1994, p. 71.

Sob o tema geral a Engenharia Portuguesa na viragem do século, o congresso agora bienal da Ordem dos Engenheiros realizou-se em Lisboa, em Junho de 1994. Do alinhamento do encontro fez parte a análise da situação do ensino da engenharia em Portugal, questão sempre actual, mas que ganhara nova importância com a democratização e consequente massificação do sistema educativo. A Ordem considerava-se um interlocutor privilegiado quando se tratava de discutir esta matéria, e, por isso, Vaz Guedes entendia que não se deveriam poupar esforços quando o objectivo final era impedir a degradação da qualificação profissional dos futuros engenheiros⁶⁷.

A Ordem tinha também competências acrescidas neste ponto, já que, no início do ano, começara a morosa e complexa tarefa da acreditação de cursos de engenharia. A avaliar pela opinião do Conselho Directivo Nacional: *a acreditação dos cursos passou a ter um importante objectivo de utilidade social, uma vez que visa contribuir para o fomento da qualidade do ensino, o que constitui um dos objectivos primordiais estabelecidos estatutariamente*⁶⁸. O pioneirismo da Ordem nesta matéria relacionou-se com a salvaguarda do uso do título profissional: os licenciados pelas escolas acreditadas ficavam, assim, dispensados do exame de acesso à associação.

A acreditação era feita por um período máximo de seis anos, tarefa que exigia uma avaliação periódica, devendo garantir os padrões e a qualidade do ensino. O Sistema de Acreditação de Cursos de Engenharia baseou-se nos seguintes princípios:

- › *Qualquer licenciatura em Engenharia leccionada em Portugal é susceptível de ser acreditada pela Ordem dos Engenheiros.*
- › *A comunicação da decisão à Escola é sempre acompanhada de um Relatório suficientemente detalhado para permitir o ajustamento necessário; ainda que não haja sucesso na primeira tentativa, ele é possível de ser atingido desde que a Escola demonstre ter realizado as alterações necessárias.*
- › *O grande objectivo da Ordem dos Engenheiros é conseguir que as Escolas que pretendam submeter à avaliação os seus cursos, se considerem, ao fim de alguns processos, tão comprometidas no Sistema como a própria Ordem.*

- › *É fundamental que as recomendações feitas pelas Comissões de Acreditação sejam vistas como uma forma séria e construtiva de colaborar com as Escolas no objectivo que é comum: melhorar a formação dos Engenheiros em Portugal*⁶⁹.

Até ao final de 1993 todas as escolas e universidades portuguesas que leccionavam cursos já reconhecidos pela Ordem, requereram a respectiva acreditação; a avaliação foi positiva e o reconhecimento confirmado⁷⁰.

Cursos de engenharia reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros em 1994

UNIVERSIDADE/ESCOLA	CURSO
Universidade dos Açores	Engenharia Zootécnica Engenharia Agrícola, Ciências Agrárias
Universidade de Aveiro	Engenharia Electrotécnica e de Telecomunicações Engenharia do Ambiente Engenharia Geológica Engenharia Cerâmica do Vidro
Universidade da Beira Interior	Engenharia Têxtil
Universidade de Coimbra	Engenharia Química Engenharia Geológica Engenharia Civil Engenharia Electrotécnica Engenharia Geográfica Engenharia Mecânica Engenharia de Minas
Universidade de Évora	Engenharia Agrícola Engenharia Zootécnica Engenharia Biofísica
Universidade de Lisboa	Engenharia Geográfica
Universidade do Minho	Engenharia de Sistemas e Informática Engenharia Têxtil Engenharia Têxtil (Ramo Produção) Engenharia Metalomecânica Engenharia de Produção (Ramo Têxtil, Ramo Metalomecânica, Ramo Sistemas e Informática, Ramo P. de Materiais Plásticos, Ramo Construção Civil e Obras Públicas) Engenharia Civil (Ramo Produção)

UNIVERSIDADE/ESCOLA	CURSO
Universidade Nova de Lisboa	Engenharia do Ambiente (Ramo Ambiente; Ramo Sanitária) Engenharia Informática Engenharia de Produção Industrial (Ramo Construções Mecânicas, Ramo Processos Químicos) Engenharia Geológica Engenharia de Produção Industrial Engenharia dos Materiais Engenharia Física Engenharia Física e dos Materiais (Ramo de Física, Ramo de Materiais)
Universidade do Porto – Faculdade de Ciências	Engenharia Geográfica
Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia	Engenharia Civil Engenharia Electrotécnica e de Computadores Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica e dos Materiais Engenharia de Minas Engenharia Química
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia	Engenharia Florestal Engenharia Agro-Florestal Engenharia Agronómica
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico	Engenharia Civil Engenharia Electrotécnica e de Computadores Engenharia Mecânica Engenharia de Minas Engenharia Naval Engenharia Química Engenharia Metalúrgica e dos Materiais
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Engenharia Zootécnica Engenharia Agrícola Engenharia Florestal Engenharia Electrotécnica (Ramo de Electrónica, Instrumentação e Computação)
Academia da Força Aérea	Engenharia de Aérodromos Engenharia Aeronáutica
Academia Militar	Engenharia Militar para o Exército, Ciências Militares Engenharia Electrotécnica
Universidade Católica – Escola Superior de Biotecnologia do Porto	Engenharia Alimentar

Fonte: RCOE, 1994, pp. 10-11.



Em 1993 a Ordem dos Engenheiros adquire um prédio em Coimbra para instalação da sede da Região Centro.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

O aumento crescente do número de associados em conjunto com as novas e diversificadas competências da Ordem, mostrava que o edifício onde se encontravam instalados os órgãos nacionais, e a Região Sul, dava claros sinais de ruptura, tornando-se necessário proceder à sua expansão.

Em 1994 foi aberto um concurso para [...] *a construção de novas instalações aproveitando o espaço contíguo à fachada nobre do edifício, com frente para a Avenida Sidónio Pais* [...] ⁷¹. No ano anterior a Ordem tinha já adquirido um imóvel em Coimbra para instalação da sede da Região Centro.

Através da sua actividade editorial, a Ordem foi dando a conhecer aos quase 27 000 sócios os desafios e tarefas que tinha pela frente. A revista *Ingenium* era provavelmente a mais importante dessas edições. No entanto, a partir de 1994, os elevados custos da sua publicação determinaram que se editassem apenas seis números por ano em vez dos 10, como até então se verificava.

Novos espaços para a engenharia

Foi novamente uma lista única que concorreu às eleições para os corpos directivos da Ordem dos Engenheiros em Fevereiro de 1995. Sem oposição

e sem grandes polémicas, Emanuel Maranha das Neves, antigo Presidente da Região Sul, foi eleito Bastonário da Associação dos Engenheiros Portugueses.

A 3 de Abril, na cerimónia de tomada de posse, Maranha das Neves falou dos alicerces da renovação lançados no mandato anterior e sintetizou os objectivos que traçara para o próximo triénio:

- › estimular e apoiar a descentralização da Ordem;
- › apoiar as iniciativas dos Colégios;
- › continuar o processo de acreditação de cursos de engenharia;
- › melhorar a comunicação com os membros da Ordem dos Engenheiros;
- › levar a cabo a expansão das instalações da Ordem;
- › assegurar a defesa adequada do uso do título e do exercício da profissão⁷².

O Conselho Directivo Nacional, que chefiava, ficou com a seguinte composição:

Bastonário	Emanuel José Leandro Maranha das Neves
Vice-Presidentes	Horácio da Maia Ferreira e Costa José Maria Anjos de Sousa Sardinha
Presidente do Conselho Directivo da Região Norte	José Manuel Guerra de Sousa Pinto
Secretário do Conselho Directivo da Região Norte	Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel
Presidente do Conselho Directivo da Região Centro	Jorge da Silva Mariano
Secretário do Conselho Directivo da Região Centro	António Ferreira Tavares
Presidente do Conselho Directivo da Região Sul	Francisco Burguete de Sousa Soares
Secretário do Conselho Directivo da Região Sul	Álvaro Silva Fernandes
Secretário-Geral	Hélio Paulino Pereira

A constituição da Academia de Engenharia foi um dos acontecimentos que marcou, na fase inicial, o mandato de Maranha das Neves, porque contrariamente ao que acontecia na maioria dos países europeus, Portugal não tinha nenhuma instituição semelhante. O acontecimento ganhou especial importância com a criação, pela União Europeia e a pela EFTA, do Euro-Case – *European Council of Applied Sciences and Engineering*, em Dezembro de 1992.

O propósito do Euro-Case era o de englobar as academias de todos os países membros, significando que a representação portuguesa nesse Conselho, na ausência de uma organização nacional dessa natureza, tivesse que ficar assegurada pela Ordem dos Engenheiros. A ideia de se constituir uma academia de engenharia em Portugal começou então a ganhar forma.

A 27 de Abril de 1995, na sede nacional da Ordem, foi assinada a escritura pública que criou a Academia de Engenharia, Armando Lencastre, representante português no Euro-Case, foi o seu primeiro presidente.

A Academia tinha como principais objectivos:

- a) incentivar a investigação em engenharia;
- b) promover a cooperação no domínio da engenharia em Portugal, na União Europeia e noutros países;
- c) cooperar com a Ordem dos Engenheiros, com a Academia das Ciências e com as suas congéneres internacionais⁷³.

Alargavam-se entretanto os domínios em que a presença e a acção dos engenheiros e da engenharia se tornavam cada vez mais instantes e presentes. Entre outros, em termos de inovação e de desenvolvimento tecnológico, a informática impunha-se como um dos sectores mais dinâmicos.

A sociedade do futuro estruturava-se em boa medida em função das novas tecnologias da informação e da comunicação: a circulação de informação e a transmissão de dados haviam-se generalizado graças aos computadores, a própria actividade dos engenheiros, independentemente da sua especialidade, era estimulada [...] *pelo recurso a meios cada vez mais sofisticados, em que o hardware e o software são utilizados e dominados*⁷⁴.

A primeira licenciatura em engenharia informática, do País, tinha sido criada em 1975, na Universidade Nova de Lisboa. Durante duas décadas, os inúmeros engenheiros que anualmente concluíam cursos naquela área e que pretendessem ingressar na Ordem dos Engenheiros, tinham que se inscrever na especialidade de electrotecnia...

A partir da segunda metade da década de 90, argumentando que os seus cursos tinham especificidades e conteúdos funcionais diferentes dos



Emanuel José Leandro Maranha das Neves (1938-...)

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1963. No mesmo ano ingressou no LNEC. Em 1984 foi nomeado Chefe de Departamento de Geotecnia do LNEC, cargo que ocupou até 1996. Professor na Universidade Nova de Lisboa, desde 1975, instituição onde se doutorou em 1991, e dois anos mais tarde, fez a sua Agregação. Como consultor, projectou um elevado número de obras: barragens, aeroportos, auto-estradas, docas e túneis, tanto em Portugal como no estrangeiro. Desenvolveu uma intensa actividade associativa na Ordem dos Engenheiros, destacando-se a sua acção como Presidente do Conselho Directivo da Região Sul entre 1992 e 1995. Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 1995 e 1997, ano em que foi nomeado Secretário de Estado das Obras Públicas.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

planos de estudo em que se encontravam integrados, os engenheiros informáticos começaram a alertar a Ordem, em congressos e debates públicos, para a necessária criação de um Colégio de Informática⁷⁵.

Em Fevereiro de 1997, no editorial da *Ingenium*, Maranhã das Neves afirmava estar para breve a criação da especialidade de Informática, enfatizando a enorme responsabilidade que representava para a Ordem dos Engenheiros a constituição de novos Colégios⁷⁶. O texto apresentava ainda como novidade o início da regulamentação das especializações por parte dos Colégios, concluindo que a Ordem se encontrava [...] *dinamizada praticamente em todas as frentes importantes: qualificação profissional, credibilização na aplicação dos princípios éticos e deontológicos, acreditação do ensino de engenharia, divulgação das suas actividades e da engenharia em geral, expansão das instalações, acreditação da formação contínua, aprofundamento e melhoria do sistema de estágios profissionais, profissionalização crescente nos meios humanos que utiliza [...] modernização da sua organização [...]. Pensando em tudo isto, como não ser um pouco optimista quanto ao futuro?*⁷⁷

O Conselho Directivo Nacional entendeu respeitar a recomendação do Conselho Coordenador dos Colégios e aprovou a criação da especialidade de Engenharia Informática, acrescentando-a às dez já existentes. No Verão de 1997, a Ordem dos Engenheiros passou a compreender as seguintes especialidades:

- › Engenharia Civil.
- › Engenharia Electrotécnica.
- › Engenharia Mecânica.
- › Engenharia de Minas.
- › Engenharia Química.
- › Engenharia Naval.
- › Engenharia Geográfica.
- › Engenharia Agronómica.
- › Engenharia Silvícola.
- › Engenharia Metalúrgica e dos Materiais.
- › Engenharia Informática.

A criação do novo Colégio era encarada pelo Conselho Directivo Nacional, como um *acto histórico*. Pela primeira vez era colocado em prática o n.º 4 do Art.º 36.º do Estatuto, que autorizava a associação a criar novas especialidades. Até à formalização da nova estrutura, o funcionamento do Colégio ficaria assegurado por uma comissão instaladora, presidida pelo Professor Engenheiro José Tribolet.

Membros Efectivos da Ordem dos Engenheiros inscritos por especialidades em 1997

ESPECIALIDADES	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
Civil	2762	1234	6189	125	89
Electrotécnica	1684	677	4168	74	51
Mecânica	1036	404	2637	35	27
Minas	158	80	228	4	2
Química	634	260	1819	14	15
Naval	2	0	84	0	0
Geográfica	31	42	161	4	3
Agronómica	462	196	2033	39	133
Silvícola	79	48	273	0	2
Metalúrgica	93	5	86	3	0
Informática	42	0	79	0	0
Total	6983	2946	17 757	298	322

Fonte: RCOE, 1997.

Quando foi criada a nova especialidade, Maranha das Neves já não estava à frente dos destinos da Ordem. Em Abril de 1997 fora chamado a desempenhar funções de secretário de Estado das Obras Públicas, no XIII Governo Constitucional presidido por António Guterres.

O seu afastamento obrigou a algumas mudanças no Conselho Directivo que assumiu a seguinte configuração:



Editorial da revista *Ingenium*, assinado por Horácio Maia e Costa, sobre Engenharia Informática.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 20, Agosto 1997, p. 3.



© PAULO NETO

Horácio Ferreira Maia e Costa (1931-...)

Licenciado em Engenharia de Minas na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1957, onde se doutorou. Professor Catedrático da FEUP desde 1976 e Vice-Reitor da Universidade do Porto entre 1978 e 1981. Foi Director Técnico da Associação Portuguesa de Fundição (1971-1992), e Director do Centro de Formação Profissional da Indústria Fundição (1981-1992). Horácio Maia e Costa exerceu funções de Bastonário a partir de 27 de Abril de 1997.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Bastonário em exercício	Horácio Ferreira da Maia e Costa
Vice-Presidente	José Maria Anjos de Sousa Sardinha
Presidente do CDRN	José Manuel Guerra de Sousa Pinto
Secretário do CDRN	Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel
Presidente do CDRN	Jorge da Silva Mariano
Secretário do CDRN	António Ferreira Tavares
Presidente do CDRS	Francisco Maria Burguete de Sousa Soares
Secretário do CDRS	Álvaro Silva Fernandes
Secretário-Geral	João Vaz Lopes

Dois anos haviam decorrido desde as eleições de Fevereiro de 1995; Maia e Costa considerava que era chegado o tempo de analisar os objetivos propostos e as tarefas cumpridas pelos Corpos Gerentes da Ordem dos Engenheiros.

Numa breve resenha dada à estampa nas páginas da *Ingenium* em Junho de 1997, o novo Bastonário sublinhou a entrada em funcionamento da estrutura dos Colégios de Especialidade, a criação dos respectivos regulamentos e a sua articulação com o Conselho Coordenador dos Colégios⁷⁸.

A actividade desenvolvida pelos Colégios foi bastante intensa ao longo de todo o triénio de 1995-1998. Sem descurar a resolução dos problemas próprios de cada uma das especialidades, coordenaram inúmeras acções culturais, desenvolvidas em parceria com associações profissionais e com a Universidade, ocupando-se, ainda, dos estágios e da elaboração dos exames de admissão à Ordem.

Fora ainda sob o mesmo mandato que se lançara a ampliação do edifício sede da Ordem, cujas obras Maia e Costa esperava ver concluídas nos primeiros meses de 1998⁷⁹.

O Bastonário em exercício adiantava ainda, em jeito de conclusão: [...] *sem grandes alaridos, entrevistas e publicidade, sob a orientação do Engenheiro Maranhã das Neves se foi cumprindo o que se tinha proposto como objectivo a atingir no mandato*⁸⁰.

A própria publicação, em novos moldes, e de forma regular, da *Ingenium*, daria uma preciosa ajuda à divulgação de grande parte destas iniciativas.

Membros efectivos – 1995-1998

	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
1995	27 823	6892	2916	17 413	287	315
1996	28 122	6945	2935	17 632	291	319
1997	28 306	6983	2946	17 757	298	322
1998	28 837	7067	2983	18 150	311	326

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.*

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1995-1998

	1995	1996	1997	1998
Civil	9856	10 136	10 399	10 838
Electrotécnica	6770	6775	6654	6677
Mecânica	4132	4144	4139	4100
Minas	473	474	472	506
Químico-Industrial	2780	2780	2742	2707
Naval	86	88	86	82
Geográfica	233	239	241	238
Agronómica	2908	2897	2863	2912
Silvícola	405	406	405	430
Metalúrgica	180	183	184	200
Informática			121	147
Totais	27 823	28 122	28 306	28 837
	%			
Civil	35,4	36	36,7	37,6
Electrotécnica	24,3	24,1	23,5	23,2
Mecânica	14,9	14,7	14,6	14,2
Minas	1,7	1,7	1,7	1,8
Químico-Industrial	10,0	9,9	9,7	9,4
Naval	0,3	0,3	0,3	0,3
Geográfica	0,8	0,8	0,9	0,8
Agronómica	10,5	10,3	10,1	10,1
Silvícola	1,5	1,4	1,4	1,5
Metalúrgica	0,6	0,7	0,7	0,7
Informática	–	–	0,4	0,5
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros.*



© PAULO NETO

Francisco Maria Burguete de Sousa Soares (1956-...)

Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Lovaina. Terminada a licenciatura frequentou o curso de Planeamento Portuário, em França. Ingressou depois na Lisnave, e no terminal de carvão de Sines, de onde saiu em 1993 para assumir funções na Direcção de Projectos da Parque Expo.

Em 1985 Sande Lemos convidou-o para integrar o Conselho Directivo da Região Sul, de que foi eleito presidente dez anos mais tarde. Bastonário na Ordem dos Engenheiros entre 1998 e 2004.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

A 26 de Fevereiro de 1998 realizaram-se eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Engenheiros. O acto eleitoral foi um dos mais disputados de sempre, apresentando-se três listas a sufrágio: a C – liderada por António Carvalho Fernandes, a D – dirigida por Horácio Maia e Costa e a E – encabeçada por Francisco Sousa Soares. A vitória, apesar da polémica que a envolveu, acabou por recair sobre este último, e a cerimónia de tomada de posse realizou-se a 2 de Abril.

Ficou assim constituído o Conselho Directivo Nacional para o triénio 1998-2001:

Bastonário	Francisco Maria Burguete de Sousa Soares
Vice-Presidentes	Maria da Graça Martins da Silva Carvalho José Manuel Pinto Ferreira Lemos
Presidente do CDRN	Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel
Secretário do CDRN	Mário Ferreira de Sá Barbosa
Presidente do CDRC	Jorge da Silva Mariano
Secretário do CDRC	António Ferreira Tavares
Presidente do CDRS	Adelino da Rocha San Miguel Bento
Secretário do CDRS	Paulo Emídio de Queirós Lopes Reis
Secretário-Geral	João Vaz Lopes

Durante a tomada de posse, Sousa Soares salientou que a Ordem deveria continuar a empenhar-se para que a qualidade da engenharia feita em Portugal fosse cada vez melhor, sublinhou que a associação deveria aperfeiçoar o sistema de qualificação profissional de modo a estimular os seus membros [...] *a requererem os níveis a que têm direito, prosseguindo a criação de Especializações [...]*⁸¹ e, mais à frente, concluiu: *a formação não deve terminar com o fim da licenciatura – a formação permanente dos engenheiros deve estender-se dos 25 aos 75 anos*⁸².

Uma ideia-chave perpassou o seu discurso: a necessidade da Ordem dos Engenheiros intervir, empenhadamente, nas organizações internacionais em que estava filiada⁸³.

Cooperação e descentralização

O primeiro ano de mandato de Francisco Sousa Soares coincidiu com a inauguração dos edifícios da Sede Nacional e da Região Sul da Ordem dos Engenheiros. O projecto das novas instalações fora adjudicado, quatro anos antes, a uma equipa liderada pelo arquitecto Manuel Aires Mateus. As obras iniciaram-se em Dezembro de 1996.

O edifício foi inaugurado cerca de dois anos mais tarde, em Junho de 1998, na presença do chefe do Governo, Engenheiro António Guterres, e de vários membros do Executivo. Durante o acto inaugural, o Primeiro-Ministro sublinhou o papel dos engenheiros na sociedade portuguesa, apontando mesmo a *maioria relativa de profissionais de engenharia*⁸⁴ que então compunha o seu Governo.

O novo espaço da Ordem, com fachada para a Avenida Sidónio Pais e cerca de 3000 m², elevou o valor patrimonial da associação para um milhão de contos⁸⁵. As obras representaram um investimento global de cerca de 720 mil contos.

A intervenção arquitectónica levada a cabo por Aires Mateus tornou possível, de acordo com o Conselho Directivo Nacional, [...] *acelerar a profissionalização dos serviços da OE, aumentando o apoio prestado aos membros e a qualidade das acções de formação*⁸⁶.

Um “edifício do futuro”, dotado de serviços modernos, capazes de satisfazer, rápida e eficazmente, as solicitações dos sócios: a ligação em rede das regiões e a informatização dos ficheiros da Ordem enquadrar-se-ia nessa dinâmica. Em 1999 os funcionários da associação dispunham já de endereço electrónico e frequentavam acções de formação permitindo-lhes retirar a maior rentabilidade das novas ferramentas informáticas⁸⁷.



Fachada da parte nova do edifício da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

A modernização dos serviços passava ainda pela implementação de um serviço de videoconferência, cujo objectivo era [...] *facilitar a comunicação entre engenheiros*⁸⁸. A implementação de todos estes melhoramentos coincidiu com a entrada em pleno funcionamento do Colégio de Engenharia Informática.

A palavra cooperação era então um dos vocábulos que, nesse final da década de 90, mais se fazia ouvir na renovada sede da Ordem dos Engenheiros... Em 1998, foi mesmo criado o Gabinete de Cooperação; ao constituir-lo, a Ordem pretendia promover o [...] *intercâmbio de engenheiros entre os vários países de expressão oficial portuguesa e a realização de acções conjuntas, com vista à mútua valorização profissional*⁸⁹. Em Junho, na sessão inaugural do Congresso 98, foi firmado um protocolo com a Associação dos Engenheiros e Arquitectos de Cabo Verde e até ao final do ano estabeleceram-se contactos com a Comissão Instaladora da Ordem dos Engenheiros de Moçambique e com o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia do Brasil.

Foi desenvolvida uma intensa actividade no domínio das relações com federações e associações de engenheiros europeias; neste domínio, os objectivos traçados eram também claros: [...] *reforçar a imagem de qualidade dos engenheiros portugueses e perspectivar a presença da engenharia portuguesa a nível internacional*⁹⁰.

Representações Internacionais da Ordem dos Engenheiros no final de 1998

CLAIU – Comité de Liaison des Associations d'Ingénieurs de la Communauté Européenne – agrupando 8 associações representativas de engenheiros com formação universitária longa (5 anos).

FEANI – Fédération Européenne des Associations Nationales d'Ingénieurs – agrupando associações de 27 países europeus; a representação portuguesa era assegurada por um Comité Nacional, que integrava a Ordem dos Engenheiros e a Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos.

FMOI – Fédération Mondiale des Organisations d'Ingénieurs – integrando associações de engenheiros de todo o mundo.

ECCE – European Council of Civil Engineers – o Conselho dos Engenheiros Civis Europeus integrando 15 países.

EUREL – Convention des Sociétés Nationales de l'Europe – agrupando associações de engenheiros electrotécnicos de 14 países europeus.

CEDIA – Comité Europeu dos Engenheiros Agrónomos – reunindo engenheiros agrónomos de 11 países.

WEMT – West European Confederation of Maritime Technology Societies – composta por 11 associações de engenheiros navais da Europa.

EFCE – European Federation of Chemical Engineers – a Federação Europeia de Engenharia Química integrando 29 países.

Através da sua actividade editorial, a Ordem ia dando conta aos associados da sua participação nesta rede de contactos internacionais. Novidades também nesse campo das edições da Ordem, a criação, em Julho, da empresa Ingenium Edições, constituída pela Ordem dos Engenheiros e pela Caixa de Previdência dos Engenheiros, com participações de 90% e 10% respectivamente. A sua constituição tornou possível concentrar a actividade editorial da associação⁹¹.

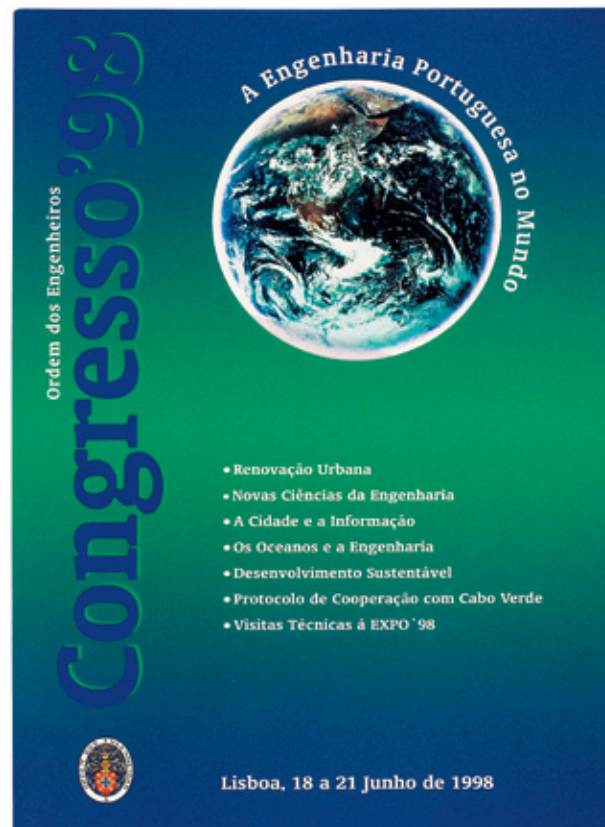
Impunha-se, entretanto, um novo alargamento do conjunto das especialidades de engenharia. Em Outubro de 1998 foi constituído um Grupo de Trabalho coordenado por Jaime Melo Baptista, encarregado de elaborar um documento que permitisse *sustentar uma decisão sobre a candidatura da engenharia do ambiente a especialidade da Ordem, com a criação do respectivo Colégio*⁹².

Depois do parecer favorável dos Conselhos Coordenador dos Colégios e de Admissão e Qualificação, o Conselho Directivo Nacional aprovou por unanimidade, a 19 de Março de 1999, a criação do Colégio de Engenharia do Ambiente⁹³. A presidência da respectiva Comissão Instaladora foi entregue a Fernando Santana.

Por esta altura, os cinco maiores Colégios da Ordem continuavam a ser Civil, Electrotécnica, Mecânica, Agronómica e Química.

Cartaz relativo ao congresso anual da Ordem dos Engenheiros realizado em Junho de 1998.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



Membros Efectivos da Ordem dos Engenheiros inscritos por especialidades em 1999

ESPECIALIDADES	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
Civil	2994	1339	6402	138	95
Electrotécnica	1634	661	4097	79	53
Mecânica	1037	415	2589	40	28
Minas	158	91	264	5	2
Química	599	253	1763	14	15
Naval	2	0	86	0	1
Geográfica	24	45	167	4	3
Agronómica	435	183	2067	41	137
Silvícola	72	51	300	3	2
Metalúrgica e dos Materiais	95	7	100	1	0
Informática	55	14	164	0	1
Ambiente	11	1	146	0	1
Total	7116	3060	18 145	325	338

Fonte: RCOE, 1999.

A meio do seu mandato, Sousa Soares concedeu uma entrevista de fundo à *Ingenium*, onde falou do trabalho de dinamização desenvolvido por todos os Colégios, dos processos de acreditação de cursos e da sua implantação no sistema de ensino, concluindo que a aposta na qualificação fora ganha e que a Ordem estava agora mais jovem, moderna e eficaz⁹⁴.

Os sócios apreciaram o dinamismo do Bastonário, e os resultados das eleições de 21 de Fevereiro de 2001 determinaram a sua recondução para um novo mandato. Pela primeira vez, a contagem dos votos foi feita informaticamente, na Região Sul, reduzindo o tempo de apuramento dos resultados. Registe-se ainda que foi possível pela primeira vez votar directamente nas delegações distritais de: Braga, Aveiro, Guarda e Évora.

O Conselho Directivo Nacional ficou com a seguinte composição:

Bastonário	Francisco Maria Burguete de Sousa Soares
Vice-Presidentes	Maria da Graça Martins da Silva Carvalho José Manuel Pinto Ferreira Lemos
Presidente do CDRN	Alberto Sérgio de Sá Rodrigues Miguel
Secretário do CDRN	Mário Ferreira de Sá Barbosa
Presidente do CDRC	Aires Rodrigues Francisco
Secretário do CDRC	José Carlos Martins
Presidente do CDRS	Paulo Emídio de Queirós Lopes Reis
Secretário do CDRS	Nemésio João Barbosa Alvarez Sanches

No seu discurso de tomada de posse, Sousa Soares reiterou os objectivos traçados: *promover a valorização profissional dos engenheiros, reforçar o papel interventor da Ordem na sociedade e incentivar o exercício da profissão com qualidade*⁹⁵.

O reforço do papel do engenheiro junto da sociedade civil passava pela descentralização, princípio que para ser posto em prática necessitava do apoio das delegações distritais, a quem competiria desempenhar o papel de guarda avançada da associação, junto do poder local. Em Junho de 2001 o Luso acolheu a 1.^a Convenção de Delegados da Ordem dos Engenheiros. Durante dois dias debateu-se a missão e as funções das Delegações em matéria de formação contínua, reforço da deontologia profissional mas também do seu papel como órgãos dos Conselhos Directivos das Regiões, a quem cabia analisar questões relacionadas com o exercício da profissão a nível local⁹⁶.

Apesar do esforço desenvolvido pelo Conselho Directivo Nacional, a verdade é que, a nível regional, continuavam a ser muitas as carências que as delegações tinham de enfrentar, nomeadamente

1.^a Convenção de Delegados da Ordem dos Engenheiros.

Fonte: *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 60, Julho/Agosto 2001, pp. 14-15.

CAPA A ABBRE

1.^a CONVENÇÃO DE DELEGADOS DA OE

Descentralizar foi o mote da 1.^a Convenção de Delegados da Ordem dos Engenheiros, que se realizou no Luso, nos dias 22 e 23 de Junho. Pela primeira vez, os delegados distritais de todo o país reuniram para debater estratégias de dinamização dos diversos distritos do país. Estiveram também presentes as futuras delegações de Bragança e Viana do Castelo como observadores.

A aproximação às autarquias, o reforço do papel do engenheiro junto da sociedade, o empenho na formação contínua, o investimento na qualidade da Engenharia portuguesa e a aproximação ao cidadão, são algumas das consequências da descentralização e prioridades para a Ordem dos Engenheiros. As delegações distritais de Faro, Évora, Santarém, Aveiro, Guarda, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Vila Real, Braga e também Bragança e Viana do Castelo cabe

local, cabe às delegações proporcionar um conjunto de serviços e acções indispensáveis ao exercício da profissão de Engenheiros. É disso exemplo a implementação de acções de formação, seminários técnicos de interesse profissional, a sensibilização para questões relacionadas com a deontologia profissional e o reforço pelo adequado uso do título, a organização de actividades sociais e culturais, a intervenção em questões disciplinares, entre outras. Dificilmente estas iniciativas chegarão a todos os membros quando apenas acionadas às sedes das direcções regionais Sul, Centro e Norte, respectivamente em Lisboa, Coimbra e Porto. Muitos foram para a Ordem dos Engenheiros investir na dinamização das delegações distritais.

Com o efeito, das nove delegações da OE, Guarda, Évora, Aveiro e Braga já dispõem de instalações próprias, e no dia 6 de Julho foram inauguradas as instalações de Vila Real. Dotar as delegações distritais de instalações próprias que lhes permitam funcionar em pleno significado incitou e essa aproximação aos membros e proporcionar-lhes maior qualidade no exercício da sua profissão. Fica a ganhar a pró-

pria classe profissional, a Engenharia portuguesa e todos os cidadãos como consumidores directos ou indirectos dos serviços prestados pelos engenheiros.

As batalhas em curso

A 1.^a Convenção de Delegados da Ordem dos Engenheiros reuniu não só todos os delegados distritais do país, como os representantes máximos a nível regional e nacional da OE. O debate tratou não só a questão da importância das delegações distritais no contexto da Ordem, mas também outras questões nacionais que têm vindo a constituir verdadeiras batalhas da actual Direcção Nacional da OE, como seja:

— o Reforço da Deontologia Profissional, relacionando também a questão do adequado uso do título de Engenheiro em actividades desempenhadas em funções públicas como condição para a consolidação

14 INGENIUM JULHO/AGOSTO 2001



relativas a instalações, mecanismos financeiros e recursos humanos, situação que Sousa Soares procurou inverter ao longo do seu segundo mandato.

Havia também que dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito das relações com os PALOP e com a CPLP. Era tempo de discutir a aproximação entre os países lusófonos através [...] *da promoção da cooperação técnica, científica, social e cultural, as equivalências profissionais e a intervenção dos engenheiros no desenvolvimento sustentável dos respectivos países e na luta contra a pobreza*⁹⁷. A estratégia de cooperação gizada pela Vice-Presidente, Graça Carvalho, assente numa política de intercâmbio mútuo, permitiu fortalecer os laços entre a Ordem e as suas congéneres de Cabo Verde, Moçambique, Angola e Brasil.

Ao longo dos seis anos em que desempenhou funções de Bastonário, Francisco Sousa Soares mostrou ainda preocupação em consolidar o *trajetamento jurídico interno* da associação. Nesse sentido, foram redigidos os novos regulamentos eleitorais, de admissão e dos colégios, além de novos textos para o regulamento disciplinar, estatuto de membro eleito e regulamento das insígnias⁹⁸.

Em matéria de ensino, a Ordem procurou reflectir sobre as transformações decorrentes da Declaração de Bolonha, sobretudo nos pontos relacionados com a mobilidade dos engenheiros na Europa Comunitária.

No final do mandato, Sousa Soares dizia que a Ordem se encontrava mais *espalhada* pelo País e de forma revigorada, defendendo que o próximo passo deveria passar pelo fomento e reforço do controlo do desempenho profissional, e pela formação contínua⁹⁹.

Membros efectivos – 1998-2004

	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
1998	28 837	7067	2983	18 150	311	326
1999	28 984	7116	3060	18 145	325	338
2000	29 522	7298	3153	18 399	332	340
2001	29 953	7380	3269	18 609	351	344
2002	30 672	7599	3361	18 985	375	352
2003	30 976	7736	3520	18 969	385	366
2004	31 207	8009	3726	19 472		

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1998-2004

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Civil	10 838	10 968	11 284	11 620	11 989	12 357	13 031
Electrotécnica	6677	6524	6579	6608	6735	6754	6918
Mecânica	4100	4109	4145	4185	4264	4275	4383
Geológica e Minas	506	520	547	560	592	614	639
Química	2707	2644	2633	2635	2607	2559	2550
Naval	82	89	92	94	98	93	91
Geográfica	238	243	252	260	260	260	266
Agronómica	2912	2863	2889	2853	2841	2767	2762
Florestal	430	428	429	428	438	426	425
Metalúrgica e Materiais	200	203	207	208	220	223	226
Informática	147	234	257	271	286	282	302
Ambiente		159	208	231	342	366	412
Totais	28 837	28 984	29 522	29 953	30 672	30 976	32 005

%

Civil	37,6	37,8	38,2	38,8	39,1	39,9	40,7
Electrotécnica	23,2	22,5	22,3	22,1	22	21,8	21,6
Mecânica	14,2	14,2	14	14	13,9	13,8	13,7
Geológica e Minas	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	2	2
Química	9,4	9,1	8,9	8,8	8,5	8,3	8
Naval	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Geográfica	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
Agronómica	10,1	9,9	9,8	9,5	9,3	8,9	8,6
Florestal	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3
Metalúrgica e Materiais	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Informática	0,5	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Ambiente	0	0,5	0,7	0,8	1,1	1,2	1,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

A 27 de Fevereiro de 2004 realizou-se novo acto eleitoral. Na corrida ao lugar de Bastonário apresentaram-se duas listas a sufrágio: uma liderada por Fernando Santo e outra conduzida por Luiz de Sousa Lobo, os resultados do escrutínio deram a vitória ao primeiro.

A 31 de Março, na cerimónia de tomada de posse, Fernando Santo sintetizou em cinco grandes áreas de acção as prioridades que deviam orientar o seu mandato:

- I. Definição de uma estratégia de aproximação da Ordem aos engenheiros.



Fernando Ferreira Santo (1956-...)

Licenciado em Engenharia Civil pelo IST, em 1974. Director Geral da EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), docente do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão). Coordenou a Especialização em Direcção e Gestão da Construção na Ordem dos Engenheiros.

Bastonário da Ordem dos Engenheiros entre 2004 e 2010.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

2. Apoio aos profissionais de engenharia no desempenho da sua actividade.
3. Manutenção dos níveis de exigência na acreditação dos cursos.
4. Análise das consequências do Processo de Bolonha na acreditação dos cursos e na qualificação profissional.
5. Promoção da engenharia enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do País¹⁰⁰.

O Conselho Directivo Nacional ficou com a seguinte constituição:

Bastonário	Fernando Ferreira Santo
Vice-Presidentes	Pedro Manuel Sena da Silva Sebastião Feyo de Azevedo
Presidente do CDRN	Gerardo José Saraiva Menezes
Secretário do CDRN	Fernando Manuel de Almeida Santos
Presidente do CDRC	Celestino Flório Quaresma
Secretário do CDRC	Valdemar Ferreira Rosas
Presidente do CDRS	Paulo Emídio de Queirós Lopes Reis
Secretário do CDRS	Nemésio João Barbosa Alvarez Sanches

Iniciou-se mais uma etapa na vida da Ordem dos Engenheiros, marcada pela reorganização dos serviços, pela implementação de um novo sistema informático e pela conquista de jovens engenheiros para as fileiras da associação. Em suma: o principal objectivo do novo Bastonário procurava acentuar a missão da Ordem, ao serviço dos Engenheiros.

A intervenção dos engenheiros devia materializar-se a dois níveis:

1. Na prática de actos de elevada responsabilidade perante a sociedade.
2. No contributo para o desenvolvimento nacional, elevando a competitividade através da investigação e da inovação.

A equipa liderada por Fernando Santo começou por analisar as acções que vinham sendo desenvolvidas pela Ordem para, em seguida, proceder a um apurado e rigoroso diagnóstico dos principais problemas que afectavam o exercício da profissão.

Competitividade e inovação

Foi nesse sentido que a 13 de Maio o Conselho Directivo aprovou um Plano Estratégico cujas principais linhas de acção confirmavam e desenvolviam os princípios enunciados pelo Bastonário na cerimónia de tomada de posse. O diagnóstico da situação acentuava a pertinência das intenções e das iniciativas no sentido do reforço da autonomia financeira e a coesão entre engenheiros, ao mesmo tempo que se frisava a necessária profissionalização da estrutura organizacional da associação¹⁰¹.

O posicionamento da Ordem face ao exterior, também não foi esquecido, considerando-se a urgência da *regulamentação da profissão, os contributos para a melhoria da qualidade do ensino superior e secundário, o aumento do reconhecimento dos Engenheiros, a divulgação da Engenharia e o alargamento da representatividade da Ordem*¹⁰². Como propósito, a vontade de promover uma maior aproximação entre engenheiros, confirmando e cimentando a concertação de interesses entre todos os profissionais de engenharia, procurando, simultaneamente, projectar uma imagem da Ordem que transmitisse qualidade e confiança, permitindo assim cativar jovens e novos engenheiros, mostrando-lhes que no seio da associação podiam encontrar o apoio necessário para a orientação das suas carreiras¹⁰³.

O Portal do Engenheiro surgiu com esse espírito, assumido como uma ferramenta de divulgação e de gestão de informação, proporcionando aos seus membros aceder [...] *à legislação relevante em todos os sectores de intervenção da engenharia, a divulgação das posições da Ordem e o desenvolvimento de fóruns de discussão sobre temáticas de interesse para os engenheiros*¹⁰⁴, o que pela [...] *sua relevância permitirá acentuar a ligação dos engenheiros à Ordem podendo ser um incentivo à adesão de novos*¹⁰⁵ membros.

O Conselho Directivo Nacional não deixou, no entanto, de alertar em que medida [...] *as facilidades concedidas na atribuição de licenciaturas não acreditadas pela Ordem dos Engenheiros e que colocam anualmente no mercado de trabalho milhares de licenciados, permitindo-se que exerçam actividades como se fossem engenheiros* [...]¹⁰⁶; sendo essa, em seu entender, [...] *uma das maiores ameaças para a qualidade da Engenharia,*

*para os Engenheiros e para a qualidade dos produtos e serviços, afectando a economia nacional*¹⁰⁷.

A batalha contra a desvalorização profissional dos engenheiros reeditava um discurso com várias décadas, actualizado à luz dos desafios do novo milénio: a engenharia constituía, comprovadamente, uma área indispensável ao desenvolvimento económico e social, cumprindo aos engenheiros uma contribuição imprescindível à construção de um Portugal global, moderno e competitivo. Desígnio que a escolha do tema do XV Congresso, “A importância da engenharia na competitividade”, prometia confirmar.

Ao longo de dois dias, no Centro de Congressos da FIL, na Junqueira, cerca de 600 congressistas debateram o País, o seu futuro, a sua posição face à União Económica e Monetária Europeia, e concluíram que as correcções a implementar deveriam ter por base políticas públicas de apoio à inovação tecnológica e modelos de gestão mais exigentes capazes de potenciar significativamente uma maior e mais ampla intervenção da engenharia¹⁰⁸.

Segundo a própria Ordem, a importância dos assuntos em debate, aliada à qualidade das intervenções, permitiu [...] *recolocar a Engenharia como uma área de conhecimento e de intervenção profissional indispensável para a inovação, a eficácia na obtenção de resultados, a eficiência na utilização de recursos e [...] o desenvolvimento sócio-económico do País*¹⁰⁹.

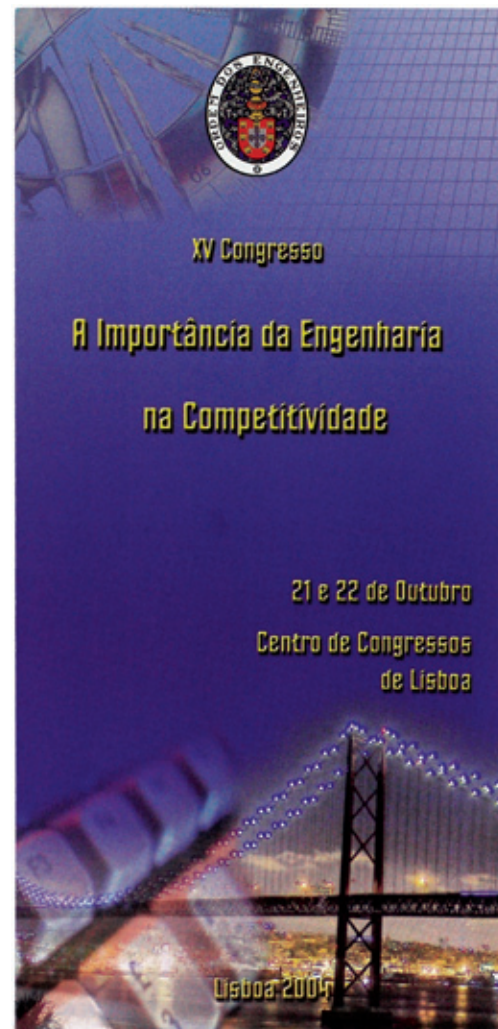
Mas não só a análise da evolução macroeconómica do País preocupava a Ordem. A nível académico, o Processo de Bolonha e o seu impacto na organização do ensino superior, em geral, e no domínio da actividade profissional dos engenheiros, em particular, suscitava uma tomada de posição por parte da associação. Bolonha era vista como uma oportunidade para o desenvolvimento da engenharia nacional, em sintonia com os desafios internacionais, por isso, defendia a Ordem, cumpria-lhe assegurar que essa evolução se processaria sem pôr [...] *em causa os padrões de credibilidade no exercício da profissão*¹¹⁰.

A 14 de Outubro de 2004, o Conselho Directivo Nacional aprovou o documento “Posição da Ordem dos Engenheiros relativamente ao Processo de Bolonha”. O documento assentava em 4 aspectos centrais:

1. Exigência de uma formação de ensino superior acumulada de 5 anos para uma formação que confira a capacidade e responsabilidade de intervenção a todos os níveis de actos de engenharia.
2. Implementação de um sistema binário de formações como garante da preparação dos diferentes perfis e competências em engenharia necessários ao País.
3. Posição de abertura a formações de primeiro ciclo e correspondente título profissional, nos termos da legislação a ser aprovada.
4. Adopção das designações “bacharelato” e “mestrado” para os dois ciclos de formação pré-doutoramento¹¹¹.

A direcção do engenheiro Fernando Santo empenhou-se numa observação atenta e crítica do impacto e das consequências nas escolas portuguesas, e na organização interna da associação, dos princípios contemplados na declaração de Bolonha.

De tudo isso foi dando conta a revista *Ingenium*, no cumprimento da sua principal missão de manter os membros da associação ao corrente das posições e dos objectivos alcançados pelo Conselho Directivo Nacional. Tornara-se, também a esse nível, premente uma intervenção em termos de modernização e actualização aos tempos correntes; na prática, revelava-se indispensável introduzir *alterações tanto na vertente editorial, como para se assegurar a sua viabilidade económica*¹¹². Após cuidada avaliação, o modelo de gestão da revista foi reformulado, retomando-se [...] *uma linha editorial de mais amplo interesse para todos os Engenheiros, com conteúdos informativos e um grafismo que têm merecido uma generalizada apreciação positiva*. Por outro lado, procurou-se assegurar que a viabilidade económica autónoma da revista fosse assegurada [...] *através de uma significativa redução de custos, da internacionalização das principais funções editoriais e de uma mais racional angariação de receitas publicitárias*¹¹³. A *Ingenium* passou então a ser publicada de dois em dois



XV Congresso – A Importância da Engenharia na Competitividade, realizado entre 21 e 22 de Outubro no Centro de Congressos de Lisboa.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

meses, passando o trabalho de edição a ser directamente assegurado pela Ingenium Edições, L.^{da}.

No sentido de encontrar novos recursos financeiros indispensáveis à nova dinâmica que o Bastonário procurava imprimir à actividade da Ordem, foi implementada uma estratégia de financiamento que passava pelo envolvimento de *empresas com fortes ligações à engenharia [...] para estabelecimento de Protocolos de Parceria Institucional com a Ordem, pelo período de três anos*. Através desses protocolos a Ordem concedia às empresas o estatuto de Patrocinador exclusivo das acções levadas a cabo pelos Órgãos Nacionais durante o período acordado, permitindo ao *Conselho Directivo uma estabilidade financeira, atendendo à necessidade de financiamento das actividades da Ordem*¹¹⁴.

Foi com optimismo que o Conselho Directivo Nacional encerrou o *Relatório e Contas* do primeiro ano de mandato. Os bons resultados financeiros obtidos ao longo do ano permitiam [...] *encarar o futuro com determinação para enfrentar novos desafios [...]*¹¹⁵.

Entre os desafios apontados estava inscrito o objectivo de promover a realização de um amplo inquérito destinado a identificar e caracterizar as necessidades dos membros da associação e a compreender a sua relação com a Ordem dos Engenheiros, procurando conhecer, em diversas perspectivas, *o perfil dos engenheiros da actualidade*¹¹⁶.

O Inquérito Nacional aos membros efectivos da Ordem dos Engenheiros foi então lançado, apontando como propósitos fundamentais:

- › caracterizar os membros da Ordem dos Engenheiros a nível sócio-económico, profissional e demográfico;
- › analisar a sua relação com a Ordem dos Engenheiros, ao nível dos interesses, expectativas e necessidades;
- › conhecer a avaliação que os membros fazem dos serviços prestados pela Ordem;
- › conhecer a opinião dos membros sobre a revista editada pela Ordem e levantamento de sugestões e interesses relativamente à mesma;
- › conhecer a opinião dos membros a respeito da Declaração de Bolonha¹¹⁷.

Das suas conclusões ressaltava a diminuta percentagem de engenheiros desempregados e a diversidade da sua actividade profissional¹¹⁸. Relativamente à principal área de actividade exercida, as perguntas que [...] *obtiveram maior concentração de respostas foram as de Projecto, com 15,4% de respostas e a de Administração ou gestão, com 14,0%; seguindo-se as actividades de Planeamento, controlo ou fiscalização, com 12,9%; de Produção, manutenção ou execução de obra, com 10,1% e de Ensino, com 9,5% de respostas*¹¹⁹.

Quanto à reforma do ensino superior, a implementar no âmbito da Declaração de Bolonha, 64,7% dos membros considerou que [...] *os profissionais com o 1.º ciclo de formação académica deveriam ser integrados na OE em condições a definir e competências diferenciadas relativamente aos actuais engenheiros* [...] ¹²⁰.

Durante o ano de 2005 a associação procurou estar presente [...] *nas Universidades e nos Institutos Politécnicos, escolas com responsabilidades na formação dos futuros engenheiros, quer através das acções para a acreditação de cursos, quer para explicar aos alunos o importante papel da Ordem na defesa do interesse público e na exigência de qualidade que sempre foram referenciais da Ordem* [...] ¹²¹. Fernando Santo visitou doze estabelecimentos de ensino, onde proferiu conferências versando temas relacionados com a integração dos futuros engenheiros na actividade profissional, a reforma do ensino superior, a acreditação de cursos e o papel da Ordem como associação de interesse público¹²².

Noutra vertente, tendo em tudo a ver com a defesa e a prática de uma acção mais atenta e agressiva da Ordem em múltiplos aspectos relacionados com a presença e a actividade dos engenheiros e da engenharia na realidade nacional, ganharam expressão, em quantidade e desenvolvimento, *as intervenções apresentadas ao Governo e a diversas entidades públicas* [...] ¹²³.

Por outro lado, a Ordem foi sendo solicitada no sentido de se pronunciar sobre diplomas e projectos legislativos relacionados com a engenharia, destacando-se:

- › Alterações à portaria n.º 268/97, regulamentando a atribuição de Estágios no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- › Alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo.

- › Projecto de diploma para a aplicação do Regulamento (CE) 2037/2000 relativo às substâncias que empobrecem a camada do ozono.
- › Novo regime de arrendamento urbano.
- › Projecto de diploma para a criação de zonas de intervenção florestal.
- › Lei do Impacto Ambiental¹²⁴.

Ao nível da sua organização interna, reflectindo a indispensabilidade de uma acção permanente de adaptação às novas realidades, o Conselho Directivo aprovou, sob proposta do Conselho de Admissão e Qualificação, a criação de três novas Especializações Horizontais:

- › Automação e Controlo.
- › Manutenção Industrial.
- › Refrigeração.

No final de 2005 existiam 20 especializações na Ordem dos Engenheiros. A par e passo desse alargamento, Fernando Santo e os responsáveis pela condução da Ordem dos Engenheiros, reanimaram o discurso e as preocupações em torno da formação contínua. Foi nesse sentido que se promoveu a realização de 58 acções ao longo de 2005, envolvendo cerca de 5000 participantes¹²⁵.

Ao apostar na formação contínua e no aperfeiçoamento de conhecimentos em áreas complementares da engenharia, a equipa liderada por Fernando Santo fomentava a unidade e a coesão entre os membros da associação. Por outro lado, a exigência de qualificação profissional para a realização de actos de engenharia, levou a Ordem a apresentar propostas e a emitir pareceres sobre os vários projectos de regulamentação técnica em curso.

Célebres ficariam as discussões travadas entre Fernando Santo e o Governo, em torno da revisão do decreto 73/73 de 28 de Fevereiro de 1973, relativo à qualificação dos técnicos que podiam subscrever projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal. Na proposta apresentada pela Ordem, em Outubro de 2004, a associação considerava indispensável a definição da qualificação profissional para a direcção e fiscalização de obras. Ao longo do mandato foi ainda sugerida a actualização de diversos diplomas regulamentares do sector da construção civil.

Na linha do que fora desenvolvido durante o mandato anterior, foi firmado um protocolo com as Ordens dos Engenheiros de Cabo Verde e de Moçambique, permitindo aos engenheiros portugueses a inscrição directa naquelas duas associações africanas. No âmbito deste protocolo, a revista *Ingenium* passou a ser enviada para Moçambique e Cabo Verde [...] *sem encargos, a fim de ser distribuída pelos seus membros*¹²⁶.

Ao longo de quase sete décadas, as actividades, os interesses e as reivindicações dos profissionais de engenharia foram-se transformando; a Ordem seguiu-as de perto, não se poupando a esforços para a sua satisfação. A associação soube amadurecer adaptando-se às necessidades e aos desafios da globalização.

Por tudo isso, para Fernando Santo, a existência da Ordem ganhou argumentos, tornando a sua acção cada vez mais necessária. Em particular, apontava o Bastonário, *com a abertura da formação a números cada vez mais elevados de alunos [...] muitas escolas tiveram a capacidade de garantir iguais níveis de competências. Passámos a assistir a uma procura e a uma oferta de títulos académicos, títulos esses que, muitas vezes, se sobrepõem, [...] aos títulos profissionais. Esta confusão que foi gerada no mercado exige, da parte da Ordem dos Engenheiros, uma atitude muito mais rigorosa [...]*¹²⁷. Porém, como estrutura, [...] *a Ordem ainda não está preparada, em termos de organização interna, para ter uma componente técnica profissional permanente de apoio aos Colégios e de suporte técnico aos membros eleitos, que têm, naturalmente, condições muito limitadas para o exercício dos seus mandatos, uma vez que são cargos não remunerados, assentes no esforço pessoal de cada um [...]*¹²⁸. O empenho fez-se, de qualquer forma, reflectir; permitindo que a Ordem tivesse ganho em espaço e visibilidade. Refira-se, em jeito de balanço, que durante este mandato o Conselho Directivo Nacional estruturou novas ligações com empresas e com associações de estudantes, e iniciou a revisão dos Estatutos.

Chegados a 2006 a Ordem dos Engenheiros celebrava o 70.º aniversário da sua constituição em clima de alguma euforia e optimismo. Destacando-se, entre as diversas manifestações comemorativas, o Jantar de Gala realizado em 30 de Junho no Campo Pequeno, em Lisboa, que reuniu mais de 1000 participantes.



Jantar comemorativo do 70.º Aniversário da Ordem dos Engenheiros, no Campo Pequeno, a 30 de Junho de 2006.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Nesse ano, o Congresso da Ordem foi dedicado ao tema “A Engenharia ao Serviço do País”, tendo decorrido entre 2 e 4 de Outubro em Ponta Delgada, com o apoio da Secção Regional dos Açores, que, na ocasião, inaugurou as suas novas instalações. Estiveram presentes quase 500 engenheiros, dedicando a sua participação a cinco grandes temas: gestão de riscos, ordenamento do território, energia – produção e consumo, os oceanos como recurso estratégico e a reforma do ensino superior e a qualificação profissional.

Em termo de mandato, no final de 2006, o balanço feito era positivo, embora ainda aquém dos propósitos almejados: pela frente, assim referia o Bastonário Fernando Santo, ainda muito trabalho está por fazer [...] e queremos fazê-lo depressa para vermos se conseguimos recuperar algum atraso que tem dezenas de anos¹²⁹.



A nova sede da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros foi inaugurada a 2 de Outubro de 2006.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

A Ordem impôs-se, sem dúvida, encontrando os meios que, decorrendo da dinâmica impressa, lhe garantiram uma maior visibilidade. Cumpru-se, também nesse domínio, a estratégia apontada pelo Bastonário: promover e divulgar com ritmo as actividades e as posições assumidas e definidas pela Ordem junto dos meios de Comunicação Social. Ao longo do ano de 2005 o Bastonário concedeu 52 entrevistas e elaborou 20 artigos de opinião. A sua acção foi referenciada 125 vezes pela imprensa¹³⁰.

Destaque-se ainda, no quadro do mandato, a promoção de iniciativas de apoio social destinadas a auxiliar os membros e a minimizar, no futuro, as dificuldades provocadas pelas sucessivas alterações do regime geral da segurança social, abrindo caminho à proposta do Conselho Directivo no sentido da criação de um Fundo de Pensões, perspectivando a participação da associação no valor de 1,2 milhões de euros, o que, além do mais, confirmava a robustez financeira da Ordem, cujas receitas, durante o triénio, ultrapassaram os 2 milhões de Euros.

XVI Congresso da Ordem dos Engenheiros realizado em Ponta Delgada entre 2 e 4 de Outubro de 2006.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



O dinamismo que caracterizou o estilo de governação do Bastonário permitia consolidar o prestígio da associação, da engenharia e dos engenheiros, procurando manter a vitalidade da Ordem dos Engenheiros num clima de optimismo atento e competitivo, necessário para enfrentar o futuro.

Embora a aproximação do início de um novo ciclo na História da Ordem dos Engenheiros, ritmada, sem sobressaltos, pelo calendário eleitoral, anunciavam-se, em finais de 2006, não obstante os novos membros dirigentes, como propósitos de orientação da actividade futura da Ordem:

- › *Elevar o nível da qualificação profissional para a prática de actos de engenharia.*
- › *Pugnar pela qualidade do ensino superior de engenharia.*
- › *Contribuir para a formação contínua dos membros da Ordem.*
- › *Acentuar a ligação da Ordem com as entidades públicas e com as empresas que têm como principais actividades as áreas da engenharia.*
- › *Promover a revisão dos estatutos da Ordem de modo a adaptá-los às mudanças ocorridas nos últimos anos e aos desafios que os engenheiros e o país enfrentam.*
- › *Promover o prestígio e o reconhecimento da Ordem, da engenharia e dos engenheiros perante a sociedade.*
- › *Debater temas de interesse nacional acentuando a perspectiva técnica e a visão dos engenheiros.*
- › *Reforçar a presença e a participação da Ordem nas organizações internacionais, e a colaboração com as Ordens dos Engenheiros dos países de língua oficial portuguesa.*
- › *Reforçar a ligação dos engenheiros à Ordem*¹³¹.

Entretanto, a 27 de Fevereiro de 2007, realizaram-se as eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem para o triénio 2007-2010. O engenheiro Fernando Santo apresentou a sua recandidatura, vencendo, sem surpresa, o acto eleitoral. Os membros eleitos tomaram posse no dia 2 de Abril.

Conselho Directivo Nacional

Bastonário	Fernando Santo
Vice-Presidentes	Sebastião Feyo de Azevedo Victor Manuel Gonçalves de Brito
Presidente do CDRN	Gerardo José Saraiva Menezes
Secretário do CDRN	Fernando Manuel de Almeida Santos
Presidente do CDRC	Celestino Flório Quaresma
Secretário do CDRC	Valdemar Ferreira Rosas
Presidente do CDRS	António José Coelho dos Santos
Secretário do CDRS	Maria Filomena de Jesus Ferreira

O segundo mandato de Fernando Santo decorreu na continuidade do período anterior, cumprindo os propósitos anunciados no respeitante à organização interna da Ordem e à intensificação da sua relação com os associados, prosseguindo intenções no sentido da afirmação pública da Ordem, da engenharia e do papel dos engenheiros, no quadro nacional e internacional, garantindo uma dinâmica de participação e intervenção atenta nas diversas instâncias susceptíveis de interessar a engenharia e os engenheiros, nomeadamente junto do poder político.

Entre tudo, e no respeitante ao ano de 2007, salientam-se, na linha da acção prosseguida em anos anteriores, as intervenções da OE relativamente à questão do ensino da engenharia envolvendo a definição das competências da Ordem nesse domínio com extensão ao exercício profissional. Recorde-se a legislação do Governo para a criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, aprovada em 5 de Novembro (decreto-lei 369/2007), retirando à OE a competência para a acreditação de cursos, que vinha exercendo desde 1994. Por proposta da OE, ficou



Diploma atribuído a uma das primeiras instituições que receberam o selo de qualidade OE*EUR-ACE. Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

prevista na lei a possibilidade de a associação poder vir a colaborar com a Agência, integrando as Comissões de Avaliação dos cursos de engenharia. O novo enquadramento relativo à avaliação e acreditação de cursos para efeitos de exercício profissional, obrigou à reformulação do Sistema de Qualificação da OE, passando a adoptar os padrões europeus de qualidade designados padrões EUR-ACE, para cuja gestão foi criada uma rede europeia para a qualificação do ensino da engenharia – ENAEE, da qual a OE é um dos membros fundadores e uma das seis instituições europeias credenciadas para a atribuição da respectiva marca de qualidade. A OE passou, assim, a fazer a Avaliação de Qualidade de cursos de engenharia, deixando de fazer a sua acreditação.

Quanto ao mais, sobretudo no respeitante ao enunciado e desenvolvimento das políticas públicas suscitando o envolvimento da engenharia portuguesa, a OE não descurou atenção, garantindo uma intervenção efectivamente activa, projectando a sua presença nos principais debates nacionais, como se verificou por ocasião da discussão relativa ao novo aeroporto de Lisboa.

Os resultados anuais da OE foram, em todos os domínios, francamente positivos. Mesmo em termos financeiros, apesar da pressão de uma actividade crescente e diversificada, o ano terminou com uma situação económica e financeira reforçada, permitindo até que se tivesse tomado a decisão de apoiar a aquisição do edifício em que está instalada a Secção Regional da Madeira e de prosseguir no sentido da referida Constituição de um Fundo de Pensões, fechado e misto (com uma verba prevista de 1,2 milhões de euros, repartida igualmente entre o CDN e as Regiões), para complemento das futuras reformas dos membros da Ordem, tendo-se nomeado uma Comissão de Acompanhamento constituída pelos engenheiros Luís Mira Amaral, Álvaro Pinto Correia e José Torres Campos.

A crise financeira e económica internacional que se instalou em 2008 acabou, porém, por comprometer os planos da OE no respeitante ao Fundo de Pensão, adiando a sua concretização, *até que existam sinais claros da diminuição de volatilidade nos mercados*, conforme alegação da Direcção¹³².

A crise veio, desde logo, como salientou Fernando Santo, denunciar as *contradições de um modelo de desenvolvimento que necessita do crescimento*



XVII Congresso da Ordem dos Engenheiros realizado em Braga entre 1 e 3 de Outubro de 2008.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

económico para criar emprego, do aumento do consumo para crescer, do endividamento para garantir o consumo e de mais recursos naturais para os sistemas produtivos. No meio de tantas dependências, ainda queremos garantir o défice público, a protecção do ambiente, a protecção social e a sustentabilidade deste desenvolvimento. Na situação actual, prosseguia o Bastonário, perante a evidência dos excessos cometidos, do crescente consumo sem produção de riqueza e da falta de ética e de valores de muitos dos principais agentes – em que a economia virtual parecia pôr em causa a economia real assente em processos produtivos, tão percebidos pelos engenheiros –, é necessário voltar a reflectir sobre o caminho a seguir¹³³.

No essencial, porém, a actividade da OE em 2008 prosseguiu sem grandes alterações, concretizando, ao nível dos órgãos nacionais, mais de 50 acções que mobilizaram cerca de 5500 participantes.

O ano ficou marcado pela celebração de um acordo com a Ordem dos Arquitectos sobre a revisão do decreto 73/73 e o estabelecimento de bases para um trabalho futuro; a realização, em Braga, do XVII Congresso, subordinado ao tema “A Internacionalização da Engenharia Portuguesa”; a criação, num projecto liderado pela OE, do Conselho das Associações de Engenheiros Civis dos Países de Língua Portuguesa e Castelhana, cuja



Assinatura da Declaração de Lisboa.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

primeira reunião se realizou em Lisboa no mês de Março, com a presença de 20 associações profissionais representativas de engenheiros civis de 16 países, que aprovaram um documento designado por Declaração de Lisboa, destacando 20 pontos consensuais respeitantes ao exercício da profissão de engenheiro civil.

Refira-se ainda, no contexto de 2008, o envolvimento da OE na criação da ONG Associação para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária, resultante da *vontade individual de um grupo de engenheiros que entenderam colocar ao serviço das pessoas e dos países menos favorecidos, sobretudo os de língua oficial portuguesa e castelhana, os conhecimentos e competências com que a sua área de formação os capacitou*¹³⁴.

No ano seguinte, último deste segundo mandato de Fernando Santo, a actividade da OE foi em boa medida dominada pela intervenção na preparação e revisão de diversos diplomas regulamentares do exercício da profissão. De destacar, a publicação da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, relativa às qualificações profissionais dos engenheiros europeus e que passou a definir profissão regulamentada. A revisão do já referido decreto 73/73, relativo às qualificações dos técnicos responsáveis pela elaboração

de projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal, processo que finalmente culminou, passados vários anos de reuniões e negociações, com a aprovação da nova lei n.º 31/2009.

Chegava assim ao termo uma discussão prolongada, vital no contexto da defesa dos interesses da Ordem e dos profissionais da engenharia em Portugal, matéria de que se ocupou Fernando Santo no discurso proferido em 28 de Novembro de 2009, Dia Nacional do Engenheiro, em Viana do Castelo. Discurso de balanço, crítico e reflectido, sintetizando os quatro temas considerados fundamentais na relação da Ordem com a sociedade: *a percepção pública da relevância da engenharia e da imagem da Ordem enquanto marca de qualidade, o ensino da engenharia e as condições de acesso à profissão, a qualificação profissional e a regulação dos actos de engenharia e os problemas do país e o contributo dos engenheiros para um novo modelo de desenvolvimento*¹³⁵. Em tudo evocando as principais medidas empreendidas pelas direcções a que presidiu no âmbito dos dois mandatos, sem esquecer dificuldades e consequências das posições assumidas a partir da OE, identificando problemas e questões essenciais, reiteradamente no campo do ensino superior, e reflectindo sobre precursores e desafios próximos, designadamente a premência da reorganização interna da Ordem no sentido de a adequar ao significativo crescimento de associados e à diversificação das suas formações académicas.

Na realidade, entre o final de 2003 e de 2009, a Ordem cresceu significativamente, registando um aumento de 7915 membros efectivos. Durante o mesmo período, foram criadas seis novas especializações (Automação e Controlo; Manutenção Industrial; Refrigeração; Segurança no Trabalho da Construção; Avaliações de Engenharia e Luminotecnia).

A tendência no sentido do crescimento acentuou-se no ano seguinte, já sob a condução de uma nova liderança e composição dos órgãos nacionais.

Cumprindo o preceito estatutário, as eleições para os órgãos nacionais e regionais para o triénio 2010-2013 realizaram-se em 26 de Fevereiro de 2010. Foi eleito Bastonário o engenheiro Carlos Matias Ramos, encabeçando uma das três listas concorrentes que se apresentaram a votos. A tomada de posse do novo Bastonário e dos Órgãos Nacionais eleitos decorreu no dia 31 de Março.

Bastonário	Carlos Alberto Matias Ramos
Vice-Presidentes	José Manuel Pereira Vieira Victor Manuel Gonçalves de Brito
Presidente do CDRN	Fernando Manuel de Almeida Santos
Secretário do CDRN	António Acácio Matos de Almeida
Presidente do CDRC	Octávio Magalhães Borges Alexandrino
Secretário do CDRC	António Ferreira Tavares
Presidente do CDRS	Carlos Alberto Mineiro Alves
Secretário do CDRS	Maria Filomena de Jesus Ferreira

Ainda em início de mandato, Matias Ramos concretiza em 2010 o enunciado do novo *Programa de Acção* gizado para defesa da missão da OE, estruturado em três áreas principais: Envolvente Profissional, Envolvente Externa e Sociedade e Organização Interna.

Enquadram-se assim alguns dos principais aspectos que mobilizaram a actividade da OE em 2010, designadamente, a representação e defesa dos interesses dos engenheiros através do reforço e adequação da regulamentação profissional em matérias relacionadas com a qualificação dos actos de engenharia, incluindo diversas iniciativas junto dos órgãos de soberania;

a criação de mecanismos com vista ao apoio profissional aos membros exercendo a profissão no estrangeiro e, em particular, nos países de língua oficial portuguesa; a preparação do novo portal, disponibilizando novos serviços e funcionalidades.

Não é por isso estranho que o tema do XVIII Congresso da OE, realizado em Aveiro nos dias 4,5 e 6 de Novembro, tenha sido “A Engenharia no Século XXI – Qualificação, Inovação e Empreendedorismo”.

Na compreensão e reacção ao agravamento da actual crise finan-

Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros, 31 de Março de 2010.

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.



ceira e dos seus impactos económicos e sociais, especialmente no emprego, Matias Ramos, na convicção da importância e do papel da engenharia como importante *recurso estratégico nacional*, identificou necessidades, estabeleceu prioridades e definiu linhas de orientação estratégica, *materializadas por conjuntos de medidas de acção*, no sentido de orientar a actuação da OE conforme o seguinte enunciado:

- › *A representação e defesa dos interesses dos engenheiros e a observância da ética e deontologia profissional.*
- › *O reconhecimento da qualificação profissional dos engenheiros, como base nas competências académicas e profissionais para os actos de engenharia, como fundamento da valorização e dignificação da Engenharia.*
- › *A divulgação de conhecimentos e a formação contínua.*
- › *A contribuição da Engenharia para o debate e definição das Estratégias Nacionais para o desenvolvimento, para a qualidade de vida e para o equilíbrio ambiental.*
- › *O incremento da articulação com as Escolas Superiores de Engenharia em benefício da melhoria das competências dos jovens Engenheiros.*
- › *O fortalecimento das relações da Ordem dos Engenheiros com as empresas de engenharia, com a indústria e com as associações que as representam, potenciando sinergias e estimulando o empreendedorismo.*
- › *O reforço da ligação a associações congéneres internacionais e a sociedades técnicas nacionais.*
- › *A promoção e divulgação da Engenharia na Sociedade.*
- › *O estímulo para a participação mais activa dos jovens engenheiros nas actividades da Ordem.*
- › *O apoio à internacionalização da engenharia Portuguesa.*
- › *A melhoria do funcionamento interno da Ordem, garantindo uma mais adequada gestão corrente, com melhoria dos serviços prestados aos membros e à Sociedade*¹³⁶.

É nossa convicção, tem defendido o Bastonário Matias Ramos, sustentada pela análise das conjunturas económica nacional e internacional, sendo esta última caracterizada por uma competitividade agressiva, que o adequado desenvolvimento do País só seria possível com uma Engenharia potenciadora desse desenvolvimento¹³⁷.



Carlos Alberto Matias Ramos (1945-...)
Licenciado em Engenharia Civil pela FEUP, em 1969. Ingressou no LNEC onde prosseguiu a sua carreira profissional. Investigador principal (1984), investigador coordenador (1988), chefe do Núcleo de Hidráulica de Estruturas (1990-2000) e Director do Departamento de Hidráulica e Ambiente (2000). Vice-Presidente, entre 2002 e 2005, e Presidente do LNEC até 2010. Bastonário da Ordem dos Engenheiros desde Março de 2010.
Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Convicto do desígnio, considerando a complexidade da actual conjuntura, Matias Ramos tem reiterado, para 2011, o enunciado estrutural do seu plano estratégico, conferindo prioridade às questões de enquadramento profissional relacionadas com a reforma do Ensino Superior, com a proliferação dos cursos superiores de Engenharia, com a criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e com a Directiva de Reconhecimento das Qualificações Profissionais, que, dados os impactos, sublinha, devem ser reanalisados *com especial prudência e assumindo posições claras em defesa da qualidade da Engenharia e da continuidade do crédito de confiança pública que a Sociedade Portuguesa deposita nos Engenheiros*¹³⁸.

Tendo presente esta nova realidade, a Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros aprovou a 9 de Julho o novo Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ). Pela primeira vez, a Ordem admitia o ingresso de licenciados em Engenharia cujos cursos tivessem três anos de duração. Trata-se, entre tudo, do reforço e determinação da OE no sentido de estreitar um diálogo aprofundado com as Escolas Superiores de Engenharia, valorizando o triângulo: formação em engenharia, reconhecimento e regulação e exercício profissional. A sessão pública de apresentação do RAQ realizou-se a 15 de Setembro no grande auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Colégios Nacionais de Especialidade (2011)

- › Colégio de Engenharia Agronómica
- › Colégio de Engenharia do Ambiente
- › Colégio de Engenharia Civil
- › Colégio de Engenharia Electrotécnica
- › Colégio de Engenharia Florestal
- › Colégio de Engenharia Geográfica
- › Colégio de Engenharia de Geologia e Minas
- › Colégio de Engenharia dos Materiais
- › Colégio de Engenharia Mecânica
- › Colégio de Engenharia Naval
- › Colégio de Engenharia Informática
- › Colégio de Engenharia Química e Biológica.

Membros efectivos – 2004-2010

	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
2004	31 207	8009	3726	19 472		
2005	34 043	9147	4009	20 024	401	462
2006	34 634	9534	4168	20 004	506	422
2007	36 282	10 081	4514	20 693	542	452
2008	37 851	10 750	4784	21 271	472	574
2009	38 891	11 373	5116	21 297	615	490
2010	40 183	11 805	5388	21 857	647	486

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 2004-2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Civil	13 031	14 131	14 770	15 613	16 530	17 225	17 877
Electrotécnica	6918	7243	7266	7540	7767	7877	8107
Mecânica	4383	4666	4729	4968	5183	5378	5571
Minas	639	695	713	760	795	817	854
Químico-Industrial	2550	2593	2513	2569	2590	2570	2595
Naval	91	102	105	110	110	115	117
Geográfica	266	287	295	303	316	320	330
Agronómica	2762	2807	2671	2697	2711	2652	2639
Silvícola	425	440	434	444	446	431	445
Metalúrgica	226	255	265	286	295	308	327
Informática	302	321	311	341	373	392	423
Ambiente	412	503	562	651	735	806	898
Totais	32 005	34 043	34 634	36 282	37 851	38 891	40 183

%

Civil	40,7	41,5	42,6	43	43,7	44,3	44,5
Electrotécnica	21,6	21,3	21	20,8	20,5	20,3	20,2
Mecânica	13,7	13,7	13,7	13,7	13,7	13,8	13,9
Minas	2	2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1
Químico-Industrial	8	7,6	7,3	7,1	6,8	6,6	6,5
Naval	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Geográfica e Hidrográfica	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8
Agronómica	8,6	8,2	7,7	7,4	7,2	6,8	6,6
Silvícola	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Metalúrgica	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Informática	0,9	0,9	0,9	0,9	1	1	1,1
Ambiente	1,3	1,5	1,5	1,8	1,9	2,1	2,2
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros.



**Dia Nacional do Engenheiro,
26 de Novembro de 2011.**

Fonte: Arquivo da Ordem dos Engenheiros.

Cumpre-se em 2011 o 75.º aniversário da Ordem. As cerimónias comemorativas tiveram o momento solene em Coimbra, no Dia Nacional do Engenheiro, a 26 de Novembro.

A celebração deste aniversário ocorre num dos momentos mais complexos e dramáticos da economia e da sociedade portuguesas. A crise internacional iniciada em 2007 passou de financeira a económica, atravessou o Atlântico, fez estragos na União Europeia, designadamente na Zona do Euro, transformando-se na crise das dívidas soberanas. Portugal, que desde o último alargamento da União foi considerado um dos países competitivamente mais vulneráveis, de facto não conseguiu resistir à pressão dos mercados e dos seus credores. Durante os próximos anos vai travar uma enorme luta pela recuperação que exige a mobilização de todos os seus activos: entre eles, nas diferentes vertentes em que exercem as suas actividades, os engenheiros serão chamados a oferecer a sua decisiva quota-parte para a redenção do País.

- 1 Veiga Simão foi ministro da Indústria e da Energia entre 09-06-1983 e 06-11-1985.
- 2 Cf. “Congresso 85. Coimbra foi cenário de mais um grande acontecimento de interesse nacional”, in *BINOE*, n.º 83, Abril de 1985, p. 7.
- 3 *Idem*.
- 4 Cf. A intervenção do Vice-Presidente em exercício, Simões Cortez: “A Ordem ao serviço do País”, in *Ingenium Revista da Ordem dos Engenheiros* (doravante *Ingenium*), n.º 5, Dezembro de 1986, p. 7.
- 5 Rodrigo Aboim Ascensão de Sande e Lemos foi Presidente do Conselho Directivo da Região Sul entre 1985 e 1991.
- 6 “Com tecnologias de produção engenheiros são “mola real” para desenvolvimento do País”, in *A Capital*, de 25 de Novembro de 1986, p. 3.
- 7 “A Ordem ao serviço do País...”, p. 9.
- 8 *Idem*.
- 9 Cf. “Iniciados os trabalhos do Congresso”, in *Diário de Notícias*, de 24 de Novembro de 1986, p. 4.
- 10 “A Ordem contra a promoção da mediocridade na função pública”, in *BINOE*, n.º 86, Julho/Agosto de 1985, p. 6. Veja-se *DR*, I Série, n.º 160, de 15 de Julho de 1985.
- 11 *Idem*.
- 12 *Idem*, p. 7.
- 13 “Iniciados os trabalhos do Congresso”, in *Diário de Notícias*, p. 4.
- 14 José A. Simões Cortez, “Editorial”, in *Ingenium*, n.º 1, Junho de 1986, p. 3.
- 15 Cf. “O Comité Económico e Social da CEE e a Ordem”, in *Ingenium*, n.º 1, Junho de 1986, p. 7. José Aser Castillo Pereira foi o engenheiro escolhido para representar a Ordem no Comité Económico e Social.
- 16 Tratava-se de um título a que só podiam concorrer os diplomados em engenharia que pertencessem ao grupo I, de nível universitário, e com prática e experiência profissional comprovadas.
- 17 *RCCDRS*, 1988, p. 19.
- 18 *Idem*.
- 19 L. Gelders, “A livre circulação dos Engenheiros na Europa”, in *Ingenium*, n.º 48, Janeiro de 1991, p. 38.
- 20 Veja-se “Ética e Engenharia Projecto de Novo Código Deontológico”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 12, Julho/Agosto de 1987, p. 3.
- 21 *Idem*, p. 4.
- 22 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional 1986. Orçamento para 1987 Plano de Actividades Parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *Ingenium*, n.º 9, Abril de 1986, p. 24.
- 23 *Idem*.
- 24 Cf. “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional 1988. Orçamento para 1989, plano de actividades, parecer do conselho fiscal nacional”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 29, Abril de 1989, p. 4.

- 25 Veja-se “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional. 1987. Orçamento para 1988 Plano de Actividades Parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 19, Abril de 1988, p. 11.
- 26 Luís Fernando de Mira Amaral foi ministro da Indústria e Energia entre 17-08-1987 e 31-10-1991.
- 27 AOENG, *RCCDRS*, 1988, p. 14.
- 28 Cf. “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional 1986. Orçamento para 1987”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 19, Abril de 1988, p. 25.
- 29 *RCCDRN*, p. 11.
- 30 Cf. “Ordem dos Engenheiros alarga regionalização”, in *Ingenium*, n.º 5, Dezembro de 1986, p. 125.
- 31 *Relatório de Actividades e Contas de Gerência do Conselho Directivo da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros em 1986* (doravante *RCSR*), s/l, Ordem dos Engenheiros, s/d., p. 1.
- 32 *Idem*, p. 2.
- 33 Veja-se *DAR*, IV Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 22, de 16 de Dezembro de 1986, 1986, p. 958.
- 34 AOENG, *RCDRCOE*, 1986, p. 5.
- 35 Cf. AOENG, “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional. 1987...”, *op. cit.*, p. 5.
- 36 *Idem*, pp. 6-7.
- 37 Veja-se *RCCDRS*, 1987, p. 20.
- 38 Cf. “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional 1988.” *op. cit.*, p. 9.
- 39 “Relatório e Contas do Conselho Directivo Nacional. 1989. Orçamento para 1990 Plano de Actividades Parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 39, Abril de 1990, p. 5.
- 40 Veja-se Luís Sousa Lobo e Eduardo Oliveira Fernandes, “Modernizar a Ordem, Valorizar as Especialidades”, in *Ingenium*, n.º 34, Novembro de 1989, p. 84.
- 41 *Idem*.
- 42 “Revisão de Estatutos. O que está realmente em causa”, in *Ingenium*, n.º 37, Fevereiro de 1990, pp. 86 e seguintes.
- 43 Veja-se o nosso Anexo Documental.
- 44 Cf. “Estatuto da Ordem passa na Assembleia da República”, in *Ingenium*, n.º 50, Maio de 1991, p. 84.
- 45 “Eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem”, in *Ingenium*, n.º 48, Janeiro de 1991, p. 70.
- 46 *Idem*.
- 47 *Idem*.
- 48 *DAR*, I Série, n.º 70 de 30 de Abril de 1991, 1991, pp. 2340-2356. Cf. igualmente *DAR*, I Série, n.º 71, de 2 de Maio de 1991, 1991, pp. 2392-2393.
- 49 Cf. Lei n.º 46/86, *DR*, I Série, n.º 237, de 14 de Outubro de 1986.
- 50 Sobre esta matéria veja-se: “Estatuto da Ordem dos Engenheiros. Parecer do Prof. Doutor Fausto de Quadros”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 56 de Janeiro de 1992, pp. I-XIV. Cf. igualmente “Aprovado o novo Estatuto da Ordem em Conselho de Ministros”, in *Ingenium*, n.º 59, Abril de 1992, p. 57.
- 51 Cf. “Relatório e Contas de 1992. Orçamento e Plano de actividades de 1993 parecer do Conselho Fiscal Nacional”, in *Suplemento à Ingenium*, n.º 69, Abril de 1993, p. 3.
- 52 Ver Anexo Documental. Cf. decreto-lei n.º 119/92, *DR*, I série, n.º 148 I-A, de 30 de Junho de 1992.
- 53 “Relatório e Contas de 1992. Orçamento e Plano de actividades de 1993 parecer do Conselho Fiscal Nacional...”, *op. cit.*, p. 3.
- 54 *Idem*.
- 55 Veja-se “Em debate o Estatuto da Ordem. A Assembleia de Representantes pronunciou-se sobre o assunto”, in *Ingenium*, n.º 54, Novembro de 1991, p. 5.
- 56 Cf. “Congresso 89 em Coimbra. O futuro passa pelos engenheiros”, in *Ingenium*, n.º 35, Dezembro de 1989, p. 4.
- 57 *Idem*, p. 8.
- 58 Eram membros do Conselho Nacional de Profissões Liberais: a Associação dos Arquitectos Portugueses, a Associação Portuguesa de Economistas, a Câmara dos Solicitadores,

- a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Farmacêuticos, a Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias.
- 59 “Criado Conselho Nacional de Profissões Liberais”, in *Ingenium*, n.º 29, Abril de 1989, pp. 56-57.
- 60 Cf. “Órgãos Nacionais. Programa de Candidatura”, in *Ingenium*, n.º 62, Julho/Agosto de 1992, p. 5.
- 61 Cf. “Posse dos novos dirigentes da Ordem dos Engenheiros”, in *Ingenium*, n.º 64, Novembro de 1992, p. 74.
- 62 RCOE, 1993, p. 7.
- 63 RCOE, 1993, p. 19.
- 64 Cf. “Engenheiros e Arquitectos assinam acordo histórico”, in *Ingenium*, n.º 76, de Janeiro/Fevereiro de 1994, p. 71.
- 65 *Idem*, p. 72.
- 66 Veja-se o discurso de encerramento do Congresso 94 da Ordem dos Engenheiros proferido pelo bastonário João Vaz Guedes: “Congresso 94 em Lisboa um Grande êxito da engenharia portuguesa”, in *Ingenium*, n.º 79, Julho/Agosto de 1994, p. 6.
- 67 *Idem*.
- 68 RCOE, 1994, p. 2.
- 69 Miguel Eiró, “Tendências das Ordens”, in *Ingenium*, n.º 77, Agosto/Setembro de 2003, p. 28.
- 70 RCOE, 1994, p. 10.
- 71 *Idem*, p. 17.
- 72 Veja-se “Posse dos órgãos da Ordem”, in *Ingenium*, n.º 83, Março/Abril de 1995, p. 92.
- 73 Cf. “Academia de Engenharia já está constituída”, in *Ingenium*, n.º 83, Março/Abril de 1995, p. 121.
- 74 Horácio Maia e Costa, “A Engenharia Informática”, in *Ingenium*, II série, n.º 20, Agosto de 1997, p. 3.
- 75 RCOE, 1995, p. 13.
- 76 E. Maranha das Neves, “Criar novos Espaços para a Engenharia”, in *Ingenium*, II série, n.º 16, Fevereiro de 1997, p. 3.
- 77 *Idem*.
- 78 Cf. Horácio Maia e Costa, “O seu a seu dono”, in *Ingenium*, II série, n.º 18, Junho de 1997, p. 3.
- 79 *Idem*.
- 80 *Idem*.
- 81 AOENG, Eleições actos de posse. Tomada de posse dos órgãos nacionais. Discurso do Bastonário, Eng.º Francisco Sousa Soares, 2 de Abril de 1998.
- 82 *Idem*.
- 83 *Idem*.
- 84 Cf. “A História de um Projecto”, in *Ingenium*, II Série, n.º 27, Julho de 1998, p. 40.
- 85 *Idem*.
- 86 *Idem*.
- 87 Cf. RCOE 1998, p. 32.
- 88 *Idem*.
- 89 *Idem*, p. 9.
- 90 *Idem*, p. 10.
- 91 *Idem*.
- 92 “Colégio de Engenharia do Ambiente”, in *Ingenium*, n.º 35 de Março de 1999, p. 9.
- 93 *Idem*.
- 94 Cf. “Uma Ordem Renovada”, in *Ingenium*, n.º 41, Outubro de 1999, pp. 8-12.
- 95 Veja-se “Tomada de posse dos órgãos da Ordem”, in *Ingenium*, n.º 57, Abril de 2001, p. 6.
- 96 “1.ª Convenção de Delegados da OE”, in *Ingenium*, n.º 60, Julho/Agosto de 2001, pp. 14-15.
- 97 RCOE, 2002, p. 18.
- 98 “Passar o Testemunho”, in *Ingenium*, n.º 79, Novembro/Dezembro de 2003, p. 10.
- 99 *Idem*, p. 12.
- 100 Cf. “Tomadas de posse”, in *Ingenium*, n.º 82, Abril/Maio de 2004, p. 6.
- 101 RCOE, 2004, p. 2.
- 102 *Idem*.
- 103 “Uma visão estratégica para a Ordem”, in *Ingenium*, n.º 82, Abril/Maio de 2004, pp. 12 e seguintes.
- 104 RCOE, 2004, pp. 3-4.
- 105 *Idem*, p. 9.
- 106 *Idem*, p. 2.
- 107 *Idem*.

- 108 Veja-se “A engenharia na construção de um Portugal competitivo”, in *Ingenium*, n.º 84, Novembro/Dezembro, de 2004, pp. 10-14.
- 109 RCOE, 2004, p. 3.
- 110 *Idem*.
- 111 “Posição da Ordem dos Engenheiros relativamente ao Processo de Bolonha”, in *Ingenium*, n.º 84, Novembro/Dezembro, de 2004, pp. 64-65.
- 112 RCOE, 2004, p. 4.
- 113 *Idem*.
- 114 *Idem*, p. 10.
- 115 *Idem*, p. 5.
- 116 “Inquérito Nacional ajuda a caracterizar engenharia em Portugal”, in *Ingenium*, n.º 90, Novembro/Dezembro de 2005, p. 8.
- 117 RCOE, 2005, p. 23.
- 118 “Inquérito Nacional ajuda a caracterizar engenharia em Portugal”, in *Ingenium*, n.º 90, Novembro/Dezembro de 2005, p. 9.
- 119 RCOE, 2005, p. 25.
- 120 *Idem*, p. 27.
- 121 *Idem*, p. 7.
- 122 *Idem*, p. 10.
- 123 *Idem*, p. 7.
- 124 *Idem*, pp. 8-9.
- 125 *Idem*, p. 9.
- 126 *Idem*, p. 10.
- 127 “A Engenharia é um recurso estratégico nacional”, in *Ingenium*, n.º 95, Setembro/Outubro de 2006, p. 30.
- 128 *Idem*, p. 34.
- 129 *Idem*.
- 130 RCOE, 2005, p. 10.
- 131 RCOE, 2006, p. 41.
- 132 RCOE, 2008, p. 9.
- 133 RCOE, 2008, p. 3.
- 134 RCOE, 2008, p. 9.
- 135 RCOE, 2009, p. 18.
- 136 RCOE, 2010, p. 4.
- 137 RCOE, 2010, p. 4.
- 138 RCOE, 2010, p. 123.

Cronologia

1936

29 de Novembro. Criação da Ordem dos Engenheiros. Decreto-lei n.º 27 288 aprova a criação e publica o Estatuto do Sindicato Nacional dos Engenheiros, denominado Ordem dos Engenheiros.

- › A Ordem dos Engenheiros compreende cinco especialidades de engenharia:
- › Engenharia Civil;
- › Engenharia Electrotécnica;
- › Engenharia Mecânica;
- › Engenharia de Minas;
- › Engenharia Químico-Industrial.

1937

31 de Março. Criação da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros.

Janeiro, Início da publicação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*.

20 de Janeiro. António de Almeida Vasconcelos Correia é eleito presidente do conselho directivo da Ordem dos Engenheiros.

2 de Junho. Primeira reunião da secção de Engenharia de Minas da Ordem dos Engenheiros.

1938

31 de Março. É aprovado o Regulamento da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros. São nomeados para fazer parte da Comissão Organizadora os membros da Ordem engenheiros Flávio Augusto Marinho Pais (presidente), Jaime Nogueira de Oliveira e Mário José Filgueiras.

1940

14 de Janeiro. Entra em funcionamento da Caixa de Previdência dos Engenheiros.

29 de Fevereiro, Francisco Ramos Coelho de Sá toma posse como Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a António de Almeida Vasconcelos Correia.

1941

29 de Janeiro. É aprovada, em Assembleia Geral extraordinária da Ordem dos Engenheiros, a admissão da especialidade de engenharia naval e a consequente criação da Secção de Engenharia Naval.

10 de Março. A Secção de Engenharia de Minas da Ordem dos Engenheiros retoma temporariamente a sua actividade realizando a última reunião desta fase em 17 de Junho.

A Ordem dos Engenheiros passa a compreender seis especialidades de engenharia:

- › Engenharia Civil;
- › Engenharia Electrotécnica;
- › Engenharia Mecânica;
- › Engenharia de Minas;
- › Engenharia Químico-Industrial;
- › Engenharia Naval.

1942

27 de Janeiro. A biblioteca da Ordem passa a denominar-se: “Sala Engenheiro Salema Garção”.

19 de Fevereiro. Gonçalo de Vasconcelos Pereira Cabral toma posse do cargo de Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Francisco Ramos Coelho de Sá.

16 de Maio. A Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros lavra a escritura de compra de um terreno para a construção da sede da Ordem naquela cidade.

1943

Janeiro. Na sequência da resolução do Conselho Directivo, tem início uma nova série da publicação periódica da Ordem dos Engenheiros. O *Boletim* passa a chamar-se *Revista da Ordem dos Engenheiros*, adoptando uma apresentação diferente.

20 de Fevereiro. Passa a ser obrigatória a inscrição na Caixa de Previdência.

1945

25 de Abril. **José Nascimento Ferreira Dias Júnior** toma posse como Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Pereira Cabral.

28 de Dezembro. É determinado que passe a ser de 3 anos a duração do mandato dos membros das direcções, dos conselhos gerais e das mesas das assembleias gerais dos Sindicatos Nacionais, dos Grémios sujeitos ao regime estabelecido no decreto-lei n.º 24 715, de 3 de Dezembro de 1934 e das respectivas uniões e federações. Prorrogados os mandatos conferidos para o exercício dos referidos cargos de forma a abrangerem igual período de 3 anos (decreto-lei n.º 35 404).

1946

A Ordem alerta o Governo para a exiguidade dos vencimentos dos engenheiros que trabalham no Estado ou nos corpos administrativos. *Setembro.* Participação no 1.º Congresso Técnico Internacional, realizado em Paris.

1947

Actualização dos Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

20 de Março. **José Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca** é empossado Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Ferreira Dias.

8 de Setembro. Um grupo de engenheiros de Moçambique dirige uma petição à Ordem solicitando a criação de uma delegação com sede em Lourenço Marques.

1948

A Ordem dos Engenheiros é agraciada com o grau de Comendador de Santiago e Espada. 14 a 19 de Junho. Realiza-se o 2.º Congresso Nacional de Engenharia, no Porto.

1949

O Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros apresenta um Projecto de Regulamento do Exercício da Profissão.

3 de Junho. A Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros pronuncia-se sobre o Projecto de Regulamento do Exercício da Profissão.

1950

28 de Fevereiro. **Ricardo Esquível Teixeira Duarte** é empossado Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Belard da Fonseca.

1951

Janeiro. Inicia-se a publicação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*.

30 de Abril. A Ordem dos Engenheiros realiza um inquérito aos membros da Ordem sobre a questão do desemprego. Os dados revelam a existência de 183 engenheiros desempregados e de 90 engenheiros deslocados da sua profissão por não encontrarem nela colocação.

Novembro. Regulamentação das Comissões de Estudo da Ordem dos Engenheiros.

14 de Dezembro. A Secção de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros apresenta uma série de medidas destinadas a diminuir o desemprego da classe.

1952

15 de Janeiro. Teixeira Duarte envia uma carta ao Conselho Directivo onde afirma não ter condições para continuar a dirigir os destinos da Ordem.

18 de Janeiro. Primeira reunião da Comissão de Urbanismo e Habitação da Ordem dos Engenheiros.

27 de Fevereiro. A reunião da Secção de Engenharia Electrotécnica aprova as normas provisórias para a formação de Grupos de Estudo.

18 de Março. Em plena crise directiva Arantes e Oliveira apresenta um plano de actividades para a Ordem.

6 de Junho. Realização da Assembleia Geral extraordinária para eleição do presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros. Apresentaram-se a votos: Francisco Cunha Leal e Raul da Costa Couvreur, sendo eleito este último.

21 de Julho. Raul da Costa Couvreur é empossado Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Teixeira Duarte.

4 de Novembro. Primeira reunião da Comissão de Preparação e Organização Profissionais da Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros.

1953

O Ministério das Corporações e Previdência Social autoriza a Ordem dos Engenheiros a inscrever-se na Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Ingénierus (FIANI).

20 de Fevereiro. Daniel Barbosa é empossado presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Raul da Costa Couvreur.

10 de Março. A Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros cria os seguintes grupos de estudo: aeronáutica, indústrias metalomecânicas, máquinas ferramentas, motores de combustão interna, organização de trabalho e transportes terrestres.

4 de Maio. 1.ª reunião do Grupo de Estudo de Aeronáutica da Secção de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros.

21 de Novembro. A Ordem dos Engenheiros passa a ter quatro representantes na Câmara Corporativa.

22 de Dezembro. Representação da Ordem dos Engenheiros no Conselho Superior da Indústria e no Conselho Superior de Normalização.

1954

A comissão Administrativa da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses questiona os seus associados acerca do futuro da associação.

1 de Janeiro. A Ordem é membro da Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Ingénieurs (FIANI).

1955

11 de Janeiro. Suspensão da publicação das *Memórias da Ordem dos Engenheiros*.

Abril, O Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros apresenta o seu pedido de demissão.

6 de Maio. O Conselho Directivo discute a reestruturação da secção de Engenharia Civil.

1 de Agosto. Extinção da Comissão de Publicações.

1956

Crise na Ordem dos Engenheiros. É notória a falta de dirigentes eleitos e de candidatos aos lugares de direcção. A crise é sanada com a intervenção do Estado e com a publicação dos novos estatutos da Ordem.

O património da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses é integrado na Ordem dos Engenheiros.

15 de Maio. A publicação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros* é suspensa.

8 de Setembro. Aprovação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros instituído pelo decreto-lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936.

Extingue o Sindicato Nacional da Ordem dos Engenheiros Geógrafos e a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses e revoga o Estatuto da Ordem dos Engenheiros aprovado pelo referido decreto.

6 de Novembro. Eduardo Rodrigues de Carvalho é nomeado Presidente da Comissão Directiva da Ordem dos Engenheiros.

1958

Junho. A Ordem é membro da EUSEC – The Conference of Engineering of Western Europe and the United States.

1959

Criação da Secção Regional de Coimbra.

1960

30 de Março. Eleição do Bastonário e dos restantes membros do Conselho Directivo.

11 de Maio. **Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento** é empossado Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

7 de Julho. Alteração das condições de inscrição dos engenheiros estrangeiros.

21 de Julho. Rodrigues Sarmiento apela ao fim das divisões na Ordem.

1961

Janeiro. Início da publicação do *Boletim da Ordem dos Engenheiros*.

31 de Outubro. O Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros envia ao Ministério das Corporações o projecto de regulamento disciplinar.

29 de Novembro. Entra em vigor o regulamento disciplinar da Ordem dos Engenheiros.

1962

11 de Maio. A Ordem envia um ofício ao corpo docente do IST, onde afirma não poder ficar indiferente aos acontecimentos verificados na Universidade.

1963

31 de Julho. Tomada de posse dos membros da Secção Regional de Lisboa.

1964

A biblioteca passa a ser constituída pelo acervo do Conselho Geral e da Secção Regional de Lisboa.

25 de Janeiro. Eleições para a Secção Regional de Coimbra.

6 de Março. **José Mercier Marques** toma posse das funções de Bastonário da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Rodrigues Sarmiento.

1965

30 de Abril. O Conselho Directivo inscreve Arantes e Oliveira como membro honorário da Ordem dos Engenheiros.

12 a 16 de Maio. Reunião da FEANI em Lisboa.

13 de Julho. O Conselho Geral apresenta dois trabalhos elaborados pelas Secções Regionais de Lisboa e Porto acerca da revisão do Estatuto.

9 a 13 de Novembro. A Secção Regional de Lisboa organiza um Seminário sobre Desenvolvimento Económico.

1966

24 de Novembro. Comemoração dos 30 anos da Ordem dos Engenheiros.

1967

30 de Junho. Mercier Marques é reeleito Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

1968

29 de Julho. Decreto-lei n.º 48 505, que torna extensiva às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique a jurisdição da Ordem dos Engenheiros, passando a vigorar nas mesmas províncias, com as alterações constantes deste decreto-lei, o respectivo estatuto, aprovado pelo decreto-lei n.º 40 774.

1969

4 de Março. Criação do Grupo de Estudos da Mulher Técnica e Cientista.

19 de Março. Eleições para a Secção Regional do Porto.

24 de Março. Eleições para a Secção Regional de Lisboa.

Julho e Agosto. Fernando Pessoa visita Luanda e Lourenço Marques.

1970

Intensificação da actividade sindical da Ordem. A associação passa a intervir na negociação de contratos e convenções colectivas de trabalho.

21 de Janeiro. A Ordem pede a libertação do colega Blanqui Teixeira.

26 de Fevereiro. A Assembleia Regional de Lisboa aprova uma moção onde é pedida a libertação de Blanqui Teixeira.

23 de Março. Uniformização das condições de inscrição na Ordem dos Engenheiros dos profissionais da Metrópole e do Ultramar.

16 de Julho. **Pedro Moura Braz Arsénio Nunes** é empossado Bastonário da Ordem dos Engenheiros, sucedendo a Mercier Marques.

1971

10 de Março. Constituição de uma Comissão para Libertação de Blanqui Teixeira, presidida por Mercier Marques.

10 de Setembro. Blanqui Teixeira é posto em liberdade.

1972

A Ordem dos Engenheiros realiza o 1.º Inquérito sócioeconómico sobre a situação dos Diplomados em Engenharia.

12 de Dezembro. A Assembleia Geral aprova o Código Deontológico dos engenheiros.

1973

O *Boletim* passa a estar sujeito a censura prévia por ordem da Direcção-Geral de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

11 de Janeiro. A Assembleia Geral aprova um conjunto de decisões onde é notório o corte com a organização corporativa.

27 de Fevereiro. Eleições para a Secção Regional de Lisboa.

14 de Maio. Pedro Nunes ameaça demitir-se.

8 de Junho. Pedro Nunes retira o seu pedido de demissão.

1974

9 de Janeiro. Eleições para os Corpos Gerentes da Ordem dos Engenheiros. **Cunha Serra é eleito Bastonário**, sucedendo a Pedro Nunes.

1 de Fevereiro. **João Avelino da Rocha Cunha Serra toma posse.**

22 de Março. A Ordem dos Engenheiros discute o Acordo Intercorporativo.

29 de Abril. O Conselho Regional do Porto adere ao programa do MFA.

– A Direcção da Secção Regional de Lisboa emite uma declaração de princípios manifestando o seu apoio ao programa do MFA.

1 de Maio. A Ordem apela a todos os engenheiros para que participem na manifestação comemorativa do Dia do Trabalhador.

2 de Maio. Reunião de engenheiros no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), promovida pela Secção Regional de Lisboa.

7 de Maio. O Conselho Regional de Lisboa considera que a revisão dos Estatutos não é prioritária.

15 de Maio. O Conselho Regional do Porto apresenta o seu pedido de demissão, e solicita a convocação de uma Assembleia Regional Extraordinária.

18 de Maio. Eleição da Comissão Directiva Provisória da Secção Regional do Porto.

Junho. A Comissão para a Revisão dos Estatutos da Secção Regional do Porto reúne semanalmente.

Agosto. A imprensa notícia a criação de um Sindicato Livre de Engenheiros.

– A Assembleia Regional de Lisboa considera que o Conselho Geral da Ordem deveria implementar uma estratégia de dinamização das Secções Regionais.

Setembro. O Conselho Geral determina a subscricção do Acordo Intercorporativo.

4 de Outubro. O Conselho Geral afasta o Secretário Fernando Pessoa.

12 de Outubro. Fernando Pessoa é suspenso de todas as suas funções.

Novembro. O Conselho Geral mostra-se favorável à criação de uma Confederação de Associações de Engenheiros de Língua Portuguesa.

1975

15 de Março. A Ordem dos Engenheiros congratula-se com a intervenção estatal no sector financeiro.

19 de Maio. O Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros promove, no LNEC, uma reunião onde discute o papel da engenharia na “reconstrução” e desenvolvimento do País.

1976

30 de Janeiro. O Conselho Geral discute a alegada fusão das suas Secretarias com as da Secção Regional de Lisboa.

14 de Abril. Devido à situação financeira da associação, o Conselho Directivo decide não renovar a sua inscrição em algumas associações e federações internacionais.

14 de Maio. É aprovado, por referendo, o novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

14 de Julho. **Manuel Rocha é eleito Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros**, sucedendo a Cunha Serra.

– Publicação do Novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

23 de Julho. **Manuel Rocha toma posse.**

– Entram em funções o Conselho Directivo Nacional e as Comissões de Admissão e de Qualificação Profissional.

1 de Setembro. O Conselho Directivo delibera que o Congresso 77 se deverá realizar em Lisboa.

22 de Setembro. Manuel Rocha visita a sede da Região Centro.

23 de Setembro. O Conselho Directivo adjudica a impressão de 12 000 exemplares do *Estatuto*.

1977

Início da publicação do *Boletim Informativo da Região Centro*.

Março. Conclusão da elaboração dos Regulamentos das três comissões: Admissão, Qualificação Profissional e Editorial.

– O Presidente da FEANI visita as instalações da Ordem.

11 de Março. Constituição da Comissão das Novas Instalações da Ordem dos Engenheiros.

Maio. Entrada em funcionamento da Comissão das Novas Instalações.

Junho. Início da publicação do *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*.

22 de Junho. Aprovação do Regulamento da Comissão de Qualificação Profissional da Ordem dos Engenheiros.

20 a 26 de Novembro. Congresso 77, subordinado ao tema: “A Formação do Engenheiro”.

1978

A Região Sul adquire um terminal de ordenador. Março. O Presidente Nacional dirige várias cartas a empresas privadas, definindo os objectivos e as orientações gerais da actividade cultural da associação.

26 de Setembro. A Ordem dos Engenheiros é considerada um organismo de utilidade pública.

22 a 29 de Novembro. Congresso 78, subordinado ao tema: “A formação do Engenheiro”.

19 de Dezembro. A Região Centro promove uma sessão de esclarecimento sobre a revisão do Estatuto.

1979

A Ordem dos Engenheiros passou a emitir um novo modelo de cédula profissional.

– A Região Sul organiza um ciclo de colóquios, no IST, sobre os grandes projectos da economia nacional.

28 de Fevereiro. Primeira votação do novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros. O texto proposto pelo Conselho Directivo obtém 70% dos votos.

– Eleições para os corpos sociais da Região Centro. **Armando Lencastre é eleito Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros**, sucedendo a Manuel Rocha.

23 de Março. O Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros determina a realização da segunda volta para a revisão dos Estatutos, a 23 de Outubro.

2 de Abril. **Armando Lencastre toma posse.**

27 de Setembro. O consultor jurídico do Conselho Directivo Nacional e da Região Sul conclui que o CDN não devia promover a segunda volta do referendo.

9 de Novembro. As Regiões Norte e Centro apresentam uma proposta de alteração dos Estatutos.

1980

11 de Janeiro. A Assembleia Geral da Região Centro aprova a proposta de alteração dos Estatutos elaborada, juntamente, com a Região Norte.

25 de Janeiro. A proposta de alteração dos Estatutos elaborada pelas Regiões Norte e Centro é enviada ao Presidente Nacional.

Março. Armando Lencastre considera não estarem reunidas as condições para continuar a dirigir a associação.

23 a 29 de Março. Congresso 80 subordinado ao tema: “Desenvolvimento e Regionalização”.

26 de Junho. Segunda votação do Referendo do Estatuto da Ordem dos Engenheiros. Participaram apenas 9% dos membros da Ordem.

Agosto. Armando Lencastre resigna.

7 de Novembro. Última votação do referendo para aprovação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros. A proposta apresentada pela Assembleia Geral da Região Centro e apoiada pelo Conselho Directivo da Região Norte sai vencedora.

14 de Novembro. Eleições para os corpos sociais da Ordem dos Engenheiros. **Vergílio Teixeira Lopo é eleito Presidente Nacional**, sucedendo a Armando Lencastre.

10 de Dezembro. Teixeira Lopo toma posse.

1981

As contas de gerência do Conselho Directivo apresentam um saldo negativo.

– O Conselho Directivo Nacional solicita a admissão da Ordem dos Engenheiros na EUREL – Convenção das Sociedades Nacionais de Electrotécnicos da Europa Ocidental.

Julho. Divulgação do Plano de Actividade do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

14 a 19 de Dezembro. Congresso 81, subordinado ao tema: “A Indústria em Portugal e o Mercado Comum”.

28 de Dezembro. Publicação do **novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros**.

1982

18 de Janeiro. Passa a ser facultativa a inscrição na Caixa de Previdência dos Engenheiros.

Abril. O Presidente da Região Norte defende a descentralização das secções da Ordem dos Engenheiros.

1 de Abril. Toma posse o Conselho Directivo da Região Sul.

– É empossado o Conselho Directivo da Região Centro.

9 de Novembro. 1.^a Reunião da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros.

1983

A Ordem dos Engenheiros fica encarregada de organizar as I Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

1 de Janeiro. O valor das quotas é fixado em 250\$00.

20 a 26 de Novembro. A Ordem dos Engenheiros realiza, no Porto, o Congresso 83. O tema geral era: “A Engenharia e a Qualidade de Vida”.

1984

Fevereiro. A Região Sul propõe Teixeira Lopo como candidato ao cargo de Vice-Presidente da FEANI.

8 de Abril. 1.^{as} Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Maior. O Conselho Directivo Nacional aprova a criação da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros.

19 de Julho. Tomada de posse dos primeiros Corpos Directivos da Delegação dos Açores da Ordem dos Engenheiros.

1985

A Região Sul inicia o carregamento de ficheiros e o processamento informático para o lançamento de quotas.

28 de Fevereiro. Assembleia Eleitoral da Ordem dos Engenheiros. **Oliveira Martins é eleito Presidente Nacional**, sucedendo a Teixeira Lopo.

25 e 29 de Março. Decorre, em Coimbra, o Congresso 85 da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “A Engenharia Portuguesa e o Desenvolvimento Socioeconómico”.

2 de Abril. Tomada de posse do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Julho. Entrada em funcionamento da Delegação Regional de Ponta Delgada.

Agosto. Oliveira Martins é convidado a integrar o elenco do X Governo Constitucional. Simões Cortês passa a desempenhar funções de Vice-Presidente em exercício.

25 de Outubro. Eleição dos primeiros corpos gerentes da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros. Arlindo Cipriano de Oliveira é eleito Presidente do Conselho Directivo.
25 de Novembro. A Assembleia Regional da Região Centro aprova a criação de delegações em todos os distritos da região.

1986

21 de Março. Tomada de posse dos membros da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros.

Junho. 1.º número da revista *Ingenium*.

7 de Julho. Comemoração do 1.º Dia Nacional do Engenheiro.

16 de Outubro. Organização do Simpósio CAD/CAM.

24 a 28 de Novembro. Congresso 86 “A Engenharia Portuguesa e a Integração na CEE”.

1987

A Região Sul adquire equipamento informático.
6 de Abril. É eleito o Delegado Regional de Vila Real.

19 de Abril. Realizam-se no Rio de Janeiro, entre os dias 19 e 25, as segundas Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

14 de Outubro. Criação da Delegação Regional de Vila Real.

1988

A Ordem organiza uma série de debates sobre o PEDIP – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.

18 e 22 de Janeiro. Realiza-se no Porto o Congresso 88 da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema “Engenharia Portuguesa – Ano 2000”.

29 de Fevereiro. Eleições para os órgãos nacionais da Ordem dos Engenheiros. **Simões Cortez é eleito Presidente Nacional.**

7 de Abril. Tomam posse os órgãos eleitos pela Região Sul.

5 a 6 de Maio. II Jornadas de Engenharia Naval.

1 a 5 de Junho. I Semana dos Novos Engenheiros.

7 e 8 de Outubro. A Região Sul esteve presente no Comité Europeu de Engenheiros Civis.

1989

9 a 13 de Outubro. Realiza-se em Coimbra o Congresso 89 da Ordem dos Engenheiros. Subordinado ao tema “Formação e Actualização. Pós-Graduação Presente e Futuro”.

1990

5 de Abril. Aprovação em Referendo Nacional dos novos Estatutos e do Código Deontológico da Ordem dos Engenheiros.

1991

8 de Janeiro. A Assembleia de Representantes aprova a prorrogação das eleições.

2 de Maio. O Governo obtém autorização da Assembleia da República para aprovar os novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros.

1992

23 de Abril. O Conselho de Ministros aprova os novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros.

30 de Junho. Publicação dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros.

6 de Outubro. Eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem dos Engenheiros.

João Vaz Guedes é eleito Bastonário, sucedendo a Simões Cortez.

5 de Novembro. Tomada de posse dos novos dirigentes nacionais da Ordem dos Engenheiros.

12 de Dezembro. É constituído em Paris, o EURO-CASE – The European Council of Applied Sciences and Engineering. A Ordem dos Engenheiros é um dos membros fundadores.

1993

– A Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros chegam a acordo quanto à constituição do novo Comité Nacional FEANI.

- Inauguração do monumento de homenagem a Manuel Rocha.
- Aquisição de um prédio em Coimbra para instalação da Sede da Região Centro.
- Elaboração dos Regulamentos dos Colégios de Especialidade.

1994

A *Ingenium* atinge a tiragem de 30 000 exemplares.

- Inauguração das instalações da sede da Ordem na Região Centro.

12 de Janeiro. Assinatura de um compromisso de actuação conjunta entre a Ordem dos Engenheiros e a Associação dos Arquitectos Portugueses.

30 de Maio. Abertura de concurso para a expansão do edifício sede da Ordem dos Engenheiros.

20 a 24 de Junho. Congresso 94 da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “Engenharia Portuguesa na Viragem do Século”.

Novembro. Adjudicação do projecto de expansão do edifício sede da Ordem dos Engenheiros.

15 de Dezembro. Início das obras no edifício da Sede Nacional e da Região Sul.

1995

Criação da Delegação de Faro.

- A Ordem é membro do CEDIA – Comité Europeu dos Engenheiros Agrónomos.

23 de Fevereiro. Eleições para os órgãos nacionais e regionais. **Maranha das Neves é eleito Bastonário**, sucedendo a Vaz Guedes.

3 de Abril. Tomada de posse dos órgãos dirigentes da Ordem dos Engenheiros.

27 de Abril. Constituição da Academia de Engenharia. A Ordem é nomeada membro honorário.

Julho/Agosto. Publicação da II Série da revista *Ingenium*.

14 de Novembro. Cerimónia de entrega da 1.^a edição do Prémio Secil de Engenharia Civil.

1996

30 de Março. Aprovação dos Regulamentos de funcionamento dos Colégios das Especialidades.

Maio. II Encontro Nacional das Profissões Liberais.

21 a 24 de Novembro. Decorre no Funchal o Congresso/96 subordinado ao tema “A Valorização e a Qualificação Profissional”.

15 de Dezembro. Início dos trabalhos de expansão da sede nacional e da Região Sul.

1997

Criação das Especializações de: Hidráulica e Recursos Hídricos e Planeamento e Ordenamento do Território.

Fevereiro. No editorial da *Ingenium*, Maranh das Neves afirma estar para breve a criação da especialidade de Informática.

22 de Abril. Maranh das Neves toma posse como Secretário de Estado das Obras Públicas, abandonando as funções de Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

27 de Abril. O Vice-Presidente Horácio Maia e Costa passa a exercer funções de Bastonário.

- A Ordem dos Engenheiros compreende **onze especialidades de engenharia:**

- › Engenharia Civil;
- › Engenharia Electrotécnica;
- › Engenharia Mecânica;
- › Engenharia de Minas;
- › Engenharia Química;
- › Engenharia Naval;
- › Engenharia Geográfica;
- › Engenharia Agronómica;
- › Engenharia Silvícola;
- › Engenharia Metalúrgica e dos Materiais;
- › Engenharia Informática.

1998

Ao longo do ano a Ordem recebe 9 pedidos de acreditação de cursos.

- Criação do Gabinete de Cooperação.

26 de Fevereiro. Eleições para os órgãos nacionais e regionais. **Francisco Sousa Soares é eleito Bastonário**.

2 de Abril. Tomada de posse dos órgãos dirigentes da Ordem dos Engenheiros.

8 de Junho. Inauguração das novas instalações da Sede Nacional e da Região Sul.

18 a 21 de Junho. Congresso 98 da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “A Engenharia Portuguesa no Mundo”.

18 de Junho. Assinatura de um Protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a Associação dos Engenheiros e Arquitectos de Cabo Verde.

Julho. Constituição da empresa editorial *Ingenium*, Edições, L.^{da} Os sócios são a Ordem dos Engenheiros e a Caixa de Previdência dos Engenheiros.

Novembro. A Ordem recebe uma delegação da CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia do Brasil.

– A Ordem associa-se ao Instituto Português da Qualidade.

31 de Dezembro. O Colégio de Engenharia Civil aprova a criação das seguintes especializações:

- › Ambiente;
- › Estruturas;
- › Geotecnia;
- › Hidráulica e Recursos Hídricos;
- › Planeamento e Ordenamento do Território;
- › Transportes/Vias de Comunicação.

1999

Assinatura de um Protocolo com a Associação Nacional de Municípios.

– Criação da Especialização em Direcção e Gestão da Construção.

– Aprovação do Regulamento das Delegações Distritais.

– A Ordem associa-se à Academia de Engenharia e à Associação Industrial Portuguesa tendo em vista a concretização do Projecto “Engenharia e Tecnologia 2000”.

– Dinamização da Loja do Engenheiro.

– A Ordem recebe 19 pedidos de acreditação de cursos.

– A Direcção-Geral de Edifícios elege a Sede da Ordem como edifício-piloto na área da climatização.

– Os funcionários da Ordem dispõem já de endereço informático.

3 de Março. O Conselho Coordenador dos Colégios mostra-se favorável à criação da Especialidade de Engenharia do Ambiente.

11 de Março. O Conselho de Admissão e Qualificação é favorável à criação do Colégio de Engenharia do Ambiente.

19 de Março. O Conselho Directivo Nacional aprova, por unanimidade, a **criação do Colégio de Engenharia do Ambiente**.

20 a 22 de Maio. Jornadas Insulares de Engenharia, organizadas pela Secção Regional da Madeira.

23 e 31 de Outubro. I Encontro de Engenheiros da Lusofonia, realizado em Macau.

2000

II Encontro de Engenheiros da Lusofonia.

– A Ordem compreende 16 especializações.

21 a 22 de Setembro. XIII Congresso da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema “Engenharia e Cultura”.

2001

7 de Fevereiro. Inauguração das instalações de Évora da Ordem dos Engenheiros.

21 de Fevereiro. Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Engenheiros.

Sousa Soares é reeleito.

16 de Março. Primeiras Jornadas de Engenharia de Climatização.

2 de Abril. Tomada de posse dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros.

– Novo *lay-out* da página da Internet da Ordem dos Engenheiros.

26 de Março. Tomada de posse dos corpos sociais da Academia de Engenharia.

18 de Maio. Reunião anual dos presidentes das Associações de Engenheiros da União Europeia.

21 de Junho. Primeira Convenção de Delegados da Ordem dos Engenheiros.

6 de Julho. Inauguração das instalações de Vila Real da Ordem dos Engenheiros.

8 de Outubro. II Cimeira das Engenharias da CPLP.

23 de Outubro. Primeiras Jornadas de Especialização de Direcção e Gestão da Construção.

2 de Novembro. Assinatura de um protocolo de cooperação com a Accreditation Board on Engineering and Technology (ABET).

8 de Novembro. Assinatura de um protocolo com a CONFEA (Confederação dos Engenheiros Brasileiros).

24 de Novembro. Inauguração da Sede da Delegação de Santarém.

2002

14 de Fevereiro. Inauguração das instalações da Delegação de Viana do Castelo.

4 de Março. Sousa Soares é eleito presidente do CLAIU.

18 de Maio. Tomada de posse dos primeiros órgãos eleitos da Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde.

25 de Maio. Inauguração das instalações da Delegação de Viseu.

27 a 29 de Junho. XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros subordinado ao tema:

“O Ensino da Engenharia”.

11 de Setembro. A Ordem recebe uma Delegação de Macau.

16 de Setembro. O CLAIU reúne em Lisboa.

23 a 27 de Setembro, IV Encontro dos Engenheiros da Lusofonia.

3 de Outubro. Inauguração das novas instalações da Caixa de Previdência dos Engenheiros.

9 de Outubro. A Ordem recebe uma Delegação de engenheiros australianos.

3 de Novembro. A Ordem participa na comemoração dos 150 anos da American Society of Civil Engineers.

4 de Dezembro. Inauguração das instalações da Delegação Distrital de Faro.

2003

Criação da Especialização em Engenharia Alimentar.

Janeiro-Março. Exposição *Engenho e Obra*, na Cordoaria Nacional, dedicada à história da engenharia em Portugal. Recebeu o Dibner Award of the Society for the History of Technology do ano de 2003, o mais importante prémio internacional para exposições na área da história da tecnologia. A Exposição fazia parte de um projecto nacional sobre a história da engenharia portuguesa coordenada por J. M.

Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo.

1 de Fevereiro. Inauguração das instalações da Delegação de Leiria.

21 de Fevereiro. I Cimeira Ibérica das Engenharias.

14 de Março. Assinatura de um Protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a Associação dos Industriais da Construção e Obras Públicas.

16 de Junho. Primeiras Jornadas de Engenharia Alimentar.

27 a 28 de Junho. II Convenção de Delegados Distritais.

30 de Junho. Inauguração das instalações da Delegação Distrital de Bragança.

10 de Setembro. Sousa Soares recebe o Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde.

10 de Novembro. 1.^a Semana de Portas Abertas para estudantes de engenharia.

5 de Dezembro. Inauguração das instalações da Delegação de Braga da Ordem dos Engenheiros.

10 a 12 de Dezembro. Sousa Soares participa na 60.^a Semana de Engenharia do Brasil.

2004

28 de Janeiro. Assinatura de um Protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a RTP.

27 de Fevereiro. Eleições para os órgãos nacionais e regionais da Ordem dos Engenheiros.

Fernando Santo é eleito Bastonário, sucedendo a Francisco Sousa Soares.

19 de Março. Primeiras Jornadas de Engenharia Acústica.

31 de Março. Tomada de posse dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros.

1 de Abril. Os Órgãos Regionais do Norte tomam posse.

2 de Abril. Tomam posse os Órgãos Regionais do Centro.

– Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Regionais do Sul.

3 de Abril. A Secção Regional da Madeira é empossada.

27 de Abril. Tomada de posse da Secção Regional dos Açores.

13 de Maio. Aprovação do Plano Estratégico do Conselho Directivo Nacional.
 19 de Junho. Inauguração da sede da Delegação Distrital de Castelo Branco.
 20 de Julho. Visita do Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Moçambique.
 11 de Outubro. A Ordem recebe os presidentes das Associações de Estudantes das escolas de engenharia da Região Sul.
 21 a 22 de Outubro. XV Congresso da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “A importância da Engenharia na Competitividade”.
 25 de Outubro. Visita dos Bastonários das Ordens dos Engenheiros de Angola, Cabo Verde, Moçambique.
 6 de Novembro. I Encontro de Engenheiros do distrito de Aveiro.
 8 de Novembro. Tomada de posse dos membros do Conselho Geral da Direcção da Caixa de Previdência da Ordem dos Engenheiros.
 15 a 19 de Novembro. 2.ª Semana Portas Abertas.
 30 de Dezembro. É colocado *on-line* o Portal do Engenheiro.

2005

6 de Janeiro. A Ordem assina um protocolo com a Visabeira.
 Abril. Inquérito de Caracterização e Identificação das Necessidades dos Membros da Ordem dos Engenheiros.
 24 de Abril. O Bastonário é recebido pelo Secretário de Estado da Administração Local.
 Julho. Fernando Santo desloca-se a Cabo Verde.
 Agosto. A Região Centro organiza uma viagem à China.
 30 de Agosto a 1 de Setembro. IV Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia.
 5 de Outubro. A Ordem participa nas comemorações do I Centenário do Instituto de la Ingeniería de España.
 22 de Outubro. II Encontro dos Dirigentes Regionais Norte.
 5 de Novembro. II Encontro de Engenheiros do distrito de Aveiro.

2006

Janeiro. A *Ingenium* começa a ser distribuída em Moçambique e em Cabo Verde.
 6 de Janeiro. O Colégio Nacional de Engenharia Agronómica organiza uma sessão dedicada ao Acto de Engenharia Agronómica.
 8 de Fevereiro. Os Colégios Nacionais de Engenharia Agronómica e de Engenharia Florestal organizam um debate subordinado ao tema: “Seca na Agricultura e Incêndios nas Florestas: fatalidade ou um problema de engenharia”.
 17 de Fevereiro. O Presidente da Associação dos Engenheiros Navais e Oceânicos de Espanha visita a Ordem dos Engenheiros.
 22 de Fevereiro. A Ordem dos Engenheiros organiza em conjunto com a Associação Empresarial de Portugal e a Associação Industrial Portuguesa um ciclo de conferências dedicado à energia.
 8 de Março. O Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro profere, na sede da Ordem, uma conferência subordinada ao tema: “Decisões políticas e Desenvolvimento Tecnológico”.
 17 de Março. II Jornadas de Engenharia Acústica.
 6 de Maio. Abertura de um concurso para remodelação das instalações da Sede da Região Norte da Ordem dos Engenheiros.
 11 de Maio. O Conselho Directivo Nacional aprova a constituição da Comissão Executiva da Especialização de Refrigeração.
 2 de Junho. 1.º Encontro Nacional de Engenheiros Municipais.
 5 de Junho. Homenagem a Jorge de Sena.
 6 de Junho. O Presidente da República, Cavaco Silva, recebe a Ordem dos Engenheiros.
 30 de Junho. Jantar comemorativo do 70.º aniversário da Ordem dos Engenheiros no Campo Pequeno. O encontro contou com a presença de 1070 participantes.
 30 de Junho. Comemoração do 20.º aniversário da revista *Ingenium*.
 11 de Agosto. A Ordem dos Engenheiros assina com a Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde um protocolo adicional de cooperação.

13 de Setembro. Acordo de cooperação entre a Ordem dos Engenheiros e a Associação dos Engenheiros Navais e Oceânicos de Espanha.

27 de Setembro. O CNPL passa a designar-se Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

1 a 4 de Outubro. XVI Congresso da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “A Engenharia ao Serviço do País”.

2 de Outubro. Inauguração da nova sede da Secção Regional dos Açores.

4 de Outubro. Assinatura de um protocolo de colaboração da Ordem dos Engenheiros com a Ordem dos Engenheiros de Angola.

28 de Outubro. Reunião Extraordinária da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros. São aprovadas alterações aos Regulamentos de Eleições e Referendos e Admissão e Qualificação. Durante a reunião é ainda votada favoravelmente a criação de um Fundo de Pensões.

6 a 10 de Novembro. 3.^a Semana de Portas Abertas.

11 de Novembro. III Encontro de Engenheiros do Distrito de Aveiro.

16 de Novembro. A European Network for Accreditation of Engineering Education reconhece a Ordem dos Engenheiros como instituição de acreditação EUR-ACE.

25 de Novembro. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro em Tavira.

2007

27 de Fevereiro. Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Engenheiros. Reeleição do Bastonário **Fernando Santo**, com 10, 3% dos votos dos membros efectivos.

2 de Abril. Tomada de posse dos Órgãos Nacionais da OE.

18 de Julho. Tomam posse os membros do Conselho Jurisdicional da OE.

Setembro. Realiza-se em Coimbra a Conferência Internacional sobre Engenharia e Formação ICEE 2007.

Setembro. Assinatura de um protocolo de colaboração entre a Ordem dos Engenheiros e o Instituto de Engenharia do Paraná.

5 de Novembro. Criação da Agência de Acreditação. A Ordem dos Engenheiros deixa de poder acreditar cursos de ensino superior de engenharia, passando a ter, apenas, a possibilidade de integrar as Comissões de Avaliação dos Cursos de Engenharia.

24 de Novembro. Figueira da Foz. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro. Celebração do 50.^o aniversário da criação da Região Centro da Ordem dos Engenheiros.

Dezembro. O Conselho Directivo Nacional decide apoiar a aquisição do edifício sede da Secção Regional da Madeira.

2008

Devido à crise financeira mundial a OE decide adiar a realização do Fundo de Pensões.

12 de Fevereiro. Toma posse a Comissão Executiva da Especialização em Segurança no Trabalho da Construção.

19 de Fevereiro. Tomada de posse da Comissão Executiva da Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.

12 a 14 de Março. 1.^o Encontro das Associações de Engenheiros Civis dos Países de Língua Portuguesa e Castelhana. Aprovação da Declaração de Lisboa, documento composto por 20 pontos principais relativos ao exercício da profissão de engenheiro civil. Estiveram representados 16 países.

7 de Maio. O Bastonário da OE encontra-se com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago, com quem discute a alteração dos Estatutos da Ordem e a admissão de licenciados em engenharia.

Julho. O Colégio de Engenheiros Civis do Estado de Jalisco, no México, visita a Ordem dos Engenheiros.

2 a 4 de Setembro. Maputo. 5.^o Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia.

1 a 3 de Outubro. XVII Congresso da Ordem dos Engenheiros, realizado no Theatro Circo, em Braga, subordinado ao tema “A Internacionalização da Engenharia Portuguesa”.

22 de Novembro. Lisboa. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro. Criação

da associação Engenharia para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária (EpDAH).
 2 a 6 de Dezembro. Realiza-se em Brasília a World Engineers Convention 2008 e o II Encontro de Associações Profissionais de Engenheiros Cíveis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana. Fernando Santo é eleito presidente do Conselho Executivo das Associações Profissionais de Engenheiros Cíveis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana.
 19 de Dezembro, O Conselho Directivo Nacional aprova a criação de uma *newsletter* mensal.

2009

É aprovada a realização de um novo inquérito aos membros da Ordem.
 O Conselho Directivo Nacional aprova a aquisição de um edifício, em Ponta Delgada, para a instalação da Secção Regional dos Açores da OE. Inauguração da entrada principal da Sede Nacional da OE.
 O Colégio de Engenharia Metalúrgica e de Materiais passa a designar-se Colégio de Engenharia de Materiais.
 Proposta de criação do Colégio de Especialidade de Engenharia Alimentar.
 20 de Janeiro. A Ordem dos Engenheiros recebe uma delegação do Ilustre Colégio Oficial de Ingenieros Industriales de Galícia.
 4 de Fevereiro. Participação do Bastonário e dos Vice-Presidentes, Sebastião Feyo de Azevedo e Victor Gonçalves de Brito, na audição conjunta, realizada pela Comissão de Trabalho Segurança Social e Administração Pública e pela Comissão de Educação e Ciência, acerca do reconhecimento do grau de licenciatura em engenharia pós-Bolonha e da atribuição do título de engenheiro.
 13 de Fevereiro. Fernando Santo e o Presidente da Associação Latino Americana de Engenharia e Segurança no Trabalho, Cezar Benoliel, defendem, em audiência com o embaixador do Brasil em Portugal, a necessidade de uma maior cooperação profissional entre os engenheiros dos países de língua oficial portuguesa.

27 de Fevereiro. Eleição da Comissão Executiva da Especialização em Engenharia Acústica.
 Abril. Divulgação do n.º da *Newsletter* Nacional da Ordem dos Engenheiros.
 27 de Abril. Fórum “Oportunidades de Negócios na Construção na América Latina”, promovido pela Ordem dos Engenheiros e pelo IPDAL – Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina.
 21 de Maio. Eleição da Comissão Executiva da Especialização em Avaliações de Engenharia.
 10 de Junho. Fernando Santo é condecorado pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Mérito.
 3 de Julho. Revogação do Decreto 737/73 e publicação da Lei 31/2009. O novo diploma determina a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos.
 10 de Setembro. Publicação da Portaria 1031/2009 determinando que, a partir do ano lectivo 2012/2013, passe a ser obrigatório a realização do exame de Matemática para ingresso em qualquer curso superior de engenharia.
 9 de Outubro. Eleição da Comissão Executiva da Especialização de Luminotécnica.
 28 de Novembro. Viana do Castelo. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro.

2010

26 de Fevereiro. Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Engenheiros. Foram três as listas concorrentes ao lugar de Bastonário e Vice-Presidente, encabeçadas respectivamente por: Carlos Alberto Matias Ramos, Fernando Coutinho da Silveira Ramos e Luís Carlos Correia Malheiro da Silva. **Carlos Matias Ramos** venceu, reunindo 54,7% dos votos.
 31 de Março. Tomada de posse do Bastonário e dos Órgãos Nacionais da OE.
 22 de Abril. Assinatura da escritura de aquisição das novas instalações da delegação distrital de Aveiro da Ordem dos Engenheiros.

29 de Abril. A Ordem dos Engenheiros entrega na Assembleia da República uma petição, com 4417 assinaturas, pedindo a suspensão da portaria 1379/2009.

Junho. Criação de uma base de dados destinada a registar todas as informação relativas aos membros da OE que integraram Órgãos Nacionais desde 1936 até à actualidade.

17 de Junho. Eleições para as Comissões Executivas das Especializações.

2 de Julho. Tomam posse os membros das Comissões Executivas das Especializações.

Agosto. A Ordem dos Engenheiros lança o serviço “Bolsa de Emprego”.

14 de Setembro. O Conselho Directivo Nacional aprova a compra da fracção de um edifício para instalação da delegação distrital de Évora da Ordem dos Engenheiros.

3 de Novembro. Reunião dos representantes das Ordens dos Engenheiros da CPLP, na sede nacional da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa.

4 a 6 de Novembro. Aveiro. Realização do XVIII Congresso da Ordem dos Engenheiros, subordinado ao tema: “A Engenharia no Século XXI – Qualificação, Inovação, Empreendedorismo”.

5 de Novembro. Constituição da Comunidade das Organizações de Engenheiros dos Países de Língua Portuguesa.

27 de Novembro. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro. A cerimónia realiza-se no Funchal.

2011

21 de Janeiro. A Assembleia da República decide criar a Ordem dos Engenheiros Técnicos. O Conselho Directivo Nacional da OE manifesta em comunicado a sua total discordância.

Janeiro. É colocado *online* o novo portal da Ordem dos Engenheiros.

2 a 4 de Fevereiro. V Encontro de Engenharia Civil Norte Portugal-Galiza, subordinado ao tema: “Património Construído”.

21 a 25 de Fevereiro. O bastonário da OE, Carlos Matias Ramos, participa no “Encontro de Lideranças 2011”, realizado em Brasília.

25 de Março. Assinatura de um protocolo de mobilidade entre engenheiros civis de Portugal e Espanha. O objectivo do acordo é facilitar a acreditação e reconhecimento dos títulos profissionais dos engenheiros do Colégio de Engenharia Civil da OE e dos Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos do Colégio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos.

14 de Maio. Protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a Câmara Municipal de Lisboa, a sua finalidade é a instituição do Prémio Manuel da Maia.

14 e 15 de Maio. É comemorado pela primeira vez o Dia Regional do Engenheiro da Região Sul.

28 de Maio. Seia. XIII Encontro Regional do Engenheiro.

9 de Julho. Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros aprova novo Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ). Pela primeira vez, a Ordem passa a admitir o ingresso de licenciados com três anos de formação.

26 de Novembro. Coimbra, celebração do Dia Nacional do Engenheiro. Comemoração do 75.º aniversário da Ordem dos Engenheiros.

Presidentes e Bastonários da Ordem dos Engenheiros (1936-2011)

NOME	CARGO	DATA INÍCIO	DATA FIM
CORREIA, António de Almeida Vasconcelos	Presidente do Conselho Directivo	20-01-1937	29-02-1940
SÁ, Francisco Augusto Ramos Coelho de	Presidente do Conselho Directivo	29-02-1940	19-08-1942
CABRAL, Gonçalo de Vasconcelos Pereira	Presidente do Conselho Directivo	19-02-1943	25-04-1945
DIAS JÚNIOR, José Nascimento Ferreira	Presidente do Conselho Directivo	25-04-1945	20-03-1947
FONSECA, José de Mascarenhas Pedroso Belard da	Presidente do Conselho Directivo	20-03-1947	28-02-1950
DUARTE, Ricardo Esquível Teixeira	Presidente do Conselho Directivo	28-02-1950	21-07-1952
COUVREUR, Raul da Costa	Presidente do Conselho Directivo	21-07-1952	20-02-1953
BARBOSA, Daniel Maria Vieira	Presidente do Conselho Directivo	20-02-1953	06-11-1956
SARMENTO, Albano do Carmo Rodrigues	Bastonário	11-05-1960	06-03-1964
MARQUES, José Mercier	Bastonário	06-03-1964	16-07-1970
NUNES, Pedro Moura Brás Arsénio	Bastonário	16-07-1970	01-02-1974
SERRA, João Avelino da Rocha Cunha	Bastonário	01-02-1974	23-07-1976
ROCHA, Manuel Coelho Mendes da	Presidente Nacional	23-07-1976	02-04-1979
LENCASTRE, Armando Monteiro Soares Coutinho de	Presidente Nacional	02-04-1979	00-08-1980
LOPO, Virgílio Rui Teixeira	Presidente Nacional	10-12-1980	02-04-1985
MARTINS, João Maria Leitão de Oliveira	Presidente Nacional	02-04-1985	04-04-1988
CORTEZ, José António Simões	Presidente Nacional	04-04-1988	05-11-1992
GUEDES, João de Queiroz Vaz	Bastonário	05-11-1992	03-04-1995
NEVES, Emanuel Maranha das	Bastonário	03-04-1995	02-04-1998
COSTA, Horácio Ferreira Maia e	Bastonário em exercício	27-04-1997	02-04-1998
SOARES, Francisco Maria Burguete de Sousa	Bastonário	02-04-1998	02-04-2001
SOARES, Francisco Maria Burguete de Sousa	Bastonário	02-04-2001	31-03-2004
SANTO, Fernando Ferreira	Bastonário	31-03-2004	02-04-2007
SANTO, Fernando Ferreira	Bastonário	02-04-2007	31-03-2010
RAMOS, Carlos Alberto Matias	Bastonário	31-03-2010	

Fontes e Bibliografia

1. Arquivos

Arquivo da Ordem dos Engenheiros

Actas 2004 – Avaliação

Actas da Comissão de Admissão. Comissão de Coordenação da Actividade Cultural. Comissão Editorial. Comissão de qualificação profissional. Distribuição dos encargos da “Casa de Lisboa”

Actas da Secção de Engenharia de Minas

Actas das Reuniões da Comissão Administrativa da Ordem dos Engenheiros, 1939-.

Actas das Reuniões do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros, 1937-.

Actas do CDN (Out. 1996-1997); CCC (1997) CNPL e Assembleia de Representantes 96/97

Actas do Conselho Directivo Nacional, (17 volumes)

Assembleia de Representantes (1999)

Assembleia de Representantes do Conselho Directivo Nacional (1982)

CDN – Cópias de Correspondência – Saídas, Outubro-Dezembro de 1993, n.ºs 2826 a 4000

CDN – Actas 1967-1977, Proc. N.º 12

CDN – Actas 1976-1980, Proc. N.º 11

CDN – Actas da comissão de qualificação profissional (1976-1981)

CDN – Alterações de moradas (2001)

CDN – Eurocase – European Council of Applied Sciences and Engineering

CDN – Inscrição de membros efectivos (1979-1990)

CDN – Inscrição de membros efectivos (1991-1993)

CDN – Mapas trimestrais dos estagiários (2 dossiers)

CDN – Movimento Associativo Geral (1997 e 2003)

CDN – Representações da Ordem

CDN – Representações da Ordem

CDN – Reuniões Inter Ordem. Criação da CNPL (1982-1989)

Circulares de Deliberação do Conselho Directivo Nacional (1999-2002)

Civil 2004,

Conselho Económico e Social

Conselho Fiscal Nacional, de 1977 a 1988

Conselho Geral – Registo de entrada e movimento dos pedidos de autorização de trabalho a favor de súbditos estrangeiros

Conselho Geral – Correspondência Expedida (95 volumes)

Deslocações em serviço de membros da Ordem.

Participação ao seguro (AXA) (2001-2003)

Divisão de Avaliação e Conservação Cadastral – Relação de dados cadastrais

Documentos Assembleias Prof. Armando Lencastre

Eleições nacionais triénio (1985-1987) – Comissão Adm. e Qualif., Comissões Culturais

Eleições para os órgãos da Ordem (triénio 1992-1995)

Especialidades colégios (8 dossiers)

Exames de admissão à Ordem (2002-2003)

Hotelaria, Estante

Ingenium, Estante

Leis e Decretos e resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia
 Les Presses de l'Unesco Paris (1974)
 Livro de Actas da Assembleia Geral (26 de Outubro de 1973 a 27 de Outubro de 1975)
 Livro de Actas das Reuniões do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros.
 Livro de Actas n.º 1 – Comissão de Organização, Preparação e Aperfeiçoamento Profissionais – Secção de Engenharia de Minas
 Livro de Actas n.º 1 – Divisão Cultural de Obras Fluviais – Secção de Engenharia Civil
 Livro de Actas n.º 1 – Divisão Cultural de Obras Marítimas – Secção de Engenharia Civil
 Livro de Actas n.º 2. Divisão Cultural de Pontes e Estruturas. Comissão Executiva Secção de Engenharia Civil.
 Livro de registo do Movimento Associativo
 Livro n.º 1. Actas das reuniões da Comissão Coordenadora. Secção de Engenharia Civil
 Minutas das actas do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros.
 Movimento Associativo (1975-1995)
 Movimento Associativo do Centro (1982-1992)
 Movimento Associativo da região Norte (1981-1991)
 Pasta Verde: ordens de serviço
 Processo eleitoral órgãos nacionais (1988-1991)
 Project de Codification des qualifications professionnelles du domaine technique (1970)
 Regalias – Guias (1998-1999)
 Regulamentos Colégios
 Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativos aos anos de 1937-1951.
 Relatórios. Regiões (Porto, Coimbra e Lisboa)
 Representações da Ordem (08.01.1938-08.01.1958)
 Secção de Engenharia Civil – Actas da Comissão de Engenharia Sanitária
 Secção de Engenharia Civil – Actas da Comissão de Mecânica dos Solos

Secção de Engenharia Civil – Actas da Comissão de Pontes e Estruturas
 Secção de Engenharia Civil – Actas da Comissão de Urbanismo e Habitação
 Secção de Engenharia Civil. Livro de Actas da Divisão Cultural de Mecânica dos Solos, n.º 2
 Secção Regional de Lisboa – Correspondência expedida
 Secção Regional de Lisboa – Correspondência Expedida
 Termos dos Autos de Posse dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo, do Conselho Disciplinar e da Comissão Revisora de Contas.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Conselho Geral das Obras Públicas e Minas (1859-1868), CGOPM –1
 Direcção de Edifícios Públicos, Serviço de construção, 1.ª secção, Mapa demonstrativo do trabalho executado por tarefa operário (1898), DEPFM 8
 Direcção de Edifícios Públicos, Serviço de construção, 1.ª secção, Livro de Lançamento de despesa das obras (1898), DOP Lisboa 7
 Direcção de Edifícios Públicos, Serviço de construção, 1.ª secção, Processos sem número (1897-1899) (inclui correspondência do arquitecto Ventura Terra, DOP Lisboa 14
 Direcção de Edifícios Públicos, Serviço de construção, 1.ª secção – Talões de requisições de tarefas da obra de reconstituição da Câmara dos Senhores Deputados (1897-1899), DEPFM 3
 Direcção de Edifícios Públicos, Serviço de construção, 1.ª secção – Processos numerados (1897-1898), DOP Lisboa 13
 Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1.ª Direcção – Secção de Obras no Edifício das Cortes, DOP Lisboa 11
 Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1.ª Direcção – Requisições de material (1901-1902), DOP Lisboa 12

- Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1.ª Direcção – Processos numerados (1901-1908), DOP Lisboa 13
- Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1.ª Direcção – Processos sem número (1901-1910), DOP Lisboa 14
- Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1.ª Direcção – Secção de Obras no Edifício das Cortes, Inventários de ferramentas e utensílios (1903-1908), DOP Lisboa 15
- Direcção Especial de Edifícios Públicos e Faróis, Serviço de Construção, 1.ª Secção (Cortes). Processos numerados (1896-1897), DOP Lisboa 13
- Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas. Repartição de Manufacturas. 1.ª Secção. Documentos Respeitantes à Escola Industrial do Porto, DGCAM-RM-1S-3
- Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas. Repartição de Manufacturas. 1.ª secção. Documentos respeitantes ao ensino industrial (1857-1859), DGCAM-RM-1S-1
- Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas. Repartição de Manufacturas. 1.ª Secção. Documentos respeitantes ao Instituto Industrial de Lisboa, DGCAM-RM-1S-2
- Ministério do Reino, 2.ª Direcção, 1.ª Repartição, Representação da Companhia das Obras Públicas de Portugal (1845-1847), MR2 D-1R
- Ministério do Reino, 2.ª Direcção, 1.ª Repartição. Documentos da Comissão de Exame e Liquidação das Contas da Companhia das Obras Públicas de Portugal, MR-2D-1R 12
- Ministério do Reino, 2.ª Direcção, 1.ª Repartição. Relatórios dos delegados da Inspeção Geral das Obras Públicas sobre os trabalhos executados pela Companhia das Obras Públicas de Portugal (1845-1848), MR 2D-1R8
- Processos individuais (nomeadamente dos Presidentes / Bastonários da Ordem dos Engenheiros)
- Repartição do Comércio e Serviços Gerais, 1.ª Secção. Registo da Correspondência entrada acerca de associações de classe (1896-1898), RCSG-1S2
- Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social**
- Ordem dos Engenheiros (Correspondência) de Março de 1972 a 1987, Cx. 1460, Vol I
- Centro de Informação e Documentação da Direcção-Geral de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança**
- Ordem dos Engenheiros – Corpos Gerentes, (1947-1967)
- Ordem dos Engenheiros – Inspeções, (1952-1954)
- Ordem dos Engenheiros – Inspeções, (1944-1974)
- Ordem dos Engenheiros – Secção Regional de Coimbra. Inspeções (1964-1969)
- Ordem dos Engenheiros – Inspeções, (1955-1974)
- Ordem dos Engenheiros – Inspeções, (1955-1974)
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Arquivo Oliveira Salazar**
- ABECASIS, Duarte (23.11.1945-09.08.1968), AOS/CP-1
- BARBOSA, Daniel Vieira, AOS/CP-23/24, AOS/CO/PC-77
- BARRETO, Álvaro Salvação (19.10.1933-17.02.1965), AOS/CP-26
- BIVAR, Manuel (10.11.1947), AOS/CP-35
- CAMPOS, Ezequiel de (08.01.1956-22.10.1965), AOS/CP-45, AOS/CP-46, AOS/CO/EC-8.ª, AOS/CO/IN-2.ª, AOS/CO/OP-4, AOS/CO/OP-4B
- CASTRO, M.A. Teixeira de (04.11.1937), AOS/CP-61
- Comemorações do aniversário do Estatuto Nacional do Trabalho, AOS/CO/CR – 4
- CORREIA, Araújo (02.03.1933-23.06.1959), AOS/CP-70

- Correspondência das Corporações (1947-1965), AOS/CO/CR-4
- Correspondência Oficial – Interior (1935-1960). (Regulamentação do direito de Associação – 1954), AOS/CO/IN-1D
- Correspondência Oficial – Presidência do Conselho (1931-1943) (Estatuto do Trabalho Nacional (1933), AOS/CO/PC-10A
- Correspondência Oficial – Presidência do Conselho (1953-1958) (Relações de Engenheiros e Arquitectos), AOS/CO/PC-81B
- Correspondência Oficial – Presidência do Conselho (1953-1967) (Pedido de revisão da situação dos engenheiros auxiliares, agentes técnicos de engenharia e condutores ao serviço do Estado [1966]), AOS/CO/PC-69
- Correspondência Oficial – Presidência do Conselho (1953-1967). Apresentação de exposição à Câmara Corporativa sobre a Engenharia e a escolha de uma carreira, por Ernesto Fernando Cardoso de Paiva (1970), AOS/CO/PC-70
- Correspondência Oficial – Presidência do Conselho 1931-1942, Julho 14, AOS/ CO/ PC-10 B
- Correspondência Oficial das Corporações (1929-1958) (Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Cíveis no Património da Ordem dos Engenheiros), AOS/CO/CR-2
- Correspondência Oficial das Corporações (1956-1967) [Eleições para a Constituição da Ordem dos Engenheiros (1957)], AOS/CO/CR-3
- Correspondência Oficial das Corporações Realização do Colóquio Nacional do trabalho (1966) em Luanda, AOS/CO/CR6
- Correspondência Oficial das Corporações, AOS/CO/CR-1
- Correspondência Oficial, Educação (1953-1955). Contribuição da Ordem dos Engenheiros para o estudo da reforma do ensino da Engenharia em Portugal, AOS/CO/ED-2
- COSTA, João Pedro da (11.01.1954), AOS/CP-79
- COSTA, Luís Cincinato da (24.10.1962), AOS/CP-79
- CRESPO, António Joaquim Simões (12.11.1951), AOS/CP-83
- Desemprego de engenheiros (1954), AOS/CO/OP/-1D
- DIAS, José Nascimento Ferreira (27.12.1943), AOS/CP-96, AOS/CO/EC-51, AOS/CO/EC-6A
- FARIA, Leal de, AOS/CP-105
- FERREIRA, João M. (10.02.1959), AOS/CP-110
- FONSECA, José Belard da, AOS/CP-118
- FONSECA, José Soares da, AOS/CP-119, AOS/CP-120
- FONTES, Guilherme Filipe de Menezes, AOS/CP-120
- GAMBETA, Agostinho Ferreira, AOS/CP-123
- GARCIA, António Barata, AOS/CP-124
- GARCIA, José d'Orta Cano Pulido, AOS/CP-124
- GOMES, José Aires de Santa Clara, AOS/CP-128
- GONÇALVES, Fernando Ivo (04.1963), AOS/CP-131
- GONÇALVES, Inácio (22.05.1953), AOS/CP-131
- GOUVEIA, José Eduardo Mello, AOS/CP-132
- GRAÇA, Luís Quartin (01.07.1944-14.07.1968), AOS/CP-133
- GRAÇA, Ricardo (19.08.1963), AOS/CP-134
- Informação sobre engenheiros e arquitectos, AOS/CO/OP-10
- Instalações para o ensino técnico-profissional inauguradas em 1958, AOS/CO/OP – 8
- LACHENIT, Otto (18.08.1929-07.09.1954), AOS/CP-148
- LAPA, Bernardino da Silva (04.07.1954-30.09.1959), AOS/CP-149
- LEÓNIDAS, Vasco (29.12.1966), AOS/CP-153
- LOPES, António Calheiros (17.11.1958-30.11.1964), AOS/CP-156
- MACEDO, Henrique Veiga de, AOS/CP-162, AOS/CP-163
- MARQUES, José Mercier (16.09.1955-18.02.1959), AOS/CP-169

- MENDES, Roberto Espregueira (17.11.1943-03.07.1959), AOS/CP-179
- Mendiguren, Alfredo Moreno, AOS/CP-179
- MORAIS, António Trigo de, AOS/CP-184, AOS/CP-185
- PACHECO, Duarte (26.01.1938-26.05.1943), AOS/CP-207
- PINTO, António da Silva (13.10.1951-10.04.1954), AOS/CP-221
- PIRES, Domingos Rosado Victória (14.04.1951-19.07.1968), AOS/CP-225
- QUEIROZ, Higino (17.06.1946-24.05.1950), AOS/CP-232
- RAMIRES, Sebastião (23.11.1931-28.05.1964), AOS/CP-234
- Regulamentação do Funcionamento das Associações (1934), AOS/CO/IN-1B
- SALGADO, Joaquim José, AOS/CP-247
- SANTOS, Carlos (06.08.1931-22.02.1968), AOS/CP-249
- SARMENTO, Albano do Carmo Rodrigues (23.06.1948-18.03.1953), AOS/CP-252
- VAZ, José Albino Machado (13.04.1967-20.08.1968), AOS/CP-276
- Visita a Portugal de um grupo da sociedade mineira de engenheiros de Belo Horizonte, Minas Gerais (1959), AOS/CO/PC – 49
- ZAGALLO, Augusto Soares Ramos Cordeiro (24.04.1953), AOS/CP-284
- ZAGALLO, José Pereira (25.06.1963-27.09.1963), AOS/CP-284
- ZILHÃO, Manuel António Soares, AOS/CP-284
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Arquivo Marcelo Caetano**
- Artigo “A criação do Sub-Secretariado das Corporações” (1933-04-15), PT/TT/PS/AMC/05-01/45, AMC, Caixa 1, Artigos de Imprensa, n.º 45
- Artigo do jornal “A crise do corporativismo” (1939-05-05), PT/TT/PS/AMC/05-01/69, AMC, Caixa 1, Artigos de Imprensa, n.º 69
- Artigo do jornal “Opiniões do Sub-Secretário das Corporações acerca do Corporativismo”, PT/TT/PS/AMC/05-01/80, AMC, Caixa 1, Artigos de Imprensa, n.º 80
- Correspondência de Alfredo Manuel Pimenta (1969-07-14), Carta sobre o Corporativismo Português PT/TT/PS/AMC/12-1278/02, AMC, Caixa 43, Correspondência/PIMENTA, Alfredo Manuel, n.º 2
- Correspondência de Baltazar Rebelo de Sousa, ministro das Corporações e Previdência Social (1971-10-02), PT/TT/PS/AMC/12-1615/43, AMC, Caixa 55, Correspondência/PROENÇA, José João Gonçalves, n.º 43
- Correspondência de Daniel Barbosa (1953-09-11), PT/TT/PS/AMC/12-119/11, AMC, Caixa 16, Correspondência/BARBOSA, Daniel Maria Vieira, n.º 11; (1954-08-14), n.º 12; (1955-07-07), n.º 13; (1956-11-25), n.º 14
- Correspondência de Hugo de Macedo (1972-05-19). Carta de agradecimento de um grupo de Engenheiros Franceses que efectuou uma visita a Portugal na companhia de Hugo de Macedo, PT/TT/PS/AMC/12-950/02, AMC, Caixa 35, Correspondência/MACECO, Hugo, n.º 2
- Correspondência de Joaquim Trigo de Negreiros, Subsecretário de Estado das Corporações (1941-03-06), PT/TT/PS/AMC/12-1149/01, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 1; PT/TT/PS/AMC/12-1149/02, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 2; (1945-02-14), PT/TT/PS/AMC/12-1149/03, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 3; (1946-06-06), PT/TT/PS/AMC/12-1149/04, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 4; (1948-01), PT/TT/PS/AMC/12-1149/05, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 5; (1947-12-26), PT/TT/PS/AMC/12-1149/06, AMC, Caixa 40, Correspondência/NEGREIROS, Joaquim Trigo de, n.º 6
- Correspondência de José João Gonçalves de Proença, ministro das Corporações

- e Previdência Social (1968-10-03), PT/TT/PS/AMC/12-1339/01, AMC, Caixa 45, Correspondência/PROENÇA, José João Gonçalves, n.º 1; (1969-03-01), n.º 4; (1969-03-04), n.º 5; (1969-03-22), n.º 6; (1969-05-14), n.º 7; (1969-09-01), n.º 8; (1969-1970), n.º 9; (1969-09-17), n.º 10; (1969-11-05), n.º 11; (1970-01-07), n.º 14; (1968-12-30), Carta sobre algumas medidas de política laboral
- Correspondência de Raul da Costa Couvreur (1953(?)-08-13), PT/TT/PS/AMC/12-443/01, AMC, Caixa 24, Correspondência/COUVREUR, Raul da Costa, n.º 1
- PT/TT/PS/AMC/12-1339/03, AMC, Caixa 45, Correspondência/PROENÇA, José João Gonçalves, n.º 3
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Arquivo da PIDE/DGS**
- Movimento Estudantil – Instituto Superior Técnico, PIDE/DGS/SR processo n.º 3529/62
- Ordem dos Engenheiros, PIDE/DGS/ SC/ CI(1)/5140/ I-1293
- Sindicato Nacional dos Engenheiros, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores do Distrito de Faro, PIDE/DGS/SC Processo 5155
- Sindicato Nacional dos Engenheiros, Agentes Técnicos de engenharia e Condutores do distrito de Lisboa, PIDE/DGS/ SC/ CI(1)/ 5155/ I-1294 Pasta 32
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros**
- Albano do Carmo Rodrigues Sarmento: protesto sobre o pagamento de uma dívida às Finanças na sequência de um processo de herança (1964.12.09-, NT 158, Cont. 22
- Luís Augusto Blanqui Teixeira: carta sobre a situação dos seu filho Eng.º Fernando Augusto da Silva Blanqui Teixeira, preso às ordens da PIDE na cadeia do Aljube: denúncia de torturas e pedido de transferência de cela (1963.06.22-1963.10.01), NT 120, Cont. 16
- Ministério das Obras Públicas: Proposta de agradecimento de engenheiros e operários (1959.04.14), NT 135, Cont. 18
- Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores: situação criada pelo Decreto-Lei n.º 26 115 (sobre a reforma dos vencimentos atribuídos) à classe dos agentes técnicos de engenharia: protesto pela sua equiparação em vencimento, à carreira administrativa, no âmbito da função pública (1958.08.29-1960.12.16), NT 123, Cont. 16
- Visita do ministro das Obras Públicas de Espanha (José Maria Fernandez Lacerda) a Lisboa, 1948.06.11, NT 33, Cont. 3
- Carlos Alberto Costa Pires, Agente Técnico de Engenharia, residente em Lisboa: Carta de Protesto pela não reclassificação profissional dos diplomados pelos Institutos Industriais, na proposta da Lei de Meios para 1961 (1960.12.15), NT 164, Cont. 23
- Álvaro Santiago Ponce-Dentinho e outros (engenheiros agrónomos). Solicitam isenção do pagamento do imposto profissional (exposição), NT 63, Cont. 6
- Requerimentos de Deputados (1.ª Sessão Legislativa da 10.ª Legislatura). Deputado Gabriel da Costa Gonçalves: pedido de elementos ao Ministério da Educação Nacional: estatística relativa a engenheiros silvicultores diplomados nos últimos dez anos – alunos tirocinantes de silvicultura – alunos matriculados em cada um dos anos de curso de engenheiro silvicultor (1970.01.31-1970.04.07), NT 204, Cont. 30
- Eng.º Pedro Moura Brás Arsénio Nunes: agradecimento: grande oficial da Ordem do Infante Dom Henrique (processo de referenda) (1966.06.30-1966.07.06), NT 190, Cont. 28
- Alunos do 4.º Ano dos Cursos Engenharia Civil, de Minas e de Mecânica do Instituto Superior Técnico: actual regime da cadeira

- do curso complementar de Física do 3.º ano (1961.07.06), NT 81, Cont. 9
- Engenheiros Armando Cancela de Abreu, José Frederico Ulrich, Luís Veiga da Cunha e Roberto Espregueira Mendes: solicitaram a suspensão da execução do decreto-lei n.º 40 774, de 8 de Setembro de 1956 – Estatuto da Ordem dos Engenheiros – até ser revisto o âmbito de aplicação do título profissional e o universo passível da inserção corporativa (1957.02.15-1957.05.27), NT 100, Cont. 13
- Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta: reclamação por não ter sido admitido em lugares de quadro de diversos serviços públicos (1961.10.11-1973.07.03), NT 84, Cont. 10
- Engenheiros Agrónomos em serviço nas Escolas Práticas de Agricultura: exposição acerca dos seus vencimentos, esclarecimentos prestados pelo M, NT 74, Cont. 8
- Engenheiro Rui de Sá Pereira. Solicita um subsídio para uma viagem de estudo de electrificação à Noruega (1955.03.30-1955.04.21), NT 57, Cont. 5
- Requerimentos de Deputados (4.ª sessão legislativa). Deputado Daniel Maria Vieira Barbosa: pedido de elementos aos Ministérios da Educação Nacional e das Corporações – reconhecimento do título profissional de engenheiro aos indivíduos formados pelo Instituto Superior de Agronomia (1956.12.13-1957.01.15), NT 98, Cont. 12
- Eng.º Abel Cardoso: solicita que seja financiada pelo Estado, a sua deslocação a S. Francisco da Califórnia, a fim de tomar parte na Conferência Mundial de Engenharia anti-sismo (1956.05.30-1956.06.23), NT 95, Cont. 12
- Manifestações dos organismos corporativos ao Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar: apoio à integração do Estado e da vida nacional no direito corporativo (anotações manuscritas, cartões de acesso e imprensa) 1939, 02.27, NT 42, Cont. 4
- Luís Pereira da Cunha Fialho – engenheiro agrónomo: autorização concedida a um engenheiro agrónomo estrangeiro para exercer a sua profissão em Portugal: protesto e pedido de esclarecimentos (1961.11.29-1962.03.31), NT 84, Cont. 10
- Associação dos Estudantes de Agronomia: limitação das possibilidades de colocação dos engenheiros agrónomos, motivada pela publicação do decreto-lei n.º 41 380 que reorganiza os Serviços da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários (1958.03.20.=, NT 120, Cont. 16
- Requerimento de Deputados (3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura). Deputado José Sarmento de Vasconcelos e Castro: pedido de elementos ao Ministério da Educação Nacional: cópia do despacho permitindo aos agentes técnicos de engenharia intitulem-se “diplomados em engenharia”, seus fundamentos e requerimento que o possa ter originado (1959.12.05-1959.12.07), NT 139, Cont. 19
- António Jorge Coelho de Carvalho (doutorado pela Universidade de Londres): solicita o reconhecimento da qualidade de engenheiro para poder exercer a sua actividade em Portugal. (1961.09.20-1961.11.22), NT 82, Cont. 10
- Requerimento de Deputados (1.ª Sessão Legislativa da 9.ª Legislatura). Deputado Carlos Monteiro do Amaral Neto: pedido de elementos ao Ministério da Economia: estatística relativa ao número de engenheiros agrónomos, engenheiros silvicultores, médicos veterinários e regentes agrícolas ao serviço do Ministério nos diversos departamentos, organismos de coordenação económica e outros sob a sua autoridade (1965.12.17-, NT 161, Cont. 23)
- Corporação da Indústria: saudação ao Presidente do Conselho, como mentor do corporativismo em Portugal, aprovada pelo Conselho da Corporação em 1960.06.14 (1960.06.28-1960.06.30), NT 190, Cont. 28
- Finalistas de Electrotecnia da Faculdade de Engenharia do Porto: viagem de estudo ao estrangeiro – pedido de auxílio (1963.12.23-1964.04.02), NT 148, Cont. 21

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Ministério do Comércio e Indústria

Ministério do Comércio e Indústria e Comunicações – Direção-Geral do Comércio e Indústria (1915-1937), NT 132; NT 133; NT 134

Ministério do Comércio e Indústria – Gabinete do ministro – Correspondência Organizada tematicamente (1933-1935), NT 20; (1933-1935), NT 21; (1932-1935), NT 22; (1933-1935), NT 23; (1922-1935), NT 24; (1932, Jan. 1934, Dez.), NT 15; (1935, Jan. 1936, Maio.), NT 16; (1936, Maio 1938, Dez.), NT 17; (Telegramas recebidos 1934, Out. – 1935, Nov.), NT 19; Decretos-lei, portarias e nomeações (minutas e originais (1932, Set. 1935, Maio.), NT 18; (1933-1935), NT 27; (1932-1934), NT 26; (1934-1935), NT 25

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – Ministério do Reino

Negócios diversos relativos a Academias (SR).
Academia Politécnica do Porto (1835-1843),
Maço 2123

Negócios diversos relativos a Academias (SR).
Academia Politécnica do Porto (1835-1843),
Maço 2122

Correspondência relativa à Academia Politécnica do Porto e outras instituições de carácter científico e literário (SR) – (1840-1860)

Ministério do Reino Maço 3714

National Archives and Records Administration (NARA),

RG 59, 853 Portugal 1945-1949

2. Documentação dos órgãos de soberania e da Administração Central

Actas da Câmara Corporativa, Assembleia Nacional, Lisboa, n.º 1, Janeiro de 1954.

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Assembleia Nacional, Lisboa.

Diário da Assembleia Constituinte, Assembleia Constituinte, Lisboa.

Diário da Assembleia da República, Assembleia da República, Lisboa.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Assembleia Nacional, Lisboa.

Diário da República, Imprensa Nacional, Lisboa.

Diário do Governo, Imprensa Nacional, Lisboa.

Índice dos Pareceres da Câmara Corporativa, (I a IV Legislaturas), Assembleia Nacional, Lisboa, 1955.

Pareceres da Câmara Corporativa, Assembleia Nacional, Lisboa.

Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado, Assembleia Nacional, Lisboa.

Sinopse da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Assembleia Nacional, Lisboa.

3. Publicações periódicas – boletins, jornais e revistas

Análise Social, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1973.

Boletim da Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal.

Boletim da Ordem dos Engenheiros Região Norte, Porto, 1988.

Boletim da Ordem dos Engenheiros, Lisboa, Ano I, No. 1, Janeiro 1937.

Boletim do Grémio Técnico Português.

Boletim do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores.

Boletim Informativo da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros,

Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Cadernos Corporativos.

Capital (A).

Diário da Manhã.

Diário de Lisboa.

Diário de Notícias.

Diário Popular.

- Engenharia. Ciências e Técnicas*, revista bimestral, Lisboa, 16 500 ex. Dir: Pedro A Nunes. *Época (A)*.
Gazeta dos Caminhos-de-Ferro.
Indústria do Norte, Revista da Associação Industrial Portuense, Porto, Tip. de Artur José de Sousa, Ano I, n.º 1, Janeiro de 1915.
Indústria Portuguesa, Revista da Associação Industrial Portuguesa, AIP, Lisboa, 1928.
Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Engenheiros.
Jornal do Comércio e das Colónias.
Memórias da Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, n.º 1, 1962-.
Memórias, Vol. I (1969), Lisboa, Ordem dos Engenheiros, 1969-.
Opinião (A).
República.
Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.
Revista da Faculdade de Engenharia.
Revista da Ordem dos Engenheiros.
Revista de Obras Públicas e Minas, Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, Imprensa Nacional, 1870-1925.
Século (O).
Técnica. Revista de cultura técnica e económica, dir. de José Centeno Castanho, José de Queiroz Vaz Guedes, ed. Propr. Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (A.E.I.S.T.), n.º 1 (Dez. 1925-), Lisboa.
Trabalho (O) Nacional.
- 4. Obras gerais**
- A.V., *Desenvolvimento Económico Português num Contexto de Mudança*, Moraes Editores/IED, Lisboa, 1981.
A.V., *O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1984.
A.V., *Os Presidentes e os Governos da República no século xx*, Caixa Geral de Depósitos/ Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, Novembro de 2000.
- AMARAL, João Ferreira do, ROLLO, Maria Fernanda e BRITO, J. M. Brandão de, *Portugal e a Europa. 65 Anos de História, 25 Anos de Adesão, Dicionário*, Tinta da China, 2011.
AMARAL, João Maria Barreto Ferreira do, *Os Novos Caminhos da Indústria Portuguesa*, Conferência realizada na Câmara Municipal de Setúbal em 29 de Novembro de 1947, sob a presidência de Sua Excelência o ministro da Economia, Ministério da Economia, 1947.
ANDRADE, Arsénio Sampaio de, *Dicionário Histórico e Biográfico de Artistas e Técnicos Portugueses: Séc. XIV-XX*, Minerva, Lisboa, 1959.
BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Curriculum Vitae*, Tip. Sequeira Limitada, Porto, 1944.
BARBOSA, Daniel, *Na Pasta da Economia. Discursos, Declarações e Símulas das Conferências com a Imprensa*, Portugália Editora, Lisboa, s.d.
BENSAÚDE, Alfredo, *Projecto de Reforma do Ensino Technologico para o Instituto Industrial e Comercial*, Lisboa, 1892.
BORGES, Mário de Sousa Drummond, *A Indústria do Norte do País, no Após-Guerra. Medidas de Defesa*, Tese apresentada ao II Congresso da União Nacional em 28 de Maio de 1944, Tipografia Empresa Guedes, Porto, 1944.
BOTO, Hermes Guerreiro, *Porque Acuso a Ordem dos Engenheiros*, Papelaria Modelo, Porto, s/d.
BRITO, J. M. Brandão de, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo”, in A. V., *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, “Universidade Moderna, 84”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 211-234.
BRITO, J. M. Brandão de, “Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia”, in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (coordenação), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século xx*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004, Vol. I, pp. 129 a 154.

- BRITO, J. M. Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.
- BRITO, José Maria Brandão de, “Corporativismo e industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial”, in *Ler História*, no. 6, 1985, pp. 51-60.
- BRITO, José Maria Brandão de, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização”, in *Portugal Contemporâneo, Vol. 4 – 1926-1958*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990, pp. 125-162.
- BRITO, José Maria Brandão de, «A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das «integrações»», in *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1995, pp. 439-456.
- CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Editorial Verbo, Lisboa, 1977.
- CAETANO, Marcello, *O Momento Político e Económico. Discurso Pronunciado por Ocasão do Encerramento da 1.ª Conferência da União Nacional, na Noite de 11 de Novembro no Salão do Liceu D. Filipa de Lencastre do Bairro Social do Arco do Cego*, Edição do Jornal do Povo, s/l, 1946.
- CAETANO, Marcello, *Posição Actual do Corporativismo Português*, Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 1950.
- CAMPOS, Ezequiel de e JESUS, Quirino de, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, s/e, Porto, 1923.
- CAMPOS, Ezequiel de, *A Conservação da Riqueza Nacional*, Ed. do Autor, Porto, 1913.
- CAMPOS, Ezequiel de, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa Através dos Séculos*, Edição da Revista “Ocidente”, Editorial Império, Lisboa, 1943.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial, 1918-1944*, Introdução e Direcção de Edição de Fernando Rosas, Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 19, Banco de Portugal, Lisboa, 1998.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, “O marcelismo e a construção europeia”, in *Penélope*, n.º 18, 1998, pp. 77-122.
- Celebrar o Passado, Construir o Futuro, Ciclo de Conferências Promovido pela Comissão Executiva do 40.º Aniversário da Revolução Nacional*, Vols. I e II, Lisboa, 1966.
- CORREIA, António de Vasconcelos, *A Vida da C. P. desde o Convénio de 1894. Dificuldades e Soluções*, Oficinas Gráficas da C. P., Lisboa, 1938.
- CORREIA, António de Vasconcelos, *Caminhos de Ferro. Conferência Realizada a 25 de Junho de 1928 na Liga Naval pelo Engenheiro António Vasconcelos Correia*, Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, Lisboa, 1930.
- CORREIA, António Vasconcelos, X. *Caminhos de Ferro, Conferência Realizada a 25 de Junho de 1928 na Liga Naval, Conferências Promovidas pela A.I.P.*, Tipografia da “Ilustração”, Lisboa, 1928.
- CORREIA, Araújo, “Indústria”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 3, 1946, p. 136.
- CORREIA, Pedro Pizarat, “A Descolonização”, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, (Cord.) António Reis, Temas e Debates, Lisboa, Abril de 1996, pp. 40-73.
- DIAS JR., Ferreira Dias, *Nota sobre a Evolução da Economia Nacional*, Conferência de imprensa, 10 e 11 de Fevereiro de 1960, F.F.E., 1960, pp. 6-28.
- DIAS JR., J. N. Ferreira, “Industrialização dos produtos agrícolas”, in A.V. – *Jornadas das Indústrias Agrícolas*, SNI, Lisboa, 1962, p. 95.
- DIAS JR., J. N. Ferreira, *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos, 1926-1962*, 3 vols., Introdução e Direcção de Edição de J. M. Brandão de Brito, Banco de Portugal, Lisboa, 1998.

- Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, A-L. Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, Lisboa, 2004.
- Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vols. 7, 8 e 9, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Figueirinhas, Porto, 1999, 2000.
- Dicionário de História do Estado Novo* (Dir.) Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Coord.), Maria Fernanda Rollo, 2 volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- Engenho e Obra. Engenharia em Portugal no século XX*: www.engenhoeobra.net
- Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002.
- Eleições de 1969. Documentos Eleitorais da Comissão Democrática do Porto*, (Seleção, Prefácio e Edição de Virgínia Moura), Editorial Minerva, Porto, Julho de 1971.
- Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.
- Estudos de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.
- FERREIRA, José Duarte, *Deficiências e Necessidades da Indústria Nacional e Medidas a Adotar para a Defender da Concorrência Externa*, Empresa de O Jornal do Comércio e das Colónias, Lisboa, 1944.
- FERREIRA, José Medeiros, “Sociedade e economia na revolução”, in *Portugal em Transe*, (Cord.) José Medeiros Ferreira *História de Portugal*, Vol. 8 (dir.) José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, s/d, pp. 104-119.
- FERREIRA, Vicente, “A formação do engenheiro moderno”, in *Técnica*, n.º 143, Janeiro de 1944, p. 614.
- FRANCO, A. L. Sousa, “A Experiência Revolucionária (1974-1975)”, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, (Coord.) António Reis, Temas e Debates, Lisboa, Abril de 1996, pp. 176-205.
- GAGO, Carlos Correia, CARDOSO, Eduardo Gomes, CAMPOS, José Torres, VICENTE, Luiz Moura e SANTOS, Mário Cardoso, *Produtividade em Portugal. Medir para Gerir e Melhorar*, s/e, Lisboa, 2003.
- In Memoriam J. N. Ferreira Dias Jr. 1900-1966*, EDP, Lisboa, 1991.
- I Congresso da Indústria Portuguesa. Indústria Continental*, Lisboa, de 8 a 15 de Outubro de 1933, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1933.
- II Congresso da Indústria Portuguesa (Programa, Discursos, Comunicações)*, Ed. Centro de Estudos Económicos/Comissão Organizadora e Executiva, Lisboa, 1957.
- II Congresso da Indústria Portuguesa* (Vol. I a IX), Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1957.
- II Congresso dos Economistas Portugueses*, INE, Centro de Estudos Económicos, Lisboa, 1957.
- I Congresso Nacional de Engenharia, Lisboa – 1931. Relatório*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931.
- I Conferência da União Nacional*, s/e, s/l, 1946.
- II Conferência da União Nacional*, União Nacional, Lisboa, 1949.
- II Congresso da União Nacional*, União Nacional, s/l, 1944.
- III Congresso da União Nacional*, União Nacional, s/l, 1951.
- IV Congresso da União Nacional. Resumos das Comunicações Apresentadas à 2.ª Secção – Vida Económica*, s/e, Lisboa, Maio-Junho 1956.
- LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História de Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003.
- LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa, *Economia de Guerra*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1943.
- LISBOA, Manuel, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda*

- metade do século xx e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*, Educa, Lisboa, 2002.
- LOPES, José da Silva, “A economia portuguesa no século xx”, in PERES, Fernando (Coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século xx, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, Edições Afrontamento / Porto 2001 / Fundação Serralves, 2002, pp. 269-323.
- LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Gradiva, Lisboa, 1996.
- LOPES, J. Silva, “Portugal e a Transição para a Democracia: Que modelo Económico?”, in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, (Cord.) Fernando Rosas, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 171-184.
- MARTINS, Rogério, *Caminho de País Novo*, Lisboa, 1970.
- MATOS, Ana Cardoso de, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O Caso dos Lanifícios do Alentejo*, “Histórias de Portugal, 41”, Estampa, Lisboa, 1998.
- MOURA, Francisco Pereira de, *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1969.
- MURTEIRA, Mário, “O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico”, *Análise Social*, 2 (7-8), 1964, pp. 483-497.
- NEVES, João César das, “Portuguese post-war growth: a global approach”, in CRAFTS, Nicholas e TONIOLO, Gianni (eds), *Economic Growth in Europe since 1945*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996, pp. 329-354.
- NUNES, Adérito Sedas, *Situação e problemas do corporativismo*, s/l, s/e, 1954.
- NUNES, Ana Bela e BRITO, J. M. Brandão de, “Política económica, industrialização e crescimento”, *Nova História de Portugal, Vol. XII – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp. 306-351.
- PERES, Fernando (Coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século xx, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, Edições Afrontamento / Porto 2001 / Fundação Serralves, 2002.
- Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*. Actas da Conferência realizada por ocasião do jubileu académico de Francisco Pereira de Moura, ISEG, Lisboa, Junho de 1995.
- Problema (O) Monetário Português nos seus aspectos interno e externo*, Imprensa Nacional, s/l, 1947.
- Problemas do Após-Guerra. Ciclo de Conferências*, Associação Comercial de Lisboa, Câmara de Comercio, Lisboa, 1945.
- ROLLO, Maria Fernanda e BRITO, J.M. Brandão de, “Ferreira Dias e a constituição da Companhia Nacional de Electricidade”, in *Análise Social*, n.º 136/137, 1996, pp. 343-354.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Heranças da Guerra: o reforço da autarcia e os “novos rumos” da política económica”, in *Ler História*, n.º 50, 2006, pp. 115-153.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Inovação e produtividade: o modelo americano e a assistência técnica americana a Portugal no pós-guerra”, in *Momentos da Inovação e engenharia em Portugal no Século xx*, 3 vols., coord. de J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Marcelo Caetano: política económica e modernização”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Série IV, Historia Moderna, t. 19, 2006, pp. 109-138.
- ROLLO, Maria Fernanda, “A industrialização e os seus impasses”, in *O Estado Novo* (Cord.) Fernando Rosas, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII, Círculo de Leitores, 1994, pp. 450-471.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*, Colecção Biblioteca Diplomática, 13, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda*

- financeira norte-americana (1947-1952)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- ROLLO, Maria Fernanda, *História das Telecomunicações. Da Direcção Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*, Tinta da China, 2009.
- ROLLO, Maria Fernanda, BRITO, J.M. Brandão de e AMARAL, João Ferreira do, *Portugal e a Europa, 65 anos de História, 25 anos de adesão, Cronologia*, Tinta da China, 2011.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *História da I República*, Coordenação com Fernando Rosas, Tinta da China, 1.ª edição 2009, 2.ª edição 2010.
- ROSAS, Fernando (Coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960). Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) Vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1992.
- ROSAS, Fernando, “O «Daniel das Farturas»: notas para um estudo da política de estabilização económica de 1947/1948», in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 1995, pp. 387-407.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesas (1939-1945)*, “Imprensa Universitária, 83”, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.
- ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico. O Primado Político da História Económica do Estado Novo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. IV – 1943-1950*, Coimbra Editora, Coimbra, 1951.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. V – 1951-1958*, Coimbra Editora, Coimbra, 1959.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. VI – 1959-1966*, Coimbra Editora, Coimbra, 1967.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos, Vol. I, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, 4.ª ed., 1961, p. 252.
- SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa”, in *Portugal Contemporâneo*, Vol. V, Alfa, Lisboa, 1989, pp. 109-150.
- SANTOS, Américo Ramos dos, “Desenvolvimento monopolista em Portugal: 1968/73”, *Análise Social*, 73, vol. XIII, 1977, 1.º, pp. 69-95.
- SANTOS, Américo Ramos dos, “Política económica e política de emprego: o modelo dos anos 50-60”, in *Análise Social*, 15 (59), 1979, pp. 611-653.
- SILVA, António Rodrigues da, *Conferência realizada no Grémio Técnico Português em 10 de Março de 1937*, Tip. Gonçalves, Lisboa, 1938.
- SILVA, Manuela (Org. e Pref.), *Portugal Contemporâneo. Problemas e Perspectivas*, Instituto Nacional de Administração, Presidência do Conselho de Ministros, s/l, 1986.
- SILVA, Maria Manuela, “O planeamento económico em Portugal: lições da experiência e perspectivas de futuro”, in AV, *O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1984, pp. 13-41.
- TAVARES, João Fernando Cansado e ESTEVES, Joaquim Moura, *100 Obras de Engenharia Civil no Século XX – Portugal*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 2000.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1987.
- TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols., Vega, Lisboa, 1991.
- Universidade (A) Técnica de Lisboa e os Seus Mestres. Notas Bibliográficas*, Lisboa, 1956.
- Vinte e Cinco Anos de Administração Pública – Ministério das Comunicações*, Presidência do Conselho, Lisboa, 1953.
- Vinte e Cinco Anos de Administração Pública*. Ministério das Finanças, Lisboa, 1953.
- VALENTE, José Carlos, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o corporativismo e a unicidade”, in *O País em Revolução*, (Dir.) José Maria Brandão

- de Brito, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, pp. 209-251.
- VILANOVA, João, 1977/78. *Sindicalismo em Portugal. Perspectivas futuras/pacto social*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1977.
- 5. Engenharia em Portugal: engenharia, história e ensino**
- ALVES, Luís Augusto de Almeida, *As Limitações Pedagógicas no Ensino da Engenharia Química*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1954.
- AMARAL, Adolfo Maria da Cunha, *As Escolas Portuguesas de Engenharia e a Sua Missão em Face das Actuais Necessidades Técnicas do país*, Comunicação Apresentada ao 2.º Congresso de Engenharia, Tipografia Invicta, Porto, 1948.
- Anuário da Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos*, A.P.E.T., Porto.
- ATAÍDE, José Pereira, *A Missão Social dos Engenheiros*, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1949.
- ATAÍDE, José Pereira, *As Humanidades e as Ciências Sociais na Formação dos Engenheiros*, s/e, Lisboa, 1966.
- BARROS, L. Aires, PINHARANDA, A.F., *O Ensino da Geologia no I.S.T. para o curso de Engenharia Civil: Evolução e Visão Prospectiva*, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1977.
- BARROS, Manuel Correia de, *O Ensino da Engenharia Electrotécnica: Colaboração entre a Escola e a Indústria*, 1948, s/e, Porto.
- BRITO, J. M. Brandão de, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo”, in A.V., *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, “Universidade Moderna, 84”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 211-234.
- CARVALHO, Rodrigo Guedes de, *História do Ensino da Engenharia Química na Universidade do Porto: 1762-1995*, 1.ª ed., FEUP, Porto, 1998.
- CASTRO, Fernando, *Ensino da Engenharia Metalúrgica e de Materiais em Portugal*, Ordem dos Engenheiros / Colégio de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Lisboa, 1997.
- Congresso do Ensino de Engenharia. Comunicações*, s/e, Lisboa, 1962.
- Congresso do Ensino de Engenharia, Relatos das Sessões de Trabalho*, Instituto Superior Técnico / Faculdade de Engenharia, Lisboa, 1962.
- Congresso do Ensino de Engenharia. Relatório das Sessões de Trabalho*, s/e, Lisboa, 1962.
- Congresso do Ensino de Engenharia. Sessões Inaugural e de Encerramento: Conclusões das Secções, Conclusões Finais*, s/e, Lisboa, 1962.
- CORREIA, José de Araújo, *O Ensino Superior Técnico nos Países Anglo-Saxónicos e Sua Relação com a Moderna Função Social do Engenheiro*, Tip. da Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, s/d.
- COSTA, Fernando J.B. Barreto e, *Técnicos Estrangeiros ao Serviço da Indústria Nacional*, Comunicação Apresentada ao 2.º Congresso de Engenharia, s/e, s/l, 1948.
- COSTA, Fernando Vasco, *Considerações acerca do Ensino de Engenharia*, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1966.
- COSTA, Mendes da, *O Ensino Elementar de Minas em Portugal*, s/e, Porto, 1944.
- Definindo Posição acerca da Organização Profissional de Engenheiros*, s/e, Lisboa, 1957.
- DOMINGOS, J. J. Delgado, *Evolução e Tendências do Ensino de Engenharia*, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1969.
- DOMINGOS, J. J. Delgado, *Reforma do Ensino de Engenharia: Algumas Notas para Reflexão*, Associação dos Estudantes do I. S. T., Lisboa, 1977.
- DUARTE, Ricardo Esquível Teixeira, *Sugestões sobre a Organização da Engenharia Portuguesa*, Tip. Papelaria Fernandes, Lisboa, 1950.

- Engenheiros Agrónomos, Engenheiros Sivicultores*, s/e, Lisboa, 1959.
- Engenho e Obra. Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século xx*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002.
- Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico*, s/l, Direcção Geral do Ensino Técnico Complementar e Técnico, 1947.
- Exposição dirigida ao Governo por Motivo dos Vencimentos Atribuídos aos Agentes Técnicos de Engenharia*, Papelaria Veneza, Lisboa, 1945.
- FARIA, Luciano Luís de Oliveira, *A propósito do Congresso do Ensino de Engenharia*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1963.
- GARRETT, Antão de Almeida, *O Problema do Ensino Técnico perante a Indústria*, Comunicação Apresentada ao 2.º Congresso de Engenharia, Tipografia Invicta, Porto, 1948.
- GRÁCIO, Sérgio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910-1990*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.
- Grémio Técnico Português, *Apresentação ao Parlamento*, s/e, Lisboa, 1926.
- Grémio Técnico Português, *Exposição Dirigida ao Ministro das Obras Públicas*, s/e, s/l, 1934.
- GUERRA, Franklin, *História da Engenharia em Portugal*, Livraria Lopes da Silva, Porto, 1995.
- HEITOR, Manuel, HORTA, Hugo e CONCEIÇÃO, Pedro, “Engenharia e Conhecimento: ensino técnico de investigação”, in *Engenho e Obra. Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século xx*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, pp. 57-80.
- KENDALL, Luís, *Intervenção do Engenheiro na Direcção Técnica da Indústria*, Comunicação Apresentada ao 2.º Congresso de Engenharia, Tipografia Invicta, Porto, 1948.
- LOBO, Manuel Leal da Costa, *O Ensino da Urbanização para a Formação e Informação dos Engenheiros Civis*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1967.
- MACHADO, Bernardino de Barros, *O ensino da Engenharia na Universidade do Porto*, s/e, Porto, 1948.
- MARTINS, Júlio Barreiros, *Reflexões sobre o Ensino da Engenharia: Achegas para Um Debate Necessário e Urgente*, s/l, s/e, 1994.
- MATOS, Ana Cardoso de e DIOGO, Maria Paula, “A Afirmação da engenharia em Portugal ao longo do século XIX”, in *Engenho e Obra – Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal do Século xx* (coord.) José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, pp. 24-29.
- Ministério da Educação Nacional, *Novos Planos dos Cursos de Engenharia Professadas nas Universidades Portuguesas*, INMC, Lisboa, 1955.
- Momentos da Inovação e Engenharia em Portugal no Século xx*, 3 vols., coord. de J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004.
- MOURA, Domingos, *A Política de Fomento e o Ensino da Engenharia*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1963.
- MOURA, José Manuel Fonseca de, *Ensino e Escolas de Engenharia: Tópicos para Discussão*, Associação de Estudantes do I.S.T., Lisboa, 1978.
- PIMENTEL, Maria Angelina, MESQUITA, Maria Luísa, *Cursos de Engenharia: Catálogo*, colab. de MESQUITA, M. Madalena, IEFP, Lisboa, 1999.
- Plano de Organização do Corpo de Engenheiros de Obras Públicas, Minas e Florestas e Seus Auxiliares*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.
- Representação Dirigida aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos Engenheiros e Conductores do Extinto Corpo d’Engenharia Civil e Seus Auxiliares, em Maio de 1869*, yp. Franco-Portuguesa, Lisboa, 1869.
- Representação Dirigida por Um Grupo de Engenheiros ao Ministro do Comércio e Comunicações acerca da Projectada*

- Regulamentação das Profissões de Engenheiro, Arquitecto e Condutor*, Oficinas Fernandes, Lisboa, 1932.
- RODRIGUES, Adriano, 1.º Congresso Internacional dos Engenheiros, s/e, Porto, 1959.
- RODRIGUES, António José Adriano, *Um século de ensino de engenharia no Porto*, s/e, Porto, 1937.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, “Engenharia e Sociedade: a profissão de engenheiro em Portugal”, in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século xx*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, pp. 81-98.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal. Profissionalização e Protagonismo*, Celta Editora, Oeiras, 1999.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Engenharia e História. Percursos Cruzados”, in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século xx*, Coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, pp. 30-55.
- ROLLO, Maria Fernanda, e QUEIROZ, Inês, *Marconi em Lisboa. Portugal na rede mundial de TSF*, Fundação PT, 2007.
- ROLLO, Maria Fernanda, e TAVARES, João, *Mudança de Frequência: Couto dos Santos e a Modernização dos CTT (1933-1965)*, Fundação PT, 2008.
- ROLLO, Maria Fernanda, *História das Telecomunicações. Da Direcção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*, Tinta da China, 2009.
- ROLLO, Maria Fernanda, e PIRES, Ana Paula, *O Plano de 1937 e a Modernização dos CTT*, Cadernos Fundação PT, 2010.
- Seminário sobre o Ensino da Engenharia*, I.S.T., Lisboa, 1987.
- SILVA, Constantino Augusto da, *Legislação sobre Engenheiros Estrangeiros em Portugal*, Tip. Invicta, Porto, 1948.
- SILVA, Manuel Lopes da, *Engenheiros e Agentes Técnicos de Engenharia*, s/e, Porto, 1960.
- SOUSA, Jaime Rios de, *O Problema dos Preparatórios de Engenharia: Contribuição para o Estudo do Problema do Ensino Superior da Engenharia em Portugal*, s/e, Porto, 1948.
- TAVARES, Luís Valadares, *Ensino de Engenharia e Transformação da Sociedade*, Associação de Estudantes do I.S.T., Lisboa, 1978.
- VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses: séculos 16-19*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

6. Associação dos Engenheiros Civis Portugueses

- “Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Estatutos”, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XLIX, n.º 571-576, Julho a Dezembro de 1917, pp. 122-130.
- “Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. O título de engenheiro”, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Ano LVII, n.º 637, Julho a Setembro de 1926, pp. 131-132.
- “Parecer da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses sobre o projecto de regulamentação do exercício das profissões de Engenheiro, Arquitecto e Condutor”, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 684, de Julho de 1932, pp. 201-209.
- Apontamentos para a Acta da Sessão de 16 de Agosto de 1884*, s/e, s/l, 1884.
- Catálogo da Biblioteca da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Imp. Nacional, Lisboa, 1884.
- Catálogo da Biblioteca da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Imp. Nacional, Lisboa, 1887.
- DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *A Construção de Uma Identidade Profissional. A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1869-1937)*, Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa, 1994 (policopiado).

- Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes: Revisão Aprovada pela Assembléa Geral em 1896*, Imp. Nacional, Lisboa, 1910.
- Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes Aprovados nas Sessões da Assembleia Geral de 20 de Dezembro de 1917 e 27 de Janeiro de 1937*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1950.
- Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, s/e, Lisboa, 1932.
- Exposição ao Presidente do Conselho, Apresentada pela Comissão Administrativa da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, s/e, Lisboa, 1957.
- MATOS, Melo de, *Conferencias sobre os Açores na Associação dos Engenheiros e na Sociedade da Propaganda de Portugal*, Imp. Nacional, Lisboa, 1913.
- MOREIRA, António Melo d'Arbués, *A questão dos bens da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, s/e, Lisboa, 1980.
- Regulamento da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, Typ. Da Academia, Lisboa, 1869.
- Regulamento da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, Imp. Nacional, Lisboa, 1870.
- Relação dos sócios honorários, correspondentes, efectivos e agregados existentes em 31 de Março de 1904*, Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, Imp. Nacional, Lisboa, 1904.
- Relatórios da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*. (vários anos).
- Representação Dirigida por um Grupo de Engenheiros ao Ministro do Comércio e Comunicações acerca da Projectada Regulamentação das Profissões de Engenheiro, Arquitecto e Conductor*, Oficinas Fernandes, Lisboa, 1932.
- 7. Ordem dos Engenheiros**
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, “A Caixa de Previdência”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 22 de 15 de Novembro de 1953, p. 750.
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, “A Comissão Revisora de Contas”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 15 de 1 de Agosto de 1953, p. 511.
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, “A História repete-se”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 19 de 1 de Outubro de 1953, p. 631.
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, “Eleições de Presidente da Ordem”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 19 de 1 de Outubro de 1953, p. 632.
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, “Orgânica da Ordem”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 17 de 1 de Setembro de 1953, pp. 566-567.
- BOTO, Hermes Martins Guerreiro, *Porque Acuso a Ordem dos Engenheiros*, s/e, Porto, 1942.
- BOTO, Hermes Martins, “Engenheiros através do ‘Diário do Governo’. Compilação”, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, Ano LXVII, Suplemento ao n.º 738, Dezembro de 1936, pp. 491-543.
- CHAVES, Maria Amélia F., *A Colaboração do Engenheiro e do Arquitecto no Projecto de Construções Anti-Sísmicas*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1955.
- Ciclo de Conferências sobre o Plano de Rega do Alentejo*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1964.
- Classificação Decimal da Biblioteca da Ordem dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1953.
- “Código Deontológico”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 4, Vol. 18, Abril de 1973, pp. 135-137.
- Comparação entre os Projectos de Estatuto da Ordem dos Engenheiros Região Centro*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros, 1980.

- Conclusões, Tendências e Sugestões / Congresso 80 da Ordem dos Engenheiros*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1980.
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano V, n.º 48, Dezembro, 1947, pp. 583-584.
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia”, in *Técnica*, Número 179, Janeiro 1948, pp. 719-721
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia”, in *Técnica*, Número 180, Fevereiro 1948, pp. 74º
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia”, in *Técnica*, Número 181, Março 1948, pp. 872
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia. Lisboa-Porto – Junho de 1948”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano V, n.º 45, Setembro, 1947, pp. 435-439.
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia. Lisboa-Porto – Junho de 1948”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VI, n.º 49, Janeiro de 1948, p. 40.
- “Congresso (2.º) Nacional de Engenharia. Lisboa-Porto – Junho de 1948”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VI, n.º 50, Fevereiro de 1948, pp. 81-82.
- Congresso Nacional sobre Degradação do Ambiente Português e Combate à Poluição: Comunicações*, Secção Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros, Porto, 1975.
- CORREIA, António de Vasconcelos, “Boletim da Ordem dos Engenheiros”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Ano I, n.º 1, Janeiro de 1937, pp. 2-3.
- Estatuto da Ordem dos Engenheiros: decreto-lei n.º 40 774, publicado no Diário do Governo n.º 192 1.ª série, de 8 de Setembro de 1956*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1957.
- Estatuto da Ordem dos Engenheiros: decreto-lei n.º 40 774, publicado no Diário do Governo n.º 192 1.ª série, de 8 de Setembro de 1956*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1957.
- Estatuto da Ordem dos Engenheiros: texto já apresentado à 1.ª votação em 28 de Fevereiro de 1979 pelo Conselho Directivo Nacional então em exercício*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1980.
- Estatuto da Ordem dos Engenheiros: texto proposto pela Assembleia Geral da Região Centro*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1980.
- Estatuto sobre a modificação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros*, Manuel Camacho, Porto, 1956.
- Estatuto: aprovado pelo decreto-lei n.º 27 288 de 24 de Novembro de 1936*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1936.
- Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses: Aprovados nas sessões da Assembleia Geral de 20 de Dezembro de 1917 a 27 de Janeiro de 1937*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1950.
- Estatutos da Ordem dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1978.
- Estatutos da Ordem dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1976.
- Estudos para a reforma do Estatuto elaborados nas secções regionais de Lisboa e do Porto*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1965
- Exposição ao Presidente do Conselho, apresentada pela Comissão Administrativa da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, s/e*, Lisboa, 1957.
- Exposição dirigida ao Governo por motivo dos vencimentos atribuídos aos agentes técnicos de Engenharia*, Papelaria Veneza, Lisboa, 1945.
- FERNANDES, António Simão de Carvalho, *Anais de Engenharia e Tecnologia Electrotécnica*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1996.
- FERREIRA, Henrique Novais, *Juntas de Trabalho*, Lisboa, Ordem dos Engenheiros, 1955.
- GARRETT, Antão de Almeida, *Palestra aos engenheiros na Secção de Habitação e Urbanismo*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1955.
- GODINHO, Henrique, *Métodos de Emprego Nitrato do Chile do Ciclo de Conferências sobre Fertilizantes*, Organizado pela Secção Química Industrial de Ordem dos Engenheiros, Serviços Agronómicos do Nitrato do Chile, Lisboa, 1954.

- “I Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros. Congresso 77.”, in *Técnica*, número 444, Novembro de 1977, pp. 105-112.
- “A História de um Projecto”, in *Ingenium*, II Série, n.º 27, Julho de 1998, p. 40.
- I Jornadas Insulares de Engenharia / IV Jornadas Agronómicas Açorianas*, 2.ª Edição, Ordem dos Engenheiros, Ponta Delgada, 1997.
- II Jornadas Agronómicas Açorianas*, Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros, Ponta Delgada, 1995.
- “Inquérito (1.º) sócio económico sobre a situação dos engenheiros”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5, Vol. 17, Maio de 1972, p. 213.
- “Inquérito (1.º) Sócio-Económico sobre a situação dos técnicos diplomados em engenharia”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 2, Vol. 17, Fevereiro de 1972, pp. 40-50.
- “Inquérito (3.º) Sócio-Económico sobre a situação dos engenheiros diplomados”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 4, Vol. 16, Abril de 1971, pp. 161-209.
- LEMOS, Manuel Aboim Sande, “A Criação da Ordem dos Engenheiros”, in *Ingenium – Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 1 de Junho de 1986, pp. 13-22.
- “Livro Branco. Situação dos Engenheiros na Função Pública”, in Suplemento à *Ingenium Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 4, Novembro de 1986.
- LOBATO, Luís Guimarães, “A Evolução da engenharia portuguesa nos últimos 50 anos”, in *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 1 de Junho de 1986, pp. 27-40.
- Memórias*, Vol. I, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1969.
- Normas para a Fixação dos Honorários dos Engenheiros*, Tipografia Pap. Fernandes, Lisboa, s/d.
- “Nova Sede da Ordem”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 12, Vol. 18, Dezembro de 1973, pp. 413-417.
- Novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros: decreto-lei n.º 352/81 de 28 de Dezembro*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1982.
- “Ordem (A) ao serviço do País”, in *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5 de Dezembro de 1986, pp. 6-14.
- “Ordem (A) dos Engenheiros instituição de utilidade pública”, in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 15, Outubro de 1978, p. 8.
- “Ordem dos Engenheiros agraciada com a Ordem do Infante”, in *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 5 de Dezembro de 1986, p. 15.
- “Ordem dos Engenheiros”, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Ano LXVII, n.º 738, Dezembro de 1936, pp. 455-462.
- “Ordem dos Engenheiros: 1936-2006 70 anos ao serviço da Engenharia, dos Engenheiros e do País”, in *Ingenium*, II série, n.º 91, Janeiro/Fevereiro de 2006, p. 6.
- Ordem dos Engenheiros: Expansão da Sede*, Mirasete, Lisboa, 1998.
- “Origem (A) e os objectivos da Ordem dos Engenheiros”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VIII, n.º 81, Setembro de 1950, pp. 399-403.
- “Profissão (A) de engenheiro e o emblema da Ordem”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VIII, n.º 82, Outubro de 1950, pp. 451-457.
- Projecto de Estatuto Profissional dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1934.
- Projecto de Estatuto*, Ordem dos Engenheiros, Porto, 1976.
- Projecto de Revisão do Estatuto Elaborado pelo Grupo de Trabalho para a Revisão do Estatuto da Ordem dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1979.
- “Reforma do Estatuto. Anteprojecto”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 8, Vol. 16, Agosto de 1971, pp. 363-390.
- Regulamento da Biblioteca e Regulamento do Empréstimo de Aparelhos Técnicos ou Científicos*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1948.
- Regulamento da Biblioteca*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1966.

- Regulamento das Comissões de Estudo: Aprovado pelo Conselho Directivo na Sessão de 20 de Novembro de 1951*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1952.
- Regulamento das Comissões Promotoras da Actividade da Secção*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1955.
- Regulamento das Delegações Distritais Aprovado aos 25 de Fevereiro de 1999 em Reunião do CDN* (policopiado).
- Regulamento das Especializações (Aprovado em CCC 13/11/98, no CAQ 7/01/99, no CDN 21/01/99, na AR de 20/03/99)* (policopiado).
- Regulamento das Especializações Aprovado na Assembleia de Representantes de 24/03/2001* (policopiado).
- Regulamento de Funcionamento do Conselho Directivo Nacional* (policopiado).
- Regulamento Disciplinar da Ordem dos Engenheiros Aprovado por Despacho... De 13 de Novembro de 1961*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1961.
- Regulamento do Colégio de Engenharia Agrónomica Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Civil Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996, com Alterações Aprovadas pela Assembleia de Representantes de 20 de Março de 1999* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia de Minas Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Electrotécnica Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Geográfica Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996, com Alterações Aprovadas pela Assembleia de Representantes de 20 de Março de 1999* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Mecânica Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Metalúrgica e de Materiais Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996, com alterações aprovadas pela Assembleia de Representantes de 20 de Março de 1999* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Naval Aprovado na Assembleia de Representantes de 20 de Março de 1999* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Química Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- Regulamento do Colégio de Engenharia Silvícola Aprovado na Assembleia de Representantes de 30 de Março de 1996* (policopiado).
- “Regulamento do Exercício da profissão”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 2, Vol. 16, Fevereiro de 1971, pp. 50-58.
- “Regulamento do Exercício da Profissão”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 4, Vol. 16, Abril de 1971, pp. 126-134.
- “Regulamento do Exercício da Profissão”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 4, Vol. 16, Abril de 1971, pp. 136-142.
- Regulamento Geral*, Caixa de Previdência dos Engenheiros, Tip. Rosa, Lisboa, 1949.
- Regulamento: 1956*, s/e, Lisboa, 1956.
- Regulamentos da Ordem dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 2002.
- Regulamentos*, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1949.
- Regulamentos: 1938-1940*. Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1955.
- Relação dos Engenheiros em Portugal*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa 1994.
- Relação dos Temas e Comunicações / Congresso 80 da Ordem dos Engenheiros*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1980.
- Relato geral/ Congresso 80 da Ordem dos Engenheiros*, s/e, Coimbra, S.n., 1980.

- “Relatório sobre o problema do desemprego dos engenheiros em Portugal”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Vol II, n.º 8, 15 de Abril de 1953, p. 249 e pp. 263-271.
- Representação Dirigida por Um Grupo de Engenheiros ao Ministro do Comércio e Comunicações acerca da Projectada Regulamentação das Profissões de Engenheiro, Arquitecto e Conductor*, Oficinas Fernandes, Lisboa, 1932.
- Reuniões da FEANI e EUSEC em Munique IV Congresso Internacional dos Engenheiros*, Ordem dos Engenheiros, Lisboa, s/d.
- ROCHA, Manuel, “A Ordem dos Engenheiros, instituto de formação permanente”, in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 6, Dezembro de 1977, pp. 7-9 e p. 11.
- ROCHA, Manuel, “Natureza da Ordem dos Engenheiros”, in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 1, Junho de 1977, pp. 1 e 5.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Os Engenheiros e a sua Ordem I: os antecedentes”, in *Ingenium*, II série, n.º 91, Janeiro/Fevereiro de 2006, pp. 105-109.
- ROLLO, Maria Fernanda, “Os Engenheiros e a sua Ordem II: a criação da Ordem dos Engenheiros”, in *Ingenium*, II série, n.º 92, Março/Abril de 2006, pp. 98-104.
- ROLLO, Maria Fernanda, “António de Vasconcelos Correia, primeiro presidente da Ordem dos Engenheiros”, in *Ingenium*, II Série, n.º 93, p. 90-92.
- ROLLO, Maria Fernanda, “20 anos de adesão de Portugal à CEE. Memória do Congresso’86 da Ordem dos Engenheiros (I)”, in *Ingenium* II Série, n.º 95, Setembro/Outubro de 2006, pp. 86-90.
- SANTO, Fernando, “70.º Aniversário da Ordem dos Engenheiros”, in *Ingenium*, II série, n.º 91, Janeiro/Fevereiro de 2006, p. 7.
- SANTO, Fernando, “Editorial. Uma Ordem com 70 Anos de História”, in *Ingenium*, II série, n.º 91, Janeiro/Fevereiro de 2006, p. 5.
- Segundo Congresso Nacional de Engenharia (Porto, Junho de 1948). “Votos do Congresso”, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano VII, n.º 69, Setembro de 1949, pp. 483-499.
- SERRA, Cunha, “A Ordem dos Engenheiros e as Convenções Colectivas de Trabalho”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 1, Vol. 16, Janeiro de 1971, pp. 3-4.
- “Uma Nova Etapa na Vida da Ordem”, in *Boletim Informativo Nacional da Ordem dos Engenheiros*, n.º 57, Novembro de 1982, p. 1 e p. 21.

Anexo Documental

**DECRETO-LEI N.º 27 288,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936¹**

**MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O Estatuto do Trabalho Nacional e o decreto-lei n.º 23 050 estabelecem o princípio e as regras gerais da organização profissional, prevendo este último diploma que as profissões livres se organizem num único Sindicato Nacional e que os Sindicatos Nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros possam adoptar a denominação de Ordens.

Por outro lado, os próprios engenheiros portugueses, revelando grande espírito de coesão e nítida compreensão da sua função social, manifestaram ao Governo o desejo da constituição do seu Sindicato Nacional.

Dadas as circunstâncias que se verificam em certas profissões livres, o Governo considera justo e conveniente estabelecer normas especiais para a organização e funcionamento de cada um dos respectivos Sindicatos Nacionais, não contidas no decreto-lei n.º 23 050. Por isso se publica o presente diploma, mandando adoptar os estatutos que dele ficam fazendo parte integrante.

A mais importante dessas disposições é a que determina a filiação obrigatória, prevista de resto no art. 41.º do Estatuto do Trabalho Nacional, por ser manifesto que os principais

objectivos da Ordem só podem alcançar-se e só se compreendem com a obrigatoriedade da filiação de todos os que exercem a mesma profissão.

Outro aspecto especial é o relativo à função disciplinar, considerada necessária em profissões de tão grande importância social.

O prestígio de que deve ser sempre rodeada uma profissão como a dos engenheiros e o papel de grande responsabilidade que ela desempenha perante a Nação exigem na verdade as maiores garantias morais e técnicas, de que os próprios componentes serão, através do seu organismo sindical, os mais autorizados fiadores.

A função cultural da Ordem mereceu também interesse particular. No campo espiritual e científico, no domínio das aplicações técnicas, à Ordem dos Engenheiros fica reservada uma função utilíssima, como centro impulsionador dos estudos e dos progressos de engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional dos seus membros.

Finalmente, acentua-se que, através do organismo corporativo agora instituído, além da defesa dos interesses profissionais nos seus aspectos moral, económico e social, resultará a criação do necessário sistema de previdência, o que é um dos importantes objectivos da organização corporativa.

Nestes termos, tendo em vista o disposto no § único do artigo 3.º do decreto-lei n.º 23 050, de 23 de Setembro de 1933, e no artigo 41.º do Estatuto do Trabalho Nacional;

1. *Diário do Governo*, Suplemento ao n.º 276, de 24 de Novembro de 1936, e rectificações publicadas no *Diário do Governo*, I série, n.º 294, de 16 de Dezembro de 1936.

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 190.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É constituído, com a denominação de Ordem dos Engenheiros, o Sindicato Nacional dos Engenheiros, que se regulará pelos estatutos anexos a este decreto, do qual fazem parte integrante.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paço do Governo da República, 24 de Novembro de 1936 – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Mário Pais de Sousa* – *Manuel Rodrigues Júnior* – *Manuel Ortins de Bettencourt* – *Joaquim José de Andrade e Silva Abrantes* – *Francisco José Vieira Machado* – *António Faria Carneiro Pacheco* – *Pedro Teotónio Pereira* – *Rafael da Silva Neves Duque*.

ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

CAPÍTULO I

Constituição e fins da Ordem

Artigo 1.º A Ordem dos Engenheiros exerce a sua actividade no plano nacional, em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho e com respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação, sendo-lhe por isso vedada a filiação em quaisquer organismos de carácter internacional ou a representação em congressos ou manifestações internacionais sem autorização do Governo; e não pode também, sem a mesma autorização, contribuir monetariamente para a manutenção de organismos estrangeiros, nem receber deles quaisquer donativos ou empréstimos.

Art. 2.º A Ordem dos Engenheiros constitui factor de cooperação activa com todos os outros factores da actividade nacional e repudia simultaneamente a luta de classes e o predomínio das plutocracias.

Art. 3.º A Ordem dos Engenheiros é um organismo de utilidade pública e goza de todas as vantagens e atribuições consignadas no artigo 13.º do decreto n.º 23 050, na parte aplicável.

Art. 4.º A Ordem dos Engenheiros tem por fim o estudo e defesa dos interesses profissionais, nos seus aspectos moral, económico e social, competindo-lhe especialmente:

- 1.º Exercer as funções políticas conferidas pela Constituição Política da República Portuguesa aos organismos corporativos;
- 2.º Dar parecer sobre os assuntos da sua especialidade, acerca dos quais for consultada pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado, nomeadamente sobre:
 - a) Situação, condições e necessidades da respectiva profissão e modo de promover o seu aperfeiçoamento ou suprir as insuficiências;
 - b) Condições económicas e sociais dos associados;
 - c) Higiene e segurança dos locais de trabalho;
- 3.º Desempenhar as funções que lhe sejam incumbidas pelo Registo das Corporações;
- 4.º Elaborar a sua contabilidade em conformidade com as normas que pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência forem estabelecidas e ter os seus livros sempre em boa ordem e escriturados em dia;
- 5.º Promover, por todos os meios ao seu alcance, a manutenção de um alto nível moral e profissional dos seus membros;
- 6.º Velar pela execução das leis e regulamentos relativos ao título e à profissão de engenheiro, promovendo procedimento judicial contra quem o use ou exerça ilegalmente;
- 7.º Elaborar os regulamentos necessários ao seu funcionamento.

Art. 5.º A sede da Ordem é em Lisboa, devendo ser criadas, pelo conselho directivo, delegações nas sedes dos distritos administrativos nos quais residam ou exerçam a sua profissão mais de cem engenheiros.

§ 1.º Os inscritos na Ordem utilizarão indistintamente as instalações e os serviços da sede ou das delegações, segundo o seu desejo ou a sua conveniência.

§ 2.º Em regulamento será determinada qual a constituição dos corpos directivos das delegações e a forma da sua eleição. Nesta eleição deverão tomar parte os inscritos residentes no distrito correspondente e em outros cuja anexação seja indicada pela sua posição geográfica.

Art. 6.º A Ordem dos Engenheiros é constituída por todos os indivíduos habilitados legalmente ao exercício, em Portugal, da profissão de engenheiro de qualquer das seguintes especialidades actualmente professadas nas escolas superiores de engenharia portuguesas ou das equivalentes, nos termos legais:

- a) Engenharia Civil;
- b) Engenharia Electrotécnica;
- c) Engenharia Mecânica;
- d) Engenharia de Minas;
- e) Engenharia Químico-Industrial.

§ *único*. Deverão também fazer parte da Ordem todos os engenheiros de especialidades actualmente não professadas nas escolas superiores de engenharia portuguesas e cujo grau científico seja considerado equivalente aos destas escolas pela assembleia geral da Ordem, sobre parecer favorável do conselho directivo.

CAPÍTULO II

Dos sócios, seus direitos e deveres

Art. 7.º A inscrição na Ordem dos Engenheiros é obrigatória para todos os indivíduos no gozo dos seus direitos civis e políticos que se encontrem nas condições do art.º 6.

§ 1.º A inscrição a que este artigo se refere deve ser efectuada pela própria Ordem, em face dos elementos que lhe serão fornecidos pelas escolas nacionais de engenharia e registos constantes do *Diário do Governo*, ou pelos interessados.

§ 2.º Podem ser dispensados temporariamente, a seu requerimento, dos encargos da Ordem, ficando conseqüentemente privados dos respectivos direitos, os engenheiros que declarem não exercer a profissão e enquanto a não exerçam.

Art. 8.º Há duas categorias de inscritos:

- a) A de membros efectivos – constituída pelos de nacionalidade portuguesa;
- b) A de membros agregados – constituída pelos de nacionalidade estrangeira.

Art. 9.º É instituída para todos os inscritos no uso dos seus direitos a carta de exercício profissional, que constitui documento de apresentação obrigatória em todos os actos profissionais, sempre que for exigida por quem de direito.

Art. 10.º Constitui dever dos inscritos o cumprimento de todos os preceitos contidos no presente Estatuto e respectivos regulamentos, e nomeadamente:

- 1.º Manter o prestígio da Ordem no exercício profissional e contribuir eficazmente para o bom nome da profissão;
- 2.º Acatar e respeitar as determinações dos corpos directivos;
- 3.º Dar a sua colaboração efectiva a todas as iniciativas que concorram para o engrandecimento e dignificação da Ordem;
- 4.º Pagar as cotas e outros encargos a que sejam obrigados pelas disposições do presente Estatuto e respectivos regulamentos;
- 5.º Exercer, salvo impedimento julgado atendível pelo conselho disciplinar, os cargos para que forem eleitos;

§ *único*. Nenhum inscrito na Ordem é obrigado a aceitar a sua reeleição para qualquer cargo antes de decorridos três anos sobre o termo do mandato anterior.

Art. 11.º São direitos dos inscritos na Ordem:

- 1.º A fruição de todos os benefícios de carácter profissional, moral e material obtidos pela Ordem;

- 2.º Ser representado ou assistir em juízo, nos termos do artigo 45.º do presente Estatuto e do respectivo regulamento;
- 3.º A utilização, segundo o preceituado nos respectivos regulamentos, de todas as instalações da Ordem;
- 4.º Ser sócio da instituição de previdência que venha a estabelecer-se nos termos legais;
- 5.º Votar e ser votado nas eleições para os cargos dos corpos directivos da Ordem, nos termos deste Estatuto;
- 6.º Recorrer para o conselho directivo em caso de desrespeito, por outrem, dos seus direitos ou das suas regalias;
- 7.º Recorrer das decisões do conselho disciplinar, nos termos deste Estatuto.

§ 1.º Perde os direitos a que este artigo se refere o membro da Ordem que tiver cotas em atraso por período superior a seis meses, ou quantia equivalente em dívida.

§ 2.º Aos membros agregados não são conferidos os direitos consignados no n.º 5.º deste artigo.

CAPÍTULO III

Da orgânica da Ordem

A) ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12.º A assembleia geral é constituída pelos membros efectivos da Ordem que estejam no uso de todos os seus direitos.

Art. 13.º A assembleia geral reúne ordinariamente uma vez em cada ano, durante o mês de Janeiro, e só pode ser convocada extraordinariamente por iniciativa do conselho directivo ou a requerimento de duzentos membros efectivos no uso de todos os seus direitos.

Art. 14.º A assembleia geral só pode deliberar sobre os assuntos constantes da respectiva convocação.

Art. 15.º A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, todos eleitos anualmente na sessão ordinária do mês de Janeiro.

§ *único*. Constituem condições necessárias para qualquer membro poder ser eleito presidente ou vice-presidente da assembleia geral ser diplomado há mais de quinze anos e ter mais de quarenta anos de idade.

Art. 16.º Compete à assembleia geral ordinária:

- 1.º Discutir e votar o relatório do conselho directivo cessante, o parecer da comissão revisora de contas, as contas da gerência anterior e o orçamento para o novo ano;
- 2.º Proceder, nos termos deste Estatuto e respectivos regulamentos, às eleições da mesa da assembleia geral, do conselho directivo e de uma comissão revisora de contas, composta por três membros efectivos;
- 3.º Fixar, sob proposta do conselho directivo, a cota mensal a pagar pelos inscritos.

B) CONSELHO DIRECTIVO

Art.º 17 O conselho directivo é, por natureza, o órgão executor das finalidades da Ordem, o seu representante responsável e o coordenador das suas actividades.

§ *único*. Obrigam a Ordem, por necessárias e bastantes, as assinaturas do presidente e de um outro membro do conselho directivo, nos termos regulamentares.

Art.º 18 O conselho directivo é composto pelos seguintes membros: um presidente, um vice-presidente, um vogal tesoureiro e um vogal secretário, eleitos pela assembleia geral, e ainda, como vogais, pelos presidentes das secções previstas no artigo 37.º que tenham um número de inscritos igual ou superior a quinze membros efectivos.

§ 1.º O presidente, o vice-presidente, o vogal tesoureiro e o vogal secretário são eleitos por dois anos e por forma que o primeiro e o terceiro o sejam em um ano e o segundo e o quarto no ano seguinte.

§ 2.º Todos os membros do conselho directivo podem ser reeleitos.

§ 3.º Os membros do conselho directivo eleitos nos termos do artigo 16.º e § 1.º do artigo 38.º tomarão posse dos seus cargos dentro

dos quinze dias seguintes ao da assembleia geral ordinária.

§ 4.º As vagas que ocorrerem no conselho directivo serão preenchidas por eleição suplementar, mas o mandato dos novos eleitos terminará no prazo em que devia terminar o mandato dos substituídos.

§ 5.º Nas votações do conselho directivo o seu presidente tem voto de qualidade.

Art. 19.º Constituem condições necessárias para qualquer inscrito poder ser eleito presidente ou vice-presidente do conselho directivo da Ordem ter obtido carta de curso ou diploma há mais de quinze anos e ter mais de quarenta anos de idade.

C) SECRETARIA GERAL

Art. 20.º Os serviços de registos profissionais, de arquivos, de expedientes e outros relativos à Ordem são centralizados numa secretaria geral, cujo funcionamento é objecto de regulamento especial.

§ *único.* Estes serviços são dirigidos por um secretário geral, responsável perante o conselho directivo, e que deve ser um membro efectivo.

D) FUNDOS DA ORDEM

Art. 21.º As receitas da Ordem são constituídas pelas jóias, cotas e por quaisquer outras que lhe forem atribuídas.

Art.º 22.º A classificação e constituição dos fundos da Ordem são feitas em regulamento aprovado pela assembleia geral.

§ *único.* Os fundos especiais só podem ser aplicados aos fins para que forem expressamente criados.

CAPÍTULO IV

Da função disciplinar

A) CONSELHO DISCIPLINAR

Art. 23.º A função disciplinar é exercida por um conselho directivo que tem por missão instruir e julgar os processos que lhe forem propostos, segundo as normas e dentro da

orientação consignadas no presente Estatuto e respectivos regulamentos.

Art. 24.º Para a constituição do conselho disciplinar cada uma das secções referidas no artigo 37.º elegerá dois membros efectivos da Ordem.

§ 1.º Esses membros, em reunião plenária, elegerão entre si o presidente.

§ 2.º A instrução e julgamento de cada processo disciplinar competirão a um júri de cinco dos referidos membros, constituído, depois de proposto o processo, por um dos representantes da secção a que o arguido pertença e quatro representantes das restantes secções que forem designadas por sorteio.

Será também o sorteio que indicará, de entre os dois representantes de cada secção apurada, aquele que intervirá no julgamento do processo.

§ 3.º Nas reuniões do conselho disciplinar de que não faça parte o presidente a presidência será exercida pelo mais idoso dos membros presentes.

Art. 25.º O mandato dos membros do conselho disciplinar terá a duração de três anos.

§ 1.º São condições necessárias para qualquer inscrito ser eleito membro do conselho disciplinar ter obtido carta de curso ou diploma há mais de quinze anos e ter mais de quarenta anos de idade.

§ 2.º A eleição dos membros do conselho disciplinar é feita na reunião conjunta das secções a que se refere o artigo 38.º.

§ 3.º O provimento das vagas que ocorrerem durante o mandato é feito pelas competentes secções, dentro do prazo de trinta dias após a sua ocorrência, em reunião convocada e presidida pela mesa da assembleia geral.

§ 4.º Os membros do conselho disciplinar são reelegíveis.

Art. 26.º O conselho disciplinar constituído para cada processo só pode deliberar estando presentes os seus cinco vogais.

§ 1.º Em caso de impedimento justificado e demorado de um desses vogais, será convocado o outro representante da mesma secção,

que se manterá no exercício da função até final do julgamento do processo em curso.

§ 2.º A instrução e julgamento dos processos em curso à data do termo do mandato dos membros do conselho disciplinar serão ultimados pelo mesmo júri. Serão ainda os restantes membros do mesmo conselho os que farão parte da junta que apreciará os recursos desses julgamentos, nos termos do artigo 31.º.

Art.º 27.º Quando, no estudo dos processos, o conselho disciplinar tiver de apreciar questões de ordem técnica para cabalmente ajuizar das circunstâncias em causa, deverá recorrer, desde que um dos seus vogais o proponha, ao parecer técnico especializado dos membros da Ordem indicados pelas secções competentes, expressamente convocadas para este fim.

B) FALTAS E SUAS SANÇÕES

Art. 28.º Constitui falta punível, nos termos do presente Estatuto e respectivo regulamento disciplinar, o não cumprimento dos preceitos contidos no artigo 10.º.

Art. 29.º Às faltas cometidas corresponderão penas disciplinares que podem ir até ao cancelamento da inscrição e que serão definidas e aplicadas conforme o estabelecido no regulamento disciplinar.

Art. 30.º Nenhuma pena poderá ser aplicada sem que o arguido seja notificado dos artigos da acusação e convidado a apresentar por escrito a sua defesa. O arguido poderá, além disso, defender-se oralmente ou designar qualquer inscrito na Ordem para seu defensor, ou usar de ambos os meios de defesa.

Art. 31.º Das penas aplicadas pelo conselho disciplinar há recurso para uma junta constituída pelos vogais do conselho disciplinar que não tenham tido intervenção no processo primitivo e pelos presidentes e vice-presidentes do conselho directivo e da mesa da assembleia geral. Essa junta decidirá por

maioria absoluta da totalidade dos votos que abrange.

§ *único*. No julgamento do recurso, além do arguido e do seu defensor, deve ser ouvido o membro do conselho disciplina por este designado de entre os que tenham tido intervenção na decisão recorrida.

Art. 32.º Contra a pena de cancelamento da inscrição há ainda recurso para o Tribunal do Trabalho.

Art. 33.º Pelas autoridades judiciais serão enviadas ao conselho directivo da Ordem, para que este lhe dê o destino conveniente, nos termos e para os efeitos das decisões judiciais, da indicação dos seus membros, das que os absolvam ou condenem, ou respeitem a sua capacidade civil, e bem assim de todas as que confirmem, revoguem ou alterem as referidas decisões. Devem as cópias ser sempre acompanhadas de declarações de terem ou não transitado em julgado as decisões a que respeitem.

Art. 34.º Sempre que um inscrito tenha sido condenado pelo tribunais ordinários, a Ordem, tomando conhecimento oficial da sentença, resolverá sobre o procedimento a adoptar conforme o determinado no regulamento disciplinar.

Art. 35.º Os indivíduos a quem tenha sido cancelada a inscrição na Ordem poderão, quando reabilitados, requerer a reinscrição, que só será concedida mediante parecer favorável do conselho disciplinar, com direito a recurso nos termos dos artigos anteriores.

Art. 36.º Todos os indivíduos a quem tenha sido aplicada a pena de suspensão ou cancelamento serão considerados, nos termos da legislação aplicável, em exercício ilegal da profissão quando a exercerem antes de a pena estar extinta.

CAPÍTULO V

Da função cultural

Art. 37.º Para o exercício da função cultura os membros da Ordem agrupam-se em secções, correspondentes às especialidades de engenharia indicadas no artigo 6.º e às que venham a ser admitidas em face do disposto no § único desse artigo.

§ *único.* Para o efeito indicado neste artigo podem ainda formar-se agrupamentos secundários, de inscrição voluntária, não correspondentes a especialidades oficiais de engenharia, e cuja constituição e funcionamento serão objecto de regulamento.

Art. 38.º A direcção superior da função cultural incumbe ao conselho directivo e a de cada uma das secções ao respectivo presidente, secretariado por um membro da mesma secção.

§ *1.º* A eleição dos presidentes das secções é feita por cada uma destas, em reunião conjunta, convocada e presidida pela mesa da assembleia geral. Nesta reunião, que terá lugar oito dias depois da assembleia geral ordinária, se fará também, quando for devida, nos termos do artigo 25.º, a eleição dos membros do conselho disciplinar.

§ *2.º* Os secretários das secções são eleitos nas reuniões destas, durante o mês de Janeiro.

§ *3.º* Os presidentes e secretários das secções são reelegíveis.

§ *4.º* As vagas que ocorrerem serão preenchidas por eleição suplementar, mas o mandato dos novos eleitos terminará no prazo em que devia terminar o mandato dos substituídos.

Art. 39.º A Ordem fará publicar uma revista periódica e organizará uma biblioteca.

§ *único.* A direcção e administração da revista e da biblioteca pertencerão ao conselho directivo; este poderá delegar a direcção da revista em uma comissão de três membros presidida por um dos seus vogais.

Art. 40.º As secções, além do estudo e apreciação dos problemas científicos, técnicos e económicos que lhes digam respeito,

promoverão de acordo com o conselho directivo, a organização de conferências e congressos profissionais, excursões e visitas, quer no País, quer no estrangeiro. Pronunciar-se-ão igualmente sobre todos os assuntos que lhes forem submetidos pelo conselho directivo, de harmonia com os regulamentos da Ordem.

Art. 41.º As regalias de carácter cultural são extensivas a pessoas de especial formação científica ou técnica e aos alunos das escolas superiores de engenharia portuguesas, mediante o pagamento da jóia e cota, nos termos regulamentares, e sobre as designações de subscritores extraordinários e subscritores estudantes.

§ *único.* Os engenheiros inscritos na Ordem e que estiverem nas condições do § 2.º do artigo 7.º podem, enquanto elas durarem, fazer parte da classe de subscritores extraordinários.

Art.º 42.º Os membros da Ordem que lhe tiverem prestado serviços relevantes ou que, pela reconhecida elevação dos seus conhecimentos científicos ou pela notoriedade da sua experiência em qualquer dos ramos da engenharia a que se refere o artigo 6.º ou seu § único, forem dignos de especial distinção poderão ser elevados à categoria de membros honorários por proposta do conselho directivo, aprovada pela assembleia geral. Os membros honorários ficam dispensados do pagamento de qualquer encargo da Ordem.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 43.º Nos termos da legislação em vigor, a Ordem dos Engenheiros promoverá a organização de um sistema de previdência, cujo funcionamento será objecto de regulamento especial.

Art. 44.º A prestação de serviços técnicos, quer ao que se refere aos engenheiros que exercem livremente a profissão, quer aos que sejam empregados por conta de outrem, será

regulada por normas especiais, a estabelecer em regulamento especial.

Art. 45.º A Ordem dos Engenheiros será representada em juízo pelo presidente do conselho directivo e, na falta ou impedimento deste, pelo vice-presidente.

§ 1.º Em conformidade com o n.º 2.º do artigo 11.º, a Ordem, também por intermédio do presidente ou do vice-presidente do conselho directivo, pode intervir, como parte principal ou assistente, nos processos em que os engenheiros inscritos sejam autores ou réus e tratem de assuntos respeitantes ao exercício da profissão.

§ 2.º Havendo delegações, criadas em conformidade com o artigo 5.º, poderão as representações a que se referem este artigo e o seu § 1.º ser exercidas pelo presidente do corpo directivo dessa delegação ou, na falta ou impedimento deste, pelo vice-presidente.

Art. 46.º Em reuniões extraordinárias da assembleia geral, e sobre propostas do conselho directivo, serão votados os regulamentos necessários ao funcionamento da Ordem, sujeitos à aprovação do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 47.º O exercício de uma função remunerada pela Ordem é incompatível com qualquer dos cargos de eleição previstos neste Estatuto.

Art. 48.º Por diploma especial será determinada a extensão da jurisdição da Ordem dos Engenheiros às colónias.

Art. 49.º Para proceder à organização da Ordem, nos termos dos artigos seguintes, é criada uma comissão organizadora, constituída pelo presidente, os dois vice-presidentes, o tesoureiro e o secretário mais antigo da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses que estejam em exercício à data da publicação deste Estatuto no *Diário do Governo* e pelos últimos presidentes da assembleia geral, presidente e vice-presidente da direcção da antiga Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal.

§ *único*. O mandato desta comissão terminará com a posse dos membros do conselho directivo eleito na assembleia geral a que se refere o artigo 16.º.

Art. 50.º A comissão organizadora inscreverá na Ordem todos os indivíduos portugueses ou estrangeiros a respeito dos quais tenha informações de que se encontram nas condições do artigo 1.º à data da publicação do presente Estatuto.

§ *único*. Será publicada no *Diário do Governo*, no prazo de trinta dias a contar da publicação deste Estatuto, a lista dos indivíduos inscritos na Ordem, nos termos deste artigo.

Art. 51.º Os indivíduos que nesta data se encontrarem nas condições do artigo 1.º e que não figurem na lista a que se refere o artigo anterior são obrigados a requerer à Ordem a sua inscrição dentro dos sessenta dias seguintes àquela publicação ou à data da chegada ao território nacional, se deixarem de residir no estrangeiro.

§ *único*. Se esta obrigação não for cumprida, esses indivíduos ficam inibidos de exercer a sua profissão até se inscreverem e incorrerem:

- a) Na pena correspondente à desobediência à lei se de facto não exercerem a profissão;
- b) Na pena correspondente a exercício ilegal da profissão, se de facto a exercerem antes da inscrição; ambas aplicadas mediante processo criminal requerido pelo presidente do conselho directivo ou por quem o representar, depois de feita prévia advertência.

Art. 52.º Dentro de quarenta e cinco dias, a contar da data do decreto que aprova este Estatuto, deverá a comissão organizadora da Ordem convocar a reunião da sua primeira assembleia geral, com uma antecedência não inferior a quinze dias. Esta assembleia será presidida pelo presidente da comissão, reunirá com qualquer número de engenheiros já inscritos como membros efectivos da Ordem e limitar-se-á a eleger a mesa da assembleia

geral e o presidente, o vice-presidente, o vogal tesoureiro e o vogal secretário do conselho directivo.

§ *único*. Para efeito do disposto no § 1.º do artigo 16.º o presidente e o vogal tesoureiro eleitos nos termos do presente artigo terão um mandato de três anos.

Art. 53.º A mesa da assembleia geral eleita nos termos do artigo anterior promoverá a reunião conjunta das secções no prazo de dez dias para estas procederem às eleições a que se refere o § 1.º do artigo 38.º

§ *único*. Os secretários das secções serão eleitos por estas nas suas primeiras reuniões.

Art. 54.º A cota mensal dos inscritos na Ordem, tanto efectivos como agregados, é provisoriamente fixada em 15\$00. A jóia será fixada, a título igualmente provisório na importância de 50\$00.

Art. 55.º A comissão organizadora e depois o conselho directivo resolverão qualquer caso omissis neste Estatuto e que seja de natureza regulamentar, até à entrada em vigor dos regulamentos necessários.

Art. 56.º A Ordem dos Engenheiros fica autorizada a contratar com a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses ou com qualquer outra entidade aquilo que for necessário para a instalação da sua sede e dos seus serviços.

Presidência do Conselho, 24 de Novembro de 1936. – O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

Anexo Estatístico

Membros inscritos e na actividade – 1936-2010

	MEMBROS INSCRITOS			MEMBROS NA ACTIVIDADE		
	EFFECTIVOS	AGREGADOS		EFFECTIVOS	AGREGADOS	
1936	1127	13	1140	994	80	1074
1937	1333	23	1356	1263	23	1286
1938	1471	30	1501	1377	30	1407
1939	1568	30	1598	1454	29	1483
1940	1655	30	1685	1527	29	1556
1941	1743	31	1774	1564	31	1595
1942	1844	42	1886	1624	41	1665
1943	1930	51	1981	1670	50	1720
1944	2049	51	2100	1779	49	1828
1945	2216	45	2261	1973	43	2016
1946	2315	42	2357	2124	42	2166
1947	2454	40	2494	2271	40	2311
1948	2652	36	2688	2491	36	2527
1949	2870	42	2912	2660	42	2702
1950	3108	42	3150	2886	42	2928
1951	3315	40	3355	3069	40	3109
1952	3487	33	3520	3239	33	3272
1953	3657	35	3692	3394	35	3429
1954	3835	35	3870	3564	35	3599
1955	3973	36	4009	3690	36	3726

¹ Número total de membros efectivos na actividade profissional em 31-12-1957. Segundo o Estatuto de 1956 passou a existir apenas uma categoria de membros da Ordem, a de efectivos, e foi suspensa a inscrição dos que residiam nas províncias ultramarinas e no estrangeiro.

	MEMBROS INSCRITOS	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			LUANDA E LOURENÇO MARQUES	SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL		MADEIRA	AÇORES
1957 ¹		4749						
1959	6119	5077						
1960	6371	5323						
1961	6618	5579						
1962	6779	5700						
1963	6948							
1964	7064	5914						
1965	7195	5873						
1966	7335	5999						
1967	7472	6078						
1968	7635	6232						
1969	7737	6 185						
1970	7880	6 333						
1971	8258	6780	1275	424	4626	455		
1972	8742	7269	1360	430	4850	629		
1973	9334	7794	1456	446	5170	722		
1974		9266	1797	510	6199	760		
1975		10 003	1994	577	6617	815		
1976		9657	2093	600	6657	307		
1977		9570	2095	607	6868			
1978		9762	2319	710	6733			
1979		10 262	2443	793	7026			
1980		10 943	2575	872	7496			
1981		11 545	2770	966	7809			
1982		12 420	2947	1079	8394			
1983		13 071	3101	1184	8786			
1984		13 841	3383	1260	9198			
1985		14 476	3529	1350	9597			
1986		14 890	3727	1407	9756			
1987		15 497	3944	1507	9911		135	
1988		15 938	4010	1553	10 226		149	
1989		16 725	4194	1605	10 619		157	150
1990		17 314	4321	1686	10 976		173	158
1991		17 931	4501	1855	11 222		184	169
1992		19 320	4939	2052	11 939		208	182
1993		27 920	6788	2866	17 665		283	318
1994		0						
1995		27 823	6892	2916	17 413		287	315

	MEMBROS INSCRITOS	MEMBROS NA ACTIVIDADE	REGIÕES			LUANDA E LOURENÇO MARQUES	SECÇÕES REGIONAIS	
	EFFECTIVOS	EFFECTIVOS	NORTE	CENTRO	SUL		MADEIRA	AÇORES
1996		28 122	6945	2935	17 632		291	319
1997		28 306	6983	2946	17 757		298	322
1998		28 837	7067	2983	18 150		311	326
1999		28 984	7116	3060	18 145		325	338
2000		29 522	7298	3153	18 399		332	340
2001		29 953	7380	3269	18 609		351	344
2002		30 672	7599	3361	18 985		375	352
2003		30 976	7736	3520	18 969		385	366
2004		31 207	8009	3726	19 472			
2005		34 043	9147	4009	20 024		401	462
2006		34 634	9534	4168	20 004		506	422
2007		36 282	10081	4514	20 693		542	452
2008		37 851	10750	4784	21 271		472	574
2009		38 891	11373	5116	21 297		615	490
2010		40 183	11805	5388	21 857		647	486

Fontes: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros, 1936-1953; e Boletim da Ordem dos Engenheiros, 1954-1956; Relatórios do Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros, 1960-2005.* Dados relativos a 1963 em AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 30, carta do secretário-geral à Direcção-Geral de Saúde, 6 de Agosto de 1964.

Distribuição dos membros inscritos pelas Secções – 1936-1956

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO-INDUSTRIAL		NAVAL	
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS
1936	680	4	231	4	131	4	94	3	86	1		
1937	853	13	266	4	150	4	199	3	91	2		
1938	902	17	287	7	174	5	205	3	102	2		
1939	970	16	316	6	191	5	206	4	103	3		
1940	1028	17	336	8	198	4	209	4	110	3		
1941	1065	14	375	9	211	4	225	4	123	4	13	
1942	1115	14	393	13	224	5	226	7	119	7	17	
1943	1162	15	436	17	227	5	227	9	125	9	17	
1944	1223	15	473	17	232	5	234	9	133	9	17	
1945	1323	14	500	15	252	5	249	8	140	7	17	
1946	1372	13	529	15	262	5	249	6	146	7	16	
1947	1442	14	575	15	274	3	251	6	150	6	16	
1948	1537	13	637	15	283	3	259	5	166	4	15	
1949	1639	18	706	16	302	4	261	5	182	4	16	
1950	1756	17	788	15	321	5	263	6	196	4	15	

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO- -INDUSTRIAL		NAVAL	
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS
1951	1840	17	850	15	341	5	261	4	232	4	17	
1952	1913	14	908	14	357	3	257	4	256	3	17	
1953	1973	13	962	15	381	4	254	6	281	2	19	
1954	2057	11	1006	16	401	4	254	6	303	1	20	
1955	2111	11	1044	15	423	3	252	6	323	2	22	1

Fontes: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1936-1953 e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1956.

Distribuição dos membros na actividade pelas Secções – 1938-1956

	CIVIL		ELECTROTÉCNICA		MECÂNICA		MINAS		QUÍMICO- -INDUSTRIAL		NAVAL	
	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS	EFFECTIVOS	AGREGADOS
1938	831	17	282	7	167	5	197	3	99	2		
1939	882	16	310	6	183	5	196	4	100	2		
1940	921	17	328	8	187	4	198	4	107	2		
1941	922	14	360	9	195	4	208	4	118	4	11	
1942	938	13	370	13	208	5	207	7	116	7	15	
1943	958	15	406	16	205	4	205	9	120	9	14	
1944	1058	13	442	17	212	5	218	9	131	9	15	
1945	1135	12	479	15	232	5	221	8	133	7	15	
1946	1224	13	513	15	245	5	222	6	139	7	15	
1947	1308	14	558	15	258	3	226	6	143	6	15	
1948	1418	13	621	15	269	3	233	5	160	4	15	
1949	1493	18	670	16	283	4	231	5	168	4	15	
1950	1614	17	741	15	304	5	234	6	184	4	15	
1951	1683	17	797	15	322	5	231	4	217	4	17	
1952	1759	14	858	14	337	3	226	4	236	3	17	
1953	1812	13	905	15	358	4	221	6	257	2	19	
1954	1896	11	946	16	376	4	215	6	277	1	20	
1955	1946	11	984	15	396	3	312	6	295	2	22	1

Fontes: *Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros*, 1936-1953 e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, 1954-1956.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1938-2010

	CIVIL	ELECTRO- -TÉCNICA	MECÂNICA	MINAS ³	QUÍMICO- -INDUSTRIAL	NAVAL	GEOGRÁFICA	AGRONÓMICA	SILVÍCOLA ²	METALÚRGICA ¹	INFORMÁTICA	AMBIENTE DIVERSOS	TOTAIS
1959	2033	1058	420	150	330	24	204	709	149				5077
1960	2114	1101	449	157	355	24	212	748	163				5323
1961	2182	1127	497	165	377	21	217	805	188				5579
1962	2205	1141	529	168	398	21	215	834	189				5700
1963	2864	1336	632	215	477	24	297	905	198				6948
1964	2282	1168	581	181	433	22	202	855	190				5914
1965	2240	1171	593	180	453	21	183	849	183				5873
1966	2296	1182	617	179	473	21	182	861	188				5999
1967	2332	1226	623	169	494	22	184	843	185				6078
1968	2411	1269	646	174	507	21	184	835	185				6232
1969	2432	1274	668	166	502	20	159	793	171				6185
1970	2524	1311	705	169	510	19	167	761	167				6333
1971	2765	1399	779	177	546	20	157	775	162				6780
1972	2983	1537	882	183	588	21	158	757	160				7269
1973	3201	1680	971	181	645	19	163	776	157	1			7794
1974	3540	2035	1344	192	979	21	176	802	169	8			9266
1975	3682	2259	1548	194	1125	27	170	782	153	13			9953
1976	3477	2127	1484	176	1021	20	126	589	112	19			9151
1977	3510	2118	1481	177	1013	19	119	549	96	19			9101
1978	3899	2252	1582	171	1036	20	129	556	95	22			9762
1979	4253	2345	1661	172	1020	24	130	541	91	25			10 262
1980	4601	2495	1783	176	1065	23	127	556	93	24			10 943
1981	4970	2609	1896	171	1085	23	126	543	92	30			11 545
1982	5404	2796	2043	185	1142	32	132	552	95	39			12 420
1983	5771	2945	2129	186	1156	33	135	577	97	42			13 071
1984	6227	3092	2267	196	1193	34	149	599	93	46			13 896
1985	6557	3217	2387	204	1229	36	156	611	96	51			14 544
1986	6754	3288	2445	201	1280	40	149	588	93	52			14 890
1987	7060	3388	2553	228	1320	46	145	611	91	55			15 497
1988	7297	3431	2610	244	1354	49	144	659	92	58			15 938
1989	7712	3547	2710	257	1426	53	153	708	95	64			16 725
1990	8063	3603	2777	280	1460	61	149	728	96	72		25	17 314
1991	8394	3671	2859	303	1522	61	147	766	105	79		24	17 931
1992	8873	3969	3099	350	1659	67	173	886	141	103			19 320
1993	9762	6857	4090	495	2787	77	233	3010	434	175			27 920
1994	9796	6882	4116	497	2789	77	233	3005	438	184			28 017

	CIVIL	ELECTRO- -TÉCNICA	MECÂNICA	MINAS ³	QUÍMICO- -INDUSTRIAL	NAVAL	GEOGRÁFICA	AGRONÓMICA	SILVÍCOLA ²	METALÚRGICA ¹	INFORMÁTICA	AMBIENTE	DIVERSOS	TOTAIS
1995	9856	6770	4132	473	2780	86	233	2908	405	180				27823
1996	10 136	6775	4144	474	2780	88	239	2897	406	183				28122
1997	10 399	6654	4139	472	2742	86	241	2863	405	184	121			28306
1998	10 838	6677	4100	506	2707	82	238	2912	430	200	147			28837
1999	10 968	6524	4109	520	2644	89	243	2863	428	203	234	159		28984
2000	11 284	6579	4145	547	2633	92	252	2889	429	207	257	208		29 522
2001	11 620	6608	4185	560	2635	94	260	2853	428	208	271	231		29 953
2002	11 989	6735	4264	592	2607	98	260	2841	438	220	286	342		30 672
2003	12 357	6754	4275	614	2559	93	260	2767	426	223	282	366		30 976
2004	13 031	6918	4383	639	2550	91	266	2762	425	226	302	412		32 005
2005	14 131	7243	4666	695	2593	102	287	2807	440	255	321	503		34 043
2006	14 770	7266	4729	713	2513	105	295	2671	434	265	311	562		34 634
2007	15 613	7540	4968	760	2569	110	303	2697	444	286	341	651		36 282
2008	16 530	7767	5183	795	2590	110	316	2711	446	295	373	735		37 851
2009	17 225	7877	5378	817	2570	115	320	2652	431	308	392	806		38 891
2010	17 877	8107	5571	854	2595	117	330	2639	445	327	423	898		40 183

¹ A partir de 1997 passa a designar-se Metalúrgica e Materiais a partir de 2009 passa a designar-se apenas Materiais.

² A partir de 2000 passa a Florestal.

³ A partir de 2002 passa a designar-se Geologia e Minas
Fonte: *Relatórios e Contas do Conselho Geral e BOE, 1959-1973*. Dados relativos a 1963 em AOENG, Conselho Geral. Correspondência Expedida, n.º 30, carta do secretário-geral à Direcção-Geral de Saúde, 6 de Agosto de 1964. *Relatórios Contas, 1974-2010*.

Membros efectivos na actividade por especialidade – 1938-2010 (em percentagem)

	CIVIL	ELECTRO- -TÉCNICA	MECÂNICA	MINAS ³	QUÍMICO- -INDUSTRIAL	NAVAL	GEOGRÁFICA	AGRONÓMICA	SILVÍCOLA ²	METALÚRGICA ¹	INFORMÁTICA	AMBIENTE	DIVERSOS	TOTAIS
1959	40,0	20,8	8,3	3,0	6,5	0,5	4,0	14,0	2,9					100,0
1960	39,7	20,7	8,4	2,9	6,7	0,5	4,0	14,1	3,1					100,0
1961	39,1	20,2	8,9	3,0	6,8	0,4	3,9	14,4	3,4					100,0
1962	38,7	20,0	9,3	2,9	7,0	0,4	3,8	14,6	3,3					100,0
1963	41,2	19,2	9,1	3,1	6,9	0,3	4,3	13,0	2,8					100,0
1964	38,6	19,7	9,8	3,1	7,3	0,4	3,4	14,5	3,2					100,0
1965	38,1	19,9	10,1	3,1	7,7	0,4	3,1	14,5	3,1					100,0
1966	38,3	19,7	10,3	3,0	7,9	0,4	3,0	14,4	3,1					100,0
1967	38,4	20,2	10,3	2,8	8,1	0,4	3,0	13,9	3,0					100,0
1968	38,7	20,4	10,4	2,8	8,1	0,3	3,0	13,4	3,0					100,0
1969	39,3	20,6	10,8	2,7	8,1	0,3	2,6	12,8	2,8					100,0
1970	39,9	20,7	11,1	2,7	8,1	0,3	2,6	12,0	2,6					100,0
1971	40,8	20,6	11,5	2,6	8,1	0,3	2,3	11,4	2,4					100,0
1972	41,0	21,1	12,1	2,5	8,1	0,3	2,2	10,4	2,2					100,0

	CIVIL	ELECTRO- TÉCNICA	MECÂNICA	MINAS ³	QUÍMICO- INDUSTRIAL	NAVAL	GEOGRÁFICA	AGRONÓMICA	SILVÍCOLA ²	METALÚRGICA ¹	INFORMÁTICA	AMBIENTE	DIVERSOS	TOTAIS
1973	41,1	21,6	12,5	2,3	8,3	0,2	2,1	10,0	2,0	0,0				100,0
1974	38,2	22,0	14,5	2,1	10,6	0,2	1,9	8,7	1,8	0,1				100,0
1975	37,0	22,7	15,6	1,9	11,3	0,3	1,7	7,9	1,5	0,1				100,0
1976	38,0	23,2	16,2	1,9	11,2	0,2	1,4	6,4	1,2	0,2				100,0
1977	38,6	23,3	16,3	1,9	11,1	0,2	1,3	6,0	1,1	0,2				100,0
1978	39,9	23,1	16,2	1,8	10,6	0,2	1,3	5,7	1,0	0,2				100,0
1979	41,4	22,9	16,2	1,7	9,9	0,2	1,3	5,3	0,9	0,2				100,0
1980	42,0	22,8	16,3	1,6	9,7	0,2	1,2	5,1	0,8	0,2				100,0
1981	43,0	22,6	16,4	1,5	9,4	0,2	1,1	4,7	0,8	0,3				100,0
1982	43,5	22,5	16,4	1,5	9,2	0,3	1,1	4,4	0,8	0,3				100,0
1983	44,2	22,5	16,3	1,4	8,8	0,3	1,0	4,4	0,7	0,3				100,0
1984	44,8	22,3	16,3	1,4	8,6	0,2	1,1	4,3	0,7	0,3				100,0
1985	45,1	22,1	16,4	1,4	8,5	0,2	1,1	4,2	0,7	0,4				100,0
1986	45,4	22,1	16,4	1,3	8,6	0,3	1,0	3,9	0,6	0,3				100,0
1987	45,6	21,9	16,5	1,5	8,5	0,3	0,9	3,9	0,6	0,4				100,0
1988	45,8	21,5	16,4	1,5	8,5	0,3	0,9	4,1	0,6	0,4				100,0
1989	46,1	21,2	16,2	1,5	8,5	0,3	0,9	4,2	0,6	0,4				100,0
1990	46,6	20,8	16,0	1,6	8,4	0,4	0,9	4,2	0,6	0,4			0,1	100,0
1991	46,8	20,5	15,9	1,7	8,5	0,3	0,8	4,3	0,6	0,4			0,1	100,0
1992	45,9	20,5	16,0	1,8	8,6	0,3	0,9	4,6	0,7	0,5				100,0
1993	35,0	24,6	14,6	1,8	10,0	0,3	0,8	10,8	1,6	0,6				100,0
1994	35,0	24,6	14,7	1,8	10,0	0,3	0,8	10,7	1,6	0,7				100,0
1995	35,4	24,3	14,9	1,7	10,0	0,3	0,8	10,5	1,5	0,6				100,0
1996	36,0	24,1	14,7	1,7	9,9	0,3	0,8	10,3	1,4	0,7				100,0
1997	36,7	23,5	14,6	1,7	9,7	0,3	0,9	10,1	1,4	0,7	0,4	0,0		100,0
1998	37,6	23,2	14,2	1,8	9,4	0,3	0,8	10,1	1,5	0,7	0,5	0,0		100,0
1999	37,8	22,5	14,2	1,8	9,1	0,3	0,8	9,9	1,5	0,7	0,8	0,5		100,0
2000	38,2	22,3	14,0	1,9	8,9	0,3	0,9	9,8	1,5	0,7	0,9	0,7		100,0
2001	38,8	22,1	14,0	1,9	8,8	0,3	0,9	9,5	1,4	0,7	0,9	0,8		100,0
2002	39,1	22,0	13,9	1,9	8,5	0,3	0,8	9,3	1,4	0,7	0,9	1,1		100,0
2003	39,9	21,8	13,8	2,0	8,3	0,3	0,8	8,9	1,4	0,7	0,9	1,2		100,0
2004	40,7	21,6	13,7	2,0	8,0	0,3	0,8	8,6	1,3	0,7	0,9	1,3		100,0
2005	41,5	21,3	13,7	2,0	7,6	0,3	0,8	8,2	1,3	0,7	0,9	1,5		100,0
2006	42,6	21,0	13,7	2,1	7,3	0,3	0,9	7,7	1,3	0,8	0,9	1,5		100,0
2007	43,0	20,8	13,7	2,1	7,1	0,3	0,8	7,4	1,2	0,8	0,9	1,8		100,0
2008	43,7	20,5	13,7	2,1	6,8	0,3	0,8	7,2	1,2	0,8	1,0	1,9		100,0
2009	44,3	20,3	13,8	2,1	6,6	0,3	0,8	6,8	1,1	0,8	1,0	2,1		100,0
2010	44,5	20,2	13,9	2,1	6,5	0,3	0,8	6,6	1,1	0,8	1,1	2,2		100,0

Licenciados em engenharia em Portugal pelo ensino universitário público

	IST	ISA	UNL-FCT	MINHO	ALGARVE	UTMAD	ÉVORA	COIMBRA	AVEIRO	UBI	MADEIRA	FEUP	FC-UL	TOTAL
1919/20	30	23										14		67
1920/21	56	26										17		99
1921/22	66	10												76
1922/23	35	11												46
1923/24	25	18												43
1924/25	32	11												43
1925/26		14												14
1926/27	33	11												44
1927/28	10	11												21
1928/29	13	7												20
1929/30	15	14										21		50
1930/31	23	10										13		46
1931/32	21	9												30
1932/33	19	7												26
1933/34	29	9												38
1934/35	33	20												53
1935/36	33	19												52
1936/37	27	33												60
1937/38	38	35										20		93
1938/39	33	42												75
1939/40	54	62										72		188
1940/41	43	47												90
1941/42	49	36												85
1942/43	50	50												100
1943/44	42	45										59		146
1944/45	80	50												130
1945/46	84	41										61		186
1946/47	85	70										114		269
1947/48	74	67												141
1948/49	50	79												129
1949/50	77	66										197		340
1950/51	125	56										175		356
1951/52	113	44										176		333
1952/53	94	78										167		339
1953/54	117	64										147		328
1954/55	113	61										97		271
1955/56	134	68										98		300
1956/57	142	55										101		298

	IST	ISA	UNL-FCT	MINHO	ALGARVE	UTMAD	ÉVORA	COIMBRA	AVEIRO	UBI	MADEIRA	FEUP	FC-UL	TOTAL
1957/58	159	60										117		336
1958/59	103	39										105		247
1959/60	139	36										101		276
1960/61	102	32										82		216
1961/62	131	29												160
1962/63	150	32										61		243
1963/64	161	29												190
1964/65	159	33										11		203
1965/66	198	32												230
1966/67	206	30										65		301
1967/68	178	28												206
1968/69	268	45												313
1969/70	404	107												511
1970/71	458	60												518
1971/72	169	53												222
1972/73	545	79						1						625
1973/74	606	96												702
1974/75	498	123						1						622
1975/76	749	92						248				248		1337
1976/77	981	106						207				207		1501
1977/78	793	124						150		36		186		1289
1978/79	549	98	55					169	10	21		147		1049
1979/80	610	82		5				137	15	42		353		1244
1980/81	563	92	39	13				172	18	1		348		1246
1981/82	712	99	17	8				168	30	47		100		1181
1982/83	526	122	65	7				102	37	15		305		1179
1983/84	681	105	29	19			12	138	41	21		315		1361
1984/85	555	124	47	18		17	20	103	57	10		336		1287
1985/86	718	116	46	22		23	50	159	78	7		319		1538
1986/87	592	124	73	33		60	62	219	49	9		344		1565
1987/88	585	112		48	2	53	49	162	91	12		362		1476
1988/89	504	107	118	39	4	58	61	212	79	14		318		1514
1989/90	541	106	114	53	7	80	64	234	82	41		355		1677
1990/91	590	130	125	126	7	93	66	243	83	73		366		1902
1991/92	660	41	154	191	6	114	81	278	91	100		330		2046
1992/93	783	141	193	306	8	110	115	360	113	127		326		2582
1993/94	795	137	203	271	12	148	113	361	165	179		365		2749
1994/95	700	77	212	357	8	139	117	355	212	277		433		2887
1995/96	878	102	302	350	26	139	93	385	184	319		433	8	3219

Fonte: Manuel Heitor, Hugo Horta e Pedro Conceição, "Do ensino técnico ao ensino das ciências da engenharia: uma leitura sobre a evolução do ensino da engenharia em Portugal no século XX", in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX, vol. I*, coord. Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2004, p. 254. Observatório da Ciência e do Ensino Superior, www.oces.mctes.pt

	IST	ISA	UNL-FCT	MINHO	ALGARVE	UTMAD	ÉVORA	COIMBRA	AVEIRO	UBI	MADEIRA	FEUP	FC-UL	TOTAL
1996/97	868	128	328	504	34	182	95	349	268	376	5	547	19	3703
1997/98	917	128	306	453	41	166	90	353	206	463	17	566	12	3718
1998/99	841	101	292	461	67	194	99	332	214	453	9	517	5	3585
99/2000	546	106	289	547	101	172	102	366	230	417	15	530	11	3432
00/2001	563	115	232	418	102	211	91	313	176	152	11	426	42	2852
01/2002	895	152	259	390	141	239	89	410	255	153	6	471	40	3500
02/2003	1615	277	474	748	272	367	141	474	543	187	18	866	60	6042
03/2004	858	199	380	469	102	269	116	389	274	165	7	574	34	3836
04/2005	801	284	423	437	107	196	146	327	312	146	11	530	24	3744

Índice Institucional

A

Academia da Força Aérea, 558
Academia das Ciências, 561
Academia de Engenharia, 528, 560, 561, 609, 610
Academia Militar, 409, 558
Academia Politécnica do Porto, 24, 27, 30
Academia Real de Fortificação e Desenho, 61
Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, 61
Accreditation Board on Engineering
and Technology – ABET, 610
Accreditation of Engineering Education, 613
Administração dos Portos do Douro e Leixões, 206, 527
Administração Geral do Porto de Lisboa – AGPL, 175
Administração Geral dos Correios, Telégrafos
e Telefones, 79, 173, 197
Agência de Avaliação e Acreditação do
Ensino Superior, 591, 613
Agrupamento de Aproveitamentos Hidroelétricos, 220
Aliança Povo Unido – APU, 429
American Society of Civil Engineers, 205, 611
Arsenal do Exército, 31
Assembleia Constituinte, 451
Assembleia da República, 547, 608, 615
Assembleia de Representantes, 546, 547, 548, 608, 613
Assembleia Geral da Ordem dos Engenheiros, 55, 152,
156, 157, 160, 161, 162, 163, 174, 177, 181, 186,
189, 190, 191, 192, 197, 199, 200, 203, 204, 208,
213, 214, 217, 219, 226, 239, 240, 241, 242, 257,
258, 277, 372, 383, 385, 386, 388, 400, 401, 402,
408, 427, 428, 438, 441, 446, 603, 605, 650
Assembleia Nacional, 82, 103, 173,
196, 206, 219, 223, 246
Assembleia Regional da Região Centro, 538, 607, 608
Assembleia Regional de Lisboa, 279,
378, 386, 403, 405, 605
Associação de Estudantes do Instituto Superior
Técnico, 62, 211, 294, 336, 400, 409
Associação dos Arquitectos Portugueses, 554, 596, 609
Associação dos Engenheiros, 162
Associação dos Engenheiros Civis do
Norte de Portugal, 48, 52, 84
Associação dos Engenheiros Civis Portugueses – AECP,
19, 23, 28, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46,
47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 63, 65, 66, 69,
70, 71, 75, 84, 86, 87, 142, 163, 178, 197, 257, 261,
266, 268, 269, 270, 280, 311, 316, 351, 602, 603
Associação dos Engenheiros e Arquitectos
de Cabo Verde, 568, 610, 612

Associação dos Engenheiros Navais e Oceânicos
de Espanha, 612, 613
Associação dos Industriais da Construção
e Obras Públicas, 610
Associação Empresarial de Portugal, 612
Associação Geral da Confederação da
Indústria Portuguesa, 551
Associação Industrial Portuense, 148, 498
Associação Industrial Portuguesa, 216, 498, 551, 612
Associação Internacional de Pontes e Estruturas, 163
Associação Latino Americana de Engenharia
e Segurança no Trabalho, 614
Associação Nacional de Empreiteiros
de Obras Públicas, 551
Associação Nacional de Municípios, 610
Associação Portuguesa de Economistas, 596
Associação Portuguesa de Engenharia, 261, 500
Associação Portuguesa de Engenheiros
Técnicos – Apet, 554, 608
Associação Portuguesa de Fundição, 564
Associação Portuguesa para o
Progresso das Ciências, 242
Association Internationale des Ponts
et Charpentiers, 228, 522
Association Internationale Permanente des
Congrès de la Route, 228, 522
Association Internationale Permanente des
Congrès de Navigation, 228, 522

B

Banco de Fomento Nacional, 206, 207
Banco de Portugal, 164
Banco Lisboa & Açores, 71
Banco Nacional Ultramarino – BNU, 246
Banco Totta & Açores, 551
Bolsa de Lisboa, 399
BRISA – Auto Estradas de Portugal, 480

C

Caixa de Previdência da Ordem dos Engenheiros,
105, 108, 125, 161, 162, 176, 188, 191, 192, 203,
213, 309, 322, 346, 387, 388, 395, 431, 435,
506, 528, 569, 601, 602, 607, 610, 611, 612
Caixa Geral de Depósitos, 64
Câmara Corporativa, 51, 54, 63, 64, 71, 142, 163,
180, 209, 223, 246, 307, 352, 390, 392, 603
Câmara dos Solicitadores, 596
Câmara Municipal da Figueira da Foz, 132
Câmara Municipal de Lisboa, 76, 77,
489, 350, 351, 377, 541, 615

- Câmara Municipal de Luanda, 78
 Câmara Municipal do Porto, 76, 109, 237, 288
 Caminhos-de-Ferro do Vale do Vouga, 288
 Celbi – Celulose Beira Industrial, 498
 Celulose Guadiana, 498
 Centralcer, 498
 Centro de Estudos de Engenharia Civil, 152, 469
 Centro de Estudos de Telecomunicações – CET, 429
 Centro de Estudos para a Criação de
 Novos Sindicatos, 441
 Centro de Formação Profissional da
 Indústria de Fundação, 564
 Centro Tecnológico para o Aproveitamento e
 Valorização das Rochas – CEVALOR, 528
 Cimianto, 175
 Cimpor – Cimentos de Portugal, SA, 498
 Clube de Engenharia, 86
 Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, 612
 Clube Residencial da Boavista, 509
 Colégio de Engenharia Agronómica, 569, 592, 612
 Colégio de Engenharia Alimentar, 614
 Colégio de Engenharia Civil, 569, 592, 610, 615
 Colégio de Engenharia de Materiais, 592, 614
 Colégio de Engenharia do Ambiente, 569, 592, 610
 ,
 Colégio de Engenharia Electrotécnica, 569, 592
 Colégio de Engenharia Florestal, 592, 612
 Colégio de Engenharia Geográfica, 592
 Colégio de Engenharia Geológica e de Minas, 592
 Colégio de Engenharia Informática, 562, 563, 568, 592
 Colégio de Engenharia Mecânica, 569, 592
 Colégio de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, 614
 Colégio de Engenharia Naval, 592
 Colégio de Engenharia Química, 569
 Colégio de Engenharia Química e Biológica, 592
 Colégio de Engenheiros Cívicos do Estado de Jalisco, 613
 Colegio de Ingenieros de Caminos,
 Canales e Puertos, 533, 615
 Colégio Militar, 463
 Colégios das Especialidades, 555
 Colégios Oficiais de Ingenieros, 500
 Comissão *ad hoc* para funcionar junto do Grupo de
 Estudo e Avaliação de Projectos do Secretariado
 Técnico da Presidência do Conselho, 353, 394
 Comissão Administrativa, 289, 300, 311, 312, 322
 Comissão Alargada de Estudo de Problemas
 de Formação, 439, 461
 Comissão Coordenadora das Acções Sindicais, 441
 Comissão Coordenadora Nacional, 502
 Comissão Cultural de Engenharia Agronómica, 541
 Comissão Cultural de Engenharia Electrotécnica, 541
 Comissão Cultural de Engenharia Naval, 541
 Comissão da Nova Sede, 351
 Comissão da OCDE que se ocupará dos problemas
 do ensino da Engenharia Química, 354
 Comissão da Reforma Administrativa, 339
 Comissão de Admissão da Ordem dos
 Engenheiros, 470, 471, 484, 521, 606
 Comissão de Admissão e Qualificação, 502, 515, 548, 606
 Comissão de Coordenação das Telecomunicações, 151
 Comissão de Desemprego, 249
 Comissão de Educação e Ciência, 614
 Comissão de Especialidades da Ordem
 dos Engenheiros, 487, 522
 Comissão de Especificações do Laboratório
 Nacional de Engenharia Civil, 354
 Comissão de Estudo da Actividade dos
 Engenheiros no Campo Municipal, 231
 Comissão de Estudo da Eventual Conversão da
 Caixa de Previdência dos Engenheiros (Ministério
 das Corporações e Previdência Social), 392
 Comissão de Estudo de Regulamentação
 dos Planos de Urbanização, 219
 Comissão de Estudo do Regulamento da Profissão, 344
 Comissão de Estudos de Energia Nuclear, 132
 Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes
 Aproveitamentos Hidroeléctricos, 151, 372
 Comissão de Inscrição e de Classificação dos
 Empreiteiros de Obras Públicas, 307, 352, 393
 Comissão de Produtividade da Associação
 Industrial Portuguesa – COPRAI, 353
 Comissão de Publicações, 202, 208, 232, 233, 389, 603
 Comissão de Qualificação Profissional,
 462, 472, 484, 521
 Comissão de Revisão do Código Deontológico, 532
 Comissão de Trabalho Segurança Social
 e Administração Pública, 614
 Comissão de Urbanismo e Habitação, 603
 Comissão de Vocabulários de Estruturas, 307, 394
 Comissão Directiva da Ordem dos Engenheiros,
 259, 261, 267, 271, 274, 275, 277, 289, 603
 Comissão Directiva Provisória da Secção
 Regional do Porto, 444
 Comissão Disciplinar Nacional da
 Ordem dos Engenheiros, 484
 Comissão do Desemprego, 199, 214
 Comissão do Imposto Profissional, 359, 362, 369, 407
 Comissão dos Engenheiros Estrangeiros, 228
 Comissão Editorial da Ordem dos
 Engenheiros, 479, 484, 606

- Comissão Electrotécnica Portuguesa, 219, 307, 393
- Comissão Encarregada da Publicação do *Boletim Informativo*, 532
- Comissão Executiva, 298
- Comissão Executiva da Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, 613
- Comissão Executiva da Especialização em Segurança no Trabalho da Construção, 613
- Comissão incumbida de proceder à revisão geral da legislação existente sobre Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, 308, 353
- Comissão Instaladora da Ordem dos Engenheiros de Moçambique, 568
- Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Europeia, 354, 469
- Comissão Nacional da Distribuição de Água, 308, 351, 352
- Comissão Nacional de Desemprego de Engenheiros, 449, 450
- Comissão Nacional de Revisão dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros, 542
- Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 402
- Comissão Nacional ligada com o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOSMOS), 354, 393
- Comissão Nacional Portuguesa da Comissão Internacional das Grandes Barragens da Conferência Mundial da Energia, 248
- Comissão Nacional Portuguesa da FEANI, 434, 554, 608
- Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens, 372
- Comissão Organizadora da Assembleia Regional, 396
- Comissão Organizadora da Caixa de Previdência, 346
- Comissão organizadora de reuniões de Estudo de Urbanismo, ligado ao Centro de Estudos da Direcção-Geral de Urbanização, 308
- Comissão organizadora dos Colóquios sobre Construções, 308
- Comissão para a Apreciação da Actividade de Estrangeiros, 383, 384
- Comissão para a Revisão dos Estatutos da Secção Regional do Porto, 446
- Comissão para alteração dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Profissionais de Telecomunicações, 394
- Comissão para as Novas Instalações, 489, 606
- Comissão para o estudo da pretensão da Ordem dos Engenheiros a ter um representante na Corporação da Lavoura, 392
- Comissão para o Estudo da Regulamentação do Exercício Profissional, 320
- Comissão para o estudo da Regulamentação do Trabalho para Técnicos e Operários Metalomecânicos, 308
- Comissão para o Estudo de Regulamentação dos Planos de Urbanização, 307
- Comissão para o Estudo do Problema do Isolamento da Cortiça, 394
- Comissão para o Estudo e Revisão das Regulamentos das Instalações Eléctricas (CORIEL), 308, 353, 393
- Comissão para o Regulamento de Segurança da Construção Civil, 394
- Comissão para rever as normas em vigor no MOP sobre dos Honorários dos Técnicos contratados para elaboração de projectos, 392
- Comissão Permanente resultante do Congresso do Ensino de Engenharia, 353, 394
- Comissão Revisora de Contas, 92, 117, 153, 172, 183, 198, 207
- Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia – CTCEE, 64
- Comissões de Estudo da Ordem dos Engenheiros, 602
- Comissões Executivas das Especializações, 615
- Comité de Energia Eléctrica da Comissão Económica para a Europa, 219, 308
- Comité de Ligação das Associações de Engenheiros Universitários da Europa – CLAIU, 535, 568
- Comité Económico e Social, 533
- Comité Europeu dos Engenheiros Agrónomos – Cedia, 569, 609
- Comité Europeu dos Engenheiros Cívicos, 533, 534, 608
- Commonwealth Engineering Conference – CEC, 356
- Companhia Agrícola da Beira, 322
- Companhia Agrícola Ultramarina, 71
- Companhia Carris de Ferro de Lisboa – CCFL, 116, 123, 201
- Companhia de Caminhos de Ferro de Benguela, 116
- Companhia de Seguros Lusitânia, 71
- Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses – CP, 71, 91, 175, 197, 347, 398, 478, 527
- Companhia Geral de Construções de Lisboa, 116
- Companhia Hidroeléctrica do Cávado, 144
- Companhia Hidroeléctrica do Zêzere, 144
- Companhia Industrial de Portugal e Colónias, 322
- Companhia Nacional de Electricidade, 63, 142
- Companhia Nacional de Petroquímica, 498
- Companhia Portuguesa de Celulose, 189
- Companhia União Fabril – CUF, 63, 142, 175, 320, 498
- Comunidade das Organizações de Engenheiros dos Países de Língua Portuguesa, 615
- Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP, 572, 615
- Comunidade Económica Europeia – CEE, 287, 399, 478, 493, 499, 512, 528, 532, 533, 534, 535, 537, 548

- Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, 462
- Conference of Engineering of Western Europe and the United States – EUSEC, 355, 356, 604
- Conférence Technique Mondiale, 158, 159
- Conferência das Organizações Internacionais das Colónias Portuguesas, 299
- Conselho Consultivo da Secção de Publicações, 348, 350
- Conselho Consultivo do Instituto Superior Técnico, 393
- Conselho Coordenador dos Colégios, 548, 562, 564, 610
- Conselho Corporativo, 54, 204
- Conselho Cultural de Engenharia
- Agronómica, 359, 362, 368, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Civil, 359, 361, 368, 406
- Conselho Cultural de Engenharia de Minas, 359, 362, 368, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Electrotécnica, 359, 361, 368, 406
- Conselho Cultural de Engenharia Geográfica, 359, 362, 368, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Mecânica, 359, 361, 368, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Naval, 359, 362, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Químico-Industrial, 359, 362, 368, 407
- Conselho Cultural de Engenharia Silvícola, 359, 362, 368, 407
- Conselho da Revolução, 449
- Conselho das Associações de Engenheiros Civis dos Países de Língua Portuguesa e Castelhana, 587
- Conselho de Admissão e Qualificação, 548, 569, 580, 610
- Conselho de Estética Cidadina de Lisboa, 71, 86, 307, 394
- Conselho de Normalização, 209, 307, 352, 393
- Conselho Directivo / Conselho Directivo Nacional, 76, 78, 81, 84, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 153, 155, 158, 159, 161, 162, 171, 173, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 214, 215, 218, 219, 223, 224, 226, 239, 240, 241, 242, 469, 470, 475, 476, 477, 484, 487, 488, 495, 496, 497, 500, 502, 504, 506, 507, 511, 512, 513, 514, 515, 522, 523, 525, 527, 534, 536, 538, 540, 548, 552, 556, 560, 562, 567, 569, 575, 576, 577, 578, 580, 581, 583, 601, 602, 603, 604, 606, 607, 610, 612, 614, 615, 650
- Conselho Directivo da Região Centro, 477, 478, 492, 493, 498, 560, 571, 572, 585, 590, 592, 607
- Conselho Directivo da Região Norte, 471, 497, 523, 560, 571, 572, 585, 590, 592, 607
- Conselho Directivo da Região Sul, 506, 523, 524, 525, 543, 560, 561, 571, 572, 585, 590, 592, 595, 607
- Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros, 66, 92, 105, 117, 153, 172, 183, 190, 198, 207, 210
- Conselho Disciplinar Regional de Coimbra, 369
- Conselho Disciplinar Regional de Lisboa, 343
- Conselho Económico, 209
- Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia do Brasil – Confea, 568, 610, 611
- Conselho Geral, 289, 292, 297, 300, 301, 305, 306, 309, 310, 320, 327, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 343, 344, 345, 346, 348, 350, 371, 377, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 385, 389, 400, 409, 410, 427, 428, 429, 431, 434, 438, 440, 441, 442, 443, 444, 446, 447, 449, 450, 455, 459, 461, 606
- Conselho Nacional das Associações Empresariais, 551
- Conselho Nacional das Ordens Profissionais, 613
- Conselho Nacional de Profissões Liberais, 550, 551, 596
- Conselho Permanente de Acção Educativa, 271, 272, 275
- Conselho Regional de Coimbra, 367, 396, 476
- Conselho Regional de Lisboa, 279, 280, 344, 363, 378, 385, 386, 398, 403, 405, 408, 439, 440, 447, 452, 453, 454, 462, 464, 605
- Conselho Regional do Porto, 279, 476, 346, 395, 437, 605
- Conselho Superior da Indústria, 151, 209, 215, 218, 307
- Conselho Superior de Caminhos-de-ferro, 197
- Conselho Superior de Electricidade, 145
- Conselho Superior de Fomento Ultramarino, 459
- Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, 152
- Conselho Superior de Normalização, 215, 218, 603
- Conselho Superior de Obras Públicas, 151, 180, 197, 372, 459
- Conselho Superior de Transportes Terrestres, 151
- Conselho Superior Disciplinar, 342, 385, 651
- Conselho Técnico da Indústria, 306
- Conselhos Nacionais de Colégios, 548
- Convenção das Sociedades Nacionais de Electrotécnicos da Europa Ocidental – EUREL, 513, 533, 569, 607
- Corpo de Engenharia Civil e dos seus Auxiliares, 21, 61
- Corpo de Engenharia Militar no Ministério da Guerra, 21
- Corpo de Engenheiros Civis do Ministério das Obras Públicas, 21
- Corporação da Imprensa e Artes Gráficas, 352, 390, 392
- Corporação da Indústria, 352, 390, 392, 435, 603
- Corporação da Lavoura, 435
- Corporação da Pesca e Conservas, 352, 390, 392
- Corporação dos Transportes e Turismo, 352, 390, 392
- Correios e Telecomunicações de Portugal – CTT, 429, 478, 527
- Cruzada Nun'Álvares, 246

D

Delegação de Braga da Ordem dos Engenheiros, 611
 Delegação Distrital de Castelo Branco, 612
 Delegação Distrital de Évora, 615
 Delegação do Porto, 72, 95, 105, 107, 109, 110, 111, 125, 126, 128, 160, 162, 163, 177, 185, 189, 195, 204, 208, 227, 236, 237, 239, 257, 296, 316, 317, 539, 601, 602
 Delegação Regional de Ponta Delgada, 607
 Delegação Regional dos Açores, 357, 514, 607
 Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos, 372
 Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, 151
 Direcção-Geral da Indústria, 104
 Direcção-Geral de Edifícios, 610
 Direcção-Geral de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 390
 Direcção-Geral de Previdência, 346
 Direcção-Geral do Trabalho, 309
 Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, 278
 Direcção-Geral dos Combustíveis, 151
 Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, 151
 Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, 113, 114
 Direcção-Geral dos Serviços Industriais, 151, 230
 Direcção-Geral dos Transportes Terrestres – DGTT, 151
 Durval, 429

E

École des Ponts et Chaussées, 132
 École Spéciale du Génie des Arts et Manufactures, 288
 Electricidade de Portugal – EDP, 480
 Empresa Carbonífera do Douro, 189
 Empresa Pública das Águas de Lisboa, 398, 480
 Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL, 573
 Engenharia para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária – EpDAH, 588, 613, 614
 Escola de Construções, Indústria e Comércio, 27
 Escola de Guerra, 30, 31, 61, 74, 75
 Escola do Exército, 24, 30, 31, 61, 62, 71, 74, 75, 91, 116, 197
 Escola Industrial do Porto, 24
 Escola Militar, 30, 31, 32, 48, 52, 53, 74, 75, 463
 Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, 31
 Escola Nacional de Saúde Pública, 293
 Escola Naval de Lisboa, 30
 Escola Superior de Biotecnologia do Porto, 558
 Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém, 31
 Espaço Económico Português, 288, 292, 340

Estação Agronómica Nacional, 521
 Euro-Case – European Council of Applied Sciences and Engineering, 560, 561, 608
 European Council of Civil Engineers ECCE / Conselho dos Engenheiros Civis Europeus, 568
 European Federation of Chemical Engineers EFCE / Federação Europeia de Engenharia Química, 569
 European Free Trade Association – EFTA, 287, 328, 383, 384, 560

F

Fábrica de Celulose da Leirosa, 551
 Fábrica de Produtos Químicos de Gaia, 102
 Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 399, 494, 528, 535
 Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 666, 667, 668
 Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra, 85, 133
 Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 85, 133, 463, 666, 667, 668
 Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 30, 85, 133, 179, 459, 558
 Faculdade de Engenharia, Universidade de Coimbra, 396
 Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 27, 33, 34, 40, 48, 52, 62, 128, 132, 177, 189, 196, 206, 211, 249, 302, 395, 444, 459, 521, 527, 528, 558, 561, 564, 591, 666, 667, 668
 Faculdade Técnica, Universidade do Porto, 27, 30, 31, 32, 53, 62, 74, 163
 Fédération des Associations Belges d'Ingénieurs, 86
 Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs – FEANI, 230, 308, 331, 340, 342, 355, 356, 394, 399, 400, 431, 432, 433, 434, 492, 508, 513, 528, 530, 533, 534, 536, 554, 568, 604, 606
 Fédération Européenne du Génie Chimique, 209
 Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Ingénieurs – FIANI, 209, 228, 229, 230, 603
 Fédération Internationale pour l'Habitation, l'Urbanisme et l'Aménagement des Territoires, 185, 228, 522
 Fédération Mondiale des Organisations d'Ingénieurs – FMOI, 356, 513, 568
 Feira das Indústrias Britânicas, 216
 Finavés, 551
 Finobra, 551
 Finova, 551
 Fundação Calouste Gulbenkian, 302, 481, 529
 Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho – FNAT, 203, 204
 Fundo de Pensões, 583, 586, 613
 Fundo Monetário Internacional – FMI, 512

G

Gabinete da Área de Sines, 480
 Gabinete de Cooperação da Ordem dos Engenheiros, 568, 609
 Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, 356
 Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres – GEPTT, 151, 527
 Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura, 442, 443, 444
 Gabinete Técnico do Plano de Fomento da Secretaria de Estado da Indústria, 331
 Governo Provisório, 26
 Grémio das Indústrias Eléctricas, 398
 Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias, 71
 Grémio Técnico Português, 36, 62, 83, 86
 Grupo de Estudo sobre Assuntos da Mulher Técnica, 388, 604
 Grupo de Estudos das Carreiras dos Engenheiros na Função Pública, 477, 478
 Grupo de Estudos de Terminologia Científica e Técnica em Língua Portuguesa (GETELIPO), do Ministério do Ultramar, 394
 Grupo de Trabalho da COPRAL, 394
 Grupo de Trabalho do Código Deontológico, 535, 536
 Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Engenheiros, 493
 Grupo Dinamizador para a Reforma do Ensino Superior Agrícola, 285, 393

H

Hidroeléctrica do Douro, 372
 Hidroprojecto – Consultores de Hidráulica e Salubridade, 490
 Hotel Tivoli, 551

I

Ilustre Colégio Oficial de Ingenieros Industriales de Galicia, 614
 Imperial College of Science and Technology, 64
 Impormol, 551
 Inspeção dos Organismos Corporativos, 268
 Institution of Civil Engineers, 71, 296, 533
 Instituto Comercial de Coimbra, 463
 Instituto Comercial de Lisboa, 31
 Instituto Comercial do Porto, 31
 Instituto de Agronomia e Veterinária, 27, 62
 Instituto de Alta Cultura, 132, 206, 231, 242, 459
 Instituto de Engenharia, 86
 Instituto de Engenharia de S. Paulo, 133

Instituto de Engenharia do Paraná, 613
 Instituto de la Ingenieria de España, 612
 Instituto do Trabalho Portuário, 372
 Instituto Industrial de Lisboa, 27, 31, 78, 86, 157, 163, 197
 Instituto Industrial do Porto, 28, 31, 78, 86, 444
 Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, 24, 62
 Instituto Nacional de Estatística – INE, 163, 382
 Instituto Nacional de Investigação Industrial – INII, 151, 316, 331
 Instituto Nacional do Trabalho e Previdência – INTP, 79, 82, 100, 102, 123, 125, 154, 202, 258, 391, 648
 Instituto para a Alta Cultura, 99, 469
 Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina – IPDAL, 614
 Instituto Português da Qualidade, 610
 Instituto Português de Combustíveis, 151
 Instituto Português de Oncologia, 463
 Instituto Superior de Agronomia, 30, 31, 62, 272, 275, 276, 293, 521, 558, 666, 667, 668
 Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras – ISCEF, Universidade Técnica de Lisboa, 400
 Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 573
 Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 498
 Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, 463
 Instituto Superior do Comércio, 62
 Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 45, 48, 52, 53, 62, 63, 74, 128, 132, 142, 163, 178, 180, 206, 293, 294, 302, 303, 327, 372, 399, 409, 410, 413, 429, 437, 443, 444, 463, 469, 470, 490, 521, 551, 558, 573, 604, 606, 666, 667, 668
 Instituto Universitário da Beira Interior, 515

J

Junta Autónoma das Estradas – JAE, 151, 480
 Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, 133
 Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve, 288
 Junta de Educação Nacional, 132
 Junta de Electrificação Nacional, 63, 142
 Junta de Emigração, 193
 Junta de Energia Nuclear – JEN, 132, 151, 272, 320
 Junta de Obras Municipais, 134
 Junta de Salvação Nacional, 437
 Junta Nacional de Educação, 124, 271, 274, 275
 Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 132
 Juventude Universitária Católica – JUC, 294

L

Laboratoires du Bâtiment et des Travaux Publics, 459
 Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC,
 151, 351, 379, 437, 439, 452, 453,
 490, 521, 530, 561, 591, 605
 Lisnave, 566

M

Mague, 551
 Massachusetts Instituto of Technology – MIT, 469
 Metropolitano de Lisboa, 63, 142, 480
 Ministério da Administração Interna, 449
 Ministério da Agricultura e Pescas, 476
 Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 588
 Ministério da Coordenação Interterritorial, 449
 Ministério da Economia, 144, 449
 Ministério da Educação, 271
 Ministério da Educação e Cultura, 449
 Ministério da Educação e Investigação Científica,
 473, 476, 488
 Ministério da Educação Nacional, 124,
 224, 302, 379, 381, 461
 Ministério da Indústria, 476
 Ministério das Comunicações, 150
 Ministério das Corporações e Previdência Social,
 202, 204, 258, 263, 268, 274, 305, 341,
 346, 382, 388, 391, 408, 603, 604, 647
 Ministério das Finanças, 37, 237, 463
 Ministério das Obras Públicas, 61, 134, 202, 213, 383, 386
 Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 20, 21
 Ministério das Obras Públicas e Comunicações,
 50, 52, 98, 124, 197
 Ministério do Comércio e Comunicações, 32, 36, 52, 63
 Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, 52
 Ministério do Equipamento Social e Ambiente, 449
 Ministério do Interior, 98
 Ministério do Trabalho, 449
 Ministério do Ultramar, 341
 Ministério dos Negócios Estrangeiros, 159
 Movimento das Forças Armadas – MFA,
 411, 435, 436, 437, 438, 605
 Movimento Democrático Português – Comissão
 Democrática Eleitoral – MDP-CDE, 429
 Movimento Nacional-Sindicalista, 246
 Movimento Popular de Libertação
 de Angola – MPLA, 298
 Museu das Ciências e da Indústria, 216

N

Núcleo Central Dinamizador do IV Plano de Fomento, 390

O

Ordem de Engenheiros Geógrafos, 156
 Ordem dos Advogados, 472, 499, 597
 Ordem dos Engenheiros de Angola, 613
 Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde, 581, 611
 Ordem dos Engenheiros Técnicos, 615
 Ordem dos Farmacêuticos, 472, 499, 597
 Ordem dos Médicos, 264, 269, 404, 472, 499, 597
 Ordine degli Ingegneri, 86
 Organização das Nações Unidas – ONU, 165, 170, 298
 Organização de Cooperação e Desenvolvimento
 Económico – OCDE, 132, 356, 499, 512
 Organização Europeia de Cooperação
 Económica – OECE, 64, 170

P

PALOP – Países Africanos de Língua
 Oficial Portuguesa, 572
 Parlamento, 36, 63
 Parque Expo, 566
 Partido Comunista Português – PCP, 505
 Partido Renovador Democrático – PRD, 540
 Partido Social Democrata – PPD-PSD, 528
 Partido Socialista – PS, 441, 528
 Philips Portuguesa, 175
 PIDE-DGS, 336, 400, 404, 410, 436, 605
 Polícia de Segurança Pública – PSP, 390
 Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE,
 294, 332, 333
 Presidência do Conselho, 217, 501
 Presidência do Ministério, 37

R

Repartição de Edificações Urbanas, 463
 Rotary Clube de Lisboa, 295, 414

S

Sacor, 175
 SAPEC, 102
 Secção Aquícola do Conselho Técnico da Direcção-
 -Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 353, 393
 Secção de Engenharia Civil, 76, 92, 116, 120, 122,
 153, 172, 180, 182, 184, 188, 193, 198, 200, 206,
 207, 208, 231, 234, 235, 241, 603, 661, 662
 Secção de Engenharia de Minas, 92, 116, 120, 153, 172,
 183, 193, 198, 206, 207, 234, 235, 601, 661, 662
 Secção de Engenharia Electrotécnica, 92, 114,
 116, 120, 153, 172, 182, 193, 198, 206,
 207, 216, 234, 235, 602, 603, 661, 662

- Secção de Engenharia Mecânica, 58, 92, 116, 120, 153, 172, 183, 193, 198, 206, 207, 234, 235, 661, 662
- Secção de Engenharia Naval, 92, 105, 117, 120, 153, 172, 183, 184, 198, 207, 234, 235, 601, 661, 662
- Secção de Engenharia Químico-Industrial, 58, 92, 116, 120, 122, 153, 172, 183, 193, 198, 206, 207, 220, 234, 235, 322, 661, 662
- Secção de Publicações, 348
- Secção Regional da Madeira, 500, 514, 539, 553, 565, 570, 572, 586, 592, 607, 608, 610, 611, 613, 660, 661
- Secção Regional de Coimbra, 291, 320, 325, 339, 343, 350, 364, 365, 367, 369, 375, 396, 411, 434, 441, 452, 458, 461, 604
- Secção Regional de Lisboa, 261, 277, 290, 299, 311, 312, 313, 315, 322, 323, 329, 331, 338, 343, 344, 347, 350, 356, 357, 358, 360, 374, 388, 397, 400, 403, 404, 405, 411, 429, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 451, 452, 454, 458, 604, 605
- Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, 400, 403, 408
- Secção Regional de Lourenço Marques, 341, 376, 397, 411, 458, 660, 661
- Secção Regional de Luanda, 341, 370, 376, 411, 458, 660, 661
- Secção Regional do Centro, 494, 495, 497, 498, 504, 505, 506, 514, 553, 559, 539, 565, 570, 606, 660, 661
- Secção Regional do Porto, 274, 290, 316, 317, 325, 332, 343, 344, 350, 363, 375, 395, 411, 434, 440, 441, 444, 451, 452, 458, 461, 495, 497, 498, 504, 505, 514, 522, 553, 538, 565, 570, 604, 606, 607, 612, 660, 661
- Secção Regional do Sul, 475, 488, 495, 497, 504, 505, 506, 513, 514, 516, 537, 538, 541, 560, 565, 566, 567, 570, 606, 608, 609, 660, 661, 553, 559
- Secção Regional dos Açores, 539, 553, 565, 570, 572, 582, 583, 592, 611, 613, 614, 660, 661
- Secil, 163, 175
- Secretaria de Estado da Administração Pública, 476, 492
- Secretariado da Propaganda Nacional, 94
- Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, 463
- Siderurgia Nacional, 320
- Siemens Companhia de Electricidade, 79, 80
- Sindicato dos Arquitectos Assalariados, 452
- Sindicato dos Economistas, 438, 439, 452
- Sindicato dos Engenheiros Agrónomos e Silvicultores, 54
- Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, 455, 505
- Sindicato dos Engenheiros Técnicos, 444, 452
- Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte e Sul, 455
- Sindicato Livre de Engenheiros, 441
- Sindicato Livre dos Juristas, 462
- Sindicato Livre dos Médicos, 462
- Sindicato Nacional da Ordem dos Engenheiros Geógrafos, 603
- Sindicato Nacional dos Arquitectos, 121
- Sindicato Nacional dos Electricistas, 86
- Sindicato Nacional dos Engenheiros, 53, 55, 601
- Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, 83, 100, 101, 156, 157, 400, 431, 432, 433, 434, 438, 450, 455, 460
- Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários, 269
- Sociedade de Ciências Agronómicas, 269
- Sociedade de Ciências Médicas, 269
- Sociedade Médica dos Hospitais Cívicos, 269
- Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias, 597
- Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária, 269
- Societatea Politecnica din Romania, 86
- Société des Ingenieurs Civils de France, 86, 197, 463
- Sofip, 551
- Somague, 551
- Soporcel, 498
- Sorefame, 320
- Standard Eléctrica, 175
- Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, 101, 124
-
- T**
- Transportes Aéreos de Portugal – TAP, 398, 435
- Tribunal de Trabalho, 312, 404, 652
-
- U**
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 158, 356, 494
- União das Populações de Angola – UPA, 299
- União Europeia, 560, 561, 594
- União Europeia de Pagamentos, 170
- União Nacional, 166, 246
- União Republicana, 61
- Universidade Católica, 558
- Universidade da Beira Interior, 557, 666, 667, 668
- Universidade da Madeira, 666, 667, 668
- Universidade de Aveiro, 515, 557, 666, 667, 668
- Universidade de Cambridge, 460
- Universidade de Coimbra, 460, 557, 666, 667, 668
- Universidade de Évora, 515, 557, 666, 667, 668
- Universidade de Harvard, 167
- Universidade de Lausanne, 136
- Universidade de Lisboa – UL, 132, 439, 557

Universidade de Lourenço Marques, 460
Universidade de Lovaina, 566
Universidade de Toulouse, 322
Universidade de Trás-os-Montes e Alto
Douro, 558, 666, 667, 668
Universidade do Algarve, 666, 667, 668
Universidade do Minho, 515, 557, 666, 667, 668
Universidade do Porto, 288, 459, 558, 564
Universidade dos Açores, 557
Universidade Nova de Lisboa – UNL, 439, 460,
469, 515, 558, 561, 666, 667, 668
Universidade Técnica de Lisboa – UTL, 46, 163, 558
Université de Gand, 288
UPADI – Union Panamericana de
Asociaciones de Ingenieros, 356

—
V

Verein Deutscher Ingenieur, 86
Visabeira, 612

—
W

WEMT – West European Confederation of
Maritime Technology Societies, 569

Índice Onomástico

A

- ABECASIS, Duarte Krus, 66, 91, 276, 522
 ABECASIS, Fernando Maria Alberto do Perpétuo
 Socorro Manzanares, 358, 378, 461
 ABECASIS, Nuno Krus, 312, 313, 378
 ABECASSIS, Fernando, 478
 ABRANTES, José de Andrade e Silva, 648
 ABRANTES, Nuno Leitão, 307, 394
 ABREU, Álvaro Trigo de, 319
 ABREU, António Justino Monteiro Queirós, 366
 ABREU, Augusto Cancela de, 52, 58, 65,
 66, 69, 82, 103, 133, 273, 276
 AFONSO, Armando Baptista da Silva, 504
 AFONSO, José Nuno do Vale Monteiro de Sousa, 362
 AFREIXO, Jaime, 32
 AGUIAR, Francisco de Mello Ferreira de, 277, 278
 AGUILAR, João Pais, 72, 317, 342
 AIRES, Raul de Lima, 318, 319, 325
 ALBERGARIA, João José Cabral Soares de, 314, 359
 ALBUQUERQUE, Luís Guilherme Mendonça
 de, 291, 323, 325, 326, 334, 366
 ALEGRE, José Nave, 407
 ALEGRI, Rui Manuel da Cunha, 360, 363
 ALEXANDRE, Manuel Fonseca, 324, 359, 361, 363, 374
 ALEXANDRINO, Octávio Magalhães Borges, 590
 ALMEIDA, António Acácio Matos de, 590
 ALMEIDA, Augusto Farinas de, 303
 ALMEIDA, Carlos Fernandes de, 345
 ALMEIDA, Eduardo Jorge Graumann Ribeiro de, 407
 ALMEIDA, F.J. Severo de, 469, 490, 497, 498
 ALMEIDA, Isidoro Augusto da la Higuera Farinas de, 267
 ALMEIDA, João de, 272
 ALMEIDA, José Diogo Nazaré de Sousa de, 366, 376
 ALMEIDA, Manuel José Marques de, 318,
 325, 352, 364, 375, 390, 393, 460
 ALMEIDA, Mário Marques de, 365, 451
 ALMEIDA, Miguel de, 313
 ALMEIDA, Pompeu Ferreira, 370
 ALMEIDA, Rui Ribeiro Farinas de, 407
 ÁLVARES, Joaquim Camilo Fernandes, 91, 198, 183, 206
 ÁLVARES, Pedro Gomes, 278
 ALVES, Alfredo Carlos Taillet, 279, 358
 ALVES, António Alberto Monteiro,
 324, 360, 363, 374, 406
 ALVES, António Alberto Morais, 361
 ALVES, António da Rocha Leão Martins, 314, 324, 359
 ALVES, Artur Augusto de Carvalho,
 314, 323, 324, 354, 358
 ALVES, Carlos Alberto Mineiro, 590
 ALVES, Carlos Alfredo Garcia, 278
 ALVES, Jorge Vieira, 362, 407
 ALVES, Luís de Almeida, 303, 354
 ALVES, Naturcélido Pinto Ribeiro da Costa, 318
 AMARAL, A. Ferreira do, 52
 AMARAL, António Eugénio Brito e Maia Antunes do, 505
 AMARAL, João Maria Barreto Ferreira do, 244
 AMARAL, José Duarte, 323, 324, 359
 AMARAL, Mira, 537, 538, 586
 AMARO, Joaquim Pedro Pereira, 315,
 352, 358, 373, 374, 392, 453
 AMBRÓSIO, Amílcar José Ramos, 373, 374, 406, 454, 464
 AMORES, Álvaro Dinis Campos, 315
 AMORIM JÚNIOR, Eduardo da Conceição, 211, 276, 278
 AMORIM, Diogo Manuel Pacheco de, 358
 AMORIM, Manuel Massano d', 413
 AMORIM, Maria Ângela Duarte Mouzinho
 de Sousa Pessoa de, 368
 ANASTÁCIO, Luís Virgílio Martins, 539
 ANDRADE, Abel Mário de Noronha Oliveira e, 86, 92
 ANDRADE, Adalberto de, 368
 ANDRADE, Alfredo Baptista Lourenço de, 394
 ANDRADE, Augusto José de Araújo Rebelo de, 92, 218, 276
 ANDRADE, Avelino Joaquim Monteiro de, 73
 ANDRADE, Júlio Freire de, 303
 ANDRADE, Luís Augusto Constâncio Patkoczy de, 378
 ANDRADE, Manuel Rebelo de, 58, 66
 ANDRÉ JÚNIOR, Jorge da Costa, 343
 ANJOS, Manuel Simões, 208
 ANTELO, José Manuel Fortuna de Carvalho, 278, 360
 ANTUNES, Aníbal Pires, 278
 ANTUNES, Fernando Ferreira, 376
 ANTUNES, Henrique Ramos, 303
 APOLÓNIO, Manuel, 378
 APÓSTOLO, António do Amaral, 505, 521
 ARANDES, José Rodrigues, 295, 378
 ARAÚJO, Acúrcio Campos de, 184, 199, 279
 ARAÚJO, Fernando Guilherme Campos de, 117, 278
 ARAÚJO, Francisco Jacinto Sarmento Correia de, 73, 110
 ARAÚJO, Francisco Sarmento Correia de, 303
 ARAÚJO, João Ferreira de, 326, 368, 375
 ARAÚJO, Juvenal de, 65
 ATHAYDE, José Pereira, 390
 ATOUGUIA, António Jervis de, 93, 105
 AZEVEDO, Ário Lobo, 324, 361, 363, 374, 405
 AZEVEDO, Manuel Pacheco de, 334, 335
 AZEVEDO, Roberto Manuel Charters de, 378, 406
 AZEVEDO, Sebastião Feyo de, 574, 585, 614
 AZEVEDO, Vasco Nuno Teixeira Gomes Pearce de, 361
 AZEVEDO, Virgílio Eteine Afonso de Melo, 314, 324

B

- BACELAR, Armando, 333
 BANDEIRA, Pedro, 200, 206, 211
 BAPTISTA, António dos Reis, 361, 393, 413
 BAPTISTA, Carlos Evaristo de Sousa, 317, 428
 BAPTISTA, Jaime Melo, 569
 BARATA, Carlos Manuel Temudo, 116, 153, 171
 BARATA, José Marques Pereira, 116, 153, 171, 182, 195
 BARBIÈRE ver CARDOSO, Agostinho Barbieri
 BARBOSA, Alexandre José de Sousa Figueiredo Avelar, 362
 BARBOSA, Daniel Maria Vieira, 166, 167, 168,
 200, 206, 207, 213, 214, 215, 217, 219,
 226, 230, 231, 232, 233, 239, 240, 242,
 258, 260, 322, 323, 329, 603, 619
 BARBOSA, José Ângelo Mota Novais, 504
 BARBOSA, Mário Ferreira de Sá, 505, 566, 571
 BARBOSA, Pedro Fernando Albuquerque, 364, 375
 BARREIROS, Joaquim Lapa Martins, 315, 358
 BARRETO, Luís Gama, 405
 BARRETO, Luís Soares, 505
 BARRETO, Renato Raul Dantas, 505
 BARRIAS, Armando, 405, 406
 BARROCA, Raul Adelino Torcato, 318, 325, 352, 522
 BARROS, Alexandre de Faro, 323
 BARROS, António José Silva Quintino de, 359
 BARROS, Henrique Teixeira Queiroz de, 360, 405, 410, 428
 BARROS, Júlio Morais Sarmiento de, 360, 378, 405, 406
 BARROS, Luís Aires, 532
 BARROS, Manuel Gaspar de, 207, 279
 BARROS, Manuel Pinto Rodrigues da Costa de, 93
 BARROS, Paulo Teixeira de Queirós de,
 92, 114, 116, 207, 219, 303
 BÁRTOLO, João Antunes, 469, 478, 482, 523
 BASTO, Alberto Teodoro Ferreira Pinto, 324, 347, 359
 BASTO, Filipe Teotónio Pereira Xavier
 de, 291, 326, 366, 367, 369
 BASTO, João Teodoro Ferreira Pinto, 117, 153
 BASTO, Luís Ferreira Pinto, 117, 154
 BASTOS, Carlos Pinto, 392
 BASTOS, Ernesto Santos, 95
 BAZENGA, Eugénio António Marques Gomes, 521
 BEBIANO, José Bacellar, 277
 BEÇA, Pedro Manuel da Costa, 352
 BEIRES, Rodrigo Sarmiento de, 73, 110, 318, 378
 BELCHIOR, Joaquim Lopes, 378
 BELÉM, Pedro Voss Álvares Pereira da Cunha, 184, 199
 BELLO, Boaventura d'Almeida, 278
 BELO, António Fernando de Castro Vidal, 362, 407
 BELO, João, 32
 BENOLIEL, Cezar, 614
 BENSÁUDE, Alfredo, 26, 62
 BENTO, Adelino da Rocha San Miguel, 566
 BENTO, Olívio de Sousa, 378
 BERNARDINO, Renato Jerónimo Morgado, 360, 405
 BERNARDO, Carlos, 504
 BETTENCOURT, Francisco, 195
 BETTENCOURT, Jacinto dos Reis, 278
 BETTENCOURT, Manuel Ortins de, 648
 BICHÃO, João José de Oliveira Fernandes, 366, 429
 BICUDO, João José Arruda, 407
 BIRNE, Joaquim de Sousa, 291, 326, 343
 BORGES, José Alberto Simões de Carvalho Alves, 365, 368
 BORGES, Júlio Ferry do Espírito Santo, 314, 354, 378
 BORGES, Mário, 148
 BOTELHO, António Manuel Corrêa, 358, 505
 BOTELHO, Manuel Maria Corrêa, 360, 362
 BOTO, Hermes Guerreiro, 112, 113, 114, 117, 191
 BOTTO, José Maria de Almeida Ribeiro
 Saraiva Donas, 366, 368
 BRAGA, António Joaquim Cruz Alves, 359
 BRAGA, Eduardo Alexandre Barbosa, 183, 199
 BRANCO, António de Castelo, 92
 BRANCO, Emídio Manuel Velez de Matos, 362
 BRANCO, João Paulo Dupuich Pinto Castelo, 278, 290
 BRANCO, Roberto Pereira, 405
 BRANDÃO, Joaquim Mendes dos Remédios de Sousa, 368
 BRASÃO, Álvaro Machado, 368
 BRAVO, Manuel, 303, 361
 BRAVO, Pedro Núncio de Castro Pinto, 291, 325, 326, 366
 BRION, Pedro Filipe Adeodat de, 92, 277
 BRITO, Carlos Eugénio Pereira de, 542
 BRITO, Henrique Sanches e, 407
 BRITO, João Artur Sales Henriques de, 359, 362
 BRITO, Victor Manuel Gonçalves de, 585, 590, 614
 BROTAS, António, 44, 463
 BROTAS, Costa, 453
 BUAL, António Lourenço da Silveira de Sousa, – 207
 BUENO, Vítor Carlos Clemente Godinho, 358

C

- CABEÇADAS, Mendes, 37
 CABRAL, Amândio João Mesquita Gomes, 366, 369, 375
 CABRAL, António Leitão da Rocha, 413
 CABRAL, Arlindo, 314, 358
 CABRAL, Armando de Almeida, 278
 CABRAL, Francisco Caldeira, 314, 354, 358, 393
 CABRAL, Gonçalo de Vasconcelos Pereira, 91, 96,
 116, 118, 122, 125, 152, 601, 602, 619
 CABRAL, João Luís Leão Cabreira de Oliveira, 290
 CABRAL, Joaquim Leitão da Rocha, 522

- CABRITA, Virgílio Lopes, 361, 406
 CADETE, Bernardino Faria Rodrigues, 314, 324
 CADIMA, António Landerset, 334, 335
 CAETANO, Marcelo, 113, 165, 166, 206, 335, 337, 377
 CALADO, Jorge Maria Alves, 362, 405
 CALDAS, Eugénio Queiroz de Castro, 313, 316
 CALEIA, Cipriano, 307, 394
 CAMACHO, Manuel de Brito, 26, 61
 CAMPELO, Manuel Joaquim de Melo Machado, 117, 154
 CAMPOS, António Falcão de, 405
 CAMPOS, Ernesto Loureiro de, 370
 CAMPOS, Ezequiel de, 41, 52, 64, 142, 178
 CAMPOS, Fernando Afonso Vieira, 359
 CAMPOS, José Torres, 586
 CAMPOS, Viriato de Sousa, 278
 CANAS, Viriato, 172, 182, 190, 198
 CARDOSO, Agostinho Barbieri, 337
 CARDOSO, António Poppe Lopes, 405
 CARDOSO, António Morgado Pinto, 434, 461
 CARDOSO, Augusto Lopes, 551
 CARDOSO, Daniel Falcão Lopes, 551
 CARDOSO, Edgar António de Mesquita,
 91, 116, 153, 171, 182, 197, 198
 CARDOSO, Eduardo da Cruz Gomes, 361, 413
 CARDOSO, Felisberto Lopes da Silva, 320, 366
 CARDOSO, Joaquim Carlos Esteves, 290, 315, 359, 360
 CARDOSO, José de Matos, 326, 367, 374, 375, 429
 CARDOSO, José dos Santos Guedes, 490, 497, 498, 521
 CARDOSO, José Vicente de Jesus de Carvalho, 314, 324, 334
 CARDOSO, Luís Jorge Guedes, 505
 CARDOSO, Sá, 191
 CARLOS, Adelino da Palma, 372, 439, 462
 CARLOS, Armando da Palma, 278
 CARLOS, D., 24
 CARMONA, António Óscar de Fragoso,
 32, 37, 38, 93, 178, 648
 CARMONA, João Alberto Barbosa, 92
 CARMONA, José António Pinto e, 320, 365
 CARNEIRO, António Eduardo, 314, 324
 CARNEIRO, Francisco Sá, 494
 CAROLO, Octávio Luís, 361
 CARREIRA, António Maria Caetano, 313
 CARREIRA, Fausto Almeida de Alcântara, 277
 CARRISSO, António Franco Wittnich, 279
 CARVALHAL, Eduardo Evangelista do, 172, 183, 198
 CARVALHO, Afonso Maria de Andrade, 361, 407
 CARVALHO, Agostinho Mesquita, 405
 CARVALHO, Albino Alves Pereira de, 360
 CARVALHO, Álvaro Campos de, 406
 CARVALHO, António Costa Silva, 315, 360, 394
 CARVALHO, António Manuel Pereira de, 406
 CARVALHO, Armando Rodrigues de, 320,
 323, 325, 326, 335, 352, 365, 368
 CARVALHO, Constantino Schröder Batalha de, 91
 CARVALHO, Daniel Emílio da Silva, 183, 198, 200, 207
 CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, 258, 267, 274, 603
 CARVALHO, Francisco Adelino Gusmão Esteves de, 551
 CARVALHO, Henrique Jacinto Ferreira de, 117, 153, 172
 CARVALHO, João C. da Silva Ramos de, 542
 CARVALHO, João Teles Manso de, 370
 CARVALHO, José Alexandre Monteiro Simões de, 394
 CARVALHO, José Lourenço Vasco de,
 47, 206, 270, 277, 278
 CARVALHO, Luís de, 220
 CARVALHO, Luís Gonzaga Azevedo de, 504
 CARVALHO, Manuel Rodrigues de, 445, 463
 CARVALHO, Maria da Graça Martins da Silva, 566, 571, 572
 CARVALHO, Pedro Pessoa de, 313
 CARVALHO, Raul, 314, 324, 361
 CARVALHO, Rodrigo Alberto Guedes
 de, 291, 334, 335, 472, 522
 CARVALHO, Vasco Barreto de, 92, 183, 198
 CASTANHEDA, Mário, 413
 CASTANHO, José Centeno, 62
 CASTANHO, José Ribeiro, 32
 CASTELO-BRANCO, Luís de Abreu, 366
 CASTRO, Abeilard Augusto Ferreira de, 318
 CASTRO, António de Araújo Coelho e, 364, 375
 CASTRO, António Temudo de, 183, 198
 CASTRO, Bento Maria de Meireles Leite
 de, 325, 352, 375, 390, 392
 CASTRO, Ernesto de Campos Melo e, 365
 CASTRO, Fernando Augusto Santos e, 314
 CASTRO, Fernando Galvão Jácome de, 92, 153, 172, 504
 CASTRO, Francisco de Almeida e, 278, 314, 406
 CASTRO, Francisco Xavier Lobo de Almeida
 de Melo e, 92, 116
 CASTRO, José António de, 291, 320
 CASTRO, José Augusto do Canto e, 195
 CASTRO, José Caetano Vaz Pacheco do Canto e, 91, 93
 CASTRO, José Ferreira de, 370
 CASTRO, Manuel Gonçalves de Silveira Azevedo e, 86, 91
 CATALÃO, Manuel Vaz Nave, 315
 CATITA, António José de Sousa, 361, 405, 413
 CATITA, José Manuel de Sousa, 362
 CAUPERS, Eduardo Francisco Santa Marta, 521
 CAVACA, Rogério Augusto, 195, 207, 277, 278
 CAZAES, António Afonso de Sousa Ribeiro, 324, 362
 CERQUEIRA, Sílvio Duarte de Belfort, 117, 153
 CERVEIRA, Alberto de Morais, 522

- CERVEIRA, Manuel Ferreira da Costa, 320, 326, 366, 368
 CHAMBEL, Virgílio Caeiro, 361
 CHAVES, Alexandre Ribeiro Ferreira, 354
 CHAVES, Fernando Augusto Flores de Matos, 375, 376
 CHAVES, José Botelho, 405
 CLARA, José Carlos Gonçalves da, 504, 516
 CLARO, José Luís Gonzaga Boaventura, 376, 377
 CLEMENTE, Adelino Paes, 276
 COELHO, Aristides Guedes, 325, 375
 COELHO, João Dias, 378
 COELHO, João Maria Dias Simões, 208
 COELHO, Luís Pinto, 370
 COIMBRA, Vítor Luís Martins, 315
 COLAÇO, Manuel José Romana, 319
 CONCEIÇÃO, Manuel Tavares da, 539
 CORDEIRO, Ernesto Gentil dos Santos, 362, 413
 CORDES, João José Sinel de, 32
 CORREIA, Álvaro João Duarte Pinto, 352, 358, 393, 586
 CORREIA, António de Almeida de Vasconcelos, 52, 53, 58, 69, 71, 86, 91, 116, 601, 619
 CORREIA, António Ramalho, 370
 CORREIA, Augusto Domingues, 366, 368
 CORREIA, Fernando Martins, 368
 CORREIA, Guilherme Frances, 413
 CORREIA, Jacinto Gasparinho, 278
 CORREIA, José Apolónia Correia, 378
 CORREIA, José Dias de Araújo, 42, 43, 64, 328
 CORREIA, Manuel Alves Peixoto, 505
 CORTE-REAL, António de Oliveira Teles, 374, 375, 376, 390, 393, 460, 469, 478, 490, 493, 497, 498, 500, 511, 525, 542
 CORTÊS, Fernando Ferreira, 362
 CORTESÃO, João Pessoa Lobato, 361
 CORTEZ, José António Simões, 429, 521, 527, 528, 530, 532, 533, 538, 539, 542, 546, 548, 549, 550, 551, 608, 619
 COSTA, Adelino Augusto Nogueira da, 378
 COSTA, Alfredo Nobre, 313, 358, 489
 COSTA, Amândio Machado da, 407
 COSTA, Amílcar José da Luz, 551
 COSTA, António Alfredo Sanches de Castro da, 278
 COSTA, António Casimiro da, 191, 194, 199, 206
 COSTA, Arlindo Vilar Rosa da, 365
 COSTA, Augusto Celestino da, 195
 COSTA, David Morgado Gomes da, 323
 COSTA, Duarte Nuno Laboreiro de V. L. Mendes da, 367
 COSTA, Fernando dos Santos, 165, 257, 279
 COSTA, Fernando José da Mota e, 278
 COSTA, Fernando Vasco, 352
 COSTA, Firmino Puga Gonçalves, 278
 COSTA, Horácio da Maia Ferreira e, 560, 563, 564, 566, 609, 619
 COSTA, Jerónimo Sócrates Mendes da, 354
 COSTA, João Baptista Lemos, 325, 373
 COSTA, João Francisco Falcão Beja, 504
 COSTA, João Manuel da, 343
 COSTA, João Pedro da, 195
 COSTA, José Diogo, 407
 COSTA, José Eduardo Dias, 44, 45, 92, 117, 154
 COSTA, José Manuel Cardoso, 505
 COSTA, José Maria de Quadros e, 314
 COSTA, Luís Cincinato da, 267
 COSTA, Manuel Alves Bastos Botelho da, 182, 198
 COSTA, Manuel António Quadros e, 359
 COSTA, Manuel de Oliveira Gomes da, 37
 COSTA, Manuel Firmino da, 406
 COSTA, Manuel José de Campos, 393
 COSTA, Manuel Rafael Amaro da, 277, 347
 COSTA, Manuel Victoriano Lopo Firmino da, 393
 COSTA, Marcelino José Nunes da, 319, 352, 393
 COSTA, Mário de Almeida, 336, 337
 COSTA, Pedro Croner Celestino da, 277
 COSTA, Raul Soares da, 184, 199
 COUTINHO JÚNIOR, Jorge, 278
 COUTINHO, Carlos Viegas Gago, 71
 COUTINHO, Fernando António de Sousa, 278
 COUTINHO, Francisco Manuel Carril Barbosa Nobre, 362
 COUTINHO, Luís LeCocq de Albuquerque de Azevedo, 347
 COUVREUR, Raul da Costa, 183, 188, 190, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 208, 226, 238, 603, 619
 CRAVINHO, João, 331
 CRESPO, António Simões, 278
 CRUZ, Afonso Manuel Braga da, 326, 365
 CRUZ, Alberto, 65
 CRUZ, Carlos Pereira da, 72, 73, 153, 171, 172, 183
 CRUZ, Jerónimo Ferreira, 373, 378
 CUNHA, Alexandre Manuel de Conceição, 219, 307
 CUNHA, Francisco Jacques Santa Clara da, 194, 199
 CUNHA, João Severo, 92
 CUNHA, José Bessa Ferreira da, 278
 CUNHA, José Carlos Leão da Silva, 522
 CUNHA, José Coimbra Magalhães da, 364, 375
 CUNHA, Luís José de Avelar Machado Veiga da, 273, 277, 308
 CUNHA, Pedro Augusto de Mello Bandeira e, 359
 CUPERTINO, José Manuel Batalha, 370
 CURTO, Marcelo, 345

D

DAVID, Álvaro Vieira Soares, 73
 DAVID, Fernando Lima Vieira Soares, 318
 DAVID, Júlio Ferreira, 184
 DELERUE, Raul Simão Esmeriz, 199, 319
 DELGADO, Humberto, 298
 DELGADO, João Fernandes, 376, 377
 DELGADO, Manuel Ribeiro da Silva, 307
 DELGADO, Mário Henrique de Barros, 367, 369
 DIAS JÚNIOR, José Nascimento Ferreira, 40, 48, 52, 64, 90, 142, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 157, 159, 160, 161, 163, 166, 244, 306, 323, 551, 602, 619
 DIAS, Augusto da Costa, 333
 DIAS, Tomás Joaquim, 110
 DINIZ, Alberto Leão, 370, 376, 396
 DOMINGOS, Oliveiros, 324, 361, 363, 374
 DOMINGUES, José Tavares Henrique, 359
 DORES, José Maria Myre, 413, 452
 DUARTE, António Inácio Dias, 199
 DUARTE, Áureo Carvalhão, 405
 DUARTE, Joaquim Pereira Coutinho Teixeira, 313, 324, 359
 DUARTE, José Manuel Nogueira de Azevedo, 352, 393
 DUARTE, Pedro Pereira Coutinho Teixeira, 314
 DUARTE, Ricardo Teixeira Esquível Teixeira, 116, 153, 171, 172, 180, 181, 182, 184, 185, 189, 190, 192, 197, 201, 203, 237, 277, 296, 602, 603, 619
 DUQUE, Rafael da Silva Neves, 144, 648

E

EANES, António dos Santos Ramalho, 469, 486
 EANES, João dos Santos Ramalho, 539
 EÇA, Luís Artur Martins de Moura
 Coutinho de Almeida d', 307
 EJARQUE, Adolfo Gil, 195, 207, 278
 ELISEU, António Joaquim das Neves, 366
 ESGALHADO, Maria Helena Marques, 365
 ESPADA, João Augusto Simplício Mendes, 331, 360, 374, 406, 407, 462

F

FARIA, António Sarmento Lobato de, 359
 FARIA, Francisco José Leal Limpo de, 314, 325, 373, 375, 390
 FARIA, Jorge Barreto Machado Maciel Alves de, 314, 324
 FARIA, José Alberto de, 110
 FARIA, Luciano Luís de Oliveira, 278, 290, 298, 301, 307, 352, 532
 FARIA, Teófilo de Sousa Leal de, 92, 116, 171, 182
 FARINHA, José Sidónio Brasão, 191, 216, 278
 FARO, Abreu, 453

FARO, Álvaro Pereira de Albuquerque de Melo e, 368
 FEIJÓ, Fernando José Marcos Franco, 394
 FEIO, António Barreto Areosa, 295, 378, 405
 FÉLIX, Rodrigo José dos Santos Sousa, 206
 FERNANDES, Afonso de Magalhães de Almeida, 195, 199, 489
 FERNANDES, Álvaro Silva, 560, 564
 FERNANDES, António Júlio de Castro, 169, 246
 FERNANDES, Augusto, 73, 291, 319
 FERNANDES, Blasco Hugo, 406
 FERNANDES, Eduardo Guimarães de Oliveira, 522
 FERNANDES, Luís Henrique Gomes, 290, 298
 FERNANDES, Maria Isabel Marques, 551
 FERRAZ, Joaquim Álvaro da Cunha, 154, 172, 183
 FERREIRA, Alberto Leite, 343, 385
 FERREIRA, António Bernardo, 73, 93
 FERREIRA, Armando Óscar Cândido, 315
 FERREIRA, Arriaga, 191
 FERREIRA, Augusto Borges de Almeida, 219
 FERREIRA, Carlos Alberto Dias, 315
 FERREIRA, Carlos José Rodrigues, 318, 319, 325
 FERREIRA, Carlos Manuel H. Cardoso, 429
 FERREIRA, Fonseca, 453
 FERREIRA, Francisco Alves, 290, 321, 366, 368
 FERREIRA, Gentil Casimiro, 315, 360
 FERREIRA, Henrique Borges de Sousa Duarte, 313, 358
 FERREIRA, Henrique Novais, 208, 370, 376, 396
 FERREIRA, Herculano Amorim, 277
 FERREIRA, Inácio Nunes, 267, 307, 343, 365, 393
 FERREIRA, Jacinto, 196
 FERREIRA, José de Rocha, 72
 FERREIRA, José Duarte, 148, 244
 FERREIRA, José Manuel de Amorim, 314
 FERREIRA, Júlio David, 154, 172
 FERREIRA, Luís Filipe Lucena, 359
 FERREIRA, Manuel António Gonçalves Dias, 362, 407
 FERREIRA, Maria Filomena de Jesus, 585, 590
 FERREIRA, Maria Laurinda Santiago, 504
 FERREIRA, Pedro Valentim Nunes, 505
 FERREIRA, Vasco José Taborda, 92, 105, 117, 154, 199, 207, 289, 290, 298, 334
 FERREIRA, Vicente, 128, 129, 141
 FERREIRA, Vítor Manuel, 366
 FERREIRINHA, Manuel Pinheiro, 315, 393
 FIALHO, João Francisco Lobo, 208
 FIALHO, Mamede Mendes de Sousa, 334
 FIDALGO, Luís Filipe de Campos, 368
 FIGUEIRA, José Manuel Gonçalves, 199, 278
 FIGUEIREDO, A. C. de, 199
 FIGUEIREDO, Mário de, 272

- FIGUEIREDO, Norberto Martins, 326, 366, 504
 FILGUEIRAS, Mário José, 72, 601
 FLORÊNCIA, Carlos Eduardo Borges, 362
 FLORES, António José Carneiro Quadros, 334, 335, 373, 390, 392
 FLORES, António José Carneiro quadros, 352, 391, 542
 FOLHAS, Manuel da Costa, 368
 FOLQUES, José de Brito, 359, 361
 FONSECA Júnior, Augusto Nascimento Nunes da, 318
 FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da, 342
 FONSECA, Álvaro de Andrade, 368
 FONSECA, António Alberto Martins da, 289, 326, 365
 FONSECA, Brasília Martins da, 290, 291, 320, 323, 326, 352, 366
 FONSECA, Casimiro António Chambica da, 92, 116, 153
 FONSECA, Fernando Vasconcelos Nascimento da, 325
 FONSECA, João Alberto Carlos Coelho da, 153, 172, 183
 FONSECA, João Manuel de Senos Nunes da, 373, 429
 FONSECA, Joaquim Viana da, 319
 FONSECA, José de Mascarenhas Pedroso Belard da, 163, 171, 602, 619
 FONSECA, José Manuel Corrêa Prostes da, 361, 505
 FONSECA, José Soares da, 204, 532
 FONSECA, Luís Manuel Pessanha Pereira da, 278, 344
 FONSECA, Neftali da Costa, 318, 319
 FONTAÍNHAS, Jorge Augusto Alves, 376, 396
 FONTES, Edgar Sampaio Ferreira, 505
 FONTOURA, Raul da Silva Borges, 358
 FORTE, Alfeu Amandio, 413
 FORTES, Belarmino Ferreira, 319
 FRAGOSO, José Joaquim, 360, 413
 FRAGOSO, Maria Amélia Câncio, 356, 394
 FRANÇA, Adalberto Quelhas da Silva, 504
 FRANCISCO, Aires Rodrigues, 571
 FRANCO, A. Bonneville, 199
 FRANCO, Manuel Macedo, 407
 FRAZÃO, Rui Bessa de Almeida, 370
 FREITAS, Carlos Manuel de Sousa, 504
 FREITAS, José Vicente de, 37, 64
 FURTADO, Carlos Artur Trindade de Sá, 366, 367, 540, 552
 FURTADO, Virgílio José Jacinto, 368, 376
 FUSCHINI, Messias Bernardo do Amaral, 366, 367
- G**
- GAGO, Carlos Correia, 414
 GAGO, José Mariano, 613
 GAGO, Mário, 295
 GAIO, Fernando Veloso Lopes, 361, 374, 406, 407, 505
 GALA, Alberto Briosa e, 307
 GALHANO, Amândio Barbêdo, 318, 319
 GALHORDAS, António, 345
 GALLO, Mário Amaro Salgueiro dos Santos, 290, 343
 GALVÃO, António José Martins, 290
 GALVÃO, Henrique, 298
 GAMA, Eugénio Sanches da, 277
 GAMA, Luís, 110
 GARÇÃO, José Caetano Maziotti Salema, 92, 96, 116, 117, 153, 172, 183, 198, 277
 GARCIA, Fernando José, 366
 GARCIA, João de Penha, 92, 117, 153, 172, 183
 GARRETT, Almeida, 191, 333
 GASPAR, Manuel Agostinho Duarte, 277, 360
 GEADA, Sidónio Martins, 208, 300, 311, 342
 GHIRA, Alfredo de Sousa, 279
 GIL, José Coelho da Silva, 279
 GODINHO, António Carlos Gerken Potier, 324, 361, 363, 374, 406, 429, 504, 522
 GODINHO, Henrique, 344
 GOES, Ernesto da Silva Reis, 315
 GOMES, Albertino Adélio Rocha, 314
 GOMES, Alberto de Azevedo, 504
 GOMES, António da Silva, 504
 GOMES, António Figueiredo, 154, 172, 183
 GOMES, António Manuel Chambica de Azevedo, 315, 353, 394
 GOMES, António Pacheco Luís, 313, 359
 GOMES, António Sousa, 483, 523
 GOMES, Augusto Monteiro, 374, 406, 407
 GOMES, Costa, 199
 GOMES, Jaime Pereira, 324, 361, 363, 374, 406
 GOMES, Manuel Rodrigues, 154, 172, 183
 GOMES, Rui José, 413
 GONÇALVES, Ivo, 220, 453
 GONÇALVES, Jorge Augusto de Martins Carqueja, 171, 182, 197, 198
 GONÇALVES, Jorge Augusto de Saldanha e Alquerque Verschneider, 376
 GONÇALVES, José António, 406, 413
 GONÇALVES, José dos Reis, 352, 365, 367
 GONÇALVES, Júlio Augusto Lopes Bernardo, 366
 GONÇALVES, Orlando Ferreira, 318
 GONDIM, Eurico de Campos, 317
 GOUVEIA, Álvaro de Melo, 278
 GOUVEIA, João Fernando Machado, 72
 GOUVEIA, Leopoldo de Faria, 323, 325, 326, 365
 GRAÇA, Luís Quartin, 316
 GRAÇA, Octávio Augusto Antunes Duarte, 368
 GRAÇA, Ricardo, 267, 258
 GRANADO, Abílio Coxito, 367

- GRAVATO, António Maria, 334, 335, 368, 369, 373, 374
 GRAVETO, Vítor Manuel do Nascimento, 461
 GROMICHO, António Pais, 352, 393
 GUEDES, Francisco José Nobre, 58
 GUEDES, João Teixeira de Queiroz Vaz, 542, 551,
 552, 553, 554, 555, 556, 608, 609, 619
 GUEDES, José de Queiroz Vaz, 43, 62,
 195, 198, 200, 206, 216, 239
 GUEDES, Orlando Augusto Ferreira, 413
 GUERRA, Alberto Jorge Esteves, 407
 GUERRA, Amílcar, 413
 GUERRA, Joaquim Castro, 406
 GUERRA, Mário Borges, 318
 GUIMARÃES, José Sebastião Mendes
 de Carvalho, 308, 319
 GUTERRES, António, 563, 567
 GUTERRES, João Manuel Rodrigues de Brito, 361
- H**
- HEITOR, António José R. de Mexia, 405, 488, 496, 524
 HENRIQUES, António Coelho de Salles, 276
 HENRIQUES, António Máximo Gaioso, 365
 HENRIQUES, Sebastião José Horta e Costa, 199, 278
 HEROLD, Bernardo Jerosch, 394
 HOESEN, Fritz HeinsGothold, 318
 HOPPE, Erich, 79, 80
 HORTA, Manuel Santinho, 278
 HORTA, Ricardo Manuel Simões Baião, 472, 522
-
- I**
- ILHARCO, Francisco Magalhães, 92, 116
-
- J**
- JALHAY, Maria Luísa de Brito, 208, 356, 394
 JERÓNIMO, Amílcar Furriel, 325, 375
 JERÓNIMO, Joaquim Bernardo de Sousa, 367
 JESUS, Quirino de, 63
 JORDÃO, José Coelho, 365
 JORGE, Basílio Pinto Fernandes, 319
 JORGES, Artur Ricardo, 32
 JÚLIO, Carlos dos Santos, 366, 367, 376
 JUSTINIANO, Alberto António, 359
-
- K**
- KORTH, João de, 58, 92, 117, 153, 172, 183, 277
-
- L**
- LACERDA, António Pereira de Meireles da Rocha, 318, 319
 LACERDA, Carlos Manuel de Gouveia
 Crispiano Correia de, 359
 LAMAS, António Ressano Garcia, 545
 LAMAS, João António Ferreira, 504, 542
 LANÇA, Jerónimo Ludovico da Gama, 521
 LEAL, António Alves Gomes, 172, 183
 LEAL, Fernando Manuel de Moura, 307, 353
 LEAL, Francisco Pinto da Cunha, 190, 191, 192, 215, 603
 LEAL, João Manuel Barreiros, 364, 375
 LEAL, José Mendes, 42
 LEANDRO, Guilherme de Castro, 198, 199, 206
 LEITÃO, José António Freire, 366, 374, 406
 LEITE (Lumbrales), João Pinto da Costa, 88, 217
 LEITE, Adriano Pio Soares, 117, 154, 407
 LEITE, Américo Rodrigues, 359
 LEITE, João Maria Anjos Pinto, 313
 LEMOS, Alberto Pereira de, 367
 LEMOS, José Manuel Pinto Ferreira de, 504, 566, 571
 LEMOS, Manuel Aboim Ascensão de Sande, 58, 125, 161
 LEMOS, Paulo Augusto Ferreira de, 362, 405, 406
 LEMOS, Paulo José Peixoto Baptista de, 291, 326, 365, 367
 LEMOS, Pedro Augusto Ferreira de, 315
 LEMOS, Rodrigo Aboim A. de Sande e,
 527, 529, 542, 566, 595, 545
 LENCASTRE, António Queirós de Vasconcelos, 319
 LENCASTRE, Armando Monteiro Soares Coutinho de,
 490, 491, 493, 494, 496, 498, 561, 606, 607, 619
 LENCASTRE, Eduardo Alberto de Castro, 318, 319, 325
 LEÓNIDAS, Vasco Rodrigues de Pinho, 358
 LIMA, António Pires de, 551
 LIMA, Ataíde Diniz Neves, 326, 365
 LIMA, João de Arga e, 208
 LIMA, José Coelho, 504
 LIMA, Júlio da Nóbrega Rangel de, 360
 LOBO, Luís Fernando Gomes de Sousa, 551, 552, 573
 LOBO, Luiz Mário Pacheco Moreira, 313
 LOPES, António, 413
 LOPES, António Manuel da Cunha, 360, 362
 LOPES, João Vaz, 564, 566
 LOPES, José da Silva, 330
 LOPES, Júlio Manuel Ferreira, 368
 LOPES, Octávio Gonçalves, 429
 LOPES, Óscar, 333
 LOPES, Romeu de Almeida, 365
 LOPO, Vergílio Rui Teixeira, 314, 324, 358, 498, 499, 500,
 506, 507, 508, 512, 514, 517, 525, 526, 534, 607, 619
 LOSA, Ilse, 333
 LOUREIRO, Altino de Jesus Roque, 552
 LOUREIRO, Carlos Alberto Almeida, 526, 527
 LOURENÇO, Joaquim Silva, 390
 LOURO, Bento José Viegas, 323, 334, 354

M

- MACEDO, António Alfredo Sanches de Castro da Costa, 182, 198
- MACEDO, Henrique Veiga de, 258, 262, 275
- MACEDO, Luís da Costa de Sousa de, 116, 152, 153, 155, 277
- MACEDO, Manuel Machado, 551
- MACEDO, Vasclémim Gonçalves de, 505
- MACHADO, Aquilino Ribeiro, 360, 378, 413
- MACHADO, Artur Queirós, 505
- MACHADO, Francisco José Vieira, 78, 132, 648
- MACHADO, Jorge Ramiro P., 490
- MADAIL, Eduardo, 92, 117, 153, 162, 172, 183, 198, 199, 200, 207, 276
- MADEIRA, Fernando Aquiles Lopes, 290, 318, 319, 323, 325, 346
- MADEIRA, José António, 267
- MADUREIRA, António Costa Lobo Martins de, 318
- MAGALHÃES JÚNIOR, António Pinheiro de, 218
- MAGALHÃES, Delmira Manuela de Araújo de Oliveira Sá, 428, 429
- MAGALHÃES, Vasco Mera Pinto de, 279
- MAGOS, Manuel Rodrigues, 313, 358
- MAIA, António Jorge de Oliveira, 317
- MAIA, Carlos Manuel Ferreira da, 505
- MAIA, Francisco Xavier Marques, 308, 344, 353, 392, 393
- MAIA, Jorge Moreira, 364, 375
- MAIA, Maria Amélia da Fonseca, 407
- MANUEL II, D., 24
- MANZANARES, Alberto Abecassis, 191, 220, 344
- MARABUTO Júnior, António Ferreira, 325, 505
- MARIANO, Domingos Brito, 407
- MARIANO, Jorge da Silva, 560, 564, 566
- MARIANO, Mário dos Santos, 314
- MARQUES, Acácio, 522;
- MARQUES, António Pereira, 278
- MARQUES, Duclio João Coelho, 318, 319, 325
- MARQUES, José Maria Mercier, 92, 206, 229, 290, 300, 303, 311, 322, 327, 328, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 348, 350, 351, 352, 356, 357, 363, 370, 371, 372, 378, 604, 605, 619
- MARQUES, José Oliveira, 362
- MARQUES, Sousa, 505
- MARSHALL, George, 167
- MARTA, Augusto Simões, 291, 326, 365
- MARTA, Eduardo Augusto Guedes Santa, 505
- MARTINEZ, Fernando José Ventura, 504
- MARTINS, António Augusto de Figueiredo da Silva, 307, 352, 353
- MARTINS, Artur Pinto, 360, 394, 407, 413, 429
- MARTINS, Guilherme, 307, 361, 406
- MARTINS, João Maria Leitão de Oliveira, 518, 527, 530, 607, 608, 619
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, 24
- MARTINS, Jorge, 361
- MARTINS, José Carlos, 571
- MARTINS, Júlio Manuel, 278, 289, 314, 358
- MARTINS, Rogério da Conceição Serafim, 313
- MARX, Karl, 333
- MASCARENHAS, Gregório Nunes de, 357
- MATEUS, Manuel Aires, 567
- MATIAS, António Nunes da Cruz, 362
- MATIAS, Júlio Rodrigues, 378
- MATOS, Adriano Augusto Caulino de, 334
- MATOS, Armando de Araújo Martins Campos e, 179, 343, 427, 459
- MATOS, Eduardo Maia Mendes Correia de, 314
- MATOS, Francisco José de Lemos e, 308
- MATOS, José Arandes Figueira de, 413
- MATOS, José de Lemos e, 219
- MATOS, Leopoldo de Morais da Cunha, 320, 326, 365
- MÁXIMO, César, 317, 429, 532, 542
- MAYER, Ruy Ferro, 279
- MAYOR, Pedro Almeida de Santiago Sotto, 314
- MEDEIROS, Luís Alberto da Silva, 393
- MEDINA, Augusto Eduardo Guimarães de, 504
- MELO, Alfredo Silveira Ávila de, 117, 154
- MELO, António Maria de Fontes Pereira de, 20
- MELO, Artur Benevides de, 291, 319, 505
- MELO, Domingos Cabral de, 171, 182
- MELO, Eurico Silva Teixeira de, 318
- MELO, Fernando Maria de Oliveira Bandeira de, 183, 199
- MELO, Francisco Augusto Homem da Silveira Sampaio Almeida e, 58, 92
- MELO, João de Vasconcelos Costa e, 318
- MELO, João Osório da Rocha e, 116, 154, 172, 184, 207, 279
- MELO, Manuel Duarte Moreira de Sá e, 278
- MELO, Melchior Barata de Tovar Pereira Coutinho F. De, 368
- MENDES, Fernando Melo, 370
- MENDES, Manuel Maria Carvalho Azevedo, 359
- MENDES, Mário Romeu Gonçalves Ferreira, 539
- MENDES, Roberto Espregueira, 273, 277
- MENDES, Rui, 413
- MENDES, Silvério Coelho Cunha de Sousa, 93, 105
- MENDIA, Francisco Assis Nazaré de Almeida de, 116, 153, 172
- MENDO, Adalberto Magno, 319

MENDONÇA, Camilo António de Almeida
 Gama Lemos de, 279
 MENDONÇA, João da Costa, 315
 MENDONÇA, João Manuel Martins, 504
 MENDONÇA, José Jaime Simões de, 413
 MENDONÇA, Pedro de Varennes Monteiro de, 279,
 290, 303, 307, 323, 343, 352, 353, 360, 394
 MENESES, Cristóvão Augusto Romeu
 Saldanha da Silva, 315
 MENESES, José Luiz Maria d'Oliveira
 d'Almeida Calheiros e, 279, 290
 MENESES, Norberto Cardoso de, 368
 MENESES, Vítor Brandão de Sousa
 Martins Cardoso de, 318
 MENEZES, Fernando de Magalhães e, 406
 MENEZES, Gerardo José Saraiva de, 574, 585
 MENEZES, San Bento, 532
 MESQUITA, Artur, 318, 319, 325
 MEXIA, João Nunes, 267
 MIGUEL, Alberto Sérgio de Sá Rodrigues,
 505, 552, 560, 564, 571
 MINISTRO, Ilídio de Figueiredo, 360
 MIRÃO, Frederico Georges, 378
 MONCHIQUEIRO, Armando Vieira Mateus, 290
 MONIZ, Botelho, 173
 MONIZ, José Estêvão Abranches Couceiro
 do Canto, 195, 211, 215, 277, 278
 MONIZ, Rogério Vargas, 154, 172, 183
 MONJARDINO, Rafael de Medina, 315, 360
 MONTEIRO, António Augusto Pessoa, 314
 MONTEIRO, Armindo, 63
 MONTEIRO, Bartolomeu de Oliveira Tavares, 429
 MONTEIRO, Carlos Maricoto, 413
 MONTEIRO, Elisiário Luís Faria, 207, 220
 MONTEIRO, Óscar Saturnino da Cruz, 172, 182, 199, 373
 MONTEIRO, Viriato dos Anjos, 407
 MONTES, Nelson de Vasconcelos, 358
 MORAIS, Alberto Duarte de, 326, 366, 376, 505
 MORAIS, Alfredo José de, 368
 MORAIS, António Trigo de, 133
 MORAIS, Humberto Duarte, 368
 MORAIS, José Conte da Silva, 378
 MORAIS, José Manuel Silveira da Cruz, 313
 MORÃO, Sílvio Arnaldo Dinis, 365
 MOREIRA, Adriano, 304
 MORGADO, Horácio Fernandes, 348
 MORGENSTERN, Afonso Aurélio, 208, 429
 MOTA, Miguel Eugénio Galvão de Melo e, 360
 MOURA, Alfredo Rosas, 413
 MOURA, António Bernardo Rodrigues Machado e, 291

MOURA, Eduardo Ribeiro, 357
 MOURA, Francisco Ramos de, 505, 522
 MOURA, José Horácio de, 307
 MOURA, Mário Amorim da Graça, 504
 MOURÃO, Hernâni Félix Cidade, 407
 MOUZINHO, Fernando Manuel Borges, 396

N

NASCIMENTO, Alberto Dias Ferreira do, 191, 211
 NASCIMENTO, Luís Filipe do, 326, 368, 375, 376
 NASCIMENTO, Úlpio da Fonseca, 278
 NEESER, René, 136
 NERY, José Máximo de Castro, 278
 NETO, António Maria de Mendonça Lino, 305, 342
 NETO, Aristides Rosa, 532
 NETO, Francisco Lino, 405
 NETTO, Carlos Monteiro do Amaral, 278
 NEVES, Emanuel José Leandro Maranha das,
 552, 560, 561, 562, 563, 609, 619
 NEVES, João Manuel Gouveia da Costa, 504
 NEVES, José Cabral Marques de Beja, 314
 NEVES, Olímpia da Silva Moreira Campos, 366, 368
 NOGUEIRA, Raul, 370
 NOGUEIRA, Salvador de Sá, 277
 NÓVOA, António Vicente de Sequeira
 Leal Sampaio da, 315
 NUNES, Adérito Sedas, 329
 NUNES, Manuel Jacinto, 330
 NUNES, Pedro Moura Brás Arsénio, 335, 342,
 358, 372, 373, 377, 379, 392, 395, 400,
 408, 410, 427, 430, 433, 459, 605, 619

O

OLIVA, António José Serpa, 504
 OLIVEIRA, Acácio Gomes de, 368
 OLIVEIRA, Agnelo Galamba de, 278
 OLIVEIRA, António de Arantes e, 91, 116, 153,
 171, 192, 193, 195, 199, 200, 208, 230, 276
 OLIVEIRA, António João Nobre de, 365, 367
 OLIVEIRA, António Rebelo de, 319
 OLIVEIRA, Arlinda Leal Franco de, 315
 OLIVEIRA, Arlindo Cipriano de, 539, 608
 OLIVEIRA, Augusto José de, 362, 393, 407
 OLIVEIRA, Carlos Alberto Guimarães de, 208
 OLIVEIRA, Carlos Furtado de, 532
 OLIVEIRA, Cassiano Maria de, 52, 92, 183, 198, 200, 207
 OLIVEIRA, Edgar Maria da Silva
 Antunes de, 220, 290, 316
 OLIVEIRA, Eduardo de Arantes e, 182, 198,
 331, 333, 357, 443, 463, 603, 604

OLIVEIRA, Estevão Mendonça Lamas de, 276
 OLIVEIRA, Henrique Vieira de, 522
 OLIVEIRA, Hernâni Gomes de, 407
 OLIVEIRA, Jaime Nogueira de, 72, 601
 OLIVEIRA, João Artur Lince de, 360
 OLIVEIRA, José Teles de, 375
 OLIVEIRA, Mário Marques de, 407
 OLIVEIRA, Martinho Gomes de, 505
 OLIVEIRA, Rogério Silva d', 323, 334, 335,
 352, 373, 374, 390, 392, 459, 521, 522
 OLIVEIRA, Santos, 453
 OLIVEIRA, Sebastião José de, 207
 OOM, Frederico Jorge, 172, 183, 198, 206
 OSÓRIO, Óscar de Oliveira Vaz, 313

P

PACHECO, António Faria Carneiro, 101, 648
 PACHECO, Duarte, 45, 93, 143
 PAES, Sidónio Freitas Branco, 358
 PAIS, Flávio Augusto Marinho, 52, 72, 91, 116, 153, 171
 PAIS, Flávio Augusto Marinho, 601
 PAIVA, José Vasconcelos de, 406
 PALMA, Custódio Gonçalves, 367, 369
 PARRINHA, Rui Soares de Oliveira, 504
 PASCOAL, António Manuel Pais de Sousa, 368
 PATO, Manuel Ferreira dos Santos, 428
 PATRÍCIO, Joaquim Manuel de Sousa, 551, 552
 PATRÍCIO, Rui, 334
 PATTO, António Lobo Vaz, 313
 PAULINO, Luís Gonçalves, 344
 PAZ, Luís Jorge Esteves, 319
 PEDROSA, Felisberto Alves, 32
 PEDROSO, José Manuel Consiglieri, 454
 PEGADO, Francisco Manuel Franqueira, 504
 PENEDO, Artur, 497, 498
 PENEDO, Lubélia, 469, 490
 PENHA, José Marcelino de Almeida Pinto e, 73
 PENTEADO, José R. Whitaker, 329
 PEQUENO, José Catela, 406
 PEREIRA, Afonso Fialho de Sá, 308
 PEREIRA, Alfeu Rodrigues, 370, 376, 396
 PEREIRA, Cardoso, 453
 PEREIRA, César da China, 505
 PEREIRA, Eduardo José da Costa, 219, 308, 353, 368, 393
 PEREIRA, Franklin Guerra, 318, 325, 335, 352, 374, 375
 PEREIRA, Hélio Paulino, 497, 498, 527, 542, 552, 560
 PEREIRA, Henrique João Luiz Lewin Marques, 315
 PEREIRA, João Martins, 413
 PEREIRA, Joaquim Simões, 342, 365
 PEREIRA, José Aser Castillo, 527

PEREIRA, José Mariano Jeovis, 413
 PEREIRA, Nuno Teotónio, 551
 PEREIRA, Pedro Teotónio, 648
 PEREIRA, Ruy Afonso Fialho de Sá, 219
 PERESTRELO, Manuel António, 207
 PESSOA, Fernando Cardoso da Silva Brilhante,
 279, 289, 337, 341, 353, 354, 355, 356,
 369, 394, 413, 414, 462, 604, 605
 PIMENTEL, Diogo Lino, 551
 PINHÃO, José Manuel, 405
 PINHARANDA, José Fernando, 303
 PINHO, Manuel Tavares de, 364
 PINTO, Adriano Vaz, 378
 PINTO, António Joaquim Garras da Silva, 506, 517, 525
 PINTO, Atanagilde Teixeira, 318
 PINTO, Francisco de Paula Leite, 82, 83, 103, 132, 222, 272
 PINTO, Gastão Benjamim, 153, 172, 183
 PINTO, Hilário Cruz Vieira, 413
 PINTO, José Filipe Rebelo, 136
 PINTO, José Luís Rebelo, 378
 PINTO, José Manuel Guerra de Sousa,
 527, 542, 552, 560, 564, 566
 PINTO, Luís Vaz, 303
 PINTO, Silva, 542
 PINTO, Supico, 165
 PIRES, Alcides Lino, 320, 366, 368
 PIRES, Domingos Rosado Victória, 290, 298
 PIRES, José de Jesus, 92
 PITA, Manuel de Sousa, 539
 PITA, Rui de Carvalho e Castro, 320, 369
 POÇO, Artur Augusto de Silva, 368
 PORTELA, António Gouvêa Portela, 303
 PORTO, António Gomes de Amorim Vasconcelos, 73, 110
 POUSADA, Renato Ramos Vieira, 360, 469,
 478, 490, 497, 498, 523, 527
 PROENÇA, Octávio António Viegas
 de Abreu, 291, 323, 326
 PULIDO, Carlos Moura, 362

Q

QUARESMA, Celestino Flórido, 574, 585
 QUARESMA, Miguel Carlos Bandeira, 318, 325
 QUEIRÓS, Maria Natália de Almeida e Sousa de, 319
 QUEIROZ, Norberto Afonso Múrias de, 323
 QUERIOL, João Contreiras, 58
 QUINA, António Gentil, 362, 407
 QUINTANILHA, Vasco de Albuquerque, 318

R

RAFAEL, Ernesto Alves, 376, 396

- RAFAEL, Vicente Mário, 413
 RAÍNHO, António Neves da Luz, 539
 RAMALHO, Alfredo Borges de Magalhães, 278,
 314, 323, 324, 335, 347, 354, 359
 RAMALHO, António Carlos Magalhães, 504
 RAMALHO, Rogério Vasco, 92, 93
 RAMIRES, Sebastião Garcia, 50, 65, 191
 RAMOS, António José do Espírito Santo M., 504
 RAMOS, Carlos Alberto Matias, 589,
 590, 591, 592, 614, 619
 RAMOS, Fernando Coutinho da Silveira, 614
 RAMOS, Jaime Morais Gonçalves, 318
 RAMOS, Mário Victoria Pais de, 362
 RAPAZOTE, António Gonçalves, 270, 337, 378
 RAPOSO, Fernando, 358
 RAVARA, Artur Pinto, 360, 521
 REAL, Luís Neves, 318
 REBELO, Álvaro de Bulhão Pato Maia, 378
 REBELO, José Luiz, 362, 405, 407
 REBOLO, José dos Reis Fernandes, 370
 REGALEIRA, Vasco, 54, 609, 660, 661
 REGO, Alberto Carlos de Lima e Sousa, 117, 154
 REGO, Carlos Manuel de Sousa, 278
 REGO, Manuel Sena, 413
 REGO, Zózimo João Pimenta de Castro do, 315, 358, 505
 REIS, António Cláudio dos, 334, 335
 REIS, Paulo Emídio de Queirós Lopes, 566, 571, 574
 RENTE, António Coimbra, 407
 RESENDE, António Monteiro, 318
 RESENDE, Miguel de, 219, 307
 RÉZIO, Manuel Joaquim Frias dos Santos, 208
 RIBEIRO, Carlos Gomes da Silva, 110, 116, 153, 172, 527
 RIBEIRO, José Teles da Silva, 361
 RIBEIRO, Manuel José Grade, 428
 RIBEIRO, Nuno Gonçalo Bachá de Almeida,
 324, 361, 363, 374
 ROCHA, Alfredo Sobrinho Barata da, 206, 290, 308
 ROCHA, Armando Viana da, 290, 366
 ROCHA, Canais, 439
 ROCHA, Carlos de Seixas, 367
 ROCHA, Manuel Coelho Mendes da, 277, 278,
 303, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476,
 478, 480, 483, 484, 485, 487, 489, 490,
 495, 497, 522, 523, 551, 606, 609, 619
 ROCHETA, João Farrajota, 207, 342
 RODRIGUES Júnior, Manuel, 32, 648
 RODRIGUES, António Machado, 407
 RODRIGUES, António Maria Bettencourt, 32
 RODRIGUES, Caldeira, 215, 413
 RODRIGUES, Daniel, 532
 RODRIGUES, Fernando Manuel da Costa Peres, 208
 RODRIGUES, Guido dos Santos, 362, 407, 413
 RODRIGUES, Joaquim Caldeira, 405
 RODRIGUES, José Carlos Resina, 313, 358, 362
 RODRIGUES, Manuel, 521
 RODRIGUES, Mário, 307, 394
 RODRIGUES, Orlando Vieira, 279
 RODRIGUES, Raul Apolónio de Freitas, 278
 RODRIGUES, Zéfiro, 542
 ROLÃO, Jacques Pessoa, 324, 361, 363, 374
 ROLIM, João de Saldanha Pimentel, 278
 ROMERO, Félix José Hopffer, 154, 172, 184
 ROQUETE, Luís José de Seabra Ferreira, 58
 ROQUETE, Manuel Barata Chagas, 218, 278, 314
 ROSA, Manuel Xavier Ramalho, 206
 ROSADO, António Maria Soares Couto, 344
 ROSÁRIO, José, 191, 215
 ROSÁRIO, Ramiro Antunes Ribeiro do, 505
 ROSAS, Valdemar Ferreira, 574, 585
- S**
 SÁ, Francisco Augusto Ramos Coelho
 de, 91, 96, 112, 115, 601, 619
 SÁ, Henrique Oliveira, 405
 SAAVEDRA, Pedro de Almeida, 505
 SACCHETTI, Casimiro de Almeida
 Azevedo Barreto Ferreira, 366
 SALAZAR, António de Oliveira, 37, 50, 51, 63, 73,
 74, 131, 143, 150, 165, 259, 260, 268, 269,
 270, 272, 273, 274, 275, 277, 648, 655
 SALDANHA, Segismundo do Carmo da Câmara de, 314
 SALEMA, Carlos Cardoso Lapa, 93,
 172, 183, 198, 200, 206
 SALGADO, Joaquim José, 94
 SALGUEIRO, João Maurício Fernandes, 330
 SALTA, António Manuel da Silva, 218, 314, 373, 393
 SAMPAIO, Joaquim da Conceição, 521
 SANCHES, Nemésio João Barbosa Alvarez, 571, 574
 SANCHES, Rui Alves da Silva, 308, 357
 SANTANA, Carlos de Macedo, 413
 SANTO, Fernando Ferreira, 573, 574, 575, 577,
 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585,
 586, 588, 589, 611, 612, 613, 614, 619
 SANTOS Júnior, António Gonçalves dos, 370
 SANTOS, Alfredo Augusto Macedo dos, 308
 SANTOS, Alfredo Portela dos, 405
 SANTOS, António José Coelho dos, 585
 SANTOS, Casimiro Artur da Costa, 117, 154
 SANTOS, Fernando Manuel de Almeida, 574, 585, 590
 SANTOS, Flávio José Álvares dos, 277

- SANTOS, Heitor Caeiro dos, 361
 SANTOS, Jacinto Firmino Pereira, 154, 172, 183
 SANTOS, João Lopes Guimarães dos, 318, 319
 SANTOS, Joaquim Quelhas dos, 522
 SANTOS, José Tavares dos, 326, 367, 505
 SANTOS, Luís Adriano Pinto dos, 334, 335
 SANTOS, Mário Cardoso dos, 361
 SANTOS, Virgílio Augusto, 429
 SARAGOÇA, Francisco José da Silveira, 353, 393
 SARAIVA, Carlos Ribeiro Caldeira, 314,
 315, 358, 359, 361, 405
 SARAIVA, José Hermano, 379
 SARDINHA, José Maria Anjos de Sousa, 560, 564
 SARMENTO, Albano do Carmo Rodrigues,
 276, 258, 288, 289, 292, 294, 296, 308,
 313, 320, 321, 352, 414, 604, 619
 SARMENTO, António Eduardo Botelho
 de Moraes, 182, 198
 SARMENTO, Gonçalo Avides Rodrigues,
 290, 314, 323, 324, 354, 358
 SARMENTO, Joaquim Augusto Ribeiro, 317
 SATURNINO, António Francisco Martins, 428, 429
 SCHRECK, Henrique, 277
 SEABRA, Antera Valeriana Sales Pedroso de, 356, 394
 SEABRA, Henrique Lopes Moreira de, 429
 SEGURO, José Maria, 206, 208, 277, 278
 SEPÚLVEDA, Armando Eduardo Carvalho, 359
 SEQUEIRA, J.V. Duro, 41
 SERAFIM, Joaquim Laginha, 453
 SÉRGIO, Agnelo de Rhodes, 279, 290, 522
 SERRA, Durval, 367, 368, 373, 391, 429
 SERRA, João Avelino da Rocha Cunha, 215, 240,
 300, 303, 311, 323, 324, 335, 337, 346, 352,
 361, 363, 374, 385, 387, 390, 391, 392, 393,
 398, 406, 410, 413, 427, 429, 430, 431, 434,
 438, 439, 440, 450, 451, 457, 605, 619
 SERRA, Pedro, 452
 SERRANO, Henrique José, 73
 SILVA, Afonso de Oliveira, 406
 SILVA, Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e, 315
 SILVA, Álvaro Santos, 314, 334, 335, 373, 374, 459
 SILVA, Amiel Cardoso Ferreira e, 361
 SILVA, António de Faria e, 326, 365
 SILVA, António Manuel Collen Marques da, 362
 SILVA, Azevedo e, 449
 SILVA, Carlos da, 360
 SILVA, Constantino Augusto da, 191, 194, 199
 SILVA, David José da, 539
 SILVA, Domingos José Rosas da, 73
 SILVA, Eugénio João Lamas da, 367, 369
 SILVA, Eurico Fernando Mendes da, 367
 SILVA, Fernando Álvares da, 315, 358
 SILVA, Fernando César dos Santos, 207, 277
 SILVA, Fernando de Lima Alves da, 154, 172, 183, 199
 SILVA, Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da, 361
 SILVA, Germano Joaquim Venade
 Henrique Gomes da, 277
 SILVA, Henrique Gomes da, 182, 198
 SILVA, J. M. Camolino F. de Matos e, 199
 SILVA, João Martins de Azevedo e –
 SILVA, João Martins de Azevedo e, 324, 359, 429
 SILVA, Joaquim Alcobia da, 278
 SILVA, José António Gil da, 277
 SILVA, José João Fausto da, 461, 462
 SILVA, José Joaquim Ribeiro Moreira da, 291, 319, 323
 SILVA, José Ruella de Almeida e, 359
 SILVA, Júlio Nunes Franco da, 360, 378
 SILVA, Júlio Serra e, 365, 378
 SILVA, Lúcio Nactário Ferreira e, 362
 SILVA, Luís Henrique da, 406
 SILVA, Luís Jacinto Carvalho de Araújo e, 527, 542
 SILVA, Manuel de Mendonça Tavares da, 542
 SILVA, Manuel José Lopes da, 359
 SILVA, Mário Carneiro de Vasconcelos
 Ferreira da, 326, 368
 SILVA, Mário José de Abreu de, 183, 198
 SILVA, Miguel Cardoso e, 407
 SILVA, Nuno Pedro da, 359, 362, 374, 406, 407, 522
 SILVA, Silvério Martins da, 318
 SILVEIRINHA, Rodrigo Henriques, 366, 413
 SILVÉRIO, Maria Joaquina, 378, 405, 406
 SIMÃO, José da Veiga, 431, 433, 443, 460, 528, 595
 SIMAS, Eduardo Moreira da Costa, 117, 153, 195
 SIMÕES, Manuel Camacho, 208, 295, 360, 378, 413
 SIMÕES, Manuel Cardoso, 505
 SOARES, Andrade, 345
 SOARES, António Couto, 532
 SOARES, Francisco Maria Burguete de Sousa,
 542, 552, 560, 564, 566, 567, 570,
 571, 572, 609, 610, 611, 619
 SOARES, João Baptista Ferreira, 365
 SOARES, Joaquim José Martins da Costa, 290, 291, 317
 SOARES, José Júlio Martins Nogueira, 73
 SOARES, Mário, 529, 540
 SOBRAL, Fernando de Sousa e Silva, 504
 SOBRAL, Fernando José de Azevedo, 367
 SOBRAL, José Torres, 505
 SOBRAL, Ramiro da Costa Cabral Nunes de, 365
 SOLLA, Luís de Castro e, 58, 278, 289
 SOUSA, Abílio Augusto Vaidéz de Passos e, 32

SOUSA, Albano de, 217
 SOUSA, António Ferreira de, 368
 SOUSA, Baltazar Rebelo de, 337
 SOUSA, Fernando Costa e, 551
 SOUSA, João Crisóstomo de Abreu e, 21, 61
 SOUSA, José de Lacerda Baptista Pereira e, 367
 SOUSA, José Joaquim Romão de, 504
 SOUSA, Luís de Saldanha Oliveira e, 116
 SOUSA, Luís Vitória de França e, 278
 SOUSA, Luiz de Saldanha Oliveira e, 290
 SOUSA, Mário Pais de, 648
 SOUSA, Miguel Fernando da Silva e, 393
 SOUSA, Pedro de Chaves Cymbron Borges de, 357
 SOUSA, Tomás Tavares de, 352, 393
 SPÍNOLA, António de, 442
 SUGGIA, Guilhermina, 179

T

TADEU, Décio Sequeira Santos, 313
 TAINHA, Jovito Mendes, 413
 TAVARES, António Ferreira, 560, 564, 566, 590
 TAVARES, António Paulo, 521
 TAVARES, João Cansado, 208, 394
 TAVARES, Valadares, 453
 TAVEIRA, António Augusto de Sousa,
 289, 303, 317, 318, 359
 TÁVORA, José de Lencastre e, 277
 TEIXEIRA, Carlos Augusto de Freitas Dantas, 360
 TEIXEIRA, Fernando Augusto da Silva Blanqui,
 295, 336, 337, 378, 604, 605
 TEIXEIRA, João Cândido Campos Sousa, 505
 TEIXEIRA, Lino Júlio, 326, 365, 367
 TEIXEIRA, Maria Helena Blanqui, 378
 TEIXEIRA, Telmo Rodrigues, 354
 TELES, Gonçalo Pereira Ribeiro, 361
 TELMO, Cottinelli, 60
 TELO, João Anacleto, 314, 358
 TEMUDO, José Carlos Caldeira de Queiroz Freire, 358
 THEMIDO, António José Hall, 367
 TOMADA, José Manuel, 405
 TORRES, António Maria de Oliveira Pinheiro, 315, 360
 TORRES, Daniel, 195
 TRIBOLET, José, 563
 TRIGO, José Teixeira, 406
 TRIGO, Mário Dias, 171
 TRINDADE, Mário Trigo Monteiro, 359

U

ULRICH, José Frederico do Casal Ribeiro, 179, 273, 277

V

VALENTE, Alberto José Rodrigues, 318
 VALENTE, José Carlos Tentúgal, 504
 VALENTE, Manuel Ferreira Neto, 277, 278, 308
 VALENTE, Paulo Fernando Pulido, 413
 VAN Zeller, Cristiano J., 469
 VAN, Uden, 453
 VAREJÃO, João Carlos Sequeira, 378, 405
 VARELA, José Augusto dos Santos, 361, 362
 VARGAS, 215
 VASCONCELOS, José Moreira de, 365
 VASCONCELOS, Orlando Francisco Santos Castro, 505
 VAZ, Bandeira, 29
 VAZ, Carlos Alberto de Lopes, 324, 354, 359
 VAZ, Manuel José de Carvalho Fernandes, 352, 393
 VEGEL, Karl, 80
 VEIGA, José Alberto de Paula Saraiva Baeta da, 323, 504
 VEIGA, Maria Helena Fiúza, 359
 VELEZ, José Caetano, 361
 VELOSO, António João Ferreira S., 505
 VELOSO, Aureliano Capelo, 307, 318, 319, 325, 352, 354
 VENADE, Germano Joaquim, 278
 VERES, Manuel Henriques, 117
 VIANA, António de Lemos, 117, 153, 172, 183, 198, 207
 VIANA, António do Carmo da Guerra Quaresma, 93
 VIANA, Augusto Guilherme Louva de Freitas, 301
 VIANA, José Carlos Gonçalves, 359
 VIANA, Vasco de Magalhães Gomes, 92,
 116, 183, 198, 267, 308, 313
 VICENTE, Fernando Filipe Esteves, 400, 403, 405
 VIÇOSO, Fernando Franco, 315
 VIDAL, Vasco Armando Canhoto, 314
 VIDEIRA, Fernando Marques, 490, 496, 498, 524, 532
 VIDEIRA, Jorge Pinto Galvão, 362, 374, 406, 407
 VIEIRA, Amaro, 173
 VIEIRA, Joaquim Augusto Pereira Diniz, 504
 VIEIRA, José Manuel Pereira, 590
 VIEIRA, Júlio de Araújo, 290, 298, 366, 369
 VIEIRA, Noel Casimiro Botelho, 504, 521
 VILELA, Luís Vitorino Pinto, 324, 359
 VILHENA, Francisco Maria Martinho
 de Almeida Manuel de, 279
 VIZEU, Joaquim Campos dos Santos, 312, 360
 XABREGAS, Joaquim, 370
 XEREZ, António de Carvalho, 206
 ZENHAS, Joaquim Abrantes, 319
 ZILHÃO, Manuel António Soares, 207, 257, 279, 280

